Tipo documento: **CAPA PROCESSO**
Evento: **abertura**

PROCESSO

Nº 0023469-13.2017.4.02.5101

Capa: **Parte 1**

Nº do processo 0023469-13.2017.4.02.5101
Classe da ação: EXECUÇÃO FISCAL
Competência Execução Fiscal
Data de autuação: 24/04/2017 15:50:00
Situação SUSP/SOBR-P.Decisão Judicial
Órgão Julgador:
Juízo Substituto da 6ª VF de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
Juiz(a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Processos relacionados: 5055304-60.2019.4.02.5101/RJ | Relacionado no 1o. grau | EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL | RJRIOEF06

Assuntos

Código	Descrição	Principal
0312	Dívida Ativa, DIREITO TRIBUTÁRIO	Sim

Partes e Representantes

EXEQUENTE	EXECUTADO
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL (00.394.460/0216-53) - Entidade IARA SILVA DIAS P1285431	ADIVALDO APARECIDO NEVES (928.671.548-04) - Pessoa Física Procurador(es): ELIAS FERREIRA DIOGO SP322379
	IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA (04.858.299/0001-70) - Pessoa Jurídica Procurador(es): ELIAS FERREIRA DIOGO SP322379 THALES LEONARDO OLIVEIRA MARINO SP390057 IGOR SANTOS PIMENTEL SP389062

PERITO
FABIO MANOEL GUIMARAES (397.427.509-63)
RENATO GUEDES ROCHA (112.641.377-10)

Informações Adicionais

Valor da Causa: R$ 1.442.383,16	Nível de Sigilo do Processo: Sem Sigilo (Nível 0)	Anexos Eletrônicos: Não há anexos
Ação Coletiva de subst. processual: Não	Admitida execução: Não	Agravo Retido: Não
Antecipação de Tutela: Não Requerida	Grande devedor: Não	Justiça Gratuita: Não requerida
Penhora no rosto dos autos: Não	Penhora/apreensão de bens: Não	Petição Urgente: Não
Reconvenção: Não	Vista Ministério Público: Não	Total CDA: 3

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 1

Evento:
DISTRIBUICAO_SORTEIO_AUTOMATICO
Data:
24/04/2017 15:51:00
Usuário:
JRJSDC - SERGIO RODRIGO PEREIRA DO NASCIMENTO -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
1

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

EXMO. SR. DR. JUIZ DA SEÇÃO JUDICIÁRIA - RIO DE JANEIRO

A **União (Fazenda Nacional),** 00.394.460/0216-53, pelo Procurador da Fazenda Nacional que esta subscreve, com fundamento na Lei 6.830/80, vem propor EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA, contra o(s) contribuinte(s):

Nome: **CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.**
CNPJ: **04.858.299/0001-70**
End: **RUA CAMPO GRANDE, 1096, SALA 611, CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO, RJ, 23080-000**

EXECUÇÃO FISCAL DA DÍVIDA ATIVA

Consubstanciada na(s) seguinte(s) certidão(ões) de Inscrição em Dívida Ativa, que integra(m) a presente petição inicial:

Processo Administrativo	Inscrição	Valor Atualizado
18470508106201651	7061604371845	R$ 611.932,45
18470508107201604	7021602033935	R$ 806.967,21
18470508108201641	7021602034079	R$ 23.483,50

Para tanto, requer-se na forma do art. 8 da Lei 6.830/80, e art. 172 parágrafo 2, do Código de Processo Civil :

1. A citação da(o) Executada(o), pelo correio, com Aviso de Recepção(AR), para pagar, no prazo legal, as dívidas inscritas, devidamente atualizadas, acrescidas de juros, encargos previstos no Decreto-Lei n. 1.025/69, alterado pelo Decreto-Lei n. 1.645/78, custas e despesas processuais, ou nomear bens livres e desembaraçados para garantir a execução em consonância que a legislação em vigor, sob pena de lhe serem penhorados ou arrestados tantos bens quanto bastem a plena execução da dívida;

2. Não paga a dívida ou não garantida a execução, a expedição de mandado de penhora e avaliação a recair sobre tantos bens quantos bastem à garantia integral da dívida, inclusive imóveis, nesse caso procedendo-se à intimação do cônjuge e à notificação do cartório de registro competente.

Dá-se à causa o valor atualizado de R$ 1.442.383,16 (***um milhão e quatrocentos e quarenta e dois mil e trezentos e oitenta e três reais e dezesseis centavos***), consoante o disposto no art. 6, parágrafo 4, Lei de Execuções Fiscais, que corresponde ao(s) valor(es) consolidado(s) da(s) dívida(s).

Pede deferimento,

Rio de Janeiro, 06 de Março de 2017

VINICIUS BRANDAO DE QUEIROZ
Procurador(a) da Fazenda Nacional

Siape - 1286791

Nº do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55 (Processo 0023469-13.2017.4.02.5101)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ
Documento No: 77073350-1-0-1-1-11304 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob número **70 6 16 043718-45** da série 1804 desde, 18/11/2016.

Nome: **CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.**
CNPJ: **04.858.299/0001-70**
End: **RUA CAMPO GRANDE, 1096, SALA 611, CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO, RJ, 23080-000**

É(São) devedor(devedores) da Fazenda Nacional da quantia abaixo discriminada, referente aos débitos especificados em anexo.

Processo Administrativo	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
18470 508106/2016-51	R$ 390.537,02	UFIR 367.011,57

Fundamentação legal da cobrança:

A dívida em apreço foi inscrita à vista dos elementos constantes de processo ou expediente protocolizado no Ministério da Fazenda sob número acima indicado, e está sujeita, até a sua efetiva liquidação, à correção monetária (DL. 2052/83, art. 1 Inciso I, DL. 2284/86, art 41, DL. 2287/86, arts. 12 e 15, modificado pelo DL. 2323/87, arts. 1 e 14, Lei n. 7799/89, alterada pela Lei n. 8383/91, art. 54), aos juros de mora (DL. 2052/83, art.1, Inciso II, DL. 2323/87, art 16, modificado pelo DL. 2331/87, art. 6, Lei n. 8177/91, art. 9, Lei n. 8218/91, art. 3 e 30, Lei n. 8383/91, art. 54 parágrafos 1 e 2, Lei n. 8981/95, art. 84, I e parágrafo 8 (redação da MP 1110/95, art. 16 e reedições); Lei n. 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 26 e reedições, excetuada, quanto aos juros, a parcela relativa à multa de mora, além do encargo de 20% (vinte por cento), previsto no DL nº 1025/69, art. 1; no DL nº 1645/78, art. 3, na Lei nº 7799/89, art. 64, par. 2 e Lei nº 8383/91, art. 57, par. 2 e multa de mora, com base no artigo 84, inciso II, parágrafo 8º, da Lei nº 8.981/95 (incluído pela MP 1.110/95, art. 17, e reedições).

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

Rio de Janeiro, 06 de Março de 2017

VINICIUS BRANDAO DE QUEIROZ
Procurador(a) da Fazenda Nacional
Siape - 1286791

Nº do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55 (Processo 0023469-13.2017.4.02.5101)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ
Documento No: 77073350-2-0-2-3-705230 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
18470 508106/2016 - 51	70 6 16 043718 - 45

Origem
LUCRO REAL RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO

N° da decl./notif.
0

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
01/2013	**CONTR. SOCIAL**	**31/03/2014**	**01/04/2014**	**01/04/2014**	**R$ 325.447,52**

Fundamentação legal
ARTS 1, 2 E PAR 1 E AL "C" (C/ALT ART 2 L 8034/90), ART 3 (C/ALT ART 17 L 11727/08) E ART 4 L 7689/88; ART 3 E INC II L 8003/90; ARTS 2, 3 E INC II E 6 (COMB C/ART 41 PAR 2 E ART 45 PAR 3 DEC 332/91) L 8200/91; ART 25 COMB C/ART 57 (C/ALT ART 1 L 9065/95) L 8981/95; ARTS 1 E 13 E INCS L 9249/95; ART 2 PAR 3, ART 6 PAR 1 INC I (C/ALT ART 20 L 12844/13) E PAR 3, ART 10 PARS 1 E 3, ART 11 PARS 2 E 3, ART 12 E PARS 1 (C/ALT ART 9 L 12431/11) E 2 (C/ALT ART 48 L 12715/12), ART 17, ART 18 PAR 7, ART 19 PAR 7 E ART 22 (C/ALT ART 5 L 12766/12) E PAR 3 COMBS C/ART 28 (C/ALT ART 49 L 12715/12), ARTS 55 E 60 L 9430/96; ART 1 E PAR 3 (C/ALT ART 34 MP 2158/01-35), ART 11 PARS 2 E 3 E ARTS 60 E 69 L 9532/97; ART 14 E INCS (C/ALT ART 46 L 10637/02 E C/ALT ART 22 L 12249/10) L 9718/98; ART 4 L 9981/00; ARTS 21, 30 E PARS E 35 E PAR UN MP 2158/01-35; ART 2 PAR UN L 10305/01; ART 7 E PAR 3 L 10637/02; ART 1 E PARS L 12402/11

Forma de constituição do débito	Notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

Origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

N° da decl./notif.

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
01/2013	**MULTA MORA - 20 P/CENTO**	**-**	**-**	**-**	**R$ 65.089,50**

Fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

Forma de constituição do débito	Notificação

Nº do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55 (Processo 0023469-13.2017.4.02.5101)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ
Documento No: 77073350-2-0-2-3-705230 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 3

SALDO DO VALOR ORIGINÁRIO

Processo Administrativo	Inscrição
18470 508106/2016 - 51	70 6 16 043718 - 45

Natureza do Débito	Data de Vencimento	Termo Inicial		Multa Mora	Valores Originários Remanescentes
		Juros	Atualização Monetária		
CONTR. SOCIAL	31/03/2014	01/04/2014	01/04/2014	20%	R$ 325.447,52
MULTA MORA - 20 P/CENTO	-	-	-		R$ 65.089,50

Nº do agrupamento de inscrições

700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55 (Processo 0023469-13.2017.4.02.5101)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ
Documento No: 77073350-2-0-2-3-705230 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob número **70 2 16 020339-35** da série 3551 desde, 18/11/2016.

Nome: **CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.**
CNPJ: **04.858.299/0001-70**
End: **RUA CAMPO GRANDE, 1096, SALA 611, CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO, RJ, 23080-000**

É(São) devedor(devedores) da Fazenda Nacional da quantia abaixo discriminada, referente aos débitos especificados em anexo.

Processo Administrativo	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
18470 508107/2016-04	R$ 515.008,76	UFIR 483.985,29

Fundamentação legal da cobrança:

A dívida em apreço foi inscrita à vista dos elementos constantes de processo ou expediente protocolizado no Ministério da Fazenda sob número acima indicado, e está sujeita, até a sua efetiva liquidação, à correção monetária (DL. 2052/83, art. 1 Inciso I, DL. 2284/86, art 41, DL. 2287/86, arts. 12 e 15, modificado pelo DL. 2323/87, arts. 1 e 14, Lei n. 7799/89, alterada pela Lei n. 8383/91, art. 54), aos juros de mora (DL. 2052/83, art.1, Inciso II, DL. 2323/87, art 16, modificado pelo DL. 2331/87, art. 6, Lei n. 8177/91, art. 9, Lei n. 8218/91, art. 3 e 30, Lei n. 8383/91, art. 54 parágrafos 1 e 2, Lei n. 8981/95, art. 84, I e parágrafo 8 (redação da MP 1110/95, art. 16 e reedições); Lei n. 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 26 e reedições, excetuada, quanto aos juros, a parcela relativa à multa de mora, além do encargo de 20% (vinte por cento), previsto no DL nº 1025/69, art. 1; no DL nº 1645/78, art. 3, na Lei nº 7799/89, art. 64, par. 2 e Lei nº 8383/91, art. 57, par. 2 e multa de mora, com base no artigo 84, inciso II, parágrafo 8º, da Lei nº 8.981/95 (incluído pela MP 1.110/95, art. 17, e reedições).

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

Rio de Janeiro, 06 de Março de 2017

VINICIUS BRANDAO DE QUEIROZ
Procurador(a) da Fazenda Nacional
Siape - 1286791

Nº do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55 (Processo 0023469-13.2017.4.02.5101)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ
Documento No: 77073350-3-0-5-3-158093 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
18470 508107/2016 - 04	70 2 16 020339 - 35

Origem	N° da decl./notif.
LUCRO REAL RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO	**0**

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
01/2013	**IMPOSTO**	**31/03/2014**	**01/04/2014**	**01/04/2014**	**R$ 429.173,97**

Fundamentação legal
ARTS 27 E 32 DL 5844/43; ART 6 E PARS DL 1598/77; ART 46 PAR 3 L 8383/91; ART 3 E INC II L 8200/91; ART 25 L 8981/95; ARTS 1, 3 E PARS 1 E 2 (C/ALT ART 4 L 9430/96) E ART 25 E PARS L 9249/95; ART 1 PAR UN L 9316/96; ART 2 PAR 3, ART 4, ART 6 PAR 1 INC I (C/ALT ART 20 L 12844/13) E PAR 3, ART 10 PARS 1 E 3, ART 11 PARS 2 E 3, ART 12 E PARS 1 (C/ALT ART 9 L 12431/11) E 2 (C/ALRT 48 L 12715/12), ART 17, ART 18 PAR 7, ART 19 PAR 7, ART 22 (C/ALT ART 5 L 12766/12) E PAR 3, ARTS 58 E 60 L 9430/96; ART 14 L 9718/98; ART 23 E INCS MP 1991/99-12; ART 1 MP 2011/99-3; ART 1 E PARS L 12402/11

Forma de constituição do débito	Notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

Origem	N° da decl./notif.
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
01/2013	**MULTA MORA - 20 P/CENTO**	**-**	**-**	**-**	**R$ 85.834,79**

Fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

Forma de constituição do débito	Notificação

Nº do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55 (Processo 0023469-13.2017.4.02.5101)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ
Documento No: 77073350-3-0-5-3-158093 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 3

SALDO DO VALOR ORIGINÁRIO

Processo Administrativo	Inscrição
18470 508107/2016 - 04	70 2 16 020339 - 35

Natureza do Débito	Data de Vencimento	Termo Inicial		Multa Mora	Valores Originários Remanescentes
		Juros	Atualização Monetária		
IMPOSTO	31/03/2014	01/04/2014	01/04/2014	20%	R$ 429.173,97
MULTA MORA - 20 P/CENTO	-	-	-		R$ 85.834,79

Nº do agrupamento de inscrições

700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55 (Processo 0023469-13.2017.4.02.5101)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ
Documento No: 77073350-3-0-5-3-158093 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob número **70 2 16 020340-79** da série 3560 desde, 18/11/2016.

Nome: **CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.**
CNPJ: **04.858.299/0001-70**
End: **RUA CAMPO GRANDE, 1096, SALA 611, CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO, RJ, 23080-000**

É(São) devedor(devedores) da Fazenda Nacional da quantia abaixo discriminada, referente aos débitos especificados em anexo.

Processo Administrativo	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
18470 508108/2016-41	R$ 12.944,62	UFIR 12.164,79

Fundamentação legal da cobrança:

A dívida em apreço foi inscrita à vista dos elementos constantes de processo ou expediente protocolizado no Ministério da Fazenda sob número acima indicado, e está sujeita, até a sua efetiva liquidação, à correção monetária (DL. 2052/83, art. 1 Inciso I, DL. 2284/86, art 41, DL. 2287/86, arts. 12 e 15, modificado pelo DL. 2323/87, arts. 1 e 14, Lei n. 7799/89, alterada pela Lei n. 8383/91, art. 54), aos juros de mora (DL. 2052/83, art.1, Inciso II, DL. 2323/87, art 16, modificado pelo DL. 2331/87, art. 6, Lei n. 8177/91, art. 9, Lei n. 8218/91, art. 3 e 30, Lei n. 8383/91, art. 54 parágrafos 1 e 2, Lei n. 8981/95, art. 84, I e parágrafo 8 (redação da MP 1110/95, art. 16 e reedições); Lei n. 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 26 e reedições, excetuada, quanto aos juros, a parcela relativa à multa de mora, além do encargo de 20% (vinte por cento), previsto no DL nº 1025/69, art. 1; no DL nº 1645/78, art. 3, na Lei nº 7799/89, art. 64, par. 2 e Lei nº 8383/91, art. 57, par. 2 e multa de mora, com base no artigo 84, inciso II, parágrafo 8º, da Lei nº 8.981/95 (incluído pela MP 1.110/95, art. 17, e reedições).

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

Rio de Janeiro, 06 de Março de 2017

VINICIUS BRANDAO DE QUEIROZ
Procurador(a) da Fazenda Nacional
Siape - 1286791

Nº do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55 (Processo 0023469-13.2017.4.02.5101)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ
Documento No: 77073350-4-0-8-9-249121 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
18470 508108/2016 - 41	70 2 16 020340 - 79

Origem
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO

N° da decl./notif.
0

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
01/2011	**IMPOSTO**	**18/02/2011**	**21/02/2011**	**01/03/2011**	**R$ 508,49**

Fundamentação legal
ART 103 DL 5844/43; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 8 E PAR UN DL 1736/79; ART 7 INC I E PAR 1 L 7713/88; ART 1 L 9249/95; ART 5 L 9250/95; ART 11 PAR 1 L 9532/97; ART 3 PAR 5 L 10101/00; ART 70 E INC I E AL "D" L 11196/05 C/ALT ART 5 L 11933/09; ART 1 INC V L 11482/07 C/ALT ART 1 L 12469/11; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11

Forma de constituição do débito	Notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

Origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

N° da decl./notif.

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
01/2011	**MULTA MORA - 20 P/CENTO**	**-**	**-**	**-**	**R$ 101,70**

Fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

Forma de constituição do débito	Notificação

Nº do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55 (Processo 0023469-13.2017.4.02.5101)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ
Documento No: 77073350-4-0-8-9-249121 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
18470 508108/2016 - 41	70 2 16 020340 - 79

Origem
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO

N° da decl./notif.
0

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
02/2011	**IMPOSTO**	**18/03/2011**	**21/03/2011**	**01/04/2011**	**R$ 2.170,65**

Fundamentação legal
ART 103 DL 5844/43; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 8 E PAR UN DL 1736/79; ART 7 INC I E PAR 1 L 7713/88; ART 1 L 9249/95; ART 5 L 9250/95; ART 11 PAR 1 L 9532/97; ART 3 PAR 5 L 10101/00; ART 70 E INC I E AL "D" L 11196/05 C/ALT ART 5 L 11933/09; ART 1 INC V L 11482/07 C/ALT ART 1 L 12469/11; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11

Forma de constituição do débito	Notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

Origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

N° da decl./notif.

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
02/2011	**MULTA MORA - 20 P/CENTO**	**-**	**-**	**-**	**R$ 434,13**

Fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

Forma de constituição do débito	Notificação

Nº do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55 (Processo 0023469-13.2017.4.02.5101)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ
Documento No: 77073350-4-0-8-9-249121 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
18470 508108/2016 - 41	70 2 16 020340 - 79

Origem
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO

N° da decl./notif.
0

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
03/2011	**IMPOSTO**	**20/04/2011**	**25/04/2011**	**02/05/2011**	**R$ 3.163,22**

Fundamentação legal
ART 103 DL 5844/43; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 8 E PAR UN DL 1736/79; ART 7 INC I E PAR 1 L 7713/88; ART 1 L 9249/95; ART 5 L 9250/95; ART 11 PAR 1 L 9532/97; ART 3 PAR 5 L 10101/00; ART 70 E INC I E AL "D" L 11196/05 C/ALT ART 5 L 11933/09; ART 1 INC V L 11482/07 C/ALT ART 1 L 12469/11; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11

Forma de constituição do débito	Notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

Origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

N° da decl./notif.

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
03/2011	**MULTA MORA - 20 P/CENTO**	**-**	**-**	**-**	**R$ 632,64**

Fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

Forma de constituição do débito	Notificação

Nº do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55 (Processo 0023469-13.2017.4.02.5101)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ
Documento No: 77073350-4-0-8-9-249121 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
18470 508108/2016 - 41	70 2 16 020340 - 79

Origem
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO

N° da decl./notif.
0

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
04/2011	**IMPOSTO**	**20/05/2011**	**23/05/2011**	**01/06/2011**	**R$ 443,16**

Fundamentação legal
ART 103 DL 5844/43; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 8 E PAR UN DL 1736/79; ART 7 INC I E PAR 1 L 7713/88; ART 1 L 9249/95; ART 5 L 9250/95; ART 11 PAR 1 L 9532/97; ART 3 PAR 5 L 10101/00; ART 70 E INC I E AL "D" L 11196/05 C/ALT ART 5 L 11933/09; ART 1 INC V L 11482/07 C/ALT ART 1 L 12469/11; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11

Forma de constituição do débito	Notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

Origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

N° da decl./notif.

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
04/2011	**MULTA MORA - 20 P/CENTO**	**-**	**-**	**-**	**R$ 88,63**

Fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

Forma de constituição do débito	Notificação

Nº do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55 (Processo 0023469-13.2017.4.02.5101)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ
Documento No: 77073350-4-0-8-9-249121 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
18470 508108/2016 - 41	70 2 16 020340 - 79

Origem
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO

N° da decl./notif.
0

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
05/2011	**IMPOSTO**	**20/06/2011**	**21/06/2011**	**01/07/2011**	**R$ 555,30**

Fundamentação legal
ART 103 DL 5844/43; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 8 E PAR UN DL 1736/79; ART 7 INC I E PAR 1 L 7713/88; ART 1 L 9249/95; ART 5 L 9250/95; ART 11 PAR 1 L 9532/97; ART 3 PAR 5 L 10101/00; ART 70 E INC I E AL "D" L 11196/05 C/ALT ART 5 L 11933/09; ART 1 INC V L 11482/07 C/ALT ART 1 L 12469/11; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11

Forma de constituição do débito	Notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

Origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

N° da decl./notif.

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
05/2011	**MULTA MORA - 20 P/CENTO**	**-**	**-**	**-**	**R$ 111,06**

Fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

Forma de constituição do débito	Notificação

Nº do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55 (Processo 0023469-13.2017.4.02.5101)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ
Documento No: 77073350-4-0-8-9-249121 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
18470 508108/2016 - 41	70 2 16 020340 - 79

Origem
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO

N° da decl./notif.
0

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
07/2011	**IMPOSTO**	**19/08/2011**	**22/08/2011**	**01/09/2011**	**R$ 3.879,25**

Fundamentação legal
ART 103 DL 5844/43; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 8 E PAR UN DL 1736/79; ART 7 INC I E PAR 1 L 7713/88; ART 1 L 9249/95; ART 5 L 9250/95; ART 11 PAR 1 L 9532/97; ART 3 PAR 5 L 10101/00; ART 70 E INC I E AL "D" L 11196/05 C/ALT ART 5 L 11933/09; ART 1 INC V L 11482/07 C/ALT ART 1 L 12469/11; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11

Forma de constituição do débito	Notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

Origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

N° da decl./notif.

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
07/2011	**MULTA MORA - 20 P/CENTO**	**-**	**-**	**-**	**R$ 775,85**

Fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

Forma de constituição do débito	Notificação

Nº do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55 (Processo 0023469-13.2017.4.02.5101)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ
Documento No: 77073350-4-0-8-9-249121 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
18470 508108/2016 - 41	70 2 16 020340 - 79

Origem
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO

N° da decl./notif.
0

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
08/2011	**IMPOSTO**	**20/09/2011**	**21/09/2011**	**03/10/2011**	**R$ 67,13**

Fundamentação legal
ART 103 DL 5844/43; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 8 E PAR UN DL 1736/79; ART 7 INC I E PAR 1 L 7713/88; ART 1 L 9249/95; ART 5 L 9250/95; ART 11 PAR 1 L 9532/97; ART 3 PAR 5 L 10101/00; ART 70 E INC I E AL "D" L 11196/05 C/ALT ART 5 L 11933/09; ART 1 INC V L 11482/07 C/ALT ART 1 L 12469/11; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11

Forma de constituição do débito	Notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

Origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

N° da decl./notif.

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
08/2011	**MULTA MORA - 20 P/CENTO**	**-**	**-**	**-**	**R$ 13,43**

Fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

Forma de constituição do débito	Notificação

Nº do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55 (Processo 0023469-13.2017.4.02.5101)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ
Documento No: 77073350-4-0-8-9-249121 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 3

SALDO DO VALOR ORIGINÁRIO

Processo Administrativo	Inscrição
18470 508108/2016 - 41	70 2 16 020340 - 79

Natureza do Débito	Data de Vencimento	Termo Inicial		Multa Mora	Valores Originários Remanescentes
		Juros	Atualização Monetária		
IMPOSTO	18/02/2011	01/03/2011	21/02/2011	20%	R$ 508,49
MULTA MORA - 20 P/CENTO	-	-	-		R$ 101,70
IMPOSTO	18/03/2011	01/04/2011	21/03/2011	20%	R$ 2.170,65
MULTA MORA - 20 P/CENTO	-	-	-		R$ 434,13
IMPOSTO	20/04/2011	02/05/2011	25/04/2011	20%	R$ 3.163,22
MULTA MORA - 20 P/CENTO	-	-	-		R$ 632,64
IMPOSTO	20/05/2011	01/06/2011	23/05/2011	20%	R$ 443,16
MULTA MORA - 20 P/CENTO	-	-	-		R$ 88,63
IMPOSTO	20/06/2011	01/07/2011	21/06/2011	20%	R$ 555,30
MULTA MORA - 20 P/CENTO	-	-	-		R$ 111,06
IMPOSTO	19/08/2011	01/09/2011	22/08/2011	20%	R$ 3.879,25
MULTA MORA - 20 P/CENTO	-	-	-		R$ 775,85
IMPOSTO	20/09/2011	03/10/2011	21/09/2011	20%	R$ 67,13
MULTA MORA - 20 P/CENTO	-	-	-		R$ 13,43

Nº do agrupamento de inscrições

700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55 (Processo 0023469-13.2017.4.02.5101)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ
Documento No: 77073350-4-0-8-9-249121 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Poder Judiciário
Justiça Federal - 2a Região
Seção Judiciária do RJ

Termo de Autuação

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2017, nesta Secretaria da 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro autuo os documentos adiante, em _____ folha(s), com 0 apenso(s), na seguinte conformidade:

Processo.....: 0023469-13.2017.4.02.5101
Classe do processo.....: 3000 - EXECUÇÃO FISCAL
1. Data do Protocolo.....: 06/03/2017
2. Número de volumes.....: 1
3. Observações.....:
4. Vara.....: 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
5. Tipo de Distribuição.....: Distribuição-Sorteio Automático
6. Data/Hora distribuição....: 24/04/2017 15:51
7. Distr. lançada por.....: SERGIO RODRIGO PEREIRA DO NASCIMENTO
8. Usuário últ. alteração.....:
9. Data últ. alteração.....:
10. Processo Prevento.....:
11. Objetos.....:
12. Processo Vinculado.....:
13. Valor da Causa.....: Real - 1.442.383,16
14. Processo administrativo.: 18470508106201651; 18470508107201604; 18470508108201641
15. Natureza do Cálculo.....:

16. Nro. inscrição C.D.A.....:

CDA	Data	Moeda	Valor
7021602033935	18/11/2016 00:00		806.967,21
7021602034079	18/11/2016 00:00		23.483,50
7061604371845	18/11/2016 00:00		611.932,45

Assunto:

03.12.19 Multas - Dívida Ativa - Direito Tributário
03.12.11 Contribuição Social - Dívida Ativa - Direito Tributário
03.12.08 IRPJ - Dívida Ativa - Direito Tributário

PARTES:

Tipo	Nome	CPF/CNPJ	Tipo Carac.
AUTOR	FAZENDA NACIONAL	00.394.460/0216-53	
PROCURADOR	JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET		
REU	CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.	04.858.299/0001-70	

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ
Documento No: 77073350-5-0-17-2-456768 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Dados Complementares

Segredo de Justiça Absoluto	- Não
Segredo de Justiça no Sistema	- Não
Picha Certidão se processo em Segredo	- Sim
Prioridade Idoso	- Não
Isento de Custas	- Não
Pedido de Gratuidade	- Não
Assistência Judiciária	- Não
Com liminar/Tutela Antecipada Deferida	- Não
Processo Eletrônico	- Sim
Possui Documentos Sigilosos	- Não
Penhora no Rosto dos Autos	- Não
Processo Originário da 2ª Região	- Não
Requer Liminar/Tutela Antecipada	- Não
Requer Justiça Gratuita	- Não
Requer Prioridade de Idoso	- Não
Requer Segredo de Justiça	- Não
Requer Ministério Público	- Não
Grande devedor para Juízo	- Não
Grande dívida para Fazenda	- Não
Requer Prioridade de Incapaz	- Não
Grande devedor para PRF	- Não

Para constar, lavro e assino o presente.

_____
Diretor da Secretaria

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ
Documento No: 77073350-5-0-17-2-456768 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 2

Evento:
REMESSA_INTERNA
Data:
24/04/2017 16:28:00
Usuário:
JRJMHY - MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
2

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 3

Evento:
CONCLUSAO_PARA_DECISAO_____INTERLOCUTORIA
Data:
25/04/2017 13:15:00
Usuário:
JRJEJM - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
3

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL

2017.51.01.023469-8

Processo n° 0023469-13.2017.4.02.5101 (2017.51.01.023469-8)

1. **Defiro** a petição inicial (Lei n° 6.830/80, art. 7°).

2. **Cite(m)-se** o(a,s) Executado(a,s), no(s) endereço(s) indicado(s), por mandado a ser cumprido por Oficial de Justiça, para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar(em) o débito, mais acréscimos legais, ou garantir(em) a execução (Lei nº 6.830/80, arts. 8° e 9°), que, se vier por carta de fiança, deverá ter ser seu original apresentado em Secretaria deste M. Juízo, para acautelamento, ou, se por depósito de dinheiro, comprovado por cópia da operação bancária, sob pena de se desconsiderar a garantia. Quanto à citação, cumpra-se ainda o seguinte.

2.1. Se caracterizada a suspeita de ocultação da parte Executada, fica autorizado o Oficial de Justiça a proceder à **citação por hora certa** (CPC, arts. 252 e 253), após cuidando a Secretaria da devida comunicação pelo correio (CPC, art. 254). Se decorridos 5 (cinco) dias sem qualquer manifestação do citando, dê-se vista à Defensoria Pública da União (CPC, art. 72, inc. II). Já se o Oficial de Justiça certificar que o endereço do(a) Executado(a) se encontra em **área de risco**, proceda-se à **citação pelo correio**, com aviso de recebimento (Lei nº 6.830/80, art. 8º, incs. I e III).

2.2. Se o(s) Executado(s) não for(em) encontrado(s), porque seu(s) endereço(s) não foi(ram) localizado(s) ou ele(s) tiver(em) se mudado, tratando-se de **pessoa natural**, proceda-se a citação por edital. Já se se tratar de **pessoa jurídica**, abra-se vista à Exequente para que, no prazo de 30 dias, traga cópia do contrato social (última alteração) da empresa executada arquivada na JUCERJA ou no RCPJ, então expedindo-se mandado para sua citação em novo endereço dela ou nos de seus sócios, que ainda não tenham sido buscados nestes autos. Nesta hipótese, caso a documentação demonstre que tais endereços já foram esgotados ou se frustradas as diligências encetadas conforme acima, proceda-se à **citação por edital**.

2.2.1. Se decorrido o prazo sem qualquer manifestação do citado por edital, dê-se **vista à Defensoria Pública da União**, por novo prazo igual. Após, sem manifestação da Defensoria, **prossiga-se conforme item 4** e seguintes desta. Já se vier petição da Defensoria, dê-se **vista ao(à) Exequente,** pelo prazo de 5 dias, para manifestar o prosseguimento pretendido à execução e voltem conclusos.

3. **Se houver o pagamento**, for alegado parcelamento ou vier oferta de bens à penhora, dê-se vista à Exequente para sua manifestação a respeito, voltando conclusos em seguida.

4. **Sendo positiva a citação e não ocorrendo o pagamento nem oferta de garantia à execução**, em vista do que dispõem o artigo 185-A do Código Tributário Nacional, os artigos 655-A do Código de Processo Civil, o artigo 11 da Lei n° 6.830/80 e do já assentado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça quanto às medidas de efetividade da jurisdição executiva *(v.g.:* STJ – 2ª Turma – REsp n° 1.074.228-MG - Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES – DJ de 05/11/2008), efetive-se o bloqueio dos valores disponíveis em contas bancárias e aplicações financeiras do(a,s) Executado(a,s) regularmente citado(a,s), até o limite do montante total exigível na presente execução, por meio do sistema **BACEN-JUD** (CPC, art. 854), observando-se ainda ao seguinte.

4.1. O bloqueio deve compreender apenas ativos financeiros sem natureza alimentar ou o que estes excederem de 50 (cinquenta) salários-mínimos mensais (CPC, art. 833, IV e § 2°) e valores acima de 40 salários-mínimos em conta-poupança (CPC, art. 833, X).

4.2 Existindo conta única cadastrada nos termos da Resolução nº 61/2008 – CNJ, a ordem deverá ser inicialmente expedida para essa conta, sendo que, se nela não houver valores

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Documento No: 77073350-6-0-19-3-622059 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

disponíveis em montante suficiente, fica desde já determinado o redirecionamento da ordem de bloqueio da quantia remanescente às demais contas e instituições financeiras onde o(s) Executado(s) possua(m) valores disponíveis, paralelamente oficiando-se ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça para informação do ocorrido e providências que vir adequadas, conforme disposto no art. 8º da citada Resolução;

4.3. **Efetivado o bloqueio**, se transcorridos 5 (cinco) dias úteis sem que se oponha o devedor, formalize-se a penhora, para tanto inclusive determinando-se:

4.3.1 A transferência do(s) valor(es) bloqueado(s) para conta judicial a ser aberta na Caixa Econômica Federal à disposição deste M. Juízo, então intimando-se o(a) Executado(a) a respeito da constrição e do seu prazo para oposição de embargos cabíveis, servindo o relatório de detalhamento da transferência do sistema BACENJUD como **termo de penhora**. Nestas hipóteses, caso não localizado(a) o devedor(a), cite(m)-se e/ou intime(m)-se por edital, conforme o caso, dando-se vista à DPU se decorrido *in albis* o prazo do edital, e não houver nos autos prévia citação pessoal do(s) executado(s). **Se transcorridos *in albis* o prazo para oferecimento de embargos**:

4.3.1.1 Oficie-se à CEF para transformação em pagamento os valores depositados judicialmente, devendo comprovar a transformação nos autos.

4.3.1.2 Sendo a presente execução compreendida por mais de uma CDA e o valor arrecadado insuficiente à quitação de todas, **intime-se à Exequente para**, **no prazo de 30 (trinta) dias**, esclarecer os valores correspondentes a cada CDA na data do depósito e a ordem em que se devem efetuar as alocações dos pagamentos (CTN, art. 163), **ficando suspenso o processo no aguardo das providências a cargo daquela, necessárias para seu prosseguimento.**

4.3.1.3 Comprovada a transformação, dê-se vista ao Exequente, **por 30 (trinta) dias**, para que promova a devida alocação da quantia mencionada no débito objeto de cobrança, **ficando suspenso o processo no aguardo das providências a cargo daquela, necessárias para seu prosseguimento, decorridos 5 (cinco) anos de suspensão, reabra-se vista à Exequente e voltem-me conclusos.**

4.3.2 Se existirem outro(s) bem(ns) do(a,s) Executado(a,s) já penhorado(s) nestes autos, dê-se vista imediatamente à Exequente para indicar qual(is) pretende manter para a garantia da dívida, tendo em vista o total exigível na presente execução.

4.4. **Se o valor total bloqueado for insuficiente aos custos inerentes ao processo, fica desde já deferido o levantamento.** Entende-se como custos inerentes ao processo não os referentes à alienação, para realização do bem penhorado em espécie, de que naturalmente não se pode cogitar na constrição de ativos financeiros; mas sim os inerentes aos tempos de serviços dos servidores e materiais da Justiça necessários aos procedimentos para o aperfeiçoamento da própria penhora (*v.g.*: expedição, cumprimento e certificações de mandados, editais, ofícios etc.), nesse sentido considerando-se insuficiente o valor bloqueado que seja inferior às custas devidas à União, na Justiça Federal, em ações cíveis em geral, ou seja, a 1% (um por cento) do valor causa até o máximo de R$ 1.915,38 (= 1.800 UFIR's) (CPC, art. 836 c/c Lei nº 9.289/96), ou mesmo inferior a R$ 100,00 (cem reais).

4.5. **Outrossim**, independente do montante total bloqueado, **fica desde já deferido o desbloqueio dos valores consolidados por instituição financeira inferiores a R$ 10,00** (dez reais), eis que, para esses, nos termos do disposto no art. 13, § 7º, do Regulamento BACENJUD 2.0, aquelas instituições estão dispensadas de proceder ao bloqueio.

4.6. Se acostadas informações bancárias ou fiscais relevantes, observe-se o **sigilo judicial** nos termos da Portaria nº RJ-POR-2011/00582 deste M. Juízo (DJE de 9.6.2011, pp. 297/298).

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Documento No: 77073350-6-0-19-3-622059 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

5. **Se as providências da penhora *on-line* não lograrem êxito** em constritar numerário suficiente à garantia da execução, **expeça-se o competente mandado para que se proceda à penhora ou arresto** em tantos bens do(s) Executado(s) quantos bastem para completar a garantia da dívida, nomeie-se Depositário, avaliem-se o(s) bem(ns) e dessas providências intime(m)-se o(s) Executado(s). Intime-se ainda o Depositário a não abrir mão do depósito sem prévia autorização do Juízo, sob pena de responder pessoalmente pelo valor da avaliação do bem. Se a penhora recair sobre imóvel, intime(m)-se também o(s) cônjuge(s) do(a) Executado(a), se casado(s) for(em) (Lei nº 6.830/80, arts. 10 a 12). Após, entreguem-se a contrafé, cópia do termo ou do auto de penhora ou arresto e cópia desta ao Oficial de Registro de Imóveis competente para que efetue o registro e encaminhe a este M. Juízo certidão de ônus reais atualizada com o registro da constrição, se se tratar de imóvel; à repartição competente para emissão do certificado de registro, para anotação da constrição e encaminhamento ao Juízo de ofício confirmando-a, se se tratar de veículo; e à Junta Comercial, Bolsa de Valores ou Sociedade Comercial, se se tratar de garantia incidente sobre ações, debêntures, quota ou qualquer título, crédito ou direito societário nominativo (Lei nº 6.830/80, art. 7°, inc. IV e art. 14), outrossim para anotação da constrição e encaminhamento ao Juízo de ofício confirmando-a. Fica o Sr. Oficial de Justiça autorizado a requisitar o auxílio de força policial, se necessário.

6. **Acaso frustradas ou insuficientes as providências previstas nos itens 5 e 6**, **dê-se vista ao(à) Exequente** para, no prazo de 10 dias, identificar os bens do(s) devedor(es) sobre os quais pretende recaia a garantia, inclusive indicando onde se encontram e, sendo assim, expeça-se novo mandado para que se proceda à penhora ou arresto de tais bens, no mais procedendo-se consoante o previsto no item 5.

7. **Formalizada garantia**, **cientifique-se o(a) Executado(a) de que tem o prazo de 30 (trinta) dias**, contados do depósito, da juntada da prova de fiança bancária ou da intimação da penhora, **para opor embargos à execução**, ciente de que, se não opostos, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Exequente (Lei nº 6.830/80, art. 16).

8. **Se nada for demonstrado ou requerido pela Exequente** em atenção ao determinado nos itens 2.2. e 6, **suspenda-se a execução** (Lei n° 6.830/80, art. 40) e, decorrido o prazo de 01 (um) ano, se não vier manifestação do(a) Exequente com a(s) localização(ões) do(s) Executado(s) ou de bem(ns) seu(s) penhorável(is), arquivem-se, sem baixa (Lei n° 6.830/80, art. 40, § 2°). Decorridos 05 (cinco) anos do arquivamento, dê-se vista ao(à) Exequente para sua manifestação (Lei n° 6.830/80, art. 40, § 4°), após voltando conclusos.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2017.

ASSINATURA ELETRÔNICA
MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Juiz Federal Titular

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Documento No: 77073350-6-0-19-3-622059 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 4

Evento:
INTIMACAO_DE_DECISAO___REGISTRO_NO_SISTEMA
Data:
25/04/2017 18:25:00
Usuário:
JRJLCP - LUIZ CARLOS ALVES PECANHA -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
4

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 5

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_EXPEDIR_MANDADO
Data:
25/04/2017 18:29:00
Usuário:
JRJLCP - LUIZ CARLOS ALVES PECANHA -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
5

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 6

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_AGUARDANDO_DEVOLUCAO_DE_MANDADO
Data:
28/04/2017 17:52:00
Usuário:
JRJQLQ - AMANDA ALVES DA COSTA NASCIMENTO -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
6

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 7

Evento:
JUNTADA
Data:
06/06/2017 15:07:00
Usuário:
JRJEJM - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
7

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

NORMAL
MANDADO N. MAN.0051.001102-0/2017
ÁREA:
BAIRRO: CAMPO GRANDE

MANDADO DE CITAÇÃO, CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO

0 0 0 5 1 0 0 5 1 0 0 1 1 0 2 0 2 0 1 7

EXECUÇÃO FISCAL 3000
PROCESSO**: 0023469-13.2017.4.02.5101 (2017.51.01.023469-8)**
EXEQUENTE**:** FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO(A,S)A**:** CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.
CPF/CNPJ: 04.858.299/0001-70
CDA(s): 7061604371845 (18/11/2016-611932,45); 7021602033935 (18/11/2016-806967,21); 7021602034079 (18/11/2016-23483,50)

DESTINATÁRIO: **CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.**

ENDEREÇO: RUA CAMPO GRANDE, 1096 SALA 611 - CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO, RJ, Brasil - CEP: 23.080-000

VALOR DA DÍVIDA: **R$ 1.442.383,16 +** multa e encargos legais DATA DA DÍVIDA **06/03/2017**

FINALIDADES:

(1) **CITAR** CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA., CPF/CNPJ Nº 04858299000170**,** para que, no prazo de 5 (cinco) dias (Lei n° 6.830/80, art. 8º), pague a dívida com juros, multa de mora e os encargos indicados na CERTIDÃO DA DÍVIDA ATIVA, acrescida das custas judiciais, ou garanta a execução (Lei n° 6.830/80, art. 9º). Tudo de acordo com decisão proferida nos autos do processo em epígrafe, a seguir transcrita:

Decisão: "*(2017.51.01.023469-8(*

Processo n° 0023469-13.2017.4.02.5101 (2017.51.01.023469-8)

1. Defiro a petição inicial (Lei n° 6.830/80, art. 7°).

2. Cite(m)-se o(a,s) Executado(a,s), no(s) endereço(s) indicado(s), por mandado a ser cumprido por Oficial de Justiça, para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar(em) o débito, mais acréscimos legais, ou garantir(em) a execução (Lei nº 6.830/80, arts. 8° e 9°), que, se vier por carta de fiança, deverá ter ser seu original apresentado em Secretaria deste M. Juízo, para acautelamento, ou, se por depósito de dinheiro, comprovado por cópia da operação bancária, sob pena de se desconsiderar a garantia. Quanto à citação, cumpra-se ainda o seguinte.

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a ANDRE BOTELHO JUCA
Documento No: 77073350-7-0-22-5-191598 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

2.1. Se caracterizada a suspeita de ocultação da parte Executada, fica autorizado o Oficial de Justiça a proceder à citação por hora certa (CPC, arts. 252 e 253), após cuidando a Secretaria da devida comunicação pelo correio (CPC, art. 254). Se decorridos 5 (cinco) dias sem qualquer manifestação do citando, dê-se vista à Defensoria Pública da União (CPC, art. 72, inc. II). Já se o Oficial de Justiça certificar que o endereço do(a) Executado(a) se encontra em área de risco, proceda-se à citação pelo correio, com aviso de recebimento (Lei nº 6.830/80, art. 8º, incs. I e III).

2.2. Se o(s) Executado(s) não for(em) encontrado(s), porque seu(s) endereço(s) não foi(ram) localizado(s) ou ele(s) tiver(em) se mudado, tratando-se de pessoa natural, proceda-se a citação por edital. Já se se tratar de pessoa jurídica, abra-se vista à Exequente para que, no prazo de 30 dias, traga cópia do contrato social (última alteração) da empresa executada arquivada na JUCERJA ou no RCPJ, então expedindo-se mandado para sua citação em novo endereço dela ou nos de seus sócios, que ainda não tenham sido buscados nestes autos. Nesta hipótese, caso a documentação demonstre que tais endereços já foram esgotados ou se frustradas as diligências encetadas conforme acima, proceda-se à citação por edital.

2.2.1. Se decorrido o prazo sem qualquer manifestação do citado por edital, dê-se vista à Defensoria Pública da União, por novo prazo igual. Após, sem manifestação da Defensoria, prossiga-se conforme item 4 e seguintes desta. Já se vier petição da Defensoria, dê-se vista ao(à) Exequente, pelo prazo de 5 dias, para manifestar o prosseguimento pretendido à execução e voltem conclusos.

3. Se houver o pagamento, for alegado parcelamento ou vier oferta de bens à penhora, dê-se vista à Exequente para sua manifestação a respeito, voltando conclusos em seguida.

4. Sendo positiva a citação e não ocorrendo o pagamento nem oferta de garantia à execução, em vista do que dispõem o artigo 185-A do Código Tributário Nacional, os artigos 655-A do Código de Processo Civil, o artigo 11 da Lei n° 6.830/80 e do já assentado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça quanto às medidas de efetividade da jurisdição executiva (v.g.: STJ – 2ª Turma – REsp n° 1.074.228-MG - Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES – DJ de 05/11/2008), efetive-se o bloqueio dos valores disponíveis em contas bancárias e aplicações financeiras do(a,s) Executado(a,s) regularmente citado(a,s), até o limite do montante total exigível na presente execução, por meio do sistema BACEN-JUD (CPC, art. 854), observando-se ainda ao seguinte.

4.1. O bloqueio deve compreender apenas ativos financeiros sem natureza alimentar ou o que estes excederem de 50 (cinquenta) salários-mínimos mensais (CPC, art. 833, IV e § 2°) e valores acima de 40 salários-mínimos em conta-poupança (CPC, art. 833, X).

4.2 Existindo conta única cadastrada nos termos da Resolução nº 61/2008 – CNJ, a ordem deverá ser inicialmente expedida para essa conta, sendo que, se nela não houver valores disponíveis em montante suficiente, fica desde já determinado o redirecionamento da ordem de bloqueio da quantia remanescente às demais contas e instituições financeiras onde o(s) Executado(s) possua(m) valores disponíveis, paralelamente oficiando-se ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça para informação do ocorrido e providências que vir adequadas, conforme disposto no art. 8º da citada Resolução;

4.3. Efetivado o bloqueio, se transcorridos 5 (cinco) dias úteis sem que se oponha o devedor, formalize-se a penhora, para tanto inclusive determinando-se:

4.3.1 A transferência do(s) valor(es) bloqueado(s) para conta judicial a ser aberta na Caixa Econômica Federal à disposição deste M. Juízo, então intimando-se o(a) Executado(a) a respeito da constrição e do seu prazo para oposição de embargos cabíveis, servindo o relatório de detalhamento da transferência do sistema BACENJUD como termo de penhora. Nestas hipóteses, caso não localizado(a) o devedor(a), cite(m)-se e/ou intime(m)-se por edital, conforme o caso, dando-se vista à DPU se decorrido in albis o prazo do edital, e não

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a ANDRE BOTELHO JUCA
Documento No: 77073350-7-0-22-5-191598 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

houver nos autos prévia citação pessoal do(s) executado(s). Se transcorridos in albis o prazo para oferecimento de embargos:

4.3.1.1 Oficie-se à CEF para transformação em pagamento os valores depositados judicialmente, devendo comprovar a transformação nos autos.

4.3.1.2 Sendo a presente execução compreendida por mais de uma CDA e o valor arrecadado insuficiente à quitação de todas, intime-se à Exequente para, no prazo de 30 (trinta) dias, esclarecer os valores correspondentes a cada CDA na data do depósito e a ordem em que se devem efetuar as alocações dos pagamentos (CTN, art. 163), ficando suspenso o processo no aguardo das providências a cargo daquela, necessárias para seu prosseguimento.

4.3.1.3 Comprovada a transformação, dê-se vista ao Exequente, por 30 (trinta) dias, para que promova a devida alocação da quantia mencionada no débito objeto de cobrança, ficando suspenso o processo no aguardo das providências a cargo daquela, necessárias para seu prosseguimento, decorridos 5 (cinco) anos de suspensão, reabra-se vista à Exequente e voltem-me conclusos.

4.3.2 Se existirem outro(s) bem(ns) do(a,s) Executado(a,s) já penhorado(s) nestes autos, dê-se vista imediatamente à Exequente para indicar qual(is) pretende manter para a garantia da dívida, tendo em vista o total exigível na presente execução.

4.4. Se o valor total bloqueado for insuficiente aos custos inerentes ao processo, fica desde já deferido o levantamento. Entende-se como custos inerentes ao processo não os referentes à alienação, para realização do bem penhorado em espécie, de que naturalmente não se pode cogitar na constrição de ativos financeiros; mas sim os inerentes aos tempos de serviços dos servidores e materiais da Justiça necessários aos procedimentos para o aperfeiçoamento da própria penhora (v.g.: expedição, cumprimento e certificações de mandados, editais, ofícios etc.), nesse sentido considerando-se insuficiente o valor bloqueado que seja inferior às custas devidas à União, na Justiça Federal, em ações cíveis em geral, ou seja, a 1% (um por cento) do valor causa até o máximo de R$ 1.915,38 (= 1.800 UFIR's) (CPC, art. 836 c/c Lei nº 9.289/96), ou mesmo inferior a R$ 100,00 (cem reais).

4.5. Outrossim, independente do montante total bloqueado, fica desde já deferido o desbloqueio dos valores consolidados por instituição financeira inferiores a R$ 10,00 (dez reais), eis que, para esses, nos termos do disposto no art. 13, § 7º, do Regulamento BACENJUD 2.0, aquelas instituições estão dispensadas de proceder ao bloqueio.

4.6. Se acostadas informações bancárias ou fiscais relevantes, observe-se o sigilo judicial nos termos da Portaria nº RJ-POR-2011/00582 deste M. Juízo (DJE de 9.6.2011, pp. 297/298).

5. Se as providências da penhora on-line não lograrem êxito em constritar numerário suficiente à garantia da execução, expeça-se o competente mandado para que se proceda à penhora ou arresto em tantos bens do(s) Executado(s) quantos bastem para completar a garantia da dívida, nomeie-se Depositário, avaliem-se o(s) bem(ns) e dessas providências intime(m)-se o(s) Executado(s). Intime-se ainda o Depositário a não abrir mão do depósito sem prévia autorização do Juízo, sob pena de responder pessoalmente pelo valor da avaliação do bem. Se a penhora recair sobre imóvel, intime(m)-se também o(s) cônjuge(s) do(a) Executado(a), se casado(s) for(em) (Lei nº 6.830/80, arts. 10 a 12). Após, entreguem-se a contrafé, cópia do termo ou do auto de penhora ou arresto e cópia desta ao Oficial de Registro de Imóveis competente para que efetue o registro e encaminhe a este M. Juízo certidão de ônus reais atualizada com o registro da constrição, se se tratar de imóvel; à repartição competente para emissão do certificado de registro, para anotação da constrição e encaminhamento ao Juízo de ofício confirmando-a, se se tratar de veículo; e à Junta Comercial, Bolsa de Valores ou Sociedade Comercial, se se tratar de garantia incidente sobre ações, debêntures, quota ou qualquer título, crédito ou direito societário nominativo (Lei nº 6.830/80, art. 7°, inc. IV e art. 14),

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a ANDRE BOTELHO JUCA
Documento No: 77073350-7-0-22-5-191598 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

outrossim para anotação da constrição e encaminhamento ao Juízo de ofício confirmando-a. Fica o Sr. Oficial de Justiça autorizado a requisitar o auxílio de força policial, se necessário.

6. Acaso frustradas ou insuficientes as providências previstas nos itens 5 e 6, dê-se vista ao(à) Exequente para, no prazo de 10 dias, identificar os bens do(s) devedor(es) sobre os quais pretende recaia a garantia, inclusive indicando onde se encontram e, sendo assim, expeça-se novo mandado para que se proceda à penhora ou arresto de tais bens, no mais procedendo-se consoante o previsto no item 5.

7. Formalizada garantia, cientifique-se o(a) Executado(a) de que tem o prazo de 30 (trinta) dias, contados do depósito, da juntada da prova de fiança bancária ou da intimação da penhora, para opor embargos à execução, ciente de que, se não opostos, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Exequente (Lei nº 6.830/80, art. 16).

8. Se nada for demonstrado ou requerido pela Exequente em atenção ao determinado nos itens 2.2. e 6, suspenda-se a execução (Lei n° 6.830/80, art. 40) e, decorrido o prazo de 01 (um) ano, se não vier manifestação do(a) Exequente com a(s) localização(ões) do(s) Executado(s) ou de bem(ns) seu(s) penhorável(is), arquivem-se, sem baixa (Lei n° 6.830/80, art. 40, § 2°). Decorridos 05 (cinco) anos do arquivamento, dê-se vista ao(à) Exequente para sua manifestação (Lei n° 6.830/80, art. 40, § 4°), após voltando conclusos.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2017.

ASSINATURA ELETRÔNICA
MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Juiz Federal Titular

”

Prazo: 05 (CINCO) DIAS A CONTAR DO ATO DE CITAÇÃO.

(2) **CONSTATAR**, na mesma oportunidade da citação, a existência de bens penhoráveis de propriedade do(a) Executado(a), relacionando-os preventivamente em sua certidão e requisitando a apresentação de documentos comprobatórios da propriedade e inexistência de ônus dos bens que por ele(a) for(em) indicado(s).

(3) **INTIMAR** o(a) Executado(a), no caso da não constatação de bens dele(a) no local, de que, no mesmo prazo de 05 (cinco) dias, deve indicar quais são e onde se encontram seus bens passíveis de penhora, com seus respectivos valores, sob pena de a omissão em proceder a tal indicação ser considerada ato atentatório à dignidade da Justiça, sujeitando-o(a) à multa de até 20% (vinte por cento) do valor da dívida, conforme previsão do artigo 774, V e parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil.

EXPEDIDO por ordem do(a) MM. Juiz(a) Federal Dr(a).MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, da 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro, em 3 de maio de 2017, por AMANDA ALVES DA COSTA NASCIMENTO (TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)).

ASSINADO ELETRONICAMENTE

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a ANDRE BOTELHO JUCA
Documento No: 77073350-7-0-22-5-191598 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Diretor de Secretaria
Matrícula n. 10.758

OBSERVAÇÕES:

1) De acordo com a Portaria n. RJ-PGD-2011/00048, de 17/08/2011, do Tribunal Regional Federal – TRF/2ª Região, "*o horário de atendimento ao público externo é das 12h às 17h para as Varas Federais, Juizados Especiais Federais e Administração*".

2) O acesso à integra dos autos do processo eletrônico pode ser obtido por cadastramento do interessado na página da Internet: *http://www.jfrj.jus.br/cadastro-visualizar-processo.*

3) O(s) valor(es) atualizado(s) da(s) dívida(s), bem como instruções para o parcelamento e o pagamento poderão ser obtidos diretamente junto ao(à) Exequente, sendo que, em se tratando de dívida cobrada pela Procuradoria da Fazenda Nacional, por acesso à página da Internet: *www.pgfn.fazenda.gov.br.* Havendo interesse no parcelamento ou pagamento do débito, o devedor deve dirigir-se diretamente ao Exequente para efetivá-lo(s) e deve também comunicar ao M. Juízo a realização do parcelamento ou pagamento, sob pena de prosseguimento da execução.

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a ANDRE BOTELHO JUCA
Documento No: 77073350-7-0-22-5-191598 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Mandado MAN.0051.001102-0/2017

CERTIDÃO (POSITIVA)

CERTIFICO e dou fé que, em cumprimento ao supramencionado Mandado, no dia 24/05/2017, às 11h00min, dirigi-me à Rua Campo Grande, 1096, sala 611, Campo Grande, Rio de Janeiro, RJ, onde **procedi à citação e intimação de Construções Metálicas ICEC Ltda na pessoa de seu Contador, Sr. Paulo Cesar Pereira da Rocha, CPF 032.491.787-21**, que se apresentou com poderes para receber a referida citação, tendo o mesmo ficado de tudo ciente, recebido a contrafé e exarado o ciente. Ressalto, oportunamente, que não vislumbrei a existência de bens passíveis de penhora, eis que no local da diligência está estabelecido o escritório de contabilidade do Sr. Paulo Cesar Pereira da Rocha.

O referido é verdade.

DATA DA DILIGÊNCIA	HORA	LOCAL	DESCRIÇÃO DA DILIGÊNCIA
24/05/2017	11h00min.	Rio de Janeiro	Positiva.

Rio de Janeiro, 02 de junho de 2017.

FABIANA ALVES DE CASTRO SCHACHTER
Oficiala de Justiça Avaliadora Federal
Mat. 15.593

Classif. documental	92.100.05

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a FABIANA ALVES DE CASTRO SCHACHTER
Documento No: 77073350-8-0-27-1-266748 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 8

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
07/06/2017 13:34:00
Usuário:
JRJEJM - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
8

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 9

Evento:
EDITAL_LIVRE
Data:
20/07/2017 14:47:00
Usuário:
JRJQWT - ANDRE LUIZ SILVA CAVALCANTI -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
9

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 10

Evento:
CERTIDAO
Data:
16/08/2017 15:45:00
Usuário:
JRJMNW - MARCIA SANTOS LEITE -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
10

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL

2017.51.01.023469-8

Processo nº 0023469-13.2017.4.02.5101
(2017.51.01.023469-8)

CERTIDÃO

BACENJUD
NEGATIVO

SEGUE Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores, com ativos financeiros encontrados em nome do(a,s) Executado(a,s) **em montante insuficiente aos custos inerentes ao processo**, motivo pelo qual foi comandado o levantamento da sua indisponibilidade, conforme determinado na decisão *retro*.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 2017.

MARCIA SANTOS LEITE
OFICIAL DE GABINETE
MATRÍCULA 13869

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA SANTOS LEITE
Documento No: 77073350-9-0-28-1-429182 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 11

Evento:
JUNTADA
Data:
16/08/2017 15:56:49
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
11

BANCO CENTRAL DO BRASIL **BacenJud 2.0 - Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário** ejuan.leite quarta-feira, 16/08/2017

Minutas | **Ordens judiciais** | **Contatos de I. Financeira** | **Relatórios Gerenciais** | **Ajuda** | **Sair**

Recibo de Protocolamento de Ordens Judiciais de Transferências, Desbloqueios e/ou Reiterações para Bloqueio de Valores

Clique **aqui** para obter ajuda na configuração da impressão, e clique **aqui** para imprimir.

Dados do bloqueio	
Número do Protocolo:	20170004165203
Número do Processo:	201751010234698
Tribunal:	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REGIAO
Vara/Juízo:	2761 - 6ª Vara Federal de Execução Fiscal RJ
Juiz Solicitante do Bloqueio:	Manoel Rolim Campbell Penna - Jt (Protocolizado por Marcia Santos Leite)
Tipo/Natureza da Ação:	Execução Fiscal
CPF/CNPJ do Autor/Exeqüente da Ação:	
Nome do Autor/Exeqüente da Ação:	FAZENDA NACIONAL

Relação de réus/executados

- Para exibir os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.
- Para ocultar os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.

\- **04.858.299/0001-70 - DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA**
[**Total bloqueado (bloqueio original e reiterações)**:R$1,62] [**Quantidade atual de não respostas**: 0]

Respostas

BCO SANTANDER / Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
14/08/2017 13:59	Bloq. Valor	Manoel Rolim Campbell Penna - Jt	1.442.383,16	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 1,40	1,40	15/08/2017 05:39
16/08/2017 14:40:33	**Desb. Valor**	**Manoel Rolim Campbell Penna - Jt (Protocolizado por Marcia Santos Leite)**	**1,40**	**Não enviada**	-	-

ITAÚ UNIBANCO S.A. / Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
14/08/2017 13:59	Bloq. Valor	Manoel Rolim Campbell Penna - Jt	1.442.383,16	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 0,22	0,22	15/08/2017 20:47
16/08/2017 14:40:33	**Desb. Valor**	**Manoel Rolim Campbell Penna - Jt (Protocolizado por Marcia Santos Leite)**	**0,22**	**Não enviada**	-	-

BCO ABC BRASIL / Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado	Data/Hora Cumprimento

Protocolada por Usuário do WEB Service de Consulta do TRF em 06/03/2017 09:51:00 (Processo 0023469-13.2017.4.02.5101)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA SANTOS LEITE
Documento Np: 77073350-10-0-29-3-947680 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

					Remanescente (R$)	
14/08/2017 13:59	Bloq. Valor	Manoel Rolim Campbell Penna - Jt	1.442.383,16	(00) Resposta negativa: réu/executado não é cliente ou possui apenas contas inativas. 0,00	0,00	15/08/2017 07:00

BCO BRADESCO / Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
14/08/2017 13:59	Bloq. Valor	Manoel Rolim Campbell Penna - Jt	1.442.383,16	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	14/08/2017 19:50

BCO FIBRA / Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
14/08/2017 13:59	Bloq. Valor	Manoel Rolim Campbell Penna - Jt	1.442.383,16	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	15/08/2017 04:08

BCO PAULISTA / Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
14/08/2017 13:59	Bloq. Valor	Manoel Rolim Campbell Penna - Jt	1.442.383,16	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	15/08/2017 07:25

BCO SAFRA / Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
14/08/2017 13:59	Bloq. Valor	Manoel Rolim Campbell Penna - Jt	1.442.383,16	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	15/08/2017 17:00

CAIXA ECONOMICA FEDERAL / Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
14/08/2017 13:59	Bloq. Valor	Manoel Rolim Campbell Penna - Jt	1.442.383,16	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	15/08/2017 04:02

DEUTSCHE BANK / Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento

Protocolada por Usuário do WEB Service de Consulta do TRF em 06/03/2017 09:51:00 (Processo 0023469-13.2017.4.02.5101)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA SANTOS LEITE
Documento Np: 77073350-10-0-29-3-947680 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

14/08/2017 13:59	Bloq. Valor	Manoel Rolim Campbell Penna - Jt	1.442.383,16	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	15/08/2017 03:33

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

Voltar para a lista de ordens judiciais pesquisadas

Protocolada por Usuário do WEB Service de Consulta do TRF em 06/03/2017 09:51:00 (Processo 0023469-13.2017.4.02.5101)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA SANTOS LEITE
Documento Np: 77073350-10-0-29-3-947680 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 12

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_EXPEDIR_MANDADO
Data:
16/08/2017 15:59:00
Usuário:
JRJMNW - MARCIA SANTOS LEITE -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
12

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 13

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_AGUARDANDO_DEVOLUCAO_DE_MANDADO
Data:
27/10/2017 14:04:00
Usuário:
JRJQLQ - AMANDA ALVES DA COSTA NASCIMENTO -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
13

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 14

Evento:
JUNTADA
Data:
16/01/2018 12:49:00
Usuário:
JRJEJM - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
14

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

NORMAL
MANDADO n. MAN.0051.002632-7/2017
ÁREA:
BAIRRO: CAMPO GRANDE

MANDADO DE ARRESTO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REGISTRO E INTIMAÇÃO

0 0 0 5 1 0 0 5 1 0 0 2 6 3 2 7 2 0 1 7

EXECUÇÃO FISCAL 3000
PROCESSO: **0023469-13.2017.4.02.5101 (2017.51.01.023469-8)**
PARTE AUTORA**:** FAZENDA NACIONAL
PARTE RÉ**:** CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.

DESTINATÁRIO: **CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.**
ENDEREÇO: **RUA CAMPO GRANDE, 1096 SALA 611 - CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO, RJ, Brasil - CEP: 23.080-000**

VALOR DA DÍVIDA: R$ 1.442.383,16 (atualizado em 06/03/2017)
C.D.A.: 7061604371845 (18/11/2016-611932,45); 7021602033935 (18/11/2016-806967,21); 7021602034079 (18/11/2016-23483,50)
BEM(NS) INDICADO(S) À PENHORA: Não há bens indicados**.**

O(A) DOUTOR(A) MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, M. JUIZ(A) FEDERAL DA 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

M A N D A ao Analista Judiciário/Executante de mandados, a quem for o presente distribuído, que, em cumprimento da decisão proferida nos autos da ação em referência, **proceda à PENHORA ou ARRESTO em bens de propriedade do(a,s) Executado(a,s), CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA., CNPJ/CPF Nº 04858299000170,** tantos quantos bastem para garantia da execução, na forma dos artigos 10 e 11 da Lei nº 6.830/80, **nomeie Depositário**, efetive a **AVALIAÇÃO** do(s) bem(ns) penhorado(s) e também proceda à **INTIMAÇÃO** do(a,s) Executado(a,s) dessas diligências. Recaindo a penhora sobre **imóvel**, intime também o cônjuge do(a,s) Executado(a,s), se casado for(em), e intime o Oficial do Registro de Imóveis competente, ou quem fizer suas vezes, a quem se fará entrega da contrafé e cópia do termo ou auto de penhora, para que proceda ao registro (art.7º, inc. IV, e art.14, inc. I, da Lei nº 6.830/80) e encaminhe ao Juízo certidão de ônus reais atualizada com o registro da constrição; recaindo a penhora ou arresto em **embarcação ou aeronave**, intime o Encarregado, ou quem fizer suas vezes, da Repartição competente para emissão do certificado de registro, a quem se fará entrega da contrafé e cópia do termo ou auto de penhora, para que proceda ao registro (art.7º, inc. IV, e art. 14, inc. I, da Lei nº 6.830/80) e encaminhe ao Juízo ofício confirmando a realização da constrição, **dispensada** tal diligência se se tratar de veículo automotor com restrição registrada pelo sistema **RENAJUD**; recaindo a penhora ou arresto em **ações**, debêntures, quota ou qualquer outro título, crédito ou direito societário nominativo, a entrega da contrafé far-se-á à Junta

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a ANDRE BOTELHO JUCA
Documento No: 77073350-11-0-32-2-101703 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Comercial, Bolsa de Valores ou na Sociedade Comercial (art. 14, inc. III, da Lei nº 6.830/80), outrossim com ordem para que se encaminhe ao Juízo ofício confirmando o registro da constrição. **INTIME o(a) Depositário(a)** a não abrir mão do depósito sem prévia autorização do Juízo, sob pena de responder pessoalmente pelo valor da avaliação do bem, e que, em caso de mudança de endereço, deverá comunicar o fato imediatamente ao Juízo. **INTIME o(a,s) Executado(a,s) de que tem o prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação da penhora, para opor embargos à execução**, sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(a) Exequente. E, no caso da não constatação de bens dele(a) no local, **INTIMAR** o(a) Executado(a) de que deve indicar quais são e onde se encontram seus bens passíveis de penhora, com seus respectivos valores, sob pena de a omissão em proceder a tal indicação ser considerada ato atentatório à dignidade da Justiça, sujeitando-o(a) à multa de até 20% (vinte por cento) do valor da dívida, conforme previsões do artigo 774, inciso V, e parágrafo único, do Código de Processo Civil. Desde logo autorizado o Sr. Oficial de Justiça a requisitar o auxílio de força policial, se necessário.

EXPEDIDO por ordem do(a) MM. Juiz Dr. MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, no Município do Rio de Janeiro, em 27/10/2017, por AMANDA ALVES DA COSTA NASCIMENTO (TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)).

ASSINADO ELETRONICAMENTE
ANDRÉ BOTELHO JUCÁ
Diretor de Secretaria
Matrícula nº 10758

OBSERVAÇÕES:

1) De acordo com a Portaria n. RJ-PGD-2011/00048, de 17/08/2011, do Tribunal Regional Federal – TRF/2ª Região, "*o **horário de atendimento ao público** externo é das 12h às 17h para as Varas Federais, Juizados Especiais Federais e Administração*".

2) O **acesso à integra dos autos do processo eletrônico** pode ser obtido por cadastramento do interessado na página da Internet: *http://www.jfrj.jus.br/cadastro-visualizar-processo.*

3) O(s) valor(es) atualizado(s) da(s) dívida(s), bem como **instruções para o parcelamento e o pagamento** poderão ser obtidos diretamente junto ao(à) Exequente, sendo que, em se tratando de dívida cobrada pela Procuradoria da Fazenda Nacional, por acesso à página da Internet: *www.pgfn.fazenda.gov.br.* Havendo interesse no parcelamento ou pagamento do débito, o devedor deve dirigir-se diretamente ao Exequente para efetivá-lo(s) e deve também comunicar ao M. Juízo a realização do parcelamento ou pagamento, sob pena de prosseguimento da execução.

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a ANDRE BOTELHO JUCA
Documento No: 77073350-11-0-32-2-101703 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

MANDADO Nº MAN005100263272017

CERTIDÃO (NEGATIVA NÃO RESIDE

CERTIFICo que, nesta data, às _1030H__, na RUA CAMPO GRANDE 1096 SALA 611 CAMPO GRANDE RJ, deixei de dar cumprimento à diligência determinada pois CONSTRUÇOES METALICAS ICEC LTDA NÃO FUNCIONA NO LOCAL, ESTANDO ORGANIZAÇÃO CONTABIL FERREIRA E ROCHA LTDA CNPJ 15234277/000156 ALVARA DE 04/04/2012

RIO DE JANEIRO, 15 de janeiro de 2018

LUCIANA G MONTEIRO
Oficial(a) de Justiça Avaliador Federal
Matrícula: 13770

Classif. documental	92.100.05

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a LUCIANA GUIMARAES MONTEIRO
Documento No: 77073350-12-0-34-1-653985 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 15

Evento:
SUSPENSAO_POR_ART__40_DA_LEF
Data:
16/01/2018 16:16:00
Usuário:
JRJEJM - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
15

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 16

Evento:

REMESSA_CARGA_PARA_EXECUCAO_FISCAL___FAZENDA_NACIONAL_POR_MOTIVO_DE_MANIFES

Data:
16/01/2018 16:17:00

Usuário:
JRJEJM - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA -

Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

Sequência Evento:
16

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 17

Evento:
DEVOLUCAO_DE_REMESSA
Data:
19/01/2018 11:06:00
Usuário:
JRJEJM - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
17

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL

Processo n. 0023469-13.2017.4.02.5101 (2017.51.01.023469-8) (2017.51.01.023469-8)

C E R T I D Ã O

Certifico que, em ***19/01/2018***, o/a ***Execução Fiscal - Fazenda Nacional*** foi citado e/ou intimado ELETRONICAMENTE do despacho/decisão/sentença retro.

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 2018.

ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)
Matrícula nº 14267

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA
Documento No: 77073350-13-0-35-1-394714 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 18

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
19/01/2018 11:25:00
Usuário:
JRJEJM - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
18

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 19

Evento:
JUNTADA
Data:
03/04/2018 12:07:00
Usuário:
JRJDIO - CLAUDIO MARCUS DE MELO -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
19

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ FEDERAL DA 06ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Processo nº.: 0023469-13.2017.4.02.5101 (2017.51.01.023469-8)

A **União (Fazenda Nacional)**, pessoa jurídica de direito público interno, por meio da procuradora que esta subscreve, mandato *ex lege*, vem expor para ao final requerer:

Consoante registrado na certidão do oficial de justiça de **fl. 34,** o Executado encerrou suas atividades no endereço informado.

Considerando que cabe ao contribuinte manter atualizados os seus dados cadastrais, consolidou-se o entendimento de que o encerramento das atividades no endereço constante dos cadastros públicos configura indício de dissolução irregular da pessoa jurídica, fazendo-se legítima, por conseguinte, a inclusão dos sócios no pólo passivo da execução.

Em suma, havendo encerramento das atividades sem a comunicação do fato ao Fisco, inviabilizando o ato citatório ou qualquer outro ato executório, presume-se a dissolução irregular da pessoa jurídica, razão por que está autorizada a inclusão dos sócios-gerentes na demanda.

Acerca do assunto, recentemente o Superior Tribunal de Justiça, pacificando o entendimento acerca da presunção da possibilidade de redirecionamento quando ocorre dissolução irregular decorrente da ausência de comunicação ao Fisco da mudança de endereço ou encerramento das atividades, editou recentemente um verbete com o seguinte teor:

> *Súmula 435: "Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente".*

Na mesma toada, a jurisprudência pátria:

TRIBUTÁRIO – EXECUÇÃO FISCAL – REDIRECIONAMENTO – DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA SOCIEDADE - CERTIDÃO DE OFICIAL DE JUSTIÇA – PROVA SUFICIENTE PARA AUTORIZAR O REDIRECIONAMENTO.
1. O redirecionamento da execução fiscal, e seus consectários legais, para o sócio-gerente da empresa somente é cabível quando restar demonstrado que ele agiu com excesso de poderes, infração à lei ou contra o estatuto, ou no caso de dissolução irregular da empresa.
2. Esta Corte, tem o entendimento de que os indícios que atestem ter a empresa encerrado irregularmente suas atividades, como certidão do oficial de justiça, são considerados suficientes para o redirecionamento da execução fiscal.
Aplicação do princípio da presunção de legitimidade dos atos do agente público e veracidade do registro empresarial.
Agravo regimental provido.
(STJ, AGREsp/RS 851564, Rel. Min. Humberto Martins, publicado no DJ em 21.10.2007, p.275)

Face ao exposto, vem requerer a V.Exa. o prosseguimento do feito, com a expedição de mandado de citação da empresa executada, na pessoa de seu representante legal Srs.(a) ALMIRO RODRIGUES DE ALMEIDA (a), bem **como o redirecionamento da execução** em relação ao(s) sócio(s)-administrador(es) **ADIVALDO APARECIDO NEVES (CPF:928.671.548-04),** e sua(s) citação (ões) no(s) endereço(s) indicado(s) nas consultas à Receita Federal do Brasil, que seguem anexas, para pagar a dívida ou nomear bens à penhora, sob pena de lhe serem penhorados ou arrestados tantos bens quantos bastem à sua integral satisfação.

Requer, ainda, seja incluído nos autos, na distribuição e respectivos registros, o nome dos(a) co-responsáveis como executados(a).

Realizada a citação acima requerida e não sendo pago ou nomeado bens à penhora, requer desde já a penhora de ativos financeiros da empresa executada (CNPJ:04.858.299/0001-70) e do(s) coobrigado(s) (CPF:928.671.548-04), **via BACEN-JUD.**

Por fim, informamos que o valor atualizado da execução é **R$ 1.521.557,06.**

Rio de Janeiro, 28 de março de 2018.

DIANA FERREIRA DOS SANTOS NORBERT COSTA GABRIEL

PROCURADORA DA FAZENDA NACIONAL

☰ **JUCERJA (/)**

Home > Extranet > Buscar Empresas > Informações da Empresa > **Empresa Pessoas Condições**

← voltar (/Servicos/Extranet/DetalheEmpresa)

Sua sessão expira em **00:28:42**.

Nome Empresarial:
DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
NIRE:
33.2.0783356-4

10 resultados por página

Pesquisar

Nome Pessoa	CPF/CNPJ	Condição	Município	Data Entrada	Data Saída
ADIVALDO APARECIDO NEVES (/Servicos/Extranet/BuscaEmpresasPessoa?cpfCnpj=92867154804)	928.671.548-04	Sócio	São José do Rio Preto	29/01/2007	-
ADIVALDO APARECIDO NEVES (/Servicos/Extranet/BuscaEmpresasPessoa?cpfCnpj=92867154804)	928.671.548-04	Administrador	São José do Rio Preto	29/01/2007	-
ADIVALDO APARECIDO NEVES (/Servicos/Extranet/BuscaEmpresasPessoa?cpfCnpj=92867154804)	928.671.548-04	Representante	São José do Rio Preto	29/01/2007	-
EURIPEDES JOSE MARQUES DE SOUSA (/Servicos/Extranet/BuscaEmpresasPessoa?cpfCnpj=30149703600)	301.497.036-00	Diretor	Rio de Janeiro	15/05/2007	30/04/2010
FLAVIA FICHE DE CAMPOS (/Servicos/Extranet/BuscaEmpresasPessoa?cpfCnpj=72322101672)	723.221.016-72	Diretor	Rio de Janeiro	30/04/2010	18/05/2011
JOAO FAVERO NETO (/Servicos/Extranet/BuscaEmpresasPessoa?cpfCnpj=10273852817)	102.738.528-17	Diretor	Rio de Janeiro	15/05/2007	08/05/2009
TACFOR ADMINISTRADORA E PARTICIPACOES EIRELI (/Servicos/Extranet/BuscaEmpresasPessoa?cpfCnpj=04790072000130)	04.790.072/0001-30	Sócio	São José do Rio Preto	29/01/2007	-

Mostrando de 1 até 7 de 7 registros

« Anterior **1** Próximo »

?

Acesso Rápido

Protocolada por Diana Ferreira dos Santos Norbert Costa Gabriel em 28/03/2018 17:22:42 (Processo 0023469-13.2017.4.02.5101)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a CLAUDIO MARCUS DE MELO
Documento No: 77073350-15-0-38-1-436239 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Imprimir

SERPRO

MINISTÉRIO DA FAZENDA **28/03/2018**

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Resumido

Inscrições Localizadas: 3 Inscrições Selecionadas: 0
Parâmetro de Localização: 0700017900095
Seções Selecionadas: RLO, RSE

1º Devedor: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.
Tipo de Devedor: Principal **CPF/CNPJ:** 04858299/0001-70
Grande Devedor: PRINCIPAL
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 18470 508107/2016-04 **Nº Inscrição:** 70 2 16 020339-35
Data Inscrição: 18/11/2016 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: SEGUNDA REGIAO **Nº Único de Processo Judicial:** 00234691320174025101
Procuradoria Responsável: SEGUNDA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 515.008,76 (UFIR 483.985,29)
Valor Consolidado: R$ 851.360,97

2º Devedor: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.
Tipo de Devedor: Principal **CPF/CNPJ:** 04858299/0001-70
Grande Devedor: PRINCIPAL
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 18470 508108/2016-41 **Nº Inscrição:** 70 2 16 020340-79
Data Inscrição: 18/11/2016 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: SEGUNDA REGIAO **Nº Único de Processo Judicial:** 00234691320174025101
Procuradoria Responsável: SEGUNDA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 12.944,62 (UFIR 12.164,79)
Valor Consolidado: R$ 24.599,35

3º Devedor: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.
Tipo de Devedor: Principal **CPF/CNPJ:** 04858299/0001-70
Grande Devedor: PRINCIPAL
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 18470 508106/2016-51 **Nº Inscrição:** 70 6 16 043718-45
Data Inscrição: 18/11/2016 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: SEGUNDA REGIAO **Nº Único de Processo Judicial:** 00234691320174025101
Procuradoria Responsável: SEGUNDA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 390.537,02 (UFIR 367.011,57)
Valor Consolidado: R$ 645.596,74

Protocolada por Diana Ferreira dos Santos Norbert Costa Gabriel em 28/03/2018 17:22:42 (Processo 0023469-13.2017.4.02.5101)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a CLAUDIO MARCUS DE MELO
Documento No: 77073850-16-0-89-2-553099 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

SOMATÓRIO DAS INSCRIÇÕES

Valor Inscrito: R$ 918.490,40 (UFIR 863.161,65)

Valor Consolidado: R$ 1.521.557,06

(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Final do Relatório

Protocolada por Diana Ferreira dos Santos Norbert Costa Gabriel em 28/03/2018 17:22:42 (Processo 0023469-13.2017.4.02.5101)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a CLAUDIO MARCUS DE MELO
Documento No: 77073850-16-0-89-2-553099 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

SERPRO

MINISTÉRIO DA FAZENDA **28/03/2018**

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta da Inscrição

Inscrições Localizadas: 3 Inscrições Selecionadas:

Parâmetro de Localização: 0700017900095

Seções Selecionadas: Informações Gerais, Valores, Devedores-PGFN, Devedores-RFB, DEA, Débitos, Pagamentos, Parcelamentos, Execução Fiscal, Ocorrências

A T E N Ç Ã O

OS VALORES PRECEDIDOS PELA CIFRA 'CR' CORRESPONDEM A 'CRUZEIROS'
OS PRECEDIDOS PELA CIFRA 'CR$' CORRESPONDEM A 'CRUZEIROS REAIS'.

Inscrição 1 / 3

P G F N - CONSULTA - 28/03/2018 17:17:14
INFORMAÇÕES GERAIS DA INSCRIÇÃO

Devedor Principal: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.

CPF/CNPJ: 04858299/0001-70

Inscrição: 70 2 16 020339-35

Número do Processo Administrativo: 18470 508107/2016-04

Grande Devedor: PRINCIPAL

Situação: ATIVA AJUIZADA

Série da Inscrição: IRPJ

Natureza da Dívida: TRIBUTARIA

Data da Inscrição: 18/11/2016

Valor Inscrito: R$ 515.008,76 (UFIR 483.985,29 UFIR)

Receita: 3551 - DIV.ATIVA-IRPJ

Quant. de Débitos: 0001

Quant. Pagamentos: 0000

Quant. de Devedores: 0001

Quant. Parcelamentos: 0000

Valor Remanescente: R$ 515.008,76 (UFIR 483.985,29 UFIR)

Nº Judicial:

Nº de Agrupamento para Ajuizamento: 0700017900095

Nº Único de Processo Judicial: 00234691320174025101

Data de Protocolo: 06/03/2017

Data de Distribuição:

Órgão de Justiça: SECAO JF-RIO DE JANEIRO

Data Falência:

Valor Consolidado: R$ 851.360,97

Procuradoria de Inscrição: SEGUNDA REGIAO

Procuradoria Responsável: SEGUNDA REGIAO

Órgão de Origem: RFB-RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Nº do Auto de Infração:

Devolução/Arquivamento:

Juízo: 705250 - 06ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL

Número do Imóvel (ITR):

Número do Imóvel (RIP):

Data da Extinção:

Motivo de Suspensão de Exigibilidade:

Protocolada por Diana Ferreira dos Santos Norbert Costa Gabriel em 28/03/2018 17:22:42 (Processo 0023469-13.2017.4.02.5101)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a CLAUDIO MARCUS DE MELO
Documento No: 77073850-17-0-41-10-187456 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Motivo da Extinção:
Situação no Protesto:
Bloqueio no Ajuizamento:
Envio Análise do Órgão de Origem: Não

P G F N - CONSULTA - 28/03/2018 17:17:14
INFORMAÇÕES SOBRE OS VALORES DA INSCRIÇÃO

Principal:	R$ 429.173,97
Multa:	R$ 85.834,79
Juros de Mora:	R$ 194.458,72
Encargo Legal:	R$ 141.893,49
Valor Total:	R$ 851.360,97

P G F N - CONSULTA - 28/03/2018 17:17:14
INFORMAÇÕES SOBRE OS DEVEDORES DA INSCRIÇÃO

Dados do Devedor - PGFN
Grande Devedor
Nome Completo: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.
CPF/CNPJ: 04858299/0001-70 **Tipo de Devedor:** PRINCIPAL
Atividade/Profissão: .
Endereço: RUA CAMPO GRANDE 1096 SALA 611
Bairro: CAMPO GRANDE **CEP:** 23080-000
Município: RIO DE JANEIRO **UF:** RJ

Dados do Devedor - RFB
Nome completo: DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
CPF/CNPJ: 04858299/0001-70 **Situação Cadastral:** ATIVA
CNAE/Ocupação: 4120400 - CONSTRU O DE EDIF CIOS
Endereço: CAMPO GRANDE 1096 SALA 611
Bairro: CAMPO GRANDE **CEP:** 23080-000
Município: RIO DE JANEIRO **UF:** RJ

P G F N - CONSULTA - 28/03/2018 17:17:14
INFORMAÇÕES SOBRE OS DÉBITOS DA INSCRIÇÃO

Natureza: IMPOSTO

Data Vencimento: 31/03/2014	**TIAM:** 01/04/2014	**TI Juros:** 01/04/2014
Data de Referência de Prescrição:	**P. Apur Base/Ex:** 01012013	**Data da Declaração:** 04/03/2016
Alteração de % Multa Mora	**Motivo Alteração**	**Nrº da Decisão**
sem alteração	Nenhum motivo	
Multa Mora: 20%	**Valor Originário**	**Valor Remanescente**
	R$ 429.173,97	R$ 429.173,97
	UFIR 403.321,08	UFIR 403.321,08
Origem	**Forma de Constituição**	
201 - LUCRO REAL RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO	025 - DECLARACAO	
Código da Notificação	**Número da Notificação**	**Data da Notificação**
09-PESSOAL	0	

Protocolada por Diana Ferreira dos Santos Norbert Costa Gabriel em 28/03/2018 17:22:42 (Processo 0023469-13.2017.4.02.5101)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a CLAUDIO MARCUS DE MELO
Documento No: 77073850-17-0-41-10-187456 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

P G F N - CONSULTA - 28/03/2018 17:17:14
INFORMAÇÕES DE OCORRÊNCIAS

Data	Descrição	
18/11/2016	Ocorrência:	INSCRICAO
	Situação:	ATIVA A SER COBRADA
10/12/2016	Ocorrência:	PRIMEIRA COBRANCA
	Situação:	ATIVA EM COBRANCA
30/01/2017	Ocorrência:	PREPARO EXEC. FISCAL VIRTUAL
	Situação:	ATIVA PREPARADA PARA AJUIZAMENTO ELETRONICO
24/05/2017	Ocorrência:	AJUIZAMENTO CONFIRMADO
	Usuário:	POR IP 000.000.000.000
	Situação:	ATIVA AJUIZADA

Protocolada por Diana Ferreira dos Santos Norbert Costa Gabriel em 28/03/2018 17:22:42 (Processo 0023469-13.2017.4.02.5101)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a CLAUDIO MARCUS DE MELO
Documento No: 77073850-17-0-41-10-187456 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

SERPRO

MINISTÉRIO DA FAZENDA **28/03/2018**

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta da Inscrição

A T E N Ç Ã O

OS VALORES PRECEDIDOS PELA CIFRA 'CR' CORRESPONDEM A 'CRUZEIROS'
OS PRECEDIDOS PELA CIFRA 'CR$' CORRESPONDEM A 'CRUZEIROS REAIS'.

Inscrição 2 / 3

P G F N - CONSULTA - 28/03/2018 17:17:14
INFORMAÇÕES GERAIS DA INSCRIÇÃO

Devedor Principal: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.

CPF/CNPJ: 04858299/0001-70 **Inscrição:** 70 2 16 020340-79 **Número do Processo Administrativo:** 18470 508108/2016-41

Grande Devedor: PRINCIPAL
Situação: ATIVA AJUIZADA
Série da Inscrição: IRPJ **Natureza da Dívida:** TRIBUTARIA
Data da Inscrição: 18/11/2016 **Valor Inscrito:** R$ 12.944,62 (UFIR 12.164,79 UFIR)
Receita: 3560 - DIV.ATIVA-IRPJ FONTE
Quant. de Débitos: 0007
Quant. Pagamentos: 0000
Quant. de Devedores: 0001
Quant. Parcelamentos: 0000 **Valor Remanescente:** R$ 12.944,62 (UFIR 12.164,79 UFIR)
Nº Judicial: **Nº de Agrupamento para Ajuizamento:** 0700017900095
Nº Único de Processo Judicial: 00234691320174025101
Data de Protocolo: 06/03/2017
Data de Distribuição:
Órgão de Justiça: SECAO JF-RIO DE JANEIRO
Data Falência: **Valor Consolidado:** R$ 24.599,35
Procuradoria de Inscrição: SEGUNDA REGIAO
Procuradoria Responsável: SEGUNDA REGIAO
Órgão de Origem: RFB-RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Nº do Auto de Infração:
Devolução/Arquivamento:
Juízo: 705250 - 06ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL
Número do Imóvel (ITR):
Número do Imóvel (RIP):
Data da Extinção:
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:
Motivo da Extinção:
Situação no Protesto:
Bloqueio no Ajuizamento:
Envio Análise do Órgão de Origem: Não

Protocolada por Diana Ferreira dos Santos Norbert Costa Gabriel em 28/03/2018 17:22:42 (Processo 0023469-13.2017.4.02.5101)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a CLAUDIO MARCUS DE MELO
Documento No: 77073850-17-0-41-10-187456 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

P G F N - CONSULTA - 28/03/2018 17:17:14
INFORMAÇÕES SOBRE OS VALORES DA INSCRIÇÃO

Principal:	R$ 10.787,20
Multa:	R$ 2.157,42
Juros de Mora:	R$ 7.554,84
Encargo Legal:	R$ 4.099,89
Valor Total:	R$ 24.599,35

P G F N - CONSULTA - 28/03/2018 17:17:14
INFORMAÇÕES SOBRE OS DEVEDORES DA INSCRIÇÃO

Dados do Devedor - PGFN
Grande Devedor
Nome Completo: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.
CPF/CNPJ: 04858299/0001-70 **Tipo de Devedor:** PRINCIPAL
Atividade/Profissão: .
Endereço: RUA CAMPO GRANDE 1096 SALA 611
Bairro: CAMPO GRANDE **CEP:** 23080-000
Município: RIO DE JANEIRO **UF:** RJ

Dados do Devedor - RFB
Nome completo: DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
CPF/CNPJ: 04858299/0001-70 **Situação Cadastral:** ATIVA
CNAE/Ocupação: 4120400 - CONSTRU O DE EDIF CIOS
Endereço: CAMPO GRANDE 1096 SALA 611
Bairro: CAMPO GRANDE **CEP:** 23080-000
Município: RIO DE JANEIRO **UF:** RJ

P G F N - CONSULTA - 28/03/2018 17:17:14
INFORMAÇÕES SOBRE OS DÉBITOS DA INSCRIÇÃO

Natureza: IMPOSTO

Data Vencimento: 18/02/2011	**TIAM:** 21/02/2011	**TI Juros:** 01/03/2011
Data de Referência de Prescrição:	**P. Apur Base/Ex:** 01012011	**Data da Declaração:** 14/03/2016
Alteração de % Multa Mora	**Motivo Alteração**	**Nrº da Decisão**
sem alteração	Nenhum motivo	
Multa Mora: 20%	**Valor Originário**	**Valor Remanescente**
	R$ 508,49	R$ 508,49
	UFIR 477,85	UFIR 477,85
Origem	**Forma de Constituição**	
256 - IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO	025 - DECLARACAO	
Código da Notificação	**Número da Notificação**	**Data da Notificação**
09-PESSOAL	0	

Natureza: IMPOSTO

Data Vencimento: 18/03/2011	**TIAM:** 21/03/2011	**TI Juros:** 01/04/2011
Data de Referência de Prescrição:	**P. Apur Base/Ex:** 01022011	**Data da Declaração:** 14/03/2016
Alteração de % Multa Mora	**Motivo Alteração**	**Nrº da Decisão**

Protocolada por Diana Ferreira dos Santos Norbert Costa Gabriel em 28/03/2018 17:22:42 (Processo 0023469-13.2017.4.02.5101)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a CLAUDIO MARCUS DE MELO
Documento No: 77073850-17-0-41-10-187456 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

sem alteração | Nenhum motivo

Multa Mora: 20% | **Valor Originário** R$ 2.170,65 UFIR 2.039,89 | **Valor Remanescente** R$ 2.170,65 UFIR 2.039,89

Origem 256 - IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO | **Forma de Constituição** 025 - DECLARACAO

Código da Notificação 09-PESSOAL | **Número da Notificação** 0 | **Data da Notificação**

Natureza: IMPOSTO

Data Vencimento: 20/04/2011 | **TIAM:** 25/04/2011 | **TI Juros:** 02/05/2011

Data de Referência de Prescrição: | **P. Apur Base/Ex:** 01032011 | **Data da Declaração:** 14/03/2016

Alteração de % Multa Mora sem alteração | **Motivo Alteração** Nenhum motivo | **Nrº da Decisão**

Multa Mora: 20% | **Valor Originário** R$ 3.163,22 UFIR 2.972,67 | **Valor Remanescente** R$ 3.163,22 UFIR 2.972,67

Origem 256 - IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO | **Forma de Constituição** 025 - DECLARACAO

Código da Notificação 09-PESSOAL | **Número da Notificação** 0 | **Data da Notificação**

Natureza: IMPOSTO

Data Vencimento: 20/05/2011 | **TIAM:** 23/05/2011 | **TI Juros:** 01/06/2011

Data de Referência de Prescrição: | **P. Apur Base/Ex:** 01042011 | **Data da Declaração:** 14/03/2016

Alteração de % Multa Mora sem alteração | **Motivo Alteração** Nenhum motivo | **Nrº da Decisão**

Multa Mora: 20% | **Valor Originário** R$ 443,16 UFIR 416,46 | **Valor Remanescente** R$ 443,16 UFIR 416,46

Origem 256 - IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO | **Forma de Constituição** 025 - DECLARACAO

Código da Notificação 09-PESSOAL | **Número da Notificação** 0 | **Data da Notificação**

Natureza: IMPOSTO

Data Vencimento: 20/06/2011 | **TIAM:** 21/06/2011 | **TI Juros:** 01/07/2011

Data de Referência de Prescrição: | **P. Apur Base/Ex:** 01052011 | **Data da Declaração:** 14/03/2016

Alteração de % Multa Mora sem alteração | **Motivo Alteração** Nenhum motivo | **Nrº da Decisão**

Multa Mora: 20% | **Valor Originário** R$ 555,30 UFIR 521,84 | **Valor Remanescente** R$ 555,30 UFIR 521,84

Origem 256 - IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO | **Forma de Constituição** 025 - DECLARACAO

Código da Notificação 09-PESSOAL | **Número da Notificação** 0 | **Data da Notificação**

Natureza: IMPOSTO

Data Vencimento: 19/08/2011 | **TIAM:** 22/08/2011 | **TI Juros:** 01/09/2011

Protocolada por Diana Ferreira dos Santos Norbert Costa Gabriel em 28/03/2018 17:22:42 (Processo 0023469-13.2017.4.02.5101)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a CLAUDIO MARCUS DE MELO
Documento No: 77073850-17-0-41-10-187456 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc.down.jfrj.jus.br/

Data de Referência de Prescrição:	**P. Apur Base/Ex:** 01072011	**Data da Declaração:** 14/03/2016
Alteração de % Multa Mora	**Motivo Alteração**	**Nrº da Decisão**
sem alteração	Nenhum motivo	
Multa Mora: 20%	**Valor Originário**	**Valor Remanescente**
	R$ 3.879,25	R$ 3.879,25
	UFIR 3.645,56	UFIR 3.645,56
Origem	**Forma de Constituição**	
256 - IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO	025 - DECLARACAO	
Código da Notificação	**Número da Notificação**	**Data da Notificação**
09-PESSOAL	0	
Natureza: IMPOSTO		
Data Vencimento: 20/09/2011	**TIAM:** 21/09/2011	**TI Juros:** 03/10/2011
Data de Referência de Prescrição:	**P. Apur Base/Ex:** 01082011	**Data da Declaração:** 14/03/2016
Alteração de % Multa Mora	**Motivo Alteração**	**Nrº da Decisão**
sem alteração	Nenhum motivo	
Multa Mora: 20%	**Valor Originário**	**Valor Remanescente**
	R$ 67,13	R$ 67,13
	UFIR 63,08	UFIR 63,08
Origem	**Forma de Constituição**	
256 - IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO	025 - DECLARACAO	
Código da Notificação	**Número da Notificação**	**Data da Notificação**
09-PESSOAL	0	

P G F N - CONSULTA - 28/03/2018 17:17:14
INFORMAÇÕES DE OCORRÊNCIAS

Data	Descrição
18/11/2016	Ocorrência: INSCRICAO
	Situação: ATIVA A SER COBRADA
10/12/2016	Ocorrência: PRIMEIRA COBRANCA
	Situação: ATIVA EM COBRANCA
30/01/2017	Ocorrência: PREPARO EXEC. FISCAL VIRTUAL
	Situação: ATIVA PREPARADA PARA AJUIZAMENTO ELETRONICO
24/05/2017	Ocorrência: AJUIZAMENTO CONFIRMADO
	Usuário: POR IP 000.000.000.000
	Situação: ATIVA AJUIZADA

Protocolada por Diana Ferreira dos Santos Norbert Costa Gabriel em 28/03/2018 17:22:42 (Processo 0023469-13.2017.4.02.5101)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a CLAUDIO MARCUS DE MELO
Documento No: 77073850-17-0-41-10-187456 - consulta à autenticidade do documento através do site https://epmc-down.jfrj.jus.br/

SERPRO

MINISTÉRIO DA FAZENDA **28/03/2018**

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta da Inscrição

A T E N Ç Ã O

OS VALORES PRECEDIDOS PELA CIFRA 'CR' CORRESPONDEM A 'CRUZEIROS'
OS PRECEDIDOS PELA CIFRA 'CR$' CORRESPONDEM A 'CRUZEIROS REAIS'.

Inscrição 3 / 3

P G F N - CONSULTA - 28/03/2018 17:17:14
INFORMAÇÕES GERAIS DA INSCRIÇÃO

Devedor Principal: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.

CPF/CNPJ: 04858299/0001-70 **Inscrição:** 70 6 16 043718-45 **Número do Processo Administrativo:** 18470 508106/2016-51

Grande Devedor: PRINCIPAL
Situação: ATIVA AJUIZADA
Série da Inscrição: DO **Natureza da Dívida:** TRIBUTARIA
Data da Inscrição: 18/11/2016 **Valor Inscrito:** R$ 390.537,02 (UFIR 367.011,57 UFIR)
Receita: 1804 - DIV.ATIVA-CONTRIBUICAO SOCIAL
Quant. de Débitos: 0001
Quant. Pagamentos: 0000
Quant. de Devedores: 0001
Quant. Parcelamentos: 0000 **Valor Remanescente:** R$ 390.537,02 (UFIR 367.011,57 UFIR)
Nº Judicial: **Nº de Agrupamento para Ajuizamento:** 0700017900095
Nº Único de Processo Judicial: 00234691320174025101
Data de Protocolo: 06/03/2017
Data de Distribuição:
Órgão de Justiça: SECAO JF-RIO DE JANEIRO
Data Falência: **Valor Consolidado:** R$ 645.596,74
Procuradoria de Inscrição: SEGUNDA REGIAO
Procuradoria Responsável: SEGUNDA REGIAO
Órgão de Origem: RFB-RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Nº do Auto de Infração:
Devolução/Arquivamento:
Juízo: 705250 - 06ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL
Número do Imóvel (ITR):
Número do Imóvel (RIP):
Data da Extinção:
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:
Motivo da Extinção:
Situação no Protesto:
Bloqueio no Ajuizamento:
Envio Análise do Órgão de Origem: Não

Protocolada por Diana Ferreira dos Santos Norbert Costa Gabriel em 28/03/2018 17:22:42 (Processo 0023469-13.2017.4.02.5101)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a CLAUDIO MARCUS DE MELO
Documento No: 77073850-17-0-41-10-187456 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

P G F N - CONSULTA - 28/03/2018 17:17:14
INFORMAÇÕES SOBRE OS VALORES DA INSCRIÇÃO

Principal:	R$ 325.447,52
Multa:	R$ 65.089,50
Juros de Mora:	R$ 147.460,27
Encargo Legal:	R$ 107.599,45
Valor Total:	R$ 645.596,74

P G F N - CONSULTA - 28/03/2018 17:17:14
INFORMAÇÕES SOBRE OS DEVEDORES DA INSCRIÇÃO

Dados do Devedor - PGFN
Grande Devedor
Nome Completo: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.
CPF/CNPJ: 04858299/0001-70 **Tipo de Devedor:** PRINCIPAL
Atividade/Profissão: .
Endereço: RUA CAMPO GRANDE 1096 SALA 611
Bairro: CAMPO GRANDE **CEP:** 23080-000
Município: RIO DE JANEIRO **UF:** RJ

Dados do Devedor - RFB
Nome completo: DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
CPF/CNPJ: 04858299/0001-70 **Situação Cadastral:** ATIVA
CNAE/Ocupação: 4120400 - CONSTRU O DE EDIF CIOS
Endereço: CAMPO GRANDE 1096 SALA 611
Bairro: CAMPO GRANDE **CEP:** 23080-000
Município: RIO DE JANEIRO **UF:** RJ

P G F N - CONSULTA - 28/03/2018 17:17:14
INFORMAÇÕES SOBRE OS DÉBITOS DA INSCRIÇÃO

Natureza: CONTR. SOCIAL

Data Vencimento: 31/03/2014	**TIAM:** 01/04/2014	**TI Juros:** 01/04/2014
Data de Referência de Prescrição:	**P. Apur Base/Ex:** 01012013	**Data da Declaração:** 04/03/2016
Alteração de % Multa Mora	**Motivo Alteração**	**Nrº da Decisão**
sem alteração	Nenhum motivo	
Multa Mora: 20%	**Valor Originário**	**Valor Remanescente**
	R$ 325.447,52	R$ 325.447,52
	UFIR 305.842,98	UFIR 305.842,98
Origem	**Forma de Constituição**	
201 - LUCRO REAL RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO	025 - DECLARACAO	
Código da Notificação	**Número da Notificação**	**Data da Notificação**
09-PESSOAL	0	

P G F N - CONSULTA - 28/03/2018 17:17:14

INFORMAÇÕES DE OCORRÊNCIAS

Protocolada por Diana Ferreira dos Santos Norbert Costa Gabriel em 28/03/2018 17:22:42 (Processo 0023469-13.2017.4.02.5101)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a CLAUDIO MARCUS DE MELO
Documento No: 77073850-17-0-41-10-187456 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Data	Descrição	
18/11/2016	Ocorrência:	INSCRICAO
	Situação:	ATIVA A SER COBRADA
10/12/2016	Ocorrência:	PRIMEIRA COBRANCA
	Situação:	ATIVA EM COBRANCA
30/01/2017	Ocorrência:	PREPARO EXEC. FISCAL VIRTUAL
	Situação:	ATIVA PREPARADA PARA AJUIZAMENTO ELETRONICO
24/05/2017	Ocorrência:	AJUIZAMENTO CONFIRMADO
	Usuário:	POR IP 000.000.000.000
	Situação:	ATIVA AJUIZADA

FIM DO RELATÓRIO DE CONSULTA

Protocolada por Diana Ferreira dos Santos Norbert Costa Gabriel em 28/03/2018 17:22:42 (Processo 0023469-13.2017.4.02.5101)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a CLAUDIO MARCUS DE MELO
Documento No: 77073850-17-0-41-10-187456 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

RFB USUARIO: **DIANA**
28/03/2018 17:19

NI-CPF : **928.671.548-04** **REGULAR** INSCRICAO: **00/00/0000**
NOME : **ADIVALDO APARECIDO NEVES**
DT NASC: **18/06/1954**
MAE : **EDITE FERREIRA DAS NEVES**
SEXO: **M** ESTRANGEIRO: **N** OBITO:
NATURAL DE : **SAO JOSE DO RIO PRETO - SP**

ENDERECO: **AV FELICIANO SALES CUNHA,2241**
15035-000 DISTRITO INDUSTRIAL,SAO JOSE DO RIO PRETO

DDD : **0017** TELEFONE: **32538244** CELULAR: **97842030** COD.MUN.: **7097 SP**
RES.EXTERIOR: **N** DOMIC.ELETRONICO: **S** COD.UA : **0810700**

PROXIMO NI-CPF: _____ - __
T25A _____ **DADOS CADASTRAIS** ___
PA1 VOLTA **PF2** MENU **PF3** FIM **PF4** DECLARACOES

PF12 CONS.EXTERNAS **PF9** FONETICA

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 20

Evento:
REATIVACAO_DE_SUSPENSAO
Data:
03/04/2018 16:03:00
Usuário:
JRJDIO - CLAUDIO MARCUS DE MELO -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
20

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 21

Evento:
CONCLUSAO_PARA_DECISAO_____INTERLOCUTORIA
Data:
03/04/2018 16:04:00
Usuário:
JRJDIO - CLAUDIO MARCUS DE MELO -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
21

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL

2017.51.01.023469-8

Processo n° 0023469-13.2017.4.02.5101 (2017.51.01.023469-8)

Sobre a responsabilidade dos sócios pelos débitos da pessoa jurídica, o Colendo Superior Tribunal de Justiça já pacificou que o mero inadimplemento de obrigações tributárias não pode ser considerado como infração de lei, requisito exigido pelo artigo 135 do Código Tributário Nacional para que se permita o redirecionamento do executivo fiscal.

Por outro lado, havendo dissolução irregular da pessoa jurídica, evidenciada através do encerramento de suas atividades no endereço que consta em seu estatuto, é possível concluir pela responsabilização dos sócios pelas dívidas da sociedade desaparecida. Nesse sentido, o verbete da Súmula n° 435 do Colendo Tribunal da Cidadania, *in verbis*:

> STJ – Súmula n° 435 - Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes,legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.

In casu, há nos autos certificação do Oficial de Justiça evidenciando que a empresa executada não se encontra no(s) seu(s) endereço(s) constante(s) de seus cadastros junto à Exequente e à Junta Comercial, indiciando tenha encerrado irregularmente suas atividades.

Nesse contexto, e tendo em vista a juntada do contrato social/certidão da Junta Comercial da empresa executada, em que a(s) pessoa(s) indicada(s) pela Exequente à fl.36/37 aparece(m) como sócio(s) gerente(s) / administrador(es), à Distribuição (SEDJE) para os registros da inclusão do(s) nome(s) de **ADIVALDO APARECIDO NEVES, CPF n° 928.671.548-04, no polo passivo da demanda** (CTN, art. 135, inc. III).

2. Após:

2.1. Expeça(m)-se mandado(s) de citação, penhora e avaliação no(s) nome(s) e para o(s) endereço(s) do(s) novo(s) Executado(s).

2.2. Se o(s) Executado(s) não for(em) encontrado(s), porque seu(s) endereço(s) não foi(ram) localizado(s) ou ele(s) tiver(em) se mudado, proceda-se a citação por edital.

2.2.1. Se decorrido o prazo sem qualquer manifestação do citando, dê-se **vista à Defensoria Pública da União**, por novo prazo igual. Após, com ou sem manifestação da Defensoria, dê-se **vista ao(à) Exequente,** pelo prazo de 5 dias, para manifestar o prosseguimento pretendido à execução. Nada vindo, suspenda-se a execução e, decorrido um ano sem nova manifestação do Exequente, arquivem-se, sem baixa na distribuição. Decorrendo quinquênio do arquivamento, retornem conclusos (Lei n° 6.830/80, art. 40).

3. Se houver o pagamento, for alegado parcelamento ou vier oferta de bens à penhora, dê-se vista à Exequente para sua manifestação a respeito.

4. **Sendo positiva a citação e não ocorrendo o pagamento nem oferta de garantia à execução**, em vista do que dispõem o artigo 185-A do Código Tributário Nacional, os artigos 655-A do Código de Processo Civil, o artigo 11 da Lei n° 6.830/80 e do já assentado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça quanto às medidas de efetividade da jurisdição executiva *(v.g.:* STJ – 2ª Turma – REsp n° 1.074.228-MG - Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES – DJ de 05/11/2008), efetive-se o bloqueio dos valores disponíveis em contas bancárias e aplicações financeiras do(a,s) Executado(a,s) regularmente citado(a,s), até o limite do montante total exigível na presente execução, por meio do sistema **BACEN-JUD** (CPC, art. 854), observando-se ainda ao seguinte.

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Documento No: 77073350-21-0-54-3-164806 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

4.1. O bloqueio não deve compreender ativos financeiros com natureza alimentar até 50 salários-mínimos e valores depositados em conta-poupança até 40 salários-mínimos em (CPC, art. 833, incs. IV e X e § 2°).

4.2 Existindo conta única cadastrada nos termos da Resolução nº 61/2008 – CNJ, a ordem deverá ser inicialmente expedida para essa conta, sendo que, se nela não houver valores disponíveis em montante suficiente, fica desde já determinado o redirecionamento da ordem de bloqueio da quantia remanescente às demais contas e instituições financeiras onde o(s) Executado(s) possua(m) valores disponíveis, paralelamente oficiando-se ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça para informação do ocorrido e providências que vir adequadas, conforme disposto no art. 8º da citada Resolução;

4.3. **Efetivado o bloqueio**, se transcorridos 5 (cinco) dias úteis sem que se oponha o devedor, formalize-se a penhora, para tanto inclusive determinando-se:

4.3.1 A transferência do(s) valor(es) bloqueado(s) para conta judicial a ser aberta na Caixa Econômica Federal à disposição deste M. Juízo, então intimando-se o(a) Executado(a) a respeito da constrição e do seu prazo para oposição de embargos cabíveis, servindo o relatório de detalhamento da transferência do sistema BACENJUD como **termo de penhora**. Nestas hipóteses, caso não localizado(a) o devedor(a), cite(m)-se e/ou intime(m)-se por edital, conforme o caso, dando-se vista à DPU se decorrido *in albis* o prazo do edital, e não houver nos autos prévia citação pessoal do(s) executado(s). **Se transcorridos *in albis* o prazo para oferecimento de embargos**:

4.3.1.1 Oficie-se à CEF para transformação em pagamento os valores depositados judicialmente, devendo comprovar a transformação nos autos.

4.3.1.2 Sendo a presente execução compreendida por mais de uma CDA e o valor arrecadado insuficiente à quitação de todas, **intime-se à Exequente para**, **no prazo de 30 (trinta) dias**, esclarecer os valores correspondentes a cada CDA na data do depósito e a ordem em que se devem efetuar as alocações dos pagamentos (CTN, art. 163), **ficando suspenso o processo no aguardo das providências a cargo daquela, necessárias para seu prosseguimento.**

4.3.1.3 Comprovada a transformação, dê-se vista ao Exequente, **por 30 (trinta) dias**, para que promova a devida alocação da quantia mencionada no débito objeto de cobrança, **ficando suspenso o processo no aguardo das providências a cargo daquela, necessárias para seu prosseguimento, decorridos 5 (cinco) anos de suspensão, reabra-se vista à Exequente e voltem-me conclusos.**

4.3.2 Se existirem outro(s) bem(ns) do(a,s) Executado(a,s) já penhorado(s) nestes autos, dê-se vista imediatamente à Exequente para indicar qual(is) pretende manter para a garantia da dívida, tendo em vista o total exigível na presente execução.

4.4. **Se o valor total bloqueado for insuficiente aos custos inerentes ao processo, fica desde já deferido o levantamento.** Entende-se como custos inerentes ao processo não os referentes à alienação, para realização do bem penhorado em espécie, de que naturalmente não se pode cogitar na constrição de ativos financeiros; mas sim os inerentes aos tempos de serviços dos servidores e materiais da Justiça necessários aos procedimentos para o aperfeiçoamento da própria penhora (*v.g.*: expedição, cumprimento e certificações de mandados, editais, ofícios etc.), nesse sentido considerando-se insuficiente o valor bloqueado que seja inferior às custas devidas à União, na Justiça Federal, em ações cíveis em geral, ou seja, a 1% (um por cento) do valor causa até o máximo de R$ 1.915,38 (= 1.800 UFIR's) (CPC, art. 836 c/c Lei nº 9.289/96), ou mesmo inferior a R$ 100,00 (cem reais).

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Documento No: 77073350-21-0-54-3-164806 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

4.5. **Outrossim**, independente do montante total bloqueado, **fica desde já deferido o desbloqueio dos valores consolidados por instituição financeira inferiores a R$ 10,00** (dez reais), eis que, para esses, nos termos do disposto no art. 13, § 7º, do Regulamento BACENJUD 2.0, aquelas instituições estão dispensadas de proceder ao bloqueio.

4.6. Se acostadas informações bancárias ou fiscais relevantes, observe-se o **sigilo judicial** nos termos da Portaria nº RJ-POR-2011/00582 deste M. Juízo (DJE de 9.6.2011, pp. 297/298).

5. **Se as providências da penhora *on-line* não lograrem êxito** em constritar numerário suficiente à garantia da execução, **expeça-se o competente mandado para que se proceda à penhora ou arresto** em tantos bens do(s) Executado(s) quantos bastem para completar a garantia da dívida, sendo que, se não houver indicação voluntária de bens à penhora por ele(s), a constrição deve incidir sobre o(s) eventualmente indicado(s) pelo(a) Exequente. Nomeie-se Depositário, avaliem-se o(s) bem(ns) e dessas providências intime(m)-se o(s) Executado(s). Intime-se ainda o Depositário a não abrir mão do depósito sem prévia autorização do Juízo, sob pena de responder pessoalmente pelo valor da avaliação do bem. Se a penhora recair sobre imóvel, intime(m)-se também o(s) cônjuge(s) do(a) Executado(a), se casado(s) for(em) (Lei nº 6.830/80, arts. 10 a 12). Após, entreguem-se a contrafé, cópia do termo ou do auto de penhora ou arresto e cópia desta ao Oficial de Registro de Imóveis competente para que efetue o registro e encaminhe a este M. Juízo certidão de ônus reais atualizada com o registro da constrição, se se tratar de imóvel; à repartição competente para emissão do certificado de registro, para anotação da constrição e encaminhamento ao Juízo de ofício confirmando-a, se se tratar de veículo; e à Junta Comercial, Bolsa de Valores ou Sociedade Comercial, se se tratar de garantia incidente sobre ações, debêntures, quota ou qualquer título, crédito ou direito societário nominativo (Lei nº 6.830/80, art. 7°, inc. IV e art. 14), outrossim para anotação da constrição e encaminhamento ao Juízo de ofício confirmando-a. Fica o Sr. Oficial de Justiça autorizado a requisitar o auxílio de força policial, se necessário.

6. **Acaso frustradas ou insuficientes as providências previstas nos itens 4 e 5**, **dê-se vista ao(à) Exequente** para, no prazo de 10 dias, identificar os bens do(s) devedor(es) sobre os quais pretende recaia a garantia, inclusive indicando onde se encontram e, sendo assim, expeça-se novo mandado para que se proceda à penhora ou arresto de tais bens, no mais procedendo-se consoante o previsto no item 5.

7. **Formalizada garantia**, **cientifique-se o(a) Executado(a) de que tem o prazo de 30 (trinta) dias**, contados do depósito, da juntada da prova de fiança bancária ou da intimação da penhora, **para opor embargos à execução**, ciente de que, se não opostos, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Exequente (Lei nº 6.830/80, art. 16).

8. **Se nada for demonstrado ou requerido pela Exequente** em atenção ao determinado nos itens 2.2. e 6, **suspenda-se a execução** (Lei n° 6.830/80, art. 40) e, decorrido o prazo de 01 (um) ano, se não vier manifestação do(a) Exequente com a(s) localização(ões) do(s) Executado(s) ou de bem(ns) seu(s) penhorável(is), arquivem-se, sem baixa (Lei n° 6.830/80, art. 40, § 2°). Decorridos 05 (cinco) anos do arquivamento, dê-se vista ao(à) Exequente para sua manifestação (Lei n° 6.830/80, art. 40, § 4°), após voltando conclusos.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 2018.

ASSINATURA ELETRÔNICA
MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Juiz Federal Titular

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Documento No: 77073350-21-0-54-3-164806 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 22

Evento:
JUNTADA
Data:
26/04/2018 09:49:00
Usuário:
JRJDIO - CLAUDIO MARCUS DE MELO -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
22

ADVOCACIA
NAJJARIAN BATISTA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO - RJ

Processo nº 0023469-13.2017.4.02.5101
Execução Fiscal

CONSTRUCÕES METÁLICAS ICEC LTDA., devidamente qualificada no processo em epígrafe, por seu advogado subscritor desta, vem, respeitosamente, à honrosa presença de V.Exa. requerer a juntada do **SUBSTABELECIMENTO SEM RESERVAS**, em anexo.

Requer também, se digne V. Exa., em determinar que seja **EXCLUÍDO**, da contracapa dos autos do processo, o nome de **Dr. Marcos Cezar Najjarian Batista**, inscrito na OAB/SP sob o nº 127.352, bem como o nome de todos os advogados por ele substabelecidos.

Termos em que,
Pede deferimento.

São Paulo, 25 de abril de 2018.

Marcos Cezar Najjarian Batista
OAB/SP 127.352

ADVOCACIA
NAJJARIAN BATISTA

SUBSTABELECIMENTO SEM RESERVA DE IGUAIS PODERES

Pelo presente instrumento, substabeleço **SEM RESERVA DE IGUAIS PODERES**, nas pessoas dos advogados **ELIAS FERREIRA DIOGO** (OAB/SP 322.379), **IGOR SANTOS PIMENTEL** (OAB/SP 389.062); e **THALES LEONARDO OLIVEIRA MARINO** (OAB/SP 390.057), todos com endereço profissional na Rua São José, 2.230, Centro, Mirassol-SP, CEP 15130-000, o mandato outorgado através de instrumento particular por **CONSTRUCÕES METÁLICAS ICEC LTDA.**, dando tudo por bom, firme e valioso.

São Paulo, 25 de abril de 2018.

Marcos Cezar Najjarian Batista
OAB/SP 127.352

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 23

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
26/04/2018 16:57:00
Usuário:
JRJDIO - CLAUDIO MARCUS DE MELO -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
23

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 24

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
03/05/2018 17:51:00
Usuário:
JRJEJM - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
24

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 25

Evento:
INTIMACAO_DE_DECISAO___REGISTRO_NO_SISTEMA
Data:
08/05/2018 14:34:00
Usuário:
JRJLCP - LUIZ CARLOS ALVES PECANHA -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
25

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 26

Evento:
REMESSA_INTERNA_PARA_MODIFICACOES
Data:
08/05/2018 14:35:00
Usuário:
JRJLCP - LUIZ CARLOS ALVES PECANHA -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
26

Poder Judiciário
Justiça Federal - 2a Região
Seção Judiciária do RJ

Termo de Retificação

Em cumprimento do R. despacho de fls. _____, no Rio de Janeiro, 16 de maio de 2018, é lavrado o presente termo, na forma abaixo:

Processo.....: 0023469-13.2017.4.02.5101
Classe do processo.....: 3000 - EXECUÇÃO FISCAL
1. Data do Protocolo.....: 06/03/2017
2. Número de volumes.....: 1
3. Observações.....:
4. Vara.....: 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
5. Tipo de Distribuição.....: Distribuição-Sorteio Automático
6. Data/Hora distribuição....: 24/04/2017 15:51
7. Distr. lançada por.....: SERGIO RODRIGO PEREIRA DO NASCIMENTO
8. Usuário últ. alteração.....: MARIA SILVANA DE QUEIROZ WEAVER
9. Data últ. alteração.....: 16/05/2018 18:25
10. Processo Prevento.....:
11. Objetos.....:
12. Processo Vinculado.....:
13. Valor da Causa.....: Real - 1.442.383,16
14. Processo administrativo.: 18470508106201651; 18470508107201604; 18470508108201641
15. Natureza do Cálculo.....:

16. Nro. inscrição C.D.A.....:

CDA	Data	Moeda	Valor
7061604371845	18/11/2016 00:00		611.932,45
7021602034079	18/11/2016 00:00		23.483,50
7021602033935	18/11/2016 00:00		806.967,21

Assunto:

03.12.08 IRPJ - Dívida Ativa - Direito Tributário

03.12.19 Multas - Dívida Ativa - Direito Tributário

03.12.11 Contribuição Social - Dívida Ativa - Direito Tributário

PARTES:

Tipo	Nome	CPF/CNPJ	Tipo Carac.
AUTOR	FAZENDA NACIONAL	00.394.460/0216-53	
PROCURADOR	JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET		
REU	CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.	04.858.299/0001-70	
ADVOGADO	ELIAS FERREIRA DIOGO		
ADVOGADO	IGOR SANTOS PIMENTEL	359.619.248-07	
ADVOGADO	THALES LEONARDO OLIVEIRA MARINO	419.223.938-86	
REU	ADIVALDO APARECIDO NEVES	928.671.548-04	

Alterações: Por:

16/05/2018 18:25 Parte incluso(a) com valor 'REU: ADIVALDO APARECIDO NEVES' JRJMSW

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARIA SILVANA DE QUEIROZ WEAVER
Documento No: 77073350-22-0-57-2-11983 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Dados Complementares

Segredo de Justiça Absoluto	- Não
Segredo de Justiça no Sistema	- Não
Picha Certidão se processo em Segredo	- Sim
Prioridade Idoso	- Não
Isento de Custas	- Não
Pedido de Gratuidade	- Não
Assistência Judiciária	- Não
Com liminar/Tutela Antecipada Deferida	- Não
Processo Eletrônico	- Sim
Possui Documentos Sigilosos	- Não
Penhora no Rosto dos Autos	- Não
Processo Originário da 2ª Região	- Não
Requer Liminar/Tutela Antecipada	- Não
Requer Justiça Gratuita	- Não
Requer Prioridade de Idoso	- Não
Requer Segredo de Justiça	- Não
Requer Ministério Público	- Não
Grande devedor para Juízo	- Não
Grande dívida para Fazenda	- Não
Requer Prioridade de Incapaz	- Não
Grande devedor para PRF	- Não
Prioridade Idoso com mais de 80 anos	- Não

Para constar, lavro e assino o presente.

_____
Diretor da Secretaria

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARIA SILVANA DE QUEIROZ WEAVER
Documento No: 77073350-22-0-57-2-11983 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 27

Evento:
REMESSA_INTERNA
Data:
16/05/2018 18:37:00
Usuário:
JRJMSW - MARIA SILVANA DE QUEIROZ WEAVER -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
27

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 28

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_EXPEDIR_MANDADO_DE_CITACAO
Data:
17/05/2018 14:25:00
Usuário:
JRJIYG - ISABELLE FARIAS ALBUQUERQUE -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
28

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 29

Evento:
EDITAL_LIVRE
Data:
22/05/2018 13:52:00
Usuário:
JRJEJM - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
29

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL

Processo n° 0023469-13.2017.4.02.5101 (2017.51.01.023469-8)

2017.51.01.023469-8

6ª Vara Federal de

Execução Fiscal RJ

Vistos em Inspeção
(21/05/2018 a 25/05/2018)

ASSINATURA ELETRÔNICA
MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Juiz Federal Titular

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Documento No: 77073350-23-0-59-1-552136 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 30

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_EXPEDIR_CARTA_PRECATORIA
Data:
23/08/2018 16:36:00
Usuário:
JRJDIO - CLAUDIO MARCUS DE MELO -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
30

Poder Judiciário Malote Digital

Impresso em: 13/11/2018 às 10:26

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade: 40220184917811
Documento: CPR 48-0.2018 ok.pdf
Remetente: SJRJ - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal (Isabelle Farias Albuquerque Prata)
Destinatário: SJSP - São José do Rio Preto - Seção de Atendimento, Protocolo e Distribuição (TRF3)
Data de Envio: 13/11/2018 10:25:58
Assunto: CARTA PRECATÓRIA Nº CPR.0051.000049-4/2018

Imprimir

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a ISABELLE FARIAS ALBUQUERQUE PRATA
Documento Nº: 70178830-29-6-0-2-1-5-0-5-6-2 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 31

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_AGUARDANDO_DEVOLUCAO_DE_CARTA_PRECATORIA
Data:
13/11/2018 14:12:00
Usuário:
JRJIYG - ISABELLE FARIAS ALBUQUERQUE -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
31

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 32

Evento:
LAVRADA_CERTIDAO___PROCESSO_MIGRADO_DE_SISTEMA
Data:
13/12/2018 22:22:04
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
32

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 33

Evento:
AUTOS_COM_JUIZ_PARA_DESPACHO_DECISAO
Data:
17/06/2019 14:16:55
Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
33

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 34

Evento:
DESPACHO_DECISAO___DETERMINA_INTIMACAO
Data:
17/06/2019 14:31:46
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
34

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

EXECUTADO: DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA

DESPACHO/DECISÃO

Oficie-se ao MM. Juízo deprecado, solicitando informações sobre o cumprimento da carta precatória.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510001050179v2** e do código CRC **a949c144**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 17/6/2019, às 14:31:46

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 35

Evento:
EXPEDICAO_DE_OFICIO
Data:
18/07/2019 19:20:55
Usuário:
JRJ17316 - MÁRCIO MUNIZ DA SILVA CARVALHO - MAGISTRADO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
35

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21)3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES
EXECUTADO: DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA

OFÍCIO Nº 510001214855

DESTINATÁRIO: **EXMO(A) SR(A) JUIZ(A) DISTRIBUIDORA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP**

ENDEREÇO: **Rua dos Radialistas Rio-Pretenses, 1000, Nova Redentora, São José do Rio Preto - SP - CEP 15090-070**

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a),

Cumprimentando-o(a) cordialmente, solicito **informações sobre o cumprimento da Carta Precatória** n° º CPR.0051.000049-4/2018, extraída dos autos de nosso processo em epígrafe e encaminhada a esse M. Juízo através de malote digital, conforme recibo de documento que instrui o presente.

Colho o ensejo para apresentar protestos de distinta consideração.

Documento eletrônico assinado por **MÁRCIO MUNIZ DA SILVA CARVALHO, Juiz Federal Substituto** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510001214855v2** e do código CRC **e2a5e054**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MÁRCIO MUNIZ DA SILVA CARVALHO
Data e Hora: 18/7/2019, às 19:20:55

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 36

Evento:
JUNTADA___PECAS_DIGITALIZADAS
Data:
19/07/2019 13:16:59
Usuário:
JRJ12495 - CLAUDIO MARCUS DE MELO - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
36

Poder Judiciário Malote Digital

Impresso em: 19/07/2019 às 13:14

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade:	40220195897331
Documento:	Ofício.pdf
Remetente:	SJRJ - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal (Francisco Rocca Camanho)
Destinatário:	SJSP - São José do Rio Preto - Seção de Atendimento, Protocolo e Distribuição (TRF3)
Data de Envio:	19/07/2019 13:13:54
Assunto:	Ofício 510001214855 Ref. Carta Precat. CPR.0051.000049-4/2018

Código de rastreabilidade:	40220195897332
Documento:	Anexo.pdf
Remetente:	SJRJ - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal (Francisco Rocca Camanho)
Destinatário:	SJSP - São José do Rio Preto - Seção de Atendimento, Protocolo e Distribuição (TRF3)
Data de Envio:	19/07/2019 13:13:54
Assunto:	Ofício 510001214855 Ref. Carta Precat. CPR.0051.000049-4/2018

Imprimir

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 37

Evento:
DISTRIBUIDO___EMBARGOS_A_EXECUCAO_FISCAL_NUMERO__50553046020194025101
Data:
14/08/2019 22:52:14
Usuário:
SP322379 - ELIAS FERREIRA DIOGO - ADVOGADO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
37

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 38

Evento:
JUNTADA___PECAS_DIGITALIZADAS
Data:
22/10/2019 17:15:06
Usuário:
JRJ12495 - CLAUDIO MARCUS DE MELO - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
38

13/11/2018 12:00 h
0001967 – 46.2018.4.03.6106

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAU

PROC...: 0001967-46.2018.403.6106 Vol: 1
Classe.: 60 - CARTA PRECATORIA Prot: 13/11/2018
Assunto:CARTAS PRECATORIA/ROGATORIA/ORDEM - FISCAL
DEPRECANTE: JUIZO DA 6 VARA DO FORUM FEDERAL FISCAL DO RIO D
JANEIRO RJ
Reu.....: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA E OUTRO
DEPRECADO.: JUIZO DA 5 VARA FORUM FEDERAL DE S.JOSE DO RIO P
- SP
DISTR. AUTOMATICA - 13/11/2018 5a SJRPRETO

JFSP - FORUM S.J.RIO PRETO
SETOR DE PROTOCOLO INICIAL
13/11/2018 12:00 h
0001967 – 46.2018.4.03.6106

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL
Av. Venezuela, nº 134 - Saúde- Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20081-312
Tel: (21) 3218-7664 / Fax: (21) 3218-7662 - E-mail: 06vfef@jfrj.jus.br - Site: www.jfrj.jus.br

JFRJ
Fls 1

CARTA PRECATÓRIA n. CPR.0051.000048-0/2018

0045100510000048 02018

Juízo Deprecante: **Exmo. Sr. Juiz da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal - SJRJ**
Juízo Deprecado: **Exmo(a). Sr(a). Juiz Federal Distribuidor das VFs de São José do Rio Preto - SJSP**
Processo de origem: **Execução Fiscal n. 0023469-13.2017.4.02.5101 (2017.51.01.023469-8)**
Exequente: **FAZENDA NACIONAL**
Executado(a, s): **CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA. E OUTRO**

O Dr. **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, M. Juiz Federal da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal**, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, **DEPRECA** a Vossa Excelência que se digne a mandar proceder ao seguinte:

a) **CITAR** o(s) executado(s) **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, CNPJ/CPF n. **928.671.548-04**, com endereço na **Av. Feliciano Sales Cunha, 2241, Distrito Industrial – São José do Rio Preto/SP – CEP 15035-000,** para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar **R$ 1.521.557,06** (atualizado até **28/03/2018**), referente à dívida exequenda, devidamente atualizado, com juros, multa de mora e demais encargos contidos na C.D.A., ou garantir a execução. Ademais, **INTIMAR** o(a) Executado(a) de que, no caso da não constatação de bens dele(a) no local, no mesmo prazo de 05 (cinco) dias, deve indicar quais são e onde se encontram seus bens passíveis de penhora, com seus respectivos valores, sob pena de a omissão em proceder a tal indicação ser considerada ato atentatório à dignidade da Justiça, sujeitando-o(a) à multa de até 20% (vinte por cento) do valor da dívida, conforme previsões do artigo 774, inciso V e parágrafo único do Código de Processo Civil. **Outrossim dando-lhe ciência** de que o acesso à integra dos autos do processo eletrônico pode ser obtido por cadastramento do interessado na página da Internet: *http://www.jfrj.jus.br/cadastro-visualizar-processo;* bem assim de que o(s) valor(es) atualizado(s) da(s) dívida(s), bem como instruções para o parcelamento e o pagamento poderão ser obtidos diretamente junto ao(à) Exequente, sendo que, em se tratando de dívida cobrada pela Procuradoria da Fazenda Nacional, por acesso à página da Internet: *www.pgfn.fazenda.gov.br.* Havendo interesse no parcelamento ou pagamento do débito, o devedor deve dirigir-se diretamente ao Exequente para efetivá-lo(s) e deve também comunicar ao M. Juízo a realização do parcelamento ou pagamento, sob pena de prosseguimento da execução.

ente. Certificação digital pertencente a MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA.
0654526-1-0-1-2-915745 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL
Av. Venezuela, nº 134 - Saúde- Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20081-312
Tel: (21) 3218-7664 / Fax: (21) 3218-7662 - E-mail: 06vfef@jfrj.jus.br - Site: www.jfrj.jus.br

Caso o executado não pague ou garanta a execução, proceda ao seguinte:

b) **PENHORAR OU ARRESTAR** (se o executado não for localizado) bens do(a) executado(a), tantos quantos bastem para garantia da execução, efetivar a avaliação e dar ciência ao(s) executado(a,s);
c) **NOMEAR DEPOSITÁRIO**, intimando-o a não abrir mão do depósito sem prévia autorização do Juízo;
d) **CIENTIFICAR** o(a) executado(a) de que têm o prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação da penhora, para opor Embargos à Execução, sob pena de se presumirem aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pelo exequente nos autos da Execução Fiscal supra mencionada;
e) **INTIMAR** o Oficial de Registro de Imóveis competente, caso a penhora recaia sobre bem imóvel, para que proceda ao registro (art. 7, IV, e art. 14, I, da Lei nº 6.830/80), a quem se fará entrega da contrafé e cópia do termo ou auto de penhora ou arresto, bem como intime o(a,s) cônjuge(s), se casado(a,s) for(em). Recaindo a penhora em veículo, entregue a contrafé e cópia do termo do auto de penhora ou arresto, com a ordem de registro (art. 7, IV e art. 14, II da Lei 6.830/80) na repartição competente para emissão do certificado de registro. Recaindo em ações, debêntures, quota ou qualquer título, crédito ou direito societário nominativo, a entrega da contrafé far-se-á na Junta Comercial, Bolsa de Valores ou na Sociedade Comercial (art. 14, III);
f) **ALIENAR** judicialmente os bens constritos, caso não sejam oferecidos embargos ou, se apresentados, forem rejeitados.
g) **INTIMAR** a Exequente, na pessoa de seu representante legal, com área de atuação nessa localidade, para providenciar, caso necessário, o pagamento de eventuais despesas porventura existentes para a realização das diligências deprecadas.

Bens indicados à penhora pela exequente: Não indicados.

Anexos: fls. 1-16, 19,21, 54-56.

DADA E PASSADA nesta cidade do Rio de Janeiro, em 8 de novembro de 2018. Eu, ISABELLE FARIAS ALBUQUERQUE, Técnico Judiciário, digitei e conferi. E eu, ANDRÉ BOTELHO JUCÁ, Diretor de Secretaria, reconferi.

MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Juiz Federal
6ª Vara Federal de Execução Fiscal

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA.
Documento No: 80654526-1-0-1-2-915745 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

(NEL)

TERMO DE AUTUACAO

Em S.J. do Rio Preto, 14 de Novembro de 2018, nesta Secretaria da 5.A Vara, autuo os documentos adiante, em _____ folhas, com _____ apensos, na seguinte conformidade:

Processo: 0001967-46.2018.403.6106
Classe..: 00060 CARTA PRECATORIA
Assunto.:
08.99.03-CARTAS PRECATORIA/ROGATORIA/ORDEM - FISCAL
DISTR. AUTOMATICA em 13/11/2018

DEPRECANTE :

JUIZO DA 6 VARA DO FORUM FEDERAL FISCAL DO RIO DE JANEIRO RJ

AUTOR :

FAZENDA NACIONAL

REU :

CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA E OUTRO

DEPRECADO :

JUIZO DA 5 VARA FORUM FEDERAL DE S.JOSE DO RIO PRETO - SP

Volume..: 1

Para constar, lavro e assino o presente.

_____
Diretor da Secretaria

02

JFSP - FORUM S.J.RIO PRETO
SETOR DE PROTOCOLO INICIAL
13/11/2018 12:00 h
0001967 – 46.2018.4.03.6106

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL
Av. Venezuela, nº 134 - Saúde - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20081-312
Tel: (21) 3218-7664 / Fax: (21) 3218-7662 - E-mail: 06vfef@jfrj.jus.br - Site: www.jfrj.jus.br

JFRJ
Fls.

CARTA PRECATÓRIA n. CPR.0051.000048-0/2018

0 0 4 5 1 0 0 5 1 0 0 0 0 4 8 0 2 0 1 8

Juízo Deprecante: **Exmo. Sr. Juiz da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal - SJRJ**
Juízo Deprecado: **Exmo(a). Sr(a). Juiz Federal Distribuidor das VFs de São José do Rio Preto - SJSP**
Processo de origem: **Execução Fiscal n. 0023469-13.2017.4.02.5101 (2017.51.01.023469-8)**
Exequente: **FAZENDA NACIONAL**
Executado(a, s): **CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA. E OUTRO**

O Dr. **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, M. Juiz Federal da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal**, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, **DEPRECA** a Vossa Excelência que se digne a mandar proceder ao seguinte:

a) **CITAR** o(s) executado(s) **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, CNPJ/CPF n. **928.671.548-04**, com endereço na **Av. Feliciano Sales Cunha, 2241**, **Distrito Industrial – São José do Rio Preto/SP – CEP 15035-000,** para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar **R$ 1.521.557,06** (atualizado até **28/03/2018**), referente à dívida exequenda, devidamente atualizado, com juros, multa de mora e demais encargos contidos na C.D.A., ou garantir a execução. Ademais, **INTIMAR** o(a) Executado(a) de que, no caso da não constatação de bens dele(a) no local, no mesmo prazo de 05 (cinco) dias, deve indicar quais são e onde se encontram seus bens passíveis de penhora, com seus respectivos valores, sob pena de a omissão em proceder a tal indicação ser considerada ato atentatório à dignidade da Justiça, sujeitando-o(a) à multa de até 20% (vinte por cento) do valor da dívida, conforme previsões do artigo 774, inciso V e parágrafo único do Código de Processo Civil. **Outrossim dando-lhe ciência** de que o acesso à integra dos autos do processo eletrônico pode ser obtido por cadastramento do interessado na página da Internet: *https://www.jfrj.jus.br/roduto-visualizar-processo*; bem assim de que o(s) valor(es) atualizado(s) da(s) dívida(s), bem como instruções para o parcelamento e o pagamento poderão ser obtidos diretamente junto ao(à) Exequente, sendo que, em se tratando de dívida cobrada pela Procuradoria da Fazenda Nacional, por acesso à página da Internet: *www.pgfn.fazenda.gov.br.* Havendo interesse no parcelamento ou pagamento do débito, o devedor deve dirigir-se diretamente ao Exequente para efetivá-lo(s) e deve também comunicar ao M. Juízo a realização do parcelamento ou pagamento, sob pena de prosseguimento da execução.

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA.
Documento No: 80654526-1-0-1-2-915745 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

03

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL
Av. Venezuela, nº 134 - Saúde- Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20081-312
Tel: (21) 3218-7664 / Fax: (21) 3218-7662 - E-mail: 06vfef@jfrj.jus.br - Site: www.jfrj.jus.br

JFRJ
Fls. X

Caso o executado não pague ou garanta a execução, proceda ao seguinte:

b) **PENHORAR OU ARRESTAR** (se o executado não for localizado) bens do(a) executado(a), tantos quantos bastem para garantia da execução, efetivar a avaliação e dar ciência ao(s) executado(a,s);
c) **NOMEAR DEPOSITÁRIO**, intimando-o a não abrir mão do depósito sem prévia autorização do Juízo;
d) **CIENTIFICAR** o(a) executado(a) de que têm o prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação da penhora, para opor Embargos à Execução, sob pena de se presumirem aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pelo exequente nos autos da Execução Fiscal supra mencionada;
e) **INTIMAR** o Oficial de Registro de Imóveis competente, caso a penhora recaia sobre bem imóvel, para que proceda ao registro (art. 7, IV, e art. 14, I, da Lei nº 6.830/80), a quem se fará entrega da contrafé e cópia do termo ou auto de penhora ou arresto, bem como intime o(a,s) cônjuge(s), se casado(a,s) for(em). Recaindo a penhora em veículo, entregue a contrafé e cópia do termo do auto de penhora ou arresto, com a ordem de registro (art. 7, IV e art. 14, II da Lei 6.830/80) na repartição competente para emissão do certificado de registro. Recaindo em ações, debêntures, quota ou qualquer título, crédito ou direito societário nominativo, a entrega da contrafé far-se-á na Junta Comercial, Bolsa de Valores ou na Sociedade Comercial (art. 14, III);
f) **ALIENAR** judicialmente os bens constritos, caso não sejam oferecidos embargos ou, se apresentados, forem rejeitados.
g) **INTIMAR** a Exequente, na pessoa de seu representante legal, com área de atuação nessa localidade, para providenciar, caso necessário, o pagamento de eventuais despesas porventura existentes para a realização das diligências deprecadas.

Bens indicados à penhora pela exequente: Não indicados.

Anexos: fls. 1-16, 19,21, 54-56.

DADA E PASSADA nesta cidade do Rio de Janeiro, em 8 de novembro de 2018. Eu, ISABELLE FARIAS ALBUQUERQUE, Técnico Judiciário, digitei e conferi. E eu, ANDRÉ BOTELHO JUCÁ, Diretor de Secretaria, reconferi.

ASSINADO ELETRONICAMENTE
MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Juiz Federal
6ª Vara Federal de Execução Fiscal

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA.
Documento No: 80654526-1-0-1-2-915745 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

PGFN

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

EXMO. SR. DR. JUIZ DA SEÇÃO JUDICIÁRIA - RIO DE JANEIRO

A **União (Fazenda Nacional)**, 00.394.460/0216-53, pelo Procurador da Fazenda Nacional que esta subscreve, com fundamento na Lei 6.830/80, vem propor EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA, contra o(s) contribuinte(s):

Nome: **CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.**
CNPJ: **04.858.299/0001-70**
End: **RUA CAMPO GRANDE, 1096, SALA 611, CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO, RJ, 23080-000**

EXECUÇÃO FISCAL DA DÍVIDA ATIVA

Consubstanciada na(s) seguinte(s) certidão(ões) de Inscrição em Dívida Ativa, que integra(m) a presente petição inicial:

Processo Administrativo	Inscrição	Valor Atualizado
18470508106201651	7061604371845	R$ 611.932,45
18470508107201604	7021602033935	R$ 806.967,21
18470508108201641	7021602034079	R$ 23.483,50

Para tanto, requer-se na forma do art. 8 da Lei 6.830/80, e art. 172 parágrafo 2, do Código de Processo Civil :

1. A citação da(o) Executada(o), pelo correio, com Aviso de Recepção(AR), para pagar, no prazo legal, as dívidas inscritas, devidamente atualizadas, acrescidas de juros, encargos previstos no Decreto-Lei n. 1.025/69, alterado pelo Decreto-Lei n. 1.645/78, custas e despesas processuais, ou nomear bens livres e desembaraçados para garantir a execução em consonância que a legislação em vigor, sob pena de lhe serem penhorados ou arrestados tantos bens quanto bastem a plena execução da dívida;

2. Não paga a divida ou não garantida a execução, a expedição de mandado de penhora e avaliação a recair sobre tantos bens quantos bastem à garantia integral da dívida, inclusive imóveis, nesse caso procedendo-se à intimação do cônjuge e à notificação do cartório de registro competente.

Dá-se à causa o valor atualizado de R$ 1.442.383,16 (***um milhão e quatrocentos e quarenta e dois mil e trezentos e oitenta e três reais e dezesseis centavos***), consoante o disposto no art. 6, parágrafo 4, Lei de Execuções Fiscais, que corresponde ao(s) valor(es) consolidado(s) da(s) dívida(s).

Pede deferimento,

Rio de Janeiro, 06 de Março de 2017

VINICIUS BRANDAO DE QUEIROZ
Procurador(a) da Fazenda Nacional
Siape - 1286791

Nº do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55. (Processo: 0023469-13.2017.4.02.5101 - Petição: 2017.3010.004643-0) .
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ.
Documento No: 77073350-1-0-1-1-11304 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade

05

PGFN

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

JFRJ
Fls.

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob número **70 6 16 043718-45** da série 1804 desde, 18/11/2016.

Nome: **CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.**
CNPJ: **04.858.299/0001-70**
End: **RUA CAMPO GRANDE, 1096, SALA 611, CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO, RJ, 23080-000**

É(São) devedor(devedores) da Fazenda Nacional da quantia abaixo discriminada, referente aos débitos especificados em anexo.

Processo Administrativo	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
18470 508106/2016-51	R$ 390.537,02	UFIR 367.011,57

Fundamentação legal da cobrança:

A dívida em apreço foi inscrita à vista dos elementos constantes de processo ou expediente protocolizado no Ministério da Fazenda sob número acima indicado, e está sujeita, até a sua efetiva liquidação, à correção monetária (DL. 2052/83, art. 1 Inciso I, DL. 2284/86, art 41, DL. 2287/86, arts. 12 e 15, modificado pelo DL. 2323/87, arts. 1 e 14, Lei n. 7799/89, alterada pela Lei n. 8383/91, art. 54), aos juros de mora (DL. 2052/83, art.1, Inciso II, DL. 2323/87, art 16, modificado pelo DL. 2331/87, art. 6, Lei n. 8177/91, art. 9, Lei n. 8218/91, art. 3 e 30, Lei n. 8383/91, art. 54 parágrafos 1 e 2, Lei n. 8981/95, art. 84, I e parágrafo 8 (redação da MP 1110/95, art. 16 e reedições); Lei n. 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 26 e reedições, excetuada, quanto aos juros, a parcela relativa à multa de mora, além do encargo de 20% (vinte por cento), previsto no DL nº 1025/69, art. 1; no DL nº 1645/78, art. 3, na Lei nº 7799/89, art. 64, par. 2 e Lei nº 8383/91, art. 57, par. 2 e multa de mora, com base no artigo 84, inciso II, parágrafo 8º, da Lei nº 8.981/95 (incluído pela MP 1.110/95, art. 17, e reedições).

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

Rio de Janeiro, 06 de Março de 2017

VINICIUS BRANDAO DE QUEIROZ
Procurador(a) da Fazenda Nacional
Siape - 1286791

Nº do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55. (Processo: 0023469-13.2017.4.02.5101 - Petição: 2017.3010.004643-0) .
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ.
Documento No: 77073350-2-0-2-3-705230 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

06

PGFN

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

JFRJ
FIS.

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
18470 508106/2016 - 51	70 6 16 043718 - 45

Origem
LUCRO REAL RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO

N° da decl./notif.
0

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
01/2013	**CONTR. SOCIAL**	**31/03/2014**	**01/04/2014**	**01/04/2014**	**R$ 325.447,52**

Fundamentação legal
ARTS 1, 2 E PAR 1 E AL "C" (C/ALT ART 2 L 8034/90), ART 3 (C/ALT ART 17 L 11727/08) E ART 4 L 7689/88; ART 3 E INC II L 8003/90; ARTS 2, 3 E INC II E 6 (COMB C/ART 41 PAR 2 E ART 45 PAR 3 DEC 332/91) L 8200/91; ART 25 COMB C/ART 57 (C/ALT ART 1 L 9065/95) L 8981/95; ARTS 1 E 13 E INCS L 9249/95; ART 2 PAR 3, ART 6 PAR 1 INC I (C/ALT ART 20 L 12844/13) E PAR 3, ART 10 PARS 1 E 3, ART 11 PARS 2 E 3, ART 12 E PARS 1 (C/ALT ART 9 L 12431/11) E 2 (C/ALT ART 48 L 12715/12), ART 17, ART 18 PAR 7, ART 19 PAR 7 E ART 22 (C/ALT ART 5 L 12766/12) E PAR 3 COMBS C/ART 28 (C/ALT ART 49 L 12715/12), ARTS 55 E 60 L 9430/96; ART 1 E PAR 3 (C/ALT ART 34 MP 2158/01-35), ART 11 PARS 2 E 3 E ARTS 60 E 69 L 9532/97; ART 14 E INCS (C/ALT ART 46 L 10637/02 E C/ALT ART 22 L 12249/10) L 9718/98; ART 4 L 9981/00; ARTS 21, 30 E PARS E 35 E PAR UN MP 2158/01-35; ART 2 PAR UN L 10305/01; ART 7 E PAR 3 L 10637/02; ART 1 E PARS L 12402/11

Forma de constituição do débito
DECLARACAO

Notificação
PESSOAL

Origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

N° da decl./notif.

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
01/2013	**MULTA MORA - 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 65.089,50**

Fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

Forma de constituição do débito

Notificação

Nº do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55. (Processo: 0023469-13.2017.4.02.5101 - Petição: 2017.3010.004643-0) .
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ.
Documento No: 77073350-2-0-2-3-705230 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

07

PGFN

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 3
SALDO DO VALOR ORIGINÁRIO

Processo Administrativo	Inscrição
18470 508106/2016 - 51	70 6 16 043718 - 45

Natureza do Débito	Data de Vencimento	Termo Inicial		Multa Mora	Valores Originários Remanescentes
		Juros	Atualização Monetária		
CONTR. SOCIAL	31/03/2014	01/04/2014	01/04/2014	20%	R$ 325.447,52
MULTA MORA - 20 P/CENTO	-	-	-		R$ 65.089,50

Nº do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55. (Processo: 0023469-13.2017.4.02.5101 - Petição: 2017.3010.004643-0) .
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ.
Documento No: 77073350-2-0-2-3-705230 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

08

PGFN

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

JFRJ
FIS

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob número **70 2 16 020339-35** da série 3551 desde, 18/11/2016.

Nome: **CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.**
CNPJ: **04.858.299/0001-70**
End: **RUA CAMPO GRANDE, 1096, SALA 611, CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO, RJ, 23080-000**

É(São) devedor(devedores) da Fazenda Nacional da quantia abaixo discriminada, referente aos débitos especificados em anexo.

Processo Administrativo	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
18470 508107/2016-04	R$ 515.008,76	UFIR 483.985,29

Fundamentação legal da cobrança:

A dívida em apreço foi inscrita à vista dos elementos constantes de processo ou expediente protocolizado no Ministério da Fazenda sob número acima indicado, e está sujeita, até a sua efetiva liquidação, à correção monetária (DL. 2052/83, art. 1 Inciso I, DL. 2284/86, art 41, DL. 2287/86, arts. 12 e 15, modificado pelo DL. 2323/87, arts. 1 e 14, Lei n. 7799/89, alterada pela Lei n. 8383/91, art. 54), aos juros de mora (DL. 2052/83, art.1, Inciso II, DL. 2323/87, art 16, modificado pelo DL. 2331/87, art. 6, Lei n. 8177/91, art. 9, Lei n. 8218/91, art. 3 e 30, Lei n. 8383/91, art. 54 parágrafos 1 e 2, Lei n. 8981/95, art. 84, I e parágrafo 8 (redação da MP 1110/95, art. 16 e reedições), Lei n. 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 26 e reedições, excetuada, quanto aos juros, a parcela relativa à multa de mora, além do encargo de 20% (vinte por cento), previsto no DL nº 1025/69, art. 1; no DL nº 1645/78, art. 3, na Lei nº 7799/89, art. 64, par. 2 e Lei nº 8383/91, art. 57, par. 2 e multa de mora, com base no artigo 84, inciso II, parágrafo 8º, da Lei nº 8.981/95 (incluído pela MP 1.110/95, art. 17, e reedições).

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

Rio de Janeiro, 06 de Março de 2017

VINICIUS BRANDAO DE QUEIROZ
Procurador(a) da Fazenda Nacional
Siape - 1286791

Nº do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55. (Processo: 0023469-13.2017.4.02.5101 - Petição: 2017.3010.004643-0) .
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ.
Documento No: 77073350-3-0-5-3-158093 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

09

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
18470 508107/2016 - 04	70 2 16 020339 - 35

Origem
LUCRO REAL RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO

N° da decl./notif.
0

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
01/2013	**IMPOSTO**	**31/03/2014**	**01/04/2014**	**01/04/2014**	**R$ 429.173,97**

Fundamentação legal
ARTS 27 E 32 DL 5844/43; ART 6 E PARS DL 1598/77; ART 46 PAR 3 L 8383/91; ART 3 E INC II L 8200/91; ART 25 L 8981/95; ARTS 1, 3 E PARS 1 E 2 (C/ALT ART 4 L 9430/96) E ART 25 E PARS L 9249/95; ART 1 PAR UN L 9316/96; ART 2 PAR 3, ART 4, ART 6 PAR 1 INC I (C/ALT ART 20 L 12844/13) E PAR 3, ART 10 PARS 1 E 3, ART 11 PARS 2 E 3, ART 12 E PARS 1 (C/ALT ART 9 L 12431/11) E 2 (C/ALRT 48 L 12715/12), ART 17, ART 18 PAR 7, ART 19 PAR 7, ART 22 (C/ALT ART 5 L 12766/12) E PAR 3, ARTS 58 E 60 L 9430/96; ART 14 L 9718/98; ART 23 E INCS MP 1991/99-12; ART 1 MP 2011/99-3; ART 1 E PARS L 12402/11

Forma de constituição do débito
DECLARACAO

Notificação
PESSOAL

Origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

N° da decl./notif.

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
01/2013	**MULTA MORA - 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 85.834,79**

Fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

Forma de constituição do débito

Notificação

N° do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55. (Processo: 0023469-13.2017.4.02.5101 - Petição: 2017.3010.004643-0) .
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ.
Documento No: 77073350-3-0-5-3-158093 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

10

PGFN

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

JFRJ
Fls 7

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 3
SALDO DO VALOR ORIGINÁRIO

Processo Administrativo	Inscrição
18470 508107/2016 - 04	70 2 16 020339 - 35

Natureza do Débito	Data de Vencimento	Termo Inicial Juros	Termo Inicial Atualização Monetária	Multa Mora	Valores Originários Remanescentes
IMPOSTO	31/03/2014	01/04/2014	01/04/2014	20%	R$ 429.173,97
MULTA MORA - 20 P/CENTO	-	-	-		R$ 85.834,79

Nº do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55. (Processo: 0023469-13.2017.4.02.5101 - Petição: 2017.3010.004643-0) .
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ.
Documento No: 77073350-3-0-5-3-158093 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

11

PGFN

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

Fls 3

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob número **70 2 16 020340-73** da série 3560 desde, 18/11/2016.

Nome: **CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.**
CNPJ: **04.858.299/0001-70**
End: **RUA CAMPO GRANDE, 1096, SALA 611, CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO, RJ, 23080-000**

É(São) devedor(devedores) da Fazenda Nacional da quantia abaixo discriminada, referente aos débitos especificados em anexo.

Processo Administrativo	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
18470 508108/2016-41	R$ 12.944,62	UFIR 12.164,79

Fundamentação legal da cobrança:

A dívida em apreço foi inscrita à vista dos elementos constantes de processo ou expediente protocolizado no Ministério da Fazenda sob número acima indicado, e está sujeita, até a sua efetiva liquidação, à correção monetária (DL. 2052/83, art. 1 Inciso I, DL. 2284/86, art 41, DL. 2287/86, arts. 12 e 15, modificado pelo DL. 2323/87, arts. 1 e 14, Lei n. 7799/89, alterada pela Lei n. 8383/91, art. 54), aos juros de mora (DL. 2052/83, art.1, Inciso II, DL. 2323/87, art 16, modificado pelo DL. 2331/87, art. 6, Lei n. 8177/91, art. 9, Lei n. 8218/91, art. 3 e 30, Lei n. 8383/91, art. 54 parágrafos 1 e 2, Lei n. 8981/95, art. 84, I e parágrafo 8 (redação da MP 1110/95, art. 16 e reedições); Lei n. 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 26 e reedições, excetuada, quanto aos juros, a parcela relativa à multa de mora, além do encargo de 20% (vinte por cento), previsto no DL nº 1025/69, art. 1; no DL nº 1645/78, art. 3, na Lei nº 7799/89, art. 64, par. 2 e Lei nº 8383/91, art. 57, par. 2 e multa de mora, com base no artigo 84, inciso II, parágrafo 8º, da Lei nº 8.981/95 (incluído pela MP 1.110/95, art. 17, e reedições).

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

Rio de Janeiro, 06 de Março de 2017

VINICIUS BRANDAO DE QUEIROZ
Procurador(a) da Fazenda Nacional
Siape - 1286791

Nº do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55. (Processo: 0023469-13.2017.4.02.5101 - Petição: 2017.3010.004643-0) .
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ.
Documento No: 77073350-4-0-8-9-249121 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

12

PGFN

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

JFRJ
Fls 9

Processo Administrativo	Inscrição
18470 508108/2016 - 41	70 2 16 020340 - 79

Origem
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO

N° da decl./notif.
0

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
01/2011	**IMPOSTO**	**18/02/2011**	**21/02/2011**	**01/03/2011**	**R$ 508,49**

Fundamentação legal
ART 103 DL 5844/43; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 8 E PAR UN DL 1736/79; ART 7 INC I E PAR 1 L 7713/88; ART 1 L 9249/95; ART 5 L 9250/95; ART 11 PAR 1 L 9532/97; ART 3 PAR 5 L 10101/00; ART 70 E INC I E AL "D" L 11196/05 C/ALT ART 5 L 11933/09; ART 1 INC V L 11482/07 C/ALT ART 1 L 12469/11; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11

Forma de constituição do débito	Notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

Origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

N° da decl./notif.

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
01/2011	**MULTA MORA - 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 101,70**

Fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

Forma de constituição do débito	Notificação

N° do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55. (Processo: 0023469-13.2017.4.02.5101 - Petição: 2017.3010.004643-0) .
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ.
Documento No: 77073350-4-0-8-9-249121 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

13

PGFN

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
18470 508108/2016 - 41	70 2 16 020040 - 79

Origem
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO

N° da decl./notif.
0

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
02/2011	**IMPOSTO**	**18/03/2011**	**21/03/2011**	**01/04/2011**	**R$ 2.170,65**

Fundamentação legal
ART 100 DL 5844/43; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 8 E PAR UN DL 1736/79; ART 7 INC I E PAR 1 L 7713/88; ART 1 L 9249/95; ART 5 L 9250/95; ART 11 PAR 1 L 9532/97; ART 3 PAR 5 L 10101/00; ART 70 E INC I E AL "D" L 11196/05 C/ALT ART 5 L 11933/09; ART 1 INC V L 11482/07 C/ALT ART 1 L 12469/11; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11

Forma de constituição do débito
DECLARACAO

Notificação
PESSOAL

Origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

N° da decl./notif.

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
02/2011	**MULTA MORA - 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 434,13**

Fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

Forma de constituição do débito

Notificação

N° do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55. (Processo: 0023469-13.2017.4.02.5101 - Petição: 2017.3010.004643-0) .
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ.
Documento No: 77073350-4-0-8-9-249121 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

14

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

JFRJ
Fls.

Processo Administrativo	Inscrição
18470 508108/2016 - 41	70 2 16 020340 - 79

Origem
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO

N° da decl./notif.
0

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
03/2011	**IMPOSTO**	**20/04/2011**	**25/04/2011**	**02/05/2011**	**R$ 3.163,22**

Fundamentação legal
ART 103 DL 5844/43; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 8 E PAR UN DL 1736/79; ART 7 INC I E PAR 1 L 7713/88; ART 1 L 9249/95; ART 5 L 9250/95; ART 11 PAR 1 L 9532/97; ART 3 PAR 5 L 10101/00; ART 70 E INC I E AL "D" L 11196/05 C/ALT ART 5 L 11933/09; ART 1 INC V L 11482/07 C/ALT ART 1 L 12469/11; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11

Forma de constituição do débito	Notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

Origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

N° da decl./notif.

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
03/2011	**MULTA MORA - 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 632,64**

Fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

Forma de constituição do débito	Notificação

N° do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55. (Processo: 0023469-13.2017.4.02.5101 - Petição: 2017.3010.004643-0) .
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ.
Documento No: 77073350-4-0-8-9-249121 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
18470 508108/2016 - 41	70 2 16 020340 - 79

Origem
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO

N° da decl./notif.
0

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
04/2011	**IMPOSTO**	**20/05/2011**	**23/05/2011**	**01/06/2011**	**R$ 443,16**

Fundamentação legal
ART 103 DL 5844/43; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 8 E PAR UN DL 1736/79; ART 7 INC I E PAR 1 L 7713/88; ART 1 L 9249/95; ART 5 L 9250/95; ART 11 PAR 1 L 9532/97; ART 3 PAR 5 L 10101/00; ART 70 E INC I E AL "D" L 11196/05 C/ALT ART 5 L 11933/09; ART 1 INC V L 11482/07 C/ALT ART 1 L 12469/11; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11

Forma de constituição do débito	Notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

Origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

N° da decl./notif.

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
04/2011	**MULTA MORA - 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 88,63**

Fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

Forma de constituição do débito	Notificação

N° do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55. (Processo: 0023469-13.2017.4.02.5101 - Petição: 2017.3010.004643-0) .
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ.
Documento No: 77073350-4-0-8-9-249121 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

16

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Fls 13

Processo Administrativo	Inscrição
18470 508108/2016 - 41	70 2 16 020340 - 79

Origem
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO

N° da decl./notif.
0

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
05/2011	**IMPOSTO**	**20/06/2011**	**21/06/2011**	**01/07/2011**	**R$ 555,30**

Fundamentação legal
ART 103 DL 5844/43; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 8 E PAR UN DL 1736/79; ART 7 INC I E PAR 1 L 7713/88; ART 1 L 9249/95; ART 5 L 9250/95; ART 11 PAR 1 L 9532/97; ART 3 PAR 5 L 10101/00; ART 70 E INC I E AL "D" L 11196/05 C/ALT ART 5 L 11933/09; ART 1 INC V L 11482/07 C/ALT ART 1 L 12469/11; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11

Forma de constituição do débito	Notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

Origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

N° da decl./notif.

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
05/2011	**MULTA MORA - 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 111,06**

Fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

Forma de constituição do débito	Notificação

N° do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55. (Processo: 0023469-13.2017.4.02.5101 - Petição: 2017.3010.004643-0) .
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ.
Documento No: 77073350-4-0-8-9-249121 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

17

PGFN

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
18470 508108/2016 - 41	70 2 16 020340 - 79

Origem
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO

N° da decl./notif.
0

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
07/2011	**IMPOSTO**	**19/08/2011**	**22/08/2011**	**01/09/2011**	**R$ 3.879,25**

Fundamentação legal
ART 103 DL 5844/43; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 8 E PAR UN DL 1736/79; ART 7 INC I E PAR 1 L 7713/88; ART 1 L 9249/95; ART 5 L 9250/95; ART 11 PAR 1 L 9532/97; ART 3 PAR 5 L 10101/00; ART 70 E INC I E AL "D" L 11196/05 C/ALT ART 5 L 11933/09; ART 1 INC V L 11482/07 C/ALT ART 1 L 12469/11; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11

Forma de constituição do débito
DECLARACAO

Notificação
PESSOAL

Origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

N° da decl./notif.

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
07/2011	**MULTA MORA - 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 775,85**

Fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

Forma de constituição do débito

Notificação

N° do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55. (Processo: 0023469-13.2017.4.02.5101 - Petição: 2017.3010.004643-0) .
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ.
Documento No: 77073350-4-0-8-9-249121 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

18

PGFN

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

JFRJ
Fls

Processo Administrativo	Inscrição
18470 508108/2016 - 41	70 2 16 020340 - 79

Origem
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO

N° da decl./notif.
0

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
08/2011	**IMPOSTO**	**20/09/2011**	**21/09/2011**	**03/10/2011**	**R$ 67,13**

Fundamentação legal
ART 103 DL 5844/43; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 8 E PAR UN DL 1736/79; ART 7 INC I E PAR 1 L 7713/88; ART 1 L 9249/95; ART 5 L 9250/95; ART 11 PAR 1 L 9532/97; ART 3 PAR 5 L 10101/00; ART 70 E INC I E AL "D" L 11196/05 C/ALT ART 5 L 11933/09; ART 1 INC V L 11482/07 C/ALT ART 1 L 12469/11; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11

Forma de constituição do débito
DECLARACAO

Notificação
PESSOAL

Origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

N° da decl./notif.

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
08/2011	**MULTA MORA - 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 13,43**

Fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

Forma de constituição do débito

Notificação

Nº do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55. (Processo: 0023469-13.2017.4.02.5101 - Petição: 2017.3010.004643-0) .
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ.
Documento No: 77073350-4-0-8-9-249121 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

19

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 3
SALDO DO VALOR ORIGINÁRIO

Processo Administrativo	Inscrição
18470 508108/2016 - 41	70 2 16 020340 - 79

Natureza do Débito	Data de Vencimento	Termo Inicial Juros	Termo Inicial Atualização Monetária	Multa Mora	Valores Originários Remanescentes
IMPOSTO	18/02/2011	01/03/2011	21/02/2011	20%	R$ 508,49
MULTA MORA - 20 P/CENTO	-	-	-		R$ 101,70
IMPOSTO	18/03/2011	01/04/2011	21/03/2011	20%	R$ 2.170,65
MULTA MORA - 20 P/CENTO	-	-	-		R$ 434,13
IMPOSTO	20/04/2011	02/05/2011	25/04/2011	20%	R$ 3.163,22
MULTA MORA - 20 P/CENTO	-	-	-		R$ 632,64
IMPOSTO	20/05/2011	01/06/2011	23/05/2011	20%	R$ 443,16
MULTA MORA - 20 P/CENTO	-	-	-		R$ 88,63
IMPOSTO	20/06/2011	01/07/2011	21/06/2011	20%	R$ 555,30
MULTA MORA - 20 P/CENTO	-	-	-		R$ 111,06
IMPOSTO	19/08/2011	01/09/2011	22/08/2011	20%	R$ 3.879,25
MULTA MORA - 20 P/CENTO	-	-	-		R$ 775,85
IMPOSTO	20/09/2011	03/10/2011	21/09/2011	20%	R$ 67,13
MULTA MORA - 20 P/CENTO	-	-	-		R$ 13,43

Nº do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55 (Processo: 0023469-13.2017.4.02.5101 - Petição: 2017.3010.004643-0) .
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ.
Documento No: 77073350-4-0-8-9-249121 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL

JFRJ Fls. 1

2017.51.01.023469-8

Processo nº 0023469-13.2017.4.02.5101 (2017.51.01.023469-8)

1. **Defiro** a petição inicial (Lei nº 6.830/80, art. 7º).

2. **Cite(m)-se** o(a,s) Executado(a,s), no(s) endereço(s) indicado(s), por mandado a ser cumprido por Oficial de Justiça, para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar(em) o débito, mais acréscimos legais, ou garantir(em) a execução (Lei nº 6.830/80, arts. 8º e 9º), que, se vier por carta de fiança, deverá ter ser seu original apresentado em Secretaria deste M. Juízo, para acautelamento, ou, se por depósito de dinheiro, comprovado por cópia da operação bancária, sob pena de se desconsiderar a garantia. Quanto à citação, cumpra-se ainda o seguinte.

2.1. Se caracterizada a suspeita de ocultação da parte Executada, fica autorizado o Oficial de Justiça a proceder à **citação por hora certa** (CPC, arts. 252 e 253), após cuidando a Secretaria da devida comunicação pelo correio (CPC, art. 254). Se decorridos 5 (cinco) dias sem qualquer manifestação do citando, dê-se vista à Defensoria Pública da União (CPC, art. 72, inc. II). Já se o Oficial de Justiça certificar que o endereço do(a) Executado(a) se encontra em **área de risco**, proceda-se à **citação pelo correio**, com aviso de recebimento (Lei nº 6.830/80, art. 8º, incs. I e III).

2.2. Se o(s) Executado(s) não for(em) encontrado(s), porque seu(s) endereço(s) não foi(ram) localizado(s) ou ele(s) tiver(em) se mudado, tratando-se de **pessoa natural**, proceda-se a citação por edital. Já se se tratar de **pessoa jurídica**, abra-se vista à Exequente para que, no prazo de 30 dias, traga cópia do contrato social (última alteração) da empresa executada arquivada na JUCERJA ou no RCPJ, então expedindo-se mandado para sua citação em novo endereço dela ou nos de seus sócios, que ainda não tenham sido buscados nestes autos. Nesta hipótese, caso a documentação demonstre que tais endereços já foram esgotados ou se frustradas as diligências encetadas conforme acima, proceda-se à **citação por edital**.

2.2.1. Se decorrido o prazo sem qualquer manifestação do citado por edital, dê-se **vista à Defensoria Pública da União**, por novo prazo igual. Após, sem manifestação da Defensoria, **prossiga-se conforme item 4** e seguintes desta. Já se vier petição da Defensoria, dê-se **vista ao(à) Exequente**, pelo prazo de 5 dias, para manifestar o prosseguimento pretendido à execução e voltem conclusos.

3. **Se houver o pagamento**, for alegado parcelamento ou vier oferta de bens à penhora, dê-se vista à Exequente para sua manifestação a respeito, voltando conclusos em seguida.

4. **Sendo positiva a citação e não ocorrendo o pagamento nem oferta de garantia à execução**, em vista do que dispõem o artigo 185-A do Código Tributário Nacional, os artigos 655-A do Código de Processo Civil, o artigo 11 da Lei nº 6.830/80 e do já assentado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça quanto às medidas de efetividade da jurisdição executiva (*v.g.*: STJ – 2ª Turma – REsp nº 1.074.228-MG - Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES – DJ de 05/11/2008), efetive-se o bloqueio dos valores disponíveis em contas bancárias e aplicações financeiras do(a,s) Executado(a,s) regularmente citado(a,s), até o limite do montante total exigível na presente execução, por meio do sistema **BACEN-JUD** (CPC, art. 854), observando-se ainda ao seguinte.

4.1. O bloqueio deve compreender apenas ativos financeiros sem natureza alimentar ou o que estes excederem de 50 (cinquenta) salários-mínimos mensais (CPC, art. 833, IV e § 2º) e valores acima de 40 salários-mínimos em conta-poupança (CPC, art. 833, X).

4.2 Existindo conta única cadastrada nos termos da Resolução nº 61/2008 – CNJ, a ordem deverá ser inicialmente expedida para essa conta, sendo que, se nela não houver valores

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA.
Documento No: 77073350-6-0-19-3-622059 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

disponíveis em montante suficiente, fica desde já determinado o redirecionamento da ordem de bloqueio da quantia remanescente às demais contas e instituições financeiras onde o(s) Executado(s) possua(m) valores disponíveis, paralelamente oficiando-se ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça para informação do ocorrido e providências que vir adequadas, conforme disposto no art. 8º da citada Resolução;

4.3. **Efetivado o bloqueio**, se transcorridos 5 (cinco) dias úteis sem que se oponha o devedor, formalize-se a penhora, para tanto inclusive determinando-se:

4.3.1 A transferência do(s) valor(es) bloqueado(s) para conta judicial a ser aberta na Caixa Econômica Federal à disposição deste M. Juízo, então intimando-se o(a) Executado(a) a respeito da constrição e do seu prazo para oposição de embargos cabíveis, servindo o relatório de detalhamento da transferência do sistema BACENJUD como **termo de penhora**. Nestas hipóteses, caso não localizado(a) o devedor(a), cite(m)-se e/ou intime(m)-se por edital, conforme o caso, dando-se vista à DPU se decorrido *in albis* o prazo do edital, e não houver nos autos prévia citação pessoal do(s) executado(s). **Se transcorridos *in albis* o prazo para oferecimento de embargos**:

4.3.1.1 Oficie-se à CEF para transformação em pagamento os valores depositados judicialmente, devendo comprovar a transformação nos autos.

4.3.1.2 Sendo a presente execução compreendida por mais de uma CDA e o valor arrecadado insuficiente à quitação de todas, **intime-se à Exequente para, no prazo de 30 (trinta) dias**, esclarecer os valores correspondentes a cada CDA na data do depósito e a ordem em que se devem efetuar as alocações dos pagamentos (CTN, art. 163), **ficando suspenso o processo no aguardo das providências a cargo daquela, necessárias para seu prosseguimento.**

4.3.1.3 Comprovada a transformação, dê-se vista ao Exequente, **por 30 (trinta) dias**, para que promova a devida alocação da quantia mencionada no débito objeto de cobrança, **ficando suspenso o processo no aguardo das providências a cargo daquela, necessárias para seu prosseguimento, decorridos 5 (cinco) anos de suspensão, reabra-se vista à Exequente e voltem-me conclusos.**

4.3.2 Se existirem outro(s) bem(ns) do(a,s) Executado(a,s) já penhorado(s) nestes autos, dê-se vista imediatamente à Exequente para indicar qual(is) pretende manter para a garantia da dívida, tendo em vista o total exigível na presente execução.

4.4. **Se o valor total bloqueado for insuficiente aos custos inerentes ao processo, fica desde já deferido o levantamento.** Entende-se como custos inerentes ao processo não os referentes à alienação, para realização do bem penhorado em espécie, de que naturalmente não se pode cogitar na constrição de ativos financeiros; mas sim os inerentes aos tempos de serviços dos servidores e materiais da Justiça necessários aos procedimentos para o aperfeiçoamento da própria penhora (*v.g.*: expedição, cumprimento e certificações de mandados, editais, ofícios etc.), nesse sentido considerando-se insuficiente o valor bloqueado que seja inferior às custas devidas à União, na Justiça Federal, em ações cíveis em geral, ou seja, a 1% (um por cento) do valor causa até o máximo de R$ 1.915,38 (= 1.800 UFIR's) (CPC, art. 836 c/c Lei nº 9.289/96), ou mesmo inferior a R$ 100,00 (cem reais).

4.5. **Outrossim**, independente do montante total bloqueado, **fica desde já deferido o desbloqueio dos valores consolidados por instituição financeira inferiores a R$ 10,00** (dez reais). eis que, para esses, nos termos do disposto no art. 13, § 7º, do Regulamento BACENJUD 2.0, aquelas instituições estão dispensadas de proceder ao bloqueio.

4.6. Se acostadas informações bancárias ou fiscais relevantes, observe-se o **sigilo judicial** nos termos da Portaria nº RJ-POR-2011/00582 deste M. Juízo (DJE de 9.6.2011, pp. 297/298).

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA.
Documento No: 77073350-6-0-19-3-622059 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

22

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL

5. **Se as providências da penhora *on-line* não lograrem êxito** em constritar numerário suficiente à garantia da execução, **expeça-se o competente mandado para que se proceda à penhora ou arresto** em tantos bens do(s) Executado(s) quantos bastem para completar a garantia da divida, nomeie-se Depositário, avaliem-se o(s) bem(ns) e dessas providências intime(m)-se o(s) Executado(s). Intime-se ainda o Depositário a não abrir mão do depósito sem prévia autorização do Juízo, sob pena de responder pessoalmente pelo valor da avaliação do bem. Se a penhora recair sobre imóvel, intime(m)-se também o(s) cônjuge(s) do(a) Executado(a), se casado(s) for(em) (Lei nº 6.830/80, arts. 10 a 12). Após, entreguem-se a contrafé, cópia do termo ou do auto de penhora ou arresto e cópia desta ao Oficial de Registro de Imóveis competente para que efetue o registro e encaminhe a este M. Juízo certidão de ônus reais atualizada com o registro da constrição, se se tratar de imóvel; à repartição competente para emissão do certificado de registro, para anotação da constrição e encaminhamento ao Juízo de ofício confirmando-a, se se tratar de veículo; e à Junta Comercial, Bolsa de Valores ou Sociedade Comercial, se se tratar de garantia incidente sobre ações, debêntures, quota ou qualquer título, crédito ou direito societário nominativo (Lei nº 6.830/80, art. 7º, inc. IV e art. 14), outrossim para anotação da constrição e encaminhamento ao Juízo de ofício confirmando-a. Fica o Sr. Oficial de Justiça autorizado a requisitar o auxílio de força policial, se necessário.

6. **Acaso frustradas ou insuficientes as providências previstas nos itens 5 e 6, dê-se vista ao(à) Exequente** para, no prazo de 10 dias, identificar os bens do(s) devedor(es) sobre os quais pretende recaia a garantia, inclusive indicando onde se encontram e, sendo assim, expeça-se novo mandado para que se proceda à penhora ou arresto de tais bens, no mais procedendo-se consoante o previsto no item 5.

7. **Formalizada garantia, cientifique-se o(a) Executado(a) de que tem o prazo de 30 (trinta) dias**, contados do depósito, da juntada da prova de fiança bancária ou da intimação da penhora, **para opor embargos à execução**, ciente de que, se não opostos, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Exequente (Lei nº 6.830/80, art. 16).

8. **Se nada for demonstrado ou requerido pela Exequente** em atenção ao determinado nos itens 2.2. e 6, **suspenda-se a execução** (Lei nº 6.830/80, art. 40) e, decorrido o prazo de 01 (um) ano, se não vier manifestação do(a) Exequente com a(s) localização(ões) do(s) Executado(s) ou de bem(ns) seu(s) penhorável(is), arquivem-se, sem baixa (Lei nº 6.830/80, art. 40, § 2º). Decorridos 05 (cinco) anos do arquivamento, dê-se vista ao(à) Exequente para sua manifestação (Lei nº 6.830/80, art. 40, § 4º), após voltando conclusos.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2017.

ASSINATURA ELETRÔNICA
MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Juiz Federal Titular

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA.
Documento No: 77073350-6-0-19-3-622059 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL

JFRJ
Fls. 38

2017.51.01.023469-8

Processo nº 0023469-13.2017.4.02.5101 (2017.51.01.023469-8)

Sobre a responsabilidade dos sócios pelos débitos da pessoa jurídica, o Colendo Superior Tribunal de Justiça já pacificou que o mero inadimplemento de obrigações tributárias não pode ser considerado como infração de lei, requisito exigido pelo artigo 135 do Código Tributário Nacional para que se permita o redirecionamento do executivo fiscal.

Por outro lado, havendo dissolução irregular da pessoa jurídica, evidenciada através do encerramento de suas atividades no endereço que consta em seu estatuto, é possível concluir pela responsabilização dos sócios pelas dívidas da sociedade desaparecida. Nesse sentido, o verbete da Súmula nº 435 do Colendo Tribunal da Cidadania, *in verbis*:

> STJ - Súmula nº 435 - Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes,legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.

In casu, há nos autos certificação do Oficial de Justiça evidenciando que a empresa executada não se encontra no(s) seu(s) endereço(s) constante(s) de seus cadastros junto à Exequente e à Junta Comercial, indiciando tenha encerrado irregularmente suas atividades.

Nesse contexto, e tendo em vista a juntada do contrato social/certidão da Junta Comercial da empresa executada, em que a(s) pessoa(s) indicada(s) pela Exequente à fl.36/37 aparece(m) como sócio(s) gerente(s) / administrador(es), à Distribuição (SEDJE) para os registros da inclusão do(s) nome(s) de **ADIVALDO APARECIDO NEVES, CPF nº 928.671.548-04, no polo passivo da demanda** (CTN, art. 135, inc. III).

2. Após:

2.1. Expeça(m)-se mandado(s) de citação, penhora e avaliação no(s) nome(s) e para o(s) endereço(s) do(s) novo(s) Executado(s).

2.2. Se o(s) Executado(s) não for(em) encontrado(s), porque seu(s) endereço(s) não foi(ram) localizado(s) ou ele(s) tiver(em) se mudado, proceda-se a citação por edital.

2.2.1. Se decorrido o prazo sem qualquer manifestação do citando, dê-se **vista à Defensoria Pública da União**, por novo prazo igual. Após, com ou sem manifestação da Defensoria, dê-se **vista ao(à) Exequente**, pelo prazo de 5 dias, para manifestar o prosseguimento pretendido à execução. Nada vindo, suspenda-se a execução e, decorrido um ano sem nova manifestação do Exequente, arquivem-se, sem baixa na distribuição. Decorrendo quinquênio do arquivamento, retornem conclusos (Lei nº 6.830/80, art. 40).

3. Se houver o pagamento, for alegado parcelamento ou vier oferta de bens à penhora, dê-se vista à Exequente para sua manifestação a respeito.

4. **Sendo positiva a citação e não ocorrendo o pagamento nem oferta de garantia à execução**, em vista do que dispõem o artigo 185-A do Código Tributário Nacional, os artigos 655-A do Código de Processo Civil, o artigo 11 da Lei nº 6.830/80 e do já assentado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça quanto às medidas de efetividade da jurisdição executiva *(v.g.:* STJ - 2ª Turma - REsp nº 1.074.228-MG - Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES - DJ de 05/11/2008), efetive-se o bloqueio dos valores disponíveis em contas bancárias e aplicações financeiras do(a,s) Executado(a,s) regularmente citado(a,s), até o limite do montante total exigível na presente execução, por meio do sistema **BACEN-JUD** (CPC, art. 854), observando-se ainda ao seguinte.

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA.
Documento No: 77073350-21-0-54-3-164806 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL

4.1. O bloqueio não deve compreender ativos financeiros com natureza alimentar até 50 salários-mínimos e valores depositados em conta-poupança até 40 salários-mínimos em (CPC, art. 833, incs. IV e X e § 2°).

4.2 Existindo conta única cadastrada nos termos da Resolução nº 61/2008 - CNJ, a ordem deverá ser inicialmente expedida para essa conta, sendo que, se nela não houver valores disponíveis em montante suficiente, fica desde já determinado o redirecionamento da ordem de bloqueio da quantia remanescente às demais contas e instituições financeiras onde o(s) Executado(s) possua(m) valores disponíveis, paralelamente oficiando-se ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça para informação do ocorrido e providências que vir adequadas, conforme disposto no art. 8º da citada Resolução;

4.3. **Efetivado o bloqueio**, se transcorridos 5 (cinco) dias úteis sem que se oponha o devedor, formalize-se a penhora, para tanto inclusive determinando-se:

4.3.1 A transferência do(s) valor(es) bloqueado(s) para conta judicial a ser aberta na Caixa Econômica Federal à disposição deste M. Juízo, então intimando-se o(a) Executado(a) a respeito da constrição e do seu prazo para oposição de embargos cabíveis, servindo o relatório de detalhamento da transferência do sistema BACENJUD como **termo de penhora**. Nestas hipóteses, caso não localizado(a) o devedor(a), cite(m)-se e/ou intime(m)-se por edital, conforme o caso, dando-se vista à DPU se decorrido *in albis* o prazo do edital, e não houver nos autos prévia citação pessoal do(s) executado(s). **Se transcorridos *in albis* o prazo para oferecimento de embargos**:

4.3.1.1 Oficie-se à CEF para transformação em pagamento os valores depositados judicialmente, devendo comprovar a transformação nos autos.

4.3.1.2 Sendo a presente execução compreendida por mais de uma CDA e o valor arrecadado insuficiente à quitação de todas, **intime-se à Exequente para, no prazo de 30 (trinta) dias**, esclarecer os valores correspondentes a cada CDA na data do depósito e a ordem em que se devem efetuar as alocações dos pagamentos (CTN, art. 163), **ficando suspenso o processo no aguardo das providências a cargo daquela, necessárias para seu prosseguimento.**

4.3.1.3 Comprovada a transformação, dê-se vista ao Exequente, **por 30 (trinta) dias**, para que promova a devida alocação da quantia mencionada no débito objeto de cobrança, **ficando suspenso o processo no aguardo das providências a cargo daquela, necessárias para seu prosseguimento, decorridos 5 (cinco) anos de suspensão, reabra-se vista à Exequente e voltem-me conclusos.**

4.3.2 Se existirem outro(s) bem(ns) do(a,s) Executado(a,s) já penhorado(s) nestes autos, dê-se vista imediatamente à Exequente para indicar qual(is) pretende manter para a garantia da dívida, tendo em vista o total exigível na presente execução.

4.4. **Se o valor total bloqueado for insuficiente aos custos inerentes ao processo, fica desde já deferido o levantamento.** Entende-se como custos inerentes ao processo não os referentes à alienação, para realização do bem penhorado em espécie, de que naturalmente não se pode cogitar na constrição de ativos financeiros; mas sim os inerentes aos tempos de serviços dos servidores e materiais da Justiça necessários aos procedimentos para o aperfeiçoamento da própria penhora (*v.g.*: expedição, cumprimento e certificações de mandados, editais, ofícios etc.), nesse sentido considerando-se insuficiente o valor bloqueado que seja inferior às custas devidas à União, na Justiça Federal, em ações cíveis em geral, ou seja, a 1% (um por cento) do valor causa até o máximo de R$ 1.915,38 (= 1.800 UFIR's) (CPC, art. 836 c/c Lei nº 9.289/96), ou mesmo inferior a R$ 100,00 (cem reais).

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA.
Documento No: 77073350-21-0-54-3-164806 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL

JFRJ
FIS

4.5. **Outrossim**, independente do montante total bloqueado, **fica desde já deferido o desbloqueio dos valores consolidados por instituição financeira inferiores a R$ 10,00** (dez reais), eis que, para esses, nos termos do disposto no art. 13, § 7º, do Regulamento BACENJUD 2.0, aquelas instituições estão dispensadas de proceder ao bloqueio.

4.6. Se acostadas informações bancárias ou fiscais relevantes, observe-se o **sigilo judicial** nos termos da Portaria nº RJ-POR-2011/00582 deste M. Juízo (DJE de 9.6.2011, pp. 297/298).

5. **Se as providências da penhora *on-line* não lograrem êxito** em constritar numerário suficiente à garantia da execução, **expeça-se o competente mandado para que se proceda à penhora ou arresto** em tantos bens do(s) Executado(s) quantos bastem para completar a garantia da dívida, sendo que, se não houver indicação voluntária de bens à penhora por ele(s), a constrição deve incidir sobre o(s) eventualmente indicado(s) pelo(a) Exequente. Nomeie-se Depositário, avaliem-se o(s) bem(ns) e dessas providências intime(m)-se o(s) Executado(s). Intime-se ainda o Depositário a não abrir mão do depósito sem prévia autorização do Juízo, sob pena de responder pessoalmente pelo valor da avaliação do bem. Se a penhora recair sobre imóvel, intime(m)-se também o(s) cônjuge(s) do(a) Executado(a), se casado(s) for(em) (Lei nº 6.830/80, arts. 10 a 12). Após, entreguem-se a contrafé, cópia do termo ou do auto de penhora ou arresto e cópia desta ao Oficial de Registro de Imóveis competente para que efetue o registro e encaminhe a este M. Juízo certidão de ônus reais atualizada com o registro da constrição, se se tratar de imóvel; à repartição competente para emissão do certificado de registro, para anotação da constrição e encaminhamento ao Juízo de ofício confirmando-a, se se tratar de veículo; e à Junta Comercial, Bolsa de Valores ou Sociedade Comercial, se se tratar de garantia incidente sobre ações, debêntures, quota ou qualquer título, crédito ou direito societário nominativo (Lei nº 6.830/80, art. 7°, inc. IV e art. 14), outrossim para anotação da constrição e encaminhamento ao Juízo de ofício confirmando-a. Fica o Sr. Oficial de Justiça autorizado a requisitar o auxílio de força policial, se necessário.

6. **Acaso frustradas ou insuficientes as providências previstas nos itens 4 e 5, dê-se vista ao(à) Exequente** para, no prazo de 10 dias, identificar os bens do(s) devedor(es) sobre os quais pretende recaia a garantia, inclusive indicando onde se encontram e, sendo assim, expeça-se novo mandado para que se proceda à penhora ou arresto de tais bens, no mais procedendo-se consoante o previsto no item 5.

7. **Formalizada garantia, cientifique-se o(a) Executado(a) de que tem o prazo de 30 (trinta) dias**, contados do depósito, da juntada da prova de fiança bancária ou da intimação da penhora, **para opor embargos à execução**, ciente de que, se não opostos, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Exequente (Lei nº 6.830/80, art. 16).

8. **Se nada for demonstrado ou requerido pela Exequente** em atenção ao determinado nos itens 2.2. e 6, **suspenda-se a execução** (Lei n° 6.830/80, art. 40) e, decorrido o prazo de 01 (um) ano, se não vier manifestação do(a) Exequente com a(s) localização(ões) do(s) Executado(s) ou de bem(ns) seu(s) penhorável(is), arquivem-se, sem baixa (Lei n° 6.830/80, art. 40, § 2°). Decorridos 05 (cinco) anos do arquivamento, dê-se vista ao(à) Exequente para sua manifestação (Lei n° 6.830/80, art. 40, § 4°), após voltando conclusos.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 2018.

ASSINATURA ELETRÔNICA
MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Juiz Federal Titular

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA.
Documento No: 77073350-21-0-54-3-164806 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Carta Precatória
Código de rastreabilidade: 40220184917811
Nome original: CPR 48-0.2018 ok.pdf
Data: 13/11/2018 10:26:33
Remetente:

Isabelle
SJRJ - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para conhecimento.
Assunto: CARTA PRECATÓRIA Nº CPR.0051.000049-4 2018

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

27

Processo n. 00019674620184036106

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que recebi estes autos do SEDI nesta data.

São José do Rio Preto, 14 de novembro de 2018.

Rivaldo Vicente Lino
Analista Judiciário
RF 2659

PODER JUDICIÁRIO SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SAO PAULO
5 a. Vara Federal

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 28
5a VARA

CONCLUSÃO
Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) M.M.(a) Juiz(a),Sr.(a)
DENIO SILVA THE CARDOSO.
São José do Rio Preto 21 de novembro de 2018

SIMONE R C SCABELLO (RF: 5222)
Técnico/Analista Judic

Processo No. 0001967-46.2018.403.6106

Cumpra-se nos termos do ato deprecado, sendo que a presente carta precatória deverá instruir o mandado a ser encaminhado pela rotina MVGM.

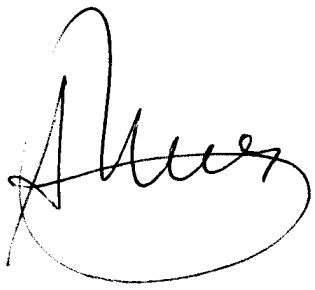
Após, cumprido ou constatada a impossibilidade de prosseguir no cumprimento, devolva-se independentemente de novo despacho, dando-se baixa na distribuição.

São José do Rio Preto 26 de novembro de 2018

DENIO SILVA THE CARDOSO
Juiz Federal

D A T A
Em data de 26 de novembro de 2018 baixaram estes autos a Secretaria com o r. despacho supra

Simone Rodrigues Capristo Scabello
Analista Judiciário
RF 5222



07/03/2019.

Processo n. 0001967-46.2018.403.6106
5ª Vara Federal

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ, que em cumprimento à Carta Precatória oriunda da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal n. CPR 0051.000048-0/2018, dirigi-me à Av. Feliciano Sales Cunha, 2241, no entanto, fui informada pelo vigia, que a empresa executada CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA transferiu seu polo industrial para a Rodovia Euclides da Cunha, Km 455. Diante de tal informação, dirigi-me ao novo local informado no dia 07/03/2019 às 15:00 horas e PROCEDI À CITAÇÃO do executado ADIVALDO APARECIDO NEVES, que ficou ciente do inteiro teor do mandado, recebeu a contrafé e exarou sua assinatura no verso de fl. 28. Certifico ainda, que DEIXEI DE PROSSEGUIR no cumprimento do presente mandado, tendo em vista o pedido de devolução pela Secretaria. Diante do exposto, devolvo o mandado para apreciação e aguardo por novas determinações. E, para constar, lavrei a presente certidão.

São José do Rio Preto, 18 de março de 2019

CLAUDIA MARIA ALVES FERREIRA DE GODOY
Oficial de Justiça Avaliadora
RF. 1942

30

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, recebi estes autos da Central de Mandados desta 6ª Subseção, com certidão retro.

São José do Rio Preto, 21 de março de 2019.

Ivone Jacqueline Vargas Soares
Técnico Judiciário
RF 3682

31

EXMO. SR. DR. JUIZ DA 5ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO / SP

Junte-se. Procuração anexa: anote-se. Solicite-se a devolução à CEHAB. Manifeste-se a exequente no prazo de quinze dias. Intime-se. SJRPreto, 18/03/2019.

JFSP-FORUM S.J.RIO PRETO-SP1
14/03/2019 15:42 h
Prot. 2019.61060002924-1
0001967-46.2018.403.6106
[27616] [5a.V SJRPRETO]
Juntada-JFSP 21/03/19
RF:_____ Rubrica:

Carta Precatória
Processo n° 0001967-46.2018.4.03.6106

ADIVALDO APARECIDO NEVES, brasileiro, casado, portador do CPF nº 928.671.548-04, residente na Rua Las Vegas, 155, condomínio Débora Cristina, São José do Rio Preto - CEP 15093-010, por seus advogados (**doc. 01**), tendo sido citado dos termos da ação executiva nº 0023469-13.2017.4.02.5101 em 07/03/2019, através da presente carta precatória, nos termos dos arts. 9º, inciso IV e 11º, inciso IV da Lei 6.830/80, vem indicar à penhora o seguinte bem imóvel, mais que suficiente à garantia dos débitos *sub judice*, que perfazem o montante de R$1.578.687,14, a saber:

- Imóvel localizado na Rodovia BR 153, nº 650, Bady Bassitt - SP, 15115-000, objeto da matrícula nº 52.845, registrada no 1º Oficial de Registro de Imóveis de São José do Rio Preto (cf. matricula atualizada anexa - **doc. 02** e autorização anexa – **doc. 03**).

Diante disso, requer se digne V. Exa determinar a formalização da penhora, por meio de Termo lavrado nos autos e, ato contínuo, a intimação do executado via imprensa oficial, por meio de seus advogados (**art. 841, §1º, NCPC/2015 e art. 12 da Lei 6.830/80**), para que possa defender-se via embargos à execução, nos termos do art. 16, inciso III, da Lei 6.830/80.

32

Requer-se, por fim, que todos os avisos, intimações e publicações sejam efetuados exclusivamente em nome dos advogados Luã Victor Lima Nascimento (OAB/SP 313.427) e Carlos Henrique Quesada (OAB/SP 382.693), com escritório na cidade de Mirassol/SP – Rodovia Euclides da Cunha (SP 320), Km 45 – Perímetro Urbano 12 – 15130-000, sob pena de nulidade (NCPC/2015, art. 272, §2º).

Termos em que, respeitosamente,
Pede deferimento.

São Paulo, 18:05.

Luã Victor Lima Nascimento
OAB/SP 313.427

Letícia Botaro de Souza
OAB/SP 418.113

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento de procuração, **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 928.671.548-04, residente na Rua Las Vegas, 155, condomínio Débora Cristina, São José do Rio Preto - CEP 15093-010, nomeiam e constituem seus bastantes procuradores os advogados Luã Victor Lima Nascimento, inscrito na OAB/SP 313.427, Letícia Botaro de Souza, inscrita na OAB/SP 418.113 e Carlos Henrique Quesada, inscrito na OAB/SP 382.693, com escritório na cidade de Mirassol/SP – Rodovia Euclides da Cunha (SP 320), Km 45 – Perímetro Urbano 12 – 15130-000, para representar o outorgante em conjunto ou separadamente, independentemente de ordem de nomeação e com poderes da cláusula "*ad judicia et extra*", perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, onde necessária seja a apresentação de mandato, inclusive perante o Egrégio Supremo Tribunal Federal, todos os órgãos da Justiça, Repartições Públicas Federais, Estaduais ou Municipais, podendo, inclusive, transigir, substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes, firmar compromissos, receber e dar citação, receber e dar quitação, oferecer bens em garantia, levantar depósito judicial, desistir, nomear preposto, firmar acordos e compromissos, enfim, praticar todos os atos necessários à defesa dos direitos e interesses da outorgante.

São Paulo, 14 de março de 2019.

ADIVALDO APARECIDO NEVES

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL -

1.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
São José do Rio Preto
Oficial
GUMERCINDO DE SETA

MATRÍCULA 52.845 | FICHA 001

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 26 DE JULHO DE 1990.

IMOVEL:- Uma área de 27.727,03 ms2, ou 2,77,27 has,ou seja 1,15 alqueires, confrontando com Margarete Lote,- com Valter Gonçalves de Abreu, com o Espólio de Ruilando Lotti, e finalmente com o Parque Industrial, encravado na Fazenda Campo ou Borboleta, com a denominação especial de Sítio 4 Irmãos, no distrito e municipio de Sady Bassitt, desta comarca de São José do Rio Preto. PROPRIETARIOS:- 1)-MARGARETE LOTE, RG.11.776.818-SP, e CPF.037.782.118/70, brasileira, professora, primária, divorciada, residente a rua 21 de Abril, s/nº., na cidade de Indiavai-MT; 2)-CLEUZA MARIA LOTTI, que tambem é conhecida por CREUSA MARIA LOTTI, RG.9.788.760-SP e CPF.002.655.288/44, brasileira, comerciária, divorciada, residente nesta cidade, a rua Martinho Gonçalves, - nº.2.445; e MARIO GONÇALVES COLLETES, RG.6.381.189-SP, e CPF.476.919.648/20, brasileiro, divorciado, pecuarista, residente na cidade de Indiavai-MT, na rua 21 de Abril, s/nº.; 3)-VANDERSANTO LOTTI, também conhecido por WALDIR SANTO LOTTI, RG.6.590.895-SP e CPF.889.121.328/49, brasileiro, divorciado, do comércio, residente a rua 21 de Abril s/nº., na cidade de Indiavai-MT; 4)-O ESPOLIO DE RUILANDO LOTTI, também conhecido por RULINDO LOTTI, representado pela arrolante, SUELI MADALENA RAMOS, RG.26.399.049-SP e CPF.055.562.978/35, brasileira, do lar, separada judicialmente, residente nesta cidade, na rua Otávio Pinto Cezar, nº.599, nos termos do Alvará Judicial expedido no processo nº.997/86, do 2º Oficio Cível local em data de 28.11.1989, assinado- pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível Dr. Olavo Martins dos Santos Junior. REGISTRO ANTERIOR:- Matricula nº.50.743 deste cartório. O referido é verdade e dou fé. A Oficial Maior

AV.001/52.845.- Sobre o imovel objeto da matricula supra, pesa uma Servidão de Passagem em favor da COMPA--- NHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ S/A, conforme se vê na Averbação 001 na matricula nº.50.743-(procedência).- O - referido é verdade e dou fé. São José do Rio Preto, 26 de Julho de 1.990. A Oficial Maior

R.002/52.845.- Conforme escritura pública de divisão amigavel lavrada nas notas do 2º Tab. local em 13 de Julho de 1.990, no livro 462, fls. 82, CLEUZA MARIA LOTTI e MARIO GONÇALVES COLLETES, (já qualificados), HOUVERAM o imovel objeto desta matricula, por DIVISÃO AMIGAVEL, feita para EXTINÇÃO DE CONDOMINIO, pelo valor - de Cr$140.774,00.- O referido é verdade a dou fé. São José do Rio Preto, 26 de Julho de 1.990. A Oficial Maior

AV.003/52.845.- Faz-se a presente para constar que, o imóvel objeto desta matricula acha-se cadastrado no INCRA sob o n. 000027 098566 1; área total 2,7 há., mod. rural 40,0 há., n. mod. rurais 0,07; mod. fiscal 16,0 há., n. mod. fiscais 0,16; f. min. parc. 2,0 há. e na Receita Federal sob o n. 4192943-8. São José do Rio Preto, 02 de JANEIRO de 2.003.- O OFICIAL,

R.004/52.845.- Por Carta de Sentença, expedida pelo Juízo de Direito da Primeira Vara Cível desta comarca, aos 23 de março de 2.001, aditada aos 11 de junho de 2.002, nos autos de divórcio consensual (proc. 730/86), requerido por CLEUZA MARIA LOTTI e MARIO GONÇALVES COLLETES (.....SEGUE NO VERSO.....)

QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 38, PRECATORIA5, Página 5

(já qualificados), consta que o imóvel objeto desta matricula avaliado em R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), foi partilhado em favor de **CLEUZA MARIA LOTTI**, brasileira, do comércio, divorciada, portadora do RG. 9.708.760-ssp.sp, CPF. 002.655.288/44, residente e domiciliada a rua Martinho Gonçalves n. 2.455, nesta cidade. São José do Rio Preto, **02 de JANEIRO de 2.003.- O OFICIAL,**

R.005/52.845.- Por escritura pública lavrada no Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexo do Tabelionato de Notas do município de Bady Bassitt, desta comarca, aos 21 de maio de 2.001, no livro n. 197, fls. 357, a proprietária **CLEUZA MARIA LOTTI** (já qualificada), **VENDEU** o imóvel objeto desta matricula a **DEWAY FINANCE S/A**, com sede na cidade de Montevidéo, República Oriental do Uruguai, na Rua 25 de Mayo, 288, conjunto 101, inscrita no registro único de contribuinte sob n. 21401030013., pelo preço de R$ 15.000,00 (quinze mil reais). São José do Rio Preto, **02 de JANEIRO de 2.003.- O OFICIAL,**

AV.006/52.845. Requereu-se a presente para constar que, a proprietária **DEWAY FINANCE S/A**, constante no R.005 desta matricula, acha-se inscrita no CNPJ/MF sob o n°**05.404.846/0001-00**, conforme copia autenticada do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. São José do Rio Preto, **31 de Agosto de 2.005.O Oficial,**

R.007/52.845.Por escritura pública lavrada nas notas do 4°Tabelião de notas de São Paulo, aos 29 de Julho de 2005, no livro 2659 as paginas 065 à 068, a proprietária **VENDEU** o imóvel objeto desta matricula, à **ICEC CONSTRUÇÕES METÁLICAS LTDA**, com sede em Bady Bassitt, na Marginal da Rodovia BR 153 n°650, Distrito Industrial III, inscrita no CNPJ/MF sob o n°04.858.299/0001-70, pelo valor de **R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais)**.São José do Rio Preto, **31 de Agosto de 2.005.O Oficial,**

AV.008/52.845:- Faz-se a presente para constar que o imóvel objeto da matricula supra, passou à pertencer ao **PERÍMETRO URBANO** desta cidade, nos termos da Lei n.**1617/02**, expedida em 11 de Novembro de 2002, conforme certidão expedida pela Prefeitura Municipal de Bady Bassitt, sob n.**247/05**, datada de 01 de Novembro de 2005.- São José do Rio Preto, **16 de Dezembro de 2005.O Oficial,**

AV.009/52.845:- Faz-se a presente para constar que o imóvel objeto da matricula (....**SEGUE FICHA 002**...)

VALOR DE AVERBAÇÃO, PARA FINS DE EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 38, PRECATORIA5, Página 6

supra, acha-se cadastrado na Prefeitura Municipal sob nº.013.078/01.- São José do Rio Preto, 16 de Dezembro de 2005.O Oficial,

AV.010/52.845:- Requereu-se a presente para constar que, a proprietária ICEC CONSTRUÇÕES METÁLICAS LTDA, do imóvel objeto desta matrícula, teve sua razão social alterada para CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA; conforme Alteração Contratual registrada na JUCESP sob nº 15.798/06-9 em 24/01/2006.- São José do Rio Preto, 31 de agosto de 2.006.- O Oficial,

AV.011/52.845:- O imóvel objeto desta matrícula, é beneficiário de Servidão de Passagem conforme registro nº 015 da matrícula nº 64.610. São José do Rio Preto, 04 de Outubro de 2.006. O Oficial,

R.012/52.845:- Pela Cédula de Crédito Bancário nº 193046.01, emitida na Forma da Lei nº 10.931 de 02 de Agosto de 2004, em São Paulo, aos 17 de abril de 2007, por CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA (Já qualificada), DEU EM HIPOTECA CEDULAR DE 1º GRAU E SEM CONCORRÊNCIA DE TERCEIROS, o imóvel objeto desta matricula, ao BANCO ABN AMRO REAL S/A,com sede em São Paulo, à Avenida Paulista nº 1374, 3º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº33.066.408/0001-15 no valor de R$2.759.309,00 (dois milhões, setecentos e cinqüenta e nove mil, trezentos e nove reais), vencível aos 15 de maio de 2013; Forma de Pagamento:- Será paga em 64 parcelas, amortização 60 meses e Juros TJLP + 3,80% ao ano e Remuneração do agente de 1,00% ao ano já incluído na taxa de juros e com as demais condições as constante na referida cédula.- São José do Rio Preto, 07 de Maio de 2007. O Oficial.

R.013/52.845:- Pela Cédula de Crédito Bancário nº 235172.01, emitida na Forma da Lei nº 10.931 de 02 de Agosto de 2004, em São Paulo, aos 13 de fevereiro de 2007, por CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA (Já qualificada), DEU EM HIPOTECA CEDULAR DE 2º GRAU E SEM CONCORRÊNCIA DE TERCEIROS, o imóvel objeto desta matricula, ao BANCO ABN AMRO REAL S/A, com sede em São Paulo, à Avenida Paulista nº 1374, 3º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 33.066.408/0001-15 no valor de R$2.267.072,00 (dois milhões, duzentos e sessenta e sete reais, e setenta e dois centavos), vencível aos 15 de fevereiro de 2014; Forma de Pagamento:- Será paga em 63 meses, através de 66 parcelas, vencível do primeiro encargo em 15.05.2008 e vencimento principal em 15.12.2008 e o vencimento final em 15.02.2014 e Juros: TJLP + 3,30% ao ano e Remuneração do agente de 1,00% ao ano já incluído na taxa de juros e com as demais (...SEGUE NO VERSO...)

CÓPIA PARA INFORMAÇÃO, PASSÍVEL DE ALTERAÇÃO. INVÁLIDA ESSE DOCUMENTO

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 38, PRECATORIA5, Página 7

condições as constante na referida cédula.- São José do Rio Preto, 12 de MARÇO de 2.008.- O OFICIAL,

R.014/52.845:- Por escritura pública lavrada pelo 9° Tabelião de Notas da comarca de São Paulo/SP, aos 06 de Julho de 2010, no livro 9128, às páginas 357, a proprietária **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**, (já qualificada), **DEU EM HIPOTECA DE 3° GRAU** o imóvel objeto da matrícula supra, ao **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**, com sede em São Paulo-Capital, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, 2041 e 2235, Bloco A, Vila Olímpia, inscrito no CNPJ/MF. sob o n° 90.400.888/0001-42, pelo valor de **R$40.000.000,00 (Quarenta Milhões de Reais)**, incluindo outro imóvel, com vencimento em **24/03/2015**; e as demais condições as constantes do título.- São José do Rio Preto, **15 de Setembro 2.010.- O OFICIAL,**

AV.015/52.845. Por escritura pública de Aditamento, lavrada nas notas do 9°Tabelião de notas de São Paulo/SP, aos 05 de dezembro de 21011, no livro 9638 feito as paginas 129, de comum acordo as partes contratantes de comum acordo resolveram aditar a cédula registrada sob o n°014 nesta matricula, para deixar expresso as alterações dos juros para taxa CDI + 3,5% ao ano, do prazo para 1718 dias contados de 30 de novembro de 2011, e o vencimento prorrogado para 12 de agosto de 2016 e ratificaram os demais termos da mesma.São José do Rio Preto, 16 de Janeiro de 2.012.O Oficial,

AV.016/52.845 - Protocolo n° 422.851 de 17/12/2013:- Por certidão, expedida pelo Serviço de Distribuição Cível da Comarca de Mirassol-SP, em 28 de Novembro de 2013, consta que nos autos de Execução de Título Extrajudicial (Processo n° 0008513-33.2012.8.26.0358), distribuída ao Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da comarca de Mirassol-SP, tendo como exequente **BANCO DO BRASIL S/A**, inscrito no CNPJ sob n° 00.000.000/4499-70, e como executada **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**, (já qualificada), consta que em 03 de Dezembro de 2012, foi ajuizada a presente execução, dando-se a causa o valor de R$ 34.821.434,30 (Trinta e quatro milhões, oitocentos e vinte e um mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e trinta centavos). São José do Rio Preto, 06 de Janeiro de 2.014. O Oficial,

AV.017/52.845 - Protocolo n° 435.658 de 21/08/2014:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 5ª Vara Cível desta comarca, em 21 de Agosto de 2014, nos autos de Execução Civil (Proc. n° 1007445-85.2014), movida pelo **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, inscrito no CNPJ/MF. sob n° 90.400.888/0001-42, contra **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA** e outros (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de (.....CONTINUA NA FICHA 003.....)

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 38, PRECATORIA5, Página 8

R$ 129.970.303,00 (Cento e vinte e nove milhões, novecentos e setenta mil, trezentos e três reais), inclusive outros imóveis. São José do Rio Preto, 03 de Setembro de 2.014. O OFICIAL,

---

AV.018/52.845 - Protocolo nº 450.404 de 26/02/2015:- Por Mandado, expedido pelo Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Mirassol-SP, aos 25 de Fevereiro de 2015, nos Autos de Execução de Título Extrajudicial (Proc. n.º 0008513-33.2012.8.26.0358), movida por BANCO DO BRASIL S/A, contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA e outros, cancela-se a AV.016 desta matrícula, nos termos do inciso I do Artigo 250 da Lei 6.015/73.- São José do Rio Preto, 09 de Março de 2.015. O OFICIAL,

---

AV.019/52.845 - Protocolo nº 460.893 de 09/09/2015:- Por mandado, expedido pela 5ª Vara Federal da Subseção Judiciária de São José do Rio Preto, em 19 de agosto de 2015, nos autos da Carta Precatória (Proc. nº 0004071-16.2015.403.6106), originária do 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro-RJ., expedida nos autos de Execução Fiscal (Proc. nº 0002152-95.2013.4.02.5101), movida pela FAZENDA NACIONAL, contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 3.253.275,82 (três milhões, duzentos e cinquenta e três mil, duzentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos). São José do Rio Preto, 21 de setembro de 2.015. O OFICIAL,

---

AV.020/52.845 - Protocolo nº 468.717 de 04/02/2016:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 2ª Vara do Trabalho desta comarca, em 12 de fevereiro de 2016, nos autos de Execução Trabalhista (Proc. nº 1909.54.2010), movida por DANIEL TURTERA BODNARUK, CPF. 334.840.778-83; contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 91.695,86 (noventa e um mil, seiscentos e noventa e cinco reais e oitenta e seis centavos). São José do Rio Preto, 15 de Fevereiro de 2.016.- O OFICIAL,

---

AV.021/52.845-Protocolo nº 476.914 de 12/07/2016:- Por Mandado, expedido pelo Juízo de Direito da 2ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto, aos 28 de junho de 2016, nos Autos de Execução Trabalhista (Proc. n.º 0001909-54.2010.5.15.0044 RTOrd), cancela-se a AV.020 desta matrícula, nos termos do inciso I do Artigo 250 da Lei 6.015/73.- São José do Rio Preto, 22 de Julho de 2.016.- O OFICIAL,

---

(.....CONTINUA NO VERSO.....)

QUALQUER ADULTERAÇÃO RASURA OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 38, PRECATORIA5, Página 9

MATRÍCULA	FICHA	CNJ
52.845	003	11.142-7

AV.022/52.845-Protocolo nº 499.651 de 16/08/2017:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 3ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto, em 16 de agosto de 2017, nos autos de Execução Trabalhista (Processo nº 0001573-62.2012.5.15.0082), movida por **ADILSON RODRIGUES DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF/MF. sob nº 083.597.538-06, contra **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA** (já qualificada) e outras, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de **R$ 3.772.763,63 (três milhões, setecentos e setenta e dois mil, setecentos e sessenta e três reais e sessenta e três centavos).** São José do Rio Preto, **21 de Agosto de 2.017. O Oficial,**

QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 38, PRECATORIA5, Página 10

CERTIFICO de acordo com o artigo, § 1º da Lei nº 6.015 de 31/12/1973 que revendo os arquivos de cartório a seu cargo, deles verificou constar a matrícula **nº.:52845** do livro 2 - Registro Geral - constante desta fotocópia, e que além dos registros contidos na referida matrícula, não consta nenhum outro registro de ônus ou transmissão, até o dia útil imediatamente anterior a emissão desta. O referido é verdade e dá fé. **São José do Rio Preto-SP, 25 de janeiro de 2019.**

Gumercindo de Seta - Oficial
Maria Cecilia de Seta Buchdid - Substituta
Eli Francisco Borelli - Substituto
Clóvis Eduardo de Deus - Substituto
Luis Carlos Nogueira - Escrevente Autorizado

Ao Oficial...:	R$	31,68
Ao Estado....:	R$	9,00
Ao IPESP.....:	R$	6,16
Ao Reg. Civil:	R$	1,67
Ao Trib. Just:	R$	2,17
Ao Município.:	R$	1,58
Ao Min.Púb...:	R$	1,52
Total.....:	R$	53,78

Pedido de certidão nº: 498639

Controle: 690275

Página: 0007/0007

Para verificar autenticidade do documento, acesse o site do Tribunal de Justiça:

https://selodigital.tjsp.jus.br

Selo Digital
1114273C3000000004101201Y

11142-7-555001-570000-0119 11142-7 - AA 555186

1º Oficial de Registro de Imóveis
Comarca de São José do Rio Preto - SP

QUALQUER ADULTERAÇÃO RASURA OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 38, PRECATORIA5, Página 11

41

"CÓPIA QUE REPRODUZ FIDEDIGNAMENTE O ORIGINAL, QUE FOI DISPONIBILIZADA NESTA SECRETARIA DA 1ª VARA FEDERAL DE NOVA IGUAÇU/RJ."

Em Branco

Em Branco

Em Branco

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE OFERECIMENTO DE BEM À PENHORA

DISTON – MONTAGENS E CONSTRUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA., sociedade estabelecida na Rua Campo Grande, 1096 – Sala 611, Campo Grande, Rio de Janeiro/RJ – CEP 23.080-000, inscrita no CNPJ/MF nº 04.858.299/0001-70, por seu representante legal, autoriza através do presente termo, o oferecimento do imóvel descrito abaixo, como garantia em execução fiscal em benefício de **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 928.671.548-04, residente na Rua Las Vegas, 155, condomínio Débora Cristina, São José do Rio Preto - CEP 15093-010:

- Imóvel localizado na Rodovia BR 153, nº 650, Bady Bassitt - SP, 15115-000, objeto da matrícula nº 52.845, registrada no 1º Oficial de Registro de Imóveis de São José do Rio Preto.

São Paulo, 14 de março de 2019.

DISTON – MONTAGENS E CONSTRUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
ADIVALDO APARECIDO NEVES

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
6548896 SSP/SP

CPF
928.671.548-04

DATA NASCIMENTO
18/06/1954

FILIAÇÃO
VERGILIO RAIMUNDO NEVES
EDITE FERREIRA DAS NEVES

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
01295785530

VALIDADE
07/08/2020

1ª HABILITAÇÃO
22/02/1973

OBSERVAÇÕES
A

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
SAO JOSE DO RIO PRETO, SP

DATA EMISSÃO
08/08/2015

Daniel Annenberg
Daniel Annenberg Diretor Presidente do Detran SP
ASSINATURA DO EMISSOR

51213856394
SP683905643

DETRAN SP (SAO PAULO)

VALIS

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

11357979 15

PROIBIDO PLASTIFICAR

11357979 15

Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

Presidência da República
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integraç

00-2017/ 0 1 9 4 5 2 - 3 16 jan 2017 16:22
JUCERJA Guia: 102209368
3320783356-4 Atos: 106
CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA
HASH:J170101945235

Matriz(da sede ou da filial quando a sede for em outra UF)	CÓDIGO DA NATUREZA JURÍDICA	Nº DE MATRI AUXILIAR
33207833564	2082	

Comprir a exigência no mesmo local da entrega. Junta - Calculado: 376,00 Pago: 376,00
DNRC - Calculado: 21,00 Pago: 21,00
ULT. ARQ.: SPED003222901/03/2016 705

REQUERIMENTO

Requerimento: 81700000018658
Emitida em 09/01/2017

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
Nire : 33.2.0783356-4
Protocolo : 00-2017/018452-3 - 16/01/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/01/2017, E O REGISTRO SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO.

00002997176
DATA :17/01/2017

Bernardo F. S. Berwanger
SECRETÁRIO GERAL

A

DESCRIÇÃO DO ATO/EVENTO
ALTERAÇÃO
Alteracao de Dados e de Nome Empresarial
Consolidação de Contrato/Estatuto

RIO DE JANEIRO
09/01/2017

Representante Legal da Empresa /Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: ADIVALDO APARECIDO NEVES
Assinatura:
Telefone de contato: (11)32894767 comercial@heraorp.com.br

2ª EXIGÊNCIA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s)

☐ SIM ☐ SIM

Processo em ordem.
À decisão.

/ /
Data

Responsável

☐ NÃO / / ☐ NÃO / /
Data Responsável Data Responsável

DECISÃO SINGULAR

2ª Exigência 3ª Exigência 4ª Exigência 5ª Exigência

☐ Processo em exigência (Vide despacho em folha anexa)
☒ Processo deferido. Publique-se e
☐ Processo indeferido.

17/01/2017
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

2ª Exigência 3ª Exigência 4ª Exigência 5ª Exigência

☐ Processo em exigência (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e
☐ Processo indeferido.

/ /
Data

Vogal Vogal Vogal

Presidente de _____ Turma

OBSERVAÇÕES:

B. M. BARRETO GRÁFICA E IND. GRÁFICA LTDA - Rua Feliciano de Aguiar, 41 - tel: 2201-3419 - RJ - CNPJ 02.234.534/0001-08 - IND. BRAS. - RJ

C-007

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA
Nome Novo: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
Nire: 33207833564
Protocolo: 0020170194523 - 16/01/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/01/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1ECA793029AB3E9BABD56CBDB4F3E251783FBA1B3D9AFB397903D21F5059ED27
Arquivamento: 00002997176 - 17/01/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

INSTRUMENTO PARTICULAR DE 13ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA.

NIRE: 33.207.833.564
CNPJ/MF nº 04.858.299/0001-70

Pelo presente instrumento particular, as partes a seguir qualificadas:

1) ICEPAR HOLDING PARTICIPAÇÕES LTDA, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Feliciano Salles Cunha, nº 2.241, bairro Jardim Aeroporto, CEP 15.035-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o nº 04.790.072/0001-30 e NIRE 35.216.776.421, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. **Adivaldo Aparecido Neves**, brasileiro, casado com regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.548.896 SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o nº 928.671.548-04, com escritório na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Feliciano Salles Cunha, nº 2.241, bairro Jardim Aeroporto, CEP 15.035 000;

2) ADIVALDO APARECIDO NEVES, brasileiro, casado com regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.548.896 SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o nº 928.671.548-04, com escritório na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Feliciano Salles Cunha, nº 2.241, bairro Jardim Aeroporto, CEP 15.035-000;

Sócios representando a totalidade do capital social de **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Brasil, 40.031, Campo Grande, CEP 23.095-701, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o nº. 04.858.299/0001-70 e na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro –

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA
Nome Novo: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
Nire: 33207833564
Protocolo: 0020170194523 - 16/01/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/01/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1ECA793029AB3E9BABD56CBDB4F3E251783FBA1B3D9AFB397903D21F5059ED27
Arquivamento: 00002997176 - 17/01/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 38, PRECATORIA5, Página 15

JUCERJ sob o NIRE 33.2.0783356-4, têm entre si justa e contratada a presente alteração contratual, nos termos e condições a seguir:
Resolvem as **PARTES** de comum acordo, alterar o presente contrato social, nos seguintes termos e condições:

I) Neste ato, os sócios informam a alteração de razão social da sócia ICEPAR HOLDING PARTICIPAÇÕES LTDA para **TACFOR ADMINISTRADORA E PARTICIPAÇÕES EIRELI**, mantendo sua sede na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Feliciano Salles Cunha, n. 2241, bairro Jardim Novo Aeroporto, CEP: 15035-000, inscrita no CNPJ n. 04.790.072/0001-30, conforme registro de sua ultima alteração de contrato social na JUCESP em 07/04/2015, sob o NIRE n. 3560080708-7.

II) Ainda neste ato, resolvem os sócios ALTERAR a **CLÁUSULA 1ª** do Contrato Social referente a denominação social da empresa que passa a ser: **DISTON – MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA.**

III) Desta forma, a **CLÁUSULA 1ª** do contrato social, passará a ter a seguinte redação:

- CLÁUSULA 1ª: A sociedade adota como nome empresarial a denominação de **DISTON – MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA.**

IV) Resolvem ainda os sócios neste ato, EXCLUIR o paragrafo único da **CLÁUSULA 1ª.**

V) Resolvem ainda os sócios neste ato, ALTERAR a **CLÁUSULA 2ª** do Contrato Social para ALTERAR o endereço da SEDE da sociedade que passa a ser no seguinte endereço: Rua Campo Grande, n. 1096, Sala 611 Parte, Bairro Campo Grande, cidade Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 23080-000.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA
Nome Novo: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
Nire: 33207833564
Protocolo: 0020170194523 - 16/01/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/01/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1ECA793029AB3E9BABD56CBDB4F3E251783FBA1B3D9AFB397903D21F5059ED27
Arquivamento: 00002997176 - 17/01/2017
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

VI) Desta forma, a **CLÁUSULA 2ª** do contrato social, passará a ter a seguinte redação:

- Cláusula 2ª - A sociedade tem sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Campo Grande, n. 1096, Sala 611 Parte, Bairro Campo Grande CEP: 23080-000.

Parágrafo 1º– A sociedade tem filiais (a) na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Feliciano Salles Cunha, 2.241, Box 1, bairro Jardim Aeroporto, CEP 15.035-000(CNAE 41.20-4-00, Construção de Edifícios); (b) na cidade de Bady Bassitt, Estado de São Paulo, na Marginal da Rodovia BR 153, 650, Distrito Industrial III, CEP 15.115-000 (CNAE 25.11.00-0, fabricação de Construções pré-fabricadas em aço, torres e pontes), e (c) na cidade de Mirassol, Estado de São Paulo, Rodovia Euclides da Cunha (SP 320) – Km 455, Box 25, CEP.15130-000 (CNAE 41.20-4-00, Construção de Edifícios).

Parágrafo 2º - Por deliberação de seus diretores, a sociedade poderá abrir filiais, representações, escritórios e/ou estabelecimentos em qualquer localidade, do país ou do exterior.

VII) Resolvem ainda os sócios neste ato, ALTERAR a **CLAUSULA 12ª.,** bem como, EXCLUIR os **Parágrafos primeiro, segundo e terceiro da CLÁUSULA 12ª** do Contrato Social, passando a CLÁUSULA 12ª. a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA 12ª- O falecimento, a ausência ou a incapacidade permanente ou temporária dos sócios, acarretará em dissolução da Sociedade nos termos do Artigo 1.028 do Código Civil de 2002.

VIII) Dessa forma, a **CLÁUSULA 12ª** do Contrato Social passará a ter a seguinte redação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA
Nome Novo: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
Nire: 33207833564
Protocolo: 0020170194523 - 16/01/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/01/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1ECA793029AB3E9BABD56CBDB4F3E251783FBA1B3D9AFB397903D21F5059ED27
Arquivamento: 00002997176 - 17/01/2017
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 38, PRECATORIA6, Página 1

CLÁUSULA 12ª- O falecimento, a ausência ou a incapacidade permanente ou temporária dos sócios, acarretará em dissolução da Sociedade nos termos do Artigo 1.028 do Código Civil de 2002.

IX) As demais cláusulas não alteradas por este Instrumento permanecem totalmente válidas, sendo abaixo consolidadas.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA "DISTON – MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA"

Denominação, Sede Social e Filiais, Objeto e Duração

Cláusula 1ª – A sociedade adota como nome empresarial a denominação de **DISTON – MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA.**

Cláusula 2ª - A sociedade tem sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Campo Grande, n. 1096, Sala 611 Parte, Bairro Campo Grande CEP: 23080-000.

Parágrafo 1°– A sociedade tem filiais (a) na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Feliciano Salles Cunha, 2.241, Box 1, bairro Jardim Aeroporto, CEP 15.035-000(CNAE 41.20-4-00, Construção de Edifícios); (b) na cidade de Bady Bassitt, Estado de São Paulo, na Marginal da Rodovia BR 153, 650, Distrito Industrial III, CEP 15.115-000 (CNAE 25.11.00-0, fabricação de Construções pré-fabricadas em aço, torres e pontes), e (c) na cidade de Mirassol, Estado de São Paulo, Rodovia Euclides da Cunha (SP 320) – Km 455, Box 25, CEP.15130-000 (CNAE 41.20-4-00, Construção de Edifícios).

Parágrafo 2° - Por deliberação de seus diretores, a sociedade poderá abrir filiais, representações, escritórios e/ou estabelecimentos em qualquer localidade, do país ou do exterior.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA
Nome Novo: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
Nire: 33207833564
Protocolo: 0020170194523 - 16/01/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/01/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1ECA793029AB3E9BABD56CBDB4F3E251783FBA1B3D9AFB397903D21F5059ED27
Arquivamento: 00002997176 - 17/01/2017
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Cláusula 3ª - A sociedade tem por objeto a construção civil em geral, por conta própria ou de terceiros, tendo por meio a indústria, o comércio, importação e exportação de construções pré-fabricadas em aços, galpões industriais, torres e pórticos, pontes e seus elementos e demais produtos em aço, seus componentes e agregados em geral, utilizando mão de obra efetiva própria ou de terceiros, com o fornecimento de materiais e equipamentos, em regime de empreitada ou sub-empreitada para construção civil em geral; montagens industrials de estruturas em aço, sistemas de cobertura e fechamentos.

Cláusula 4ª – A sociedade tem prazo de duração indeterminado.

Do Capital Social

Cláusula 5ª - O capital social é de R$6.000.000,00 (seis milhões de reais), totalmente integralizado e subscrito pelos sócios, dividido em 6.000.000 (seis milhões) de quotas, no valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma. As quotas estão assim distribuídas:

Sócios	Quantidade de quotas	Valor total
Tacfor Administr. e Partic. Eireli	5.999.999	R$5.999.999,00
Adivaldo Aparecido Neves	1	R$1,00
Total	6.000.000	R$6.000.000,00

Parágrafo Único - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Da Administração

CLÁUSULA 6ª - A sociedade será administrada por um ou mais diretores, sócios ou não. Tratando-se de administradores sócios, o mandato será por prazo indeterminado; sendo os administradores não sócios, o mandato será por prazo determinado. Caberá aos diretores a representação ativa e

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA
Nome Novo: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
Nire: 33207833564
Protocolo: 0020170194523 - 16/01/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/01/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1ECA793029AB3E9BABD56CBDB4F3E251783FBA1B3D9AFB397903D21F5059ED27
Arquivamento: 00002997176 - 17/01/2017
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 38, PRECATORIA6, Página 2

passiva da sociedade, em juízo ou fora dele, bem como a prática de quaisquer atos necessários à consecução do objeto social, respeitadas as restrições abaixo.

Parágrafo 1°: Fica nomeado, na qualidade de Diretor sócio, o Sr. **Adivaldo Aparecido Neves**, brasileiro, casado com regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.548.896 SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o nº 928.671.548-04, com escritório na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Feliciano Salles Cunha, nº 2.241, bairro Jardim Aeroporto, CEP 15.035-000, com mandato por prazo indeterminado. O diretor poderá atuar no endereço da sede ou da filial da sociedade. O diretor declara que não está impedido por lei a exercer essa função, visto que não lhe é aplicável nenhuma das vedações do artigo 1011, §1°, do Código Civil.

Parágrafo 2º - A sociedade obriga-se perante terceiros mediante a assinatura isolada de um dos seus sócios, diretores ou de um de seus procuradores, observadas as limitações estabelecidas neste contrato e a extensão do mandato outorgado ao procurador em questão.

Parágrafo 3º - Os diretores poderão fazer uma retirada mensal a título de pro labore, cuja quantia será fixada pelos sócios.

Da Deliberação Dos Sócios

Cláusula 7ª - Além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato, dependem da deliberação dos sócios:

a) aprovação das contas apresentadas pelos diretores;

b) nomeação dos diretores;

c) destituição dos diretores;

d) a remuneração dos diretores;

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA
Nome Novo: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
Nire: 33207833564
Protocolo: 0020170194523 - 16/01/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/01/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1ECA793029AB3E9BABD56CBDB4F3E251783FBA1B3D9AFB397903D21F5059ED27
Arquivamento: 00002997176 - 17/01/2017
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

e) modificação do contrato social;

f) incorporação, fusão e dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;

g) nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;

h) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial e auto-falência; e

i) destinação dos lucros apurados.

Parágrafo 1º - Todas as deliberações serão tomadas em reunião de sócios, a qual será dispensada quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria discutida. Dos trabalhos e deliberações será lavrada ata sintética, assinada pelos presentes, cuja cópia será apresentada à Junta Comercial para arquivamento e averbação.

Parágrafo 2º - As deliberações serão sempre tomadas pelos votos correspondentes, no mínimo, a ¾ do capital social, em todas as matérias referidas acima e nos demais casos previstos na lei ou no contrato.

Parágrafo 3º - Os sócios reunir-se-ão sempre que o interesse social assim exigir e ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre a orientação geral dos negócios sociais; apreciar as contas apresentadas pelos diretores; nomear os diretores, quando necessário, e fixar sua remuneração; deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; e decidir sobre a destinação de lucros apurados.

Parágrafo 4º - As reuniões poderão ser convocadas pelos sócios ou diretores, mediante carta registrada com aviso de recebimento, enviada aos endereços dos demais sócios indicados no preâmbulo, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência. As reuniões poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo-conferência ou quaisquer outros meios que os sócios decidam por bem utilizar.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA
Nome Novo: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
Nire: 33207833564
Protocolo: 0020170194523 - 16/01/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/01/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1ECA793029AB3E9BABD56CBDB4F3E251783FBA1B3D9AFB397903D21F5059ED27
Arquivamento: 00002997176 - 17/01/2017
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 38, PRECATORIA6, Página 3

Do Exercício Social, Lucros e Perdas

Cláusula 8ª - O ano fiscal coincidirá com o ano civil, e, anualmente, em 31 (trinta e um) de dezembro, proceder-se-á ao levantamento do balanço patrimonial da sociedade e demais demonstrações financeiras com observância às disposições legais e contábeis brasileiras, dispensadas as formalidades de publicação.

Parágrafo 1º - O exercício social poderá ter duração inferior a um ano, e deverá se iniciar no primeiro dia de cada período, encerrando-se no último. Neste passo, a sociedade poderá levantar demonstrações financeiras intermediárias e distribuir lucros apurados, observadas as limitações legais e, ainda, distribuir lucros com base nos lucros acumulados ou reservas constantes do último balanço patrimonial.

Parágrafo 2º - Salvo decisão dos quotistas representantes da maioria do capital social em contrário, os sócios participam nos lucros e nas perdas proporcionalmente a respectiva participação no capital social, respeitado, contudo, o limite de que trata o artigo 1.052 do Código Civil.

Da Cessão de Quotas

Cláusula 9ª - Os sócios não poderão ceder ou transferir suas quotas, a qualquer título, total ou parcialmente, a pessoas estranhas ao quadro social.

Cláusula 10ª – Não havendo interesse de nenhum dos sócios na compra das quotas do sócio retirante e/ou alienante, será dado ao mesmo o direito de dissidência, sendo os seus haveres apurados e pagos na forma da cláusula 12 abaixo.

Da Retirada de Sócios Dissidentes

Cláusula 11ª - Além dos casos previstos em lei, a Sociedade dissolver-se-á, a qualquer tempo, somente por vontade dos sócios representando ¾ (três quartos) do capital social.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA
Nome Novo: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
Nire: 33207833564
Protocolo: 00201701945 23 - 16/01/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/01/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1ECA793029AB3F9BABD56CBDB4F3E251783FBA1B3D9AFB397903D21F5059ED27
Arquivamento: 00002997176 - 17/01/2017
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Cláusula 12ª – O falecimento, a ausência ou a incapacidade permanente ou temporária dos sócios, acarretará em dissolução da Sociedade nos termos do Artigo 1.028 do Código Civil de 2002.

Da Resolução da Sociedade em Relação a Sócios e exclusão

Cláusula 13ª – O sócio que desejar se retirar da Sociedade deverá fazer a comunicação por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, informando a sua intenção de não continuar na sociedade. Os haveres do sócio retirante serão apurados e pagos na forma prevista na cláusula 12 acima.

Cláusula 14ª - Será expressamente admitida a exclusão de um sócio, por justa causa, sem prejuízo das demais formas de exclusão previstas na legislação específica, por deliberação dos sócios representando a maioria do capital social.
Parágrafo 1º: Caberá à reunião de sócios, especialmente convocada para este fim, deliberar sobre a caracterização da justa causa, fixando as condutas e/ou atos de inegável gravidade e periculosidade, os quais colocam em risco a continuidade da empresa e a consecução dos seus objetivos sociais.

Parágrafo 2º: Será dado ao sócio acusado, ciência da data, horário e local da reunião ou assembléia que deliberará pela sua exclusão, conferindo-o o direito de defesa e contraditório.

Parágrafo 3º: Os haveres do sócio excluído serão calculados e pagos na forma prevista na cláusula 12 acima.

Da Liquidação da Sociedade

Cláusula 15ª - A sociedade entrará em liquidação caso ocorra qualsquer das hipóteses previstas na legislação em vigor ou por decisão dos sócios que representem pelo menos três quartos do capital social, os quais deverão nomear o liquidante para a realização do ativo e passivo da sociedade nesse período.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA
Nome Novo: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
Nire: 33207833564
Protocolo: 00201701945 23 - 16/01/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/01/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1ECA793029AB3E9BABD56CBDB4F3E251783FBA1B3D9AFB397903D21F5059ED27
Arquivamento: 00002997176 - 17/01/2017
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 38, PRECATORIA6, Página 4

Dos Casos Omissos

Cláusula 16ª - Os casos omissos no presente Contrato Social reger-se-ão pelas disposições da Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e, supletivamente, pelas normas da Sociedade Anônima.

Foro

Cláusula 17ª - Os sócios elegem o Foro da Comarca de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, para dirimir eventuais questões oriundas deste Contrato, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja."

E, por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e validade juntamente com as duas testemunhas abaixo para todos os fins e efeitos de direito.

Rio de Janeiro/RJ, 24 de Agosto de 2016.

Sócios:

DISTON – MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA.
Adivaldo Aparecido Neves

ADIVALDO APARECIDO NEVES

Testemunhas:

1.
Nome: Rubens Antonio A.Ribeiro
R.G.: 44.170.205-3 SSP/SP
CPF/MF:330.273.738-62

2.
Nome: Carlos Henrique Quesada
R.G.: 48.479.069-9 SSP/SP
CPF/MF: 419.152.478-02

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA
Nome Novo: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
Nire: 33207833564
Protocolo: 0020170194523 - 16/01/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/01/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1ECA793029AB3E9BABD56CBDB4F3E251783FBA1B3D9AFB397903D21F5059ED27
Arquivamento: 00002997176 - 17/01/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

00-2017/019452-3 16 jan 2017 16:22
JUCERJA Guia: 102209368
33207833564 Atos: 106
CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA
HASH:J170101945238
Cumprir a exigência no mesmo local da entrada. Junta - Calculado: 376,00 Pago: 376,00
DNRC - Calculado: 21,00 Pago: 21,00
ULT. ARQ.: SPED003222901/03/2016 705

1º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP
Rua General Glicério, 3576 - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP - CNPJ: 51.857.415/0001-17
Tel. (0xx17) 3301-0910 / 3232-2451 - e-mail: tabfanta@hotmail.com
Tabelião: Laerte Favaro

Reconheço por semelhança com valor econômico, a(s) firma(s) de: ADIVALDO APARECIDO NEVES(2938); POR DUAS VEZES(115909). Dou fé.
São José do Rio Preto-SP, 30 de agosto de 2016. Em testo da verdade.
JAIR FAVARO
Código Segurança: 1140AA0375151A049 Valor: R$14,47
Validade somente com o selo de autenticidade.

TABELIÃO DE NOTAS
Jair Favaro
Escrevente
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Estado de São Paulo

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA
Nome Novo: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
Nire: 33207833564
Protocolo: 0020170194523 - 16/01/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/01/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1ECA793029AB3E9BABD56CBDB4F3E251783FBA1B3D9AFB397903D21F5059ED27
Arquivamento: 00002997176 - 17/01/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL

INTIMAÇÃO

Certifico e dou fé que, nesta data, procedi a intimação do(a) Procurador(a) da Fazenda Nacional - PFN, do(a) r. despacho/decisão/sentença de fls. 28, fazendo carga ao(à) mesmo(a) destes autos.

São José do Rio Preto, 05 de abril de 2019.

Ivone Jacqueline Vargas Soares
Técnico Judiciário
RF 3682

RECEBIMENTO

Nesta data certifico que recebi estes autos da Procuradoria da Fazenda Nacional.
São José do Rio Preto, 8 / 5 /2019.

Maria Lúcia Porto Scaff
Técnica Judiciária - RF 5274

51

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional de São José do Rio Preto

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 5ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP

JFSP-FORUM S.J.RIO PRETO-SPI
03/05/2019 14:19 h
Prot. 2019.61060004674-1
0001967-46.2018.403.6106
[32726] [5a.V SJRPRETO]
Juntada-JFSP
RF: Rubrica:

Carta Precatória nº **0001967-46.2018.4.03.6106**

Exequente: **União (Fazenda Nacional)**

Executada: **DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA (atual denominação de Construções Metálicas ICEC Ltda)**

A **União (Fazenda Nacional)**, por seu Procurador infra-assinado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, informar que aceita o bem oferecido à penhora pelo executado na petição de fls. 31/32. Sendo assim, requer:

(1) A formalização da penhora do imóvel objeto da matrícula nº 52.845, do 1º ORI de São José do Rio Preto, por termo nos autos, com fulcro no art. 845, § 1º, do Código de Processo Civil;

(2) A intimação do executado Adivaldo Aparecido Neves, através de seu advogado, bem como da executada Construções Metálicas ICEC Ltda (atualmente denominada Diston - Montagens, Construções e Serviços Ltda, na pessoa do citado sócio Adivaldo Aparecido Neves), acerca da penhora e do prazo para oposição de embargos à execução;

(3) A averbação da penhora junto à competente Serventia Predial, por intermédio do sistema ARISP;

(4) A expedição de mandado de avaliação e designação de datas para leilão eletrônico do apontado bem;

Termos em que pede deferimento.

São José do Rio Preto, 2 de maio de 2019.

JEFTÉ KALÉBER SILVA
Procurador(a) da Fazenda Nacional

00019674620184036106

52

CNPJ,EXTERNO-2,CNPJ-2 (CONSULTA EXTERNO POR CNPJ-2)

T34227BI DATA: 19/04/2018 PAG.: 1 / 1 USUARIO: JEFTE K SILVA

CNPJ: 04.858.299/0001-70 (MATRIZ)
CPF RESP.: 928.671.548-04 QUALIF.: SOCIO-ADMINISTRADOR
N.E.: DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA

NOME FANTASIA:
DT ABERTURA: 11/01/2002(01/2002) DT PRIM. ESTAB.: 11/01/2002
SIT.CAD.CNPJ: ATIVA
DATA DA SITUACAO : 17/01/2017(01/2017) PROC. INSCR. OFICIO:

SIMEI: NAO

END.: R CAMPO GRANDE 1096 SALA 611
BAIRRO/DISTRITO: CAMPO GRANDE
MUNICIPIO : 6001 RIO DE JANEIRO
UF : RJ CEP : 23080-000 TELEFONE : 11-32833767 FAX :
ORGAO : 0710900
PF4 - DEMAIS INF. CADASTRAIS
PF6 - QUADRO SOCIETARIO
PF9 - DADOS CADASTRAIS FILIAIS

PF2 - OP. SUCESSAO
PF11 - DECLARACOES IRPJ

PF3 - ENC. CONSULTA PF7 - VOLTA PAG PF8 - AVANCA PAG PAG DESEJADA: ____

53

INSTRUMENTO PARTICULAR DE 13ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA.

NIRE: 33.207.833.564
CNPJ/MF nº 04.858.299/0001-70

Pelo presente instrumento particular, as partes a seguir qualificadas:

1) ICEPAR HOLDING PARTICIPAÇÕES LTDA, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Feliciano Salles Cunha, nº 2.241, bairro Jardim Aeroporto, CEP 15.035-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o nº 04.790.072/0001-30 e NIRE 35.216.776.421, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. **Adivaldo Aparecido Neves**, brasileiro, casado com regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.548.896 SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o nº 928.671.548-04, com escritório na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Feliciano Salles Cunha, nº 2.241, bairro Jardim Aeroporto, CEP 15.035-000;

2) ADIVALDO APARECIDO NEVES, brasileiro, casado com regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.548.896 SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o nº 928.671.548-04, com escritório na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Feliciano Salles Cunha, nº 2.241, bairro Jardim Aeroporto, CEP 15.035-000;

Sócios representando a totalidade do capital social de **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Brasil, 40.031, Campo Grande, CEP 23.095-701, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o nº. 04.858.299/0001-70 e na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro –

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Nome: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA
Nome Novo: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
NIRE: 332.0783356-4 Protocolo: 00-2017/019452-3 Data do protocolo: 16/01/2017
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 17/01/2017 SOB O NÚMERO 00002997176 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 6D8036295EEEC0361E8D51E37B16BE96FEE4FD75C553FEF6079DCE2B7C345268
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJ sob o NIRE 33.2.0783356-4, têm entre si justa e contratada a presente alteração contratual, nos termos e condições a seguir:
Resolvem as **PARTES** de comum acordo, alterar o presente contrato social, nos seguintes termos e condições:

I) Neste ato, os sócios informam a alteração de razão social da sócia ICEPAR HOLDING PARTICIPAÇÕES LTDA para **TACFOR ADMINISTRADORA E PARTICIPAÇÕES EIRELI**, mantendo sua sede na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Feliciano Salles Cunha, n. 2241, bairro Jardim Novo Aeroporto, CEP: 15035-000, inscrita no CNPJ n. 04.790.072/0001-30, conforme registro de sua ultima alteração de contrato social na JUCESP em 07/04/2015, sob o NIRE n. 3560080708-7.

II) Ainda neste ato, resolvem os sócios ALTERAR a **CLÁUSULA 1ª** do Contrato Social referente a denominação social da empresa que passa a ser: **DISTON – MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA.**

III) Desta forma, a **CLÁUSULA 1ª** do contrato social, passará a ter a seguinte redação:

- CLÁUSULA 1ª: A sociedade adota como nome empresarial a denominação de **DISTON – MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA.**

IV) Resolvem ainda os sócios neste ato, EXCLUIR o paragrafo único da **CLÁUSULA 1ª.**

V) Resolvem ainda os sócios neste ato, ALTERAR a **CLÁUSULA 2ª** do Contrato Social para ALTERAR o endereço da SEDE da sociedade que passa a ser no seguinte endereço: Rua Campo Grande, n. 1096, Sala 611 Parte, Bairro Campo Grande, cidade Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 23080-000.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Nome: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA
Nome Novo: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
NIRE: 332.0783356-4 Protocolo: 00-2017/019452-3 Data do protocolo: 16/01/2017
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 17/01/2017 SOB O NÚMERO 00002997176 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 6D8036295EEEC0361E8D51E37B16BE96FEF4FD75C553FEF6079DCE2B7C345268
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

54

VI) Desta forma, a **CLÁUSULA 2ª** do contrato social, passará a ter a seguinte redação:

- Cláusula 2ª - A sociedade tem sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Campo Grande, n. 1096, Sala 611 Parte, Bairro Campo Grande CEP: 23080-000.

Parágrafo 1º– A sociedade tem filiais (a) na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Feliciano Salles Cunha, 2.241, Box 1, bairro Jardim Aeroporto, CEP 15.035-000(CNAE 41.20-4-00, Construção de Edifícios); (b) na cidade de Bady Bassitt, Estado de São Paulo, na Marginal da Rodovia BR 153, 650, Distrito Industrial III, CEP 15.115-000 (CNAE 25.11.00-0, fabricação de Construções pré-fabricadas em aço, torres e pontes), e (c) na cidade de Mirassol, Estado de São Paulo, Rodovia Euclides da Cunha (SP 320) – Km 455, Box 25, CEP.15130-000 (CNAE 41.20-4-00, Construção de Edifícios).

Parágrafo 2º - Por deliberação de seus diretores, a sociedade poderá abrir filiais, representações, escritórios e/ou estabelecimentos em qualquer localidade, do país ou do exterior.

VII) Resolvem ainda os sócios neste ato, ALTERAR a **CLAUSULA 12ª.,** bem como, EXCLUIR os **Parágrafos primeiro, segundo** e **terceiro da CLÁUSULA 12ª** do Contrato Social, passando a CLÁUSULA 12ª. a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA 12ª- O falecimento, a ausência ou a incapacidade permanente ou temporária dos sócios, acarretará em dissolução da Sociedade nos termos do Artigo 1.028 do Código Civil de 2002.

VIII) Dessa forma, a **CLÁUSULA 12ª** do Contrato Social passará a ter a seguinte redação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Nome: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA
Nome Novo: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
NIRE: 332.0783356-4 Protocolo: 00-2017/019452-3 Data do protocolo: 16/01/2017
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 17/01/2017 SOB O NÚMERO 00002997176 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 6D8036295EEEC0361E8D51E37B16BE96FEE4FD75C553FEF6079DCE2B7C345268
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo. Pag.4/13

CLÁUSULA 12ª- O falecimento, a ausência ou a incapacidade permanente ou temporária dos sócios, acarretará em dissolução da Sociedade nos termos do Artigo 1.028 do Código Civil de 2002.

IX) As demais cláusulas não alteradas por este Instrumento permanecem totalmente válidas, sendo abaixo consolidadas.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA "DISTON – MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA"

Denominação, Sede Social e Filiais, Objeto e Duração

Cláusula 1ª – A sociedade adota como nome empresarial a denominação de **DISTON – MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA.**

Cláusula 2ª - A sociedade tem sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Campo Grande, n. 1096, Sala 611 Parte, Bairro Campo Grande CEP: 23080-000.

Parágrafo 1º- A sociedade tem filiais (a) na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Feliciano Salles Cunha, 2.241, Box 1, bairro Jardim Aeroporto, CEP 15.035-000(CNAE 41.20-4-00, Construção de Edifícios); (b) na cidade de Bady Bassitt, Estado de São Paulo, na Marginal da Rodovia BR 153, 650, Distrito Industrial III, CEP 15.115-000 (CNAE 25.11.00-0, fabricação de Construções pré-fabricadas em aço, torres e pontes), e (c) na cidade de Mirassol, Estado de São Paulo, Rodovia Euclides da Cunha (SP 320) – Km 455, Box 25, CEP.15130-000 (CNAE 41.20-4-00, Construção de Edifícios).

Parágrafo 2º - Por deliberação de seus diretores, a sociedade poderá abrir filiais, representações, escritórios e/ou estabelecimentos em qualquer localidade, do país ou do exterior.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Nome: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA
Nome Novo: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
NIRE: 332.0783356-4 Protocolo: 00-2017/019452-3 Data do protocolo: 16/01/2017
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 17/01/2017 SOB O NÚMERO 00002997176 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 6D8036295EEEC0361E8D51E37B16BE96FEE4FD75C553FEF6079DCE2B7C345268
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo. Pag.5/13

Cláusula 3ª - A sociedade tem por objeto a construção civil em geral, por conta própria ou de terceiros, tendo por meio a indústria, o comércio, importação e exportação de construções pré-fabricadas em aços, galpões industriais, torres e pórticos, pontes e seus elementos e demais produtos em aço, seus componentes e agregados em geral, utilizando mão de obra efetiva própria ou de terceiros, com o fornecimento de materiais e equipamentos, em regime de empreitada ou sub-empreitada para construção civil em geral; montagens industriais de estruturas em aço, sistemas de cobertura e fechamentos.

Cláusula 4ª – A sociedade tem prazo de duração indeterminado.

Do Capital Social

Cláusula 5ª - O capital social é de R$6.000.000,00 (seis milhões de reais), totalmente integralizado e subscrito pelos sócios, dividido em 6.000.000 (seis milhões) de quotas, no valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma. As quotas estão assim distribuídas:

Sócios	Quantidade de quotas	Valor total
Tacfor Administr. e Partic. Eireli	5.999.999	R$5.999.999,00
Adivaldo Aparecido Neves	1	R$1,00
Total	6.000.000	R$6.000.000,00

Parágrafo Único - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Da Administração

CLÁUSULA 6ª - A sociedade será administrada por um ou mais diretores, sócios ou não. Tratando-se de administradores sócios, o mandato será por prazo indeterminado; sendo os administradores não sócios, o mandato será por prazo determinado. Caberá aos diretores a representação ativa e

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Nome: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA
Nome Novo: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
NIRE: 332.0783356-4 Protocolo: 00-2017/019452-3 Data do protocolo: 16/01/2017
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 17/01/2017 SOB O NÚMERO 00002997176 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 6D8036295EBEC0361E8D51E37B16BE96FEE4FD75C553FEF6079DCE2B7C345268
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

passiva da sociedade, em juízo ou fora dele, bem como a prática de quaisquer atos necessários à consecução do objeto social, respeitadas as restrições abaixo.

Parágrafo 1º: Fica nomeado, na qualidade de Diretor sócio, o Sr. **Adivaldo Aparecido Neves**, brasileiro, casado com regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.548.896 SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o nº 928.671.548-04, com escritório na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Feliciano Salles Cunha, nº 2.241, bairro Jardim Aeroporto, CEP 15.035-000, com mandato por prazo indeterminado. O diretor poderá atuar no endereço da sede ou da filial da sociedade. O diretor declara que não está impedido por lei a exercer essa função, visto que não lhe é aplicável nenhuma das vedações do artigo 1011, §1°, do Código Civil.

Parágrafo 2º - A sociedade obriga-se perante terceiros mediante a assinatura isolada de um dos seus sócios, diretores ou de um de seus procuradores, observadas as limitações estabelecidas neste contrato e a extensão do mandato outorgado ao procurador em questão.

Parágrafo 3º - Os diretores poderão fazer uma retirada mensal a título de pro labore, cuja quantia será fixada pelos sócios.

Da Deliberação Dos Sócios

Cláusula 7ª - Além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato, dependem da deliberação dos sócios:

a) aprovação das contas apresentadas pelos diretores;

b) nomeação dos diretores;

c) destituição dos diretores;

d) a remuneração dos diretores;

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Nome: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA
Nome Novo: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
NIRE: 332.0783356-4 Protocolo: 00-2017/019452-3 Data do protocolo: 16/01/2017
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 17/01/2017 SOB O NÚMERO 00002997176 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 6D8036295EEEC0361E8D51E37B16BE96FEB4FD75C553FE76079DCE2B7C345268
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo. Pag.7/13

e) modificação do contrato social;

f) incorporação, fusão e dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;

g) nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;

h) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial e auto-falência; e

i) destinação dos lucros apurados.

Parágrafo 1º - Todas as deliberações serão tomadas em reunião de sócios, a qual será dispensada quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria discutida. Dos trabalhos e deliberações será lavrada ata sintética, assinada pelos presentes, cuja cópia será apresentada à Junta Comercial para arquivamento e averbação.

Parágrafo 2º - As deliberações serão sempre tomadas pelos votos correspondentes, no mínimo, a ¾ do capital social, em todas as matérias referidas acima e nos demais casos previstos na lei ou no contrato.

Parágrafo 3º - Os sócios reunir-se-ão sempre que o interesse social assim exigir e ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre a orientação geral dos negócios sociais; apreciar as contas apresentadas pelos diretores; nomear os diretores, quando necessário, e fixar sua remuneração; deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; e decidir sobre a destinação de lucros apurados.

Parágrafo 4º - As reuniões poderão ser convocadas pelos sócios ou diretores, mediante carta registrada com aviso de recebimento, enviada aos endereços dos demais sócios indicados no preâmbulo, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência. As reuniões poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo-conferência ou quaisquer outros meios que os sócios decidam por bem utilizar.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Nome: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA
Nome Novo: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
NIRE: 332.0783356-4 Protocolo: 00-2017/019452-3 Data do protocolo: 16/01/2017
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 17/01/2017 SOB O NÚMERO 00002997176 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 6D8036295EEEC0361E8D51E37B16BE96FEE4FD75C553FEF6079DCE2B7C345268
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela digital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA

Do Exercício Social, Lucros e Perdas

Cláusula 8ª - O ano fiscal coincidirá com o ano civil, e, anualmente, em 31 (trinta e um) de dezembro, proceder-se-á ao levantamento do balanço patrimonial da sociedade e demais demonstrações financeiras com observância às disposições legais e contábeis brasileiras, dispensadas as formalidades de publicação.

Parágrafo 1º - O exercício social poderá ter duração inferior a um ano, e deverá se iniciar no primeiro dia de cada período, encerrando-se no último. Neste passo, a sociedade poderá levantar demonstrações financeiras intermediárias e distribuir lucros apurados, observadas as limitações legais e, ainda, distribuir lucros com base nos lucros acumulados ou reservas constantes do último balanço patrimonial.

Parágrafo 2º - Salvo decisão dos quotistas representantes da maioria do capital social em contrário, os sócios participam nos lucros e nas perdas proporcionalmente a respectiva participação no capital social, respeitado, contudo, o limite de que trata o artigo 1.052 do Código Civil.

Da Cessão de Quotas

Cláusula 9ª - Os sócios não poderão ceder ou transferir suas quotas, a qualquer título, total ou parcialmente, a pessoas estranhas ao quadro social.

Cláusula 10ª – Não havendo interesse de nenhum dos sócios na compra das quotas do sócio retirante e/ou alienante, será dado ao mesmo o direito de dissidência, sendo os seus haveres apurados e pagos na forma da cláusula 12 abaixo.

Da Retirada de Sócios Dissidentes

Cláusula 11ª - Além dos casos previstos em lei, a Sociedade dissolver-se-á, a qualquer tempo, somente por vontade dos sócios representando ¾ (três quartos) do capital social.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Nome: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA
Nome Novo: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
NIRE: 332.0783356-4 Protocolo: 00-2017/019452-3 Data do protocolo: 16/01/2017
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 17/01/2017 SOB O NÚMERO 00002997176 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 6D8036295EEEC0361E8D51E37B16BE96FEE4FD75C553FEF6079DCE2B7C345268
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

Cláusula 12ª – O falecimento, a ausência ou a incapacidade permanente ou temporária dos sócios, acarretará em dissolução da Sociedade nos termos do Artigo 1.028 do Código Civil de 2002.

Da Resolução da Sociedade em Relação a Sócios e exclusão

Cláusula 13ª – O sócio que desejar se retirar da Sociedade deverá fazer a comunicação por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, informando a sua intenção de não continuar na sociedade. Os haveres do sócio retirante serão apurados e pagos na forma prevista na cláusula 12 acima.

Cláusula 14ª - Será expressamente admitida a exclusão de um sócio, por justa causa, sem prejuízo das demais formas de exclusão previstas na legislação específica, por deliberação dos sócios representando a maioria do capital social.

Parágrafo 1°: Caberá à reunião de sócios, especialmente convocada para este fim, deliberar sobre a caracterização da justa causa, fixando as condutas e/ou atos de inegável gravidade e periculosidade, os quais colocam em risco a continuidade da empresa e a consecução dos seus objetivos sociais.

Parágrafo 2°: Será dado ao sócio acusado, ciência da data, horário e local da reunião ou assembléia que deliberará pela sua exclusão, conferindo-o o direito de defesa e contraditório.

Parágrafo 3°: Os haveres do sócio excluído serão calculados e pagos na forma prevista na cláusula 12 acima.

Da Liquidação da Sociedade

Cláusula 15ª - A sociedade entrará em liquidação caso ocorra quaisquer das hipóteses previstas na legislação em vigor ou por decisão dos sócios que representem pelo menos três quartos do capital social, os quais deverão nomear o liquidante para a realização do ativo e passivo da sociedade nesse período.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Nome: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA
Nome Novo: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
NIRE: 332.0783356-4 Protocolo: 00-2017/019452-3 Data do protocolo: 16/01/2017
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 17/01/2017 SOB O NÚMERO 00002997176 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 6D8036295EEEC0361E8D51E37B16BE96FEE4FD75C553FEF6079DCE2B7C345268
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA

13

Dos Casos Omissos

Cláusula 16ª - Os casos omissos no presente Contrato Social reger-se-ão pelas disposições da Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e, supletivamente, pelas normas da Sociedade Anônima.

Foro

Cláusula 17ª - Os sócios elegem o Foro da Comarca de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, para dirimir eventuais questões oriundas deste Contrato, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja."

E, por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e validade juntamente com as duas testemunhas abaixo para todos os fins e efeitos de direito.

Rio de Janeiro/RJ, 24 de Agosto de 2016.

Sócios:

DISTON – MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA.
Adivaldo Aparecido Neves

ADIVALDO APARECIDO NEVES

Testemunhas:

1. _____
Nome: Rubens Antonio A.Ribeiro
R.G.: 44.170.205-3 SSP/SP
CPF/MF:330.273.738-62

2. _____
Nome: Carlos Henrique Quesada
R.G.: 48.479.069-9 SSP/SP
CPF/MF: 419.152.478-02

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Nome: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA
Nome Novo: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
NIRE: 332.0783356-4 Protocolo: 00-2017/019452-3 Data do protocolo: 16/01/2017
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 17/01/2017 SOB O NÚMERO 00002997176 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 6D4036295EEEC0361E8D51E37B16BE96FEE4FD75C553FEF6079DCE2B7C345268
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela digital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA sistema digitalizado
Pag.11/13

PODER JUDICIÁRIO SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SAO PAULO
5 a. Vara Federal

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 38
5a VARA

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) M.M.(a) Juiz(a), Sr.(a) Dr.(a) DENIO SILVA THE CARDOSO.
S.J. do Rio Preto 10 de maio de 2019

SIMONE R C SCABELLO (5222)
Técn/Analist.Judiciário (RF)
Processo No. 0001967-46.2018.403.6106

53

PODER JUDICIÁRIO SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SAO PAULO
5 a. Vara Federal

Processo No. 0001967-46.2018.403.6106

Face a anuência da exequente (fl. 51) e tendo em vista o documento de fl. 42, expeça-se mandado de penhora e avaliação a recair sobre o bem ofertado a fl. 37/41, intimando-se o executado Adivaldo Aparecido Neves da constrição referida, do prazo para ajuizamento de Embargos e para ficar como depositário do bem constrito.

Após, proceda a devolução da presente com as homenagens de estilo.

São José do Rio Preto 15 de maio de 2019

DENIO SILVA THE CARDOSO
Juiz Federal

D A T A
Em data de 15 de maio de 2019
baixaram estes autos a Secretaria com o
r. despacho supra

Mandados

00019674620184036106

Fls 60

5ª VARA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
6ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA EM SÃO PAULO - FORUM FEDERAL DE S.JOSE DO RIO PRETO
RUA DOS RADIALISTAS RIOPRETENSES, 1000 - 1º ANDAR - BAIRRO: CHACARA MUNICIPAL - CIDADE: SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
CEP: 00015090 PABX: 0..17 3216-8800

Processo Nº 0001967-46.2018.403.6106

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, em cumprimento à determinação judicial, expedi o alvará/mandado/ofício Nº 0605.2019.00945.

16 de Maio de 2019.

ULISSES SEVERINO JUNIOR
TÉCNICO JUDICIÁRIO R.F.: 3799

Mandados

JUNTADO NOS AUTOS EM 02/08/19

0001967462018403106

0605.2019.00945

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
6ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA EM SÃO PAULO - FORUM FEDERAL DE S.JOSE DO RIO PRETO
RUA DOS RADIALISTAS RIOPRETENSES, 1000 - 1º ANDAR - BAIRRO: CHACARA MUNICIPAL - CIDADE: SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
CEP: 00015090 PABX: 0..17 3216-8800 EMAIL: SJRPRE-SE05-VARA05@TRF3.JUS.BR
HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 09:00 ÀS 19:00h

SECRETARIA da 5ª VARA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | MANDADO Nº **0605.2019.00945**

MANDADO DE PENHORA, AVALIAÇÃO E INTIMAÇÃO

EXECUÇÃO FISCAL Nº **0001967-46.2018.403.6106**
Processo Administrativo nº
Juízo Deprecante:

Carta Precatória nº
Certidão de Dívida Ativa nº
Valor da Dívida para efeito de penhora:
R$ 1.521.557,06 em **28/03/2018**

Exeqüente: **FAZENDA NACIONAL**
Executado: **CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA E OUTRO** CNPJ/CPF: **000.000.000-00**
Endereço: **RUA LAS VEGAS, 155 - COM DEBORA CRISTINA** -CEP:
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Observação: Segue cópia de fls. 31/32, 34/41 e 59. Dar cumprimento nos termos da decisão de fl. 59, que acompanha o presente.

O(A) DOUTOR(A) **DENIO SILVA THE CARDOSO**, JUIZ(A) FEDERAL DA 5ª VARA - EXECUÇÃO FISCAL - 6 SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA EM SÃO PAULO

M A N D A a qualquer Analista Judiciário - Executante de Mandados (Oficial de Justiça Avaliador) deste Juízo Federal, a quem este for apresentado que, em seu cumprimento, se dirija ao endereço supra ou a outro local e, sendo aí:

1. **PENHORE** bens de propriedade do(a) executado(a), tantos quantos bastem para a satisfação da dívida, do valor acima, mais acréscimos legais;
2. **INTIME** o(a) executado(a) bem como o cônjuge, se casado(a) for e se a penhora recair sobre bem imóvel;
3. **CIENTIFIQUE** o(a) executado(a) de que terá o prazo de 30 (trinta) dias para oferecer embargos, contados da intimação da penhora;
4. **PROVIDENCIE O REGISTRO** da penhora: no Cartório de Registro de Imóveis, se o bem for imóvel ou a ele equiparado; na Repartição competente, se for de outra natureza; na Junta Comercial; na Bolsa de Valores e na Sociedade Comercial, se forem ações, debêntures, partes beneficiárias, cotas ou qualquer outro título, crédito ou direito societário nominativo; no Detran, DAC e Capitania dos Portos, se forem veículos automotores, aeronaves ou embarcações bem como perante todos os demais órgãos onde o registro se faça necessário, conforme a natureza do bem.;
5. **NOMEIE DEPOSITÁRIO**, colhendo sua assinatura e seus dados pessoais, com endereço (comercial e residencial), RG, CPF, filiação, advertindo-o de que não poderá abrir mão do encargo, sem prévia autorização judicial, sob as penas da lei, e que deverá comunicar a este Juízo da localização dos bens penhorados ou qualquer alteração substancial de seu estado.
6. **AVALIE** o(s) bem(ns) penhorado(s).
   Fica autorizado o uso de câmera fotográfica pelo oficial de justiça.

C U M P R A - S E na forma e sob as penas da lei. / ficando o Analista Judiciário - Executante de Mandados (Oficial de Justiça Avaliador) autorizado, excepcionalmente, a proceder na forma do art. 212, § 2º, do Código de Processo Civil.

E X P E D I D O nesta cidade de **SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**, em **16 de Maio de 2019**.
Eu, ULISSES SEVERINO JUNIOR, RF 3799, Técnico Judiciário, digitei. E eu, RIVALDO VICENTE LINO, Diretor(a) de Secretaria , conferi e subscrevo, por ordem do(a) MM.(a) Juiz(a) Federal.

RIVALDO VICENTE LINO
Diretor(a) de Secretaria

Proc. No. 0001967-46.2018.403.6106 – 5ª. Vara
Mandado No. 0605.2019.00945

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que em cumprimento ao r. mandado no dia 25/06/2019 procedi à penhora e avaliação do bem indicado objeto da matrícula No. 52.845 do 1°. O.R.I. desta cidade. Após me dirigi à **Rua Las Vegas, 155,** e ali deixei de nomear depositário e intimar os executados da penhora feita em virtude de não ter encontrado o seu representante legal e coexecutado Sr. ADIVALDO APARECIDO NEVES, uma vez que o mesmo encontra-se na cidade de S. Paulo, sem data prevista para retorno conforme informações ali apuradas.

Certifico ainda que entrei em contato com o Dr. CARLOS FAVERI, Assessor da executada, o qual informou que o Sr. ADIVALDO APARECIDO NEVES, embora tenha residência nesta cidade passa a maior parte do tempo trabalhando **na cidade de SÃO PAULO, onde pode ser encontrado na AV. ENGENHEIRO LUIS CARLOS BERRINI, No. 1500, 3º. Andar. - Bairro BROOKLYN NOVO, seu atual endereço comercial. Informou ainda que o Sr. ADIVALDO estará nesta cidade a partir do dia 15/07/2019.**

Certifico ainda que no dia **26/06/2019 INTIMEI o CREDOR HIPOTECÁRIO BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A.,** na pessoa de sua representante legal Sra. DEBORA FERNANDA A. SOLER, Gerente de Atendimento.

Certifico ainda que **no dia 15/07/2019 às 15,30hs me dirigi à Rodovia Euclides Cunha, KM 455, município de Mirassol/SP** e ali **NOMEEI DEPOSITÁRIO** o Sr. ADIVALDO APARECIDO NEVES, o qual aceitou o encargo de fiel depositário, **INTIMEI** da penhora, da avaliação e do prazo para embargos os executados **CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA.** na pessoa de seu representante legal **Sr. Adivaldo Aparecido Neves, e INTIMEI** este como coexecutado, o qual após ter sido cientificado de todo o teor do mandado, exarou sua assinatura no Auto de Penhora e Depósito de Bens e recebeu a Contrafé que lhe ofereci.

Certifico ainda que no dia 16/07/2019 solicitei, via Sistema ARISP, a averbação da penhora efetuada, a qual não foi averbada conforme NOTA DE DEVOLUÇÃO anexa.

Assim, diante das informações obtidas devolvo o mandado no aguardo de novas determinações.

São José do Rio Preto, 25 de Julho de 2.019.

DARCY ANTONIO FLORIM
Oficial de Justiça Avaliador

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA

5ª VARA FEDERAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO

"AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO"

Aos 25 dias do mês de Junho de 2.019, na Rodovia BR 153, No. 650, Bady Bassit/SP, Estado de São Paulo, em cumprimento ao r. mandado anexo, expedido pelo MM. Juiz Federal da 5ª Vara desta 6ª Subseção Judiciária, nos autos do **PROCESSO N.º 0001967-46.2018.4036106,** que a **FAZENDA NACIONAL** move em face de **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA E OUTRO**, para o recebimento da quantia de R$1.521.557,06 (Hum milhão, quinhentos e vinte e um mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e seis centavos) em 28/03/2018, procedi à **PENHORA E AVALIAÇÃO** do seguinte bem indicado:

- Uma área de 27.727,03 ms2, ou 2.77,27 has, ou seja, 1,15 alqueires, confrontando com Margarete Lote, com Walter Gonçalves de Abreu, com o Espólio de Ruilando Lotti, e finalmente com o Parque Industrial, encravado na Fazenda Campo ou Borboleta, com a denominação especial de Sitio 4 Irmãos, distrito, município de Bady Bassit, desta Comarca de São José do Rio Preto, objeto da matricula N**o. 52.845 do 1º. ORI.**

OBS. 1 – Conforme AV.001/52845 - Sobre o imóvel objeto da matrícula supra, pesa uma Servidão de Passagem em favor da COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ.

OBS. 2 – Imóvel este pertencente à executada ICEC conforme **R.007/52.845** de 31/08/2005.

OBS. 3 – Conforme **AV.008/52845**, o imóvel objeto da matricula supra passou pertencer ao PERIMETRO URBANO da cidade de Bady Bassit, nos termos da lei No. 1617/02 de 11/11/02.

OBS. 4 – Conforme **AV.09/52845** O referido imóvel acha-se cadastrado na Prefeitura Municipal sob no. 013.078/01.

OBS. 5 - Conforme **AV.10/52.845**, a proprietária ICEC CONSTRUÇÕES METÁLICAS LTDA., teve sua razão social alterada para CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA. em 31/08/2006.

OBS. 6 – O imóvel objeto desta matrícula é beneficiário da Servidão de Passagem conforme **registro No. 015 da matricula No. 64.610 efetuado em 04/10/2006,** por onde se dá o acesso ao mesmo que dista aproximadamente 170,00ms da rodovia BR-153 e 600,00ms do novo trevo de acesso à cidade de Bady Bassit/SP.

OBS. 7- Sobre o referido imóvel encontra -se a construção de uma área construída de aproximadamente 4.344,72 ms2, ainda não averbada

junto à matrícula do imóvel, de dois galpões para fins industriais, um depósito de tintas, uma cobertura anexa ao galpão, uma ponte rolante externa, duas pontes rolantes internas.

Os galpões tem piso de concreto e camada de seixo rolado, são circundados por uma mureta de blocos de concreto com aproximadamente 0,60m de altura, cujo fechamento até a cobertura é feito de telhas metálicas galvanizadas e de PVC translúcidas, e cobertura também de telhas metálicas galvanizadas e PVC translúcidas.

O imóvel encontra-se em regular estado de conservação.

AVALIAÇÃO DO IMÓVEL: R$ 15.900.000,00 (Quinze milhões e novecentos mil reais)

.

Bens estes do devedor para garantir a execução e em seguida depositei-o em mãos e poder do Sr. ADVALDO APARECIDO NEVES, brasileiro, casado, empresário, portador do RG No.6.548.896 SSP/SP e do CPF No. 928.671.548-04 domiciliado na Rua Las Vegas, 155, condomínio Débora Cristina, nesta cidade, o qual se sujeitou às penas da Lei. Vai o presente auto assinado por mim, Oficial de Justiça Avaliador, Depositário, Executado.

DARCY ANTONIO FLORIM
Oficial de Justiça Avaliador

DEPOSITÁRIO
Advaldo Aparecido Neves

FICA O EXECUTADO **INTIMADO DO PRAZO DE 30 DIAS PARA OFERECER EMBARGOS.**

EXECUTADO:-
CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA.

Debora Fernanda A. Soler
Gerente de Atendimento
621963

26/06/2019

Fazenda
Ministério da Fazenda

[redacted]

65

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABE
04.858.299/0001-70 MATRIZ		11/01/200

NOME EMPRESARIAL
DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
****

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
41.20-4-00 - Construção de edifícios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
25.11-0-00 - Fabricação de estruturas metálicas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R CAMPO GRANDE	1096	SALA 611

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO
23.080-000	CAMPO GRANDE	RIO DE JANEIRO

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
COMERCIAL@HERACORP.COM.BR	(11) 3283-3767 / (21) 4101-0676

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃ
ATIVA	17/01/2017

66
44

PRIMEIRO OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP

Rua Bernardino de Campos, 4054 - Tel: (17) 3233-8797 - CEP 15.015-300
CNPJ: 51.857.332/0001-28
Gumercindo de Seta - Oficial

NOTA DE DEVOLUÇÃO

Protocolo nº: 542.962 em 16/07/2019 - Os efeitos desta **PRENOTAÇÃO** cessarão automaticamente em **14/08/2019** ao final do dia.
Apresentante: RIVALDO VICENTE LINO
Outorgado: ADIVALDO APARECIDO NEVES
Outorgante: MINISTERIO DA FAZENDA
Natureza do Título: PENHORA ON LINE

O presente título é devolvido nesta data, para que seja(m) atendida(s) a(s) seguinte(s) exigência(s):

Trata-se o presente de Certidão de PENHORA (Sistema penhora online - protocolo nº **PH000276609**) - Processo de Execução Fiscal número de ordem **00019674620184036106** da 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto, que instrumenta penhora sobre 100,00% do imóvel objeto da matrícula nº.52.845 desta Serventia.

Da sua analise resultou **não apto** o seu ingresso ao fólio real, uma vez que o imóvel referido na Certidão de Penhora supra citada, não se encontra em nome da DISTON – MONTAGENS E CONSTRUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA, mas sim em nome da: Construções Metálicas ICEC Ltda.

São José Do Rio Preto/SP, 23 de julho de 2019

ELI FRANCISCO BORELLI - SUBSTITUTO

RECIBO

Declaro haver devolvido o valor de **R$ 0,00** juntamente com o título original, ficando retido o valor de **R$ 0,00**, referente a prenotação conforme notas explicativas item 4.2 da lei estadual 11.331/2002. Conforme item 4.1 da lei estadual 11.331/2002, caso o título prenotado seja reapresentado dentro do prazo de validade, o custo da prenotação será descontado do valor cobrado pelo ato praticado.
PRIMEIRO OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

67

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que não houve ajuizamento de embargos pelos executados neste Juízo.
São José do Rio Preto, 05 de setembro de 2019.

Simone Rodrigues Capristo Scabello
Analista Judiciário
RF 5222

68

PROCESSO..: 0001967-46.2018.403.6106 VARA: 5

Situacao..: BAIXA - DEVOLVIDO Em..: 27/09/2019

Guia: 104/2019

Impressa em Secretaria 27/09/2019 / Rotina: LC-BA / (AOA)

Vara: 5 JUSTIÇA FEDERAL FORUM FEDERAL DE S.JOSE DO RIO PRETO Pg. 1
Guia: 104/2019 Encaminhamento da Secretaria para a Vara 27/09/2019
Dig.: 27/09/2019

Proc	Parte	Ent	Classe	Baixa	Pacote	Vl
0001967-46.2018.403.6106	JUIZO DA 6 VARA DO F		60	107		1

Processos: 1 Conferida: AOA 27/09/2019 Processada: AOA-27/09/2019

Remessa da Vara _____

Recebido pela Vara _____

Emissão: (AOA) ANA CLEIDE 17:20

Conferido por _____ em ____/____/____

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 39

Evento:
INTIMACAO_ELETRONICA___EXPEDIDA_CERTIFICADA
Data:
22/10/2019 17:15:31
Usuário:
JRJ12495 - CLAUDIO MARCUS DE MELO - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
39
Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
06/11/2019 00:00:00
Data Final:
12/11/2019 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
VINICIUS BRANDAO DE QUEIROZ

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 40

Evento:
INTIMACAO_ELETRONICA___CONFIRMADA___REFER__AO_EVENTO__39
Data:
01/11/2019 23:59:59
Usuário:
SECJF - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
40

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 41

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__39
Data:
11/11/2019 17:57:04
Usuário:
P1508034 - PAULO ROBERTO FERNANDES GONCALVES - PROCURADOR
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
41

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria da Fazenda Nacional no Rio de Janeiro

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

A FAZENDA NACIONAL, por seu procurador que esta subscreve, nos autos do processo em epígrafe e em atenção ao r. despacho de fls., caso decorrido *in albis* o prazo para oposição de embargos à execução, vem requerer a V.Exa. seja designada data para leilão dos bens penhorados, na forma do art. 22 da Lei 6830/80, informando desde já que a União não tem interesse na adjudicação dos mesmos.

Pede deferimento

PAULO ROBERTO F. GONÇALVES
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

SERPRO
11/11/2019

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Resumido

Inscrições Localizadas: 3 Inscrições Selecionadas: 3

Parâmetro de Localização: 0700017900095

1º Devedor: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 04858299/0001-70
Grande Devedor: PRINCIPAL
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 18470 508107/2016-04
Nº Inscrição: 70 2 16 020339-35
Data Inscrição: 18/11/2016 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: SEGUNDA REGIAO **Nº Único de Processo Judicial:** 00234691320174025101
Procuradoria Responsável: SEGUNDA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 515.008,76 (UFIR 483.985,29)
Valor Consolidado: R$ 904.046,37

2º Devedor: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 04858299/0001-70
Grande Devedor: PRINCIPAL
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 18470 508108/2016-41
Nº Inscrição: 70 2 16 020340-79
Data Inscrição: 18/11/2016 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: SEGUNDA REGIAO **Nº Único de Processo Judicial:** 00234691320174025101
Procuradoria Responsável: SEGUNDA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 12.944,62 (UFIR 12.164,79)
Valor Consolidado: R$ 25.923,56

3º Devedor: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 04858299/0001-70
Grande Devedor: PRINCIPAL
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 18470 508106/2016-51
Nº Inscrição: 70 6 16 043718-45
Data Inscrição: 18/11/2016 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: SEGUNDA REGIAO **Nº Único de Processo Judicial:** 00234691320174025101
Procuradoria Responsável: SEGUNDA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 390.537,02 (UFIR 367.011,57)
Valor Consolidado: R$ 685.548,68

Somatório das inscrições

Valor Inscrito: R$ 918.490,40 (UFIR 863.161,65)
Valor Consolidado: R$ 1.615.518,61

(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

FIM DO RELATÓRIO

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 42

Evento:
AUTOS_COM_JUIZ_PARA_DESPACHO_DECISAO
Data:
03/12/2019 16:42:49
Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
42

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 43

Evento:
DESPACHO_DECISAO___DETERMINA_INTIMACAO
Data:
08/12/2019 20:51:30
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
43

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21)3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES
EXECUTADO: DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA

DESPACHO/DECISÃO

Expeçam-se o mandado de penhora e demais atos para efetivação da constrição sobre o imóvel nomeado pela Executada e acveito pela Exequente para garantia da execução (**ev. 38 - PRECATORIA 5 - fls. 5 a 10/15**).

Reduza-se a termo a penhora sobre os imóveis ofertados, na forma do art. 831 do CPC.

Tendo em vista a certidão do do Oficial de Justiça (**ev. 38 -** PRECATORIA 4) , nomeio, *ex officio*, como depositário do bem penhorado, o Sr. ADIVALDO APARECIDO NEVES.

Intime-se o advogado do executado da lavratura do termo de penhora, do prazo de trinta dias para oposição de embargos, a contar de sua intimação, e da constituição do Sr. ADIVALDO APARECIDO NEVES, CPF n. 928.671.548-04 como depositário do imóvel.

Instrua-se o mandado com cópias da certidão de ônus reais e desta decisão, devendo ainda o oficial do Registro de Imóveis competente ser intimado para que averbe a penhora reduzida a termo, independentemente do pagamento de custas ou outras despesas e para que faça prova a este Juízo do cumprimento da ordem, no prazo de cinco dias.

Intimem-se.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510002030461v3** e do código CRC **b35aa93c**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 8/12/2019, às 20:51:30

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 44

Evento:
JUNTADA___PECAS_DIGITALIZADAS
Data:
16/12/2019 15:36:37
Usuário:
JRJ12495 - CLAUDIO MARCUS DE MELO - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
44

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO

PROC...: 0000912-26.2019.403.6106 Vol: 1
Classe.: 60 - CARTA PRECATORIA Prot: 23/07/2019
Assunto:CARTAS PRECATORIA/ROGATORIA/ORDEM - FISCAL
DEPRECANTE: JUIZO DA 6 VARA DO FORUM FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - RJ
Reu.....: ADIVALDO APARECIDO NEVES
DEPRECADO.: JUIZO DA 5 VARA FORUM FEDERAL DE S.JOSE DO RIO PRETO - SP
DISTR. AUTOMATICA - 23/07/2019 5a SJRPRETO

(ATI)

TERMO DE AUTUACAO

Em S.J. do Rio Preto, 24 de Julho de 2019 , nesta Secretaria da 5.A Vara, autuo os documentos adiante, em _____ folhas, com _____ apensos, na seguinte conformidade:

Processo: 0000912-26.2019.403.6106
Classe..: 00060 CARTA PRECATORIA
Assunto.:
08.99.03-CARTAS PRECATORIA/ROGATORIA/ORDEM - FISCAL
DISTR. AUTOMATICA em 23/07/2019

DEPRECANTE :

JUIZO DA 6 VARA DO FORUM FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - RJ

AUTOR :

FAZENDA NACIONAL

REU :

ADIVALDO APARECIDO NEVES CPF: 928.671.548-04

REU :

DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA CNPJ: 04.858.299/0001-70

DEPRECADO :

JUIZO DA 5 VARA FORUM FEDERAL DE S.JOSE DO RIO PRETO - SP

Volume..: 1

Para constar, lavro e assino o presente.

Diretor da Secretaria
Simone Rodrigues Capristo Scabello
Analista Judiciario
RF 5222

02

JFSP - FORUM S.J.RIO PRETO
SETOR DE PROTOCOLO INICIAL
23/07/2019 14:08 h
0000912-26.2019.4.03.6106

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL
Av. Venezuela, nº 134 - Saúde- Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20081-312
Tel: (21) 3218-7664 / Fax: (21) 3218-7662 - E-mail: 06vfef@jfrj.jus.br - Site: www.jfrj.jus.br

CARTA PRECATÓRIA n. CPR.0051.000048-0/2018

00451005100004802018

Juízo Deprecante: **Exmo. Sr. Juiz da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal - SJRJ**
Juízo Deprecado: **Exmo(a). Sr(a). Juiz Federal Distribuidor das VFs de São José do Rio Preto - SJSP**
Processo de origem: **Execução Fiscal n. 0023469-13.2017.4.02.5101 (2017.51.01.023469-8)**
Exequente: **FAZENDA NACIONAL**
Executado(a, s): **CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA. E OUTRO**

O Dr. **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, M. Juiz Federal da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal**, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, **DEPRECA** a Vossa Excelência que se digne a mandar proceder ao seguinte:

a) **CITAR** o(s) executado(s) **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, CNPJ/CPF n. **928.671.548-04**, com endereço na **Av. Feliciano Sales Cunha, 2241, Distrito Industrial – São José do Rio Preto/SP – CEP 15035-000,** para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar **R$ 1.521.557,06** (atualizado até **28/03/2018**), referente à dívida exequenda, devidamente atualizado, com juros, multa de mora e demais encargos contidos na C.D.A., ou garantir a execução. Ademais, **INTIMAR** o(a) Executado(a) de que, no caso da não constatação de bens dele(a) no local, no mesmo prazo de 05 (cinco) dias, deve indicar quais são e onde se encontram seus bens passíveis de penhora, com seus respectivos valores, sob pena de a omissão em proceder a tal indicação ser considerada ato atentatório à dignidade da Justiça, sujeitando-o(a) à multa de até 20% (vinte por cento) do valor da dívida, conforme previsões do artigo 774, inciso V e parágrafo único do Código de Processo Civil. **Outrossim dando-lhe ciência** de que o acesso à integra dos autos do processo eletrônico pode ser obtido por cadastramento do interessado na página da Internet: *http://www.jfrj.jus.br/cadastro-visualizar-processo;* bem assim de que o(s) valor(es) atualizado(s) da(s) dívida(s), bem como instruções para o parcelamento e o pagamento poderão ser obtidos diretamente junto ao(à) Exequente, sendo que, em se tratando de dívida cobrada pela Procuradoria da Fazenda Nacional, por acesso à página da Internet: *www.pgfn.fazenda.gov.br.* Havendo interesse no parcelamento ou pagamento do débito, o devedor deve dirigir-se diretamente ao Exequente para efetivá-lo(s) e deve também comunicar ao M. Juízo a realização do parcelamento ou pagamento, sob pena de prosseguimento da execução.

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA.
Documento No: 80654526-1-0-1-2-915745 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL
Av. Venezuela, nº 134 - Saúde- Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20081-312
Tel: (21) 3218-7664 / Fax: (21) 3218-7662 - E-mail: 06vfef@jfrj.jus.br - Site: www.jfrj.jus.br

Caso o executado não pague ou garanta a execução, proceda ao seguinte:

b) **PENHORAR OU ARRESTAR** (se o executado não for localizado) bens do(a) executado(a), tantos quantos bastem para garantia da execução, efetivar a avaliação e dar ciência ao(s) executado(a,s);
c) **NOMEAR DEPOSITÁRIO**, intimando-o a não abrir mão do depósito sem prévia autorização do Juízo;
d) **CIENTIFICAR** o(a) executado(a) de que têm o prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação da penhora, para opor Embargos à Execução, sob pena de se presumirem aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pelo exequente nos autos da Execução Fiscal supra mencionada;
e) **INTIMAR** o Oficial de Registro de Imóveis competente, caso a penhora recaia sobre bem imóvel, para que proceda ao registro (art. 7, IV, e art. 14, I, da Lei nº 6.830/80), a quem se fará entrega da contrafé e cópia do termo ou auto de penhora ou arresto, bem como intime o(a,s) cônjuge(s), se casado(a,s) for(em). Recaindo a penhora em veículo, entregue a contrafé e cópia do termo do auto de penhora ou arresto, com a ordem de registro (art. 7, IV e art. 14, II da Lei 6.830/80) na repartição competente para emissão do certificado de registro. Recaindo em ações, debêntures, quota ou qualquer título, crédito ou direito societário nominativo, a entrega da contrafé far-se-á na Junta Comercial, Bolsa de Valores ou na Sociedade Comercial (art. 14, III);
f) **ALIENAR** judicialmente os bens constritos, caso não sejam oferecidos embargos ou, se apresentados, forem rejeitados.
g) **INTIMAR** a Exequente, na pessoa de seu representante legal, com área de atuação nessa localidade, para providenciar, caso necessário, o pagamento de eventuais despesas porventura existentes para a realização das diligências deprecadas.

Bens indicados à penhora pela exequente: Não indicados.

Anexos: fls. 1-16, 19,21, 54-56.

DADA E PASSADA nesta cidade do Rio de Janeiro, em 8 de novembro de 2018. Eu, ISABELLE FARIAS ALBUQUERQUE, Técnico Judiciário, digitei e conferi. E eu, ANDRÉ BOTELHO JUCÁ, Diretor de Secretaria, reconferi.

ASSINADO ELETRONICAMENTE
MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Juiz Federal
6ª Vara Federal de Execução Fiscal

Validado Ag - Rever
22/10/2019 14:16h

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA.
Documento No: 80654526-1-0-1-2-915745 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

09

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

JFRJ
Fls 1

EXMO. SR. DR. JUIZ DA SEÇÃO JUDICIÁRIA - RIO DE JANEIRO

A **União (Fazenda Nacional)**, 00.394.460/0216-53, pelo Procurador da Fazenda Nacional que esta subscreve, com fundamento na Lei 6.830/80, vem propor EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA, contra o(s) contribuinte(s):

Nome: **CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.**
CNPJ: **04.858.299/0001-70**
End: **RUA CAMPO GRANDE, 1096, SALA 611, CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO, RJ, 23080-000**

EXECUÇÃO FISCAL DA DÍVIDA ATIVA

Consubstanciada na(s) seguinte(s) certidão(ões) de Inscrição em Dívida Ativa, que integra(m) a presente petição inicial:

Processo Administrativo	Inscrição	Valor Atualizado
18470508106201651	7061604371845	R$ 611.932,45
18470508107201604	7021602033935	R$ 806.967,21
18470508108201641	7021602034079	R$ 23.483,50

Para tanto, requer-se na forma do art. 8 da Lei 6.830/80, e art. 172 parágrafo 2, do Código de Processo Civil :

1. A citação da(o) Executada(o), pelo correio, com Aviso de Recepção(AR), para pagar, no prazo legal, as dívidas inscritas, devidamente atualizadas, acrescidas de juros, encargos previstos no Decreto-Lei n. 1.025/69, alterado pelo Decreto-Lei n. 1.645/78, custas e despesas processuais, ou nomear bens livres e desembaraçados para garantir a execução em consonância que a legislação em vigor, sob pena de lhe serem penhorados ou arrestados tantos bens quanto bastem a plena execução da dívida;

2. Não paga a dívida ou não garantida a execução, a expedição de mandado de penhora e avaliação a recair sobre tantos bens quantos bastem à garantia integral da dívida, inclusive imóveis, nesse caso procedendo-se à intimação do cônjuge e à notificação do cartório de registro competente.

Dá-se à causa o valor atualizado de R$ 1.442.383,16 (***um milhão e quatrocentos e quarenta e dois mil e trezentos e oitenta e três reais e dezesseis centavos***), consoante o disposto no art. 6, parágrafo 4, Lei de Execuções Fiscais, que corresponde ao(s) valor(es) consolidado(s) da(s) dívida(s).

Pede deferimento,

Rio de Janeiro, 06 de Março de 2017

VINICIUS BRANDAO DE QUEIROZ
Procurador(a) da Fazenda Nacional
Siape - 1286791

Nº do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55. (Processo: 0023469-13.2017.4.02.5101 - Petição: 2017.3010.004643-0) .
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ.
Documento No: 77073350-1-0-1-1-11304 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

05

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

JFRJ
Fls 2

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob número **70 6 16 043718-45** da série 1804 desde, 18/11/2016.

Nome: **CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.**
CNPJ: **04.858.299/0001-70**
End: **RUA CAMPO GRANDE, 1096, SALA 611, CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO, RJ, 23080-000**

É(São) devedor(devedores) da Fazenda Nacional da quantia abaixo discriminada, referente aos débitos especificados em anexo.

Processo Administrativo	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
18470 508106/2016-51	R$ 390.537,02	UFIR 367.011,57

Fundamentação legal da cobrança:

A dívida em apreço foi inscrita à vista dos elementos constantes de processo ou expediente protocolizado no Ministério da Fazenda sob número acima indicado, e está sujeita, até a sua efetiva liquidação, à correção monetária (DL. 2052/83, art. 1 Inciso I, DL. 2284/86, art 41, DL. 2287/86, arts. 12 e 15, modificado pelo DL. 2323/87, arts. 1 e 14, Lei n. 7799/89, alterada pela Lei n. 8383/91, art. 54), aos juros de mora (DL. 2052/83, art.1, Inciso II, DL. 2323/87, art 16, modificado pelo DL. 2331/87, art. 6, Lei n. 8177/91, art. 9, Lei n. 8218/91, art. 3 e 30, Lei n. 8383/91, art. 54 parágrafos 1 e 2, Lei n. 8981/95, art. 84, I e parágrafo 8 (redação da MP 1110/95, art. 16 e reedições); Lei n. 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 26 e reedições, excetuada, quanto aos juros, a parcela relativa à multa de mora, além do encargo de 20% (vinte por cento), previsto no DL nº 1025/69, art. 1; no DL nº 1645/78, art. 3, na Lei nº 7799/89, art. 64, par. 2 e Lei nº 8383/91, art. 57, par. 2 e multa de mora, com base no artigo 84, inciso II, parágrafo 8º, da Lei nº 8.981/95 (incluído pela MP 1.110/95, art. 17, e reedições).

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

Rio de Janeiro, 06 de Março de 2017

VINICIUS BRANDAO DE QUEIROZ
Procurador(a) da Fazenda Nacional
Siape - 1286791

Nº do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55. (Processo: 0023469-13.2017.4.02.5101 - Petição: 2017.3010.004643-0) .
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ.
Documento No: 77073350-2-0-2-3-705230 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

06

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

JFRJ
Fls 3

Processo Administrativo	Inscrição
18470 508106/2016 - 51	70 6 16 043718 - 45

Origem
LUCRO REAL RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO

N° da decl./notif.
0

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
01/2013	**CONTR. SOCIAL**	**31/03/2014**	**01/04/2014**	**01/04/2014**	**R$ 325.447,52**

Fundamentação legal
ARTS 1, 2 E PAR 1 E AL "C" (C/ALT ART 2 L 8034/90), ART 3 (C/ALT ART 17 L 11727/08) E ART 4 L 7689/88; ART 3 E INC II L 8003/90; ARTS 2, 3 E INC II E 6 (COMB C/ART 41 PAR 2 E ART 45 PAR 3 DEC 332/91) L 8200/91; ART 25 COMB C/ART 57 (C/ALT ART 1 L 9065/95) L 8981/95; ARTS 1 E 13 E INCS L 9249/95; ART 2 PAR 3, ART 6 PAR 1 INC I (C/ALT ART 20 L 12844/13) E PAR 3, ART 10 PARS 1 E 3, ART 11 PARS 2 E 3, ART 12 E PARS 1 (C/ALT ART 9 L 12431/11) E 2 (C/ALT ART 48 L 12715/12), ART 17, ART 18 PAR 7, ART 19 PAR 7 E ART 22 (C/ALT ART 5 L 12766/12) E PAR 3 COMBS C/ART 28 (C/ALT ART 49 L 12715/12), ARTS 55 E 60 L 9430/96; ART 1 E PAR 3 (C/ALT ART 34 MP 2158/01-35), ART 11 PARS 2 E 3 E ARTS 60 E 69 L 9532/97; ART 14 E INCS (C/ALT ART 46 L 10637/02 E C/ALT ART 22 L 12249/10) L 9718/98; ART 4 L 9981/00; ARTS 21, 30 E PARS E 35 E PAR UN MP 2158/01-35; ART 2 PAR UN L 10305/01; ART 7 E PAR 3 L 10637/02; ART 1 E PARS L 12402/11

Forma de constituição do débito	Notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

Origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

N° da decl./notif.

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
01/2013	**MULTA MORA - 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 65.089,50**

Fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

Forma de constituição do débito	Notificação

Nº do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55. (Processo: 0023469-13.2017.4.02.5101 - Petição: 2017.3010.004643-0) .
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ.
Documento No: 77073350-2-0-2-3-705230 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

07

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 3
SALDO DO VALOR ORIGINÁRIO

JFRJ
Fls 4

Processo Administrativo	Inscrição
18470 508106/2016 - 51	70 6 16 043718 - 45

Natureza do Débito	Data de Vencimento	Termo Inicial Juros	Termo Inicial Atualização Monetária	Multa Mora	Valores Originários Remanescentes
CONTR. SOCIAL	31/03/2014	01/04/2014	01/04/2014	20%	R$ 325.447,52
MULTA MORA - 20 P/CENTO	-	-	-		R$ 65.089,50

Nº do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55. (Processo: 0023469-13.2017.4.02.5101 - Petição: 2017.3010.004643-0) .
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ.
Documento No: 77073350-2-0-2-3-705230 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

08

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

JFRJ
Fls 5

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob número **70 2 16 020339-35** da série 3551 desde, 18/11/2016.

Nome: **CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.**
CNPJ: **04.858.299/0001-70**
End: **RUA CAMPO GRANDE, 1096, SALA 611, CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO, RJ, 23080-000**

É(São) devedor(devedores) da Fazenda Nacional da quantia abaixo discriminada, referente aos débitos especificados em anexo.

Processo Administrativo	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
18470 508107/2016-04	R$ 515.008,76	UFIR 483.985,29

Fundamentação legal da cobrança:

A dívida em apreço foi inscrita à vista dos elementos constantes de processo ou expediente protocolizado no Ministério da Fazenda sob número acima indicado, e está sujeita, até a sua efetiva liquidação, à correção monetária (DL. 2052/83, art. 1 Inciso I, DL. 2284/86, art 41, DL. 2287/86, arts. 12 e 15, modificado pelo DL. 2323/87, arts. 1 e 14, Lei n. 7799/89, alterada pela Lei n. 8383/91, art. 54), aos juros de mora (DL. 2052/83, art.1, Inciso II, DL. 2323/87, art 16, modificado pelo DL. 2331/87, art. 6, Lei n. 8177/91, art. 9, Lei n. 8218/91, art. 3 e 30, Lei n. 8383/91, art. 54 parágrafos 1 e 2, Lei n. 8981/95, art. 84, I e parágrafo 8 (redação da MP 1110/95, art. 16 e reedições); Lei n. 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 26 e reedições, excetuada, quanto aos juros, a parcela relativa à multa de mora, além do encargo de 20% (vinte por cento), previsto no DL nº 1025/69, art. 1; no DL nº 1645/78, art. 3, na Lei nº 7799/89, art. 64, par. 2 e Lei nº 8383/91, art. 57, par. 2 e multa de mora, com base no artigo 84, inciso II, parágrafo 8º, da Lei nº 8.981/95 (incluído pela MP 1.110/95, art. 17, e reedições).

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

Rio de Janeiro, 06 de Março de 2017

VINICIUS BRANDAO DE QUEIROZ
Procurador(a) da Fazenda Nacional
Siape - 1286791

Nº do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55. (Processo: 0023469-13.2017.4.02.5101 - Petição: 2017.3010.004643-0) .
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ.
Documento No: 77073350-3-0-5-3-158093 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

09

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

JFRJ
Fls 6

Processo Administrativo	Inscrição
18470 508107/2016 - 04	70 2 16 020339 - 35

Origem
LUCRO REAL RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO

N° da decl./notif.
0

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
01/2013	**IMPOSTO**	**31/03/2014**	**01/04/2014**	**01/04/2014**	**R$ 429.173,97**

Fundamentação legal
ARTS 27 E 32 DL 5844/43; ART 6 E PARS DL 1598/77; ART 46 PAR 3 L 8383/91; ART 3 E INC II L 8200/91; ART 25 L 8981/95; ARTS 1, 3 E PARS 1 E 2 (C/ALT ART 4 L 9430/96) E ART 25 E PARS L 9249/95; ART 1 PAR UN L 9316/96; ART 2 PAR 3, ART 4, ART 6 PAR 1 INC I (C/ALT ART 20 L 12844/13) E PAR 3, ART 10 PARS 1 E 3, ART 11 PARS 2 E 3, ART 12 E 5 L 12766/12) E PAR 3, ARTS 58 E 60 L 9430/96; ART 14 L 9718/98; ART 23 E INCS MP 1991/99-12; ART 1 MP 2011/99-3; ART 1 E PARS L 12402/11

Forma de constituição do débito	Notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

Origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

N° da decl./notif.

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
01/2013	**MULTA MORA - 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 85.834,79**

Fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

Forma de constituição do débito	Notificação

Nº do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55. (Processo: 0023469-13.2017.4.02.5101 - Petição: 2017.3010.004643-0) .
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ.
Documento No: 77073350-3-0-5-3-158093 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 3
SALDO DO VALOR ORIGINÁRIO

Processo Administrativo	Inscrição
18470 508107/2016 - 04	70 2 16 020339 - 35

Natureza do Débito	Data de Vencimento	Termo Inicial Juros	Termo Inicial Atualização Monetária	Multa Mora	Valores Originários Remanescentes
IMPOSTO	31/03/2014	01/04/2014	01/04/2014	20%	R$ 429.173,97
MULTA MORA - 20 P/CENTO	-	-	-		R$ 85.834,79

Nº do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolado por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55. (Processo: 0023469-13.2017.4.02.5101 - Petição: 2017.3010.004643-0) .
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ.
Documento No: 77073350-3-0-5-3-158093 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob número **70 2 16 020340-79** da série 3560 desde, 18/11/2016.

Nome: **CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.**
CNPJ: **04.858.299/0001-70**
End: **RUA CAMPO GRANDE, 1096, SALA 611, CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO, RJ, 23080-000**

É(São) devedor(devedores) da Fazenda Nacional da quantia abaixo discriminada, referente aos débitos especificados em anexo.

Processo Administrativo	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
18470 508108/2016-41	R$ 12.944,62	UFIR 12.164,79

Fundamentação legal da cobrança:

A dívida em apreço foi inscrita à vista dos elementos constantes de processo ou expediente protocolizado no Ministério da Fazenda sob número acima indicado, e está sujeita, até a sua efetiva liquidação, à correção monetária (DL. 2052/83, art. 1 Inciso I, DL. 2284/86, art 41, DL. 2287/86, arts. 12 e 15, modificado pelo DL. 2323/87, arts. 1 e 14, Lei n. 7799/89, alterada pela Lei n. 8383/91, art. 54), aos juros de mora (DL. 2052/83, art.1, Inciso II, DL. 2323/87, art 16, modificado pelo DL. 2331/87, art. 6, Lei n. 8177/91, art. 9, Lei n. 8218/91, art. 3 e 30, Lei n. 8383/91, art. 54 parágrafos 1 e 2, Lei n. 8981/95, art. 84, I e parágrafo 8 (redação da MP 1110/95, art. 16 e reedições); Lei n. 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 26 e reedições, excetuada, quanto aos juros, a parcela relativa à multa de mora, além do encargo de 20% (vinte por cento), previsto no DL nº 1025/69, art. 1; no DL nº 1645/78, art. 3, na Lei nº 7799/89, art. 64, par. 2 e Lei nº 8383/91, art. 57, par. 2 e multa de mora, com base no artigo 84, inciso II, parágrafo 8º, da Lei nº 8.981/95 (incluído pela MP 1.110/95, art. 17, e reedições).

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

Rio de Janeiro, 06 de Março de 2017

VINICIUS BRANDAO DE QUEIROZ
Procurador(a) da Fazenda Nacional
Siape - 1286791

Nº do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55. (Processo: 0023469-13.2017.4.02.5101 - Petição: 2017.3010.004643-0) .
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ.
Documento No: 77073350-4-0-8-9-249121 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

12

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

JFRJ
Fls 9

Processo Administrativo	Inscrição
18470 508108/2016 - 41	70 2 16 020340 - 79

Origem
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO

N° da decl./notif.
0

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
01/2011	**IMPOSTO**	**18/02/2011**	**21/02/2011**	**01/03/2011**	**R$ 508,49**

Fundamentação legal
ART 103 DL 5844/43; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 8 E PAR UN DL 1736/79; ART 7 INC I E PAR 1 L 7713/88; ART 1 L 9249/95; ART 5 L 9250/95; ART 11 PAR 1 L 9532/97; ART 3 PAR 5 L 10101/00; ART 70 E INC I E AL "D" L 11196/05 C/ALT ART 5 L 11933/09; ART 1 INC V L 11482/07 C/ALT ART 1 L 12469/11; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11

Forma de constituição do débito	Notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

Origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

N° da decl./notif.

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
01/2011	**MULTA MORA - 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 101,70**

Fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

Forma de constituição do débito	Notificação

N° do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55. (Processo: 0023469-13.2017.4.02.5101 - Petição: 2017.3010.004643-0) .
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ.
Documento No: 77073350-4-0-8-9-249121 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

13

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

JFRJ
Fls 10

Processo Administrativo	Inscrição
18470 508108/2016 - 41	70 2 16 020340 - 79

Origem
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO

N° da decl./notif.
0

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
02/2011	**IMPOSTO**	**18/03/2011**	**21/03/2011**	**01/04/2011**	**R$ 2.170,65**

Fundamentação legal
ART 103 DL 5844/43; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 8 E PAR UN DL 1736/79; ART 7 INC I E PAR 1 L 7713/88; ART 1 L 9249/95; ART 5 L 9250/95; ART 11 PAR 1 L 9532/97; ART 3 PAR 5 L 10101/00; ART 70 E INC I E AL "D" L 11196/05 C/ALT ART 5 L 11933/09; ART 1 INC V L 11482/07 C/ALT ART 1 L 12469/11; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11

Forma de constituição do débito	Notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

Origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

N° da decl./notif.

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
02/2011	**MULTA MORA - 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 434,13**

Fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

Forma de constituição do débito	Notificação

Nº do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55. (Processo: 0023469-13.2017.4.02.5101 - Petição: 2017.3010.004643-0) .
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ.
Documento No: 77073350-4-0-8-9-249121 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
18470 508108/2016 - 41	70 2 16 020340 - 79

Origem
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO

N° da decl./notif.
0

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
03/2011	**IMPOSTO**	**20/04/2011**	**25/04/2011**	**02/05/2011**	**R$ 3.163,22**

Fundamentação legal
ART 103 DL 5844/43; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 8 E PAR UN DL 1736/79; ART 7 INC I E PAR 1 L 7713/88; ART 1 L 9249/95; ART 5 L 9250/95; ART 11 PAR 1 L 9532/97; ART 3 PAR 5 L 10101/00; ART 70 E INC I E AL "D" L 11196/05 C/ALT ART 5 L 11933/09; ART 1 INC V L 11482/07 C/ALT ART 1 L 12469/11; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11

Forma de constituição do débito	Notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

Origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

N° da decl./notif.

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
03/2011	**MULTA MORA - 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 632,64**

Fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

Forma de constituição do débito	Notificação

Nº do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55. (Processo: 0023469-13.2017.4.02.5101 - Petição: 2017.3010.004643-0) .
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ.
Documento No: 77073350-4-0-8-9-249121 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

PGFN

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
18470 508108/2016 - 41	70 2 16 020340 - 79

Origem
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO

N° da decl./notif.
0

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
04/2011	**IMPOSTO**	**20/05/2011**	**23/05/2011**	**01/06/2011**	**R$ 443,16**

Fundamentação legal
ART 103 DL 5844/43; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 8 E PAR UN DL 1736/79; ART 7 INC I E PAR 1 L 7713/88; ART 1 L 9249/95; ART 5 L 9250/95; ART 11 PAR 1 L 9532/97; ART 3 PAR 5 L 10101/00; ART 70 E INC I E AL "D" L 11196/05 C/ALT ART 5 L 11933/09; ART 1 INC V L 11482/07 C/ALT ART 1 L 12469/11; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11

Forma de constituição do débito	Notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

Origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

N° da decl./notif.

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
04/2011	**MULTA MORA - 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 88,63**

Fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

Forma de constituição do débito	Notificação

Nº do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55. (Processo: 0023469-13.2017.4.02.5101 - Petição: 2017.3010.004643-0) .
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ.
Documento Nº: 77073350-4-0-8-9-249121 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

16

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

JFRJ
Fls 13

Processo Administrativo	Inscrição
18470 508108/2016 - 41	70 2 16 020340 - 79

Origem
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO

N° da decl./notif.
0

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
05/2011	**IMPOSTO**	**20/06/2011**	**21/06/2011**	**01/07/2011**	**R$ 555,30**

Fundamentação legal
ART 103 DL 5844/43; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 8 E PAR UN DL 1736/79; ART 7 INC I E PAR 1 L 7713/88; ART 1 L 9249/95; ART 5 L 9250/95; ART 11 PAR 1 L 9532/97; ART 3 PAR 5 L 10101/00; ART 70 E INC I E AL "D" L 11196/05 C/ALT ART 5 L 11933/09; ART 1 INC V L 11482/07 C/ALT ART 1 L 12469/11; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11

Forma de constituição do débito	Notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

Origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

N° da decl./notif.

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
05/2011	**MULTA MORA - 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 111,06**

Fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

Forma de constituição do débito	Notificação

Nº do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55. (Processo: 0023469-13.2017.4.02.5101 - Petição: 2017.3010.004643-0) .
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ.
Documento No: 77073350-4-0-8-9-249121 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

17

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

JFRJ
Fls 14

Processo Administrativo	Inscrição
18470 508108/2016 - 41	70 2 16 020340 - 79

Origem: **IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO** — N° da decl./notif.: **0**

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de: Atualização Monetária	Termo Inicial de: Juros de mora	Valor inscrito
07/2011	IMPOSTO	19/08/2011	22/08/2011	01/09/2011	R$ 3.879,25

Fundamentação legal
ART 103 DL 5844/43; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 8 E PAR UN DL 1736/79; ART 7 INC I E PAR 1 L 7713/88; ART 1 L 9249/95; ART 5 L 9250/95; ART 11 PAR 1 L 9532/97; ART 3 PAR 5 L 10101/00; ART 70 E INC I E AL "D" L 11196/05 C/ALT ART 5 L 11933/09; ART 1 INC V L 11482/07 C/ALT ART 1 L 12469/11; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11

Forma de constituição do débito	Notificação
DECLARACAO	PESSOAL

Origem: **MULTA DE MORA - 20 POR CENTO** — N° da decl./notif.:

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de: Atualização Monetária	Termo Inicial de: Juros de mora	Valor inscrito
07/2011	MULTA MORA - 20 P/CENTO	-	-	-	R$ 775,85

Fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

Forma de constituição do débito	Notificação

Nº do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55. (Processo: 0023469-13.2017.4.02.5101 - Petição: 2017.3010.004643-0) .
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ.
Documento No: 77073350-4-0-8-9-249121 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
18470 508108/2016 - 41	70 2 16 020340 - 79

Origem
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO

N° da decl./notif.
0

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
08/2011	**IMPOSTO**	**20/09/2011**	**21/09/2011**	**03/10/2011**	**R$ 67,13**

Fundamentação legal
ART 103 DL 5844/43; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 8 E PAR UN DL 1736/79; ART 7 INC I E PAR 1 L 7713/88; ART 1 L 9249/95; ART 5 L 9250/95; ART 11 PAR 1 L 9532/97; ART 3 PAR 5 L 10101/00; ART 70 E INC I E AL "D" L 11196/05 C/ALT ART 5 L 11933/09; ART 1 INC V L 11482/07 C/ALT ART 1 L 12469/11; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11

Forma de constituição do débito	Notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

Origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

N° da decl./notif.

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
08/2011	**MULTA MORA - 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 13,43**

Fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

Forma de constituição do débito	Notificação

Nº do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55. (Processo: 0023469-13.2017.4.02.5101 - Petição: 2017.3010.004643-0) .
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ.
Documento No: 77073350-4-0-8-9-249121 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 3
SALDO DO VALOR ORIGINÁRIO

Processo Administrativo	Inscrição
18470 508108/2016 - 41	70 2 16 020340 - 79

Natureza do Débito	Data de Vencimento	Termo Inicial Juros	Termo Inicial Atualização Monetária	Multa Mora	Valores Originários Remanescentes
IMPOSTO	18/02/2011	01/03/2011	21/02/2011	20%	R$ 508,49
MULTA MORA - 20 P/CENTO	-	-	-		R$ 101,70
IMPOSTO	18/03/2011	01/04/2011	21/03/2011	20%	R$ 2.170,65
MULTA MORA - 20 P/CENTO	-	-	-		R$ 434,13
IMPOSTO	20/04/2011	02/05/2011	25/04/2011	20%	R$ 3.163,22
MULTA MORA - 20 P/CENTO	-	-	-		R$ 632,64
IMPOSTO	20/05/2011	01/06/2011	23/05/2011	20%	R$ 443,16
MULTA MORA - 20 P/CENTO	-	-	-		R$ 88,63
IMPOSTO	20/06/2011	01/07/2011	21/06/2011	20%	R$ 555,30
MULTA MORA - 20 P/CENTO	-	-	-		R$ 111,06
IMPOSTO	19/08/2011	01/09/2011	22/08/2011	20%	R$ 3.879,25
MULTA MORA - 20 P/CENTO	-	-	-		R$ 775,85
IMPOSTO	20/09/2011	03/10/2011	21/09/2011	20%	R$ 67,13
MULTA MORA - 20 P/CENTO	-	-	-		R$ 13,43

Nº do agrupamento de inscrições
700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55. (Processo: 0023469-13.2017.4.02.5101 - Petição: 2017.3010.004643-0) .
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ.
Documento No: 77073350-4-0-8-9-249121 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL

2017.51.01.023469-8

Processo nº 0023469-13.2017.4.02.5101 (2017.51.01.023469-8)

1. **Defiro** a petição inicial (Lei nº 6.830/80, art. 7º).

2. **Cite(m)-se** o(a,s) Executado(a,s), no(s) endereço(s) indicado(s), por mandado a ser cumprido por Oficial de Justiça, para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar(em) o débito, mais acréscimos legais, ou garantir(em) a execução (Lei nº 6.830/80, arts. 8º e 9º), que, se vier por carta de fiança, deverá ter ser seu original apresentado em Secretaria deste M. Juízo, para acautelamento, ou, se por depósito de dinheiro, comprovado por cópia da operação bancária, sob pena de se desconsiderar a garantia. Quanto à citação, cumpra-se ainda o seguinte.

2.1. Se caracterizada a suspeita de ocultação da parte Executada, fica autorizado o Oficial de Justiça a proceder à **citação por hora certa** (CPC, arts. 252 e 253), após cuidando a Secretaria da devida comunicação pelo correio (CPC, art. 254). Se decorridos 5 (cinco) dias sem qualquer manifestação do citando, dê-se vista à Defensoria Pública da União (CPC, art. 72, inc. II). Já se o Oficial de Justiça certificar que o endereço do(a) Executado(a) se encontra em **área de risco**, proceda-se à **citação pelo correio**, com aviso de recebimento (Lei nº 6.830/80, art. 8º, incs. I e III).

2.2. Se o(s) Executado(s) não for(em) encontrado(s), porque seu(s) endereço(s) não foi(ram) localizado(s) ou ele(s) tiver(em) se mudado, tratando-se de **pessoa natural**, proceda-se a citação por edital. Já se se tratar de **pessoa jurídica**, abra-se vista à Exequente para que, no prazo de 30 dias, traga cópia do contrato social (última alteração) da empresa executada arquivada na JUCERJA ou no RCPJ, então expedindo-se mandado para sua citação em novo endereço dela ou nos de seus sócios, que ainda não tenham sido buscados nestes autos. Nesta hipótese, caso a documentação demonstre que tais endereços já foram esgotados ou se frustradas as diligências encetadas conforme acima, proceda-se à **citação por edital**.

2.2.1. Se decorrido o prazo sem qualquer manifestação do citado por edital, dê-se **vista à Defensoria Pública da União**, por novo prazo igual. Após, sem manifestação da Defensoria, **prossiga-se conforme item 4** e seguintes desta. Já se vier petição da Defensoria, dê-se **vista ao(à) Exequente,** pelo prazo de 5 dias, para manifestar o prosseguimento pretendido à execução e voltem conclusos.

3. **Se houver o pagamento**, for alegado parcelamento ou vier oferta de bens à penhora, dê-se vista à Exequente para sua manifestação a respeito, voltando conclusos em seguida.

4. **Sendo positiva a citação e não ocorrendo o pagamento nem oferta de garantia à execução**, em vista do que dispõem o artigo 185-A do Código Tributário Nacional, os artigos 655-A do Código de Processo Civil, o artigo 11 da Lei nº 6.830/80 e do já assentado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça quanto às medidas de efetividade da jurisdição executiva *(v.g.:* STJ – 2ª Turma – REsp nº 1.074.228-MG - Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES – DJ de 05/11/2008), efetive-se o bloqueio dos valores disponíveis em contas bancárias e aplicações financeiras do(a,s) Executado(a,s) regularmente citado(a,s), até o limite do montante total exigível na presente execução, por meio do sistema **BACEN-JUD** (CPC, art. 854), observando-se ainda ao seguinte.

4.1. O bloqueio deve compreender apenas ativos financeiros sem natureza alimentar ou o que estes excederem de 50 (cinquenta) salários-mínimos mensais (CPC, art. 833, IV e § 2º) e valores acima de 40 salários-mínimos em conta-poupança (CPC, art. 833, X).

4.2 Existindo conta única cadastrada nos termos da Resolução nº 61/2008 – CNJ, a ordem deverá ser inicialmente expedida para essa conta, sendo que, se nela não houver valores

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA.
Documento No: 77073350-6-0-19-3-622059 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

disponíveis em montante suficiente, fica desde já determinado o redirecionamento da ordem de bloqueio da quantia remanescente às demais contas e instituições financeiras onde o(s) Executado(s) possua(m) valores disponíveis, paralelamente oficiando-se ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça para informação do ocorrido e providências que vir adequadas, conforme disposto no art. 8º da citada Resolução;

4.3. **Efetivado o bloqueio**, se transcorridos 5 (cinco) dias úteis sem que se oponha o devedor, formalize-se a penhora, para tanto inclusive determinando-se:

4.3.1 A transferência do(s) valor(es) bloqueado(s) para conta judicial a ser aberta na Caixa Econômica Federal à disposição deste M. Juízo, então intimando-se o(a) Executado(a) a respeito da constrição e do seu prazo para oposição de embargos cabíveis, servindo o relatório de detalhamento da transferência do sistema BACENJUD como **termo de penhora**. Nestas hipóteses, caso não localizado(a) o devedor(a), cite(m)-se e/ou intime(m)-se por edital, conforme o caso, dando-se vista à DPU se decorrido *in albis* o prazo do edital, e não houver nos autos prévia citação pessoal do(s) executado(s). **Se transcorridos *in albis* o prazo para oferecimento de embargos:**

4.3.1.1 Oficie-se à CEF para transformação em pagamento os valores depositados judicialmente, devendo comprovar a transformação nos autos.

4.3.1.2 Sendo a presente execução compreendida por mais de uma CDA e o valor arrecadado insuficiente à quitação de todas, **intime-se à Exequente para, no prazo de 30 (trinta) dias,** esclarecer os valores correspondentes a cada CDA na data do depósito e a ordem em que se devem efetuar as alocações dos pagamentos (CTN, art. 163), **ficando suspenso o processo no aguardo das providências a cargo daquela, necessárias para seu prosseguimento.**

4.3.1.3 Comprovada a transformação, dê-se vista ao Exequente, **por 30 (trinta) dias**, para que promova a devida alocação da quantia mencionada no débito objeto de cobrança, **ficando suspenso o processo no aguardo das providências a cargo daquela, necessárias para seu prosseguimento, decorridos 5 (cinco) anos de suspensão, reabra-se vista à Exequente e voltem-me conclusos.**

4.3.2 Se existirem outro(s) bem(ns) do(a,s) Executado(a,s) já penhorado(s) nestes autos, dê-se vista imediatamente à Exequente para indicar qual(is) pretende manter para a garantia da dívida, tendo em vista o total exigível na presente execução.

4.4. **Se o valor total bloqueado for insuficiente aos custos inerentes ao processo, fica desde já deferido o levantamento.** Entende-se como custos inerentes ao processo não os referentes à alienação, para realização do bem penhorado em espécie, de que naturalmente não se pode cogitar na constrição de ativos financeiros; mas sim os inerentes aos tempos de serviços dos servidores e materiais da Justiça necessários aos procedimentos para o aperfeiçoamento da própria penhora (*v.g.*: expedição, cumprimento e certificações de mandados, editais, ofícios etc.), nesse sentido considerando-se insuficiente o valor bloqueado que seja inferior às custas devidas à União, na Justiça Federal, em ações cíveis em geral, ou seja, a 1% (um por cento) do valor causa até o máximo de R$ 1.915,38 (= 1.800 UFIR's) (CPC, art. 836 c/c Lei nº 9.289/96), ou mesmo inferior a R$ 100,00 (cem reais).

4.5. **Outrossim**, independente do montante total bloqueado, **fica desde já deferido o desbloqueio dos valores consolidados por instituição financeira inferiores a R$ 10,00** (dez reais), eis que, para esses, nos termos do disposto no art. 13, § 7º, do Regulamento BACENJUD 2.0, aquelas instituições estão dispensadas de proceder ao bloqueio.

4.6. Se acostadas informações bancárias ou fiscais relevantes, observe-se o **sigilo judicial** nos termos da Portaria nº RJ-POR-2011/00582 deste M. Juízo (DJE de 9.6.2011, pp. 297/298).

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA.
Documento No: 77073350-6-0-19-3-622059 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

5. **Se as providências da penhora *on-line* não lograrem êxito** em constritar numerário suficiente à garantia da execução, **expeça-se o competente mandado para que se proceda à penhora ou arresto** em tantos bens do(s) Executado(s) quantos bastem para completar a garantia da dívida, nomeie-se Depositário, avaliem-se o(s) bem(ns) e dessas providências intime(m)-se o(s) Executado(s). Intime-se ainda o Depositário a não abrir mão do depósito sem prévia autorização do Juízo, sob pena de responder pessoalmente pelo valor da avaliação do bem. Se a penhora recair sobre imóvel, intime(m)-se também o(s) cônjuge(s) do(a) Executado(a), se casado(s) for(em) (Lei nº 6.830/80, arts. 10 a 12). Após, entreguem-se a contrafé, cópia do termo ou do auto de penhora ou arresto e cópia desta ao Oficial de Registro de Imóveis competente para que efetue o registro e encaminhe a este M. Juízo certidão de ônus reais atualizada com o registro da constrição, se se tratar de imóvel; à repartição competente para emissão do certificado de registro, para anotação da constrição e encaminhamento ao Juízo de ofício confirmando-a, se se tratar de veículo; e à Junta Comercial, Bolsa de Valores ou Sociedade Comercial, se se tratar de garantia incidente sobre ações, debêntures, quota ou qualquer título, crédito ou direito societário nominativo (Lei nº 6.830/80, art. 7°, inc. IV e art. 14), outrossim para anotação da constrição e encaminhamento ao Juízo de ofício confirmando-a. Fica o Sr. Oficial de Justiça autorizado a requisitar o auxílio de força policial, se necessário.

6. **Acaso frustradas ou insuficientes as providências previstas nos itens 5 e 6, dê-se vista ao(à) Exequente** para, no prazo de 10 dias, identificar os bens do(s) devedor(es) sobre os quais pretende recaia a garantia, inclusive indicando onde se encontram e, sendo assim, expeça-se novo mandado para que se proceda à penhora ou arresto de tais bens, no mais procedendo-se consoante o previsto no item 5.

7. **Formalizada garantia, cientifique-se o(a) Executado(a) de que tem o prazo de 30 (trinta) dias**, contados do depósito, da juntada da prova de fiança bancária ou da intimação da penhora, **para opor embargos à execução**, ciente de que, se não opostos, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Exequente (Lei nº 6.830/80, art. 16).

8. **Se nada for demonstrado ou requerido pela Exequente** em atenção ao determinado nos itens 2.2. e 6, **suspenda-se a execução** (Lei n° 6.830/80, art. 40) e, decorrido o prazo de 01 (um) ano, se não vier manifestação do(a) Exequente com a(s) localização(ões) do(s) Executado(s) ou de bem(ns) seu(s) penhorável(is), arquivem-se, sem baixa (Lei n° 6.830/80, art. 40, § 2°). Decorridos 05 (cinco) anos do arquivamento, dê-se vista ao(à) Exequente para sua manifestação (Lei n° 6.830/80, art. 40, § 4°), após voltando conclusos.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2017.

ASSINATURA ELETRÔNICA
MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Juiz Federal Titular

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA.
Documento No: 77073350-6-0-19-3-622059 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL

2017.51.01.023469-8

Processo nº 0023469-13.2017.4.02.5101 (2017.51.01.023469-8)

Sobre a responsabilidade dos sócios pelos débitos da pessoa jurídica, o Colendo Superior Tribunal de Justiça já pacificou que o mero inadimplemento de obrigações tributárias não pode ser considerado como infração de lei, requisito exigido pelo artigo 135 do Código Tributário Nacional para que se permita o redirecionamento do executivo fiscal.

Por outro lado, havendo dissolução irregular da pessoa jurídica, evidenciada através do encerramento de suas atividades no endereço que consta em seu estatuto, é possível concluir pela responsabilização dos sócios pelas dívidas da sociedade desaparecida. Nesse sentido, o verbete da Súmula nº 435 do Colendo Tribunal da Cidadania, *in verbis*:

> STJ – Súmula nº 435 - Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes,legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.

In casu, há nos autos certificação do Oficial de Justiça evidenciando que a empresa executada não se encontra no(s) seu(s) endereço(s) constante(s) de seus cadastros junto à Exequente e à Junta Comercial, indiciando tenha encerrado irregularmente suas atividades.

Nesse contexto, e tendo em vista a juntada do contrato social/certidão da Junta Comercial da empresa executada, em que a(s) pessoa(s) indicada(s) pela Exequente à fl.36/37 aparece(m) como sócio(s) gerente(s) / administrador(es), à Distribuição (SEDJE) para os registros da inclusão do(s) nome(s) de **ADIVALDO APARECIDO NEVES, CPF nº 928.671.548-04, no polo passivo da demanda** (CTN, art. 135, inc. III).

2. Após:

2.1. Expeça(m)-se mandado(s) de citação, penhora e avaliação no(s) nome(s) e para o(s) endereço(s) do(s) novo(s) Executado(s).

2.2. Se o(s) Executado(s) não for(em) encontrado(s), porque seu(s) endereço(s) não foi(ram) localizado(s) ou ele(s) tiver(em) se mudado, proceda-se a citação por edital.

2.2.1. Se decorrido o prazo sem qualquer manifestação do citando, dê-se **vista à Defensoria Pública da União**, por novo prazo igual. Após, com ou sem manifestação da Defensoria, dê-se **vista ao(à) Exequente,** pelo prazo de 5 dias, para manifestar o prosseguimento pretendido à execução. Nada vindo, suspenda-se a execução e, decorrido um ano sem nova manifestação do Exequente, arquivem-se, sem baixa na distribuição. Decorrendo quinquênio do arquivamento, retornem conclusos (Lei nº 6.830/80, art. 40).

3. Se houver o pagamento, for alegado parcelamento ou vier oferta de bens à penhora, dê-se vista à Exequente para sua manifestação a respeito.

4. **Sendo positiva a citação e não ocorrendo o pagamento nem oferta de garantia à execução**, em vista do que dispõem o artigo 185-A do Código Tributário Nacional, os artigos 655-A do Código de Processo Civil, o artigo 11 da Lei nº 6.830/80 e do já assentado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça quanto às medidas de efetividade da jurisdição executiva *(v.g.:* STJ – 2ª Turma – REsp nº 1.074.228-MG - Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES – DJ de 05/11/2008), efetive-se o bloqueio dos valores disponíveis em contas bancárias e aplicações financeiras do(a,s) Executado(a,s) regularmente citado(a,s), até o limite do montante total exigível na presente execução, por meio do sistema **BACEN-JUD** (CPC, art. 854), observando-se ainda ao seguinte.

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA.
Documento No: 77073350-21-0-54-3-164806 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

4.1. O bloqueio não deve compreender ativos financeiros com natureza alimentar até 50 salários-mínimos e valores depositados em conta-poupança até 40 salários-mínimos em (CPC, art. 833, incs. IV e X e § 2°).

4.2 Existindo conta única cadastrada nos termos da Resolução nº 61/2008 – CNJ, a ordem deverá ser inicialmente expedida para essa conta, sendo que, se nela não houver valores disponíveis em montante suficiente, fica desde já determinado o redirecionamento da ordem de bloqueio da quantia remanescente às demais contas e instituições financeiras onde o(s) Executado(s) possua(m) valores disponíveis, paralelamente oficiando-se ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça para informação do ocorrido e providências que vir adequadas, conforme disposto no art. 8º da citada Resolução;

4.3. **Efetivado o bloqueio**, se transcorridos 5 (cinco) dias úteis sem que se oponha o devedor, formalize-se a penhora, para tanto inclusive determinando-se:

4.3.1 A transferência do(s) valor(es) bloqueado(s) para conta judicial a ser aberta na Caixa Econômica Federal à disposição deste M. Juízo, então intimando-se o(a) Executado(a) a respeito da constrição e do seu prazo para oposição de embargos cabíveis, servindo o relatório de detalhamento da transferência do sistema BACENJUD como **termo de penhora**. Nestas hipóteses, caso não localizado(a) o devedor(a), cite(m)-se e/ou intime(m)-se por edital, conforme o caso, dando-se vista à DPU se decorrido *in albis* o prazo do edital, e não houver nos autos prévia citação pessoal do(s) executado(s). **Se transcorridos *in albis* o prazo para oferecimento de embargos**:

4.3.1.1 Oficie-se à CEF para transformação em pagamento os valores depositados judicialmente, devendo comprovar a transformação nos autos.

4.3.1.2 Sendo a presente execução compreendida por mais de uma CDA e o valor arrecadado insuficiente à quitação de todas, **intime-se à Exequente para, no prazo de 30 (trinta) dias**, esclarecer os valores correspondentes a cada CDA na data do depósito e a ordem em que se devem efetuar as alocações dos pagamentos (CTN, art. 163), **ficando suspenso o processo no aguardo das providências a cargo daquela, necessárias para seu prosseguimento.**

4.3.1.3 Comprovada a transformação, dê-se vista ao Exequente, **por 30 (trinta) dias**, para que promova a devida alocação da quantia mencionada no débito objeto de cobrança, **ficando suspenso o processo no aguardo das providências a cargo daquela, necessárias para seu prosseguimento, decorridos 5 (cinco) anos de suspensão, reabra-se vista à Exequente e voltem-me conclusos.**

4.3.2 Se existirem outro(s) bem(ns) do(a,s) Executado(a,s) já penhorado(s) nestes autos, dê-se vista imediatamente à Exequente para indicar qual(is) pretende manter para a garantia da dívida, tendo em vista o total exigível na presente execução.

4.4. **Se o valor total bloqueado for insuficiente aos custos inerentes ao processo, fica desde já deferido o levantamento.** Entende-se como custos inerentes ao processo não os referentes à alienação, para realização do bem penhorado em espécie, de que naturalmente não se pode cogitar na constrição de ativos financeiros; mas sim os inerentes aos tempos de serviços dos servidores e materiais da Justiça necessários aos procedimentos para o aperfeiçoamento da própria penhora (*v.g.*: expedição, cumprimento e certificações de mandados, editais, ofícios etc.), nesse sentido considerando-se insuficiente o valor bloqueado que seja inferior às custas devidas à União, na Justiça Federal, em ações cíveis em geral, ou seja, a 1% (um por cento) do valor causa até o máximo de R$ 1.915,38 (= 1.800 UFIR's) (CPC, art. 836 c/c Lei nº 9.289/96), ou mesmo inferior a R$ 100,00 (cem reais).

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA.
Documento No: 77073350-21-0-54-3-164806 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL

4.5. **Outrossim**, independente do montante total bloqueado, **fica desde já deferido o desbloqueio dos valores consolidados por instituição financeira inferiores a R$ 10,00** (dez reais), eis que, para esses, nos termos do disposto no art. 13, § 7º, do Regulamento BACENJUD 2.0, aquelas instituições estão dispensadas de proceder ao bloqueio.

4.6. Se acostadas informações bancárias ou fiscais relevantes, observe-se o **sigilo judicial** nos termos da Portaria nº RJ-POR-2011/00582 deste M. Juízo (DJE de 9.6.2011, pp. 297/298).

5. **Se as providências da penhora *on-line* não lograrem êxito** em constritar numerário suficiente à garantia da execução, **expeça-se o competente mandado para que se proceda à penhora ou arresto** em tantos bens do(s) Executado(s) quantos bastem para completar a garantia da dívida, sendo que, se não houver indicação voluntária de bens à penhora por ele(s), a constrição deve incidir sobre o(s) eventualmente indicado(s) pelo(a) Exequente. Nomeie-se Depositário, avaliem-se o(s) bem(ns) e dessas providências intime(m)-se o(s) Executado(s). Intime-se ainda o Depositário a não abrir mão do depósito sem prévia autorização do Juízo, sob pena de responder pessoalmente pelo valor da avaliação do bem. Se a penhora recair sobre imóvel, intime(m)-se também o(s) cônjuge(s) do(a) Executado(a), se casado(s) for(em) (Lei nº 6.830/80, arts. 10 a 12). Após, entreguem-se a contrafé, cópia do termo ou do auto de penhora ou arresto e cópia desta ao Oficial de Registro de Imóveis competente para que efetue o registro e encaminhe a este M. Juízo certidão de ônus reais atualizada com o registro da constrição, se se tratar de imóvel; à repartição competente para emissão do certificado de registro, para anotação da constrição e encaminhamento ao Juízo de ofício confirmando-a, se se tratar de veículo; e à Junta Comercial, Bolsa de Valores ou Sociedade Comercial, se se tratar de garantia incidente sobre ações, debêntures, quota ou qualquer título, crédito ou direito societário nominativo (Lei nº 6.830/80, art. 7°, inc. IV e art. 14), outrossim para anotação da constrição e encaminhamento ao Juízo de ofício confirmando-a. Fica o Sr. Oficial de Justiça autorizado a requisitar o auxílio de força policial, se necessário.

6. **Acaso frustradas ou insuficientes as providências previstas nos itens 4 e 5, dê-se vista ao(à) Exequente** para, no prazo de 10 dias, identificar os bens do(s) devedor(es) sobre os quais pretende recaia a garantia, inclusive indicando onde se encontram e, sendo assim, expeça-se novo mandado para que se proceda à penhora ou arresto de tais bens, no mais procedendo-se consoante o previsto no item 5.

7. **Formalizada garantia, cientifique-se o(a) Executado(a) de que tem o prazo de 30 (trinta) dias**, contados do depósito, da juntada da prova de fiança bancária ou da intimação da penhora, **para opor embargos à execução**, ciente de que, se não opostos, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Exequente (Lei nº 6.830/80, art. 16).

8. **Se nada for demonstrado ou requerido pela Exequente** em atenção ao determinado nos itens 2.2. e 6, **suspenda-se a execução** (Lei n° 6.830/80, art. 40) e, decorrido o prazo de 01 (um) ano, se não vier manifestação do(a) Exequente com a(s) localização(ões) do(s) Executado(s) ou de bem(ns) seu(s) penhorável(is), arquivem-se, sem baixa (Lei n° 6.830/80, art. 40, § 2°). Decorridos 05 (cinco) anos do arquivamento, dê-se vista ao(à) Exequente para sua manifestação (Lei n° 6.830/80, art. 40, § 4°), após voltando conclusos.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 2018.

ASSINATURA ELETRÔNICA
MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Juiz Federal Titular

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA.
Documento No: 77073350-21-0-54-3-164806 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

26

Processo n. 0000912-26.2019.403.6106

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que recebi estes autos do SEDI nesta data.

Quanto as custas processuais, certifico e dou fé que não são devidas no presente feito.

São José do Rio Preto, 24 de julho de 2019.

Simone Rodrigues Capristo Scabello
Analista Judiciário
RF 5222

PODER JUDICIÁRIO SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SAO PAULO
5 a. Vara Federal

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 27
5a VARA

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) M.M.(a) Juiz(a), Sr.(a) Dr.(a) DASSER LETTIERE JUNIOR.
S.J. do Rio Preto 29 de julho de 2019

SIMONE R C SCABELLO (5222)
Técn/Analist.Judiciário (RF)

Processo No. 0000912-26.2019.403.6106

28

Processo No. 0000912-26.2019.403.6106

Cumpra-se nos termos do ato deprecado, sendo que a presente carta precatória deverá instruir o mandado a ser encaminhado pela rotina MVGM.

Após, cumprido ou constatada a impossibilidade de prosseguir no cumprimento, devolva-se independentemente de novo despacho, dando-se baixa na distribuição.

São José do Rio Preto 01 de agosto de 2019

THIAGO DA SILVA MOTTA
Juiz Federal Substituto

D A T A
Em data de 01 de agosto de 2019
baixaram estes autos a Secretaria com o
r. despacho supra

Simone Rodrigues Capristo Scabello
Analista Judiciario
RF 5222

Mandados

00009122620194036106

0605.2019.01450

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
6ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA EM SÃO PAULO - FORUM FEDERAL DE S.JOSE DO RIO PRETO
RUA DOS RADIALISTAS RIOPRETENSES, 1000 - 1º ANDAR - BAIRRO: CHACARA MUNICIPAL - CIDADE: SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
CEP: 00015090 PABX: 0..17 3216-8800 EMAIL: SJRPRE-SE05-VARA05@TRF3.JUS.BR
HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 09:00 ÀS 19:00h

SECRETARIA da 5ª VARA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	MANDADO Nº **0605.2019.01450**

MANDADO DE REMESSA DE CARTA PRECATÓRIA

EXECUÇÃO FISCAL Nº **0000912-26.2019.403.6106**
Processo Administrativo nº
Juízo Deprecante: **JUIZO DA 6 VARA DO FORUM FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - RJ**
Exeqüente: **FAZENDA NACIONAL**
Endereço:
Executado: **DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA**
Endereço:
ENDEREÇO PARA DILIGÊNCIA: **AV FELICIANO SALES CUNHA, 2241 - DISRITO INDUSTRIAL - SÃO JOSÉ DORIO PRETO - SP**
CEP:
Observação:

Carta Precatória nº
Certidão de Dívida Ativa nº
Valor da Dívida para efeito de penhora:
R$ 1.521.557,06 28/03/2018
CEP:
CNPJ/CPF: **04.858.299/0001-70**
CEP:

O(A) DOUTOR(A) **THIAGO DA SILVA MOTTA**, JUIZ(A) FEDERAL SUBSTITUTO(A) DA 5ª VARA - EXECUÇÃO FISCAL - 6 SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA EM SÃO PAULO

M A N D A a qualquer Analista Judiciário - Executante de Mandados (Oficial de Justiça Avaliador) deste Juízo Federal, a quem este for apresentado que, em seu cumprimento, se dirija ao endereço supra ou a outro local e, sendo aí:

DÊ CUMPRIMENTO À CARTA PRECATÓRIA EM EPÍGRAFE.

C U M P R A - S E na forma e sob as penas da lei. / ficando o Analista Judiciário - Executante de Mandados (Oficial de Justiça Avaliador) autorizado, excepcionalmente, a proceder na forma do art. 212, § 2º, do Código de Processo Civil.

E X P E D I D O nesta cidade de **SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**, em **05 de Agosto de 2019**.
Eu, ULISSES SEVERINO JUNIOR, RF 3799, Técnico Judiciário, digitei. E eu, RIVALDO VICENTE LINO, Diretor(a) de Secretaria , conferi e subscrevo, por ordem do(a) MM.(a) Juiz(a) Federal Substituto(a).

RIVALDO VICENTE LINO
Diretor(a) de Secretaria

30

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ que em cumprimento ao presente mandado (0605201901450 – autos 00009122620194036106), compareci na Avenida Feliciano Sales Cunha, 2241, Distrito Industrial, nesta, e ali estando, fui informado por vigilantes que o coexecutado Adivaldo pode ser localizado por meio de seu advogado Carlos Eduardo de Faveri – 996192219, vez que o local é uma espécie de depósito de várias empresas de sua propriedade, sendo uma delas a ICEC situada na Rodovia Euclides da Cunha – SP 320 – Km 455, s/n, Setor Urbano SU-12, Mirassol/SP.

Após contato com o aludido causídico, este aduzira que o Sr. Adivaldo estava viajando para os EUA e só retornaria na semana de 14 a 18/10.

Destarte, em 22/10/19, compareci no endereço da ICEC apontado acima, e ali estando, **CITEI** o coexecutado ADIVALDO APARECIDO NEVES do inteiro teor do mandado, ficando ciente de seus termos, assinando seu anverso e recebendo a contrafé que lhe apresentei, fornecendo seu atual endereço residencial como sendo na **Rua Las Vegas, 155, Condomínio Débora Cristina, nesta**.

E para constar lavrei a presente.
São José do Rio Preto, 21/11/19.

ROGÉRIO DOS SANTOS CRUZ
Oficial de Justiça Avaliador Federal

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ que decorrido *in albis* o prazo legal sem ter havido o pagamento do débito ou o oferecimento de bens à penhora, em pesquisa no RENAJUD e ARISP, não foram localizados veículos em nome do coexecutado, tendo sido localizados três imóveis em seu nome: um no 1° CRI e dois no 2° CRI (matrículas em anexo).

O imóvel matrícula 22.921 do 1° CRI é a residência do coexecutado; parte do imóvel matrícula 12.196 do 2° CRI foi doado com cláusula de usufruto vitalício à Sra. Solange Augusto Neves que é casada em regime de comunhão parcial de bens com o coexecutado Adivaldo, segundo R.2 e 3/12.196; parte do imóvel matrícula 43.572 do 2° CRI foi alvo de partilha pelo falecimento do Sr. Idalino Augusto com a herdeira Solange Augusto Neves que é casada em regime de comunhão parcial de bens com o coexecutado Adivaldo, segundo R.2/43.572, razão pela qual, por ora, **DEIXEI DE PENHORAR** as frações dos imóveis aludidos, solicitando a Vossa Excelência orientações em como proceder.

E para constar lavrei a presente.
São José do Rio Preto, 21/11/19.

ROGÉRIO DOS SANTOS CRUZ
Oficial de Justiça Avaliador Federal

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL -

1.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
São José do Rio Preto
Oficial
JAIR BARBOSA

MATRÍCULA	FICHA
22.921	001

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 22 DE DEZEMBRO DE 19 81.

IMÓVEL: Um terreno com frente para à Rua Las Vegas, constituido pelo lote 15, da quadra 03, medindo vinte metros de = frente, igual dimensão nos fundos, por quarenta e quatro metros de cada lado, da frente aos fundos (20,00 x 44,00), en cerrando uma área de 880,00 metros quadrados, situado no Condominio Debora Cristina, bairro desta cidade, distrito, mu nicipio e comarca de São José do Rio Preto, confrontando-se pela frente com a cita da Rua, de um lado com o lote 16, de outro lado com o lote 14 e pelos fundos com o lote 04, todos da mesma quadra. PROPRIETÁRIA: MONÁ EMPREENDIMENTOS LTDA. com séde nesta cidade à Av. Bady Bassitt nº 3362, CGC/MF 48.319.362/0001-76, representada por Waldemar Haddad, brasi = leiro, casado, comerciante, residentes nesta cidade, CPF. 011.618.808-53 e RG. 970.901-SP. REGISTRO ANTERIOR: Matr. 6. 414 deste Cartório. O referidoé verdade e dou fé. O Esc.Hab.: (Eli Francisco Borelli). O Oficial:

R.001/22.921. Conforme Escritura lavrada nas Notas do 1º Tab. local, em 18 de dezembro de 1.981, no livro 300 fls. 143 a proprietária vendeu o imóvel constante desta matrícula pelo preço de Cr$ 880.000,00 (Oitocentos e oitenta mil cruzei ros) à DR.UBIRAJARA PARONETTO DE OLIVEIRA, RG. 6.106.118-SP, CPF. 928.591.438-15, brasileiro, maior médico, casado sob o regime de comunhão parcial de bens com MARIA APARECIDA RIBEIRO PARONETTO DE OLIVEIRA, residentes e domiciliados em = Mte. Aprazivel, Rua Oswaldo Cruz nº 87. O referido é verdade e dou fé. São José do Rio Preto, 22 de dezembro de 1.981. O Esc.Hab.: (Eli Francisco Borelli).O Oficial:

R.002/22.921. Conforme escritura do 2º tabelionato local, de 04 de julho de 1.983, livro 380, fls.226, os proprietários venderam o imóvel constante desta matrícula, pelo preço de Cr$ 3.000.000,00, a LUIZ CARLOS CUNHA; RG.4.418.201, brasilei ro, comerciante, casado com ZELIA APARECIDA BARRETO MEDEIROS CUNHA, no regime de comunhão de bens, antes da lei 6515/77 residente a av.Fernando Costa, 355, CIC.589.480.748-49, cujo imóvel está cadastrado na P.m. sob nº 05.987/000 5, setor 01. O referido é verdade e dou fé. São José do Rio Preto, 25 de julho de 1.983. O Esc.Hab. (Eli Fran cisco Borelli). O Oficial,

R.003/22.921:- Conforme escritura publica de venda e compra, lavrada nas notas do 3º Tab. local em 20 de - agosto de 1987, no livro 390, fls. 72, os proprietarios venderam o imovel objeto desta matricula pelo pre- ço de Cz$ 120.000,00 a, JOSE MENEZES SOBRINHO, RG. 1.379.721-sp e CIC. 011.810.258-34, brasileiro, agrope - cuarista, casado com WALDA GRISI MENEZES, RG. 5.379.913-sp, contadora, pelo regime de comunhão de bens, an- tes da vigencia da lei 6515/77, residentes nesta cidade, na rua Jail Mil Homens nº 235. O referido e verda- de e dou fe. Sao Jose do Rio Preto, 16 de setembro de 1987. A Oficial Subst.

R.004/22.921.- Conforme escritura pública de venda e compra, lavrada nas notas do 3º Tab. local, em 10 de março de = = 1988, no Livro 398, as fls. 147, os proprietarios VENDERAM o imovel objeto da presente matricula, a ADIVALDO APARECIDO NEVES, RG. 6.548.896-SSP-SP e CIC. 928.671.548/04, brasileiro, engenheiro civil, residente nesta cidade, na rua Sao Je ronimo,n. 566, casado com SOLANGE AUGUSTO NEVES, RG. 9.426.893-SSP-SP, brasileira, do comercio, pelo regime de comu-- nhão parcial de bens, na vigencia da Lei 6.515/77, pelo preço de CZ$547.000,00; O comprador participa ainda de uma par te ideal correspondente a 1/194 avos do imovel, das areas comuns do condominio.- O referido é verdade e dou fé.- Sao = Jose do Rio Preto, 20 de MAIO de 1.988.- A Oficial Maior

(CONTINUA NO VERSO)

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 44, PRECATORIA3, Página 2

MATRÍCULA 22.921 | FICHA 001 VERSO

AV.005/22.921.- Faz-se a presente a fim de ficar constando que nos termos da certidão sob nº 2218/96, datada de 20 de Junho de1.996, expedida pela municipalidade local, o proprietario Adivaldo Aparecido Neves, CONSTRUIU no terreno objeto desta matricula, um prédio residencial, com uma area de 68,60 ms2, sob nº 155, da rua Las Vegas, do emplacamento municipal local, deixando de apresentar a CND do INSS em virtude da construção se enquadrar nas condições do Dec. nº 612/92, tendo referida construção o valor de R$3.985,66 (tres mil, novecentos e oitenta e cinco reais e sessenta e seis centavos).- São José do Rio Prêto, 17 de SETEMBRO de 1.996.- O Escr. Hab. (Paulo Sergio Soares Costa).- O Oficial

AV.006/22.921.- Faz-se a presente a fim de ficar constando que nos termos da certidão sob n. 2218/96, datada de 20/06/1.996, expedida pela municipalidade local, o prédio nº 155, da rua Las Vegas, objeto desta matricula, foi DEMOLIDO, apresentando a CND do INSS sob n. 322/96-444836, expedida em 23 de agôsto de 1.996.- São José do Rio Prêto, 17 de SETEMBRO de 1.996.- O Escr. Hab. (Paulo Sergio Soares Costa).- O Oficial

AV.007/22.921.- Faz-se a presente a fim de ficar constando que nos termos da certidão sob n. 2218/96, expedida em 20.06.1.996, do Alvará deconstrução sob nº 1179, expedido em 22.06.1.992, Alvará de Regularização sob n. 1028, expedido em 17.05.1.994, Habite-se sob n. 724 expedido em 19.10.1.995, todos pela municipalidade local, o proprietario CONSTRUIU no terreno objeto desta matricula, um prédio residencial, que recebeu o n. 155, da rua Las Vegas, do emplacamento municipal local, com a area construida de: pavimento térreo 300,00ms2, pavimento superior: 166,00 metros, piscina 32,00 m2 pavimento inferior resid. 104,00 ms2, pavimento superior (2ºandar) 131,00 ms2, totalizando 733,00 ms2, apresentando a CND do INSS sob n. 322/96-444835, expedida em 23 de agôsto de 1.996, tendo referida construção o valor de R$223.887,52 (duzentos e vinte e tres mil, oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e dois centevos).- São José do Rio Prêto, 17 de SETEMBRO de 1.996.- O Escr. Hab. (Paulo Sergio Soares Costa).- O Oficial

R.008/22.921.- Por Cedula de Credito Industrial, nº 019/96, passada em São Paulo, datada de 25 de Outubro de 1.996, assinado pelas partes contratantes, os proprietarios ADIVALDO APARECIDO NEVES e s/m. SOLANGE AUGUSTO NEVES (ja qualificados), DERAM EM HIPOTECA CEDULAR DE 1º GRAU E SEM CONCORRENCIA DE TERÇEIROS, o imovel objeto desta matricula, ao BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A., CGC/MF. 61.411.633/0001-87, por sua agência de São Paulo, pelo valor de R$824.270,00 - (oitocentos e vinte e quatro mil, duzentos e setenta reais) inclusive outro imovel, vencivel em 15 de Novembro de 2001 e juros a taxa de 6,00% ao ano financiamento fixo e 7,00% financiamento giro ao ano acima da taxa de juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil e as demais condições as constante do titulo, ficando uma de suas vias arquivada em cartório. A presente cedula foi registrada no Livro 3-Aux.ficha 01, sob n. 10.513.- São José do Rio Preto, 05 de NOVEMBRO de 1.996.- O Oficial

(.....SEGUE FICHA 002.....)

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 44, PRECATORIA3, Página 3

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL

MATRÍCULA 22.291 | FICHA 002

1.º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
São José do Rio Preto
Oficial
GUMERCINDO DE SETA

AV.009/22.291:- Faz-se a presente para constar que o credor **BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A**, autorizou o cancelamento da cédula hipotecária registrada sob n.008, nesta matrícula, nos termos do instrumento de quitação, datado de 28 de Julho de 2.000.- São José do Rio Preto, **18 de Setembro de 2.000. O Oficial,**

AV.010/22.291:- Requereu-se a presente para ficar constando que, a proprietária **SOLANGE AUGUSTO NEVES** constante do R.004 desta matrícula, é portadora do **CPF. n.º 159.361.078-50**, conforme cópia autênticada do referido documento. São José do Rio Preto, **26 de setembro de 2001. O Oficial,**

R.011/22.291:- Por escritura pública lavrada no Cartório do 3.º Oficio de Notas de Vitória-ES, em 16 de Agosto de 2.001 no livro 567 as fls 117/129, Re-Ratificada por escritura pública lavrada nas mesmas notas aos 18 de Setembro de 2.001, no livro 569 as fls 83/85, os proprietários **ADIVALDO APARECIDO NEVES e sua mulher SOLANGE AUGUSTO NEVES**, (já qualificados), **ALIENARAM FIDUCIARIAMENTE**, nos termos do artigo 22, da Lei n. 9514 de 20/11/1997, o imóvel objeto desta matrícula, em garantia da dívida contraída por **SOLESA SOLUÇÕES ESTRUTURAIS S.A.**, sociedade de capital fechado, com sede na rua Leopoldina s/n.º Bairro Vasco da Gama, na cidade de Cariacica-ES, inscrito no CNPJ sob n.º 04.207.677/0001-56, em favor do **BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A - BANDES**, instituição financeira de economia mista com sede na AV. Princesa Isabel n.º 54, 2º andar, inscrito no CNPJ. Sob n.º 28.145.829/0001-00, pelo valor total de R$ 1.538.475,00 (Um milhão quinhentos e trinta e oito mil, quatrocentos e setenta e cinco reais), com **juros** a taxa relativa de 4% ao ano, calculados mensalmente, sobre o saldo devedor atualizado, capitalizado durante o período de carência e de sua eventual prorrogação. Os juros posteriores a esse período serão exigíveis de 12 em 12 meses, no vencimento ou na liquidação da dívida, sendo que a primeira prestação dos juros vencer-se-á na mesma data do vencimento da primeira prestação de amortização do principal; com **prazo de carência** a partir do 30º(trigésimo) dia do vencimento e não-pagamento da dívida, no todo ou em parte, o devedor será constituído em mora mediante intimação, para os efeitos do disposto no art. 26 e seus parágrafos, da lei 9.514 de 20/11/1997, com **prazo final** de 43 meses, contados do final do prazo de carência ou de sua eventual prorrogação, amortizadas em prestações semestrais e sucessivas. As demais condições constam do título. São José do Rio Preto, **26 de setembro de 2001. O Oficial,**

AV.C12/22.921:- Nos termos do Parágrafo 1º do Artigo 213 da Lei 6.015/73 de Registros Públicos, é feito a presente para constar que, **o correto número desta matrícula é 22.921, e não como constou na ficha 002 e nos atos 009, 010 e 011, devido equívocos na tomada de dados.**- São José do Rio Preto, **28 de Março de 2.003. O Oficial**

(..segue no verso..)

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 44, PRECATORIA3, Página 4

MATRÍCULA 22.921 | VERSO 002

AV.013/22.921:- Requereu-se a presente para constar, que o credor **BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A-BANDES**, autorizou o **cancelamento da alienação registrada sob nº 011**, nesta matrícula, nos termos do instrumento particular, passado em Vitória-ES, datado de 15 de Dezembro de 2004.- São José do Rio Preto, **10 de Janeiro de 2005. O Oficial,**

R.014/22.921:- Por escritura pública lavrada pelo 18º Tabelião de Notas de São Paulo/SP, aos 07 de Outubro de 2011, no livro 1223, às páginas 007 à 012, os proprietários **ADIVALDO APARECIDO NEVES** e s/mª **SOLANGE AUGUSTO NEVES**, (já qualificados), na qualidade de garantidores hipotecantes da devedora **CIL - CONSTRUTORA ICEC LTDA**, inscrita no CNPJ/MF. sob nº 04.962.891/0001-18, com sede na cidade de São Paulo/SP, na Avenida Luiz Carlos Berrini, nº 1500, cj. 31, Brooklin Novo, **DERAM EM HIPOTECA DE PRIMEIRA GRAU**, o imóvel objeto desta matrícula, a **GERDAU AÇOS LONGOS S/A**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Avenida João XXII, nº 6777, parte, Santa Cruz, inscrita no CNPJ/MF. sob nº 07.358.761/0001-69, pelo valor de **R$1.202.790,49 (Um Milhão Duzentos e Dois Mil, Setecentos e Noventa Reais e Quarenta e Nove Centavos)**, que será paga da seguinte forma: **14 parcelas consecutivas**, sendo as **13 primeiras** no valor de **R$85.913,61 cada uma delas** e a última e derradeira parcela, no valor de **R$85.913,56**, vencendo a primeira em **07611.2011** e as **13 restantes** no mesmo dia, meses e anos subsequentes e as demais condições as constantes do título. São José do Rio Preto, **03 de Novembro de 2.011. O Oficial,**

R.015/22.921:- Por escritura pública lavrada pelo 18º Tabelião de Notas de São Paulo/SP, aos 07 de Outubro de 2011, no livro 1223, às páginas 013 à 018, os proprietários **ADIVALDO APARECIDO NEVES** e s/mª **SOLANGE AUGUSTO NEVES**, (já qualificados), na qualidade de garantidores hipotecantes da devedora **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**, inscrita no CNPJ/MF. sob nº 04.858.299/0001-70, com sede na Avenida Brasil, nº 40.031, Campo Grande, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, **DERAM EM HIPOTECA DE SEGUNDO GRAU**, o imóvel objeto desta matrícula, a **GERDAU AÇOS LONGOS S/A**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Avenida João XXII, nº 6777, parte, Santa Cruz, inscrita no CNPJ/MF. sob nº 07.358.761/0001-69, até o limite máximo de **R$534.000,00 (Quinhentos e Trinta e Quatro Mil Reais)**, pelo prazo de **24 meses**, iniciando-se aos **07.10.2011** e findando-se em **06.10.2013**, e as demais condições as constantes do título. São José do Rio Preto, **03 de Novembro de 2.011. O Oficial,**

AV.016/22.921 - Protocolo nº 422.850 de 17/12/2013:- Por certidão, expedida pelo Serviço de Distribuição Cível da Comarca de Mirassol-SP, em 28 de Novembro de 2013, consta (.....**CONTINUA NA FICHA 003**.....)

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 44, PRECATORIA3, Página 5

que nos autos de Execução de Título Extrajudicial **(Processo nº 0008513-33.2012.8.26.0358)**, distribuída ao Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da comarca de Mirassol-SP, tendo como exequente **BANCO DO BRASIL S/A**, inscrito no CNPJ sob nº 00.000.000/4499-70, e como executado **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, (já qualificado), consta que em 03 de Dezembro de 2012, foi ajuizada a presente execução, dando-se a causa o valor de **R$ 34.821.434,30 (Trinta e quatro milhões, oitocentos e vinte e um mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e trinta centavos)**. São José do Rio Preto, **06 de Janeiro de 2.014. O Oficial,**

AV.017/22.921-Protocolo nº423.653 de 08/01/2014:- Faz-se a presente para constar, que a credora **GERDAU AÇOS LONGOS S/A**, autorizou o **cancelamento da hipoteca registrada** sob nº **014**, nesta matrícula, nos termos do instrumento de quitação, passado na cidade de São Paulo-SP, datado de 18 de Dezembro de 2013.- São José do Rio Preto, **17 de Janeiro de 2.014. O Oficial,**

AV.018/22.921-Protocolo nº423.653 de 08/01/2014:- Faz-se a presente para constar, que a credora **GERDAU AÇOS LONGOS S/A**, autorizou o **cancelamento da hipoteca registrada** sob nº **015**, nesta matrícula, nos termos do instrumento de quitação, passado na cidade de São Paulo-SP, datado de 18 de Dezembro de 2013.- São José do Rio Preto, **17 de Janeiro de 2.014. O Oficial,**

AV.019/22.921 - Protocolo nº 429.249 de 28/04/2014:- Por certidão, expedida pelo Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Cubatão-SP, em 28/04/2014, nos autos de Execução Trabalhista **(Proc. nº 0001092-71.2011.5.02.0252)**, movida por **ADRIANO DA SILVA**, inscrito no CPF. sob nº 347.234.508-07, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** e outros (já qualificado), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de **R$ 6.318,93 (Seis mil, trezentos e dezoito reais e noventa e três centavos)**. São José do Rio Preto, **05 de Maio de 2.014. O OFICIAL,**

AV.020/22.921 - Protocolo nº 435.261 de 14/08/2014:- Por certidão, expedida pelo Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Cubatão-SP, em 14/08/2014, nos autos de Execução Trabalhista **(Proc. nº 00003691820125020252)**, movida por **DJALME BENÍCIO DA SILVA**, inscrito no CPF. sob nº 883.780.048-72, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** e outros (já qualificado), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de **R$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais)**. São José do Rio Preto, **18 de Agosto de 2.014. O OFICIAL,**

(.....CONTINUA NO VERSO.....)

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 44, PRECATORIA3, Página 6

MATRÍCULA 22.921 | VERSO 003

AV.021/22.921 - Protocolo nº 438.700 de 17/09/2014:- Por certidão, expedida pelo Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Cubatão-SP, em 17 de Setembro de 2014, nos autos de Execução Trabalhista **(Proc. nº 0000379-62.2012.5.02.0252)**, movida por **RONALDO MISAEL DA SILVA SANTOS**, inscrito no CPF. sob nº 229.723.108-37, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** e outras (já qualificado), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de **R$ 21.300,00 (Vinte e um mil e trezentos reais)**. São José do Rio Preto, **19 de Setembro de 2.014. O OFICIAL,**

AV.022/22.921 - Protocolo nº 440.374 de 02/10/2014:- Por Ofício nº 1412/2014, expedido pela 2ª. Vara do Trabalho de Cubatão-SP, aos 18 de Setembro de 2014, nos Autos de Execução Trabalhista **(Proc. n.º 00010927120115020252)**, movida por **ADRIANO DA SILVA**, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** e outros, **cancela-se a AV.019** desta matrícula, nos termos do inciso I do Artigo 250 da Lei 6.015/73.- São José do Rio Preto, **14 de Outubro de 2.014. O OFICIAL,**

AV.023/22.921 - Protocolo nº 442.856 de 17/11/2014:- Por Ofício nº 1717/2014, expedido pela 2ª. Vara do Trabalho de Cubatão-SP, aos 06 de Novembro de 2014, nos Autos de Execução Trabalhista **(Proc. n.º 00003691820125020252)**, movida por **DJALMA BENÍCIO DA SILVA**, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** e outros, **cancela-se a AV.020** desta matrícula, nos termos do inciso I do Artigo 250 da Lei 6.015/73.- São José do Rio Preto, **26 de Novembro de 2.014. O OFICIAL,**

AV.024/22.921 - Protocolo nº 446.193 de 12/12/2014:- Por Ofício, expedido pela 2ª. Vara do Trabalho de Cubatão-SP, aos 03 de Dezembro de 2014, nos Autos de Execução Trabalhista **(Proc. n.º 0000379-62.2012.5.02.0252)**, movida por **RONALDO MISAEL DA SILVA SANTOS**, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** e outros, **cancela-se a AV.021** desta matrícula, nos termos do inciso I do Artigo 250 da Lei 6.015/73.- São José do Rio Preto, **22 de Dezembro de 2.014. O OFICIAL,**

AV.025/22.921 - Protocolo nº 446.680 de 16/12/2014:- Por certidão, expedida pelo Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Cubatão-SP, em 16 de Dezembro de 2014, nos autos de Execução Trabalhista **(Proc. nº 0000269-63.2012.5.02.0252)**, movida por **SEBASTIÃO ALVES DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF. sob nº 528.626.744-00, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** e outras (já qualificado), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de **R$ 6.883,53 (Seis mil, oitocentos e oitenta e três reais e cinqüenta e três centavos)**. São José do Rio Preto, **22 de Dezembro de 2.014. O OFICIAL,**

(.....CONTINUA NA FICHA 004.....)

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 44, PRECATORIA3, Página 7

AV.026/22.921 - Protocolo nº 450.404 de 26/02/2015:- Por Mandado, expedido pelo Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Mirassol-SP, aos 25 de Fevereiro de 2015, nos Autos de Execução de Título Extrajudicial (**Proc. n.º 0008513-33.2012.8.26.0358**), movida por **BANCO DO BRASIL S/A**, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** e outros, **cancela-se** a **AV.016** desta matrícula, nos termos do inciso I do Artigo 250 da Lei 6.015/73.- São José do Rio Preto, **09 de Março de 2.015. O OFICIAL,**

AV.027/22.921 - Protocolo nº 450.967 de 09/03/2015:- Por certidão, expedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Foro de Campinas, Vara Central de mandados de Campinas/SP, em 09 de Março de 2015, nos autos de Execução Trabalhista (**Proc. nº 0000793-16.2010.5.15.0043**), movida por **AUGUSTO MARCELO DA SILVA**, inscrito no CPF. sob nº 484.218.394-20, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** e outros (já qualificado), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de **R$ 13.081,79 (Treze mil e oitenta e um reais e setenta e nove centavos)**. São José do Rio Preto, **09 de Março de 2.015. O OFICIAL,**

R.028/22.921-Protocolo nº 452.205 de 31/03/2015:- Por escritura pública lavrada pelo 1º Tabelião de Notas desta cidade e comarca, aos 09 de Março de 2015, no livro 652, às páginas 125/132, os proprietários **ADIVALDO APARECIDO NEVES** e sua cônjuge **SOLANGE AUGUSTO NEVES**, (já qualificados), na qualidade de garantidores hipotecantes das devedoras **1)ICEC INDUSTRIA DE CONSTRUÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF. sob nº 49.974.918/0001-20, com sede nesta cidade, na Avenida Feliciano Sales Cunha, nº 2241, Distrito Industrial; **2)NSG INDUSTRIA DE CONSTRUÇÃO E PARTICIPAÇÕES EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF. sob nº 19.009.381/0001-06, com sede no município de São Paulo/SP, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1500, 3º andar, conjunto 31, Brookin Novo; **3)MCS - MONTAGENS, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF. sob nº 07.744.302/0001-13, com sede na cidade de Mirassol/SP, na Rodovia Euclides da Cunha (SP 320), s/nº, KM 455, Escritório 02; **4)SCI - SISTEMAS CONSTRUTIVOS INTELIGENTES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF. sob nº 09.308.773/0001-04, com sede na cidade de Mirassol/SP, na Rodovia Euclides da Cunha (SP 320), s/nº, KM 455, Escritório 04; **5)SOLESA - SOLUÇÕES ESTRUTURAIS S.A**, inscrita no CNPJ/MF. sob nº 04.207.677/0001-56, com sede na cidade de Cariacica/ES, na Rua Leopoldina, nº 585, Bairro Vasco da Gama, **DERAM EM HIPOTECA DE PRIMEIRO GRAU SEM CONCORRÊNCIA**, o imóvel objeto desta matrícula, a **GERDAU AÇOS LONGOS S/A**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Avenida João XXII, nº 6.777, parte, Santa Cruz, inscrita no CNPJ/MF. sob nº 07.358.761/0001-69, até o limite máximo de **R$2.500.000,00 (Dois Milhões e Quinhentos Mil Reais)**, pelo prazo de **24 meses**, iniciando-se aos **10.03.2015** e findando-se em **10.03.2016**; e as demais condições as constantes do título. São José do Rio Preto, **17 de Abril de 2.015. O Oficial,**

(..CONTINUA NO VERSO..)

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 44, PRECATORIA3, Página 8

MATRÍCULA	VERSO	CNJ
22.921	004	11.142-7

AV.029/22.921-Protocolo nº 463.777 de 04/11/2015:- Por certidão, expedida pelo Juízo da 4ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto, em 04 de Novembro de 2015, nos autos de Execução Trabalhista **(Proc. nº de ordem 10477-10.2015)**, movida por **JAILDO DOS SANTOS ALVES**, CPF/MF.419.811.478/10, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** (já qualificado) e outra, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de **R$5.586,24 (cinco mil, quinhentos e oitenta e seis reais e vinte e quatro centavos)**. São José do Rio Preto, **10 de Novembro de 2.015. O OFICIAL,**

AV.030/22.921 - Protocolo nº 465.776 de 09/12/2015:- Por certidão, expedida pelo Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Cubatão-SP, em 08 de dezembro de 2015, nos autos de Execução Trabalhista **(Proc. nº de ordem 325/2013)**, movida por **WELINGTON RIBEIRO DOS SANTOS**, CPF/MF.339.407.008-19, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** (já qualificado) e outras, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de **R$ 35.833,01 (trinta e cinco mil, oitocentos e trinta e três reais e um centavos)**. São José do Rio Preto, **10 de Novembro de 2.015. O OFICIAL,**

AV.031/22.921 - Protocolo nº 471.109 de 22/03/2016:- Por mandado, expedido pela 4ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto, em 04 de março de 2016, nos autos de Execução Trabalhista **(Proc. nº 0010477-10.2015.5.15.0133)**, movida por **JAILDO DOS SANTOS ALVES**, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** e outros, cancela-se a **averbação nº 029**, objeto da presente matrícula, pelos termos do inciso I do artigo 250 da Lei dos Registros Públicos.- São José do Rio Preto, **06 de Abril de 2.016.- O OFICIAL,**

AV.032/22.921 - Protocolo nº 471.701 de 06/04/2016:- Por ofício, expedido pela 3ª Vara do Trabalho de Campinas-SP., em 16 de março de 2016, nos autos de Execução Trabalhista **(Proc. nº 0000793-16.2010.5.15.0043)**, movida por **AUGUSTO MARCELO DA SILVA**, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** e outros, cancela-se a **averbação nº 027**, objeto da presente matrícula, pelos termos do inciso I do artigo 250 da Lei dos Registros Públicos.- São José do Rio Preto, **19 de Abril de 2.016.- O OFICIAL,**

AV.033/22.921 - Protocolo nº 477.652 de 26/07/2016:- Por determinação, expedido pela 2ª Vara do Trabalho de Cubatão-SP., em 18 de julho de 2016, nos autos de Execução Trabalhista **(Proc. nº 0000269-63.2012.5.02.0252)**, movida por **SEBASTIÃO ALVES DE OLIVEIRA**, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** e outras (já qualificado), cancela-se a **averbação nº 025**, objeto da presente (.....**CONTINUA NA FICHA 005**.....)

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 44, PRECATORIA3, Página 9

matrícula, pelos termos do inciso I do artigo 250 da Lei dos Registros Públicos.- São José do Rio Preto, **05 de agosto de 2016.- O OFICIAL,**

AV.034/22.921-Protocolo nº 478.197 de 02/08/2016:- Por certidão, expedida pelo Juízo da 4ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto, em 02 de Agosto de 2016, nos autos de Execução Trabalhista **(Proc. nº de ordem 10053-65.20015)**, movida por **RONALDO DANTAS DE LIRA**, CPF/MF.304.615.488-79, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** (já qualificado), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de **R$ 87.457,38 (oitenta e sete mil, quatrocentos e cinqüenta e sete reais e trinta e oito centavos)**. São José do Rio Preto, **05 de agosto de 2016.- O OFICIAL,**

AV.035/22.921 - Protocolo nº 480.496 de 26/08/2016:- Por ofício, expedido pela 4ª Vara do Trabalho de Cubatão-SP., em 05 de agosto de 2016, nos autos de Execução Trabalhista **(Proc. nº 0000325-56.2013.5.02.0254)**, movida por **WELINGTON RIBEIRO DOS SANTOS**, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** e outras, cancela-se a **averbação nº 030**, objeto da presente matrícula, pelos termos do inciso I do artigo 250 da Lei dos Registros Públicos.- São José do Rio Preto, **08 de Setembro de 2.016.- O OFICIAL,**

AV.036/22.921 - Protocolo nº.489.788 de 07.03.2017:- Por certidão expedida em 21 de março de 2017, extraída do livro de notas sob o nº.670 as paginas 113/116 do 1ºTabelião de notas local, aos 17 de Março de 2.016, faz-se a presente para constar que, fica retificado o **R.028** desta matricula, para constar que, a data correta do prazo final da hipoteca é **10.03.2017** e não como constou e ratificaram os demais termos da mesma.- São José do Rio Preto, **24 de Março de 2.017.- O Oficial,**

AV.037/22.921 - Protocolo nº.489.788 de 07.03.2017:- Por escritura de Aditamento e Ratificação, lavrada nas notas do 15ºTabelião de notas de São Paulo, em 22 de fevereiro de 2017, no livro 2.717 as paginas 197/200, faz-se a presente para constar que, o prazo da garantia hipotecária foi prorrogado por mais **24** meses, iniciando-se em **11 de março de 2017** e findando em **11 de março de 2019** e ratificaram os demais termos da mesma.- São José do Rio Preto, **24 de Março de 2.017.- O Oficial,**

AV.038/22.921 - Protocolo nº 493.184 de 27/04/2017:- Por certidão, (.....CONTINUA NO VERSO.....)

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 44, PRECATORIA3, Página 10

expedida pelo Juízo de direito do 8° Vara Cível de São José do Rio Preto, aos 17 de abril de 2017, nos autos de Execução de Título Extrajudicial - Obrigações **(Processo n° 1049861-97.2016.8.26.0576)**, movida pela **EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIOS HAAG S.A**, inscrita no CNPJ/MF. 03.506.307/0001-57, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, (já qualificado) e outra, consta que em 02 de setembro de 2016, foi ajuizada a presente execução, dando-se a causa o valor de **R$ 247.151,36 (duzentos e quarenta e sete mil, cento e cinquenta e um reais e trinta e seis centavos)**. São José do Rio Preto, **08 de Maio de 2.017.- O OFICIAL,**

AV.039/22.921-Protocolo n° 493.945 de 12/05/2017:- Por certidão, expedida pelo Juízo de direito da Vara Única da comarca de Artur Nogueira/SP, aos 24 de abril de 2017, nos autos de Execução de Título Extrajudicial **(Processo n° 1000862-03.2017.8.26.0666)**, movida por **ZINKPOWER SÃO PAULO GALVANIZAÇÃO A FOGO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF. 15.080.950/0001-40, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, (já qualificado) e outra, consta que em 18 de abril de 2017, foi ajuizada a presente execução, dando-se a causa o valor de **R$ 141.644,80 (cento e quarenta e um mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos)**. São José do Rio Preto, **19 de Maio de 2.017.- O OFICIAL,**

AV.040/22.921-Protocolo n° 505.404 de 28/11/2017:- Por Comunicado da Central de Indisponibilidade protocolo n° 201711.2013.00404473-IA-960, extraído do Processo n° 00016925920115030060, e ordem do Tribunal Regional do Trabalho da 3° Região, 1ª Vara do Trabalho de Itabira/MG, em 20 de novembro de 2017, foi determinada a **Indisponibilidade** do imóvel objeto desta matrícula, pertencentes a **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, (já qualificado) e outras, sendo que a referida indisponibilidade foi registrada no Livro de Registros de Indisponibilidades - LRI - sob n° **12.073**.- São José do Rio Preto, **05 de Dezembro de 2.017.- O Oficial,**

AV.041/22.921 - Protocolo n° 510.284 de 15/02/2018:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Cível desta comarca, em 15 de fevereiro de 2018, nos autos de Execução **(Proc. n° 11052013)**, movida por **KIRTON BANK S/A - BANCO MÚLTIPLO**, inscrito no CNPJ sob n° 01.701.201/0001-89, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** e sua mulher **SOLANGE AUGUSTO NEVES** (já qualificados) e outra, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de R$ 4.476.141,74 (quatro milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, cento e quarenta e um reais e setenta e quatro centavos).- São José do Rio Preto, **12 de Março de 2.018.- O Oficial.**

(.....CONTINUA NA FICHA 006.....)

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 44, PRECATORIA3, Página 11

AV.042/22.921 - Protocolo nº 513.856 de 12/04/2018:- Por ofício, expedido pelo Juízo de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de São Paulo-SP., em 09 de abril de 2018, nos autos de Execução de Título Extrajudicial **(Proc. nº 1060110-49.2017.8.26.0002)**, movida pelas empresas **GERDAU AÇOS LONGOS S/A**., com sede em São Paulo-SP., na Avenida Nações Unidas nº 8.501, inscrita no CNPJ sob nº 07.358.761/0001-69 e **GERDAU AÇOMINAS S/A.**, com sede em São Paulo-SP., na Avenida Nações Unidas nº 8.501, inscrita no CNPJ sob nº 17.227.422/0001-05, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** e sua mulher **SOLANGE AUGUSTO NEVES** (já qualificados), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de R$ 2.700.678,46 (dois milhões, setecentos mil, seiscentos e setenta e oito reais e quarenta e seis centavos). São José do Rio Preto, **24 de Abril de 2.018.- O Oficial,** [redacted]

AV.043/22.921 - Protocolo nº.518.522 de 22/06/2018:- Por Comunicado da Central de Indisponibilidade protocolo nº.**201806.1810.00533582-IA-309**, extraído do Processo nº.**00015327920125070030**, e ordem do Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, 1ª Vara do Trabalho de Caucaia/CE, em 18 de Junho de 2018, foi determinada a **Indisponibilidade** do imóvel objeto desta matrícula, pertencente a **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, (já qualificado), sendo que a referida indisponibilidade foi registrada no Livro de Registros de Indisponibilidades - LRI - sob nº.**12.240**.- São José do Rio Preto, **02 de Julho de 2.018.- O Oficial,** [redacted]

AV.044/22.921 - Protocolo nº.528.920 de 21/11/2018:- Por Comunicado da Central de Indisponibilidade protocolo nº.**201811.0609.00644344-IA-309**, extraído do Processo nº.**00015056720105070030**, e ordem do Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, 1ª Vara do Trabalho de Caucaia/CE, em 06 de novembro de 2018, foi determinada a **Indisponibilidade** do imóvel objeto desta matrícula, pertencente a **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, (já qualificado), sendo que a referida indisponibilidade foi registrada no Livro de Registros de Indisponibilidades - LRI - sob nº.**12.356**.- São José do Rio Preto, **27 de Novembro de 2.018.- O Oficial,** [redacted]

AV.045/22.921 - Protocolo nº 532.420 de 16/01/2019:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara do Trabalho desta comarca, em 15 de janeiro de 2019, nos autos da Execução Trabalhista **(Proc. nº 0011806-12.2018.5.15.0017)**, movida por **LEANDRO JOSE DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF/MF sob nº 351.951.568-75, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** (já qualificado), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de **R$ 9.139,59 (nove mil, cento e trinta e nove reais e cinqüenta e nove centavos)**.- (.....**CONTINUA NO VERSO**.....)

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 44, PRECATORIA3, Página 12

MATRÍCULA 22.921 | FICHA 006 VERSO | CNS 11.142-7

São José do Rio Preto, **23 de Janeiro de 2.019.- O Oficial,**

AV.046/22.921 - Protocolo nº 543.978 de 01/08/2019:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara do Trabalho desta comarca, em 01 de agosto de 2019, nos autos de Execução Trabalhista (Processo nº 0010841-97.2019.5.15.0017), movida por **AILTON MARTINS DA SILVA**, CPF/MF. sob nº 250.355.038-01, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** e **SOLANGE AUGUSTO NEVES** (já qualificados) e outra, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de **R$ 16.432,58 (dezesseis mil, quatrocentos e trinta e dois reais e cinquenta e oito centavos).-** São José do Rio Preto, **09 de Agosto de 2.019. O Oficial,**

AV.047/22.921 - Protocolo nº 544.491 de 09/08/2019:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 4ª Vara do Trabalho de São de José do Rio Preto-SP, em 08 de agosto de 2019, nos autos de Execução Trabalhista (Processo nº 0011089-06.2019.5.15.0133), movida por **SANDRA APARECIDA CIDI**, CPF/MF. sob nº 105.982.748-47, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** (já qualificado) e outra, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de **R$ 76.910,15 (setenta e seis mil, novecentos e dez reais e quinze centavos).-** São José do Rio Preto, **16 de Agosto de 2.019. O Oficial,**

AV.048/22.921-Protocolo nº 544.956 de 16/08/2019:- Por Comunicado de Cancelamento da Central de Indisponibilidade de Bens protocolo nº 201908.1616.00901736-MA-051, extraído do Processo nº 00016925920115030060, por ordem do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, 1ª Vara do Trabalho de Itabira/MG, em 16 de Agosto de 2019, **cancela-se** a indisponibilidade referida na **Averbação nº 040,** objeto desta matrícula, nos termos do inciso I do artigo 250, da Lei dos Registros Públicos. São José do Rio Preto, **23 de Agosto de 2.019. O Oficial,**

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 44, PRECATORIA3, Página 13

CERTIFICO de acordo com o artigo 19, § 1º da Lei nº 6.015 de 31/12/1973 que revendo nos arquivos de cartório a seu cargo, deles verificou constar a matrícula **nº.:22921** do livro 2 - Registro Geral - constante desta fotocópia, e que além dos registros contidos na referida matrícula, não consta nenhum outro registro de ônus ou transmissão, até o dia útil imediatamente anterior a emissão desta. O referido é verdade e dá fé. **São José do Rio Preto-SP, 01 de novembro de 2019.**

Rinaldo Rodrigues

Ao Oficial...:	R$	0,00
Ao Estado....:	R$	0,00
Ao IPESP.....:	R$	0,00
Ao Reg. Civil:	R$	0,00
Ao Trib. Just:	R$	0,00
Ao Município.:	R$	0,00
Ao Min.Púb...:	R$	0,00
Total.....:	R$	0,00

Pedido de certidão nº: 521015

Controle: 762910

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QrCode impresso ou acesse o endereço eletrônico:

https://selodigital.tjsp.jus.br

Selo digital:
1114273C3000000016516419X

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 44, PRECATORIA3, Página 14

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL -

MATRICULA	FICHA
12196	1

2.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
São José do Rio Preto
Oficial
LUIZ DA SILVEIRA PENNA

07 de agosto de 19 79

IMOVEL:- O predio comercial e residencial, de dois pavimentos, com frente para a avenida Fernando Costa, sob nºs. 268 e 274 e seu respectivo terreno com frente para a avenida Fernando Costa, onde mede 12,00 metros; de um lado por uma linha quebrada de treis dimensões, que a partir da rua mede 44,00 metros até um ponto, ai vira a direita e mede 1,00 metros até outro ponto, onde vira novamente a esquerda e mede 10,00 metros; de outro lado mede 54,00 metros e finalmente nos fundos mede 11,00 metros, com a área total de 638,00 metros quadrados, dividindo-se na frente com a citada avenida Fernando Costa, Silvio Piloni, Domingos Del Campo e outros; de outro lado divide-se com Joaquim Coutinho e com o lote 19 e nos fundos com Laura Ramos da Silva.-

REGISTRO ANTERIOR:- R1/6863 e R1/9981, do 2º registro.

PROPRIETÁRIO:- IDALINO AUGUSTO, brasileiro, comerciante, residente e domiciliado nesta cidade, a avenida Fernando Costa, 268 (cic 011840678-72 - rg 4377278), casado no regime da comunhão de bens com LAURA ZANFORLIN AUGUSTO.-

O Oficial substituto

(Mauro Spínola Castro)

Av.1/12196, em 28 de abril de 1988.-
Procede-se a presente averbação, "ex-officio", para ficar constando que o imóvel acima matriculado, encontra-se cadastrado na Prefeitura Municipal local, sob nº 0302590000-01.-

O Escrevente Autorizado

(Celso da Silva Mazucchi)

R.2/12196, em 28 de abril de 1988.-
Procede-se ao presente registro, para ficar constando que por escritura de doação, lavrada no 3º cartório local, livro 385, fls. 133vº, em 21 de agosto de 1987, IDALINO AUGUSTO (RG=4.377.278-SSP-SP, CIC=011.840.678-72), do comercio e sua mulher LAURA ZANFORLIN AUGUSTO (RG=9.707.410-SSP-SP), do lar, brasileiros, casados sob o regime de comunhão de bens, antes da lei 6.515/77, residentes e domiciliados nesta cidade, à Avenida Fernando Costa, nº 268; doaram o imóvel constante desta matrícula, ao qual foi atribuido o valor de Cz$.80.000,00 à seus filhos JOSÉ EDUARDO AUGUSTO (RG=8.526.587-SSP-SP, CIC=048.229.808-12), engenheiro civil e sua mulher ELISABETH GARCIA MEDINA AUGUSTO (RG=11.585.370-SSP-SP, CIC=018.720.898-01), do comercio casados sob o regime de comunhão de bens, na vigencia da lei 6.515/77, conforme escritura de pacto antenupcial registrada sob nº 6333 no 1º Cartório de Registro de Imóveis local; e SOLANGE AUGUSTO NEVES (RG=9.426.893-SSP-SP), assistente social, e seu marido ADIVALDO APARECIDO DAS NEVES (RG=6.548.896-SSP-SP), engenheiro civil, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigencia da lei 6.515/77, (CIC=928.671.548-04), todos brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade, à Avenida Fernando Costa, nº 268.-

O Escrevente Autorizado

(Celso da Silva Mazucchi)

R.3/12196, em 28 de abril de 1988.-
Procede-se ao presente registro, para ficar constando que por escritura pública, lavrada no 3º cartório local, livro 385, fls. 133vº., em 21 de agosto de 1987, em virtude da doação constante no R.2/12196 os doado-

(continua no verso)

Continua na próxima ficha.

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 44, PRECATORIA4, Página 1

(continuação do anverso)

res IDALINO AUGUSTO e sua mulher LAURA ZANFORLIN AUGUSTO (acima qualificados), reservaram para si o usufruto vitalício sobre o imóvel constante desta matrícula, o qual passará integralmente ao doador sobrevivente- no caso de falecimento de qualquer um deles, a cujo usufruto foi atribuido o valor de Cz$.26.666,66.-

O Escrevente Autorizado (Celso da Silva Mazucchi)

Av.4/12196, em 28 de abril de 1988.-

Procede-se a presente averbação, para ficar constando que por escritura pública, lavrada no 3º cartório local, livro 385, fls. 133vº., em 21 de agosto de 1987, IDALINO AUGUSTO e sua mulher LAURA ZANFORLIN AUGUSTO= (acima qualificados), impuseram sobre o imóvel constante desta matrícula, as clausulas de inalienabilidade= e de impenhorabilidade, que prevalecerão enquanto viver qualquer um deles doadores, que só poderão ser revogadas quando o sobrevivo achar conveniente.-

O Escrevente Autorizado (Celso da Silva Mazucchi)

Av.5/12.196, em 18 de novembro de 2003.- **(Prot.169.967)**

A requerimento do interessado, assinado nesta cidade, em 07 de novembro de 2003, procedo a presente averbação para ficar constando o **falecimento do usufrutuário**, **IDALINO AUGUSTO**, ocorrido em 29 de janeiro de 2003, conforme consta da certidão do óbito n.° 2279, livro C-8, fls. 129, expedida em 04 de fevereiro de 2003, pelo Oficial de Registro Civil do 3.° Subdistrito desta cidade e comarca.

O ESCREVENTE AUTORIZADO **(RÔMULO LEMOS DE REZENDE)**

Av.6/12.196, em 23 de setembro de 2016.

Procedo esta averbação de ofício, nos termos do artigo 213, inciso I, alínea "a" da Lei 6.015/73, para constar que a **doação objeto do R.2/12.196, foi efetuada para os filhos, nora e genro dos doadores** e não como constou.

O OFICIAL **(CRISTIANO VIANA SILVEIRA SANTOS)**

Av.7/12.196, em 12 de maio de 2017. **(Prot. 292.734 - 05 de maio de 2017)**

Pela Certidão expedida em 17 de abril de 2017, procedo a presente averbação, nos termos do artigo 828 do CPC, para ficar constando que foi distribuída no dia 02/09/2016 e admitida em juízo, a Ação de Execução de Título Extrajudicial, sob nº 1049861-97.2016.8.26.0576, à 8ª Vara Cível desta comarca, em que são partes: **EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIOS HAAG S/A**, CNPJ 03.506.307/0001-57 - exequente, e **IZAMAR BADY COMERCIAL E MERCANTIL LTDA**, CNPJ 01.603.040/0001-90, **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, CPF

Continua na ficha 02

Continua na próxima ficha.

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 44, PRECATORIA4, Página 2

928.671.548-04 - executados, cujo valor da causa é R$.247.151,36.

O ESCREVENTE AUTORIZADO **(RÔMULO LEMOS DE REZENDE)**

Av.8/12.196, em 14 de dezembro de 2017. **(Prot. 297.562 - 21 de novembro de 2017)**
Procedo esta averbação, à vista do comunicado da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, protocolo nº 201711.2013.00404473-IA-960 datado de 20 de novembro de 2.017 - processo nº 00016925920115030060, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região – 1ª Vara do Trabalho da comarca Itabira-MG, para ficar constando a **INDISPONIBILIDADE** de bens de **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, CPF.928.671.548-04.

O ESCREVENTE AUTORIZADO **(RÔMULO LEMOS DE REZENDE)**

Av.9/12.196, em 26 de junho de 2018. **(Prot. 302.890 - 19 de junho de 2018)**
Procedo esta averbação, à vista do comunicado de Indisponibilidade, protocolo nº 201806.1810.00533582-IA-309 datado de 18 de junho de 2018 - processo nº 00015327920125070030 da Central de Indisponibilidade (www.indisponibilidade.org.br), emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - 1ª Vara do Trabalho de Caucaia/CE, para ficar constando a **INDISPONIBILIDADE de bens** de **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, CPF.928.671.548-04.

O ESCREVENTE AUTORIZADO **(RÔMULO LEMOS DE REZENDE)**

Av.10/12.196, em 14 de novembro de 2018. **(Prot. 306.789 - 07 de novembro de 2018)**
Procedo esta averbação, à vista do comunicado de Indisponibilidade, protocolo nº 201811.0609.00644344-IA-309 datado de 06 de novembro de 2.018 - processo nº 00015056720105070030 da Central de Indisponibilidade (www.indisponibilidade.org.br), emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - 1ª Vara do Trabalho de Caucaia/CE, para ficar constando a **INDISPONIBILIDADE de bens** de **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, CPF.928.671.548-04.

O ESCREVENTE AUTORIZADO **(RÔMULO LEMOS DE REZENDE)**

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 44, PRECATORIA4, Página 3

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL -

2º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
São José do Rio Preto
Bel. MAURO SPÍNOLA CASTRO
OFICIAL

MATRÍCULA	FICHA
43.572	1

14 de Novembro de 1994.-

IMÓVEL:- O APARTAMENTO NÚMERO CENTO E QUATRO (104), localizado no décimo andar do Condominio Edificio Egidio Vetorazzo, com entrada pela Rua Alberto Sufredini, nº 1.998, contendo, sala com varanda, um dormitório com banheiro privativo, dois dormitórios, hall, banheiro social, copa-cozinha, banheiro e área de serviço, possuindo uma área útil de cento e dez (110,00) metros quadrados., que acrescidos dos onze metros e vinte e cinco (11,25) centimetros quadrados., de uma vaga privativa de garagem sob nº 52, perfáz a área útil total de cento e vinte e um metros e vinte e cinco (121,25) centimetros quadrados., área comum de 31,24275 ms.2., perfazendo a área total de 152,49275 ms.2., e respectiva fração ideal no terreno de 19,43554 ms.2., equivalente a 2,00780% e com taxa de participação condominial de 2,00780%. Referido Edificio foi construido em um terreno com frente para à Avenida Fernando Costa, esquina da rua Alberto Sufredini, medindo vinte e dois (22,00) metros por quarenta e quatro (44,00) metros, situado na VILA MACENO, bairro desta cidade, dividindo se ainda do outro lado com Miguel Kfouri e pelos fundos com Alberto Targas Filho. Cadastrado na P.M. local sob nº 30189040.-

TITULO AQUISITIVO:- R.4/1384 em 13 de agosto de 1.986, R.2/8219 em 21 de julho de 1.986 e R.2/27.193 em 08 de Julho de 1.985 deste cartório.-

PROPRIETÁRIO:- ANESIO VETORAZZO IMÓVEIS, CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA (CGC.51.354.025/0001-24), com sede nesta cidade, à Rua Benjamin Constant, nº 3162.-

O Escrevente Autorizado (Celso Spinola Castro Neto)

R.1/43.572, em 14 de Novembro de 1.994.--
Pela escritura de venda e compra, lavrada no 3º Cartório de Notas local, livro 528, fls. 032, em 31 de Outubro de 1.994, ANESIO VETORAZZO IMÓVEIS, CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA, já qualificado, transmitiu o imóvel descrito, pelo preço de R$.1,00, para IDALINO AUGUSTO (RG.4.377.278-SSP-SP e CIC.011.840.678-72), brasileiro, comerciante, casado pelo regime de comunhão de bens, antes da Lei 6515/77, com LAURA ZANFORLIN AUGUSTO (RG.9.707.410-SSP-SP e CIC.011.840.678-72), brasileira, do lar, residente e domiciliado nesta cidade, à Avenida Fernando Costa, nº 268.-

O Escrevente Autorizado (Celso Spinola Castro Neto)

R.2/43.572, em 07 de fevereiro de 2012. **(Prot. 241.078)**

Pelo **Formal de Partilha**, expedido em 25 de outubro de 2.011, devidamente assinado pelo MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível desta cidade e comarca, extraído dos autos de Arrolamento - processo n.º 3857/2003, em virtude do falecimento de **IDALINO AUGUSTO**, ocorrido em 29 de janeiro de 2.003; procedo o presente registro para ficar constando que, na partilha dos bens, homologada por sentença de 18 de julho de 2.011, a qual transitou em julgado

Continua no verso.

Continua na próxima ficha.

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 44, PRECATORIA4, Página 4

em 18 de agosto de 2.011, **o imóvel desta matrícula**, estimado em R$.22.899,71, ficou pertencendo **50% para a viúva meeira: LAURA ZANFORLIN AUGUSTO**, CPF.213.301.058-00, residente e domiciliada nesta cidade, na avenida Fernando Costa nº 268, bairro Maceno, já qualificada; e **16,666% para cada um dos herdeiros filhos: SOLANGE AUGUSTO NEVES**, RG.9.426.893-SSP-SP e CPF.159.361.078-50, comerciante, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, em 01 de julho de 1.978, com **ADIVALDO APARECIDO DAS NEVES**, RG.6.548.896-SSP-SP e CPF.928.671.548-04, engenheiro civil; brasileiros, residentes nesta cidade, na rua Las Vegas nº 155, Condomínio Débora Cristina; **JOSÉ EDUARDO AUGUSTO**, RG.8.526.587-SSP-SP e CPF.048.229.808-12, industrial, casado sob o regime da comunhão de bens, em 06 de outubro de 1.984, (escritura de pacto antenupcial registrada sob nº 6343 no 1º Oficial de Registro de Imóveis desta comarca), com **ELISABETH GARCIA MEDINA AUGUSTO**, RG.11.585.370-SSP-SP e CPF.018.720.898-01, do lar; brasileiros, residentes nesta cidade, na Rua Dr. Ulisses da Silva Guimarães nº 103, Condomínio Dahma I; e **16,666% para a herdeira neta**: (filho de **Carlos Roberto Augusto** falecido em 03 de novembro de 1.986) **SIMONY GASPAR AUGUSTO**, RG.41.491.999-3-SSP-SP e CPF.338.648.678-94, brasileira, solteira, nascida em 22 de dezembro de 1.986, estudante, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua Antonio Frederico Germano nº 121, bairro Jardim Soraia. Registro efetuado de acordo com o requerimento do interessado, datado de 20 de dezembro de 2.011.

O ESCREVENTE AUTORIZADO **(RÔMULO LEMOS DE REZENDE)**

R.3/43.572, em 07 de fevereiro de 2012. **(Prot. 241.078)**

Pelo **Formal de Partilha**, expedido em 25 de outubro de 2.011, devidamente assinado pelo MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível desta cidade e comarca, extraído dos autos de Arrolamento - processo n.º 3857/2003, em virtude do falecimento de **IDALINO AUGUSTO**, ocorrido em 29 de janeiro de 2.003; procedo o presente registro para ficar constando que, na partilha dos bens, homologada por sentença de 18 de julho de 2.011, a qual transitou em julgado em 18 de agosto de 2.011, procedo o presente registro para ficar constando que, a herdeira neta: **SIMONY GASPAR AUGUSTO**, solteira, nascida em 22 de dezembro de 1.986, já qualificada, **transmitiu sua parte ideal correspondente a 16,666% do imóvel desta matrícula**, adquirida pelo R.2/43.572, pelo valor de R$.27.600,00, para **SOLANGE AUGUSTO NEVES**, casada com **ADIVALDO APARECIDO DAS NEVES**; **JOSÉ EDUARDO AUGUSTO**, e sua mulher **ELISABETH GARCIA MEDINA AUGUSTO**, já qualificados. Registro efetuado de acordo com o requerimento do interessado, datado de 20 de dezembro de 2.011.

O ESCREVENTE AUTORIZADO **(RÔMULO LEMOS DE REZENDE)**

Av.4/43.572, em 06 de dezembro de 2016. **(Prot. 288.882 - 29 de novembro de 2016)**

Pela **certidão** datada de 28 de novembro de 2.016, expedida conforme Provimento CG.6/2009 da E. Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, oriunda da 2ª Vara do Trabalho de Cubatão-SP, extraída dos autos da Ação de Execução Trabalhista - processo n.º 0001095-89.2012.5.02.0252 – protocolo

Continua na ficha 02

Continua na próxima ficha.

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 44, PRECATORIA4, Página 5

de penhora online: PH000146340– em que figura como exequente **VINICIUS ANDRE DE ANDRADE LEMOS**, CPF.403.786.348-01; e como executado **SOLANGE AUGUSTO NEVES**, casada com **ADIVALDO APARECIDO DAS NEVES**; procedo a presente averbação para ficar constando que, **20,83100% do imóvel desta matrícula**, foi **PENHORADO**, para a garantia da quantia de R$.19.078,33, tendo sido nomeada como fiel depositária a própria executada proprietária do imóvel.

O ESCREVENTE AUTORIZADO **(RÔMULO LEMOS DE REZENDE)**

Av.5/43.572, em 25 de outubro de 2017. **(Prot. 296.823 - 18 de outubro de 2017)**

Em cumprimento a determinação contida no ofício expedido em 04 de outubro de 2017, pelo Juízo de Direito da 2ª Vara da Justiça do Trabalho de Cubatão/SP, extraído dos autos do processo n.º 0001095-89.2012.5.02.0252, procedo a presente averbação, para ficar constando o **cancelamento da penhora** objeto da **Av.4/43.572**.

O ESCREVENTE AUTORIZADO **(ADALBERTO VIANA SILVEIRA SANTOS)**

Av.6/43.572, em 14 de dezembro de 2017. **(Prot. 297.562 - 21 de novembro de 2017)**

Procedo esta averbação, à vista do comunicado da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, protocolo nº 201711.2013.00404473-IA-960 datado de 20 de novembro de 2.017 - processo nº 00016925920115030060, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região – 1ª Vara do Trabalho da comarca Itabira-MG, para ficar constando a **INDISPONIBILIDADE** de bens de **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, CPF.928.671.548-04.

O ESCREVENTE AUTORIZADO **(RÔMULO LEMOS DE REZENDE)**

Av.7/43.572, em 26 de junho de 2018. **(Prot. 302.890 - 19 de junho de 2018)**

Procedo esta averbação, à vista do comunicado de Indisponibilidade, protocolo nº 201806.1810.00533582-IA-309 datado de 18 de junho de 2018 - processo nº 00015327920125070030 da Central de Indisponibilidade (www.indisponibilidade.org.br), emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - 1ª Vara do Trabalho de Caucaia/CE, para ficar constando a **INDISPONIBILIDADE de bens** de **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, CPF.928.671.548-04.

O ESCREVENTE AUTORIZADO **(RÔMULO LEMOS DE REZENDE)**

Continua no verso.

Continua na próxima ficha.

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 44, PRECATORIA4, Página 6

MATRÍCULA	FICHA
43.572	02 verso

Av.8/43.572, em 14 de novembro de 2018. **(Prot. 306.789 - 07 de novembro de 2018)**

Procedo esta averbação, à vista do comunicado de Indisponibilidade, protocolo nº 201811.0609.00644344-IA-309 datado de 06 de novembro de 2.018 - processo nº 00015056720105070030 da Central de Indisponibilidade (www.indisponibilidade.org.br), emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - 1ª Vara do Trabalho de Caucaia/CE, para ficar constando a **INDISPONIBILIDADE de bens** de **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, CPF.928.671.548-04.

O ESCREVENTE AUTORIZADO **(RÔMULO LEMOS DE REZENDE)**

Av.9/43.572, em 14 de junho de 2019. Selo digital.11250833103136174MH5O319F **(Prot. 313.617 - 07 de junho de 2019)**

Procedo esta averbação, à vista do comunicado da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, protocolo nº 201906.0514.00828716-MA-510 datado de 05 de junho de 2019 - processo nº 00015056720105070030, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região – 1ª Vara do Trabalho de Caucaia - CE, para ficar constando o **cancelamento da indisponibilidade** mencionada na Av.8/43.572.

O ESCREVENTE AUTORIZADO **(ADALBERTO VIANA SILVEIRA SANTOS)**

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 44, PRECATORIA4, Página 7

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

42
1

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que recebi, nesta data, estes Autos da Central de Mandados .
S. José do Rio Preto, 29 de novembro de 2019.

Maria Lúcia Porto Scaff
Técnica Judiciária
RF 5274

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 45

Evento:

COMUNICACAO_ELETRONICA_RECEBIDA_SENTENCA___EMBARGOS_A_EXECUCAO_FISCAL_NUME

Data:
31/01/2020 15:44:29

Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO

Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

Sequência Evento:
45

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 46

Evento:
EXPEDIDO_CARTA_ORDEM_PRECATORIA_ROGATORIA
Data:
06/04/2020 16:00:22
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
46

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21)3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES
EXECUTADO: DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA

CARTA PRECATÓRIA Nº 510002690748

Juízo Deprecante: **Exmo. Sr. Juiz da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal - SJRJ**

Juízo Deprecado: **Exmo(a). Sr(a). Juiz Federal Distribuidor das Varas Federais de São José do Rio Preto - SJSP**

VALOR DA EXECUÇÃO: **R$ 1.615.518,61**, em 11/11/2019

BENS INDICADOS: **Imóvel localizado na Rodovia BR 153, nº 650, Bady Bassit/SP - CEP 15115-000 (matrícula nº 52.845, registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis de São José do Rio Preto)**

O DR. **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, MM. JUIZ FEDERAL DA 6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL**, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, **DEPRECA** a Vossa Excelência que se digne a mandar proceder ao seguinte:

- **PENHORA OU ARRESTO** do bem acima indicado, de propriedade do(a,s) Executado(a,s) **DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA 04858299/0001-70,** para garantia da execução, na forma dos arts. 10 e 11 da Lei n. 6.830/80, bem como para que nomeie Depositário, efetive a **AVALIAÇÃ**O do(s) bem(ns) penhorado(s) e também proceda à **INTIMAÇÃO** do(a,s) Executado(a,s) dessas diligências. Recaindo a penhora sobre imóvel, intime também o cônjuge do(a,s) Executado(a,s), se casado for(em), e intime o Oficial do Registro de Imóveis competente, ou quem fizer suas vezes, a quem se fará entrega da contrafé e cópia do termo ou auto de penhora, para que proceda ao registro (art.7º, inc. IV, e art.14, inc. I, da Lei nº 6.830/80) e encaminhe ao Juízo certidão de ônus reais atualizada com o registro da constrição; recaindo a penhora ou arresto em veículo, intime o Encarregado, ou quem fizer suas vezes, da Repartição competente para emissão do certificado de registro, a quem se fará entrega da contrafé e cópia do termo ou auto de penhora, para que proceda ao registro (art.7º, inc. IV, e art.14, inc. I, da Lei n. 6.830/80) e encaminhe ao Juízo ofício confirmando a realização da constrição; recaindo a penhora ou arresto em ações, debêntures, quota ou qualquer outro título, crédito ou direito societário nominativo, a entrega da contrafé far-se-á à Junta Comercial, Bolsa de Valores ou na Sociedade Comercial (art. 14, inc. III, da Lei n. 6.830/80), outrossim com ordem para que se encaminhe ao Juízo ofício confirmando o registro da constrição. Intime o(a) Depositário(a) a não abrir mão do depósito sem prévia autorização do Juízo, sob pena de responder pessoalmente pelo valor da avaliação do bem, e que, em caso de mudança de endereço, deverá comunicar o fato imediatamente ao Juízo. Cientifique o(a,s) Executado(a,s) de que tem o prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação da penhora, para opor embargos à execução, sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(a) Exequente. Desde logo autorizado o Sr. Oficial de Justiça a requisitar o auxílio de força policial, se necessário. Tudo de acordo com a decisão anexada.

Outrossim dando-lhe ciência de que o acesso à integra dos autos do processo eletrônico pode ser obtido por cadastramento do interessado na página da Internet: http://www.jfrj.jus.br/cadastro-visualizar-processo; bem assim de que o(s) valor(es) atualizado(s) da(s) dívida(s), bem como instruções para o parcelamento e o pagamento poderão ser obtidos diretamente junto ao(à) Exequente, sendo que, em se tratando de dívida cobrada pela Procuradoria da Fazenda Nacional, por acesso à página da Internet: www.pgfn.fazenda.gov.br. Havendo interesse no parcelamento ou pagamento do débito, o devedor deve dirigir-se diretamente ao Exequente para efetivá-lo(s) e deve também comunicar ao M. Juízo a realização do parcelamento ou pagamento, sob pena de prosseguimento da execução.

- **ALIENAR** judicialmente os bens constritos, caso não sejam oferecidos embargos ou, se apresentados, forem rejeitados.

- **INTIMAR a Exequente**, na pessoa de seu representante legal, com área de atuação nessa localidade, para providenciar, caso necessário, o pagamento de eventuais despesas porventura existentes para a realização das diligências deprecadas.

Anexos: Evs. 38 (PRECATORIA5), 41 (anexo2), 43.

DADA E PASSADA nesta cidade do Rio de Janeiro, em 06/04/2020. Eu, ISABELLE FARIAS ALBUQUERQUE PRATA, digitei e conferi. E eu, André Botelho Jucá, Diretor de Secretaria, reconferi.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510002690748v2** e do código CRC **ba59cd69**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 6/4/2020, às 16:0:22

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 47

Evento:
EXPEDIDO_CARTA_ORDEM_PRECATORIA_ROGATORIA
Data:
16/04/2020 12:32:41
Usuário:
JRJ14664 - ISABELLE FARIAS ALBUQUERQUE PRATA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
47

Poder Judiciário Malote Digital

Impresso em: 16/04/2020 às 12:30

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade: 40220207016006
Documento: CPR 510002690748OK.pdf
Remetente: SJRJ - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal (Isabelle Farias Albuquerque Prata)
Destinatário: SJSP - São José do Rio Preto - Seção de Atendimento, Protocolo e Distribuição (TRF3)
Data de Envio: 16/04/2020 12:29:36
Assunto: CARTA PRECATÓRIA Nº 510002690748

Imprimir

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 48

Evento:
JUNTADA___PECAS_DIGITALIZADAS
Data:
11/06/2020 13:18:19
Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
48

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro <06vfef@jfrj.jus.br>

seg 08/06/2020 14:15

Para:Alexandre Jorge Fernandes Motta <alexandre.motta@jfrj.jus.br>;

2 anexos

PROCESSO_ 5001837-97.2020.4.03.6106 - CARTA PRECATÓRIA CÍVEL.Despacho ID 31848395.pdf; 5001837-97.2020.4.03.6106.pdf;

De: MARIA LUCIA PORTO SCAFF <mposcaff@trf3.jus.br>
Enviado: segunda-feira, 8 de junho de 2020 10:48
Para: 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
Assunto: EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES e DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA

Por ordem do MM. Juiz Federal da 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto-SP, encaminho cópia do despacho ID 31848395, exarado na CP 5001837-97.2020.403.6106, para providências.

Atenciosamente,
Maria Lúcia Porto Scaff
RF 5274

Os documentos referentes à Carta Precatória 5001837-97.2020.4.03.6106 (nosso número) poderão ser visualizados através do link:
http://web.trf3.jus.br/anexos/download/S61A42AE5

Justiça Federal da 3ª Região
PJe - Processo Judicial Eletrônico

08/06/2020

Número: **5001837-97.2020.4.03.6106**

Classe: **CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**
Órgão julgador: **5ª Vara Federal de São José do Rio Preto**
Última distribuição : **17/04/2020**
Valor da causa: **R$ 1.615.518,61**
Processo referência: **0023469-13.2017.4.02.5101**
Assuntos: **Atos executórios**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO (DEPRECANTE)	
6ª Subseção Judiciária de São José do Rio Preto/SP (DEPRECADO)	
UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL (PARTE AUTORA)	
ADIVALDO APARECIDO NEVES (PARTE RE)	
DISTON - MONTAGENS E CONSTRUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA (PARTE RE)	

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
318483 95	07/05/2020 09:46	Despacho	Despacho

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) Nº 5001837-97.2020.4.03.6106 / 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto
DEPRECANTE: 6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

DEPRECADO: 6ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP

D E S P A C H O

Encaminhe-se e-mail ao MM. Juízo deprecante, com cópia desta decisão, solicitando esclarecimentos acerca do ato deprecado, eis que verifico contradição entre o primeiro e os demais parágrafos.

Não obstante isso, ante o disposto no art. 845, § 1º, do CPC e o atual momento em que o país atravessa (pandemia do covid-19) a penhora deve ser feita preferencialmente por termo nos autos.

Aguarde-se por 10 dias a resposta. No silêncio, devolva-se.

SãO JOSé DO RIO PRETO, 7 de maio de 2020.

Justiça Federal da 3ª Região
PJe - Processo Judicial Eletrônico

08/06/2020

Número: **5001837-97.2020.4.03.6106**

Classe: **CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**
Órgão julgador: **5ª Vara Federal de São José do Rio Preto**
Última distribuição : **17/04/2020**
Valor da causa: **R$ 1.615.518,61**
Processo referência: **0023469-13.2017.4.02.5101**
Assuntos: **Atos executórios**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO (DEPRECANTE)	
6ª Subseção Judiciária de São José do Rio Preto/SP (DEPRECADO)	
UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL (PARTE AUTORA)	
ADIVALDO APARECIDO NEVES (PARTE RE)	
DISTON - MONTAGENS E CONSTRUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA (PARTE RE)	

Documentos

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
31848395	07/05/2020 09:46	Despacho	Despacho
31107584	17/04/2020 09:40	Petição inicial	Petição inicial
31107586	17/04/2020 09:40	CPR 510002690748OK	Carta

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) Nº 5001837-97.2020.4.03.6106 / 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto
DEPRECANTE: 6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

DEPRECADO: 6ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP

D E S P A C H O

Encaminhe-se e-mail ao MM. Juízo deprecante, com cópia desta decisão, solicitando esclarecimentos acerca do ato deprecado, eis que verifico contradição entre o primeiro e os demais parágrafos.

Não obstante isso, ante o disposto no art. 845, § 1º, do CPC e o atual momento em que o país atravessa (pandemia do covid-19) a penhora deve ser feita preferencialmente por termo nos autos.

Aguarde-se por 10 dias a resposta. No silêncio, devolva-se.

SãO JOSé DO RIO PRETO, 7 de maio de 2020.

EM ANEXO....

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Carta Precatória
Código de rastreabilidade: 40220207016006
Nome original: CPR 510002690748OK.pdf
Data: 16/04/2020 12:30:13
Remetente:
Isabelle
SJRJ - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal
Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para conhecimento.
Assunto: CARTA PRECATÓRIA Nº 510002690748

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21)3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

EXECUTADO: DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA

CARTA PRECATÓRIA Nº 510002690748

Juízo Deprecante: **Exmo. Sr. Juiz da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal - SJRJ**

Juízo Deprecado: **Exmo(a). Sr(a). Juiz Federal Distribuidor das Varas Federais de São José do Rio Preto - SJSP**

VALOR DA EXECUÇÃO: **R$ 1.615.518,61**, em 11/11/2019

BENS INDICADOS: **Imóvel localizado na Rodovia BR 153, nº 650, Bady Bassit/SP - CEP 15115-000 (matrícula nº 52.845, registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis de São José do Rio Preto)**

O DR. **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, MM. JUIZ FEDERAL DA 6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL**, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, **DEPRECA** a Vossa Excelência que se digne a mandar proceder ao seguinte:

- PENHORA OU ARRESTO do bem acima indicado, de propriedade do(a,s) Executado(a,s) **DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA 04858299/0001-70,** para garantia da execução, na forma dos arts. 10 e 11 da Lei n. 6.830/80, bem como para que nomeie Depositário, efetive a **AVALIAÇÃO** do(s) bem(ns) penhorado(s) e também proceda à **INTIMAÇÃO** do(a,s) Executado(a,s) dessas diligências. Recaindo a penhora sobre imóvel, intime também o cônjuge do(a,s) Executado(a,s), se casado for(em), e intime o Oficial do Registro de Imóveis competente, ou quem fizer suas vezes, a quem se fará entrega da contrafé e cópia do termo ou auto de penhora, para que proceda ao registro (art.7º, inc. IV, e art.14, inc. I, da Lei nº 6.830/80) e encaminhe ao Juízo certidão de ônus reais atualizada com o registro da constrição; recaindo a penhora ou arresto em veículo, intime o Encarregado, ou quem fizer suas vezes, da Repartição competente para emissão do certificado de registro, a quem se fará entrega da contrafé e cópia do termo ou auto de penhora, para que proceda ao registro (art.7º, inc. IV, e art.14, inc. I, da Lei n. 6.830/80) e encaminhe ao Juízo ofício confirmando a realização da constrição; recaindo a penhora ou arresto em ações, debêntures, quota ou qualquer outro título, crédito ou direito societário nominativo, a entrega da contrafé far-se-á à Junta Comercial, Bolsa de Valores ou na Sociedade Comercial (art. 14, inc. III, da Lei n. 6.830/80), outrossim com ordem para que se encaminhe ao Juízo ofício confirmando o registro da constrição. Intime o(a) Depositário(a) a não abrir mão do depósito sem prévia autorização do Juízo, sob pena de responder pessoalmente pelo valor da avaliação do bem, e que, em caso de mudança de endereço, deverá comunicar o fato imediatamente ao

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Juízo. Cientifique o(a,s) Executado(a,s) de que tem o prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação da penhora, para opor embargos à execução, sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(a) Exequente. Desde logo autorizado o Sr. Oficial de Justiça a requisitar o auxílio de força policial, se necessário. Tudo de acordo com a decisão anexada.

Outrossim dando-lhe ciência de que o acesso à integra dos autos do processo eletrônico pode ser obtido por cadastramento do interessado na página da Internet: http://www.jfrj.jus.br/cadastro-visualizar-processo; bem assim de que o(s) valor(es) atualizado(s) da(s) dívida(s), bem como instruções para o parcelamento e o pagamento poderão ser obtidos diretamente junto ao(à) Exequente, sendo que, em se tratando de dívida cobrada pela Procuradoria da Fazenda Nacional, por acesso à página da Internet: www.pgfn.fazenda.gov.br. Havendo interesse no parcelamento ou pagamento do débito, o devedor deve dirigir-se diretamente ao Exequente para efetivá-lo(s) e deve também comunicar ao M. Juízo a realização do parcelamento ou pagamento, sob pena de prosseguimento da execução.

- **ALIENAR** judicialmente os bens constritos, caso não sejam oferecidos embargos ou, se apresentados, forem rejeitados.

- **INTIMAR a Exequente**, na pessoa de seu representante legal, com área de atuação nessa localidade, para providenciar, caso necessário, o pagamento de eventuais despesas porventura existentes para a realização das diligências deprecadas.

Anexos: Evs. 38 (PRECATORIA5), 41 (anexo2), 43.

DADA E PASSADA nesta cidade do Rio de Janeiro, em 06/04/2020. Eu, ISABELLE FARIAS ALBUQUERQUE PRATA, digitei e conferi. E eu, André Botelho Jucá, Diretor de Secretaria, reconferi.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510002690748v2** e do código CRC **ba59cd69**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 6/4/2020, às 16:0:22

0023469-13.2017.4.02.5101 **510002690748 .V2**

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

30

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, recebi estes autos da Central de Mandados desta 6ª Subseção, com certidão retro.

São José do Rio Preto, 21 de março de 2019.

Ivone Jacqueline Vargas Soares
Técnico Judiciário
RF 3682

31

EXMO. SR. DR. JUIZ DA 5ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO / SP

Junte-se. Procuração anexa. JFSP-FORUM S.J.RIO PRETO-SPI
anote-se. Solicite-se a devolução à CEHAB. 14/03/2019 15:42 h
Manifeste-se a exequente, Prot. 2019.61060002924-1
no prazo de quinze dias. 0001967-46.2018.403.6106
Intime-se. [27616] [5a.V SJRPRETO]
SJRPreto, 18/03/2019. Juntada-JFSP 21/03/19
RF:_____ Rubrica: Raira

Carta Precatória
Processo n° 0001967-46.2018.4.03.6106

ADIVALDO APARECIDO NEVES, brasileiro, casado, portador do CPF nº 928.671.548-04, residente na Rua Las Vegas, 155, condomínio Débora Cristina, São José do Rio Preto - CEP 15093-010, por seus advogados (**doc. 01**), tendo sido citado dos termos da ação executiva nº 0023469-13.2017.4.02.5101 em 07/03/2019, através da presente carta precatória, nos termos dos arts. 9º, inciso IV e 11º, inciso IV da Lei 6.830/80, vem indicar à penhora o seguinte bem imóvel, mais que suficiente à garantia dos débitos *sub judice*, que perfazem o montante de R$1.578.687,14, a saber:

- Imóvel localizado na Rodovia BR 153, nº 650, Bady Bassitt - SP, 15115-000, objeto da matrícula nº 52.845, registrada no 1º Oficial de Registro de Imóveis de São José do Rio Preto (cf. matricula atualizada anexa - **doc. 02** e autorização anexa – **doc. 03**).

Diante disso, requer se digne V. Exa determinar a formalização da penhora, por meio de Termo lavrado nos autos e, ato contínuo, a intimação do executado via imprensa oficial, por meio de seus advogados (**art. 841, §1º, NCPC/2015 e art. 12 da Lei 6.830/80**), para que possa defender-se via embargos à execução, nos termos do art. 16, inciso III, da Lei 6.830/80.

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

32

Requer-se, por fim, que todos os avisos, intimações e publicações sejam efetuados exclusivamente em nome dos advogados Luã Victor Lima Nascimento (OAB/SP 313.427) e Carlos Henrique Quesada (OAB/SP 382.693), com escritório na cidade de Mirassol/SP – Rodovia Euclides da Cunha (SP 320), Km 45 – Perímetro Urbano 12 – 15130-000, sob pena de nulidade (NCPC/2015, art. 272, §2º).

Termos em que, respeitosamente,
Pede deferimento.

São Paulo, 18:05.

Luã Victor Lima Nascimento
OAB/SP 313.427

Letícia Botaro de Souza
OAB/SP 418.113

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento de procuração, **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 928.671.548-04, residente na Rua Las Vegas, 155, condomínio Débora Cristina, São José do Rio Preto - CEP 15093-010, nomeiam e constituem seus bastantes procuradores os advogados Luã Victor Lima Nascimento, inscrito na OAB/SP 313.427, Letícia Botaro de Souza, inscrita na OAB/SP 418.113 e Carlos Henrique Quesada, inscrito na OAB/SP 382.693, com escritório na cidade de Mirassol/SP – Rodovia Euclides da Cunha (SP 320), Km 45 – Perímetro Urbano 12 – 15130-000, para representar o outorgante em conjunto ou separadamente, independentemente de ordem de nomeação e com poderes da cláusula "*ad judicia et extra*", perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, onde necessária seja a apresentação de mandato, inclusive perante o Egrégio Supremo Tribunal Federal, todos os órgãos da Justiça, Repartições Públicas Federais, Estaduais ou Municipais, podendo, inclusive, transigir, substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes, firmar compromissos, receber e dar citação, receber e dar quitação, oferecer bens em garantia, levantar depósito judicial, desistir, nomear preposto, firmar acordos e compromissos, enfim, praticar todos os atos necessários à defesa dos direitos e interesses da outorgante.

São Paulo, 14 de março de 2019.

ADIVALDO APARECIDO NEVES

BT - 1426/6 - 1290016v1

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579
Num. 31107586 - Pág. 8

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 48, CARTDEVOL3, Página 12

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL -

1.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
São José do Rio Preto
Oficial
GUMERCINDO DE SETA

MATRÍCULA 52.845 | FICHA 001

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 26 DE JULHO DE 1990.

IMOVEL:- Uma área de 27.727,03 ms2, ou 2,77,27 has,ou seja 1,15 alqueires, confrontando com Margarete Lote,- com Valter Gonçalves de Abreu, com o Espólio de Ruilando Lotti, e finalmente com o Parque Industrial, encravado na Fazenda Campo ou Borboleta, com a denominação especial de Sítio 4 Irmãos, no distrito e municipio de Bady Bassitt, desta comarca de São José do Rio Preto. PROPRIETARIOS:- 1)-MARGARETE LOTE, RG.11.776.810-SP, e CPF.037.782.118/70, brasileira, professora, primária, divorciada, residente e rua 21 de Abril, s/nº., na cidade de Indiavai-MT; 2)-CLEUZA MARIA LOTTI, que tambem é conhecida por CREUSA MARIA LOTTI, RG.9.788.760-SP e CPF.002.655.288/44, brasileira, comerciária, divorciada, residente nesta cidade, a rua Martinho Gonçalves, - nº.2.445; e MARIO GONÇALVES COLLETES, RG.6.381.189-SP, e CPF.476.919.648/20, brasileiro, divorciado, pecuarista, residente na cidade de Indiavai-MT, na rue 21 de Abril, s/nº.; 3)-VANDERSANTO LOTTI, tambem conhecido por WALDIR SANTO LOTTI, RG.6.590.895-SP e CPF.889.121.328/49, brasileiro, divorciado, do comércio, residente a rua 21 de Abril s/nº., na cidade de Indiavai-MT; 4)-O ESPOLIO DE RUILANDO LOTTI, tambem conhecido por RUILINDO LOTTI, representado pela arrolante, SUELI MADALENA RAMOS, RG.26.399.049-SP e CPF.055.562.978/35, brasileira, do lar, separada judicialmente, residente nesta cidade, na rua Otávio Pinto Cezar, nº.599, nos termos do Alvará Judicial expedido no processo nº.997/86, do 2º Oficio Cível local em data de 28.11.1989, assinado- pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível Dr. Diavo Martins dos Santos Junior. REGISTRO ANTERIOR:- Matricula nº.50.743 deste cartório. O referido é verdade e dou fé. A Oficial Maior

AV.001/52.845.- Sobre o imovel objeto da matricula supra, pesa uma Servidão de Passagem em favor da COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ S/A, conforme se vê na Averbação 001 na matricula nº.50.743-(procedencia).- O - referido é verdade e dou fé. São José do Rio Preto, 26 de Julho de 1.990. A Oficial Maior

R.002/52.845.- Conforme escritura pública de divisão amigavel lavrada nas notas do 2º Tab. local em 13 de Julho de 1.990, no livro 462, fls. 82, CLEUZA MARIA LOTTI e MARIO GONÇALVES COLLETES, (já qualificados), HOUVERAM o imovel objeto desta matricula, por DIVISÃO AMIGAVEL, feita para EXTINÇÃO DE CONDOMINIO, pelo valor - de Cr$140.774,00.- O referido é verdade e dou fé. Sao Jose do Rio Preto, 26 de Julho de 1.990. A Oficial Maior

AV.003/52.845.- Faz-se a presente para constar que, o imóvel objeto desta matricula acha-se cadastrado no INCRA sob o n. 000027 098566 1; área total 2,7 há., mod. rural 40,0 há., n. mod. rurais 0,07; mod. fiscal 16,0 há., n. mod. fiscais 0,16; f. min. parc. 2,0 há. e na Receita Federal sob o n. 4192943-8. São José do Rio Preto, 02 de JANEIRO de 2.003.- O OFICIAL,

R.004/52.845.- Por Carta de Sentença, expedida pelo Juízo de Direito da Primeira Vara Cível desta comarca, aos 23 de março de 2.001, aditada aos 11 de junho de 2.002, nos autos de divórcio consensual (proc. 730/86), requerido por CLEUZA MARIA LOTTI e MARIO GONÇALVES COLLETES (.....SEGUE NO VERSO.....)

11142-7-555001-570000-0119 11142-7-AA 555183

1º Oficial de Registro de Imóveis
Comarca de São José do Rio Preto - SP

Página: 0001/0007

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

(já qualificados), consta que o imóvel objeto desta matricula avaliado em R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), foi partilhado em favor de **CLEUZA MARIA LOTTI**, brasileira, do comércio, divorciada, portadora do RG. 9.708.760-ssp.sp, CPF. 002.655.288/44, residente e domiciliada a rua Martinho Gonçalves n. 2.455, nesta cidade. São José do Rio Preto, **02 de JANEIRO de 2.003.- O OFICIAL,**

R.005/52.845.- Por escritura pública lavrada no Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexo do Tabelionato de Notas do município de Bady Bassitt, desta comarca, aos 21 de maio de 2.001, no livro n. 197, fls. 357, a proprietária **CLEUZA MARIA LOTTI** (já qualificada), **VENDEU** o imóvel objeto desta matricula a **DEWAY FINANCE S/A**, com sede na cidade de Montevidéo, República Oriental do Uruguai, na Rua 25 de Mayo, 288, conjunto 101, inscrita no registro único de contribuinte sob n. 21401030013., pelo preço de R$ 15.000,00 (quinze mil reais). São José do Rio Preto, **02 de JANEIRO de 2.003.- O OFICIAL,**

AV.006/52.845. Requereu-se a presente para constar que, a proprietária **DEWAY FINANCE S/A**, constante no R.005 desta matricula, acha-se inscrita no CNPJ/MF sob o n°**05.404.846/0001-00**, conforme copia autenticada do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. São José do Rio Preto, **31 de Agosto de 2.005.O Oficial,**

R.007/52.845. Por escritura pública lavrada nas notas do 4°Tabelião de notas de São Paulo, aos 29 de Julho de 2005, no livro 2659 as paginas 065 à 068, a proprietária **VENDEU** o imóvel objeto desta matricula, à **ICEC CONSTRUÇÕES METÁLICAS LTDA**, com sede em Bady Bassitt, na Marginal da Rodovia BR 153 n°650, Distrito Industrial III, inscrita no CNPJ/MF sob o n°04.858.299/0001-70, pelo valor de **R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais)**.São José do Rio Preto, **31 de Agosto de 2.005.O Oficial,**

AV.008/52.845:- Faz-se a presente para constar que o imóvel objeto da matricula supra, passou à pertencer ao **PERÍMETRO URBANO** desta cidade, nos termos da Lei n.**1617/02**, expedida em 11 de Novembro de 2002, conforme certidão expedida pela Prefeitura Municipal de Bady Bassitt, sob n.**247/05**, datada de 01 de Novembro de 2005.- São José do Rio Preto, **16 de Dezembro de 2005.O Oficial,**

AV.009/52.845:- Faz-se a presente para constar que o imóvel objeto da matricula **(....SEGUE FICHA 002...)**

Num. 31107586 - Pág. 9

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 48, CARTDEVOL3, Página 13

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

supra, acha-se cadastrado na Prefeitura Municipal sob nº.013.078/01.- São José do Rio Preto, 16 de Dezembro de 2005.O Oficial,

AV.010/52.845:- Requereu-se a presente para constar que, a proprietária **ICEC CONSTRUÇÕES METÁLICAS LTDA**, do imóvel objeto desta matrícula, teve sua razão social alterada para **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**; conforme Alteração Contratual registrada na JUCESP sob nº **15.798/06-9** em 24/01/2006.- São José do Rio Preto, **31 de agosto de 2.006.- O Oficial,**

AV.011/52.845:- O imóvel objeto desta matrícula, é beneficiário de Servidão de Passagem conforme registro nº **015** da matrícula nº **64.610**. São José do Rio Preto, **04 de Outubro de 2.006**. O Oficial,

R.012/52.845:- Pela Cédula de Crédito Bancário nº **193046.01**, emitida na Forma da Lei nº **10.931** de 02 de Agosto de 2004, em São Paulo, aos 17 de abril de 2007, por **CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA** (Já qualificada), **DEU EM HIPOTECA CEDULAR DE 1º GRAU E SEM CONCORRÊNCIA DE TERCEIROS**, o imóvel objeto desta matricula, ao **BANCO ABN AMRO REAL S/A**,com sede em São Paulo, à Avenida Paulista nº 1374, 3º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº33.066.408/0001-15 no valor de **R$2.759.309,00 (dois milhões, setecentos e cinqüenta e nove mil, trezentos e nove reais)**, vencível aos **15 de maio de 2013**; **Forma de Pagamento**:- Será paga em **64** parcelas, amortização **60** meses e **Juros TJLP + 3,80%** ao ano e Remuneração do agente de **1,00%** ao ano já incluído na taxa de juros e com as demais condições as constante na referida cédula.- São José do Rio Preto, **07 de Maio de 2007. O Oficial.**

R.013/52.845:- Pela Cédula de Crédito Bancário nº **235172.01**, emitida na Forma da Lei nº **10.931** de 02 de Agosto de 2004, em São Paulo, aos 13 de fevereiro de 2007, por **CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA** (Já qualificada), **DEU EM HIPOTECA CEDULAR DE 2º GRAU E SEM CONCORRÊNCIA DE TERCEIROS**, o imóvel objeto desta matricula, ao **BANCO ABN AMRO REAL S/A**, com sede em São Paulo, à Avenida Paulista nº 1374, 3º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 33.066.408/0001-15 no valor de **R$2.267.072,00 (dois milhões, duzentos e sessenta e sete reais, e setenta e dois centavos)**, vencível aos **15 de fevereiro de 2014**; **Forma de Pagamento**:- Será paga em **63** meses, através de **66** parcelas, vencível do primeiro encargo em **15.05.2008** e vencimento principal em **15.12.2008** e o vencimento final em **15.02.2014** e **Juros: TJLP + 3,30%** ao ano e Remuneração do agente de **1,00%** ao ano já incluído na taxa de juros e com as demais (...SEGUE NO VERSO...)

Num. 31107586 - Pág. 10

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 48, CARTDEVOL3, Página 14

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

condições as constante na referida cédula.- São José do Rio Preto, 12 de MARÇO de 2.008.- O OFICIAL,

R.014/52.845:- Por escritura pública lavrada pelo 9° Tabelião de Notas da comarca de São Paulo/SP, aos 06 de Julho de 2010, no livro 9128, às páginas 357, a proprietária **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**, (já qualificada), **DEU EM HIPOTECA DE 3° GRAU** o imóvel objeto da matrícula supra, ao **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**, com sede em São Paulo-Capital, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, 2041 e 2235, Bloco A, Vila Olímpia, inscrito no CNPJ/MF. sob o n° 90.400.888/0001-42, pelo valor de **R$40.000.000,00 (Quarenta Milhões de Reais)**, incluindo outro imóvel, com vencimento em **24/03/2015**; e as demais condições as constantes do título.- São José do Rio Preto, **15 de Setembro 2.010.- O OFICIAL,**

AV.015/52.845. Por escritura pública de Aditamento, lavrada nas notas do 9°Tabelião de notas de São Paulo/SP, aos 05 de dezembro de 21011, no livro 9638 feito as paginas 129, de comum acordo as partes contratantes de comum acordo resolveram aditar a cédula registrada sob o n°014 nesta matricula, para deixar expresso as alterações dos juros para taxa CDI + 3,5% ao ano, do prazo para 1718 dias contados de **30 de novembro de 2011**, e o vencimento prorrogado para **12 de agosto de 2016** e ratificaram os demais termos da mesma.São José do Rio Preto, **16 de Janeiro de 2.012.O Oficial,**

AV.016/52.845 - Protocolo n° 422.851 de 17/12/2013:- Por certidão, expedida pelo Serviço de Distribuição Cível da Comarca de Mirassol-SP, em 28 de Novembro de 2013, consta que nos autos de Execução de Título Extrajudicial (**Processo n° 0008513-33.2012.8.26.0358**), distribuída ao Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da comarca de Mirassol-SP, tendo como exequente **BANCO DO BRASIL S/A**, inscrito no CNPJ sob n° 00.000.000/4499-70, e como executada **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**, (já qualificada), consta que em 03 de Dezembro de 2012, foi ajuizada a presente execução, dando-se a causa o valor de **R$ 34.821.434,30 (Trinta e quatro milhões, oitocentos e vinte e um mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e trinta centavos)**. São José do Rio Preto, **06 de Janeiro de 2.014. O Oficial,**

AV.017/52.845 - Protocolo n° 435.658 de 21/08/2014:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 5ª Vara Cível desta comarca, em 21 de Agosto de 2014, nos autos de Execução Civil (**Proc. n° 1007445-85.2014**), movida pelo **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, inscrito no CNPJ/MF. sob n° 90.400.888/0001-42, contra **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA** e outros (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de (.....**CONTINUA NA FICHA 003**.....)

ESTA CERTIDÃO É FIEL DEPOSITÁRIA DA FÉ PÚBLICA, INVALIDA SEM ASSINATURA DO OFICIAL E SELO DE AUTENTICIDADE

Num. 31107586 - Pág. 11

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 48, CARTDEVOL3, Página 15

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

R$ 129.970.303,00 (Cento e vinte e nove milhões, novecentos e setenta mil, trezentos e três reais), inclusive outros imóveis. São José do Rio Preto, 03 de Setembro de 2.014. O OFICIAL,

---

AV.018/52.845 - Protocolo nº 450.404 de 26/02/2015:- Por Mandado, expedido pelo Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Mirassol-SP, aos 25 de Fevereiro de 2015, nos Autos de Execução de Título Extrajudicial **(Proc. n.º 0008513-33.2012.8.26.0358)**, movida por **BANCO DO BRASIL S/A**, contra **CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA** e outros, **cancela-se a AV.016** desta matrícula, nos termos do inciso I do Artigo 250 da Lei 6.015/73.- São José do Rio Preto, 09 de Março de 2.015. O OFICIAL,

---

AV.019/52.845 - Protocolo nº 460.893 de 09/09/2015:- Por mandado, expedido pela 5ª Vara Federal da Subseção Judiciária de São José do Rio Preto, em 19 de agosto de 2015, nos autos da Carta Precatória **(Proc. nº 0004071-16.2015.403.6106)**, originária do 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro-RJ., expedida nos autos de Execução Fiscal **(Proc. nº 0002152-95.2013.4.02.5101)**, movida pela **FAZENDA NACIONAL**, contra **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA** (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de R$ 3.253.275,82 (três milhões, duzentos e cinquenta e três mil, duzentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos). São José do Rio Preto, **21 de setembro de 2.015. O OFICIAL,**

AV.020/52.845 - Protocolo nº 468.717 de 04/02/2016:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 2ª Vara do Trabalho desta comarca, em 12 de fevereiro de 2016, nos autos de Execução Trabalhista **(Proc. nº 1909.54.2010)**, movida por **DANIEL TURTERA BODNARUK**, CPF. 334.840.778-83; contra **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA** (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de **R$ 91.695,86 (noventa e um mil, seiscentos e noventa e cinco reais e oitenta e seis centavos)**. São José do Rio Preto, **15 de Fevereiro de 2.016.- O OFICIAL,**

AV.021/52.845-Protocolo nº 476.914 de 12/07/2016:- Por Mandado, expedido pelo Juízo de Direito da 2ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto, aos 28 de junho de 2016, nos Autos de Execução Trabalhista **(Proc. n.º 0001909-54.2010.5.15.0044 RTOrd)**, **cancela-se a AV.020** desta matrícula, nos termos do inciso I do Artigo 250 da Lei 6.015/73.- São José do Rio Preto, **22 de Julho de 2.016.- O OFICIAL,**

(.....CONTINUA NO VERSO.....)

QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Num. 31107586 - Pág. 12

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 48, CARTDEVOL3, Página 16

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 48, CARTDEVOL3, Página 17

MATRÍCULA	FICHA	CNJ
52.845	003	11.142-7

AV.022/52.845-Protocolo nº 499.651 de 16/08/2017:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 3ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto, em 16 de agosto de 2017, nos autos de Execução Trabalhista (Processo nº 0001573-62.2012.5.15.0082), movida por ADILSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, inscrito no CPF/MF. sob nº 083.597.538-06, contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA (já qualificada) e outras, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 3.772.763,63 (três milhões, setecentos e setenta e dois mil, setecentos e sessenta e três reais e sessenta e três centavos). São José do Rio Preto, 21 de Agosto de 2.017. O Oficial, _____

QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

CERTIFICO de acordo com o artigo 19, § 1º da Lei nº 6.015 de 31/12/1973 que revendo os arquivos de cartório a seu cargo, deles verificou constar a matrícula **nº.:52845** do livro 2 - Registro Geral - constante desta fotocópia, e que além dos registros contidos na referida matrícula, não consta nenhum outro registro de ônus ou transmissão, até o dia útil imediatamente anterior a emissão desta. O referido é verdade e dá fé. **São José do Rio Preto-SP, 25 de janeiro de 2019.**

Gumercindo de Seta - Oficial
Maria Cecilia de Seta Buchdid - Substituta
Eli Francisco Borelli - Substituto
Clóvis Eduardo de Deus - Substituto
Luis Carlos Nogueira - Escrevente Autorizado

Ao Oficial...:	R$	31,68
Ao Estado....:	R$	9,00
Ao IPESP.....:	R$	6,16
Ao Reg. Civil:	R$	1,67
Ao Trib. Just:	R$	2,17
Ao Município.:	R$	1,58
Ao Min.Púb...:	R$	1,52
Total.....:	R$	53,78

Pedido de certidão nº: 498639

Controle: 690275

Página: 0007/0007

Para verificar a autenticidade do documento, acesse o site do Tribunal de Justiça:

https://selodigital.tjsp.jus.br

Selo Digital
1114273C3000000004101201Y

11142-7-555001-570000-0119 11142-7 - AA 555186

1º Oficial de Registro de Imóveis
Comarca de São José do Rio Preto - SP

QUALQUER ADULTERAÇÃO RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579
Num. 31107586 - Pág. 14
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 48, CARTDEVOL3, Página 18

17

QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO.

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

42

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE OFERECIMENTO DE BEM À PENHORA

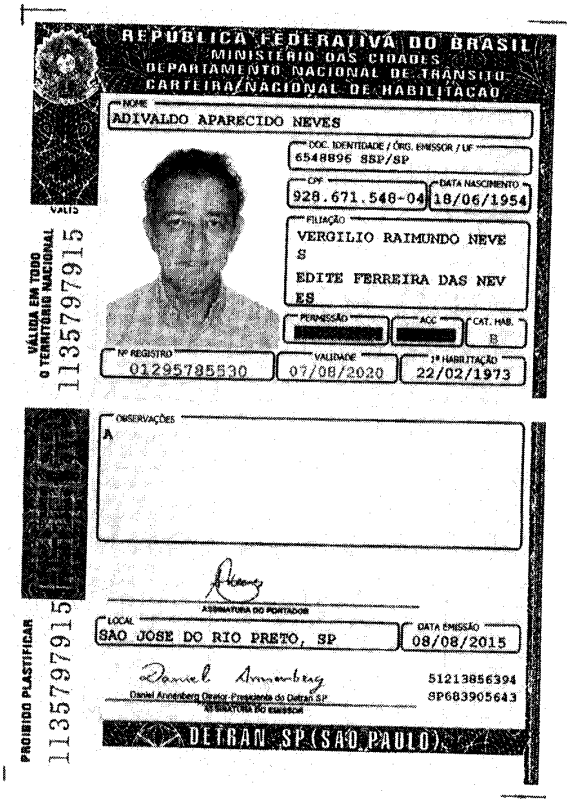
DISTON – MONTAGENS E CONSTRUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA., sociedade estabelecida na Rua Campo Grande, 1096 – Sala 611, Campo Grande, Rio de Janeiro/RJ – CEP 23.080-000, inscrita no CNPJ/MF nº 04.858.299/0001-70, por seu representante legal, autoriza através do presente termo, o oferecimento do imóvel descrito abaixo, como garantia em execução fiscal em benefício de **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 928.671.548-04, residente na Rua Las Vegas, 155, condomínio Débora Cristina, São José do Rio Preto - CEP 15093-010:

- Imóvel localizado na Rodovia BR 153, nº 650, Bady Bassitt - SP, 15115-000, objeto da matrícula nº 52.845, registrada no 1º Oficial de Registro de Imóveis de São José do Rio Preto.

São Paulo, 14 de março de 2019.

DISTON – MONTAGENS E CONSTRUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA.

BT - 1426/6 - 1290011v1


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO
NOME
ADIVALDO APARECIDO NEVES
DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
6548896 SSP/SP
CPF
928.671.548-04
DATA NASCIMENTO
18/06/1954
FILIAÇÃO
VERGILIO RAIMUNDO NEVES
EDITE FERREIRA DAS NEVES
PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
B
Nº REGISTRO
01295785530
VALIDADE
07/08/2020
1ª HABILITAÇÃO
22/02/1973
OBSERVAÇÕES
A
ASSINATURA DO PORTADOR
LOCAL
SAO JOSE DO RIO PRETO, SP
DATA EMISSÃO
08/08/2015
Daniel Annenberg Diretor-Presidente do Detran SP
51213856394
SP683905643
DETRAN SP (SAO PAULO)
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1135797915
PROIBIDO PLASTIFICAR
1135797915

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 48, CARTDEVOL3, Página 22

Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

Presidência da República
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integraç

00-2017/ 0 1 9 4 5 2 - 3 16 jan 2017 16:22
JUCERJA Guia: 102209368
3320783356-4 Atos: 106
CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA HASH:J170101945235

Matriz/da sede ou da filial (quando a sede for em outra UF)	CÓDIGO DA NATUREZA JURÍDICA	Nº DE MATRI AUXILIAR
33207833564	2062	

Cumprir a exigência no mesmo local da entrada. Junta - Calculado: 376,00 Pago: 376,00 DNRC - Calculado: 21,00 Pago: 21,00

ULT. ARQ.: SPE00032229010312016 705

DEFERIMENTO

Requerimento: 81700000018658
Emitida em 09/01/2017

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
Nire: 33.2.0783356-4
Protocolo: 00-2017/0194523 - 16/01/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/01/2017, E O REGISTRO SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO

00002997176
DATA: 17/01/2017

Bernardo F.S. Berwanger
SECRETÁRIO GERAL

A

DESCRIÇÃO DO ATO/EVENTO
ALTERAÇÃO
Alteracao de Dados e de Nome Empresarial
Consolidação de Contrato/Estatuto

RIO DE JANEIRO
09/01/2017

Representante Legal da Empresa/Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: ADIVALDO APARECIDO NEVES
Assinatura:
Telefone de contato: (11)32394767 comercial@heraiorp.com.br

2ª VIA DA JUNTA COMERCIAL

DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s)

☐ SIM ☐ SIM

Processo em ordem. À decisão.

☐ NÃO ☐ NÃO

Data Responsável Data Responsável Data Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência (Vide despacho em folha anexa) — 2ª Exigência ☐ 3ª Exigência ☐ 4ª Exigência ☐ 5ª Exigência
☒ Processo deferido. Publique-se e
☐ Processo indeferido.

17/01/2017
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência (Vide despacho em folha anexa) — 2ª Exigência ☐ 3ª Exigência ☐ 4ª Exigência ☐ 5ª Exigência
☐ Processo deferido. Publique-se e
☐ Processo indeferido.

Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES:

B. M. BARRETO GRAF E IND GRAFICA LTDA - Rua Feldmann de Aguiar, 41 - tel: 2201-3410 - RJ - CNPJ 02.234.534/0001-08 - IND. BRAS. - RJ

C 007

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA
Nome Novo: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
Nire: 33207833564
Protocolo: 0020170194523 - 16/01/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/01/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1ECA793029AB3E9BABD56CBDB4F3E251783FBA1B3D9AFB397903D21F5059ED27
Arquivamento: 00002997176 - 17/01/2017

Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

INSTRUMENTO PARTICULAR DE 13ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA.

NIRE: 33.207.833.564
CNPJ/MF nº 04.858.299/0001-70

Pelo presente instrumento particular, as partes a seguir qualificadas:

1) ICEPAR HOLDING PARTICIPAÇÕES LTDA, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Feliciano Salles Cunha, nº 2.241, bairro Jardim Aeroporto, CEP 15.035-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o nº 04.790.072/0001-30 e NIRE 35.216.776.421, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. **Adivaldo Aparecido Neves**, brasileiro, casado com regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.548.896 SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o nº 928.671.548-04, com escritório na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Feliciano Salles Cunha, nº 2.241, bairro Jardim Aeroporto, CEP 15.035 000;

2) ADIVALDO APARECIDO NEVES, brasileiro, casado com regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.548.896 SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o nº 928.671.548-04, com escritório na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Feliciano Salles Cunha, nº 2.241, bairro Jardim Aeroporto, CEP 15.035-000;

Sócios representando a totalidade do capital social de **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Brasil, 40.031, Campo Grande, CEP 23.095-701, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o nº. 04.858.299/0001-70 e na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro –

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA
Nome Novo: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
Nire: 33207833564
Protocolo: 0020170194523 - 16/01/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/01/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1ECA793029AB3E9BABD56CBDB4F3E251783FBA1B3D9AFB397903D21F5059ED27
Arquivamento: 00002997176 - 17/01/2017

Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

Num. 31107586 - Pág. 18

SERPRO
11/11/2019

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Resumido

Inscrições Localizadas: 3 Inscrições Selecionadas: 3
Parâmetro de Localização: 0700017900095

1º Devedor: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 04858299/0001-70
Grande Devedor: PRINCIPAL
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 18470 508107/2016-04
Nº Inscrição: 70 2 16 020339-35
Data Inscrição: 18/11/2016 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: SEGUNDA REGIAO **Nº Único de Processo Judicial:** 00234691320174025101
Procuradoria Responsável: SEGUNDA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 515.008,76 (UFIR 483.985,29)
Valor Consolidado: R$ 904.046,37

2º Devedor: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 04858299/0001-70
Grande Devedor: PRINCIPAL
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 18470 508108/2016-41
Nº Inscrição: 70 2 16 020340-79
Data Inscrição: 18/11/2016 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: SEGUNDA REGIAO **Nº Único de Processo Judicial:** 00234691320174025101
Procuradoria Responsável: SEGUNDA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 12.944,62 (UFIR 12.164,79)
Valor Consolidado: R$ 25.923,56

3º Devedor: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 04858299/0001-70
Grande Devedor: PRINCIPAL
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 18470 508106/2016-51
Nº Inscrição: 70 6 16 043718-45
Data Inscrição: 18/11/2016 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: SEGUNDA REGIAO **Nº Único de Processo Judicial:** 00234691320174025101
Procuradoria Responsável: SEGUNDA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 390.537,02 (UFIR 367.011,57)
Valor Consolidado: R$ 685.548,68

Somatório das inscrições

Valor Inscrito: R$ 918.490,40 (UFIR 863.161,65)
Valor Consolidado: R$ 1.615.518,61
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

FIM DO RELATÓRIO

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21)3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

EXECUTADO: DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA

DESPACHO/DECISÃO

Expeçam-se o mandado de penhora e demais atos para efetivação da constrição sobre o imóvel nomeado pela Executada e acveito pela Exequente para garantia da execução (**ev. 38 - PRECATORIA 5 - fls. 5 a 10/15**).

Reduza-se a termo a penhora sobre os imóveis ofertados, na forma do art. 831 do CPC.

Tendo em vista a certidão do do Oficial de Justiça (**ev. 38 -** PRECATORIA 4) , nomeio, *ex officio*, como depositário do bem penhorado, o Sr. ADIVALDO APARECIDO NEVES.

Intime-se o advogado do executado da lavratura do termo de penhora, do prazo de trinta dias para oposição de embargos, a contar de sua intimação, e da constituição do Sr. ADIVALDO APARECIDO NEVES, CPF n. 928.671.548-04 como depositário do imóvel.

Instrua-se o mandado com cópias da certidão de ônus reais e desta decisão, devendo ainda o oficial do Registro de Imóveis competente ser intimado para que averbe a penhora reduzida a termo, independentemente do pagamento de custas ou outras despesas e para que faça prova a este Juízo do cumprimento da ordem, no prazo de cinco dias.

Intimem-se.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510002030461v3** e do código CRC **b35aa93c**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 8/12/2019, às 20:51:30

0023469-13.2017.4.02.5101 **510002030461 .V3**

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 49

Evento:
INTIMACAO_ELETRONICA___EXPEDIDA_CERTIFICADA
Data:
11/06/2020 13:22:08
Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
49
Executado:
ADIVALDO APARECIDO NEVES
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
24/06/2020 00:00:00
Data Final:
30/06/2020 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
ELIAS FERREIRA DIOGO

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 50

Evento:
INTIMACAO_ELETRONICA___EXPEDIDA_CERTIFICADA
Data:
11/06/2020 13:22:08
Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
50
Executado:
IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
24/06/2020 00:00:00
Data Final:
30/06/2020 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
ELIAS FERREIRA DIOGO, THALES LEONARDO OLIVEIRA MARINO, IGOR SANTOS PIMENTEL

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 51

Evento:
INTIMACAO_ELETRONICA___EXPEDIDA_CERTIFICADA
Data:
11/06/2020 13:22:08
Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
51
Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
24/06/2020 00:00:00
Data Final:
30/06/2020 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
PAULO ROBERTO FERNANDES GONCALVES

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 52

Evento:
INTIMACAO_ELETRONICA___CONFIRMADA___REFER__AOS_EVENTOS__49_50_E_51
Data:
21/06/2020 23:59:59
Usuário:
SECJF - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
52

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 53

Evento:
DECURSO_DE_PRAZO___REFER__AOS_EVENTOS__49_50_E_51
Data:
01/07/2020 05:30:33
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
53

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 54

Evento:
AUTOS_COM_JUIZ_PARA_DESPACHO_DECISAO
Data:
03/07/2020 12:42:31
Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
54

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 55

Evento:
PETICAO
Data:
06/07/2020 17:38:19
Usuário:
P1508034 - PAULO ROBERTO FERNANDES GONCALVES - PROCURADOR
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
55

EXMO(A) SR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL),** através do Procurador que esta subscreve, vem, respeitosamente, em atenção ao despacho de fls. retro, requerer o que segue.

Conforme documentos acostados ao evento 38-PRECATORIA7, já há imóvel penhorado para garantia da presente execução fiscal.

Todavia, a referida penhora não foi registrada pelo Primeiro Oficial de registro de imóveis de São José do Rio Preto -SP em razão de o imóvel penhorado estar registrado no nome de Construções Metálicas Icec Ltda (fl. 13 do evento 38 - PRECATORIA7).

Ocorre que se trata da mesma empresa, conforme documento anexo, motivo pelo qual requer seja oficiado ao cartório supracitado para averbar a penhora realizada.

Após, requer seja realizado leilão do imóvel penhorado, informando desde já que não tem interesse na adjudicação.

Por oportuno, seguem anexas as consultas atualizadas dos créditos em cobrança.

Espera deferimento.

PAULO ROBERTO F. GONÇALVES
Procurador da Fazenda Nacional

SERPRO
03/07/2020

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Resumido

Inscrições Localizadas: 3 Inscrições Selecionadas: 3

Parâmetro de Localização: 0700017900095

1º Devedor: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 04858299/0001-70
Grande Devedor: PRINCIPAL
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 18470 508107/2016-04
Nº Inscrição: 70 2 16 020339-35
Data Inscrição: 18/11/2016 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: SEGUNDA REGIAO **Nº Único de Processo Judicial:** 00234691320174025101
Procuradoria Responsável: SEGUNDA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 515.008,76 (UFIR 483.985,29)
Valor Consolidado: R$ 916.870,09

2º Devedor: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 04858299/0001-70
Grande Devedor: PRINCIPAL
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 18470 508108/2016-41
Nº Inscrição: 70 2 16 020340-79
Data Inscrição: 18/11/2016 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: SEGUNDA REGIAO **Nº Único de Processo Judicial:** 00234691320174025101
Procuradoria Responsável: SEGUNDA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 12.944,62 (UFIR 12.164,79)
Valor Consolidado: R$ 26.245,89

3º Devedor: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 04858299/0001-70
Grande Devedor: PRINCIPAL
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 18470 508106/2016-51
Nº Inscrição: 70 6 16 043718-45
Data Inscrição: 18/11/2016 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: SEGUNDA REGIAO **Nº Único de Processo Judicial:** 00234691320174025101
Procuradoria Responsável: SEGUNDA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 390.537,02 (UFIR 367.011,57)
Valor Consolidado: R$ 695.273,05

Somatório das inscrições

Valor Inscrito: R$ 918.490,40 (UFIR 863.161,65)
Valor Consolidado: R$ 1.638.389,03

(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

FIM DO RELATÓRIO

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 56

Evento:
DESPACHO_DECISAO___INTERLOCUTORIA
Data:
07/07/2020 18:00:32
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
56

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21)3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES
EXECUTADO: DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA

DESPACHO/DECISÃO

Considerando que, por força do disposto no artigo 3º da **Resolução CNJ n° 313/2020**[1], no artigo 3º da **Resolução CNJ n° 314/2020**[2], nos artigos 1° e 2° da **Resolução nº TRF2-RSP-2020/00012**[3] e nos artigos 1° e 2° da **Resolução nº TRF2-RSP-2020/00017**[4], e, por fim, no artigo 1º da **Portaria nº JFRJ-PGD-2020/00020**[5], no escopo das medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), a Justiça Federal da 2a. Região está funcionando em regime de teletrabalho extraordinário, ora prorrogado por prazo indeterminado, com vedação à prática de atos presenciais, com a suspensão da distribuição ordinária das ordens judiciais, sendo que somente os mandados de natureza urgentíssima serão cumpridos até o dia 31 de julho de 2020, **aguarde-se o retorno da possibilidade de trabalho normal dos Oficiais de Justiça para a realização da diligência**.

Intimem-se as partes desta e para que digam se pretendem alguma outra diligência que possa ser realizada nestas condições. Se houver, venham conclusos. **Se não, fique suspenso o processo** (CPC, art. 313, inc. VI) até que venha algum pedido das partes ou seja possível reativá-lo, conforme acima.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510003204904v2** e do código CRC **9532b8f6**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 7/7/2020, às 18:0:32

---

1. Resolução CNJ n° 313/2020. Art. 3º Fica suspenso o atendimento presencial de partes, advogados e interessados, que deverá ser realizado remotamente pelos meios tecnológicos disponíveis. § 1º Cada unidade judiciária deverá manter canal de atendimento remoto, a ser amplamente divulgado pelos tribunais. § 2º Não logrado atendimento na forma do parágrafo primeiro, os tribunais providenciarão meios para atender, presencialmente, advogados, públicos e privados, membros do Ministério Público e polícia judiciária, durante o expediente forense.
2. Resolução CNJ n° 314/2020. Art. 3º Os processos judiciais e administrativos em todos os graus de jurisdição, exceto aqueles em trâmite no Supremo Tribunal Federal e no âmbito da Justiça Eleitoral, que tramitem em meio eletrônico, terão os prazos processuais retomados, sem qualquer tipo de escalonamento, a partir do dia 4 de maio de 2020, sendo vedada a designação de atos presenciais. § 1º Os prazos processuais já iniciados serão retomados no estado em que se encontravam no momento da suspensão, sendo restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação (CPC, art. 221). § 2º Os atos processuais que eventualmente não puderem ser praticados pelo meio eletrônico ou virtual, por absoluta impossibilidade técnica ou prática a ser apontada por qualquer dos envolvidos no ato, devidamente justificada nos autos, deverão ser adiados e certificados pela serventia, após decisão fundamentada do magistrado. § 3º Os prazos processuais para apresentação de contestação, impugnação ao cumprimento de sentença, embargos à execução, defesas preliminares de natureza cível, trabalhista e criminal, inclusive quando praticados em audiência, e outros que exijam a coleta prévia de elementos de prova por parte dos advogados, defensores e procuradores juntamente às partes e assistidos, somente serão suspensos, se, durante a sua fluência, a parte informar ao juízo competente a impossibilidade de prática do ato, o prazo será considerado suspenso na data do protocolo da petição com essa informação.
3. Resolução nº TRF2-RSP-2020/00012. Art. 1°. O Tribunal e as Seções Judiciárias dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo funcionarão em regime de trabalho remoto até o dia 30 de abril de 2020. (...). Art. 2º. No período definido no art. 1º, que importa em suspensão do trabalho presencial de magistrados, servidores e estagiários, fica vedado o acesso aos prédios da Justiça Federal, salvo para a realização de serviços essenciais que não possam ser realizados por meio remoto e na hipótese do § 7º do art. 3º desta Resolução. (...) § 2º. Durante o período do plantão extraordinário, o trabalho presencial é excepcional, destinado à manutenção dos serviços essenciais, sendo imprescindível a prévia autorização da chefia imediata. (...)
4. Resolução nº TRF2-RSP-2020/00017. Art. 1º Prorrogar, por prazo indeterminado, os efeitos da Resolução nº TRF2-RSP-2020/00012, de 26 de março de 2020, que dispõe sobre medidas de prevenção ao contágio pelo Coronavírus, e da Resolução nº TRF2-RSP-2020/00016, de 22 de abril de 2020, que trata da realização de sessões de julgamento com o uso de ferramentas de videoconferência. § 1º O acesso aos prédios da Justiça Federal, na forma do art. 2º da Resolução nº TRF2-RSP-2020/00012, ficará vedado até ulterior deliberação, ressalvadas as hipóteses de serviços essenciais. § 2º Os prazos relativos aos processos judiciais e administrativos devem observar o que consta nas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça acerca da matéria. § 3º Os prazos dos processos que tramitam em meio físico continuam suspensos, na forma da Resolução nº 314, de 20 de abril de 2020, do CNJ, em vigor. (...). Art. 2º Instituir, em caráter experimental, até 19 de dezembro de 2020, e sem prejuízo do disposto no artigo 1º, o regime de trabalho remoto para o desempenho de todas as atividades administrativas e jurisdicionais do Tribunal e Seções Judiciárias dos Estados do Rio de Janeiro e

Espírito Santo, desde que sejam compatíveis com esse formato e possam ocorrer sem prejuízo dos serviços e sem redução de produtividade. §1º A retomada do trabalho presencial poderá ser determinada a qualquer tempo, especialmente no caso de baixa da produtividade ou incompatibilidade com normas do Conselho da Justiça Federal ou Conselho Nacional de Justiça, que venham a ser editadas. (...)
5. Portaria nº JFRJ-PGD-2020/00020. Art. 1º Fica prorrogada a suspensão da distribuição ordinária de ordens judiciais (mandados e ofícios) no âmbito da Seção Judiciária do Rio de Janeiro até o dia 31 de julho de 2020, observadas as disposições das Portarias nº JFRJ-PGD2020/00008, nº JFRJ-PGD-2020/00010, nº JFRJ-PGD-2020/00011, nº JFRJ-PGD2020/00016 e nº JFRJ-PGD-2020/00019, no que couber, para fins de distribuição e cumprimento de mandados e ofícios de natureza urgentíssima, que serão cumpridos, durante o período, preferencialmente, por meio eletrônico, na medida em que se visa a evitar exposição de Oficiais de Justiça, Advogados, Partes e demais destinatários de ordens judiciais ao contágio pelo Sars-CoV-2.

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 57

Evento:
SUSPENSAO_SOBRESTAMENTO___POR_DECISAO_JUDICIAL
Data:
07/07/2020 21:08:30
Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
57

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 58

Evento:
INTIMACAO_ELETRONICA___EXPEDIDA_CERTIFICADA
Data:
07/07/2020 21:09:01
Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
58
Executado:
IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
21/07/2020 00:00:00
Data Final:
27/07/2020 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
ELIAS FERREIRA DIOGO, THALES LEONARDO OLIVEIRA MARINO, IGOR SANTOS PIMENTEL

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 59

Evento:
INTIMACAO_ELETRONICA___EXPEDIDA_CERTIFICADA
Data:
07/07/2020 21:09:02
Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
59
Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
15/07/2020 00:00:00
Data Final:
21/07/2020 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
PAULO ROBERTO FERNANDES GONCALVES

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 60

Evento:
JUNTADA___PECAS_DIGITALIZADAS
Data:
09/07/2020 19:25:50
Usuário:
JRJ12495 - CLAUDIO MARCUS DE MELO - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
60

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais
Código de rastreabilidade: 40320207297795
Nome original: 5001837-97.2020.4.03.6106.pdf
Data: 09/07/2020 12:00:27
Remetente:

SJSP
SJSP - São José do Rio Preto - 5ª Vara - Secretaria
Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para anexar ao Processo 0023469-13.2017.4.02.5101.
Assunto: Encaminho o download referente à CP n.º 5001837-97.2020.4.03.6106, extraída dos autos n.º 0023469-13.2017.4.02.5101 RJ, em tramitação nesta Vara. Atenciosamente
Ivone Jacqueline Vargas Soares RF 3682

Justiça Federal da 3ª Região
PJe - Processo Judicial Eletrônico

09/07/2020

Número: **5001837-97.2020.4.03.6106**

Classe: **CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**
Órgão julgador: **5ª Vara Federal de São José do Rio Preto**
Última distribuição : **17/04/2020**
Valor da causa: **R$ 1.615.518,61**
Processo referência: **0023469-13.2017.4.02.5101**
Assuntos: **Atos executórios**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO (DEPRECANTE)	
6ª Subseção Judiciária de São José do Rio Preto/SP (DEPRECADO)	
UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL (PARTE AUTORA)	
ADIVALDO APARECIDO NEVES (PARTE RE)	
DISTON - MONTAGENS E CONSTRUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA (PARTE RE)	

Documentos

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
31107584	17/04/2020 09:40	Petição inicial	Petição inicial
31107586	17/04/2020 09:40	CPR 510002690748OK	Carta
31848395	07/05/2020 09:46	Despacho	Despacho
33426336	08/06/2020 10:54	Certidão	Certidão
33426338	08/06/2020 10:54	Proc. 5001837-97.2020.4.03.6106 - Mensagem Juízo Deprecante - 6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA	Documento Digitalizado

EM ANEXO....

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Carta Precatória
Código de rastreabilidade: 40220207016006
Nome original: CPR 510002690748OK.pdf
Data: 16/04/2020 12:30:13
Remetente:
Isabelle
SJRJ - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal
Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para conhecimento.
Assunto: CARTA PRECATÓRIA Nº 510002690748

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21)3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES
EXECUTADO: DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA

CARTA PRECATÓRIA Nº 510002690748

Juízo Deprecante: **Exmo. Sr. Juiz da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal - SJRJ**

Juízo Deprecado: **Exmo(a). Sr(a). Juiz Federal Distribuidor das Varas Federais de São José do Rio Preto - SJSP**

VALOR DA EXECUÇÃO: **R$ 1.615.518,61**, em 11/11/2019

BENS INDICADOS: **Imóvel localizado na Rodovia BR 153, nº 650, Bady Bassit/SP - CEP 15115-000 (matrícula nº 52.845, registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis de São José do Rio Preto)**

O DR. **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, MM. JUIZ FEDERAL DA 6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL**, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, **DEPRECA** a Vossa Excelência que se digne a mandar proceder ao seguinte:

- **PENHORA OU ARRESTO** do bem acima indicado, de propriedade do(a,s) Executado(a,s) **DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA 04858299/0001-70,** para garantia da execução, na forma dos arts. 10 e 11 da Lei n. 6.830/80, bem como para que nomeie Depositário, efetive a **AVALIAÇÃ**O do(s) bem(ns) penhorado(s) e também proceda à **INTIMAÇÃO** do(a,s) Executado(a,s) dessas diligências. Recaindo a penhora sobre imóvel, intime também o cônjuge do(a,s) Executado(a,s), se casado for(em), e intime o Oficial do Registro de Imóveis competente, ou quem fizer suas vezes, a quem se fará entrega da contrafé e cópia do termo ou auto de penhora, para que proceda ao registro (art.7º, inc. IV, e art.14, inc. I, da Lei nº 6.830/80) e encaminhe ao Juízo certidão de ônus reais atualizada com o registro da constrição; recaindo a penhora ou arresto em veículo, intime o Encarregado, ou quem fizer suas vezes, da Repartição competente para emissão do certificado de registro, a quem se fará entrega da contrafé e cópia do termo ou auto de penhora, para que proceda ao registro (art.7º, inc. IV, e art.14, inc. I, da Lei n. 6.830/80) e encaminhe ao Juízo ofício confirmando a realização da constrição; recaindo a penhora ou arresto em ações, debêntures, quota ou qualquer outro título, crédito ou direito societário nominativo, a entrega da contrafé far-se-á à Junta Comercial, Bolsa de Valores ou na Sociedade Comercial (art. 14, inc. III, da Lei n. 6.830/80), outrossim com ordem para que se encaminhe ao Juízo ofício confirmando o registro da constrição. Intime o(a) Depositário(a) a não abrir mão do depósito sem prévia autorização do Juízo, sob pena de responder pessoalmente pelo valor da avaliação do bem, e que, em caso de mudança de endereço, deverá comunicar o fato imediatamente ao

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Juízo. Cientifique o(a,s) Executado(a,s) de que tem o prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação da penhora, para opor embargos à execução, sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(a) Exequente. Desde logo autorizado o Sr. Oficial de Justiça a requisitar o auxílio de força policial, se necessário. Tudo de acordo com a decisão anexada.

Outrossim dando-lhe ciência de que o acesso à integra dos autos do processo eletrônico pode ser obtido por cadastramento do interessado na página da Internet: http://www.jfrj.jus.br/cadastro-visualizar-processo; bem assim de que o(s) valor(es) atualizado(s) da(s) dívida(s), bem como instruções para o parcelamento e o pagamento poderão ser obtidos diretamente junto ao(à) Exequente, sendo que, em se tratando de dívida cobrada pela Procuradoria da Fazenda Nacional, por acesso à página da Internet: www.pgfn.fazenda.gov.br. Havendo interesse no parcelamento ou pagamento do débito, o devedor deve dirigir-se diretamente ao Exequente para efetivá-lo(s) e deve também comunicar ao M. Juízo a realização do parcelamento ou pagamento, sob pena de prosseguimento da execução.

- **ALIENAR** judicialmente os bens constritos, caso não sejam oferecidos embargos ou, se apresentados, forem rejeitados.

- **INTIMAR a Exequente**, na pessoa de seu representante legal, com área de atuação nessa localidade, para providenciar, caso necessário, o pagamento de eventuais despesas porventura existentes para a realização das diligências deprecadas.

Anexos: Evs. 38 (PRECATORIA5), 41 (anexo2), 43.

DADA E PASSADA nesta cidade do Rio de Janeiro, em 06/04/2020. Eu, ISABELLE FARIAS ALBUQUERQUE PRATA, digitei e conferi. E eu, André Botelho Jucá, Diretor de Secretaria, reconferi.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510002690748v2** e do código CRC **ba59cd69**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 6/4/2020, às 16:0:22

0023469-13.2017.4.02.5101 **510002690748 .V2**

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

30

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, recebi estes autos da Central de Mandados desta 6ª Subseção, com certidão retro.

São José do Rio Preto, 21 de março de 2019.

Ivone Jacqueline Vargas Soares
Técnico Judiciário
RF 3682

31

EXMO. SR. DR. JUIZ DA 5ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO / SP

Junte-se. Procuração anexa. Anote-se. Solicite-se a devolução à CEHAB. Manifeste-se a exequente no prazo de quinze dias. Intime-se. SJRPreto, 18/03/2019.

JFSP-FORUM S.J.RIO PRETO-SP1
14/03/2019 15:42 h
Prot. 2019.61060002924-1
0001967-46.2018.403.6106
[27616] [5a.V SJRPRETO]
Juntada-JFSP 21/03/19
RF:_____ Rubrica: Raira

Carta Precatória
Processo n° 0001967-46.2018.4.03.6106

ADIVALDO APARECIDO NEVES, brasileiro, casado, portador do CPF nº 928.671.548-04, residente na Rua Las Vegas, 155, condomínio Débora Cristina, São José do Rio Preto - CEP 15093-010, por seus advogados (**doc. 01**), tendo sido citado dos termos da ação executiva nº 0023469-13.2017.4.02.5101 em 07/03/2019, através da presente carta precatória, nos termos dos arts. 9º, inciso IV e 11º, inciso IV da Lei 6.830/80, vem indicar à penhora o seguinte bem imóvel, mais que suficiente à garantia dos débitos *sub judice*, que perfazem o montante de R$1.578.687,14, a saber:

- Imóvel localizado na Rodovia BR 153, nº 650, Bady Bassitt - SP, 15115-000, objeto da matrícula nº 52.845, registrada no 1º Oficial de Registro de Imóveis de São José do Rio Preto (cf. matricula atualizada anexa - **doc. 02** e autorização anexa – **doc. 03**).

Diante disso, requer se digne V. Exa determinar a formalização da penhora, por meio de Termo lavrado nos autos e, ato contínuo, a intimação do executado via imprensa oficial, por meio de seus advogados (**art. 841, §1º, NCPC/2015 e art. 12 da Lei 6.830/80**), para que possa defender-se via embargos à execução, nos termos do art. 16, inciso III, da Lei 6.830/80.

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

32

Requer-se, por fim, que todos os avisos, intimações e publicações sejam efetuados exclusivamente em nome dos advogados Luã Victor Lima Nascimento (OAB/SP 313.427) e Carlos Henrique Quesada (OAB/SP 382.693), com escritório na cidade de Mirassol/SP – Rodovia Euclides da Cunha (SP 320), Km 45 – Perímetro Urbano 12 – 15130-000, sob pena de nulidade (NCPC/2015, art. 272, §2º).

Termos em que, respeitosamente,
Pede deferimento.

São Paulo, 18:05.

Luã Victor Lima Nascimento
OAB/SP 313.427

Letícia Botaro de Souza
OAB/SP 418.113

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento de procuração, **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 928.671.548-04, residente na Rua Las Vegas, 155, condomínio Débora Cristina, São José do Rio Preto - CEP 15093-010, nomeiam e constituem seus bastantes procuradores os advogados Luã Victor Lima Nascimento, inscrito na OAB/SP 313.427, Letícia Botaro de Souza, inscrita na OAB/SP 418.113 e Carlos Henrique Quesada, inscrito na OAB/SP 382.693, com escritório na cidade de Mirassol/SP – Rodovia Euclides da Cunha (SP 320), Km 45 – Perímetro Urbano 12 – 15130-000, para representar o outorgante em conjunto ou separadamente, independentemente de ordem de nomeação e com poderes da cláusula "*ad judicia et extra*", perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, onde necessária seja a apresentação de mandato, inclusive perante o Egrégio Supremo Tribunal Federal, todos os órgãos da Justiça, Repartições Públicas Federais, Estaduais ou Municipais, podendo, inclusive, transigir, substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes, firmar compromissos, receber e dar citação, receber e dar quitação, oferecer bens em garantia, levantar depósito judicial, desistir, nomear preposto, firmar acordos e compromissos, enfim, praticar todos os atos necessários à defesa dos direitos e interesses da outorgante.

São Paulo, 14 de março de 2019.

ADIVALDO APARECIDO NEVES

BT - 1426/6 - 1290016v1

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL -

1.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
São José do Rio Preto
Oficial
GUMERCINDO DE SETA

MATRÍCULA 52.845 FICHA 001

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 26 DE JULHO DE 1990.

IMOVEL:- Uma área de 27.727,03 ms2, ou 2,77,27 has,ou seja 1,15 alqueires, confrontando com Margarete Lote,- com Valter Gonçalves de Abreu, com o Espólio de Ruilando Lotti, e finalmente com o Parque Industrial, encravado na Fazenda Campo ou Borboleta, com a denominação especial de Sítio 4 Irmãos, no distrito e municipio de Bady Bassitt, desta comarca de São José do Rio Preto. PROPRIETARIOS:- 1)-MARGARETE LOTE, RG.11.776.810-SP, e CPF.037.782.118/70, brasileira, professora, primária, divorciada, residente a rua 21 de Abril, s/nº., na cidade de Indiavai-MT; 2)-CLEUZA MARIA LOTTI, que tambem é conhecida por CREUSA MARIA LOTTI, RG.9.788.760-SP e CPF.002.655.288/44, brasileira, comerciária, divorciada, residente nesta cidade, a rua Martinho Gonçalves, - nº.2.445; e MARIO GONÇALVES COLLETES, RG.6.381.189-SP, e CPF.476.919.648/20, brasileiro, divorciado, pecuarista, residente na cidade de Indiavai-MT, na rua 21 de Abril, s/nº.; 3)-VANDERSANTO LOTTI, tambem conhecido por WALDIR SANTO LOTTI, RG.6.590.895-SP e CPF.889.121.328/49, brasileiro, divorciado, do comércio, residente a rua 21 de Abril s/nº., na cidade de Indiavai-MT; 4)-O ESPOLIO DE RUILANDO LOTTI, tambem conhecido por RUILINDO LOTTI, representado pela arrolante, SUELI MADALENA RAMOS, RG.26.399.049-SP e CPF.055.562.978/35, brasileira, do lar, separada judicialmente, residente nesta cidade, na rua Otávio Pinto Cezar, nº.599, nos termos do Alvará Judicial expedido no processo nº.997/86, do 2º Oficio Cível local em data de 28.11.1989, assinado- pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível Dr. Diavo Martins dos Santos Junior. REGISTRO ANTERIOR:- Matricula nº.50.743 deste cartório. O referido é verdade e dou fé. A Oficial Maior

AV.001/52.845.- Sobre o imovel objeto da matricula supra, pesa uma Servidão de Passagem em favor da COMPA--- NHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ S/A, conforme se vê na Averbação 001 na matricula nº.50.743-(procedencia).- O - referido é verdade e dou fé. São José do Rio Preto, 26 de Julho de 1.990. A Oficial Maior

R.002/52.845.- Conforme escritura pública de divisão amigavel lavrada nas notas do 2º Tab. local em 13 de Julho de 1.990, no livro 462, fls. 82, CLEUZA MARIA LOTTI e MARIO GONÇALVES COLLETES, (já qualificados), HOUVERAM o imovel objeto desta matricula, por DIVISÃO AMIGAVEL, feita para EXTINÇÃO DE CONDOMINIO, pelo valor - de Cr$140.774,00.- O referido é verdade e dou fé. Sao Jose do Rio Preto, 26 de Julho de 1.990. A Oficial Maior

AV.003/52.845.- Faz-se a presente para constar que, o imóvel objeto desta matricula acha-se cadastrado no INCRA sob o n. 000027 098566 1; área total 2,7 há., mod. rural 40,0 há., n. mod. rurais 0,07; mod. fiscal 16,0 há., n. mod. fiscais 0,16; f. min. parc. 2,0 há. e na Receita Federal sob o n. 4192943-8. São José do Rio Preto, 02 de JANEIRO de 2.003.- O OFICIAL,

R.004/52.845.- Por Carta de Sentença, expedida pelo Juízo de Direito da Primeira Vara Cível desta comarca, aos 23 de março de 2.001, aditada aos 11 de junho de 2.002, nos autos de divórcio consensual (proc. 730/86), requerido por CLEUZA MARIA LOTTI e MARIO GONÇALVES COLLETES (.....SEGUE NO VERSO.....)

11142-7-555001-570000-0119 11142-7-AA 555183

1º Oficial de Registro de Imóveis
Comarca de São José do Rio Preto - SP

Página: 0001/0007

QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579
Num. 31107586 - Pág. 8

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 60, OFICIO/C1, Página 11

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

(já qualificados), consta que o imóvel objeto desta matricula avaliado em R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), foi partilhado em favor de **CLEUZA MARIA LOTTI**, brasileira, do comércio, divorciada, portadora do RG. 9.708.760-ssp.sp, CPF. 002.655.288/44, residente e domiciliada a rua Martinho Gonçalves n. 2.455, nesta cidade. São José do Rio Preto, **02 de JANEIRO de 2.003.- O OFICIAL,**

R.005/52.845.- Por escritura pública lavrada no Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexo do Tabelionato de Notas do município de Bady Bassitt, desta comarca, aos 21 de maio de 2.001, no livro n. 197, fls. 357, a proprietária **CLEUZA MARIA LOTTI** (já qualificada), **VENDEU** o imóvel objeto desta matricula a **DEWAY FINANCE S/A**, com sede na cidade de Montevidéo, República Oriental do Uruguai, na Rua 25 de Mayo, 288, conjunto 101, inscrita no registro único de contribuinte sob n. 21401030013., pelo preço de R$ 15.000,00 (quinze mil reais). São José do Rio Preto, **02 de JANEIRO de 2.003.- O OFICIAL,**

AV.006/52.845. Requereu-se a presente para constar que, a proprietária **DEWAY FINANCE S/A**, constante no R.005 desta matricula, acha-se inscrita no CNPJ/MF sob o n°**05.404.846/0001-00**, conforme copia autenticada do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. São José do Rio Preto, **31 de Agosto de 2.005.O Oficial,**

R.007/52.845. Por escritura pública lavrada nas notas do 4°Tabelião de notas de São Paulo, aos 29 de Julho de 2005, no livro 2659 as paginas 065 à 068, a proprietária **VENDEU** o imóvel objeto desta matricula, à **ICEC CONSTRUÇÕES METÁLICAS LTDA**, com sede em Bady Bassitt, na Marginal da Rodovia BR 153 n°650, Distrito Industrial III, inscrita no CNPJ/MF sob o n°04.858.299/0001-70, pelo valor de **R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais)**.São José do Rio Preto, **31 de Agosto de 2.005.O Oficial,**

AV.008/52.845:- Faz-se a presente para constar que o imóvel objeto da matricula supra, passou à pertencer ao **PERÍMETRO URBANO** desta cidade, nos termos da Lei n.**1617/02**, expedida em 11 de Novembro de 2002, conforme certidão expedida pela Prefeitura Municipal de Bady Bassitt, sob n.**247/05**, datada de 01 de Novembro de 2005.- São José do Rio Preto, **16 de Dezembro de 2005.O Oficial,**

AV.009/52.845:- Faz-se a presente para constar que o imóvel objeto da matricula **(....SEGUE FICHA 002...)**

Num. 31107586 - Pág. 9
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 60, OFICIO/C1, Página 12

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

supra, acha-se cadastrado na Prefeitura Municipal sob nº.013.078/01.- São José do Rio Preto, 16 de Dezembro de 2005.O Oficial,

AV.010/52.845:- Requereu-se a presente para constar que, a proprietária **ICEC CONSTRUÇÕES METÁLICAS LTDA**, do imóvel objeto desta matrícula, teve sua razão social alterada para **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**; conforme Alteração Contratual registrada na JUCESP sob nº **15.798/06-9** em 24/01/2006.- São José do Rio Preto, **31 de agosto de 2.006.- O Oficial,**

AV.011/52.845:- O imóvel objeto desta matrícula, é beneficiário de Servidão de Passagem conforme registro nº **015** da matrícula nº **64.610**. São José do Rio Preto, **04 de Outubro de 2.006**. O Oficial,

R.012/52.845:- Pela Cédula de Crédito Bancário nº **193046.01**, emitida na Forma da Lei nº **10.931** de 02 de Agosto de 2004, em São Paulo, aos 17 de abril de 2007, por **CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA** (Já qualificada), **DEU EM HIPOTECA CEDULAR DE 1º GRAU E SEM CONCORRÊNCIA DE TERCEIROS**, o imóvel objeto desta matricula, ao **BANCO ABN AMRO REAL S/A**,com sede em São Paulo, à Avenida Paulista nº 1374, 3º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº33.066.408/0001-15 no valor de **R$2.759.309,00 (dois milhões, setecentos e cinqüenta e nove mil, trezentos e nove reais)**, vencível aos **15 de maio de 2013**; **Forma de Pagamento**:- Será paga em **64** parcelas, amortização **60** meses e **Juros TJLP + 3,80%** ao ano e Remuneração do agente de **1,00%** ao ano já incluído na taxa de juros e com as demais condições as constante na referida cédula.- São José do Rio Preto, **07 de Maio de 2007. O Oficial.**

R.013/52.845:- Pela Cédula de Crédito Bancário nº **235172.01**, emitida na Forma da Lei nº **10.931** de 02 de Agosto de 2004, em São Paulo, aos 13 de fevereiro de 2007, por **CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA** (Já qualificada), **DEU EM HIPOTECA CEDULAR DE 2º GRAU E SEM CONCORRÊNCIA DE TERCEIROS**, o imóvel objeto desta matricula, ao **BANCO ABN AMRO REAL S/A**, com sede em São Paulo, à Avenida Paulista nº 1374, 3º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 33.066.408/0001-15 no valor de **R$2.267.072,00 (dois milhões, duzentos e sessenta e sete reais, e setenta e dois centavos)**, vencível aos **15 de fevereiro de 2014**; **Forma de Pagamento**:- Será paga em **63** meses, através de **66** parcelas, vencível do primeiro encargo em **15.05.2008** e vencimento principal em **15.12.2008** e o vencimento final em **15.02.2014** e **Juros: TJLP + 3,30%** ao ano e Remuneração do agente de **1,00%** ao ano já incluído na taxa de juros e com as demais (...SEGUE NO VERSO...)

EMITIDA POR REPRODUÇÃO, PINTURA OU FOTOCÓPIA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Num. 31107586 - Pág. 10

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 60, OFICIO/C1, Página 13

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

condições as constante na referida cédula.- São José do Rio Preto, 12 de MARÇO de 2.008.- O OFICIAL,

R.014/52.845:- Por escritura pública lavrada pelo 9° Tabelião de Notas da comarca de São Paulo/SP, aos 06 de Julho de 2010, no livro 9128, às páginas 357, a proprietária **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**, (já qualificada), **DEU EM HIPOTECA DE 3° GRAU** o imóvel objeto da matrícula supra, ao **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**, com sede em São Paulo-Capital, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, 2041 e 2235, Bloco A, Vila Olímpia, inscrito no CNPJ/MF. sob o n° 90.400.888/0001-42, pelo valor de **R$40.000.000,00 (Quarenta Milhões de Reais)**, incluindo outro imóvel, com vencimento em **24/03/2015**; e as demais condições as constantes do título.- São José do Rio Preto, **15 de Setembro 2.010.- O OFICIAL,**

AV.015/52.845. Por escritura pública de Aditamento, lavrada nas notas do 9°Tabelião de notas de São Paulo/SP, aos 05 de dezembro de 21011, no livro 9638 feito as paginas 129, de comum acordo as partes contratantes de comum acordo resolveram aditar a cédula registrada sob o n°014 nesta matricula, para deixar expresso as alterações dos juros para taxa CDI + 3,5% ao ano, do prazo para 1718 dias contados de **30 de novembro de 2011**, e o vencimento prorrogado para **12 de agosto de 2016** e ratificaram os demais termos da mesma.São José do Rio Preto, **16 de Janeiro de 2.012.O Oficial,**

AV.016/52.845 - Protocolo n° 422.851 de 17/12/2013:- Por certidão, expedida pelo Serviço de Distribuição Cível da Comarca de Mirassol-SP, em 28 de Novembro de 2013, consta que nos autos de Execução de Título Extrajudicial (**Processo n° 0008513-33.2012.8.26.0358**), distribuída ao Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da comarca de Mirassol-SP, tendo como exequente **BANCO DO BRASIL S/A**, inscrito no CNPJ sob n° 00.000.000/4499-70, e como executada **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**, (já qualificada), consta que em 03 de Dezembro de 2012, foi ajuizada a presente execução, dando-se a causa o valor de **R$ 34.821.434,30 (Trinta e quatro milhões, oitocentos e vinte e um mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e trinta centavos)**. São José do Rio Preto, **06 de Janeiro de 2.014. O Oficial,**

AV.017/52.845 - Protocolo n° 435.658 de 21/08/2014:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 5ª Vara Cível desta comarca, em 21 de Agosto de 2014, nos autos de Execução Civil (**Proc. n° 1007445-85.2014**), movida pelo **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, inscrito no CNPJ/MF. sob n° 90.400.888/0001-42, contra **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA** e outros (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de (.....**CONTINUA NA FICHA 003**.....)

Num. 31107586 - Pág. 11

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 60, OFICIO/C1, Página 14

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

R$ 129.970.303,00 (Cento e vinte e nove milhões, novecentos e setenta mil, trezentos e três reais), inclusive outros imóveis. São José do Rio Preto, 03 de Setembro de 2.014. O OFICIAL,

---

AV.018/52.845 - Protocolo nº 450.404 de 26/02/2015:- Por Mandado, expedido pelo Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Mirassol-SP, aos 25 de Fevereiro de 2015, nos Autos de Execução de Título Extrajudicial **(Proc. n.º 0008513-33.2012.8.26.0358)**, movida por **BANCO DO BRASIL S/A**, contra **CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA** e outros, **cancela-se a AV.016** desta matrícula, nos termos do inciso I do Artigo 250 da Lei 6.015/73.- São José do Rio Preto, 09 de Março de 2.015. O OFICIAL,

---

AV.019/52.845 - Protocolo nº 460.893 de 09/09/2015:- Por mandado, expedido pela 5ª Vara Federal da Subseção Judiciária de São José do Rio Preto, em 19 de agosto de 2015, nos autos da Carta Precatória **(Proc. nº 0004071-16.2015.403.6106)**, originária do 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro-RJ., expedida nos autos de Execução Fiscal **(Proc. nº 0002152-95.2013.4.02.5101)**, movida pela **FAZENDA NACIONAL**, contra **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA** (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de R$ 3.253.275,82 (três milhões, duzentos e cinquenta e três mil, duzentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos). São José do Rio Preto, **21 de setembro de 2.015. O OFICIAL,**

AV.020/52.845 - Protocolo nº 468.717 de 04/02/2016:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 2ª Vara do Trabalho desta comarca, em 12 de fevereiro de 2016, nos autos de Execução Trabalhista **(Proc. nº 1909.54.2010)**, movida por **DANIEL TURTERA BODNARUK**, CPF. 334.840.778-83; contra **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA** (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de **R$ 91.695,86 (noventa e um mil, seiscentos e noventa e cinco reais e oitenta e seis centavos)**. São José do Rio Preto, **15 de Fevereiro de 2.016.- O OFICIAL,**

AV.021/52.845-Protocolo nº 476.914 de 12/07/2016:- Por Mandado, expedido pelo Juízo de Direito da 2ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto, aos 28 de junho de 2016, nos Autos de Execução Trabalhista **(Proc. n.º 0001909-54.2010.5.15.0044 RTOrd)**, **cancela-se a AV.020** desta matrícula, nos termos do inciso I do Artigo 250 da Lei 6.015/73.- São José do Rio Preto, **22 de Julho de 2.016.- O OFICIAL,**

(.....CONTINUA NO VERSO.....)

QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Num. 31107586 - Pág. 12

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 60, OFICIO/C1, Página 15

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

MATRÍCULA	FICHA	CNJ
52.845	003	11.142-7

AV.022/52.845-Protocolo nº 499.651 de 16/08/2017:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 3ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto, em 16 de agosto de 2017, nos autos de Execução Trabalhista (Processo nº 0001573-62.2012.5.15.0082), movida por ADILSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, inscrito no CPF/MF. sob nº 083.597.538-06, contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA (já qualificada) e outras, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 3.772.763,63 (três milhões, setecentos e setenta e dois mil, setecentos e sessenta e três reais e sessenta e três centavos). São José do Rio Preto, 21 de Agosto de 2.017. O Oficial, _____

QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

CERTIFICO de acordo com o artigo 19, § 1º da Lei nº 6.015 de 31/12/1973 que revendo os arquivos de cartório a seu cargo, deles verificou constar a matrícula **nº.:52845** do livro 2 - Registro Geral - constante desta fotocópia, e que além dos registros contidos na referida matrícula, não consta nenhum outro registro de ônus ou transmissão, até o dia útil imediatamente anterior a emissão desta. O referido é verdade e dá fé. **São José do Rio Preto-SP, 25 de janeiro de 2019.**

Gumercindo de Seta - Oficial
Maria Cecilia de Seta Buchdid - Substituta
Eli Francisco Borelli - Substituto
Clóvis Eduardo de Deus - Substituto
Luis Carlos Nogueira - Escrevente Autorizado

Ao Oficial...:	R$	31,68
Ao Estado....:	R$	9,00
Ao IPESP.....:	R$	6,16
Ao Reg. Civil:	R$	1,67
Ao Trib. Just:	R$	2,17
Ao Município.:	R$	1,58
Ao Min.Púb...:	R$	1,52
Total.....:	R$	53,78

Pedido de certidão nº: 498639

Controle: 690275

Página: 0007/0007

Para verificar a autenticidade do documento, acesse o site do Tribunal de Justiça:

https://selodigital.tjsp.jus.br

Selo Digital
1114273C3000000004101201Y

11142-7-555001-570000-0119 11142-7 - AA 555186

1º Oficial de Registro de Imóveis
Comarca de São José do Rio Preto - SP

QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

Num. 31107586 - Pág. 14

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 60, OFICIO/C1, Página 17

17

QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO.

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

42

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE OFERECIMENTO DE BEM À PENHORA

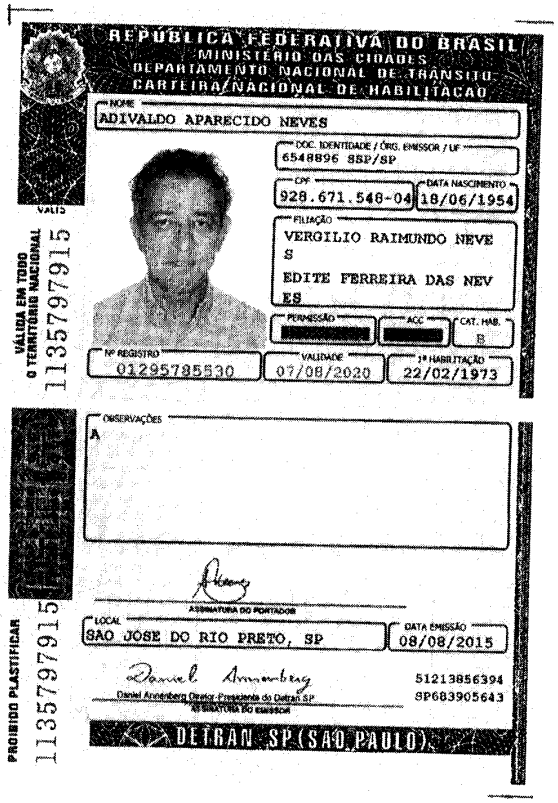
DISTON – MONTAGENS E CONSTRUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA., sociedade estabelecida na Rua Campo Grande, 1096 – Sala 611, Campo Grande, Rio de Janeiro/RJ – CEP 23.080-000, inscrita no CNPJ/MF nº 04.858.299/0001-70, por seu representante legal, autoriza através do presente termo, o oferecimento do imóvel descrito abaixo, como garantia em execução fiscal em benefício de **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 928.671.548-04, residente na Rua Las Vegas, 155, condomínio Débora Cristina, São José do Rio Preto - CEP 15093-010:

- Imóvel localizado na Rodovia BR 153, nº 650, Bady Bassitt - SP, 15115-000, objeto da matrícula nº 52.845, registrada no 1º Oficial de Registro de Imóveis de São José do Rio Preto.

São Paulo, 14 de março de 2019.

DISTON – MONTAGENS E CONSTRUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA.

BT - 1426/6 - 1290011v1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
ADIVALDO APARECIDO NEVES

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
6548896 SSP/SP

CPF
928.671.548-04

DATA NASCIMENTO
18/06/1954

FILIAÇÃO
VERGILIO RAIMUNDO NEVES
EDITE FERREIRA DAS NEVES

PERMISSÃO | ACC | CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
01295785530

VALIDADE
07/08/2020

1ª HABILITAÇÃO
22/02/1973

OBSERVAÇÕES
A

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
SAO JOSE DO RIO PRETO, SP

DATA EMISSÃO
08/08/2015

Daniel Annenberg Diretor-Presidente do Detran SP
ASSINATURA DO EMISSOR

51213856394
SP683905643

DETRAN SP (SAO PAULO)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1135797915

PROIBIDO PLASTIFICAR
1135797915

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

Presidência da República
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integraç

00-2017/ 0 1 9 4 5 2 - 3 16 jan 2017 16:22
JUCERJA Guia: 102209368
3320783356-4 Atos: 106
CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA HASH:J170101945235

Matriz/da sede ou da filial (quando a sede for em outra UF)	CÓDIGO DA NATUREZA JURÍDICA	Nº DE MATRI AUXILIAR
33207833564	2062	

Cumprir a exigência no mesmo local da entrada. Junta - Calculado: 376,00 Pago: 376,00 DNRC - Calculado: 21,00 Pago: 21,00

ULT. ARQ.: SPED003222901/03/2016 705

DEFERIMENTO

Requerimento: 81700000018658
Emitida em 09/01/2017

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
Nire: 33.2.0783356-4
Protocolo: 00-2017/019452-3 - 16/01/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/01/2017, E O REGISTRO SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO

00002997176
DATA: 17/01/2017

Bernardo F.S. Berwanger
SECRETÁRIO GERAL

A

DESCRIÇÃO DO ATO/EVENTO
ALTERAÇÃO
Alteracao de Dados e de Nome Empresarial
Consolidação de Contrato/Estatuto

RIO DE JANEIRO
09/01/2017

Representante Legal da Empresa/Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: ADIVALDO APARECIDO NEVES
Assinatura:
Telefone de contato: (11)32094767 comercial@heraiorp.com.br

2 USO DA JUNTA COMERCIAL

DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s)

☐ SIM ☐ SIM

Processo em ordem. À decisão.

☐ NÃO ___/___/___ ☐ NÃO ___/___/___

Data Responsável Data Responsável Data Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e				
☐ Processo indeferido.				

17/01/2017
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e				
☐ Processo indeferido.				

___/___/___ Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES:

B. M. BARRETO COM E IND GRAFICA LTDA - Rua Feldsalo de Aguiar, 41 - tel: 2201-3410 - RJ - CNPJ 02.234.534/0001-08 - IND. BRAS. - RJ

C 007

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA
Nome Novo: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
Nire: 33207833564
Protocolo: 0020170194523 - 16/01/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/01/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1ECA793029AB3E9BABD56CBDB4F3E251783FBA1B3D9AFB397903D21F5059ED27
Arquivamento: 00002997176 - 17/01/2017

Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

INSTRUMENTO PARTICULAR DE 13ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA.

NIRE: 33.207.833.564
CNPJ/MF nº 04.858.299/0001-70

Pelo presente instrumento particular, as partes a seguir qualificadas:

1) ICEPAR HOLDING PARTICIPAÇÕES LTDA, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Feliciano Salles Cunha, nº 2.241, bairro Jardim Aeroporto, CEP 15.035-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o nº 04.790.072/0001-30 e NIRE 35.216.776.421, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. **Adivaldo Aparecido Neves**, brasileiro, casado com regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.548.896 SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o nº 928.671.548-04, com escritório na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Feliciano Salles Cunha, nº 2.241, bairro Jardim Aeroporto, CEP 15.035 000;

2) ADIVALDO APARECIDO NEVES, brasileiro, casado com regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.548.896 SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o nº 928.671.548-04, com escritório na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Feliciano Salles Cunha, nº 2.241, bairro Jardim Aeroporto, CEP 15.035-000;

Sócios representando a totalidade do capital social de **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Brasil, 40.031, Campo Grande, CEP 23.095-701, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o nº. 04.858.299/0001-70 e na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro –

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA
Nome Novo: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
Nire: 33207833564
Protocolo: 0020170194523 - 16/01/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/01/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1ECA793029AB3E9BABD56CBDB4F3E251783FBA1B3D9AFB397903D21F5059ED27
Arquivamento: 00002997176 - 17/01/2017

Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

Num. 31107586 - Pág. 18

SERPRO
11/11/2019

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Resumido

Inscrições Localizadas: 3 Inscrições Selecionadas: 3
Parâmetro de Localização: 0700017900095

1º Devedor: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 04858299/0001-70
Grande Devedor: PRINCIPAL
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 18470 508107/2016-04
Nº Inscrição: 70 2 16 020339-35
Data Inscrição: 18/11/2016 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: SEGUNDA REGIAO **Nº Único de Processo Judicial:** 00234691320174025101
Procuradoria Responsável: SEGUNDA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 515.008,76 (UFIR 483.985,29)
Valor Consolidado: R$ 904.046,37

2º Devedor: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 04858299/0001-70
Grande Devedor: PRINCIPAL
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 18470 508108/2016-41
Nº Inscrição: 70 2 16 020340-79
Data Inscrição: 18/11/2016 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: SEGUNDA REGIAO **Nº Único de Processo Judicial:** 00234691320174025101
Procuradoria Responsável: SEGUNDA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 12.944,62 (UFIR 12.164,79)
Valor Consolidado: R$ 25.923,56

3º Devedor: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 04858299/0001-70
Grande Devedor: PRINCIPAL
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 18470 508106/2016-51
Nº Inscrição: 70 6 16 043718-45
Data Inscrição: 18/11/2016 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: SEGUNDA REGIAO **Nº Único de Processo Judicial:** 00234691320174025101
Procuradoria Responsável: SEGUNDA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 390.537,02 (UFIR 367.011,57)
Valor Consolidado: R$ 685.548,68

Somatório das inscrições

Valor Inscrito: R$ 918.490,40 (UFIR 863.161,65)
Valor Consolidado: R$ 1.615.518,61
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

FIM DO RELATÓRIO

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21)3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

EXECUTADO: DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA

DESPACHO/DECISÃO

Expeçam-se o mandado de penhora e demais atos para efetivação da constrição sobre o imóvel nomeado pela Executada e acveito pela Exequente para garantia da execução (**ev. 38 - PRECATORIA 5 - fls. 5 a 10/15**).

Reduza-se a termo a penhora sobre os imóveis ofertados, na forma do art. 831 do CPC.

Tendo em vista a certidão do do Oficial de Justiça (**ev. 38 -** PRECATORIA 4) , nomeio, *ex officio*, como depositário do bem penhorado, o Sr. ADIVALDO APARECIDO NEVES.

Intime-se o advogado do executado da lavratura do termo de penhora, do prazo de trinta dias para oposição de embargos, a contar de sua intimação, e da constituição do Sr. ADIVALDO APARECIDO NEVES, CPF n. 928.671.548-04 como depositário do imóvel.

Instrua-se o mandado com cópias da certidão de ônus reais e desta decisão, devendo ainda o oficial do Registro de Imóveis competente ser intimado para que averbe a penhora reduzida a termo, independentemente do pagamento de custas ou outras despesas e para que faça prova a este Juízo do cumprimento da ordem, no prazo de cinco dias.

Intimem-se.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510002030461v3** e do código CRC **b35aa93c**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 8/12/2019, às 20:51:30

0023469-13.2017.4.02.5101 **510002030461 .V3**

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) Nº 5001837-97.2020.4.03.6106 / 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto
DEPRECANTE: 6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

DEPRECADO: 6ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP

D E S P A C H O

Encaminhe-se e-mail ao MM. Juízo deprecante, com cópia desta decisão, solicitando esclarecimentos acerca do ato deprecado, eis que verifico contradição entre o primeiro e os demais parágrafos.

Não obstante isso, ante o disposto no art. 845, § 1º, do CPC e o atual momento em que o país atravessa (pandemia do covid-19) a penhora deve ser feita preferencialmente por termo nos autos.

Aguarde-se por 10 dias a resposta. No silêncio, devolva-se.

SãO JOSé DO RIO PRETO, 7 de maio de 2020.

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) Nº 5001837-97.2020.4.03.6106 / 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto
DEPRECANTE: 6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

DEPRECADO: 6ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP

C E R T I D Ã O D E J U N T A D A

SãO JOSé DO RIO PRETO, 8 de junho de 2020.

MARIA LUCIA PORTO SCAFF - EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

De: MARIA LUCIA PORTO SCAFF
Para: 06vfef@jfrj.jus.br
Data: 08/06/2020 10:48
Assunto: EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Anexos: PROCESSO_ 5001837-97.2020.4.03.6106 - CARTA PRECATÓRIA CÍVEL.Despacho ID 31848395.pdf; 5001837-97.2020.4.03.6106.pdf

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES e DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA

Por ordem do MM. Juiz Federal da 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto-SP, encaminho cópia do despacho ID 31848395, exarado na CP 5001837-97.2020.403.6106, para providências.

Atenciosamente,
Maria Lúcia Porto Scaff
RF 5274

Os documentos referentes à Carta Precatória 5001837-97.2020.4.03.6106 (nosso número) poderão ser visualizados através do link:
http://web.trf3.jus.br/anexos/download/S61A42AE5

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 61

Evento:
REATIVACAO_DO_PROCESSO_SUSPENSO_SOBRESTADO
Data:
10/07/2020 13:23:16
Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
61

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 62

Evento:
AUTOS_COM_JUIZ_PARA_DESPACHO_DECISAO
Data:
10/07/2020 13:23:29
Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
62

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 63

Evento:
DESPACHO_DECISAO___DETERMINA_INTIMACAO
Data:
10/07/2020 16:43:01
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
63

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21)3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES
EXECUTADO: DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA

DESPACHO/DECISÃO

Evento 60 - À Secretaria para providenciar os esclarecimentos ao M. Juízo requerente, a saber:

i) da lavratura do termo de penhora deverá ser intimado pessoalmente o executado, do prazo de trinta dias para oposição de embargos, a contar de sua intimação;

ii) Oportunamente, deverá ser intimado o oficial do Registro de Imóveis competente para que averbe a penhora, independentemente do pagamento de custas ou outras despesas e para que faça prova a este Juízo do cumprimento da ordem, no prazo de cinco dias. Sendo a diligencia instruída com cópias do termo de penhora e desta decisão.

Quanto à situação da pandemia que o país atravessa, convém participar que, conforme **o artigo 3º, § 2º, da Resolução CNJ n° 314/2020**, "*os atos processuais que eventualmente não puderem ser praticados pelo meio eletrônico ou virtual, por absoluta impossibilidade técnica ou prática* (...), *deverão ser adiados e certificados pela serventia, após decisão fundamentada do magistrado*". Cabendo, assim, ao magistrado o juízo de conveniência da sua execução.

Oportunamente, mantenha-se o processo suspenso, conforme anteriormente determinado.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510003233567v6** e do código CRC **c31738f5**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 10/7/2020, às 16:43:0

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 64

Evento:
INTIMACAO_ELETRONICA___CONFIRMADA___REFER__AO_EVENTO__59
Data:
13/07/2020 13:38:57
Usuário:
P1556981 - WALTER LUIS SIMAS BORGES - PROCURADOR
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
64

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 65

Evento:
CIENCIA_COM_RENUNCIA_AO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__59
Data:
13/07/2020 13:38:58
Usuário:
P1556981 - WALTER LUIS SIMAS BORGES - PROCURADOR
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
65

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 66

Evento:
INTIMACAO_ELETRONICA___CONFIRMADA___REFER__AO_EVENTO__58
Data:
17/07/2020 23:59:59
Usuário:
SECJF - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
66

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 67

Evento:
DECURSO_DE_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__58
Data:
28/07/2020 04:38:02
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
67

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 68

Evento:
EXPEDICAO_DE_OFICIO
Data:
24/08/2020 12:52:07
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
68

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21)3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

OFÍCIO Nº 510003508667

DESTINATÁRIO: 5ª VARA FEDERAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Senhor(a) Juiz(a),

Encaminho a Vossa Senhoria, para ciência, cópia da decisão proferida nos autos em epígrafe, bem como cópias das peças necessárias para fins de instrução do presente ofício.

Colho o ensejo para apresentar protestos de distinta consideração.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510003508667v4** e do código CRC **99ab672d**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 24/8/2020, às 12:52:7

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 69

Evento:
JUNTADA___PECAS_DIGITALIZADAS
Data:
25/08/2020 12:40:00
Usuário:
JRJ12495 - CLAUDIO MARCUS DE MELO - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
69

Poder Judiciário Malote Digital

Impresso em: 25/08/2020 às 12:38

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade: 40220207490379
Documento: OFÍCIO Nº 510003508667.pdf
Remetente: SJRJ - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal (Francisco Rocca Camanho)
Destinatário: SJSP - São José do Rio Preto - 5ª Vara - Secretaria (TRF3)
Data de Envio: 25/08/2020 12:35:02
Assunto: OFÍCIO Nº 510003508667 Ref CP 5001837-97.2020.4.03.6106

Código de rastreabilidade: 40220207490380
Documento: anexo_compressed (2).pdf
Remetente: SJRJ - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal (Francisco Rocca Camanho)
Destinatário: SJSP - São José do Rio Preto - 5ª Vara - Secretaria (TRF3)
Data de Envio: 25/08/2020 12:35:02
Assunto: OFÍCIO Nº 510003508667 Ref CP 5001837-97.2020.4.03.6106

Imprimir

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 70

Evento:
JUNTADA___PECAS_DIGITALIZADAS
Data:
19/10/2020 10:01:15
Usuário:
JRJ12495 - CLAUDIO MARCUS DE MELO - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
70



AVISO DE RECEBIMENTO - AR

ETIQUETA OU INDICAÇÃO MÃO PRÓPRIA

DATA DA POSTAGEM: 06 DEZ 2019

UNIDADE DE POSTAGEM: AG CENTRAL SJO JOSE DO RIO PRETO SP

ETIQUETA CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO: JU 63268575 9 BR

DESTINATÁRIO

Juízo da 6ª Vara do Forum Federal do Rio de Janeiro - RJ
Av. Venezuela, 134 - Saúde
Rio de Janeiro - RJ
CEP 20081-312

BX DEVOL. Processo nº *00009122620194036106*

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

TENTATIVAS DE ENTREGA

__/__/__ ___:___h | __/__/__ ___:___h | __/__/__ ___:___h

- ☐ MUDOU-SE
- ☐ DESCONHECIDO
- ☐ RECUSADO
- ☐ NÃO PROCURADO
- ☐ NÚMERO INEXISTENTE
- ☐ END. INSUFICIENTE FALTOU
- ☐ INFOR.DO PORTEIRO /SÍNDICO
- ☐ OUTROS

11 DEZ 2019 RIO DE JANEIRO RJ

REMETENTE / ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DESTE AR

Justiça Federal de São Paulo
5ª Vara Federal de São José do Rio Preto-SP
Rua dos Radialistas Riopretenses, 1000
CEP: 15090-070
São José do Rio Preto – SP

NOME E ASS. RECEBEDOR: JOÃO SOUZA DA CUNHA

R.G. RECEBEDOR: MAT. 15.009

DATA RECEBIMENTO: 11/12/19

RUBRICA E MATRÍCULA DO EMPREGADO: Sel. Nº 8323270 Março RJ

JFRJMEM202007642

Autenticado digitalmente por SÉRGIO DA SILVA SANTOS.
Documento Nº: 2965732.26746352-1076 - consulta à autenticidade em
https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2965732.26746352-1076

SIGA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 5ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP

JFSP-FORUM CIVEL-SPI
** 13/08/2020 16:25 h
Prot. 2020.61000017496-1
0000912-26.2019.403.6106
[CENTRAL] [5a.V SJRPRETO]
Juntada-JFSP ___/___/____
RF:_____ Rubrica:_____

CP BAIXADA

Processo n.º 0000912-26.2019.4.03.6106

LUÃ VICTOR LIMA NASCIMENTO, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SP Nº. 313.427, vem à presença de V. Exa. informar que **renuncia ao mandato que lhe foi outorgado por DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA** nos autos do processo em referência.

Outrossim, requer que todas as intimações atinentes ao referido processo sejam feitas exclusivamente em nome do advogado **CARLOS HENRIQUE QUESADA** OAB/SP 382.693 e **ELIAS FERREIRA DIOGO** OAB/SP 322.379, excluindo-se o nome do peticionante do sistema eletrônico de acompanhamento do processo, para os devidos fins e efeitos de direito.

Termos em que,
Pedem deferimento.

São Paulo/SP, 05 de maio de 2020.

Luã Victor Lima Nascimento
OAB/SP 313.427

BT - 1426/9 - 1522428v1

JFRJMEM202007642

Autenticado digitalmente por SÉRGIO DA SILVA SANTOS.
Documento Nº: 2965732.26746352-1076 - consulta à autenticidade em
https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2965732.26746352-1076

SIGA

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 71

Evento:

JUNTADA_DE_CERTIDAO___TRASLADO_DE_PECAS_DO_PROCESSO____5055304_60_2019_4_02_51

Data:
18/11/2020 17:20:47

Usuário:
JRJ12495 - CLAUDIO MARCUS DE MELO - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)

Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

Sequência Evento:
71

(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:
SENTENÇA

Evento:
SENTENÇA COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO - PEDIDO IMPROCEDENTE

Data:
31/01/2020 15:44:29

Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO

Processo:
5055304-60.2019.4.02.5101

Sequência Evento:
19

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21)3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL Nº 5055304-60.2019.4.02.5101/RJ

EMBARGANTE: DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA

EMBARGANTE: ADIVALDO APARECIDO NEVES

EMBARGADO: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

SENTENÇA

DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA e ADIVALDO APARECIDO NEVES opuseram embargos à execução fiscal 50553046020194025101, que lhes move a **UNIÃO - FAZENDA NACIONAL**, sustentando a nulidade das CDAs que aparelham a execução embargada, em razão de violações aos arts. 202 e 203 do CTN, bem como a inconstitucionalidade do encargo previsto no DL. 1.025/69 e a não incidência das contribuições estabelecidas na Lei nº 8.212/91 sobre verbas de natureza indenizatória. Inicial acompanhada de documentos (evento 1 – inic1 a out13).

A Exequente impugnou os embargos refutando as alegações da Embargante, sustentando a legalidade do encargo previsto no DL 1.025/69, a regularidade das CDAs que aparelham a execução e a inexistência de créditos em cobrança originados da Lei nº 8.212/91. Impugnação acompanhada de processo administrativo (evento 13).

Não houve réplica.

Relatados, decido.

O feito comporta julgamento antecipado, na forma do art. 920, II do CPC e do art. 17, parágrafo único, da Lei n° 6.830/80.

Ao exame da alegação dos Embargantes de nulidade da CDA que lastreia a execução fiscal, inicialmente, cumpre recordar que a matéria é disciplinada nos art. 202 a 204 do Código Tributário Nacional e nos art. 2º, §§ 5° e 6°, e art. 3° da Lei n° 6.830/80, que assim estabelecem seus requisitos e prerrogativas:

Código Tributário Nacional

Art. 202. O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I - o nome do devedor e, sendo caso, o dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros;

II - a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;

III - a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado;

IV - a data em que foi inscrita;

V - sendo caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.

Parágrafo único. A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha da inscrição.

Art. 203. A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no artigo anterior, ou o erro a eles relativo, são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

Art. 204. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

Parágrafo único. A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

Lei n° 6.830/80

Art. 2º - Constitui Dívida Ativa da Fazenda Pública aquela definida como tributária ou não tributária na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com as alterações posteriores, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

(...)

§ 5º - O Termo de Inscrição de Dívida Ativa deverá conter:

I - o nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um e de outros;

II - o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato;

III - a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida;

IV - a indicação, se for o caso, de estar a dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo;

V - a data e o número da inscrição, no Registro de Dívida Ativa; e

VI - o número do processo administrativo ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

§ 6º - A Certidão de Dívida Ativa conterá os mesmos elementos do Termo de Inscrição e será autenticada pela autoridade competente. (...)

Art. 3º - A Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez.

Parágrafo Único - A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do executado ou de terceiro, a quem aproveite.

A perfeição do preenchimento de tais requisitos é essencial para que se possa atribuir à CDA as presunções de liquidez e certeza da dívida inscrita, para que ela então possa viabilizar o ajuizamento de execução fiscal (Lei nº 6.830/80, art. 3º, caput), com todos os benefícios processuais que a lei confere ao Exeqüente, até em prol do resguardo do direito do contribuinte dito devedor ao contraditório, à ampla defesa e, em suma, ao devido processo legal (Constituição Federal, art. 5°, incs. LIV e LV).

Noutras palavras, a CDA espelha o Termo de Inscrição em Dívida Ativa do crédito tributário presumidamente líquido e certo e tem efeito de prova pré-constituída, porque decorrente do devido processo legal desenvolvido no âmbito administrativo, no qual devem ter sido observadas as formalidades tocantes à apuração da dívida e ao seu responsável, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

De se ver, entretanto, que a situação de nulidade da CDA por omissão ou erro de quaisquer de seus requisitos não perde de vista o princípio regente das nulidades jurídicas em geral, que devem ser declaradas somente quando reste caracterizado prejuízo, no caso, para a defesa do devedor - pas de nullite sans grief. Com efeito, nossa jurisprudência tem assente que somente no caso de comprovado prejuízo para a defesa do devedor é que o vício da inscrição e da CDA deve levar ao reconhecimento da nulidade, como exemplifica o seguinte aresto:

EXECUÇÃO FISCAL. CDA. REQUISITOS. ART. 2º, §§ 5º E 6º, DA LEI Nº 6.830/80. AUSÊNCIA DE VÍCIO SUBSTANCIAL OU PREJUÍZO À DEFESA.

I - Os requisitos legais para a regularidade da certidão de dívida ativa elencados noartigo 2º, §§ 5º e 6º, da Lei nº 6.830/80 servem ao exercício da ampla defesa. Desse modo, a inexatidão ou eventual irregularidade constante do referido título somente implica sua nulidade quando privarem o executado da completa compreensão da dívida cobrada. Precedentes análogos: AgRg no REsp nº 782075/MG, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, DJ de 06.03.2006; REsp nº 660895/PR, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, DJ de 28.11.2005; REsp nº 660623/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, DJ de DJ 16.05.2005; REsp nº 485743/ES.

II - Na hipótese, as decisões de primeiro e de segundo graus deixaram claro que a irregularidade quanto ao valor original do título não importa qualquer prejuízo à executada, pois a importância correta pode ser obtida a partir do montante atualizado. Ademais, consta expressamente na CDA número do processo administrativo que precedeu a cobrança, o qual permite aferir a correção dos cálculos efetuados pelo fisco.

III - Recurso Especial improvido.

(STJ – 1ª Turma – REsp n° 893541 – rel. Min. FRANCISCO FALCÃO - DJ 08.03.2007)

Sob tais luzes, observa-se que, no caso concreto, as alegações da Embargante quanto à nulidade das CDAs são de cunho genérico, sem o aponte de qualquer nulidade efetiva; ao passo que o exame das CDAs e seus anexos que instruem a execução fiscal (evento 1- out. 10 – fls. 5/19), revela que os títulos apresentam-se ajustados às exigências do art. 202 do CTN e do art. 2°, §§ 5° e 6°, da Lei n° 6.830/80, já que trazem o nome do devedor, a origem, a natureza, o fundamento legal, o valor originário da dívida, os termos iniciais e formas de cálculos dos juros, correção monetária e demais encargos, bem como a data e o número da sua inscrição no Registro de Dívida Ativa e o número do processo administrativo que lhe deu origem.

Neste ponto, cabe ressalvar que o fato de os encargos legais virem expressos na CDA em diplomas legais não desnatura a liquidez e certeza do título executivo, como também já teve oportunidade de assentar o Eg. Superior Tribunal de Justiça, verbis:

> *PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. TÍTULO EXEQÜÍVEL. CERTIDÃO DA DÍVIDA ATIVA. FORMALIDADES EXTRÍNSECAS. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL (ART. 2º, § 5º, III, DA LEI 6.830/80). NULIDADE INEXISTENTE. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.*
>
> *1 - Constata-se que foi discriminada toda a legislação embasadora da cobrança do débito fiscal destacado, sendo consignados as leis, os artigos, incisos, parágrafos e alíneas satisfatoriamente, permitindo, com absoluta precisão, satisfazer a exigência do art. 2º, § 5º, III, da Lei de Execuções Fiscais, o qual reclama que o Termo de Inscrição de Dívida Ativa deverá conter: a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida.*
>
> *2 - O fato de haver sido especificado o fundamento legal do débito através da indicação precisa dos preceitos legais aplicáveis não induz, absolutamente, em sua nulidade, como pretende a recorrente. A sua ausência, sim, implicaria a nulidade da CDA.*
>
> *3 - Recurso especial conhecido, mas improvido."*
>
> *(STJ –1ª Turma – REsp n° 202587-RS - rel. Min. JOSÉ DELGADO - DJ de 02/08/1999, p. 156)*

É de se ver, ainda, que o rito dos embargos à execução fiscal impõe que, já no momento da sua oposição, o Embargante deve apresentar todos os documentos que tem em seu poder e que pretende valham como prova, assim como indicar todas as demais provas que ainda pretenda produzir (Lei n° 6.830/80, art. 16, § 2°), sendo que, se argüir excesso na execução, deve ainda apresentar memória discriminada dos cálculos que entende mais corretos (CPC, art. 739, § 5º. A propósito, cf. STJ – 1ª Turma - REsp n° 1.115.217/RS - Rel. Min. LUIZ FUX, j. em 2/2/2010).

Ademais, no que pertine ao ônus da prova em se tratando de embargos à execução fiscal, cumpre ter em mente as presunções de liquidez e certeza de que se reveste a CDA que instrui a execução fiscal, bem assim a de legitimidade de sua cobrança, incumbindo ao Embargante não só o genérico dever processual de comprovar suas alegações (CPC, art. 373, inc. I), como mais o de produzir prova inequívoca para lograr ilidir as presunções que revestem a inscrição em dívida ativa (Lei n° 6.830/80, art. 3°, par. único).

Nesse contexto, verifica-se que a cobrança embargada abrange os seguintes títulos: CDA 70616043718-45 (ref. PA 18470508106201651), relativa a CSLL; CDA 70216020339-35 (ref. PA 18470508107201604), relativa a IRPJ; CDA 70216020340-79 (ref. PA 18470508108201641), relativa a IRPJ retido na Fonte.

Quanto à CDA nº 70616043718-45, como bem observou o i. Procurador da embargada em sua impugnação, a análise do Processo Administrativo acostado ao evento 13, revela estarem abrangidos fatos geradores relativos somente a CSLL – qual seja, tributo regulado pela Lei 7.689/1988, que não contém quaisquer das rubricas indicadas pelos Embargantes/Executados com fulcro na Lei 8.212/1991. Assim, mostra-se destituída de fundamento a alegação de que as exações em cobrança incidiriam irregularmente sobre verbas de natureza indenizatória.

Alfim, não prospera a irresignação dos Embargantes em relação ao encargo de 20%, acrescido ao crédito tributário em cobrança na execução fiscal, previsto no

Decreto-lei n° 1.025/69, o qual há tempos é colhido por nossos Pretórios como cabível a título de honorários advocatícios que visam à cobertura das despesas incorridas com a cobrança judicial da dívida ativa. Assim já se firmara no verbete da súmula n° 168 do extinto Eg., Tribunal Federal de Recursos e é reafirmado pela inteligência do C. STJ, como dá nota a seguintes ementa de julgado da Eg. Corte:

> *PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO – VIOLAÇÃO AO ART. 142 E 150 DO CTN - PREQUESTIONAMENTO AUSENTE - INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 STF - EXECUÇÃO FISCAL - CRÉDITO DA UNIÃO - TAXA SELIC – APLICABILIDADE - ENCARGO DE 20% PREVISTO NO DECRETO-LEI 1.025/69 - INCIDÊNCIA - PRECEDENTES STJ.*
>
> *1.Não se conhece do recurso especial quando a questão nele suscitada carece do indispensável prequestionamento (Súmulas 282 e 356 STF).*
>
> *2. A eg. Primeira Seção deste Tribunal assentou entendimento no sentido da aplicabilidade da Taxa Selic sobre débitos e créditos tributários.*
>
> *3. É firme a jurisprudência desta Corte no sentido de ser devido o encargo de 20%, previsto no Decreto-Lei 1.025/69, nas execuções fiscais da União e que este substitui, nos embargos, a condenação do devedor em honorários advocatícios.*
>
> *4. Recurso especial conhecido em parte e, nessa parte, não provido.*
>
> *(STJ – 2ª Turma – REsp n° 1074339 – rel. Min. ELIANA CALMON – unânime - DJE de 27/03/2009)*

Ante o exposto, ausente comprovação de qualquer razão capaz de abalar a liqüidez e certeza da dívida inscrita, **JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO** nestes embargos, determinando o prosseguimento da execução fiscal 50553046020194025101. Sem custas (Lei n° 9.289/96, art. 7°) e sem honorários advocatícios (TFR – Súmula n° 168).

Traslade-se cópia da presente para os autos da execução.

P.R.I.

Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510002273183v6** e do código CRC **0aa4cf82**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 31/1/2020, às 15:44:29

(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:
TRASLADO DE PEÇAS

Evento:
JUNTADA - PEÇAS DIGITALIZADAS

Data:
18/11/2020 17:20:02

Usuário:
JRJ12495 - CLAUDIO MARCUS DE MELO - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)

Processo:
5055304-60.2019.4.02.5101

Sequência Evento:
40

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:
EXTRATO DE ATA

Evento:
JULGAMENTO - MANTIDA A SENTENÇA

Data:
21/08/2020 18:38:03

Usuário:
T211798 - FELIPE DE LIMA BASTOS

Processo:
5055304-60.2019.4.02.5101

Sequência Evento:
8

Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

EXTRATO DE ATA DA SESSÃO VIRTUAL DE 17/08/2020

APELAÇÃO CÍVEL Nº 5055304-60.2019.4.02.5101/RJ

RELATOR: JUIZ FEDERAL FIRLY NASCIMENTO FILHO

PRESIDENTE: DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ANTONIO SOARES

APELANTE: DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA (EMBARGANTE)
ADVOGADO: ELIAS FERREIRA DIOGO (OAB SP322379)
ADVOGADO: THALES LEONARDO OLIVEIRA MARINO (OAB SP390057)
ADVOGADO: IGOR SANTOS PIMENTEL (OAB SP389062)

APELANTE: ADIVALDO APARECIDO NEVES (EMBARGANTE)
ADVOGADO: ELIAS FERREIRA DIOGO (OAB SP322379)

APELADO: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL (EMBARGADO)

MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Certifico que este processo foi incluído na Pauta da Sessão Virtual do dia 17/08/2020, na sequência 66, disponibilizada no DE de 04/08/2020.

Certifico que a 4a. TURMA ESPECIALIZADA, ao apreciar os autos do processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:
A 4A. TURMA ESPECIALIZADA DECIDIU, POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO.

RELATOR DO ACÓRDÃO: JUIZ FEDERAL FIRLY NASCIMENTO FILHO

VOTANTE: JUIZ FEDERAL FIRLY NASCIMENTO FILHO

VOTANTE: DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ANTONIO SOARES

VOTANTE: DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES

ELIANE LIMA CAVALCANTI
Secretária

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:
ACÓRDÃO

Evento:
JUNTADO - RELATÓRIO, VOTO E ACÓRDÃO

Data:
25/08/2020 17:32:08

Usuário:
JRJ16032 - FIRLY NASCIMENTO FILHO

Processo:
5055304-60.2019.4.02.5101

Sequência Evento:
10

Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 5055304-60.2019.4.02.5101/RJ

RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL LETICIA DE SANTIS MELLO

APELANTE: DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA (EMBARGANTE)

APELANTE: ADIVALDO APARECIDO NEVES (EMBARGANTE)

APELADO: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL (EMBARGADO)

EMENTA

APELAÇÃO. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. DESNCESSIDADE DE PERÍCIA. REQUISITOS DA CDA. PREENCHIMENTO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À DEFESA DO EXECUTADO. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. INCLUSÃO DO ENCARGO LEGAL DE 20% (ART. 1.025/69) NA CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

1. A simples leitura da sentença demonstra de forma clara que o Juízo de origem enfrentou fundamenta e detidamente todos os argumentos expostos na inicial, afastando-os. Assim, não há que se falar em ausência de fundamentação e em cerceamento de defesa.

2. Embora tenham alegado excesso de execução, os Embargantes não indicou qual o valor do débito que entendem devido, apresentando memória discriminada de cálculos, em desconformidade com o que exige o art. 525, §4º, do CPC/15. Dessa forma, não é possível a análise da alegação de excesso de execução.

3. Descabe a alegação de que não teve oportunidade de juntar aos autos a documentação comprobatória de sua alegação, pois tais documentos deveriam ter sido trazidos aos autos junto à inicial. De todo modo, também não houve apresentação dos referidos documentos junto a esta apelação.

4. Os Embargantes não apontaram as razões pelas quais haveria necessidade de perícia para comprovar a cobrança de valores indevidos nas CDAs, limitando-se a enumerar verbas indenizatórias sobre as quais não incide contribuição previdenciária, sem trazer aos autos qualquer elemento que indique a cobrança do tributo sobre tais verbas, ou explicação de como a perícia contábil comprovaria tais fatos.

5. O Termo de Inscrição em Dívida Ativa e a respectiva certidão devem atender aos requisitos legais de validade relacionados no art. 202 do Código Tributário Nacional e reproduzidos no art. 2º, §§ 5º e 6º, da Lei nº 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais- LEF).

6. As exigências contida no art. 202 do CTN e no art. 5º da LEF foram completamente atendidas.

7. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou a orientação contida no Enunciado nº 168 da Súmula de Jurisprudência do Tribunal Federal de Recursos (TFR) de que "*o encargo de 20% (vinte por cento) previsto no Decreto-lei 1.025/69, é sempre devido nas execuções fiscais da União e substitui, nos embargos, a condenação do devedor em honorários advocatícios*".

9. Apelação dos Embargantes a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 4a. Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região decidiu, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 2020.

Documento eletrônico assinado por **FIRLY NASCIMENTO FILHO, Juiz Federal Convocado**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.trf2.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **20000243426v3** e do código CRC **63255517**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): FIRLY NASCIMENTO FILHO
Data e Hora: 25/8/2020, às 17:32:7

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 2

Tipo documento:
RELATÓRIO/VOTO

Evento:
JUNTADO - RELATÓRIO, VOTO E ACÓRDÃO

Data:
25/08/2020 17:32:08

Usuário:
JRJ16032 - FIRLY NASCIMENTO FILHO

Processo:
5055304-60.2019.4.02.5101

Sequência Evento:
10

Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 5055304-60.2019.4.02.5101/RJ

RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL LETICIA DE SANTIS MELLO

APELANTE: DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA (EMBARGANTE)

APELANTE: ADIVALDO APARECIDO NEVES (EMBARGANTE)

APELADO: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL (EMBARGADO)

RELATÓRIO

Trata-se de apelação interposta por **DISTON – MONTAGENS E CONSTRUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA. e ADIVALDO APARECIDO NEVES**, contra a sentença proferida pelo Juízo da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que julgou improcedentes os pedidos formulados nestes embargos à execução fiscal (evento 19).

Na petição inicial, os Embargantes afirmam que (i) é inconstitucional o encargo previsto no DL. 1.025/69; (ii) as Certidões de Dívida Ativa que aparelham a execução embargada são nulas por não cumprirem os requisitos descritos nos arts. 202 e 203 do CTN, deixando de apontar a data da inscrição, a indicação do livro e da folha de inscrição, a origem e natureza do crédito, a fundamentação legal, a forma de cálculo de juros e outros encargos como correção monetária e multa; (iii) em razão do descumprimento aos apontados requisitos legais pelas CDAs, seria também nula a execução; (iv) não incidem as contribuições estabelecidas na Lei nº 8.212/91 sobre verbas de natureza indenizatória; (v) é necessária a produção de provas a fim de aferir dentre os valores cobrados na execução fiscal quais seriam os originários de parcelas indenizatórias para que sejam excluídos; (vi) a embargante possui segurança concedida declarando inexigíveis as contribuições patronais estampadas no artigo 22, I e II, da Lei 8.212/91 nos autos do Mandado de Segurança nº 0003962-36.2014.4.03.6106.

O Juízo *a quo* entendeu, em resumo, que (i) as alegações da Embargante quanto à nulidade das CDAs foram genéricas, sem apontar qualquer nulidade efetiva ou prejuízo ocorrido em desfavor dos embargantes em razão desta, sendo certo que o exame das CDAs e seus anexos que instruem a execução fiscal revelam que os títulos apresentam-se ajustados às exigências do art. 202 do CTN e do art. 2°, §§ 5° e 6°, da Lei n° 6.830/80; (ii) mostra-se destituída de fundamento a alegação de que as exações em cobrança incidiriam irregularmente sobre verbas de natureza indenizatória uma vez que quanto à CDA nº 70616043718-45, a análise do Processo Administrativo acostado ao evento 13, revela estarem abrangidos fatos geradores relativos somente a CSLL – qual seja, tributo regulado pela Lei 7.689/1988, que não contém quaisquer das rubricas indicadas pelos Embargantes/Executados com fulcro na Lei 8.212/1991; (iii) não prospera a arguição de inconstitucionalidade em relação ao encargo de 20%, acrescido ao crédito tributário em cobrança na execução fiscal, previsto no Decreto-lei n° 1.025/69 conforme já reconhecido por reiterada jurisprudência dos Tribunais

Superiores.

Em suas razões recursais (evento 24), os Embargantes sustentam, inicialmente, a nulidade da sentença, alegando, em síntese, que (i) não foi adequadamente fundamentada prejudicando o seu exercício de defesa e em prejuízo aos princípios do contraditório e da dialeticidade; (ii) não era o caso de julgamento antecipado do processo, pois as apelantes pleitearam *"a juntada de documentos e perícia tecno-contábil, a fim de comprovar a cobrança indevida",* razão pela qual deve ser determinado o retorno dos autos à primeira instância para a devida instrução do feito. Subsidiariamente, caso este E. TRF 2ª Região entenda ser hipótese de julgamento direto da lide (art. 1.013, §3º, NCPC), reitera todos os termos e pedidos formulados na peça inaugural dos Embargos, inclusive as preliminares nela aventadas.

Em contrarrazões ao recurso (evento 37), a União sustenta, em linhas gerais, que o recurso não merece provimento, porquanto "*além de repristinar os argumentos exordiais (acertadamente rejeitados pela sentença vergastada), deixou de apresentar qualquer outro documento apto a infirmar as conclusões externadas naquele édito sentencial*". Por tal razão, limita-se a ratificar os termos da sua impugnação (evento 13).

É o relatório. Peço dia para julgamento.

VOTO

Na origem, trata-se de embargos à execução fiscal ajuizados com o objetivo de ver desconstituídos os títulos executivos que embasam a Execução Fiscal nº 0023469-13.2017.4.02.5101, instruída pelas CDAs nº 70616043718-45, nº 70216020339-35 e nº 70216020340-79, no valor total de R$ 1.442.383,16 (um milhão e quatrocentos e quarenta e dois mil e trezentos e oitenta e três reais e dezesseis centavos), evento 1 processo 0023469-13.2017.4.02.5101.

Da alegação de nulidade da sentença

Conforme relatado, os Apelantes/Embargantes sustentam que a sentença seria nula, por não ter sido adequadamente fundamentada.

Contudo, no ponto não lhes assiste razão.

A simples leitura da sentença demonstra de forma clara que o Juízo de origem enfrentou fundamenta e detidamente todos os argumentos expostos na inicial, afastando-os.

Da desnecessidade de perícia

Os Apelantes/Embargantes alegam, ainda preliminarmente, que não era o caso de julgamento antecipado do processo, pois pleitearam *"a juntada de documentos e perícia tecno-contábil, a fim de comprovar a cobrança indevida"* de contribuição previdenciária sobre verbas de natureza indenizatória.

Novamente, no ponto, não lhes assiste razão.

Em primeiro lugar, pois, no que diz respeito aos documentos que comprovariam suas alegações, cabia aos Embargantes, já no primeiro momento de sua manifestação nos autos, juntá-los aos autos. Além disso, nada impediria, inclusive, que os referidos documentos fossem juntados aos autos, junto com esta apelação, o que também não foi feito.

No ponto, vale destacar que nos termos do art. 525, §4º, do CPC/15, aplicável subsidiariamente às execuções fiscais, quando alegar excesso de execução, o executado deve declarar, de imediato, o valor que entende correto, apresentando demonstrativo discriminado e atualizado de seu cálculo.

Assim, não tendo os Embargantes apresentado planilha de cálculos com o valor que entendiam correto, acompanhado da documentação comprobatória, não cabia ao Juízo de origem o exame da alegação de excesso de execução.

Não há que se falar em cerceamento de defesa, portanto.

Em segundo lugar, não foi demonstrada a imprescindibilidade da perícia contábil para comprovação do referido excesso. Na verdade, os Embargantes sequer fundamentam as razões pelas quais entendem que a perícia seria necessária. O que se observa é que os Embargantes se limitaram a enumerar parcelas que *poderiam* compor os valores cobrados nas CDAs executadas e que, caso integrassem os referidos títulos, ensejariam nulidade dos mesmos.

Contudo, tais alegações genéricas não são suficientes para fundamentar o requerimento de perícia – sobretudo considerando-se o descumprimento do art. 525, §4º, do CPC/15, e nem para afastar a presunção de liquidez e certeza das CDAs.

Da nulidade da Certidão de Dívida Ativa

Rejeitadas as preliminares, passo à análise do demais argumentos suscitados pelos Apelantes/Embargantes, relativos à nulidade das CDAs que instruem a execução fiscal, por (i) indevida inclusão do encargo legal do DL 1.025/69 e (ii) não observância dos requisitos previstos nos arts. 202 e 203 do CTN.

O Termo de Inscrição em Dívida Ativa e a respectiva Certidão devem atender aos requisitos legais de validade relacionados no art. 202 do Código Tributário Nacional e reproduzidos no art. 2º, §§ 5º e 6º, da Lei nº 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais- LEF), do seguinte teor:

"§ 5º. O Termo de Inscrição de Dívida Ativa deverá conter:

I - o nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um e de outros;

II - o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato;

III - a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida;

IV - a indicação, se for o caso, de estar a dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para cálculo;

V - a data e o número da inscrição, no Registro de Dívida Ativa; e

VI - o número do processo administrativo ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

§6º. A Certidão de Dívida Ativa conterá os mesmos elementos do Termo de Inscrição e será autenticada pela autoridade competente. (...)

Da análise dos autos, verifica-se que a CDA que instrui a execução fiscal de origem preencheu todos os referidos requisitos legais, gozando, portanto, de presunção de liquidez e certeza e produzindo o efeito de prova pré-constituída, nos termos do art. 204 do CTN.

É certo que tal presunção é relativa e, portanto, pode ser superada.

Trata-se, porém, de ônus imputado ao devedor, que deve demonstrar de forma inequívoca a presença de vícios na CDA.

Ocorre que, no caso, os Apelantes não comprovaram qualquer nulidade na CDA, limitando-se tanto na sua petição inicial (evento 1, processo 5055304-60.2019.4.02.5101) como em sede recursal (evento 24) a apontar genericamente os elementos exigidos por lei sem indicar quais deles não estariam presentes nas CDAs que instruem a execução fiscal de origem, e sem demonstrar qualquer prejuízo decorrente de sua ausência.

Ademais, extraio dos documentos acostados a petição inicial da ação de execução fiscal (fls. 2/16 do evento 1, processo n. 0023469-13.2017.4.02.5101) que os requisitos legais das respectivas CDAs estão todos presentes, sendo certo que facilmente podem ser identificados o nome do devedor, a origem e os valores originários das dívidas, a forma de cálculo dos respectivos encargos legais, a data e o número das inscrições no Registro de Dívida Ativa, bem como os números dos processos administrativos que lhes deram origem.

Por fim, registro que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou a orientação contida no Enunciado nº 168 da Súmula de Jurisprudência do Tribunal Federal de Recursos (TFR) de que "*o encargo de 20% (vinte por cento) previsto no Decreto-lei 1.025/69, é sempre devido nas execuções fiscais da União e substitui, nos embargos, a condenação do devedor em honorários advocatícios*" (REsp 1143320/RS, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Seção, julgado em 12/05/2010, DJe 21/05/2010 – acórdão submetido ao regime dos recursos especiais representativos de controvérsia).

Ante o exposto, **voto no sentido de negar provimento à apelação**.

Documento eletrônico assinado por **FIRLY NASCIMENTO FILHO, Juiz Federal Convocado**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.trf2.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **20000243425v2** e do código CRC **4bafcf3d**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): FIRLY NASCIMENTO FILHO
Data e Hora: 25/8/2020, às 17:32:7

5055304-60.2019.4.02.5101 **20000243425 .V2**

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:
DESPACHO/DECISÃO

Evento:
RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO

Data:
05/10/2020 18:40:09

Usuário:
T25041 - MESSOD AZULAY NETO

Processo:
5055304-60.2019.4.02.5101

Sequência Evento:
29

Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 5055304-60.2019.4.02.5101/RJ

APELANTE: DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA (EMBARGANTE)

APELANTE: ADIVALDO APARECIDO NEVES (EMBARGANTE)

APELADO: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL (EMBARGADO)

DESPACHO/DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela **DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA. e ADIVALDO APARECIDO NEVES**, com fulcro no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Lei Maior, em face de acórdão lavrado por este Egrégio Tribunal.

Em seu recurso, a parte sustenta, em síntese, que o acórdão recorrido violou os artigos 369 e 489, II e §1º, IV, todos do Código de Processo Civil/2015, bem como os artigos 202 e 203 do CTN.

Foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório. Decido.

Não deve ser admitido o recurso. Nada há no acórdão impugnado que contrarie, *in abstracto*, os dispositivos infraconstitucionais alegadamente violados.

Certo é que, ainda quando a finalidade dos embargos declaratórios seja o prequestionamento de dispositivos legais e/ou constitucionais, deve ser demonstrada a necessidade de pronunciamento explícito, com a indicação e demonstração de um dos vícios elencados no artigo 1.022, ou até mesmo as condutas descritas no artigo **489**, § 1º, do CPC, que configurariam a carência de fundamentação válida, o que não ocorreu.

Os embargos de declaração foram, em princípio, regularmente apreciados. De fato, alegar que não o foram, quando isso pressuponha, para que acatado, reexaminar os fatos e, só assim, perquirir a correção ou não do julgado, torna inviável a via extrema.

O resultado do julgamento baseia-se em determinada premissa fática. Admitidos os fatos, as conclusões não destoam da lei, daí que não cabe recurso especial, pois a aferição da ofensa a texto de lei teria que reanalisar os fatos, e isto é incabível na presente via recursal.

O julgado analisa a legislação e, apurados os fatos, deu interpretação no mínimo razoável à lei, daí que se aplica, *mutatis mutandis*, o teor da antiga súmula nº 400 do STF, e a hipótese é de inadmissão do recurso.

À luz da súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça, é vedado, em sede de recurso especial, o reexame do conjunto fático-probatório constante dos autos ("*A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial*"). Significa dizer que a premissa equivocada deve ser demonstrada com o corpo teórico constatado pelo acórdão atacado, à luz das premissas de fato por ele vislumbradas.

In casu, da análise dos autos, verifica-se que o órgão julgador decidiu a controvérsia após apreciação dos fatos, sendo certo que, para se chegar à conclusão diversa do exposto no acórdão, seria imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório, o que, como visto, é vedado.

Portanto, o debate no especial encontra óbice na súmula n.º 7 do STJ. Não restou demonstrado, sem necessidade de exame dos fatos e provas, que o julgado contrariou os dispositivos legais citados.

Do exposto, **INADMITO** o recurso especial.

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:
CERTIDÃO
Evento:
TRÂNSITO EM JULGADO
Data:
11/11/2020 11:53:43
Usuário:
T211777 - TESSA KARST TAVELA
Processo:
5055304-60.2019.4.02.5101
Sequência Evento:
43

Poder Judiciário
Justiça Federal da 2ª Região
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Processo: 5055304-60.2019.4.02.5101

Parte(s):
ADIVALDO APARECIDO NEVES - APELANTE
DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA - APELANTE
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL - APELADO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF

CERTIDÃO

CERTIFICO que a decisão/acórdão transitou em julgado em 11/11/2020.

TESSA KARST TAVELA

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 72

Evento:
JUNTADA___PECAS_DIGITALIZADAS
Data:
21/01/2021 10:53:59
Usuário:
JRJ14846 - RICARDO CORNI ALVES - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
72

Justiça Federal da 3ª Região
PJe - Processo Judicial Eletrônico

18/01/2021

Número: **5001837-97.2020.4.03.6106**

Classe: **CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**
Órgão julgador: **5ª Vara Federal de São José do Rio Preto**
Última distribuição : **17/04/2020**
Valor da causa: **R$ 1.615.518,61**
Processo referência: **0023469-13.2017.4.02.5101**
Assuntos: **Atos executórios**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO (DEPRECANTE)	
6ª Subseção Judiciária de São José do Rio Preto/SP (DEPRECADO)	
UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL (PARTE AUTORA)	
ADIVALDO APARECIDO NEVES (PARTE RE)	
DISTON - MONTAGENS E CONSTRUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA (PARTE RE)	

Documentos

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
44243100	18/01/2021 21:14	Decurso Prazo	Certidão
39073798	23/09/2020 07:21	CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO DE E-MAIL	Certidão
39073799	23/09/2020 07:21	CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO DE EMAIL	Documento Comprobatório
39039860	22/09/2020 16:08	ENCAMINHA E-MAIL AO JUÍZO DEPRECANTE	Certidão
39039863	22/09/2020 16:08	E-MAIL AO JUÍZO DEPRECANTE	Documento Comprobatório
38872789	21/09/2020 19:09	Despacho	Despacho
38254429	08/09/2020 13:28	Mensagem recebida Juízo Deprecante	Certidão
38254434	08/09/2020 13:28	documentoLeitorPDF	Documento Digitalizado
38254436	08/09/2020 13:28	documentoLeitorPDF 1	Documento Digitalizado
36280294	31/07/2020 14:50	Comprovante Devolução Juízo Deprecante	Certidão
36281201	31/07/2020 14:50	5001837-97.2020.4.03.6106 - Recibo Envio Carta Precatória RJ - por e-mail	Documento Digitalizado
36281202	31/07/2020 14:50	5001837-97.2020.4.03.6106 - Recibo Envio Carta Precatória RJ	Documento Digitalizado
33426336	08/06/2020 10:54	Certidão	Certidão
33426338	08/06/2020 10:54	Proc. 5001837-97.2020.4.03.6106 - Mensagem Juízo Deprecante - 6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA	Documento Digitalizado

31848395	07/05/2020 09:46	Despacho	Despacho
31107584	17/04/2020 09:40	Petição inicial	Petição inicial
31107586	17/04/2020 09:40	CPR 510002690748OK	Carta

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) Nº 5001837-97.2020.4.03.6106 / 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto
DEPRECANTE: 6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

DEPRECADO: 6ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que não houve manifestação por parte do Juízo Deprecante até a presente data.

São José do Rio Preto, 18 de janeiro de 2021.

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) Nº 5001837-97.2020.4.03.6106 / 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto
DEPRECANTE: 6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

DEPRECADO: 6ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP

C E R T I D Ã O D E J U N T A D A

SãO JOSé DO RIO PRETO, 23 de setembro de 2020.

SJRPRE - SECRETARIA VARA05 - SE05 - RE: FJM - SOLICITA INFORMAÇÕES - EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101 (nº vosso) - CARTA PRECATÓRIA Nº 5001837-97.2020.4.03.6106 (nº nosso

De: 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro <06vfef@jfrj.jus.br>
Para: SJRPRE - SECRETARIA VARA05 - SE05 <SJRPRE-SE05-VARA05@trf3.jus.br>
Data: 9/22/2020 16:24
Assunto: RE: FJM - SOLICITA INFORMAÇÕES - EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101 (nº vosso) - CARTA PRECATÓRIA Nº 5001837-97.2020.4.03.6106 (nº nosso

Confirmo recebimento.

Atenciosamente,

ANDRÉ JUCÁ
Diretor de Secretaria
6ª Vara Federal de Execução Fiscal-RJ

Antes de imprimir pense em
seu compromisso com o **Meio Ambiente**
30 Kg de papel economizado poupam a vida de 1 árvore

De: SJRPRE - SECRETARIA VARA05 - SE05 <SJRPRE-SE05-VARA05@trf3.jus.br>
Enviado: terça-feira, 22 de setembro de 2020 16:05
Para: 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
Assunto: FJM - SOLICITA INFORMAÇÕES - EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101 (nº vosso) - CARTA PRECATÓRIA Nº 5001837-97.2020.4.03.6106 (nº nosso

FAVOR CONFIRMAR RECEBIMENTO DESTE E-MAIL

Prezada(o)

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101 (nº vosso)

CARTA PRECATÓRIA Nº 5001837-97.2020.4.03.6106 (nº nosso)

Por ordem do MM. Juiz Federal desta Vara, encaminho a esse Juízo cópia digitalizada do despacho ID 38872789, conforme segue em anexo, para as providências cabíveis.

Atenciosamente

Fabiana Joia Massinatori

Analista Judiciário - RF 7584

5ª Vara Federal de São José do Rio Preto - SP

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) Nº 5001837-97.2020.4.03.6106 / 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto
DEPRECANTE: 6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

DEPRECADO: 6ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que encaminhei cópia do despacho ID 38872789 ao Juízo Deprecante, conforme cópia em anexo.

SãO JOSé DO RIO PRETO, 22 de setembro de 2020.

SJRPRE - SECRETARIA VARA05 - SE05 - FJM - SOLICITA INFORMAÇÕES - EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101 (nº vosso) - CARTA PRECATÓRIA Nº 5001837-97.2020.4.03.6106 (nº nosso

De: SJRPRE - SECRETARIA VARA05 - SE05
Para: 06vfef@jfrj.jus.br
Data: 9/22/2020 16:05
Assunto: FJM - SOLICITA INFORMAÇÕES - EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101 (nº vosso) - CARTA PRECATÓRIA Nº 5001837-97.2020.4.03.6106 (nº nosso
Anexos: PROCESSO_ 5001837-97.2020.4.03.6106 - CARTA PRECATÓRIA CÍVEL.pdf

FAVOR CONFIRMAR RECEBIMENTO DESTE E-MAIL

Prezada(o)

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101 (nº vosso)

CARTA PRECATÓRIA Nº 5001837-97.2020.4.03.6106 (nº nosso)

Por ordem do MM. Juiz Federal desta Vara, encaminho a esse Juízo cópia digitalizada do despacho ID 38872789, conforme segue em anexo, para as providências cabíveis.

Atenciosamente

Fabiana Joia Massinatori

Analista Judiciário - RF 7584

5ª Vara Federal de São José do Rio Preto - SP

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) Nº 5001837-97.2020.4.03.6106 / 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto
DEPRECANTE: 6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

DEPRECADO: 6ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP

D E S P A C H O

Encaminhe-se e-mail ao MM. Juízo Deprecante, com cópia desta decisão, solicitando esclarecimentos acerca do ato deprecado, informando se o ato deprecado refere-se à hasta pública de imóvel penhorado, e em caso positivo, deve-se encaminhar a este Juízo termo de penhora e respectiva certidão de registro.

Aguarde-se por 10 dias a resposta. No silêncio, devolva-se.

SãO JOSé DO RIO PRETO, 18 de setembro de 2020.

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) Nº 5001837-97.2020.4.03.6106 / 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto
DEPRECANTE: 6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

DEPRECADO: 6ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP

C E R T I D Ã O D E J U N T A D A

SãO JOSé DO RIO PRETO, 8 de setembro de 2020.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais
Código de rastreabilidade: 40220207490379
Nome original: OFÍCIO Nº 510003508667.pdf
Data: 25/08/2020 12:38:48
Remetente:
Francisco
SJRJ - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal
Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para conhecimento.
Assunto: OFÍCIO Nº 510003508667 Ref CP 5001837-97.2020.4.03.6106

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21)3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA

EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

OFÍCIO Nº 510003508667

DESTINATÁRIO: 5ª VARA FEDERAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Senhor(a) Juiz(a),

Encaminho a Vossa Senhoria, para ciência, cópia da decisão proferida nos autos em epígrafe, bem como cópias das peças necessárias para fins de instrução do presente ofício.

Colho o ensejo para apresentar protestos de distinta consideração.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510003508667v4** e do código CRC **99ab672d**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 24/8/2020, às 12:52:7

0023469-13.2017.4.02.5101 **510003508667 .V4**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais
Código de rastreabilidade: 40220207490380
Nome original: anexo_compressed (2).pdf
Data: 25/08/2020 12:38:48
Remetente:
Francisco
SJRJ - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal
Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para conhecimento.
Assunto: OFÍCIO Nº 510003508667 Ref CP 5001837-97.2020.4.03.6106

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:
DESPACHO/DECISÃO

Evento:
DESPACHO/DECISÃO - DETERMINA INTIMAÇÃO

Data:
08/12/2019 20:51:30

Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA

Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101

Sequência Evento:
43

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21)3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

EXECUTADO: DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA

DESPACHO/DECISÃO

Expeçam-se o mandado de penhora e demais atos para efetivação da constrição sobre o imóvel nomeado pela Executada e acveito pela Exequente para garantia da execução (**ev. 38 - PRECATORIA 5 - fls. 5 a 10/15**).

Reduza-se a termo a penhora sobre os imóveis ofertados, na forma do art. 831 do CPC.

Tendo em vista a certidão do do Oficial de Justiça (**ev. 38 -** PRECATORIA 4) , nomeio, *ex officio*, como depositário do bem penhorado, o Sr. ADIVALDO APARECIDO NEVES.

Intime-se o advogado do executado da lavratura do termo de penhora, do prazo de trinta dias para oposição de embargos, a contar de sua intimação, e da constituição do Sr. ADIVALDO APARECIDO NEVES, CPF n. 928.671.548-04 como depositário do imóvel.

Instrua-se o mandado com cópias da certidão de ônus reais e desta decisão, devendo ainda o oficial do Registro de Imóveis competente ser intimado para que averbe a penhora reduzida a termo, independentemente do pagamento de custas ou outras despesas e para que faça prova a este Juízo do cumprimento da ordem, no prazo de cinco dias.

Intimem-se.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510002030461v3** e do código CRC **b35aa93c**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 8/12/2019, às 20:51:30

0023469-13.2017.4.02.5101 **510002030461 .V3**

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:
CARTA PRECATÓRIA

Evento:
JUNTADA - PEÇAS DIGITALIZADAS

Data:
16/12/2019 15:36:37

Usuário:
JRJ12495 - CLAUDIO MARCUS DE MELO

Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101

Sequência Evento:
44

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO

PROC...: 0000912-26.2019.403.6106 Vol: 1
Classe.: 60 - CARTA PRECATORIA Prot: 23/07/2019
Assunto:CARTAS PRECATORIA/ROGATORIA/ORDEM - FISCAL
DEPRECANTE: JUIZO DA 6 VARA DO FORUM FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - RJ
Reu.....: ADIVALDO APARECIDO NEVES
DEPRECADO.: JUIZO DA 5 VARA FORUM FEDERAL DE S.JOSE DO RIO PRETO - SP
DISTR. AUTOMATICA - 23/07/2019 5a SJRPRETO

(ATI

TERMO DE AUTUACAO

Em S.J. do Rio Preto, 24 de Julho de 2019 , nesta Secretaria da 5.A Vara, autuo os documentos adiante, em ___ _ folhas, com _____ apensos, na seguinte conformidade:

Processo: 0000812-26.2019.403.6106
Classe..: 00060 CARTA PRECATORIA
Assunto.:
08.99.03-CARTAS PRECATORIA/ROGATORIA/C/ORDEM - FISCAL
DISTR. AUTOMATICA em 23/07/2019

DEPRECANTE :

JUIZO DA 6 VARA DO FORUM FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - RJ

AUTOR :

FAZENDA NACIONAL

REU :

ADEVALDO APARECIDO NEVES CPF: 926.671.548-04

REU :

DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA CNPJ: 04.858.739/0001-70

DEPRECADO :

JUIZO DA 5 VARA FORUM FEDERAL DE S.JOSE DO RIO PRETO - SP

Volume..: 1

Para constar, lavro e assino o presente.

Diretor de Secretaria
Simone Rodrigues Caputo Soares
Analista Judiciario
RF 5221

JFSP FORUM S.J.RIO PRETO
SETOR DE PROTOCOLO INICIAL
23/07/2019 14:08 h
0000912-26.2019.4.03.6106

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL

JFRJ
Fls 1

CARTA PRECATÓRIA n. CPR.0051.000048-0/2018

0045100510000480201 6

Juízo Deprecante: **Exmo. Sr. Juiz da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal - SJRJ**
Juízo Deprecado: **Exmo(a). Sr(a). Juiz Federal Distribuidor das VFs de São José do Rio Preto - SJSP**
Processo de origem: **Execução Fiscal n. 0023469-13.2017.4.02.5101 (2017.51.01.023469-8)**
Exequente: **FAZENDA NACIONAL**
Executado(a, s): **CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA. E OUTRO**

O Dr. **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, M. Juiz Federal da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal**, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, **DEPRECA** a Vossa Excelência que se digne a mandar proceder ao seguinte:

a) **CITAR** o(s) executado(s) **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, CNPJ/CPF n. **928.671.548-04**, com endereço na **Av. Feliciano Sales Cunha, 2241, Distrito Industrial - São José do Rio Preto/SP - CEP 15035-000,** para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar **R$ 1.521.557,06** (atualizado até **28/03/2018**), referente a dívida exequenda, devidamente atualizado, com juros, multa de mora e demais encargos contidos na C.D.A., ou garantir a execução. Ademais, **INTIMAR** o(a) Executado(a) de que, no caso de não constatação de bens do(a) no local, no mesmo prazo de 05 (cinco) dias, deve indicar quais são e onde se encontram seus bens passíveis de penhora, com seus respectivos valores, sob pena de a omissão em proceder a tal indicação ser considerada ato atentatório à dignidade da Justiça, sujeitando o(a) à multa de até 20% (vinte por cento) do valor da dívida, conforme previsões do artigo 774, inciso V e parágrafo único do Código de Processo Civil. **Outrossim dando-lhe ciência** de que o acesso à integra dos autos do processo eletrônico pode ser obtido por cadastramento do interessado na página da Internet: *http://www.trf2.jus.br*, mediante senha própria, bem assim de que o(s) valor(es) atualizado(s) da(s) dívida(s), bem como instruções para o parcelamento e o pagamento poderão ser obtidos diretamente junto ao(à) Exequente, sendo que, em se tratando de dívida cobrada pela Procuradoria da Fazenda Nacional, por acesso a página da Internet: *www.pgfn.fazenda.gov.br*. Havendo interesse no parcelamento ou pagamento do débito, o devedor deve dirigir-se diretamente ao Exequente para efetivá-lo(s) e deve também comunicar ao M. Juízo a realização do parcelamento ou pagamento, sob pena de prosseguimento da execução.

Assinado eletronicamente. Certificação digital disponível em MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Nº de Série do Certificado: 6DF54526-1-0-1-7-010745 - consulta a autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL

JFRJ
Fls 2

Caso o executado não pague ou garanta a execução, proceda ao seguinte:

b) **PENHORAR OU ARRESTAR** (se o executado não for localizado/ bens deste executado(s), tantos quantos bastem para garantia da execução, efetivar a avaliação e dar ciência ao(s) executado(s));
c) **NOMEAR DEPOSITÁRIO**, intimando-o a não abrir mão do depósito sem prévia autorização do Juízo;
d) **CIENTIFICAR** o(s) executado(s) de que têm o prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação da penhora, para opor Embargos à Execução, sob pena de se presumirem aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pelo exequente nos autos da Execução Fiscal supra mencionada;
e) **INTIMAR** o Oficial de Registro de Imóveis competente, caso a penhora recaia sobre bem imóvel, para que proceda ao registro (art. 7, V, e art. 14, I, da Lei nº 6.830/80), a quem se fará entrega da contrafé e cópia do termo ou auto de penhora ou arresto, bem como intime o(s) cônjuge(s), se casado(s) forem(s). Recaindo a penhora em veículo, entregue a contrafé e cópia do termo do auto de penhora ou arresto, com a ordem de registro (art. 7, IV e art. 14, II da Lei 6.830/80) na repartição competente para emissão do certificado de registro. Recaindo em ações, debentures, quota ou qualquer título, crédito ou direito societário nominativo, a entrega da contrafé far-se-á na Junta Comercial, Bolsa de Valores ou na Sociedade Comercial (art. 14, III);
f) **ALIENAR** judicialmente os bens constritos, caso não sejam oferecidos embargos ou, se apresentados, forem rejeitados;
g) **INTIMAR** a Exequente, na pessoa de seu representante legal, com área de atuação nessa localidade, para providenciar, caso necessário, o pagamento de eventuais despesas porventura existentes para a realização das diligências deprecadas.

Bens indicados à penhora pelo exequente: Não indicados.

Anexos: fls. 1 / 6, 19,21, 50-56.

DADA E PASSADA nesta cidade do Rio de Janeiro, em 8 de novembro de 2018. Eu, ISABELLE FARIAS ALBUQUERQUE, Técnica Judiciária, digitei e conferi. E eu, ANDRE BOTELHO JUCÁ, Diretor de Secretaria, conferi.

MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Juiz Federal
6ª Vara Federal de Execução Fiscal

Validado Ag - Nove
22/10/2019 14:16h

Assinado eletronicamente. Certificação digital nº [illegible] em nome de MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA.
Cópia do processo nº 0069526-14-0-1-2-915749 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.trf2.jus.br/autenticidade.

09

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional 2ª Região

JFRJ
Fls 1

EXMO. SR. DR. JUIZ DA SEÇÃO JUDICIÁRIA - RIO DE JANEIRO

A União (**Fazenda Nacional**), pp 391.463/0216-63, pela Procuradoria da Fazenda Nacional que esta subscreve, com fundamento na Lei 6.830/80, vem propor EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA, contra o(s) contribuinte(s):

Nome: **CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.**
CNPJ: **04.858.299/0001-70**
End: **RUA CAMPO GRANDE, 1096, SALA 611, CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO, RJ, 23080-000**

EXECUÇÃO FISCAL DA DÍVIDA ATIVA

Corresponde ao(s) seguinte(s) certidão(ões) de Inscrição em Dívida Ativa que integra(m) a presente petição inicial:

Processo Administrativo	Inscrição	Valor Atualizado
18470508106201651	70616043771645	R$ 611.922,45
18470508107201604	70716020333/95	R$ 606.957,21
18470508109201641	70216020340/79	R$ 73.463,50

Para tanto, requer-se na forma do art. 6 da Lei 6.830/80, e art. 172 parágrafo 2, do Código de Processo Civil:

1. A citação da(o) Executada(o), pelo correio, com Aviso de Recepção(AR), para pagar, no prazo legal, as dívidas inscritas, devidamente atualizadas, acrescidas de juros, encargos previstos no Decreto-Lei n. 1.025/69, alterado pelo Decreto-Lei n. 1.645/78, custas e despesas processuais, ou nomear bens livres e desembaraçados para garantir a execução; em consonância com a legislação em vigor, sob pena de lhe serem penhorados ou arrestados tantos bens quanto bastem a plena execução da dívida.

2. Não paga a dívida ou não garantida a execução, a expedição de mandado de penhora e avaliação a recair sobre tantos bens quantos bastem à garantia integral da dívida, inclusive imóveis, nesse caso procedendo-se à intimação do cônjuge e à notificação do cartório de registro competente.

Dá-se a causa o valor atualizado de R$ 1.442.383,16 (**um milhão e quatrocentos e quarenta e dois mil e trezentos e oitenta e três reais e dezesseis centavos**), consoante o disposto no art. 6, parágrafo 4, I, da Lei de Execuções Fiscais, que corresponde ao(s) valor(es) consolidado(s) da(s) dívida(s).

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 06 de Março de 2017

VINICIUS BRANDAO DE QUEIROZ
Procuradoria da Fazenda Nacional
Siape - 1086701

Nº do agrupamento de impressão
3000126000095

Página 1 / 1

Este documento foi gerado pelo usuário JOAO HENRIQUE CHAUFFAUT GRUBEL em 06/03/2017 09:21:55 (Prenotação 10038691 - 2017.02.0101 - Evento 2017.0100004848-01)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA NACIF MACHADO:75742
Documento Nº: 77073350-1-0-1-1-112C4 - consulte a autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

JFRJ
Fls 7

CERTIFICO que da REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que sob numero **70 6 16 043718-45** da série 1804 desde 18/11/2016

Nome: **CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.**
CNPJ: **04.858.299/0001-70**
End: **RUA CAMPO GRANDE 1096, SALA 611, CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO, RJ, 23080-000**

É(São) devedor(devedores) da Fazenda Nacional da quantia abaixo discriminada, referente aos debitos especificados em anexo.

Processo Administrativo	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
18470.508726/2016-51	R$ 390.537,02	UFIR 307.011,57

Fundamentação legal da cobrança:

A dívida em apreço foi inscrita à vista dos elementos constantes do processo administrativo devidamente protocolizado no Ministério da Fazenda sob número acima indicado e está sujeita, até a sua efetiva liquidação, à correção monetária (DL. 2052/83, art. 1º, inciso I, DL. 2284/86, art. 41, DL. 2287/86, arts. 12 e 15, modificado pelo DL. 2323/87, arts. 1 e 14, Lei n. 7799/89, alterada pela Lei n. 8383/91, art. 54); aos juros de mora (DL. 2052/83, art.1, inciso II, DL. 2323/87, art. 16, modificado pelo DL. 2331/87, art. 6, Lei n. 8177/91, art. 9, Lei n. 8218/91, art. 3 e 30, Lei n. 8383/91, art. 54, parágrafos 3 e 4, Lei n. 8981/95, art. 84, I e parágrafo 8 (redação da MP 1110/95, art. 10 e reedições), Lei n. 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 25 e reedições, excetuada, quanto aos juros, a parcela relativa à multa de mora, além do encargo de 20% (vinte por cento), previsto no DL nº 1025/69, art. 1, no DL nº 1645/78, art. 3, na Lei nº 7799/89, art. 64, par. 2 e Lei nº 8383/91, art. 57, par. 2 e multa de mora, com base no artigo 84, inciso II, parágrafo 8º, da Lei nº 8.981/95 (incluído pela MP 1.110/95, art. 17, e reedições).

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

Rio de Janeiro, 06 de Março de 2017

VINICIUS BRANDAO DE QUEIROZ
Procuradoria da Fazenda Nacional
Siape - 1286791

Nº de agendamento de inscrição


Página 1 / 2

Para validar este documento, acesse o site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade, informe o código 770753500-2-0-2-3 700230 e solicite a autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade.

Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

JFRJ
Fls 3

Processo Administrativo	Inscrição
18470 508105/2016 - 51	30 6 16 243718 - 45

Origem
LUCRO REAL RELATIVO AO ANO BASE/EXERCÍCIO

Nº da decl./notif.
0

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
01/2013	CONTR SOCIAL	31/03/2014	01/04/2014	01/04/2014	R$ 325.447,52

Fundamentação legal
ARTIGO 2 E PAR 1 E AL "C" |C/ALT ART 2 L 8034/90|, ART 3 (C/ALT ART 17 L 11727/08| E ART 4 L 7689/88; ART 3 E INC II L 8850/90; ART 76 2, 3 E INC II E 6 (COMB C/ART 41 PAR 2 E ART 45 PAR 3 DEC 332/91| L 8200/91; ART 25 COMB C/ART 87, [C/ALT ART 11 9065/95] L 9081/95, ARTS 1 E 49 E INCS I 9249/95; ART 2 PAR 3, ART 6 PAR 2 INC I |C/ALT ART 20 L 12249/10| E PAR 3, ART 16 PARS 1 E 3; ART 11 PARS 2 E 3, ART 12 E PARS 1 (C/ALT ART 9 L 12431/91| E 2 |C/ALT ART 40 L 12715/12|, ART 17, ART 18 PAR 1, ART 19 PAR 7 E ART 22 (C/ALT ART 5 L 12768/12| E PAR 3 COMB C/ART 28; ARTS 59 E 60 L 9430/96; ART 1 E PAR 3 (C/ALT ART 34 MP 2158/01-35|, ART 11 PARS 2 E 3 L 9887/99|, ARTS 21, 30 E PARS E 35 E PAR UN MP 2158/01-35; ART 2 PAR UN L 10305/01; ART 7 E PAR 3 L 10637/02, ART 1 E PARS L 12402/11

Forma de constituição do débito
DECLARACAO

Notificação
PESSOAL

Origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

Nº da decl./ notif.

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
01/2013	MULTA MORA - 20 PCENTO	-	-	-	R$ 65.089,50

Fundamentação legal
ART. 61, PARÁGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

Forma de constituição do débito

Notificação

Nº do Acompanhamento de Inscrição

Página 2 / 3

Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 3
SALDO DO VALOR ORIGINÁRIO

JFRJ
Fls 4

Processo Administrativo	Inscrição
19470.503108/2015-51	70 6 16 043715-45

Natureza	Data de Vencimento	Termo Inicial Juros	Termo Inicial Atualização Monetária	Multa Mora	Valores Originários Remanescentes
PRINCIPAL	31/03/2014	01/04/2014	01/04/2014	20%	R$ 375.947,28
					R$ 6[illegible]

Nº de agrupamento de inscrições
[illegible]

Página [illegible]

Assinado eletronicamente por: JOÃO HENRIQUE CHAVES VALLE GAGNET em 07/03/2017 09:53:55 (Processo: 0023469-13.2017.4.02.5101 - Página: 2017.4[illegible]).
Autenticado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SOUZA MAGALHÃES VAZ.
Código: 77073350-2-0-2-3-705230 - consulta a autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

JFRJ
Fls 5

CERTIFICO que do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob número **70 2 16 020330-35** da série 3551 desde 18/11/2016

Nome: **CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.**
CNPJ **04.858.299/0001-70**
End: **RUA CAMPO GRANDE, 1096, SALA 611, CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO, RJ, 23080-000**

É(São) devedor(devedores) da Fazenda Nacional da quantia abaixo discriminada, referente aos débitos especificados em anexo.

Processo Administrativo	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
18470.508107/2016-04	R$ 615.008,75	UFIR 483.985,29

Fundamentação legal da cobrança:

A dívida em apreço foi inscrita à vista dos elementos constantes do processo ou expediente protocolizado no Ministério da Fazenda sob número acima indicado, e está sujeita, até a sua efetiva liquidação, a correção monetária (DL. 2052/83, art. 1, inciso I, DL. 2284/86, art. 41, DL. 2267/86, arts. 12 e 15, modificado pelo DL. 2322/87, arts. 1 e 11, Lei n. 7799/89, alterada pela Lei n. 8383/91, art. 54), aos juros de mora (DL. 2052/83, art.1, inciso II, DL. 2323/87, art. 10, modificado pelo DL 2431/87, art. 6, Lei n. 8177/91, art. 9, Lei n. 8218/91, art. 3 e 30, Lei n. 8383/91, art. 54, parágrafos 1 e 2, Lei n. 8981/95, art. 84, I e parágrafo 8 (redação da MP 1110/95, art. 16 e reedições); Lei n. 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 26 e reedições, excluída quanto aos juros, a parcela relativa à multa de mora, além do encargo de 20% (vinte por cento), previsto no DL nº 1025/69, art. 1, no DL nº 1645/78, art. 3, na Lei nº 7799/89, art. 64, par. 2 e Lei nº 8383/91, art. 57, par. 2) e multa de ofício, com base no artigo 64, inciso II, parágrafo 8º da Lei nº 8.981/95 (incluído pela MP 1.110/95, art. 17, e reedições).

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

Rio de Janeiro, 06 de Março de 2017

VINICIUS BRANDAO DE QUEIROZ
Procurador(a) da Fazenda Nacional
Matr.: 1295791

Nº de registro/autenticação da impressão:
7005[illegible]

Página 1 / 1

Para verificar a autenticidade deste documento em 06/03/2017 09:54, acesse o Processo 0023469-13.2017.4.02.5101, Evento 44, PRECATORIA1, Página 9 e informe o número de Certificação digital gerado pela JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO - JFRJ - VARA DE VARA.
Documento: 770733500-3-0-6-3-158099 - consulte a autenticidade do documento através do site http://www.trf2.jus.br/autenticidade.

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

JFRJ
Fls 6

Processo Administrativo	Inscrição
19479.503103/2016-34	80.2.16.020035-35

Origem:
LUCRO REAL RELATIVO AO ANO BASE/EXERCÍCIO

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
01/2013	IMPOSTO	31/03/2014	01/04/2014	01/04/2014	R$ 429.173,97

Nº da decl./notif
0

Fundamentação legal
ARTS 27 E 32 DL 5844/43; ART 6 E PARS DL 1598/77; ART 46 PAR 3 L 8383/91, ART 3 E INC III L 8846/94; ART 25 L 8981/95; ARTS 1, 3 E PARS 1 E 2 (C/ALT ART 4 L 9430/96) E ART 25 E PARS L 9249/95; ART 1 PAR UN L 9316/96; ART 2 PAR 3, ART 4, ART 8 PAR 1 INC I (C/ALT ART 20 L 12844/13) E PAR 3, ART 10 PARS 1 E 3, ART 11 PARS 3 E 5, ART 12 E PARS 1 (C/ALT ART 9 L 12431/11) E 2 (C/ALT ART 48 L 12715/12), ART 17, ART 18 PAR 7, ART 19 PAR 7, ART 22 (C/ALT ART 5 L 12973/12) E PAR 3, ART 8 E 58 E 60 L 9430/96, ART 74 L 9718/98; ART 29 E INCS MP 1991/99-12, ART 1 MP 2011/99-3, ART 1 E PARS L 12402/11

Forma de constituição do débito
DECLARAÇÃO

Notificação
PESSOAL

Origem:
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
01/2013	MULTA MORA - 20 PERCENTO	-	-	-	R$ 85.834,79

Nº da decl./notif

Fundamentação legal
ART. 61, PARÁGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

Forma de constituição do débito

Notificação

Nº do acompanhamento de impressão
[illegible]

Página 2 - 3

Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 3
SALDO DO VALOR ORIGINÁRIO

JFRJ
Fls 7

Processo Administrativo	Inscrição
18470.508107/2016-34	70.2.16.020339-35

	Data de Vencimento	Termo Inicial		Multa Mora	Valores Originários Remanescentes
		Juros	Atualização Monetária		
[illegible]	31/03/2014	01/04/2014	01/04/2014	20%	R$ 42[illegible]
[illegible] PRINCIPAL					R$ [illegible]

Para validação deste documento, acesse http://www.jfrj.jus.br e informe o código 77073350

Página 3 / 3

Este documento foi gerado pelo usuário JOÃO HENRIQUE CHALFFALLE GROSSET em 08/09/2020 13:28:56 (Processo 0023469-13.2017.4.02.5101 - Evento 44, PRECATORIA1 - Página 11)
Assinado eletronicamente. Certificado digital pertencente a VARGAS HELENA SCHLOSS VASCONCELLOS
Documento No: 77073350-3-0-5-3-168093 - consulte a autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade

PGFN

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

JFRJ
Fls 8

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que sob numero **70 2 16 020340-79** da série 3560 desde 19/11/2016

Nome: **CONSTRUCOES METALICAS JDEC LTDA.**
CNPJ: **04.858.299/0001-70**
End: **RUA CAMPO GRANDE, 1096, SALA 611, CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO, RJ, 23080-000**

É(São) devedor(es) da Fazenda Nacional da quantia abaixo discriminada, referente aos débitos especificados em anexo

Processo Administrativo	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
18470.508108/2016-41	R$ 12.944,63	UFIR 12.161,79

Fundamentação legal da cobrança.

A dívida em apreço foi inscrita à vista dos elementos constantes do processo nº supra indicado, e está sujeita, até a sua efetiva liquidação, à correção monetária (DL 2052/83, art. 1 inciso I; DL 2284/86, art 4º; DL 2257/86, arts. 12 e 15, modificado pelo DL 2323/87, arts. 1º e 14; Lei n. 7799/89, alterada pela Lei n. 8383/91, art. 54), aos juros de mora (DL 2052/83, art. 1º inciso II; DL 2323/87, art. 16, modificado pelo DL 2331/87, art. 6; Lei n. 8177/91, art. 9; Lei n. 8218/91, art. 3º e 30; Lei n. 8383/91, art. 54 parágrafos 1 e 2; Lei n. 8981/95, art. 84, I e parágrafo 8 (redação da MP 1110/95, art. 16 e reedições; Lei n. 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 2º e reedições, excetuada quanto aos juros, a parcela relativa à multa de mora) além do encargo de 20% (vinte por cento), previsto no DL nº 1025/69, art. 1º no DL nº 1645/78, art. 3, na Lei nº 7799/89, art. 64, par. 2 e Lei nº 8383/91, art. 57, par. 3 e multa de mora, com base no artigo 84, inciso II, parágrafo 8º da Lei nº 8.981/95 (incluído pela MP 1.110/95, art. 17, e reedições).

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

Rio de Janeiro, 06 de Março de 2017

VINICIUS BRANDAO DE QUEIROZ
Procurador(a) da Fazenda Nacional
Siape - 1285791

Nº do agrupamento de inscrições
210017000095

Página 1 de 1

Protocolado em JOAO HENRIQUE CHAUFFAUD CROSNIER em 06/03/2017 às 17:50, informado pelo(a) interessado(a) sob o número 0023469-13.2017.4.02.5101 - Evento 2017 0012 0045434-0
Assinado digitalmente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MACALHAES DIAZ
Documento No. 77073350-4-D 8-9-240121 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

JFRJ
Fls 9

Processo Administrativo	Inscrição
18470.908108/2016-41	80 2 16 020340-75

Origem
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito	Nº da declaração/notif.
			Atualização Monetária	Juros de mora		
01/2011	IMPOSTO	18/02/2011	21/02/2011	01/03/2011	R$ 508,49	0

Fundamentação legal
ART 103 DL 5844/43; ART 5 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 8 E PAR UN DL 1736/79; ART 7 INC I E PAR 1 L 7713/88; ART 3 L 9249/95; ART 8 L 9250/95; ART 61 PAR 1 L 8532/97; ART 3 PAR 5 L 10168/00; ART 70 E INC I E AL "C" L 11196/05; ART 5 L 11033/04; ART 1 INC V L 11452/07 C/ALT ART 1 L 12469/11; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11

Forma de constituição do débito
DECLARACAO

Notificação
PESSOAL

Origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito	Nº da declaração/notif.
			Atualização Monetária	Juros de mora		
01/2011	MULTA MORA - 20 PCENTO	-	-	-	R$ 101,70	

Fundamentação legal
ART 61, PARÁGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

Forma de constituição do débito

Notificação

Nº de Agrupamento de Inscrições
[illegible]

Página 2 / 3

Protocolizado em JOÃO HENRIQUE CHAUFFAILLE GRIGNET em 05/10/2017 09:51:55 - Processo 0023469-13.2017.4.02.5101 - Petição 2017.3010.3048-1000
No. 77073050-4-0-9-9.249121 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jrj.jus.br/autenticidade .

Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

JFRJ
Fls. 10

Processo Administrativo	Inscrição
19679.SEA108/2016-47	70 2 16 020340 - 79

Origem
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO

Nº da decl./ctrl
0

Período de apuração ano base/exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
02/2011	IMPOSTO	15/03/2011	21/03/2011	01/04/2011	R$ 2.170,85

Fundamentação legal
ART 1º DL 0844/43, ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 8 C PAR UN DL 1736/79; ART 7 INC I F PAR 1 L 7713/88; ART 1 L 9249/95; ART 5 L 9250/95; ART 11 PAR 1 L 9532/97; ART 3 PAR 5 L 10101/00; ART 70 E INC I E AL "D" L 11196/05 C/ALT ART 5 L 11933/09; ART 1 INC V L 11483/07 C/ALT ART 1 L 12469/11; ART 1 E PAR§ 1 E 2 L 12402/11

Forma de constituição do débito
DECLARAÇÃO

Notificação
PESSOAL

Origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

Nº da decl./notif.

Período de apuração/ ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial do		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
02/2011	MULTA MORA - 20 P/CENTO	-	-	-	R$ 434,13

Fundamentação legal
ART. 61, PARÁGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

Forma de constituição do débito

Notificação

Nº de agrupamento de inscrições

Página 1/1

Petição: JOÃO HENRIQUE CHALITA ALLE CROUNET em 08/09/2020 08:47:05 - Processo: 0023469-13.2017.4.02.5101 - Petição: 20[illegible]
Assinado eletronicamente. Conferência digital pertence a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ
pelo IP: 77073350-4-0-8-9-249121 - consulta a autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360

Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

JFRJ
Fls 11

Processo Administrativo	Inscrição
18470.508.108/2016 - 41	72.7.16.000340-78

Origem
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO

Nº da declaração
0

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
03/2011	IMPOSTO	20/04/2011	25/04/2011	02/05/2011	R$ 3.163,22

Fundamentação legal
ART 103 DL 5844/43; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 6 E PAR UN DL 1736/79; ART 7 INC I E PAR 1 L 7713/88; ART 1 L 9249/95; ART 3 L 9250/95; ART 1º PAR 1 L 9532/97; ART 3 PAR 3 L 10101/00; ART 70 E INC I E AL "D" L 10833/03 C/ALT ART 5 L 11033/04; ART 1 INC V L 11452/07 C/ALT ART 1 L 12469/11; ART 1 E PARG 1 E 2 L 12402/11

Forma de constituição do débito
DECLARACAO

Notificação
PESSOAL

Origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

Nº da declaração

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
03/2011	MULTA MORA - 20 PCENTO	-	-	-	R$ 632,64

Fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

Forma de constituição do débito

Notificação

Nº do Aviso comercial de cobrança

Página 4 - 5

Assinado digitalmente por: JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET
Assinado digitalmente em: 07/07/2017 09:51:31 - Processo 0023469-13.2017.4.02.5101 - Vara 32.2017.0010.004643-0
Documento No: 77073360-4-0-849-240121 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jrj.jus.br/autenticidade

Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 2

Tipo documento:
CARTA PRECATÓRIA

Evento:
JUNTADA - PEÇAS DIGITALIZADAS

Data:
16/12/2019 15:36:37

Usuário:
JRJ12495 - CLAUDIO MARCUS DE MELO

Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101

Sequência Evento:
44

PGFN

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

JFRJ
Fls 12

Processo Administrativo	Inscrição
16470 508108/2016 41	72 2 16 020350 - 79

Origem
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO

Nº da decl./notif.
0

Período de apuração ano base/exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
04/2011	**IMPOSTO**	**20/05/2011**	**23/05/2011**	**01/05/2011**	**R$ 443,16**

Fundamentação legal
ART 100 DL 5844/43; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66, ART 6 E PAR UN DL 1736/79; ART 7 INC I E PAR 1 L 7713/88; ART 1 L 8249/95; ART 5 L 9250/95, ART 11 PAR 1 L 9532/97; ART 3 PAR 5 L 10101/00, ART 70 E INC I E AL "D" E 11196/05 C/ALT ART 5 L 11033/09; ART 1 INC V L 11482/07 C/ALT ART 1 L 12469/11; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11

Forma de constituição do débito
DECLARAÇÃO

Notificação
PESSOAL

Origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

Nº da decl./notif.

Período de apuração ano base/exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
04/2011	**MULTA MORA - 20 PCENTO**	-	-	-	**R$ 88,63**

Fundamentação legal
ART. 61 PARÁGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

Forma de constituição do débito

Notificação

Nº do Agrupamento de Inscrições

Página 5/9

Impresso por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GRENNET em 05/07/2017 às 17:15, Processo 0023469-13.2017.4.02.5101. Acesso disponibilizado: Certificação digital pela procuradoria e VARGIA HELENA SCHLICK MAGALHAES VAZ
Nº de Inscrição: 7/073350-1-0-8-0-249121 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade.

Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
18470.xxx.xxx/2017-41	72 2 16 xxxxxx-78

Origem
IRRF/RENDIMENTOS DE TRABALHO ASSALARIADO

Período de apuração ano base/exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
05/2011	IMPOSTO	20/06/2011	21/06/2011	01/07/2011	R$ 565,30

Nº da decl./notif.: 0

Fundamentação legal
ART 103 DL 5844/43; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 8 E PAR UN DL 1736/79; ART 7 INC I E PAR 1 L 7713/88; ART 3 L 8218/91, ART 5 L 8850/94; ART 61 PAR 1 L 9532/97; ART 3 PAR 5 L 10101/00; ART 70 E INC I E AL "B" L 11196/05 C/ALT ART 5 L 11033/04; ART 1 INC V L 11452/07 C/ALT ART 1 L 12469/11, ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11

Forma de constituição do débito: **DECLARACAO**

Notificação: **PESSOAL**

Origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

Período de apuração ano base/exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
05/2011	MULTA MORA - 20 P/CENTO	-	-	-	R$ 111,06

Nº da decl./notif.:

Fundamentação legal
ART. 61, PARÁGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

Forma de constituição do débito:

Notificação:

Nº do agrupamento de inscrições
[illegible]

Para conferir o original acesse o site http://www.pgfn.fazenda.gov.br/ e informe o código 77073390400000243121

Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

JFRJ
Fls 14

Processo Administrativo	Inscrição
18470 538183/2016-21	06 2 16 020340 - 79

Origem
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO

Nº da decl./notif.
0

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
07/2011	IMPOSTO	19/08/2011	22/08/2011	01/09/2011	R$ 3.879,25

Fundamentação legal
ART 103 DE 1944/40; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR ÚN L 5172/66; ART 8 E PAR UN DL 1736/79; ART 7 INC I E PAR 1 L 7713/88; ART 1º L 9249/95; ART 5 L 9250/95; ART 11 PAR 1 L 9532/97; ART 3 PAR 5 L 10101/00; ART 10 E INC I E AL "D" L 11196/05 C/ALT ART 5 L 11313/06 ART 1 INC V L 11482/07 C/ALT ART 1 L 12469/11; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11

Forma de constituição do débito
DECLARAÇÃO

Notificação
PESSOAL

Origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

Nº da decl./notif.

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
07/2011	MULTA MORA - 20 PCENTO	-	-	-	R$ 775,85

Fundamentação legal
ART. 61, PARÁGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

Forma de constituição do débito

Notificação

Nº do agrupamento de inscrições
0001-1-00095

Página 1 / 9

Protocolado por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROSSNET em 06/03/2017 às 15:19 , Processo 0023469-13.2017.4.02.5101 - Petição 2017.3010.004648-0 .
Acesse eletronicamente - Certificação digital providenciada e VARCIA HELENA SILVA DE MAGALHAES SAC
Documento No. 77073350-4-0-8-9 749121 - consulte a autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

JFRJ
Fls 15

Processo Administrativo	Inscrição
18470.508108/2016 - 41	70 2 16 [illegible] - 75

Origem
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO

N° da decl./notif
0

Período de apuração ano base/exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
06/2011	**IMPOSTO**	**20/09/2011**	**21/09/2011**	**03/10/2011**	**R$ 67,13**

Fundamentação legal
ART 103 DL 5844/43; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 8 E PAR UN DL 1736/79, ART 7 INC I E PAR 1 L 7713/88, ART 1 L 9249/95; ART 6 L 9250/95; ART 11 PAR 1 L 9532/97; ART 3 PAR 3 L 10191/00, ART 70 E INC I E AL "D" E U 11196/05 C/ALT ART 5 L 11196/05; ART 1 INC V L 11482/07 C/ALT ART 1 L 12469/11; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11

Forma de constituição do débito
DECLARACAO

Notificação
PESSOAL

Origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

N° da decl./notif

Período de apuração ano base/exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
06/2011	**MULTA DE MORA - 20 PERCENTO**	-	-	-	**R$ 13,43**

Fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

Forma de constituição do débito

Notificação

Nº de Agrupamento de Inscrições
[illegible]

Página 5 / 9

Autenticado por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE CROCCIA em 20/03/2017 [illegible] - Processo 18470.508108/2016-41 - Folhas 2017.5101.00494340
Assinado digitalmente. Certificação digital proporcionada a VARGAS HILENA SCHUCK MAGALHAES VAZ.
Pedido No: 77073360-4-0-9-9 249121 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional 2ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 3
SALDO DO VALOR ORIGINÁRIO

JFRJ
Fls 16

Processo Administrativo	Inscrição
16470.508108/2016-41	80 2 16 020340-79

	Data de Vencimento	Termo Inicial Juros	Termo Inicial Atualização Monetária	Multa Mora	Valores Originários Remanescentes
[illegible]	14/02/2011	01/03/2011	21/02/2011	20%	[illegible]
P/CENTO	[illegible]	-	-	-	[illegible]
P/CENTO	[illegible]	01/04/2011	21/03/2011	20%	[illegible]
P/CENTO	[illegible]	02/05/2011	25/04/2011	20%	[illegible]
P/CENTO	20/06/2011	01/06/2011	23/05/2011	20%	[illegible]
20 P/CENTO	20/06/2011	01/07/2011	21/06/2011	20%	[illegible]
20 P/CENTO	18/08/2011	01/09/2011	22/08/2011	20%	[illegible]
P/CENTO	20/09/2011	03/10/2011	21/09/2011	20%	[illegible]

Nº do suplemento de inscrição
[illegible]

Página 6 / 9

Protocolado por JOÃO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROSSNET em 01/07/2017 01:51:51 (Processo 0023469-13.2017.4.02.5101 - Petição 201701.00464940).
Assinado eletronicamente. Certificação digital e Carimbo de TEMPO HE. Nº SCHLOSS VASCONCELLOS VAZ
Documento Nº: 77073350-4-03-8-9-241912 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.trf2.jus.br/autenticidade

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL

JFRJ
Fls: 19



Processo nº 0023469-13.2017.4.02.5101 (2017.51.01.023469-8)

1. **Defiro** a petição inicial (Lei nº 6.830/80, art. 7º).

2 **Cite(m)-se** o(a,s) Executado(a,s), no(s) endereço(s) indicado(s), por mandado a ser cumprido por Oficial de Justiça, para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar(em) o débito, mais acréscimos legais, ou garantir(em) a execução (Lei nº 6.830/80, arts. 8º e 9º), que, se vier em carta de fiança, deverá ter sido seu original apresentado em Secretaria deste M. Juízo, para arquivamento, ou se por depósito de dinheiro, comprovado por cópia da operação bancária sob pena de se considerar não garantida. Quanto a citação, cumpra-se o(s) item(ns) seguinte:

2.1. Se caracterizada a suspeita de ocultação da parte Executada, fica autorizado o Oficial de Justiça a proceder à **citação por hora certa** (CPC, arts. 252 e 253), após cientificar a Secretaria da devida comunicação pelo correio (CPC, art. 254). Se decorridos 5 (cinco) dias sem qualquer manifestação do citando, dê-se vista à Defensoria Pública da União (CPC, art. 72, inc. II). Se o Oficial de Justiça certificar que o endereço do(a) Executado(a) se encontra em **área de risco**, proceda-se à **citação pelo correio**, com aviso de recebimento (Lei nº 6.830/80, art. 8º, inc. I c/c III).

2.2. Se o(s) Executado(s) não for(em) encontrado(s), porque ele(s) se ocultou(aram) ou ele(s) não foi(ram) localizado(s) no(s) endereço(s) indicado(s), tratando-se de **pessoa natural**, proceda-se à citação por edital. Já se se tratar de **pessoa jurídica**, abra-se vista à Exequente para que, no prazo de 30 dias, traga cópia do contrato social (última alteração) da empresa executada arquivada na JUCERJA ou no RCPJ, então expedindo-se mandado para sua citação em novo endereço dela ou nos de seus sócios, que ainda não tenham sido buscados nestes autos. Nesta hipótese caso a documentação demonstre que tais endereços já foram esgotados ou se frustradas as diligências anteriores ordenadas acima, proceda-se à **citação por edital**.

2.2.1. Se decorrido o prazo sem qualquer manifestação do citado por edital, dê-se **vista à Defensoria Pública da União**, por novo prazo igual. Após, sem qualquer manifestação da Defensoria, **prossiga-se conforme item 4** e seguintes desta. Já se vier petição da Defensoria, dê-se **vista ao(à) Exequente**, pelo prazo de 5 dias, para manifestar o prosseguimento do pretendido à execução, sob pena de extinção.

3 **Se houver o pagamento**, for alegado parcelamento ou vier aviso de bens a penhorar, dê-se vista à Exequente para sua manifestação a respeito, voltando os autos em seguida.

4. **Sendo positiva a citação e não ocorrendo o pagamento nem oferta de garantia à execução**, em vista do que dispõem o artigo 185-A do Código Tributário Nacional, os artigos 655-A do Código de Processo Civil, o artigo 11 da Lei nº 6.830/80 e decisão assentada pela Colenda Superior Tribunal de Justiça quanto às medidas de efetividade da jurisdição executiva (vg: STJ - 2ª Turma - REsp nº 1.074.228-MG - Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES - DJ de 05/11/2008), efetive-se o bloqueio dos valores disponíveis em contas bancárias e aplicações financeiras em(a) Executado(a,s) regularmente citado(a,s), até o limite do montante total exigido na presente execução, por meio do sistema **BACEN-JUD** (CPC, art. 854), observando-se ainda as seguintes:

4.1. O bloqueio deve compreender aplicações financeiras em qualquer natureza e montante ou o que estas excederem de 50 (cinquenta) salários mínimos mensais (CPC, art. 833, IV e § 2º) e valores acima de 40 salários-mínimos em conta poupança (CPC, art. 833, X).

4.2 Se houver conta única cadastrada nos termos da Resolução nº 47/2008 - CNJ, a ordem deverá ser imediatamente expedida para essa conta, sendo que, se nela não houver valores

Autenticado eletronicamente por Certificação Digital Empresarial - JACQUELINE CAMPBELL PENNA
Número: 770733504604193-627059 - consulte a autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL

JFRJ
Fls 20

disponíveis em montante suficiente, fica desde já determinada a redução/cancelamento da ordem de bloqueio da quantia remanescente às demais contas e instituições financeiras em ordem d(s) Executante(s) pessoa(m) valores disponíveis, paralelamente encaminhe-se ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça para informação do acordado e providências que vier adequadas, conforme disposto no art. 8º da citada Resolução.

4.3. **Efetivado o bloqueio** se transcorridos 5 (cinco) dias úteis sem que se oponha o devedor, formaliza-se a penhora, para tanto lavrem-se os termos determinando-se:

4.3.1 A transferência do(s) valor(es) bloqueado(s) para conta judicial a ser aberta na Caixa Econômica Federal à disposição deste M. Juízo, então cientificando-se o(a) executado(a) a respeito da constrição e do seu prazo para oposição de embargos cabíveis, servindo o relatório de detalhamento da transferência do sistema BACENJUD como **termo de penhora**. Nestas hipóteses, caso não localizado(a) o devedor(a), cite(m)-se e/ou intime(m)-se por edital, conforme o caso, dando-se vista à DPU se decorrido o prazo do edital e não houver nos autos prévia citação pessoal de(s) executado(s). **Se transcorridos *in albis* o prazo para oferecimento de embargos**

4.3.1.1 Oficie-se à CEF para transformação em pagamento dos valores depositados judicialmente devendo comprovar a transformação nos autos.

4.3.1.2 Sendo a presente cobrança composta de mais de uma CDA e o valor arrecadado insuficiente à quitação de todas, intime-se a Exequente para, **no prazo de 30 (trinta) dias**, esclarecer os valores correspondentes a cada CDA na data do depósito e a ordem em que se devem efetuar as alocações dos pagamentos (CTN, art. 163), **ficando suspenso o processo no aguardo das providências a cargo daquela, necessárias para seu prosseguimento.**

4.3.1.3 Comprovada a transformação, dê-se vista à Exequente **por 30 (trinta) dias**, para que promova a devida alocação da quantia penhorada ou defira objeto de cobrança, **ficando suspenso o processo no aguardo das providências a cargo daquela, necessárias para seu prosseguimento, decorridos 5 (cinco) anos de suspensão, reabra-se vista à Exequente e voltem-me conclusos.**

4.3.2 Se existirem o(s) bem(ns) já(is) penhorado(s) nestes autos, dê-se vista imediatamente à Exequente para requerer o que de direito quanto à garantia da dívida, tendo em vista o total exigível na presente execução.

4.4. **Se o valor total bloqueado for insuficiente** aos custos inerentes ao processo, **fica desde já deferido o levantamento.** Entenda-se como custos inerentes ao processo todos os relacionados à alienação, para realização da hasta pública em específico, de que normalmente não se pode cogitar na constrição de ativos financeiros, tais sim os referentes aos tempos de serviços dos servidores e materiais da Justiça necessários aos procedimentos para a aperfeiçoada penhora (e.g. especificação, cumprimento e recolhimento de mandados, editais, ofícios etc.), nesse sentido considerando-se insuficiente o valor bloqueado que seja inferior às custas devidas à União, na Justiça Federal, em ações cíveis em geral, ou seja, a 1% (um por cento) do valor consultado, o máximo de R$ 1.915,38 (+ 1.000 UFIR) (art. 826 c/c Lei nº 9.289/96), ou mesmo inferior a R$ 100,00 (cem reais).

4.5. **Outrossim**, independente do montante total bloqueado, **fica desde já deferido o desbloqueio dos valores consolidados por instituição financeira inferiores a R$ 10,00** (dez reais), eis que para esses, nos termos do disposto no art. 14, § 2º, do Regulamento BACENJUD 2.0, aquelas instruções estão dispensadas de procederem ao bloqueio.

4.6. Se acostadas informações bancárias ou fiscais relevantes, observe-se o **sigilo judicial** nos termos da Portaria nº 8-PRES-2011/00582 deste M. Juízo (DJE de 9.5.2011, pp. 297/298).

Assinado eletronicamente. Conferência digital pertencente a MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Documento No. 77073360-6-0-19-3 5730360 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL

JFRJ
Fls 2

5 **Se as providências da penhora *on-line* não lograrem êxito** em constrição numerário suficiente à garantia da execução, **expeça-se o competente mandado para que se proceda à penhora ou arresto** em tantos bens do(s) Executado(s) quantos bastem para completar a garantia da dívida, nomeie-se Depositário, avaliem-se o(s) bem(ns) e dessas providências intime(m)-se o(s) Executado(s). Intime-se ainda o Depositário a não abrir mão do depósito sem prévia autorização do Juízo, sob pena de responder pessoalmente pelo valor do objeto do penhor. Se a penhora recair sobre imóvel, intime(m)-se também o(s) cônjuge(s) do(a) Executado(a) casado(s) for(em) (Lei nº 6.830/80, arts. 10 a 12). Após, entregue-se a contrafé, cópia do termo ou do auto de penhora ou arresto e cópia desta ao Oficial de Registro de Imóveis competente para que efetue o registro e encaminhe a esta M. Juízo certidão de ônus reais atualizada com o registro da constrição, se se tratar de imóvel, à repartição competente para emissão do certificado de registro, para anotação de constrição e encaminhamento ao juízo de ofício confirmando-a, se se tratar de veículo e à Junta Comercial, Bolsa de Valores ou Sociedade Comercial se se tratar de garantia incidente sobre ações, debêntures, quotas ou qualquer título, crédito ou direito societário nominativo (Lei nº 6.830/80, art. 9º, Inc. IV e art. 11), expedindo para tanto o de constrição e encaminhamento ao Juízo de ofício confirmando-a. Fica o Sr. Oficial de Justiça autorizado a requisitar o auxílio de força policial, se necessário.

6. **Caso frustradas ou insuficientes as providências previstas nos itens 5 e 6, dê-se vista ao(à) Exequente** para, no prazo de 10 dias, identificar os bens do(s) devedor(es) sobre os quais pretende recair a garantia, inclusive indicar o endereço em que estão e, sendo assim, expeça-se novo mandado para que se proceda à penhora ou arresto de tais bens, ou mais procedendo-se ao constante o previsto no item 5.

7 **Formalizada garantia, cientifique-se o(a) Executado(a) de que tem o prazo de 30 (trinta) dias**, contados do depósito, da juntada da prova de fiança bancária ou da intimação da penhora, **para opor embargos à execução**, cientes de que, se não opostos, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Exequente (Lei nº 6.830/80, art. 16).

8. **Se nada for demonstrado ou requerido pela Exequente** em atenção ao determinado nos itens 2.2. e 6, **suspenda-se a execução** (Lei nº 6.830/80, art. 40), e, decorrido o prazo de 01 (um) ano, se não vier manifestação do(a) Exequente com a(s) localização(ões) do(s) Executado(s) ou de bem(ns) seu(s) penhorável(is), arquivem-se, sem baixa (Lei nº 6.830/80, art. 40, § 2º). Decorridos 05 (cinco) anos do arquivamento, dê-se vista ao(à) Exequente para sua manifestação (Lei nº 9.841/99, art. 10, § 4º), após voltando conclusos.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2017.

MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Juiz Federal Titular

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Juntado No. 77073950-8-0-18-3-622059 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade .

Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL

JFRJ
Fls 54

Processo nº 0023469-13.2017.4.02.5101 (2017.51.01.023469-8)

Sobre a responsabilidade dos sócios pelas dívidas da pessoa jurídica o Colendo Superior Tribunal de Justiça já pacificou que o mero inadimplemento de obrigações tributárias não pode ser considerado como infração de lei, requisito exigido pelo artigo 135 do Código Tributário Nacional para que se permita o redirecionamento da execução fiscal.

Por outro lado, havendo dissolução irregular da pessoa jurídica, evidenciada através do encerramento de suas atividades no endereço que consta em seu estatuto e passível, concluir pela responsabilização dos sócios pelas dívidas da sociedade desaparecida. Nesse sentido, o verbete da Súmula nº 435 do Colendo Tribunal de Cidadania *in verbis*.

> 435 - Súmula nº 435 - Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.

In casu, há nos autos certificação do Oficial de Justiça evidenciando que a empresa executada não se encontra no(s) seu(s) endereço(s) constante(s) de seus cadastros junto à Exequente e à Junta Comercial, indiciando tenha encerrado irregularmente suas atividades.

Nesse contexto, e tendo em vista a juntada de contrato social/alteração da Junta Comercial da empresa executada, em que o(a) pessoa(s) indicada(s) pela Exequente à f. 36/37 aparece(m) como sócio(s)-gerente(s) / administrador(es), à Distribuição (SUDJF) para os registros da inclusão do(s) nome(s) de **ADIVALDO APARECIDO NEVES, CPF nº 928.671.548-04, no polo passivo da demanda** (CTN, art. 135, inc. III)

2. Após:

2.1 Expeça(m)-se mandado(s) de citação, penhora e avaliação no(s) nome(s) e para o(s) endereço(s) do(s) novo(s) Executado(s).

2.2 Se o(s) Executado(s) não for(em) encontrado(s), porque o(s) endereço(s) não for(am) localizado(s) ou este(s) tiver(em) se mudado, promova-se a citação por edital.

2.3. Se decorrido o prazo sem qualquer manifestação do Executado, dê-se **vista à Defensoria Pública da União**, por novo prazo igual. Após, com ou sem manifestação da Defensoria, **dê-se vista ao(à) Exequente**, pelo prazo de 5 dias, para requerer o prosseguimento da execução. Nada sendo, suspenda-se a execução e, decorrido um ano sem nova manifestação do Exequente, arquivem-se, sem baixa na distribuição. Decorrido quinquênio da arquivamento, retornem-se os autos (Lei nº 6.830/80, art. 40)

3. Se houver o pagamento for alegado parcelamento ou for oferta de bens à penhora, dê-se vista à Exequente para sua manifestação a respeito.

4 **Sendo positiva a citação e não ocorrendo o pagamento nem oferta de garantia à execução** em vista do que dispõem o artigo 185-A do Código Tributário Nacional, os artigos 655-A do Código de Processo Civil, com as alterações da Lei nº 11.382/06 e do já assentado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça quanto às medidas de efetividade da jurisdição executiva (*vg.*: STJ – 2ª Turma – REsp nº 1.074.228-MG – Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES – DJe de 05/11/2008), efetive-se o bloqueio dos valores disponíveis em contas bancárias e aplicações financeiras de(a,s) Executado(a,s) regularmente citado(a,s), até o limite do montante total exigido na presente execução, por meio do sistema **BACEN-JUD** (CPC, art. 854), observando-se ainda as seguinte.

Assinado por 1 documento: Certificação digital de Servidor a EMAGET NOLIO CAMPBELL PEREIRA
Perícia No: 770730S0-21-0-54:3-161806 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade

Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL

24

JFRJ
Fls 58

4.1. O bloqueio não deve compreender ativos financeiros com natureza alimentar até 50 salários-mínimos e valores depositados em caderneta de poupança até 40 salários-mínimos (art. 833, incs. IV e X e § 2º);

4.2 Estando conta-corrente cadastrada nos termos da Resolução nº 61/2008 – CNJ, a ordem deverá ser inicialmente expedida para esta conta, sendo que se nela não houver valores disponíveis em montante suficiente, fica desde já determinado o cadastramento da ordem de bloqueio da quantia remanescente às demais contas e instituições financeiras onde o(a) executado(a) possua(m) valores disponíveis, paralelamente, oficiando-se ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça para informação da ocorrido e providências que vier a adequadas, conforme disposto no art. 8º da citada Resolução;

4.3 **Efetivado o bloqueio**, se decorridos 5 (cinco) dias úteis sem que se oponha o devedor, formalize-se a penhora, para tanto inclusive determinando-se:

4.3.1 A transferência do(s) valor(es) bloqueado(s) para conta judicial a ser aberta na Caixa Econômica Federal à disposição deste MM. Juízo, ficando intimado(a) o(a) Executado(a) a respeito da constrição e do seu prazo para oposição de embargos cabíveis, servindo o relatório de detalhamento da transferência do sistema BACENJUD como **termo de penhora**. Nestas hipóteses, caso não localizado(a) o devedor(a), efetue-se a(s) intimação(ões) por edital, conforme o caso, dando-se vista à DPU se decorrido *in albis* o prazo do edital, e não houver nos autos prévia ciência pessoal do(s) executado(s). **Se transcorridos *in albis* o prazo para oferecimento de embargos:**

4.3.1.1 Oficie-se a CEF para transformação em pagamento dos valores depositados judicialmente, devendo comprovar a transformação nos autos.

4.3.1.2 Sendo a presente execução composta por mais de uma CDA e o valor arrecadado insuficiente à quitação de todas, intime-se a **Exequente para, no prazo de 30 (trinta) dias**, esclarecer os valores correspondentes a cada CDA na data do depósito e a ordem em que se deverá efetuar as alocações dos pagamentos (CTN, art. 163), **ficando suspenso o processo no aguardo das providências a cargo daquela, necessárias para seu prosseguimento.**

4.3.1.3 Comprovada a transformação, dê-se vista ao Exequente **por 30 (trinta) dias**, para que promova a devida alocação da quantia mencionada no débito objeto de cobrança, **ficando suspenso o processo no aguardo das providências a cargo daquela, necessárias para seu prosseguimento, decorridos 5 (cinco) anos de suspensão, reabra-se vista à Exequente e voltem-me conclusos.**

4.3.2 Se efetuada(s) penhora(s) bem(ns) do(a,s) Executado(a,s) à penhorado(s) nestes autos, dê-se vista imediatamente à Exequente para indicar qual(is) pretende manter para a garantia da dívida, tendo em vista o total exigível na presente execução.

4.4. **Se o valor total bloqueado for insuficiente aos custos inerentes ao processo, fica desde já deferido o levantamento.** Entende-se como custos inerentes ao processo todos referentes à alienação, para realização do bem penhorado em espécie, de que naturalmente não se pode cogitar na constrição de ativos financeiros, mas sim os inerentes aos tempos de serviços dos serventes e materiais da Justiça necessários aos procedimentos para o aperfeiçoamento da praça: penhora, avaliação, expedição, cumprimento e certificações de mandados, editais, ofícios etc.). Desse sentido considerando-se insuficiente o valor bloqueado que, a princípio, as custas deverão ser recolhidas à União na Justiça Federal em ações cíveis em geral, no seja, a 1% (um por cento) do valor causa até o máximo de R$ 1.915,38 (= 1.000 UFIR's) (CPC art. 83 c/c Lei nº 9.289/96), ou mesmo inferior a R$ 100,00 (cem reais).

Assinado digitalmente. Certificação digital pertencente a MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Documento No. 77073350-21-0-54 3 164806 - consulta à autenticidade do documento através do site http://www.jfrj.jus.br/autenticidade

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL

JFRJ
Fls 5

4.5. **Outrossim**, independente do montante total bloqueado, **fica desde já deferido o desbloqueio dos valores consolidados por instituição financeira inferiores a R$ 10,00** (dez reais), eis que, para esses, nos termos do disposto no art. 14, § 2º, do Regulamento BACENJUD 2.0, aquelas instituições estão dispensadas de proceder ao bloqueio.

4.6. Se acostadas informações bancárias ou fiscais sobreditas, observe-se o **sigilo judicial** nos termos da Portaria nº RI-POR-2011/00582 desta 5ª Vara (DEF de 9.6.2011, pp. 297/298).

5. **Se as providências da penhora *on-line* não lograrem êxito** em constituir numerário suficiente à garantia da execução, **expeça-se o competente mandado para que se proceda à penhora ou arresto** em tantos bens do(a) Executado(a) quantos bastem para completar a garantia da dívida, sendo que, se não houver indicação voluntária de bens à penhora pelo(a) Exequente, a constrição deve recair sobre o(s) eventualmente indicado(s) pelo(a) Exequente. Nomeie-se Depositário(a) o(s) bem(ns) e dessas providências intime(m)-se o(s) Executado(a). Intime-se o(a) Depositário(a) a não abrir mão do depósito sem prévia autorização do Juízo, sob pena de responder penalmente pelo crime de avaliação de bens. Se a penhora recair sobre imóvel, intime(m)-se também o(s) cônjuge(s) do(a) Executado(a), se casado(s) for(em) (Lei nº 8.830/80, arts. 13 e 12). Após, entregue-se o contrafé, cópia do termo ou de auto de penhora ou arresto e cópia desta ao Ofício do Registro de Imóveis competente para que efetue o registro e encaminhe a este M. Juízo certidão de ônus reais atualizada com o registro da constrição, se se tratar de imóvel, a repartição competente para emissão do certificado de registro, para anotação da constrição e encaminhamento de igual certidão, se se tratar de veículo; e à Junta Comercial, Bolsa de Valores ou Sociedade Corretora, se se tratar de garantia incidente sobre ações, debêntures, quotas ou qualquer título de crédito emitido pela sociedade empresária (Lei nº 8.830/80, art. 7º, inc. IV e art. 14), outrossim para anotação da constrição e penhora subsequente do Juízo deprecado, caso em que fica o Sr. Oficial de Justiça autorizado a requisitar auxílio de força policial, se necessário.

6. **Acaso frustradas ou insuficientes as providências previstas nos itens 4 e 5, dê-se vista ao(à) Exequente** para, no prazo de 10 dias, identificar os bens do(a) devedor(es) sobre os quais pretende recair a garantia, bem como indicar onde se encontram e, sendo assim, **expeça-se novo mandado para que se proceda à penhora ou arresto de tais bens**, no mais procedendo-se consoante o previsto no item 5.

7. **Formalizada garantia, cientifique-se o(a) Executado(a) de que tem o prazo de 30 (trinta) dias**, contados do depósito, da juntada aos autos da prova de fiança bancária ou da intimação da penhora, **para opor embargos à execução**, ciente de que se não opostos, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Exequente (Lei nº 6.830/80, art. 16).

8. **Se nada for demonstrado ou requerido pela Exequente** em atenção ao determinado nos itens 2.2 e 6, **suspenda-se a execução** (Lei nº 6.830/80, art. 40) e, decorrido o prazo de 01 (um) ano, sem que haja manifestação do(a) Exequente, com a(s) localização(ões) do(s) Executado(s) ou de bem(ns) sujeito(s) penhorável(eis), arquive-se, sem baixa (Lei nº 6.830/80, art. 10, § 2º). Decorridos 05 (cinco) anos da arquivamento, dê-se ciência ao(à) Exequente para sua manifestação (Lei nº 6.830/80, art. 40, § 4º), após o que voltem conclusos.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 2018.

MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Juiz Federal Titular

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a: MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Intento No. 77073360-21-0-54-3 164806 - consulte a autenticidade do documento através do site http://www.trf2.jus.br/autenticidade .

Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

Processo n. 0000912-26.2019.403.6106

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que recebi estes autos do SEDI nesta data.

Quanto as custas processuais, certifico e dou fé que não são devidas no presente feito.

São José do Rio Preto, 24 de julho de 2019.

Simone Rodrigues Capristo Scabello
Analista Judiciário
RF 5222

PODER JUDICIÁRIO SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
5 a. Vara Federal

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 27
5ª VARA

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao(à) M.M.(a) Juiz(a), Sr.(a) Dr.(a) DASSNR SPTTIERE JUNIOR.
S.J. do Rio Preto 29 de julho de 2019

SIMONE R C SCARELLO (9222)
Téc/Analist.Judiciário (RF:
Processo No. 0000912-26.2019.403.6106

PODER JUDICIARIO SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SAO PAULO 28
5 a. Vara Federal

Processo No. 0000912-26.2019.403.6106

Cumpra-se nos termos do ato deprecado, sendo que a presente carta precatória deverá instruir o mandado a ser encaminhado pela rotina MVGM.

Após, cumprido ou constatada a impossibilidade de prosseguir no cumprimento, devolva-se independentemente de novo despacho, cando-se baixa na distribuição.

São José do Rio Preto 01 de agosto de 2019

THIAGO DA SILVA MOTTA
Juiz Federal Substituto

D A T A
Em data de 01 de agosto de 2019
Baixaram estes autos à Secretaria com o r. despacho supra

Secretaria Judiciária
RF 5227

Mandados

0000912826014036106

28

2605201901450

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
6ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO - FORUM FEDERAL DE S.JOSÉ DO RIO PRETO
AVª DOS RADIALISTAS PIRAPETENSES, 1000 - 1º ANDAR - BAIRRO CHÁCARA MUNICIPAL - CIDADE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
CEP: 15091-001 PABX: 0 17 3216 8900 EMAIL: SJRPR_SF05-VARA05@TRF3.JUS.BR
HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 09:00 ÀS 19:00h

SECRETARIA da 5ª VARA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | MANDADO Nº 0605.2019.01450

MANDADO DE REMESSA DE CARTA PRECATÓRIA

EXECUÇÃO FISCAL Nº **0000912-26.2019.403.6106**
Processo Administrativo nº
Juízo Deprecante. **JUIZO DA 6 VARA DO FORUM FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - RJ**
Exequente: **FAZENDA NACIONAL**
Endereço.
Executado: **DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA** CNPJ/CPF. **04.858.299/0001-70**
Endereço:
ENDEREÇO PARA DILIGÊNCIA: **AV FELICIANO SALES CUNHA, 2241 - DISRITO INDUSTRIAL - SÃO JOSÉ DORIO PRETO - SP**
CEP:
Observação:

Carta Precatória nº
Certidão de Dívida Ativa nº
Valor da Dívida para efeito de penhora:
R$ 1.521.557,06 28/03/2018

CEP:
CEP:

O(A) DOUTOR(A) **THIAGO DA SILVA MOTTA**, JUIZ(A) FEDERAL SUBSTITUTO(A) DA 5ª VARA EXECUÇÃO FISCAL - 6 SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA EM SÃO PAULO

M A N D A a qualquer Analista Judiciário - Executante de Mandados (Oficial de Justiça Avaliador) deste Juízo Federal, a quem este for apresentado que, em seu cumprimento, se dirija ao endereço supra ou a outro local e, sendo aí:

DÊ CUMPRIMENTO À CARTA PRECATÓRIA EM EPÍGRAFE.

C U M P R A - S E na forma e sob as penas da lei. / Ficando o Analista Judiciário - Executante de Mandados (Oficial de Justiça Avaliador) autorizado, excepcionalmente, a proceder na forma do art. 212, § 2º, do Código de Processo Civil.

E X P E D I D O nesta cidade de **SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, em 05 de Agosto de 2019.**
Eu, ULISSES SEVERINO JUNIOR, RF 3799, Técnico Judiciário, digitei. E eu, RIVALDO VICENTE LINO, Diretor(a) de Secretaria, conferi e subscrevo, por ordem do(a) MM.(a) Juiz(a) Federal Substituto(a).

RIVALDO VICENTE LINO
Diretor(a) de Secretaria

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 3

Tipo documento:
CARTA PRECATÓRIA

Evento:
JUNTADA - PEÇAS DIGITALIZADAS

Data:
16/12/2019 15:36:37

Usuário:
JRJ12495 - CLAUDIO MARCUS DE MELO

Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101

Sequência Evento:
44

30

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ que em cumprimento ao presente mandado (0601520190l450 – autos 00009122620194036106), compareci na Avenida Feliciano Sales Cunha, 2241, Distrito Industrial, nesta, e ali estando, fui informado por vigilantes que o coexecutado Adivaldo pode ser localizado por meio de seu advogado Carlos Eduardo de Faveri – 996192219, vez que o local é uma espécie de depósito de várias empresas de sua propriedade, sendo uma delas a ICEC situada na Rodovia Euclides da Cunha – SP 320 Km 455, s/n, Setor Urbano SU-12, Mirassol/SP.

Após contato com o aludido causídico, este aduzira que o Sr. Adivaldo estava viajando para os EUA e só retornaria na semana de 14 a 18/10.

Destarte, em 22/10/19, compareci no endereço da ICEC apontado acima, e ali estando, **CITEI** o coexecutado ADIVALDO APARECIDO NEVES do inteiro teor do mandado, ficando ciente de seus termos, assinando seu anverso e recebendo a contrafé que lhe apresentei, fornecendo seu atual endereço residencial como sendo na **Rua Las Vegas, 155, Condomínio Débora Cristina, nesta**.

E para constar lavrei a presente.
São José do Rio Preto, 21/11/19.

ROGÉRIO DOS SANTOS CRUZ
Oficial de Justiça Avaliador Federal

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ que decorrido *in albis* o prazo legal sem ter havido o pagamento do débito ou o oferecimento de bens à penhora, em pesquisa no **RENAJUD** e ARISP, não foram localizados veículos em nome do coexecutado, tendo sido localizados três imóveis em seu nome: um no 1º CRI e dois no 2º CRI (matrículas em anexo).

O imóvel matrícula 22.921 do 1º CRI é a residência do coexecutado; parte do imóvel matrícula 12.196 do 2º CRI foi doado com cláusula de usufruto vitalício à Sra. Solange Augusto Neves que é casada em regime de comunhão parcial de bens com o coexecutado Adivaldo, segundo R.2 e 3/12.196; parte do imóvel matrícula 43.572 do 2º CRI foi alvo de partilha pelo falecimento do Sr. Idalino Augusto com a herdeira Solange Augusto Neves que é casada em regime de comunhão parcial de bens com o coexecutado Adivaldo, segundo R.2/43.572, razão pela qual, por ora, **DEIXEI DE PENHORAR** as frações dos imóveis aludidos, solicitando a Vossa Excelência orientações em como proceder.

E para constar lavrei a presente.
São José do Rio Preto, 21/11/19.

ROGÉRIO DOS SANTOS CRUZ
Oficial de Justiça Avaliador Federal

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL -

1.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
São José do Rio Preto
Oficial
JAIR BARBOSA

MATRÍCULA 22.921 | FICHA 001

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 22 DE DEZEMBRO DE 19 81.

IMÓVEL: Um terreno com frente para à Rua Las Vegas, constituido pelo lote 15, da quadra 03, medindo vinte metros de frente, igual dimensão nos fundos, por quarenta e quatro metros de cada lado, da frente aos fundos (20,00 x 44,00), encerrando uma area de 880,00 metros quadrados, situado no Condominio Debora Cristina, bairro desta cidade, distrito, municipio e comarca de São José do Rio Preto, confrontando-se pela frente com a citada Rua, de um lado com o lote 16, de outro lado com o lote 14 e pelos fundos com o lote 04, todos da mesma quadra. PROPRIETÁRIA: MONA EMPREENDIMENTOS LTDA. com séde nesta cidade à Av. Bady Bassitt nº 3362, CGC/MF 48.319.362/0001-76, representada por Waldemar Haddad, brasileiro, casado, comerciante, residentes nesta cidade, CPF. 011.818.808-53 e RG. 270.901-SP. REGISTRO ANTERIOR: Matr. 6.414 deste Cartório. O referido verdade e dou fé. O Esc.Hab.: (Eli Francisco Borelli). O Oficial:

R.001/22.921. Conforme Escritura lavrada nas Notas do 1º Tab. local, em 18 de dezembro de 1.981, no Livro 300 Fls. 143 a proprietaria vendeu o imóvel constante desta matrícula pelo preço de Cr$ 880.000,00 (Oitocentos e oitenta mil cruzeiros) à DR.UBIRAJARA PARONETTO DE OLIVEIRA, RG. 6.106.118-SP, CPF. 928.591.438-15, brasileiro, maior médico, casado sob o regime de comunhão parcial de bens com MARIA APARECIDA RIBEIRO PARONETTO DE OLIVEIRA, residentes e domiciliados em Mte. Aprazivel, Rua Osvaldo Cruz nº 87. O referido é verdade e dou fé. São José do Rio Preto, 22 de dezembro de 1.981. O Esc.Hab.: (Eli Francisco Borelli).O Oficial:

R.002/22.921. Conforme escritura do 2º tabelionato local, de 04 de julho de 1.983, livro 380, fls.226, os proprietários venderam o imóvel constante desta matrícula, pelo preço de Cr$ 3.000.000,00, a LUIZ CARLOS CUNHA, RG.4.418.201, brasileiro, comerciante, casado com ZELIA APARECIDA BARRETO MEDEIROS CUNHA, ao regime de comunhão de bens, antes da lei 6515/77 residente a av.Fernando Costa, 395, CIC.509.480.748-49, cujo imóvel está cadastrado na P.M. sob nº 05.887/000 , setor 01. O referido é verdade e dou fé. São José do Rio Preto, 25 de julho de 1.983. O Esc.Hab. (Eli Francisco Borelli). O Oficial.

R.003/22.921:- Conforme escritura publica de venda e compra, lavrada nas notas do 3º Tab. local em 20 de agosto de 1987, no livro 390, fls. 72, os proprietarios venderam o imovel objeto desta matrícula pelo preço de Cz$ 120.000,00 a, JOSÉ MENEZES SOBRINHO, RG. 1.379.721-sp e CIC. 011.818.258-34, brasileiro, agropecuarista, casado com WALDA GAISI MENEZES, RG. 5.379.913-sp, contadora, pelo regime de comunhão de bens, antes da vigencia da lei 6515/77, residentes nesta cidade, na rua Jair Mil Homens nº 235. O referido e verdade e dou fé. São José do Rio Preto, 16 de setembro de 1987. A Oficial Subst.

R.004/22.921.- Conforme escritura pública de venda e compra, lavrada nas notas do 3º Tab. local, em 10 de março de 1988, no Livro 398, as Fls. 147, os proprietarios VENDERAM o imovel objeto do presente matricula, o ADIVALDO APARECIDO NEVES, RG. 6.548.896-SSP-SP e CIC. 928.671.548/04, brasileiro, engenheiro civil, residente nesta cidade, na rua São Jerônimo,n. 566, casado com SOLANGE AUGUSTO NEVES, RG. 9.426.893-SSP-SP, brasileira, do comercio, pelo regime de comunhão parcial de bens, na vigencia da Lei 6.515/77, pelo preço de Cz$547.000,00; O comprador participa ainda de uma parte ideal correspondente a 1/194 avos do imovel, das areas comuns do condominio.- O referido e verdade e dou fé.- São José do Rio Preto, 20 de MAIO de 1.988.- A Oficial Maior

(CONTINUA NO VERSO)

Num. 38254436 - Pág. 39
Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 72, PRECATORIA1, Página 51
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101, Evento 44, PRECATORIA3, Página 2

MATRÍCULA 22.921 | FICHA 001 VERSO

AV.005/22.921.- Faz-se a presente a fim de ficar constando que nos termos da certidão sob nº 2210/96, datada de 20 de Junho de1.996, expedida pela municipalidade local, o proprietario Adivaldo Aparecido Neves, CONSTRUIU no terreno objeto desta matricula, um prédio residencial, com uma area de 68,60 m2, sob nº 155, da rua Las Vegas, do emplacamento municipal local, deixando de apresentar a CND do INSS em virtude da construção se enquadrar nas condições do Dec. nº 612/92, tendo referida construção o valor de R$3.985,66 (tres mil, novecentos e oitenta e cinco reais e sessenta e seis centavos).- São José do Rio Prêto, 17 de SETEMBRO de 1.996.- O Escr. Hab. (Paulo Sergio Soares Costa).- O Oficial

AV.006/22.921.- Faz-se a presente a fim de ficar constando que nos termos da certidão sob n. 2210/96, datada de 20/06 1.996, expedida pela municipalidade local, o prédio nº 155, da rua Las Vegas, objeto desta matrícula, foi DEMOLIDO, apresentando a CND do INSS sob n. 322/96-444836, expedida em 23 de agôsto de 1.996.- São José do Rio Prêto, 17 de SETEMBRO de 1.996.- O Escr. Hab. (Paulo Sergio Soares Costa).- O Oficial

AV.007/22.921.- Faz-se a presente a fim de ficar constando que nos termos da certidão sob n. 2218/96, expedida em 20.06.1.996, do Alvará de construção sob nº 1179, expedido em 22.06.1.992, Alvará de Regularização sob n. 1029, expedido em 17.05.1.994, Habite-se sob n. 724 expedido em 19.10.1.995, todos pela municipalidade local, o proprietario CONSTRUIU no terreno objeto desta matricula, um predio residencial, que recebeu o n. 155, da rua Las Vegas, do emplacamento municipal local, com a area construida de: pavimento terreo 300,00m2, pavimento superior: 166,00 metros, piscina 32,00 m2 pavimento inferior resid. 104,00 m2, pavimento superior (2ºandar) 131,00 m2, totalizando 733,00 m2, apresentando a CND do INSS sob n. 322/96-444835, expedida em 23 de agôsto de 1.996, tendo referida construção o valor de R$223.887,52 (duzentos e vinte e tres mil, oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e dois centavos).- São José do Rio Prêto, 17 de SETEMBRO de 1.996.- O Escr. Hab. (Paulo Sergio Soares Costa).- O Oficial

R.008/22.921.- Por Cedula de Credito Industrial, nº 019/96, passada em São Paulo, datada de 25 de Outubro de 1.996, assinado pelas partes contratantes, os proprietarios ADIVALDO APARECIDO NEVES e s/m. SOLANGE AUGUSTO NEVES (já qualificados), DERAM EM HIPOTECA CEDULAR DE 1º GRAU E SEM CONCORRENCIA DE TERCEIROS, o imovel objeto desta matricula, ao BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A., CGC/MF. 61.411.633/0001-87, por sua agencia de São Paulo, pelo valor de R$524.270,00 - (oitocentos e vinte e quatro mil, duzentos e setenta reais) inclusive outro imovel, vencivel em 15 de Novembro de 2001 e juros a taxa de 6,00% ao ano financiamento fixo e 7,00% financiamento giro ao ano acima da taxa de juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil e as demais condições as constante do titulo, ficando uma de suas vias arquivado em cartório. A presente cédula foi registrada no Livro 3-Aux.ficha 01, sob n. 10.913.- São José do Rio Preto, 05 de NOVEMBRO de 1.996.- O Oficial

(.....SEGUE FICHA 002.....)

Página: 0001/0013

Num. 38254436 - Pág. 40
Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 72, PRECATORIA1, Página 52
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101, Evento 44, PRECATORIA3, Página 3

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL

MATRÍCULA 22.291 | FICHA 002

1º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
São José do Rio Preto
Oficial
GUNERCINDO DE SETA

AV.009/22.291:- Faz-se a presente para constar que o credor **BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A**, autorizou o cancelamento da cédula hipotecária registrada sob n.008, nesta matrícula, nos termos do instrumento de quitação, datado de 28 de Julho de 2.000.- São José do Rio Preto, 18 de Setembro de 2.000. O Oficial,

AV.010/22.291:- Requereu-se a presente para ficar constando que, a proprietária **SOLANGE AUGUSTO NEVES** constante do R.004 desta matrícula, é portadora do **CPF. n.º 159.361.078-50**, conforme cópia autenticada do referido documento. São José do Rio Preto, **26 de setembro de 2001. O Oficial**,

R.011/22.291:- Por escritura pública lavrada no Cartório do 3.º Ofício de Notas de Vitória-ES, em 16 de Agosto de 2.001 no livro 567 as fls 117/129, Re-Ratificada por escritura pública lavrada nas mesmas notas aos 26 de Setembro de 2.001, no livro 569 as fls 83/85, os proprietários **ADIVALDO APARECIDO NEVES e sua mulher SOLANGE AUGUSTO NEVES**, (já qualificados), **ALIENARAM FIDUCIARIAMENTE**, nos termos do artigo 22, da Lei n. 9514 de 20/11/1997, o imóvel objeto desta matrícula, em garantia da dívida contraída por **SOLESA SOLUÇÕES ESTRUTURAIS S.A.**, sociedade de capital fechado, com sede na rua Leopoldina s/n.º Bairro Vasco da Gama, na cidade de Carlacica-ES, inscrito no CNPJ sob n.º 04.207.677/0001-56, em favor do **BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A - BANDES**, instituição financeira de economia mista com sede na AV. Princesa Isabel n.º 54, 2º andar, inscrito no CNPJ. Sob n.º 28.145.829/0001-00, pelo valor total de R$ 1.539.475,00 (Um milhão quinhentos e trinta e oito mil, quatrocentos e setenta e cinco reais), com **juros** a taxa relativa de 4% ao ano, calculados mensalmente, sobre o saldo devedor atualizado, capitalizado durante o período de carência e de sua eventual prorrogação. Os juros posteriores a esse período serão exigíveis de 12 em 12 meses, no vencimento ou na liquidação da dívida, sendo que a primeira prestação dos juros vencer-se-á na mesma data do vencimento da primeira prestação de amortização do principal; com **prazo de carência** a partir do 30º(trigésimo) dia do vencimento e não-pagamento da dívida, no todo ou em parte, o devedor será constituído em mora mediante intimação, para os efeitos do disposto no art. 26 e seus parágrafos, da lei 9.514 de 20/11/1997, com **prazo final** de 43 meses, contados do final do prazo de carência ou de sua eventual prorrogação, amortizadas em prestações semestrais e sucessivas. As demais condições constam do título. São José do Rio Preto, **26 de setembro de 2001. O Oficial**,

AV.012/22.921:- Nos termos do Parágrafo 1º do Artigo 213 da Lei 6.015/73 de Registros Públicos, é feito o presente para constar que, **o correto número desta matrícula é 22.921, e não como consteu na ficha 002 e nos atos 009, 010 e 011, devido equivocos na tomada de dados**.- São José do Rio Preto, **28 de Março de 2.003. O Oficial**

(..segue no verso..)

Num. 38254436 - Pág. 41
Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 72, PRECATORIA1, Página 53
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101, Evento 44, PRECATORIA3, Página 4

MATRÍCULA 22.921 | VERSO 002

AV.013/22.921:- Requereu-se a presente para constar, que o credor **BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A-BANDES**, autorizou o **cancelamento da alienação registrada sob nº 011**, desta matrícula, nos termos do instrumento particular, passado em Vitória-ES, datado de 15 de Dezembro de 2004. São José do Rio Preto, **10 de Janeiro de 2005**. **O Oficial.**

R.014/22.921:- Por escritura pública lavrada pelo 18º Tabelião de Notas de São Paulo/SP, aos 07 de Outubro de 2011, no livro 1223, às páginas 007 à 012, os proprietários **ADIVALDO APARECIDO NEVES** e s/mª **SOLANGE AUGUSTO NEVES**, (já qualificados), na qualidade de garantidores hipotecantes da devedora **CIL - CONSTRUTORA ICEC LTDA**, inscrita no CNPJ/MF. sob nº 04.962.831/0001-18, com sede na cidade de São Paulo/SP, na Avenida Luiz Carlos Berrini, nº 1500, cj. 31, Brooklin Novo, **DERAM EM HIPOTECA DE PRIMEIRA GRAU**, o imóvel objeto desta matrícula, a **GERDAU AÇOS LONGOS S/A**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Avenida João XXII, nº 6777, parte, Santa Cruz, inscrita no CNPJ/MF. sob nº 07.358.761/0001-69, pelo valor de **R$1.202.790,49 (Um Milhão Duzentos e Dois Mil, Setecentos e Noventa Reais e Quarenta e Nove Centavos)**, que será paga da seguinte forma: **14 parcelas consecutivas**, sendo as **13 primeiras** no **valor de R$85.913,61 cada uma delas** e a última a derradeira parcela, no valor de **R$85.913,56**, vencendo a primeira em 07.11.2011 e as 13 **restantes** no mesmo dia, meses e anos subsequentes e as demais condições as constantes do título. São José do Rio Preto, **03 de Novembro de 2.011. O Oficial.**

R.015/22.921:- Por escritura pública lavrada pelo 18º Tabelião de Notas de São Paulo/SP, aos 07 de Outubro de 2011, no livro 1223, às páginas 013 à 018, os proprietários **ADIVALDO APARECIDO NEVES** e s/mª **SOLANGE AUGUSTO NEVES**, (já qualificados), na qualidade de garantidores hipotecantes da devedora **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**, inscrita no CNPJ/MF. sob nº 04.858.299/0001-70, com sede na Avenida Brasil, nº 40.031, Campo Grande, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, **DERAM EM HIPOTECA DE SEGUNDO GRAU**, o imóvel objeto desta matrícula, a **GERDAU AÇOS LONGOS S/A**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Avenida João XXII, nº 6777, parte, Santa Cruz, inscrita no CNPJ/MF. sob nº 07.358.761/0001-69, até o limite máximo de **R$534.000,00 (Quinhentos e Trinta e Quatro Mil Reais)**, pelo prazo de **24 meses**, iniciando-se aos 07.10.2011 e findando-se em **06.10.2013**, e as demais condições as constantes do título. São José do Rio Preto, **03 de Novembro de 2.011. O Oficial.**

AV.016/22.921 - Protocolo nº 422.850 de 17/12/2013:- Por certidão, expedida pelo Serviço de Distribuição Cível da Comarca de Mirassol-SP, em 28 de Novembro de 2013, consta (.....CONTINUA NA FICHA 003.....)

Página: 00000013

Num. 38254436 - Pág. 42
Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 72, PRECATORIA1, Página 54
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101, Evento 44, PRECATORIA3, Página 5

1º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
São José do Rio Preto
Oficial
GUMERCINDO DE SETA

que nos autos de Execução de Título Extrajudicial (Processo nº 0008513-33.2012.8.26.0358), distribuída ao Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da comarca de Mirassol-SP, tendo como exequente **BANCO DO BRASIL S/A**, inscrito no CNPJ sob nº 00.000.000/4499-70, e como executado **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, (já qualificado), consta que em 03 de Dezembro de 2012, foi ajuizada a presente execução, dando-se a causa o valor de R$ 34.821.434,30 (Trinta e quatro milhões, oitocentos e vinte e um mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e trinta centavos). São José do Rio Preto, 06 de Janeiro de 2.014. O Oficial,

AV.017/22.921-Protocolo nº423.653 de 08/01/2014:- Faz-se a presente para constar, que a credora **GERDAU AÇOS LONGOS S/A**, autorizou o cancelamento da hipoteca registrada sob nº 014, nesta matrícula, nos termos do instrumento de quitação, passado na cidade de São Paulo-SP, datado de 18 de Dezembro de 2013.- São José do Rio Preto, 17 de Janeiro de 2.014. O Oficial,

AV.018/22.921-Protocolo nº423.653 de 08/01/2014:- Faz-se a presente para constar, que a credora **GERDAU AÇOS LONGOS S/A**, autorizou o cancelamento da hipoteca registrada sob nº 015, nesta matrícula, nos termos do instrumento de quitação, passado na cidade de São Paulo-SP, datado de 18 de Dezembro de 2013.- São José do Rio Preto, 17 de Janeiro de 2.014. O Oficial,

AV.019/22.921 - Protocolo nº 429.249 de 28/04/2014:- Por certidão, expedida pelo Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Cubatão-SP, em 28/04/2014, nos autos de Execução Trabalhista (Proc. nº 0001092-71.2011.5.02.0252), movida por **ADRIANO DA SILVA**, inscrito no CPF, sob nº 347.234.508-07, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** e outros (já qualificado), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 6.318,93 (Seis mil, trezentos e dezoito reais e noventa e três centavos). São José do Rio Preto, 05 de Maio de 2.014. O OFICIAL,

AV.020/22.921 - Protocolo nº 435.261 de 14/08/2014:- Por certidão, expedida pelo Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Cubatão-SP, em 14/08/2014, nos autos de Execução Trabalhista (Proc. nº 00003691820125020252), movida por **DJALME BENÍCIO DA SILVA**, inscrito no CPF, sob nº 863.780.048-72, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** e outros (já qualificado), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais). São José do Rio Preto, 18 de Agosto de 2.014. O OFICIAL,

(.....CONTINUA NO VERSO.....)

Num. 38254436 - Pág. 43
Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 72, PRECATORIA1, Página 55
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101, Evento 44, PRECATORIA3, Página 6

AV.021/22.921 - Protocolo nº 438.700 de 17/09/2014:- Por certidão, expedida pelo Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Cubatão-SP, em 17 de Setembro de 2014, nos autos de Execução Trabalhista (Proc. nº 0000379-62.2012.5.02.0252), movida por **RONALDO MISAEL DA SILVA SANTOS**, inscrito no CPF. sob nº 229.723.108-97, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** e outras (já qualificado), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de **R$ 21.300,00 (Vinte e um mil e trezentos reais)**. São José do Rio Preto, **19 de Setembro de 2.014**. O **OFICIAL**.

AV.022/22.921 - Protocolo nº 440.374 de 02/10/2014:- Por Ofício nº 1412/2014, expedido pela 2ª. Vara do Trabalho de Cubatão-SP, aos 18 de Setembro de 2014, nos Autos de Execução Trabalhista (Proc. nº 00010927120115020252), movida por **ADRIANO DA SILVA**, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** e outros, cancela-se a AV.019 desta matrícula, nos termos do inciso I do Artigo 250 da Lei 6.015/73.- São José do Rio Preto, **14 de Outubro de 2.014**. O **OFICIAL**.

AV.023/22.921 - Protocolo nº 442.856 de 17/11/2014:- Por Ofício nº 1717/2014, expedido pela 2ª. Vara do Trabalho de Cubatão-SP, aos 06 de Novembro de 2014, nos Autos de Execução Trabalhista (Proc. nº 00003691820125020252), movida por **DJALMA BENÍCIO DA SILVA**, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** e outros, cancela-se a AV.020 desta matrícula, nos termos do inciso I do Artigo 250 da Lei 6.015/73 - São José do Rio Preto, **26 de Novembro de 2.014**. O **OFICIAL**.

AV.024/22.921 - Protocolo nº 446.193 de 12/12/2014:- Por Ofício, expedido pela 2ª. Vara do Trabalho de Cubatão-SP, aos 03 de Dezembro de 2014, nos Autos de Execução Trabalhista (Proc. nº 0000379-62.2012.5.02.0252), movida por **RONALDO MISAEL DA SILVA SANTOS**, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** e outros, cancela-se a AV.021 desta matrícula, nos termos do inciso I do Artigo 250 da Lei 6.015/73.- São José do Rio Preto, **22 de Dezembro de 2.014**. O **OFICIAL**.

AV.025/22.921 - Protocolo nº 446.600 de 16/12/2014:- Por certidão, expedida pelo Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Cubatão-SP, em 16 de Dezembro de 2014, nos autos de Execução Trabalhista (Proc. nº 0000269-63.2012.5.02.0252), movida por **SEBASTIÃO ALVES DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF. sob nº 528.626.744-00, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** e outras (já qualificado), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de **R$ 6.883,53 (Seis mil, oitocentos e oitenta e três reais e cinqüenta e três centavos)**. São José do Rio Preto, **22 de Dezembro de 2.014**. O **OFICIAL**.

(.....CONTINUA NA FICHA 004.....)

Num. 38254436 - Pág. 44
Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 72, PRECATORIA1, Página 56
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101, Evento 44, PRECATORIA3, Página 7

AV.026/22.921 - Protocolo nº 450.404 de 26/02/2015:- Por Mandado, expedido pelo Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Mirassol-SP, aos 25 de Fevereiro de 2015, nos Autos de Execução de Título Extrajudicial (Proc. n.º 0008513-33.2012.8.26.0358), movida por **BANCO DO BRASIL S/A**, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** e outros, **cancela-se a AV.016** desta matrícula, nos termos do inciso I do Artigo 250 da Lei 6.015/73.- São José do Rio Preto, **09 de Março de 2.015. O OFICIAL,**

AV.027/22.921 - Protocolo nº 450.967 de 09/03/2015:- Por certidão, expedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Foro de Campinas, Vara Central de mandados de Campinas/SP, em 09 de Março de 2015, nos autos de Execução Trabalhista (Proc. nº 0000793-16.2010.5.15.0043), movida por **AUGUSTO MARCELO DA SILVA**, inscrito no CPF. sob nº 484.218.394-20, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** e outros (já qualificado), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 13.081,79 (Treze mil e oitenta e um reais e setenta e nove centavos). São José do Rio Preto, **09 de Março de 2.015. O OFICIAL,**

R.028/22.921-Protocolo nº 452.205 de 31/03/2015:- Por escritura pública lavrada pelo 1º Tabelião de Notas desta cidade e comarca, aos 09 de Março de 2015, no livro 652, às páginas 125/132, os proprietários **ADIVALDO APARECIDO NEVES** e sua cônjuge **SOLANGE AUGUSTO NEVES**, (já qualificados), na qualidade de garantidores hipotecantes das devedoras 1)**ICEC INDUSTRIA DE CONSTRUÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF. sob nº 19.574.918/0001-20, com sede nesta cidade, na Avenida Feliciano Salles Cunha, nº 2241, Distrito Industrial; 2)**NSC INDUSTRIA DE CONSTRUÇÃO E PARTICIPAÇÕES EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF. sob nº 19.009.381/0001-06, com sede no município de São Paulo/SP, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1500, 5º andar, conjunto 31, Brookin Novo; 3)**MCS - MONTAGENS, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF. sob nº 07.744.302/0001-13, com sede na cidade de Mirassol/SP, na Rodovia Euclides da Cunha (SP 320), s/nº, KM 455, Escritório 02; 4)**SCI - SISTEMAS CONSTRUTIVOS INTELIGENTES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF. sob nº 09.308.773/0001-04, com sede na cidade de Mirassol/SP, na Rodovia Euclides da Cunha (SP 320), s/nº, KM 455, Escritório 04; 5)**SOLESA - SOLUÇÕES ESTRUTURAIS S.A**, inscrita no CNPJ/MF. sob nº 04.307.677/0001-56, com sede na cidade de Garibaldi/RS, na Rua Leopoldina, nº 585, Bairro Vasco da Gama, **DERAM EM HIPOTECA DE PRIMEIRO GRAU SEM CONCORRÊNCIA**, o imóvel objeto desta matrícula, a **GERDAU AÇOS LONGOS S/A**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Avenida João XXIJ, nº 6.777, parte, Santa Cruz, inscrita no CNPJ/MF. sob nº 07.358.761/0001-69, até o limite máximo de **R$2.500.000,00 (Dois Milhões e Quinhentos Mil Reais)**, pelo prazo de **24 meses**, iniciando-se aos **10.03.2015** e findando-se em **10.03.2016**; e as demais condições as constantes do título. São José do Rio Preto, **17 de Abril de 2.015. O Oficial,**

(..CONTINUA NO VERSO..)

Num. 38254436 - Pág. 45

Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 72, PRECATORIA1, Página 57

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101, Evento 44, PRECATORIA3, Página 8

MATRÍCULA	VERSO	CNJ
22.921	004	11.142-7

AV.029/22.921-Protocolo nº 463.777 de 04/11/2015:- Por certidão, expedida pelo Juízo da 4ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto, em 04 de Novembro de 2015, nos autos de Execução Trabalhista (Proc. nº de ordem 10477-10.2015), movida por **JAILDO DOS SANTOS ALVES**, CPF/MF.419.911.476/10, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** (já qualificado) e outra, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$5.596,24 (cinco mil, quinhentos e oitenta e seis reais e vinte e quatro centavos). São José do Rio Preto, 10 de Novembro de 2.015. O OFICIAL.

AV.030/22.921 - Protocolo nº 465.776 de 09/12/2015:- Por certidão, expedida pelo Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Cubatão-SP, em 08 de dezembro de 2015, nos autos de Execução Trabalhista (Proc. nº de ordem 325/2013), movida por **WELINGTON RIBEIRO DOS SANTOS**, CPF/MF.339.402.008-19, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** (já qualificado) e outras, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 35.833,01 (trinta e cinco mil, oitocentos e trinta e três reais e um centavos). São José do Rio Preto, 10 de Novembro de 2.015. O OFICIAL.

AV.031/22.921 - Protocolo nº 471.109 de 22/03/2016:- Por mandado, expedido pela 4ª Vara do Trabalho da São José do Rio Preto, em 04 de março de 2016, nos autos de Execução Trabalhista (Proc. nº 0010477-10.2015.5.15.0133), movida por **JAILDO DOS SANTOS ALVES**, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** e outros, cancela-se a averbação nº 029, objeto da presente matrícula, pelos termos do inciso I do artigo 250 da Lei dos Registros Públicos.- São José do Rio Preto, 06 de Abril de 2.016.- O OFICIAL.

AV.032/22.921 - Protocolo nº 471.701 de 06/04/2016:- Por ofício, expedido pela 3ª Vara do Trabalho de Campinas-SP., em 16 de março de 2016, nos autos de Execução Trabalhista (Proc. nº 0000793-16.2010.5.15.0043), movida por **AUGUSTO MARCELO DA SILVA**, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** e outros, cancela-se a averbação nº 027, objeto da presente matrícula, pelos termos do inciso I do artigo 250 da Lei dos Registros Públicos.- São José do Rio Preto, 19 de Abril de 2.016.- O OFICIAL.

AV.033/22.921 - Protocolo nº 477.652 de 26/07/2016:- Por determinação, expedido pela 2ª Vara do Trabalho de Cubatão-SP., em 18 de julho de 2016, nos autos de Execução Trabalhista (Proc. nº 0000269-63.2012.5.02.0252), movida por **SEBASTIÃO ALVES DE OLIVEIRA**, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** e outras (já qualificado), cancela-se a averbação nº 025, objeto da presente (.....CONTINUA NA FICHA 005.....)

Num. 38254436 - Pág. 46
Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 72, PRECATORIA1, Página 58
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101, Evento 44, PRECATORIA3, Página 9

matrícula, pelos termos do inciso I do artigo 250 da Lei dos Registros Públicos. São José do Rio Preto, 05 de agosto de 2016.- O OFICIAL.

AV.034/22.921-Protocolo nº 478.197 de 02/08/2016:- Por certidão, expedida pelo Juízo da 4ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto, em 02 de Agosto de 2016, dos autos de Execução Trabalhista (Proc. nº de ordem 10053-65.2001.5), movida por **RONALDO DANTAS DE LIRA**, CPF/MF.304.615.488-79, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** (já qualificado), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 87.457,38 (oitenta e sete mil, quatrocentos e cinqüenta e sete reais e trinta e oito centavos). São José do Rio Preto, 05 de agosto de 2016.- O OFICIAL.

AV.035/22.921 - Protocolo nº 480.496 de 26/08/2016:- Por ofício, expedido pela 4ª Vara do Trabalho de Cubatão SP., em 05 de agosto de 2016, dos autos de Execução Trabalhista (Proc. nº 0000325-56.2013.5.02.0254), movida por **WELINGTON RIBEIRO DOS SANTOS**, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** e outras, cancela-se a averbação nº 030, objeto da presente matrícula, pelos termos do inciso I do artigo 250 da Lei dos Registros Públicos.- São José do Rio Preto, 08 de Setembro de 2.016.- O OFICIAL.

AV.036/22.921 - Protocolo nº.489.788 de 07.03.2017:- Por certidão expedida em 21 de março de 2017, extraída do livro de notas sob o nº.670 as páginas 113/116 do 1ºTabelião de notas local, aos 17 de Março de 2.016, faz se a presente para constar que, fica retificado o R.028 desta matrícula, para constar que, a data correta do prazo final da hipoteca é 10.03.2017 e não como constou e ratificaram os demais termos da mesma.- São José do Rio Preto, 24 de Março de 2.017.- O Oficial.

AV.037/22.921 - Protocolo nº.489.788 de 07.03.2017:- Por escritura de Aditamento e Ratificação, lavrada nas notas do 15ºTabelião de notas de São Paulo, em 22 de fevereiro de 2017, no livro 2.717 as páginas 197/200, faz-se a presente para constar que, o prazo da garantia hipotecária foi prorrogado por mais 24 meses, iniciando-se em 11 de março de 2017 e findando em 11 de março de 2019 e ratificaram os demais termos da mesma.- São José do Rio Preto, 24 de Março de 2.017.- O Oficial.

AV.038/22.921 - Protocolo nº 493.184 de 27/06/2017:- Por certidão, (.....CONTINUA NO VERSO.....)

Num. 38254436 - Pág. 47
Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101, Evento 44, PRECATORIA3, Página 10
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 72, PRECATORIA1, Página 59

expedida pelo Juízo de direito do 8º Vara Cível de São José do Rio Preto, aos 17 de abril de 2017, nos autos de Execução de Título Extrajudicial - Obrigações (Processo nº 1049861-97.2016.8.26.0576), movida pela **EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIOS BAAG S.A**, inscrita no CNPJ/MF. 03.506.307/0001-57, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, (já qualificado) e outra, consta que em 02 de setembro de 2016, foi ajuizada a presente execução, dando-se à causa o valor de R$ 247.151,36 (duzentos e quarenta e sete mil, cento e cinquenta e um reais e trinta e seis centavos). São José do Rio Preto, 08 de Maio de 2.017.- O OFICIAL,

AV.039/22.921-Protocolo nº 493.945 de 12/05/2017:- Por certidão, expedida pelo Juízo de direito da Vara Única da comarca de Artur Nogueira/SP, aos 24 de abril de 2017, nos autos de Execução de Título Extrajudicial (Processo nº 1000862-03.2017.8.26.0666), movida por **ZINKPOWER SÃO PAULO GALVANIZAÇÃO A FOGO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF. 15.080.950/0001-40, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, (já qualificado) e outra, consta que em 18 de abril de 2017, foi ajuizada a presente execução, dando-se a causa o valor de R$ 141.644,80 (cento e quarenta e um mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos). São José do Rio Preto, 19 de Maio de 2.017.- O OFICIAL,

AV.040/22.921-Protocolo nº 505.404 de 20/11/2017:- Por Comunicado da Central de Indisponibilidade protocolo nº 201711.2013.00404473-IA-960, extraído do Processo nº 00016925920115030060, e ordem do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, 1ª Vara do Trabalho de Itabira/MG, em 20 de novembro de 2017, foi determinada a Indisponibilidade do imóvel objeto desta matrícula, pertencentes a **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, (já qualificado) e outras, sendo que a referida indisponibilidade foi registrada no Livro de Registros de Indisponibilidades - LRI - sob nº 12.073.- São José do Rio Preto, 05 de Dezembro de 2.017.- O Oficial,

AV.041/22.921 - Protocolo nº 510.284 de 15/02/2018:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Cível desta comarca, em 15 de fevereiro de 2018, nos autos de Execução (Proc. nº 11052013), movida por **KIRTON BANK S/A - BANCO MÚLTIPLO**, inscrito no CNPJ sob nº 01.701.201/0001-89, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** e sua mulher **SOLANGE AUGUSTO NEVES** (já qualificados) e outra, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 4.476.141,74 (quatro milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, cento e quarenta e um reais e setenta e quatro centavos).- São José do Rio Preto, 12 de Março de 2.018.- O Oficial,

(.....CONTINUA NA FICHA 006.....)

Num. 38254436 - Pág. 48
Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 72, PRECATORIA1, Página 60
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101, Evento 44, PRECATORIA3, Página 11

AV.042/22.921 - Protocolo nº 513.856 de 12/04/2018:- Por ofício, expedido pelo Juízo de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de São Paulo-SP., em 09 de abril de 2018, nos autos de Execução de Título Extrajudicial (**Proc. nº 1060110-49.2017.8.26.0002**), movida pelas empresas **GERDAU AÇOS LONGOS S/A.**, com sede em São Paulo-SP., na Avenida Nações Unidas nº 8.501, inscrita no CNPJ sob nº 07.358.761/0001-69 e **GERDAU AÇOMINAS S/A.**, com sede em São Paulo-SP., na Avenida Nações Unidas nº 8.501, inscrita no CNPJ sob nº 17.227.422/0001-05, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** e sua mulher **SOLANGE AUGUSTO NEVES** (já qualificados), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 2.700.678,46 (dois milhões, setecentos mil, seiscentos e setenta e oito reais e quarenta e seis centavos). São José do Rio Preto, 24 de Abril de 2.018.- O Oficial.

AV.043/22.921 - Protocolo nº.518.522 de 22/06/2018:- Por Comunicado da Central de Indisponibilidade protocolo nº.201806.1810.00533582-IA-309, extraído do Processo nº.00015327920125070030, e ordem do Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, 1ª Vara do Trabalho de Caucaia/CE, em 18 de Junho de 2018, foi determinada a **Indisponibilidade** do imóvel objeto desta matrícula, pertencente a **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, (já qualificado), sendo que a referida indisponibilidade foi registrada no Livro de Registros de Indisponibilidades - LRI - sob nº.12.240.- São José do Rio Preto, 02 de Julho de 2.018.- O Oficial.

AV.044/22.921 - Protocolo nº.528.920 de 21/11/2018:- Por Comunicado da Central de Indisponibilidade protocolo nº.201811.0609.00644344-IA-309, extraído do Processo nº.00015056720105070030, e ordem do Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, 1ª Vara do Trabalho de Caucaia/CE, em 06 de novembro de 2018, foi determinada a **Indisponibilidade** do imóvel objeto desta matrícula, pertencente a **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, (já qualificado), sendo que a referida indisponibilidade foi registrada no Livro de Registros de Indisponibilidades - LRI - sob nº.12.356.- São José do Rio Preto, 27 de Novembro de 2.018. O Oficial.

AV.045/22.921 - Protocolo nº 532.420 de 16/01/2019:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara do Trabalho desta comarca, em 15 de janeiro de 2019, nos autos da Execução Trabalhista (**Proc. nº 0011806-12.2018.5.15.0017**), movida por **LEANDRO JOSE DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF/MF sob nº 351.959.568-75, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** (já qualificado), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de **R$ 9.139,59 (nove mil, cento e trinta e nove reais e cinqüenta e nove centavos)**.. (.....CONTINUA NO VERSO.....)

Num. 38254436 - Pág. 49
Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 72, PRECATORIA1, Página 61
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101, Evento 44, PRECATORIA3, Página 12

São José do Rio Preto, 23 de Janeiro de 2.019.- O Oficial.

AV.046/22.921 - Protocolo nº 543.978 de 01/08/2019:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara do Trabalho desta comarca, em 01 de agosto de 2019, nos autos de Execução Trabalhista (Processo nº 0010841-97.2019.5.15.0017), movida por **AILTON MARTINS DA SILVA**, CPF/MF, sob nº 250.355.038-01, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** e **SOLANGE AUGUSTO NEVES** (já qualificados) e outra, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de **R$ 16.432,58 (dezesseis mil, quatrocentos e trinta e dois reais e cinquenta e oito centavos)**.- São José do Rio Preto, **09 de Agosto de 2.019. O Oficial,**

AV.047/22.921 - Protocolo nº 544.491 de 09/08/2019:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 4ª Vara do Trabalho de São de José do Rio Preto-SP, em 08 de agosto de 2019, nos autos de Execução Trabalhista (Processo nº 0011089-06.2019.5.15.0113), movida por **SANDRA APARECIDA CIDI**, CPF/MF, sob nº 105.982.748-47, contra **ADIVALDO APARECIDO NEVES** (já qualificado) e outra, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de **R$ 76.910,15 (setenta e seis mil, novecentos e dez reais e quinze centavos)**.- São José do Rio Preto, **16 de Agosto de 2.019. O Oficial,**

AV.048/22.921-Protocolo nº 544.956 de 16/08/2019:- Por Comunicado de Cancelamento da Central de Indisponibilidade de Bens protocolo nº 201908.1616.00901736-MA-051, extraído do Processo nº 00016925920115030060, por ordem do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, 1ª Vara do Trabalho de Itabira/MG, em 16 de Agosto de 2019, **cancela-se** a indisponibilidade referida na **Averbação nº 040**, objeto desta matrícula, nos termos do inciso I do artigo 250, da Lei dos Registros Públicos. São José do Rio Preto, **23 de Agosto de 2.019. O Oficial,**

Num. 38254436 - Pág. 50
Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 72, PRECATORIA1, Página 62
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101, Evento 44, PRECATORIA3, Página 13

CERTIFICO de acordo com o artigo 19, § 1º da Lei nº 6.015 de 31/12/1973 que revendo nos arquivos de cartório a seu cargo, deles verifico constar a matrícula **nº.: 22921** do livro 2 - Registro Geral - constante desta fotocópia, e que além dos registros contidos na referida matrícula, não consta nenhum outro registro de ônus ou transmissão, até o dia útil imediatamente anterior a emissão desta. O referido é verdade e dá fé. **São José do Rio Preto-SP, 01 de novembro de 2019.**

Rosaldo Rodrigues

Ao Oficial	R$	0,00
Ao Estado	R$	0,00
Ao IPESP	R$	0,00
Ao Reg. Civil	R$	0,00
Ao Trib. Just	R$	0,00
Ao Município	R$	0,00
Ao Min.Púb	R$	0,00
Total	R$	0,00

Pedido de certidão nº: 521015

Controle: 762910

Página: 001/001

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QrCode impresso ou acesse o endereço eletrônico:

https://selodigital.tjsp.jus.br

Selo digital:

1114273C3000000165164190

Num. 38254436 - Pág. 51

Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 72, PRECATORIA1, Página 63

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101, Evento 44, PRECATORIA3, Página 14

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 4

Tipo documento:
CARTA PRECATÓRIA

Evento:
JUNTADA - PEÇAS DIGITALIZADAS

Data:
16/12/2019 15:36:37

Usuário:
JRJ12495 - CLAUDIO MARCUS DE MELO

Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101

Sequência Evento:
44

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL -

MATRÍCULA 12196 | FICHA 1

2º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
São José do Rio Preto
Oficial
LUIZ DA SILVEIRA PENNA

07 de agosto de 19 79

IMÓVEL:- O predio comercial e residencial, de dois pavimentos, com frente para a avenida Fernando Costa, sob nºs. 268 e 274 e seu respectivo terreno com frente para a avenida Fernando Costa, onde mede 12,00 metros; de um lado por uma linha quebrada de treis dimensões, que a partir da rua mede 44,00 metros até um ponto, ai vira a direita e mede 1,00 metros até outro ponto, onde vira novamente a esquerda e mede 10,00 metros; de outro lado mede 54,00 metros e finalmente nos fundos mede 11,00 metros, com a área total de 638,00 metros quadrados, dividindo-se na frente com a citada avenida Fernando Costa, Silvio Piloni, Domingos Del Campo e outros; de outro lado divide-se com Joaquim Coutinho e com o lote 19 e nos fundos com Laura Ramos da Silva.-

REGISTRO ANTERIOR:- R1/6863 e R1/9981, do 2º registro.

PROPRIETÁRIO:- IDALINO AUGUSTO, brasileiro, comerciante, residente e domiciliado neste cidade, a avenida Fernando Costa, 268 (cic 011840678-72 - rg 4377278), casado no regime da comunhão de bens com LAURA ZANFORLIN AUGUSTO.-

O Oficial substituto

(Mauro Spínola Castro)

Av.1/12196, em 28 de abril de 1988.-
Procede-se a presente averbação, "ex-officio", para ficar constando que o imóvel acima matriculado, encontra-se cadastrado na Prefeitura Municipal local, sob nº 0307590000-01.-
O Escrevente Autorizado (Celso da Silva Mazucchi)

R.2/12196, em 28 de abril de 1988.-
Procede-se ao presente registro, para ficar constando que por escritura de doação, lavrada no 3º cartório local, livro 385, fls. 133vº, em 21 de agosto de 1987, IDALINO AUGUSTO (RG=4.377.278-SSP-SP, CIC=011.840.678-72), do comercio e sua mulher LAURA ZANFORLIN AUGUSTO (RG=9.707.410-SSP-SP), do lar, brasileiros, casados sob o regime de comunhão de bens, antes da lei 6.515/77, residentes e domiciliados nesta cidade, à Avenida Fernando Costa, nº 268; doaram o imóvel constante desta matricula, ao qual foi atribuido o valor de Cz$.80.000,00 à seus filhos JOSÉ EDUARDO AUGUSTO (RG=8.526.587-SSP-SP, CIC=048.229.808-15), engenheiro civil e sua mulher ELISABETH GARCIA MEDINA AUGUSTO (RG=11.589.370-SSP-SP, CIC=018.720.898-01), do comercios casados sob o regime de comunhão de bens, na vigencia da lei 6.515/77, conforme escritura de pacto antenupcial registrado sob nº 6333 no 1º Cartorio de Registro de Imóveis local; e SOLANGE AUGUSTO NEVES (RG=9.426.893-SSP-SP), assistente social, e seu marido ADIVALDO APARECIDO DAS NEVES (RG=6.548.896-SSP-SP), engenheiro civil, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigencia da lei 6.515/77, (CIC=928.671.548-04), todos brasileiros, residentes e domiciliados deste cidade, a Avenida Fernando Costa, nº 268.-
O Escrevente Autorizado (Celso da Silva Mazucchi)

R.3/12196, em 28 de abril de 1988.-
Procede-se ao presente registro, para ficar constando que por escritura pública, lavrada no 3º cartório local, livro 385, fls. 133vº., em 21 de agosto de 1987, em virtude da doação constante no R.2/12196 os doado-

(continua no verso)

Continua na próxima ficha

Num. 38254436 - Pág. 53
Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 72, PRECATORIA1, Página 65
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101, Evento 44, PRECATORIA4, Página 1

(continuação do anverso)

ses IDALINO AUGUSTO e sua mulher LAURA ZANFORLIN AUGUSTO (acima qualificados), reservaram para si o usufruto vitalício sobre o imóvel constante desta matrícula, o qual passará integralmente ao doador sobrevivente no caso de falecimento de qualquer um deles, e cujo usufruto foi atribuído o valor de Cz$.26.666,66.-
O Escrevente Autorizado (Celso da Silva Mazucchi)

Av.4/12196, em 28 de abril de 1988.-
Procede-se a presente averbação, para ficar constando que por escritura pública, lavrada no 3º cartório local, livro 385, fls. 133vº., em 21 de agosto de 1987, IDALINO AUGUSTO e sua mulher LAURA ZANFORLIN AUGUSTO (acima qualificados), impuseram sobre o imóvel constante desta matrícula, as cláusulas de inalienabilidade e de impenhorabilidade, que prevalecerão enquanto viver qualquer um deles doadores, que só poderão ser revogadas quando o sobrevivo achar conveniente.-
O Escrevente Autorizado (Celso da Silva Mazucchi)

Av.5/12.196, em 18 de novembro de 2003.- **(Prot.169.967)**
A requerimento do interessado, assinado nesta cidade, em 07 de novembro de 2003, procedo a presente averbação para ficar constando o **falecimento do usufrutuário, IDALINO AUGUSTO**, ocorrido em 29 de janeiro de 2003, conforme consta da certidão do óbito n.º 2279, livro C-8, fls. 129, expedida em 04 de fevereiro de 2003, pelo Oficial de Registro Civil do 3.º Subdistrito desta cidade e comarca.

O ESCREVENTE AUTORIZADO **(RÔMULO LEMOS DE REZENDE)**

Av.6/12.196, em 23 de setembro de 2016.
Procedo esta averbação de ofício, nos termos do artigo 213, inciso I, alínea "a" da Lei 6.015/73, para constar que a **doação objeto do R.2/12.196, foi efetuada para os filhos, nora e genro dos doadores e não como constou.**

O OFICIAL **(CRISTIANO VIANA SILVEIRA SANTOS)**

Av.7/12.196, em 12 de maio de 2017. **(Prot. 292.734 - 05 de maio de 2017)**
Pela Certidão expedida em 17 de abril de 2017, procedo a presente averbação, nos termos do artigo 828 do CPC, para ficar constando que foi distribuída no dia 02/09/2016 e admitida em juízo, a Ação de Execução de Título Extrajudicial, sob nº 1049861-97.2016.8.26.0576, à 8ª Vara Cível desta comarca, em que são partes: **EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIOS BAAG S/A**, CNPJ 03.506.307/0001-57 - exequente, e **IZAMAR BADY COMERCIAL E MERCANTIL LTDA**, CNPJ 01.603.040/0001-90, **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, CPF

Continua na ficha 02

Continua na próxima folha

Num. 38254436 - Pág. 54
Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 72, PRECATORIA1, Página 66
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101, Evento 44, PRECATORIA4, Página 2

928.671.548-04 - executados, cujo valor da causa é R$.247.151,36.

O ESCREVENTE AUTORIZADO (RÔMULO LEMOS DE REZENDE)

Av.8/12.196, em 14 de dezembro de 2017. (Prot. 297.562 - 21 de novembro de 2017)
Procedo esta averbação, à vista do comunicado da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, protocolo nº 201711.2013.00404473-IA-960 datado de 20 de novembro de 2.017 - processo nº 00016925920115030060, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região 1ª Vara do Trabalho da comarca Itabira-MG, para ficar constando a **INDISPONIBILIDADE** de bens de **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, CPF.928.671.548-04.

O ESCREVENTE AUTORIZADO (RÔMULO LEMOS DE REZENDE)

Av.9/12.196, em 26 de junho de 2018. (Prot. 302.890 - 19 de junho de 2018)
Procedo esta averbação, à vista do comunicado de Indisponibilidade, protocolo nº 201806.1810.00533582-IA-309 datado de 18 de junho de 2018 - processo nº 00015327920125070030 da Central de Indisponibilidade (www.indisponibilidade.org.br), emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - 1ª Vara do Trabalho de Caucaia/CE, para ficar constando a **INDISPONIBILIDADE de bens** de **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, CPF.928.671.548-04.

O ESCREVENTE AUTORIZADO (RÔMULO LEMOS DE REZENDE)

Av.10/12.196, em 14 de novembro de 2018. (Prot. 306.789 - 07 de novembro de 2018)
Procedo esta averbação, à vista do comunicado de Indisponibilidade, protocolo nº 201811.0609.00644344-IA-309 datado de 06 de novembro de 2.018 - processo nº 00015056720105070030 da Central de Indisponibilidade (www.indisponibilidade.org.br), emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - 1ª Vara do Trabalho de Caucaia/CE, para ficar constando a **INDISPONIBILIDADE de bens** de **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, CPF.928.671.548-04.

O ESCREVENTE AUTORIZADO (RÔMULO LEMOS DE REZENDE)

Num. 38254436 - Pág. 55
Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 72, PRECATORIA1, Página 67
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101, Evento 44, PRECATORIA4, Página 3

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL -

2º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
São José do Rio Preto
Del. MAURO SPINOLA CASTRO
OFICIAL

MATRÍCULA	FICHA
43.572	1

14 de Novembro de 1994.-

IMÓVEL:- O APARTAMENTO NÚMERO CENTO E QUATRO (104), localizado no décimo andar do Condomínio Edifício Egídio Vetorazzo, com entrada pela Rua Alberto Sufredini, nº 1.998, contendo, sala com varanda, um dormitório com banheiro privativo, dois dormitórios, hall, banheiro social, copa-cozinha, banheiro e área de serviço, e possuindo uma área útil de cento e dez (110,00) metros quadrados., cujs acréscidos das onze metros e vinte e cinco (11,25) centímetros quadrados., da uma vaga privativa da garagem sob nº 52, perfaz a área útil total de cento e vinte e um metros e vinte e cinco (121,25) centímetros quadrados., área comum de 31,24275 ms.2., perfazendo a área total de 152,49275 ms.2., e respectiva fração ideal no terreno de 19,43354 ms.2., equivalente a 2,00780% e com taxa de participação condominial de 2,00780%. Referido Edifício foi construído em um terreno com frente para à Avenida Fernando Costa, esquina da rua Alberto Sufredini, medindo vinte e dois metros (22,00) metros por quarenta e quatro (44,00) metros, situado na VILA MACEDO, bairro desta cidade, dividindo ás ainda do outro lado com Miguel Khouri e pelos fundos com Alberto Targes Filho. Cadastrado na P.M. local sob nº 30109040.-

TITULO AQUISITIVO:- R.4/1364 em 13 de agosto de 1.986, R.2/8219 em 21 de julho de 1.986 e R.2/27.193 em 08 de julho de 1.985 deste cartório.-

PROPRIETÁRIO:- ANESIO VETORAZZO IMÓVEIS, CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA (CGC.51.354.025/0001-26), com sede nesta cidade, à Rua Benjamin Constant, nº 3162.-

O Escrevente Autorizado (Celso Spinola Castro Neto)

R.1/43.572, em 14 de Novembro de 1.994.-
Pela escritura de venda e compra, lavrada no 3º Cartório de Notas local, livro 526, fls. 032, em 31 de Outubro de 1.994, ANESIO VETORAZZO IMÓVEIS, CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA, já qualificado, transmitiu o imóvel descrito, pelo preço de R$.1,00, para IDALINO AUGUSTO (RG.4.377.278-SSP-SP e CIC.011.840.678-72), brasileiro, comerciante, casado pelo regime de comunhão de bens, antes da Lei 6515/77, com LAURA ZANFOLIN AUGUSTO (RG.9.707.410-SSP-SP e CIC.011.840.679-72), brasileira, do lar, residente e domiciliado nesta cidade, à Avenida Fernando Costa, nº 268.-

O Escrevente Autorizado (Celso Spinola Castro Neto)

R.2/43.572, em 07 de fevereiro de 2012. **(Prot. 241.078)**
Pelo Formal de Partilha, expedido em 25 de outubro de 2.011, devidamente assinado pelo MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível desta cidade e comarca, extraído dos autos de Arrolamento - processo n.º 3857/2003, em virtude do falecimento de **IDALINO AUGUSTO**, ocorrido em 29 de janeiro de 2.003; procedo o presente registro para ficar constando que, na partilha dos bens, homologada por sentença de 18 de julho de 2.011, a qual transitou em julgado

Continua no verso.

Continua na próxima ficha.

Num. 38254436 - Pág. 56
Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 72, PRECATORIA1, Página 68
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101, Evento 44, PRECATORIA4, Página 4

em 18 de agosto de 2.011, **o imóvel desta matrícula**, estimado em R$.22.899,71, ficou pertencendo **50% para a viúva meeira: LAURA ZANFORLIN AUGUSTO**, CPF.213.301.058-00, residente e domiciliada nesta cidade, na avenida Fernando Costa nº 268, bairro Maceno, já qualificada; e **16,666% para cada um dos herdeiros filhos: SOLANGE AUGUSTO NEVES**, RG.9.426.893-SSP-SP e CPF.159.361.078-50, comerciante, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, em 01 de julho de 1.978, com **ADIVALDO APARECIDO DAS NEVES**, RG.6.548.896-SSP-SP e CPF.928.671.548-04, engenheiro civil; brasileiros, residentes nesta cidade, na rua Las Vegas nº 155, Condomínio Débora Cristina; **JOSÉ EDUARDO AUGUSTO**, RG.8.526.587-SSP-SP e CPF.048.229.808-12, industrial, casado sob o regime da comunhão de bens, em 06 de outubro de 1.984, (escritura de pacto antenupcial registrada sob nº 6343 no 1º Oficial de Registro de Imóveis desta comarca), com **ELISABETH GARCIA MEDINA AUGUSTO**, RG.11.585.370-SSP-SP e CPF.018.720.898-01, do lar; brasileiros, residentes nesta cidade, na Rua Dr. Ulisses da Silva Guimarães nº 103, Condomínio Dahma I; e **16,666% para a herdeira neta.** (filho de **Carlos Roberto Augusto** falecido em 03 de novembro de 1.986) **SIMONY GASPAR AUGUSTO**, RG.41.491.999-3-SSP-SP e CPF.338.648.678-94, brasileira, solteira, nascida em 22 de dezembro de 1.986, estudante, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua Antonio Frederico Germano nº 121, bairro Jardim Soraia. Registro efetuado de acordo com o requerimento do interessado, datado de 20 de dezembro de 2.011.

O ESCREVENTE AUTORIZADO _____ **(RÔMULO LEMOS DE REZENDE)**

R.3/43.572, em 07 de fevereiro de 2012. **(Prot. 241.078)**

Pelo **Formal de Partilha**, expedido em 25 de outubro de 2.011, devidamente assinado pelo MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível desta cidade e comarca, extraído dos autos de Arrolamento - processo n.º 3857/2003, em virtude do falecimento de **IDALINO AUGUSTO**, ocorrido em 29 de janeiro de 2.003, procedo o presente registro para ficar constando que, na partilha dos bens, homologada por sentença de 18 de julho de 2.011, a qual transitou em julgado em 18 de agosto de 2.011, procedo o presente registro para ficar constando que, a herdeira neta: **SIMONY GASPAR AUGUSTO**, solteira, nascida em 22 de dezembro de 1.986, já qualificada, **transmitiu sua parte ideal correspondente a 16,666% do imóvel desta matrícula**, adquirida pelo R.2/43.572, pelo valor de R$.27.600,00, para **SOLANGE AUGUSTO NEVES**, casada com **ADIVALDO APARECIDO DAS NEVES; JOSÉ EDUARDO AUGUSTO**, e sua mulher **ELISABETH GARCIA MEDINA AUGUSTO**, já qualificados. Registro efetuado de acordo com o requerimento do interessado, datado de 20 de dezembro de 2.011.

O ESCREVENTE AUTORIZADO _____ **(RÔMULO LEMOS DE REZENDE)**

Av.4/43.572, em 06 de dezembro de 2016. **(Prot. 288.882 - 29 de novembro de 2016)**

Pela **certidão** datada de 28 de novembro de 2.016, expedida conforme Provimento CG.6/2009 da E. Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, oriunda da 2ª Vara do Trabalho de Cubatão-SP, extraída dos autos da Ação de Execução Trabalhista - processo n.º 0001095-89.2012.5.02.0252 protocolo

Continua na ficha 02

Continua na próxima folha

Num. 38254436 - Pág. 57
Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 72, PRECATORIA1, Página 69
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101, Evento 44, PRECATORIA4, Página 5

de penhora online: PH000146340 em que figura como exequente **VINICIUS ANDRE DE ANDRADE LEMOS**, CPF.403.786.348-01; e como executado **SOLANGE AUGUSTO NEVES**, casada com **ADIVALDO APARECIDO DAS NEVES**; procedo a presente averbação para ficar constando que, **20,83100% do imóvel desta matrícula**, foi **PENHORADO**, para a garantia da quantia de R$.19.078,33, tendo sido nomeada como fiel depositária a própria executada proprietária do imóvel.

O ESCREVENTE AUTORIZADO **(RÔMULO LEMOS DE REZENDE)**

Av.5/43.572, em 25 de outubro de 2017. **(Prot. 296.823 - 18 de outubro de 2017)**
Em cumprimento a determinação contida no ofício expedido em 04 de outubro de 2017, pelo Juízo de Direito da 2ª Vara da Justiça do Trabalho de Cubatão/SP, extraído dos autos do processo n.º 0001095-89.2012.5.02.0252, procedo a presente averbação, para ficar constando o **cancelamento da penhora** objeto da Av.4/43.572.

O ESCREVENTE AUTORIZADO **(ADALBERTO VIANA SILVEIRA SANTOS)**

Av.6/43.572, em 14 de dezembro de 2017. **(Prot. 297.562 - 21 de novembro de 2017)**
Procedo esta averbação, à vista do comunicado da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, protocolo nº 201711.2013.00404473-IA-960 datado de 20 de novembro de 2.017 - processo nº 00016925920115030060, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - 1ª Vara do Trabalho da comarca Itabira-MG, para ficar constando a **INDISPONIBILIDADE** de bens de **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, CPF.928.671.548-04.

O ESCREVENTE AUTORIZADO **(RÔMULO LEMOS DE REZENDE)**

Av.7/43.572, em 26 de junho de 2018. **(Prot. 302.890 - 19 de junho de 2018)**
Procedo esta averbação, à vista do comunicado de Indisponibilidade, protocolo nº 201806.1810.00503582-IA-309 datado de 18 de junho de 2018 - processo nº 00015327920125070030 da Central de Indisponibilidade (www.indisponibilidade.org.br), emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - 1ª Vara do Trabalho de Caucaia/CE, para ficar constando a **INDISPONIBILIDADE de bens** de **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, CPF.928.671.548-04.

O ESCREVENTE AUTORIZADO **(RÔMULO LEMOS DE REZENDE)**

Continua no verso.

Continua na próxima ficha.

Num. 38254436 - Pág. 58
Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 72, PRECATORIA1, Página 70
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101, Evento 44, PRECATORIA4, Página 6

MATRÍCULA 43.572 | FICHA 02 verso

Av.8/43.572, em 14 de novembro de 2018. **(Prot. 306.789 - 07 de novembro de 2018)**

Procedo esta averbação, à vista do comunicado de **Indisponibilidade**, protocolo nº 201811.0609.00644344-IA-309 datado de 06 de novembro de 2.018 - processo nº 00015056720105070030 da Central de Indisponibilidade (www.indisponibilidade.org.br), emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - 1ª Vara do Trabalho de Caucaia/CE, para ficar constando a **INDISPONIBILIDADE de bens** de **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, CPF.928.671.548-04.

O ESCREVENTE AUTORIZADO **(RÔMULO LEMOS DE REZENDE)**

Av.9/43.572, em 14 de junho de 2019. Selo digital 1125083310313617 4MH5C319F **(Prot. 313.617 - 07 de junho de 2019)**

Procedo esta averbação, à vista do comunicado da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, protocolo nº 201906.0514.00828716-MA-510 datado de 05 de junho de 2019 - processo nº 00015056720105070030, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - 1ª Vara do Trabalho de Caucaia - CE, para ficar constando o **cancelamento da indisponibilidade** mencionada na Av.8/43.572.

O ESCREVENTE AUTORIZADO **(ADALBERTO VIANA SILVEIRA SANTOS)**

Num. 38254436 - Pág. 59
Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 72, PRECATORIA1, Página 71
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101, Evento 44, PRECATORIA4, Página 7

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

42
2

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que recebi, nesta data, estes Autos da Central de Mandados.
S. José do Rio Preto, 29 de novembro de 2019.

Maria Lúcia Porto Scaff
Técnica Judiciária
RF 5274

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:
CARTA PRECATÓRIA

Evento:
EXPEDIDO CARTA ORDEM/PRECATÓRIA/ROGATÓRIA

Data:
06/04/2020 16:00:22

Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA

Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101

Sequência Evento:
46

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21)3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

EXECUTADO: DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA

CARTA PRECATÓRIA Nº 510002690748

Juízo Deprecante: **Exmo. Sr. Juiz da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal - SJRJ**

Juízo Deprecado: **Exmo(a). Sr(a). Juiz Federal Distribuidor das Varas Federais de São José do Rio Preto - SJSP**

VALOR DA EXECUÇÃO: **R$ 1.615.518,61** , em 11/11/2019

BENS INDICADOS: **Imóvel localizado na Rodovia BR 153, nº 650, Bady Bassit/SP - CEP 15115-000 (matrícula nº 52.845, registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis de São José do Rio Preto)**

O DR. **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, MM. JUIZ FEDERAL DA 6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL**, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, **DEPRECA** a Vossa Excelência que se digne a mandar proceder ao seguinte:

- **PENHORA OU ARRESTO** do bem acima indicado, de propriedade do(a,s) Executado(a,s) **DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA 04858299/0001-70,** para garantia da execução, na forma dos arts. 10 e 11 da Lei n. 6.830/80, bem como para que nomeie Depositário, efetive a **AVALIAÇÃ**O do(s) bem(ns) penhorado(s) e também proceda à **INTIMAÇÃO** do(a,s) Executado(a,s) dessas diligências. Recaindo a penhora sobre imóvel, intime também o cônjuge do(a,s) Executado(a,s), se casado for(em), e intime o Oficial do Registro de Imóveis competente, ou quem fizer suas vezes, a quem se fará entrega da contrafé e cópia do termo ou auto de penhora, para que proceda ao registro (art.7º, inc. IV, e art.14, inc. I, da Lei nº 6.830/80) e encaminhe ao Juízo certidão de ônus reais atualizada com o registro da constrição; recaindo a penhora ou arresto em veículo, intime o Encarregado, ou quem fizer suas vezes, da Repartição competente para emissão do certificado de registro, a quem se fará entrega da contrafé e cópia do termo ou auto de penhora, para que proceda ao registro (art.7º, inc. IV, e art.14, inc. I, da Lei n. 6.830/80)

e encaminhe ao Juízo ofício confirmando a realização da constrição; recaindo a penhora ou arresto em ações, debêntures, quota ou qualquer outro título, crédito ou direito societário nominativo, a entrega da contrafé far-se-á à Junta Comercial, Bolsa de Valores ou na Sociedade Comercial (art. 14, inc. III, da Lei n. 6.830/80), outrossim com ordem para que se encaminhe ao Juízo ofício confirmando o registro da constrição. Intime o(a) Depositário(a) a não abrir mão do depósito sem prévia autorização do Juízo, sob pena de responder pessoalmente pelo valor da avaliação do bem, e que, em caso de mudança de endereço, deverá comunicar o fato imediatamente ao Juízo. Cientifique o(a,s) Executado(a,s) de que tem o prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação da penhora, para opor embargos à execução, sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(a) Exequente. Desde logo autorizado o Sr. Oficial de Justiça a requisitar o auxílio de força policial, se necessário. Tudo de acordo com a decisão anexada.

Outrossim dando-lhe ciência de que o acesso à integra dos autos do processo eletrônico pode ser obtido por cadastramento do interessado na página da Internet: http://www.jfrj.jus.br/cadastro-visualizar-processo; bem assim de que o(s) valor(es) atualizado(s) da(s) dívida(s), bem como instruções para o parcelamento e o pagamento poderão ser obtidos diretamente junto ao(à) Exequente, sendo que, em se tratando de dívida cobrada pela Procuradoria da Fazenda Nacional, por acesso à página da Internet: www.pgfn.fazenda.gov.br. Havendo interesse no parcelamento ou pagamento do débito, o devedor deve dirigir-se diretamente ao Exequente para efetivá-lo(s) e deve também comunicar ao M. Juízo a realização do parcelamento ou pagamento, sob pena de prosseguimento da execução.

- **ALIENAR** judicialmente os bens constritos, caso não sejam oferecidos embargos ou, se apresentados, forem rejeitados.

- **INTIMAR a Exequente**, na pessoa de seu representante legal, com área de atuação nessa localidade, para providenciar, caso necessário, o pagamento de eventuais despesas porventura existentes para a realização das diligências deprecadas.

Anexos: Evs. 38 (PRECATORIA5), 41 (anexo2), 43.

DADA E PASSADA nesta cidade do Rio de Janeiro, em 06/04/2020. Eu, ISABELLE FARIAS ALBUQUERQUE PRATA, digitei e conferi. E eu, André Botelho Jucá, Diretor de Secretaria, reconferi.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510002690748v2** e do código CRC **ba59cd69**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 6/4/2020, às 16:0:22

0023469-13.2017.4.02.5101 **510002690748 .V2**

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:
COMPROVANTES

Evento:
EXPEDIDO CARTA ORDEM/PRECATÓRIA/ROGATÓRIA

Data:
16/04/2020 12:32:41

Usuário:
JRJ14664 - ISABELLE FARIAS ALBUQUERQUE PRATA

Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101

Sequência Evento:
47

Poder Judiciário Malote Digital

Impresso em: 16/04/2020 às 12:30

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade: 40220207016006
Documento: CPR 510002690748OK.pdf
Remetente: SJRJ - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal (Isabelle Farias Albuquerque Prata)
Destinatário: SJSP - São José do Rio Preto - Seção de Atendimento, Protocolo e Distribuição (TRF3)
Data de Envio: 16/04/2020 12:29:36
Assunto: CARTA PRECATÓRIA Nº 510002690748

Imprimir

Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:
CARTA DEVOLVIDA

Evento:
JUNTADA - PEÇAS DIGITALIZADAS

Data:
11/06/2020 13:18:19

Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA

Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101

Sequência Evento:
48

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro <06vfef@jfrj.jus.br>

seg 08/06/2020 14:15

Para:Alexandre Jorge Fernandes Motta <alexandre.motta@jfrj.jus.br>;

2 anexos

PROCESSO_ 5001837-97.2020.4.03.6106 - CARTA PRECATÓRIA CÍVEL.Despacho ID 31848395.pdf; 5001837-97.2020.4.03.6106.pdf;

De: MARIA LUCIA PORTO SCAFF <mposcaff@trf3.jus.br>
Enviado: segunda-feira, 8 de junho de 2020 10:48
Para: 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
Assunto: EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES e DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA

Por ordem do MM. Juiz Federal da 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto-SP, encaminho cópia do despacho ID 31848395, exarado na CP 5001837-97.2020.403.6106, para providências.

Atenciosamente,
Maria Lúcia Porto Scaff
RF 5274

Os documentos referentes à Carta Precatória 5001837-97.2020.4.03.6106 (nosso número) poderão ser visualizados através do link:
http://web.trf3.jus.br/anexos/download/S61A42AE5

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 2

Tipo documento:
CARTA DEVOLVIDA

Evento:
JUNTADA - PEÇAS DIGITALIZADAS

Data:
11/06/2020 13:18:19

Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA

Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101

Sequência Evento:
48

Justiça Federal da 3ª Região
PJe - Processo Judicial Eletrônico

08/06/2020

Número: **5001837-97.2020.4.03.6106**

Classe: **CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**
Órgão julgador: **5ª Vara Federal de São José do Rio Preto**
Última distribuição : **17/04/2020**
Valor da causa: **R$ 1.615.518,61**
Processo referência: **0023469-13.2017.4.02.5101**
Assuntos: **Atos executórios**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO (DEPRECANTE)	
6ª Subseção Judiciária de São José do Rio Preto/SP (DEPRECADO)	
UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL (PARTE AUTORA)	
ADIVALDO APARECIDO NEVES (PARTE RE)	
DISTON - MONTAGENS E CONSTRUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA (PARTE RE)	

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
318483 95	07/05/2020 09:46	Despacho	Despacho

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) Nº 5001837-97.2020.4.03.6106 / 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto
DEPRECANTE: 6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

DEPRECADO: 6ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP

D E S P A C H O

Encaminhe-se e-mail ao MM. Juízo deprecante, com cópia desta decisão, solicitando esclarecimentos acerca do ato deprecado, eis que verifico contradição entre o primeiro e os demais parágrafos.

Não obstante isso, ante o disposto no art. 845, § 1º, do CPC e o atual momento em que o país atravessa (pandemia do covid-19) a penhora deve ser feita preferencialmente por termo nos autos.

Aguarde-se por 10 dias a resposta. No silêncio, devolva-se.

SãO JOSé DO RIO PRETO, 7 de maio de 2020.

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 3

Tipo documento:
CARTA DEVOLVIDA

Evento:
JUNTADA - PEÇAS DIGITALIZADAS

Data:
11/06/2020 13:18:19

Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA

Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101

Sequência Evento:
48

Justiça Federal da 3ª Região
PJe - Processo Judicial Eletrônico

08/06/2020

Número: **5001837-97.2020.4.03.6106**

Classe: **CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**
Órgão julgador: **5ª Vara Federal de São José do Rio Preto**
Última distribuição : **17/04/2020**
Valor da causa: **R$ 1.615.518,61**
Processo referência: **0023469-13.2017.4.02.5101**
Assuntos: **Atos executórios**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO (DEPRECANTE)	
6ª Subseção Judiciária de São José do Rio Preto/SP (DEPRECADO)	
UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL (PARTE AUTORA)	
ADIVALDO APARECIDO NEVES (PARTE RE)	
DISTON - MONTAGENS E CONSTRUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA (PARTE RE)	

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
31848395	07/05/2020 09:46	Despacho	Despacho
31107584	17/04/2020 09:40	Petição inicial	Petição inicial
31107586	17/04/2020 09:40	CPR 510002690748OK	Carta

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) Nº 5001837-97.2020.4.03.6106 / 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto
DEPRECANTE: 6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

DEPRECADO: 6ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP

D E S P A C H O

Encaminhe-se e-mail ao MM. Juízo deprecante, com cópia desta decisão, solicitando esclarecimentos acerca do ato deprecado, eis que verifico contradição entre o primeiro e os demais parágrafos.

Não obstante isso, ante o disposto no art. 845, § 1º, do CPC e o atual momento em que o país atravessa (pandemia do covid-19) a penhora deve ser feita preferencialmente por termo nos autos.

Aguarde-se por 10 dias a resposta. No silêncio, devolva-se.

SãO JOSé DO RIO PRETO, 7 de maio de 2020.

EM ANEXO....

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Carta Precatória
Código de rastreabilidade: 40220207016006
Nome original: CPR 510002690748OK.pdf
Data: 16/04/2020 12:30:13
Remetente:
Isabelle
SJRJ - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal
Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para conhecimento.
Assunto: CARTA PRECATÓRIA Nº 510002690748

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21)3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES
EXECUTADO: DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA

CARTA PRECATÓRIA Nº 510002690748

Juízo Deprecante: **Exmo. Sr. Juiz da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal - SJRJ**

Juízo Deprecado: **Exmo(a). Sr(a). Juiz Federal Distribuidor das Varas Federais de São José do Rio Preto - SJSP**

VALOR DA EXECUÇÃO: **R$ 1.615.518,61**, em 11/11/2019

BENS INDICADOS: **Imóvel localizado na Rodovia BR 153, nº 650, Badv Bassit/SP - CEP 15115-000 (matrícula nº 52.845, registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis de São José do Rio Preto)**

O DR. **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, MM. JUIZ FEDERAL DA 6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL**, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, **DEPRECA** a Vossa Excelência que se digne a mandar proceder ao seguinte:

- **PENHORA OU ARRESTO** do bem acima indicado, de propriedade do(a,s) Executado(a,s) **DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA 04858299/0001-70,** para garantia da execução, na forma dos arts. 10 e 11 da Lei n. 6.830/80, bem como para que nomeie Depositário, efetive a **AVALIAÇÃ**O do(s) bem(ns) penhorado(s) e também proceda à **INTIMAÇÃO** do(a,s) Executado(a,s) dessas diligências. Recaindo a penhora sobre imóvel, intime também o cônjuge do(a,s) Executado(a,s), se casado for(em), e intime o Oficial do Registro de Imóveis competente, ou quem fizer suas vezes, a quem se fará entrega da contrafé e cópia do termo ou auto de penhora, para que proceda ao registro (art.7º, inc. IV, e art.14, inc. I, da Lei nº 6.830/80) e encaminhe ao Juízo certidão de ônus reais atualizada com o registro da constrição; recaindo a penhora ou arresto em veículo, intime o Encarregado, ou quem fizer suas vezes, da Repartição competente para emissão do certificado de registro, a quem se fará entrega da contrafé e cópia do termo ou auto de penhora, para que proceda ao registro (art.7º, inc. IV, e art.14, inc. I, da Lei n. 6.830/80) e encaminhe ao Juízo ofício confirmando a realização da constrição; recaindo a penhora ou arresto em ações, debêntures, quota ou qualquer outro título, crédito ou direito societário nominativo, a entrega da contrafé far-se-á à Junta Comercial, Bolsa de Valores ou na Sociedade Comercial (art. 14, inc. III, da Lei n. 6.830/80), outrossim com ordem para que se encaminhe ao Juízo ofício confirmando o registro da constrição. Intime o(a) Depositário(a) a não abrir mão do depósito sem prévia autorização do Juízo, sob pena de responder pessoalmente pelo valor da avaliação do bem, e que, em caso de mudança de endereço, deverá comunicar o fato imediatamente ao

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Juízo. Cientifique o(a,s) Executado(a,s) de que tem o prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação da penhora, para opor embargos à execução, sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(a) Exequente. Desde logo autorizado o Sr. Oficial de Justiça a requisitar o auxílio de força policial, se necessário. Tudo de acordo com a decisão anexada.

Outrossim dando-lhe ciência de que o acesso à integra dos autos do processo eletrônico pode ser obtido por cadastramento do interessado na página da Internet: http://www.jfrj.jus.br/cadastro-visualizar-processo; bem assim de que o(s) valor(es) atualizado(s) da(s) dívida(s), bem como instruções para o parcelamento e o pagamento poderão ser obtidos diretamente junto ao(à) Exequente, sendo que, em se tratando de dívida cobrada pela Procuradoria da Fazenda Nacional, por acesso à página da Internet: www.pgfn.fazenda.gov.br. Havendo interesse no parcelamento ou pagamento do débito, o devedor deve dirigir-se diretamente ao Exequente para efetivá-lo(s) e deve também comunicar ao M. Juízo a realização do parcelamento ou pagamento, sob pena de prosseguimento da execução.

- **ALIENAR** judicialmente os bens constritos, caso não sejam oferecidos embargos ou, se apresentados, forem rejeitados.

- **INTIMAR a Exequente**, na pessoa de seu representante legal, com área de atuação nessa localidade, para providenciar, caso necessário, o pagamento de eventuais despesas porventura existentes para a realização das diligências deprecadas.

Anexos: Evs. 38 (PRECATORIA5), 41 (anexo2), 43.

DADA E PASSADA nesta cidade do Rio de Janeiro, em 06/04/2020. Eu, ISABELLE FARIAS ALBUQUERQUE PRATA, digitei e conferi. E eu, André Botelho Jucá, Diretor de Secretaria, reconferi.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510002690748v2** e do código CRC **ba59cd69**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 6/4/2020, às 16:0:22

0023469-13.2017.4.02.5101 **510002690748 .V2**

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360

36

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, recebi estes autos da Central de Mandados desta 6ª Subseção, com certidão retro.

São José do Rio Preto, 21 de março de 2019.

Ivone Jacqueline Vargas Soares
Técnico Judiciário
RF 3682

31

EXMO. SR. DR. JUIZ DA 5ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO / SP

0001967-46.2018.403.6106

Carta Precatória
Processo nº 0001967-46.2018.4.03.6106

ADIVALDO APARECIDO NEVES, brasileiro, casado, portador do CPF nº 928.6/1.548-04, residente na Rua Las Vegas, 155, condomínio Débora Cristina, São José do Rio Preto - CEP 15093-010, por seus advogados (**doc. 01**), tendo sido citado dos termos da ação executiva nº 0023469-13.2017.4.02.5101 em 07/03/2019, através da presente carta precatória, nos termos dos arts. 9º, inciso IV e 11º, inciso IV da Lei 6.830/80, vem indicar à penhora o seguinte bem imóvel, mais que suficiente à garantia dos débitos *sub judice*, que perfazem o montante de R$1.578.687,14, a saber:

- Imóvel localizado na Rodovia BR 153, nº 650, Bady Bassitt - SP, 15115-000, objeto da matrícula nº 52.845, registrada no 1º Oficial de Registro de Imóveis de São José do Rio Preto (cf. matrícula atualizada anexa - **doc. 02** e autorização anexa - **doc. 03**).

Diante disso, requer se digne V. Exa determinar a formalização da penhora, por meio de Termo lavrado nos autos e, ato contínuo, a intimação do executado via imprensa oficial, por meio de seus advogados (**art. 841, §1º, NCPC/2015 e art. 12 da Lei 6.830/80**), para que possa defender-se via embargos à execução nos termos do art. 16, inciso III, da Lei 6.830/80.

Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido

Requer-se, por fim, que todos os avisos, intimações e publicações sejam efetuados exclusivamente em nome dos advogados Luã Victor Lima Nascimento (OAB/SP 313.427) e Carlos Henrique Quesada (OAB/SP 382.693), com escritório na cidade de Mirassol/SP – Rodovia Euclides da Cunha (SP 320), Km 45 – Perímetro Urbano 12 – 15130-000, sob pena de nulidade (NCPC/2015, art. 272, §2º).

Termos em que, respeitosamente
Pede deferimento

São Paulo, 18:05

Luã Victor Lima Nascimento
OAB/SP 313.427

Letícia Botaro de Souza
OAB/SP 418.113

Em nome de propriedade do documento desconhecida

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento de procuração, **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 328.671.548-04, residente na Rua Las Vegas, 155, condomínio Débora Cristina, São José do Rio Preto - CEP 15093-010, nomeiam e constituem seus bastantes procuradores os advogados Luã Victor Luna Nascimento, inscrito na OAB/SP 313.427, Letícia Botaro de Souza inscrita na OAB/SP 418.113 e Carlos Henrique Quesada, inscrito na OAB/SP 382.693, com escritório na cidade de Mirassol/SP – Rodovia Euclides da Cunha (SP 320), Km 45 – Perímetro Urbano 12 – 15130-000, para representar o outorgante em conjunto ou separadamente, independentemente de ordem de nomeação e com poderes da cláusula "*ad judicia et extra*", perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, onde necessária seja a apresentação de mandato, inclusive perante o Egrégio Supremo Tribunal Federal, todos os órgãos da Justiça, Repartições Públicas Federais, Estaduais ou Municipais, podendo, inclusive, transigir, substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes, firmar compromissos, receber e dar citação, receber e dar quitação, oferecer bens em garantia, levantar depósito judicial, desistir, nomear preposto, firmar acordos e compromissos, enfim, praticar todos os atos necessários à defesa dos direitos e interesses da outorgante.

São Paulo, 14 de março de 2019

ADIVALDO APARECIDO NEVES

1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IM
São José do Rio Preto
Oficial
QUINCUAGÉSIMO DE SETA

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL -

MATRÍCULA 52.845 FICHA 001

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 26 DE JULHO DE 1990.

IMÓVEL:- Uma área de 27.727,03 m2, ou 2,77,27 ha,ou seja 1,15 alqueires, confrontando com Margarete Lote, com Walter Gonçalves de Assis, com o Espólio de Ruilando Lotti, a finalmente com o Parque Industrial, encerrado na Fazenda Campo da Borboleta, com a denominação atgecial da Sítio 4 Irmãos, no distrito e município de Rio Preto. PROPRIETÁRIOS:- 1)-MARGARETE LOTE, RG.11.776.810-SP, e Sady Bassit, desde comarca de São José do Rio Preto, brasileira, professora, primeira, divorciada, residente e dom 21 de abril, n/lot-1 na ci- dade de Indiavaí-MT; 2)-CLEUZA MARIA LOTTI, que também é conhecida por CREUSA MARIA LOTTI, RG.9.708.760-SP e CPF.002.652.268/44, brasileira, comerciária, divorciada, residente nesta cidade, a rua Martinho Gonçalves, nº 2.445; e MARIO GONÇALVES COLLETES, RG.6.301.189-SP, e CPF.476.919.648/20, brasileiro, divorciado, pecuarista, residente na cidade de Indiavaí-MT, na rua 21 de Abril, s/nº.; 3)-WANDERSENTO LOTTI, também conhecido por VALDIR SANTO LOTTI, RG.6.598.895-SP e CPF.889.121.328/49, brasileiro, divorciado, do comercio, residente a rua 21 de Abril s/nº., na cidade de Indiavaí-MT; 4)-O ESPOLIO DE RUILANDO LOTTI, também conhecido por RUILINDO LOTTI, representado pelo arrolante, SUELI MADALENA RAMOS, RG.26.399.849-SP e CPF.055.562.978/35, brasileira, do lar, residente nesta cidade, na rua Otavio Pinto Cezar, nº.598, nos termos do Alvará Judicial expedido no processo nº.997/86, do 2º Oficio Cível local em data de 28.11.1989, assinado pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível Dr. Diavo Martins dos Santos Junior- REGISTRO ANTERIOR:- Matrícula nº.50.743 deste cartório. O referido é verdade e dou fé. A Oficial Maior

AV.001/52.845.- Sobre o imovel objeto da matricula supra, pesa uma Servidão de Passagem em favor da COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ S/A, conforme se vê da averbação 001 na matricula nº 50.743-(procedencia).- O referido é verdade e dou fé. São José do Rio Preto, 26 de Julho de 1.990. A Oficial Maior

R.002/52.845.- Conforme escritura pública de divisão amigavel lavrada nas notas do 2º Tab. local em 13 de Junho de 1.990, no livro 462, fls. 82, CLEUZA MARIA LOTTI e MARIO GONÇALVES COLLETES, já qualificados, HOUVERAM o imovel objeto desta matricula, por DIVISÃO AMIGAVEL, feita para EXTINÇÃO DE CONDOMINIO, pelo valor de Cr$140.774,00.- O referido é verdade e dou fé. São José do Rio Preto, 26 de Julho de 1.990. A Oficial Maior

AV.003/52.845.- Para a presente para constar que, o imovel objeto desta matricula acha-se cadastrado no INCRA sob o n. 000027 090566 1; área total 2,7 ha., mod. rural 10,0 ha., n. mod. rurais 0,07; mod. fiscal 16,0 ha., n. mod. fiscais 0,16; fr. min. pats. 2,0 ha. e na Receita Federal sob o n. 4192943-8. São José do Rio Preto, 02 de JANEIRO de 2.003.- O OFICIAL,

R.004/52.845.- Por Carta de Sentença, expedida pelo Juizo de Direito da Primeira Vara Civel desta comarca, aos 23 de março de 2.001, aditada aos 11 de junho de 2.002, nos autos de divórcio consensual (proc. 130/96), requerido por CLEUZA MARIA LOTTI e MAURO GONÇALVES COUTINHO (.....SEGUE NO VERSO.....)

11142-7-AA 555183

Página 000:0007

MATRÍCULA 52.845 | FICHA 001 | VERSO

(Já qualificado), consta que o imóvel objeto desta matrícula avaliado em R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), foi partilhado em favor de **CLEUZA MARIA LOTTI**, brasileira, do comércio, divorciada, portadora do RG. 9.708.760-SSP.SP, CPF. 202.655.288/44, residente e domiciliada à rua Martinho Gonçalves n. 2.455, nesta cidade. São José do Rio Preto, 02 de JANEIRO de 2.003.- O OFICIAL.

R.005/52.845.- Por escritura pública lavrada no Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexo do Tabelionato de Notas do município de Rady Bassitt, desta comarca, aos 21 de maio de 2.003, no livro n. 197, fls. 357; a proprietária **CLEUZA MARIA LOTTI** (já qualificada), **VENDEU** o imóvel objeto desta matrícula a **DENSY FINANCE S/A**, com sede na cidade de Montevidéo, República Oriental do Uruguai, na Rua 25 de Mayo, 268, conforme 101, inscrita no registro único de contribuinte sob n. 2140:030013., pelo preço de R$ 15.000,00 (quinze mil reais). São José do Rio Preto, 02 de JANEIRO de 2.003.- O OFICIAL.

AV.006/52.845. Requereu-se a presente para constar que, a proprietária **DENSY FINANCE S/A.**, constante no R.005 desta matrícula, acha-se inscrita no CNPJ/MF sob o nº05.404.846/0001-00, conforme cópia autenticada do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. São José do Rio Preto, 31 de Agosto de 2.005.O Oficial.

R.007/52.845.Por escritura pública lavrada nas notas do 4ºTabelião de notas de São Paulo, aos 29 de Julho de 2005, no livro 2859 as paginas 065 à 068, a proprietária **VENDEU** o imóvel objeto desta matrícula, à **ICBC CONSTRUÇÕES METÁLICAS LTDA**, com sede em Rady Bassitt, na Marginal da Rodovia BR 153 nº650, Distrito Industrial III, inscrita no CNPJ/MF sob o nº04.858.289/0001-47, pelo valor de R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).São José do Rio Preto, 31 de Agosto de 2.005.O Oficial.

AV.008/52.845:- Faz-se a presente para constar que o imóvel objeto da matrícula supra, passou à pertencer ao **PERÍMETRO URBANO** desta cidade, nos termos da Lei n.1617/02, expedida em 11 de Novembro de 2002, conforme certidão expedida pela Prefeitura Municipal de Rady Bassitt, sob n.247/05, datada de 07 de Novembro de 2005.- São José do Rio Preto, 16 de Dezembro de 2005.O oficial.

AV.009/52.845:- Faz-se a presente para constar que o imóvel objeto da matrícula (....SEGUE FICHA 002...)

Página 000(001)

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 72, PRECATORIA1, Página 98
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101, Evento 48, CARTDEVOL3, Página 14

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GE

MATRÍCULA 52.845 | FICHA 002

1º OFICIAL DE REGISTRO DE IM
São José do Rio Preto
Ofic[a]
GUMERCINDO DE SETA

supra, acha-se Cadastrado na Prefeitura Municipal sob nº.013.078/01.- São José do Rio Preto, 16 de Dezembro de 2005.O Oficial,

AV.010/52.845:- Requereu-se a presente para constar que, a proprietária ICEC CONSTRUÇÕES METÁLICAS LTDA, do imóvel objeto desta matrícula, teve sua razão social alterada para CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA; Conforma Alteração Contratual registrada na JUCESP sob nº 15.798/06-9 em 24/01/2006.- São José do Rio Preto, 31 de agosto de 2.006.- O Oficial,

AV.011/52.845:- O imóvel objeto desta matrícula, é beneficiário de Servidão de Passagem conforme registro nº 015 da matrícula nº 64.610. São José do Rio Preto, 04 de Outubro de 2.006. O Oficial,

R.012/52.845:- Pela Cédula de Crédito Bancário nº 193046.01, emitida na Forma da Lei nº 10.931 de 02 de Agosto de 2004, em São Paulo, aos 17 de abril de 2007, por CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA (Cá qualificada), DEU EM HIPOTECA CEDULAR DE 1º GRAU E SEM CONCORRÊNCIA DE TERCEIROS, o imóvel objeto desta matrícula, ao BANCO ABN AMRO REAL S/A,com sede em São Paulo, à Avenida Paulista nº 1374, 3º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº33.066.408/0001-15 no valor de R$2.759,309,00 (dois milhões, setecentos e cinquenta e nova mil, trezentos e nove reais), vencível aos 15 de maio de 2013; Forma de Pagamento:- Será paga em 64 parcelas, amortizadas em meses e Juros TJLP + 3,80% ao ano e Remuneração do agente de 1,00% ao ano já incluído na taxa de juros e com as demais condições as constante na referida cédula.- São José do Rio Preto, 07 de Maio de 2007. O Oficial,

R.013/52.845:- Pela Cédula de Crédico Bancário nº 235172.01, emitida na Forma da Lei nº 10.931 de 02 de Agosto de 2004, em São Paulo, aos 13 de fevereiro de 2007, por CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA (Cá qualificada), DEU EM HIPOTECA CEDULAR DE 3º GRAU E SEM CONCORRÊNCIA DE TERCEIROS, o imóvel objeto desta matrícula, ao BANCO ABN AMRO REAL S/A, com sede em São Paulo, à Avenida Paulista nº 1374, 3º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 33.066.408/0001-15 no valor de R$2.267.072,00 (dois milhões, duzentos e sessenta e sete reais, e setenta e dois centavos), vencível aos 15 de fevereiro de 2014; Forma de Pagamento:- Será paga em 63 meses, através de 66 parcelas, vencível do primeiro encargo em 15.05.2008 e vencimento principal em 15.12.2008 e o vencimento final em 15.02.2014 e Juros: TJLP + 3,30% ao ano e Remuneração do agente de 1,00% ao ano já incluído na taxa de juros e com as demais (...SEGUE NO VERSO...)

11142-7 -AA 555184

1º Oficial de Registro de Imóveis
Comarca de São José do Rio Preto - SP

Página 0003/0007

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579
Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360

MATRÍCULA 52.845 | FOLHA 002

condições da referida cédula... São José do Rio Preto, 12 de MARÇO de 2 008.- O OFICIAL.

R.015/52.845:- Por escritura pública de 9º Tabelião de Notas da Comarca de São Paulo/SP, aos 05 de Julho de 2010, no livro 9128, às páginas 357, a proprietária CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, (já qualificada), DEU EM HIPOTECA DE 3º GRAU o imóvel objeto da matrícula supra, ao BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, com sede em São Paulo-Capital, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, 2041 e 2235, Bloco A, Vila Olímpia, inscrito no CNPJ/MF. sob o nº 90.400.888/0001-42, pelo valor de R$40.000.000,00 (Quarenta Milhões de Reais), incluindo outro imóvel, com vencimento em 24/03/2015; e as demais condições as constantes do título.- São José do Rio Preto, 15 de Setembro 2.010.- O OFICIAL.

AV.015/52.845. Por escritura pública de Aditamento, lavrada nas notas do 9ºTabelião de notas de São Paulo/SP, aos 03 de dezembro de 2011, no livro 9638 feito as páginas 129, de comum acordo as partes contratantes de comum acordo resolveram aditar a cédula registrada sob o nº014 neste matrícula, para deixar expresso as alterações dos juros para (taxa CDI + 3,5% ao ano), do prazo para 1718 dias contados de 30 de novembro de 2011, e o vencimento prorrogado para 12 de agosto de 2016 e ratificaram as demais termos da mesma.São José do Rio Preto, 16 de Janeiro de 2.012.O Oficial.

AV.016/52.845 - Processo nº 422.851 de 27/12/2013: Por certidão, expedida pelo Serviço de Distribuição Cível da Comarca de Mirassol-SP, em 28 de Novembro de 2013, consta que nos autos de Execução de Título Extrajudicial (Processo nº 0008513-31.2012.8.26.0358), distribuída ao Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Mirassol-SP, tendo como exequente BANCO DO BRASIL S/A, inscrito no CNPJ sob nº 00.000.000/4993-79, e como executada CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, (já qualificada), consta que em 03 de Dezembro de 2013, foi ajuizada a presente execução, dando-se à causa o valor de R$ 34.821.435,30 (Trinta e quatro milhões, oitocentos e vinte e um mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e trinta centavos). São José do Rio Preto, 06 de Janeiro de 2.014. O Oficial.

AV.017/52.845 - Protocolo nº 435.658 de 21/08/2014: Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 5ª Vara Cível desta Comarca, em 21 de Agosto de 2014, nos autos de Execução Civil (Proc. nº 1007445-85.2014), movida pelo BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., inscrito no CNPJ/MF. sob nº 90.400.888/0001-42, contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA e outros (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de (...) CONTINUA NA FICHA 003.....)

Página 52845

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 72, PRECATORIA1, Página 100

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101, Evento 48, CARTDEVOL3, Página 16

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GE

MATRÍCULA 52.845 | FICHA 003 | ORD 11.142-7

1º OFICIAL DE REGISTRO DE IM
São José do Rio Preto
Oficial
GUMERCINDO DE SETA

R$ 129.970.303,00 (Cento e vinte e nove milhões, novecentos e setenta mil, trezentos e três reais), inclusive outros imóveis. São José do Rio Preto, 03 de Setembro de 2.014. O OFICIAL.

AV.018/52.845 - Protocolo nº 450.404 de 26/02/2015:- Por Mandado, expedido pelo Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Mirassol-SP, aos 25 de Fevereiro de 2015, nos Autos de Execução de Título Extrajudicial (Proc. n.º 0006513-33.2012.8.26.0350), movida por BANCO DO BRASIL S/A, contra CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA e outros, cancela-se a AV.016 desta matrícula, nos termos do inciso I do Artigo 250 da Lei 6.015/73.- São José do Rio Preto, 09 de Março de 2.015. O OFICIAL,

AV.019/52.845 - Protocolo nº 460.893 de 09/09/2015:- Por mandado, expedido pela 5ª Vara Federal da Subseção Judiciária de São José do Rio Preto, em 19 de agosto de 2015, nos autos da Carta Precatória (Proc. nº 0004071-16.2015.403.6106), originária da 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro-RJ., expedida nos autos de Execução Fiscal (Proc. nº 0002152-95.2013.4.02.5101), movida pela FAZENDA NACIONAL, contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 3,251,275.02 (três milhões, duzentos e cinquenta e três mil, duzentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos). São José do Rio Preto, 21 de setembro de 2.015. O OFICIAL,

AV.020/52.845 - Protocolo nº 469.717 de 04/02/2016:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara do Trabalho desta comarca, em 12 de fevereiro de 2016, nos autos de Execução Trabalhista (Proc. nº 1909.54.2013), movida por DANIEL TURTERA BODNARCK, CPF. 334.840 778-83; contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 91.635,86 (noventa e um mil, seiscentos e noventa e cinco reais e oitenta e seis centavos). São José do Rio Preto, 15 de Fevereiro de 2.016.- O OFICIAL,

AV.021/52.845-Protocolo nº 476.914 de 12/07/2016:- Por Mandado, expedido pelo Juízo de Direito da 2ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto, aos 28 de junho de 2016, nos Autos de Execução Trabalhista (Proc. n.º 0001909-54.2010.5.15.0044 RTOrd), cancela-se a AV.020 desta matrícula, nos termos do inciso I do Artigo 250 da Lei 6.015/73.- São José do Rio Preto, 22 de Julho de 2.016.- O OFICIAL,

CONTINUA NO VERSO

Segue 002/007

11142-7 - AA 555185

1º Oficial de Registro de Imóveis
Comarca de São José do Rio Preto - SP

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360

MATRÍCULA 52.845 | FICHA 003 | CNJ 21.142-7

AV.022/52.845-Protocolo nº 499.651 de 16/08/2017:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 3ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto, em 16 de agosto de 2017, nos autos da Execução Trabalhista (Processo nº 0001573-62.2012.5.15.0082), movida por ANILSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, inscrito no CPF/MF. sob nº 328.897.532-06, contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA já qualificada, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 3.772.763,63 (três milhões, setecentos e setenta e dois mil, setecentos e sessenta e três reais e sessenta e três centavos). O referido é objeto da presente matrícula. São José do Rio Preto, 21 de Agosto de 2.017. O Oficial,

Página 100/100007

CERTIFICO de acordo com o artigo § 1º da Lei nº 6.015 de 31/12/1973 que revendo os arquivos de cartório a seu cargo, deles verificou constar a matrícula nº 52845 do Livro 2 - Registro Geral - constante desta fotocópia, e que além dos registros contidos na referida matrícula, não consta nenhum outro registro de ônus ou transmissão, até o dia (20) imediatamente anterior à emissão desta. O referido é verdade e dou fé. São José do Rio Preto-SP, 25 de janeiro de 2019.

Clemerson de Seta - Oficial
Maria Cecília de Seta Zinchiha - Substituta
Eli Francisco Borelly - Substituto
Olivio Eduardo de Paula - Substituto
Luiz Carlos Negrisoli - Escrevente Autorizado

Ao Oficial...: R$ 11,68
Ao Estado...: R$ 3,00
Ao IPESP...: R$ 2,36
Ao Reg. Civil: R$ 1,07
Ao Trib. Just: R$ 2,17
Ao Município: R$ 1,59
Ao Fis.Pub.: R$ 1,52
TOTAL...: R$ 53,78

Pedido de certidão nº 498839

Controle: [redacted]
Página 001/001

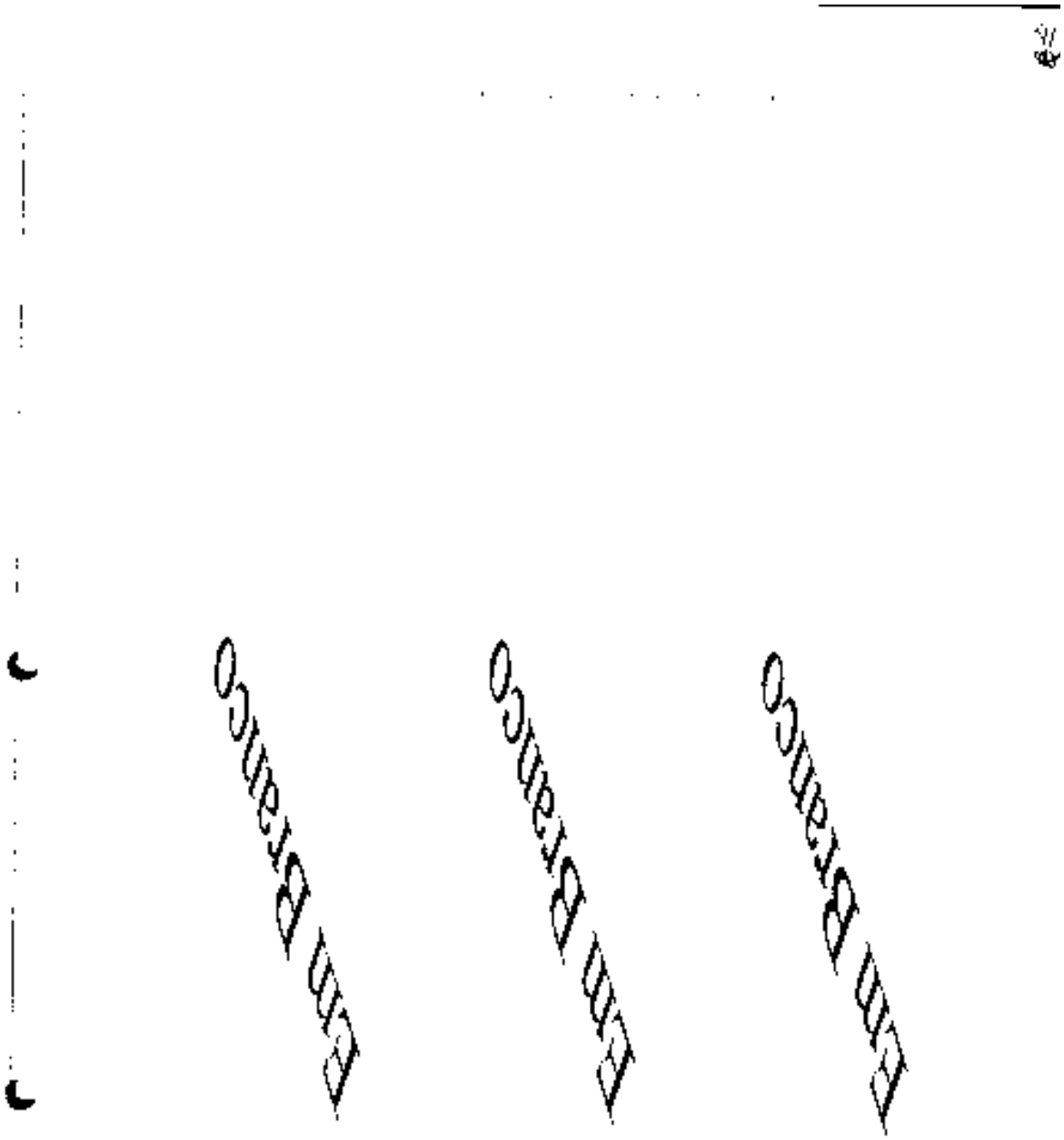
Para verificar a autenticidade deste documento acesse o site do Tribunal de Justiça

https://selodigital.tjsp.jus.br

Selo Digital:
1114273CO000555186201910319Y

1º Ofício de Registro de Imóveis
Comarca de São José do Rio Preto - SP

1114273 - AA 555186



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE OFERECIMENTO DE BEM À PENHORA

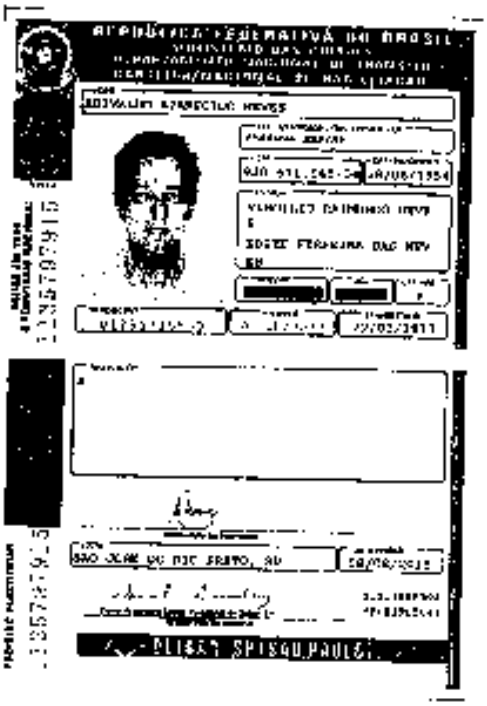
DISTON – MONTAGENS E CONSTRUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA., sociedade estabelecida na Rua Campo Grande, 1096 – Sala 611, Campo Grande, Rio de Janeiro/RJ – CEP 23.080-000, inscrita no CNPJ/MF nº 04.858.299/0001-79, por seu representante legal autoriza através do presente termo, o oferecimento do imóvel descrito abaixo, como garantia em execução fiscal em benefício de **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 928.671.548-04 residente na Rua Las Vegas, 155, condomínio Débora Cristina, São José do Rio Preto - CEP 15093-010:

- Imóvel localizado na Rodovia BR 153, nº 650, Bady Bassitt - SP, 15115-000 objeto da matrícula nº 52.845, registrada no 1º Oficial de Registro de Imóveis de São José do Rio Preto.

São Paulo, 14 de março de 2019.

DISTON – MONTAGENS E CONSTRUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA.

AT 14256 - 1290211v1



SERPRO
11/11/2019

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Resumido

Inscrições Localizadas: 3 — Inscrições Selecionadas: 3
Parâmetro de Localização: 0700017900095

1º Devedor: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.
Tipo de Devedor: Principal — **CPF / CNPJ:** 04858299/0001-70
Grande Devedor: PRINCIPAL
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 18470 508107/2016-04
Nº Inscrição: 70 2 16 020339-35
Data Inscrição: 18/11/2016 — **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: SEGUNDA REGIAO — **Nº Único de Processo Judicial:** 00234691320174025101
Procuradoria Responsável: SEGUNDA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 515.008,76 (UFIR 483.985,29)
Valor Consolidado: R$ 904.046,37

2º Devedor: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.
Tipo de Devedor: Principal — **CPF / CNPJ:** 04858299/0001-70
Grande Devedor: PRINCIPAL
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 18470 508108/2016-41
Nº Inscrição: 70 2 16 020340-79
Data Inscrição: 18/11/2016 — **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: SEGUNDA REGIAO — **Nº Único de Processo Judicial:** 00234691320174025101
Procuradoria Responsável: SEGUNDA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 12.944,62 (UFIR 12.164,79)
Valor Consolidado: R$ 25.923,56

3º Devedor: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.
Tipo de Devedor: Principal — **CPF / CNPJ:** 04858299/0001-70
Grande Devedor: PRINCIPAL
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 18470 508106/2016-51
Nº Inscrição: 70 6 16 043718-45
Data Inscrição: 18/11/2016 — **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: SEGUNDA REGIAO — **Nº Único de Processo Judicial:** 00234691320174025101
Procuradoria Responsável: SEGUNDA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 390.537,02 (UFIR 367.011,57)
Valor Consolidado: R$ 685.548,68

Somatório das inscrições

Valor Inscrito: R$ 918.490,40 (UFIR 863.161,65)
Valor Consolidado: R$ 1.615.518,61
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

FIM DO RELATÓRIO

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21)3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES
EXECUTADO: DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA

DESPACHO/DECISÃO

Expeçam-se o mandado de penhora e demais atos para efetivação da constrição sobre o imóvel nomeado pela Executada e acveito pela Exequente para garantia da execução (**ev. 38 - PRECATORIA 5 - fls. 5 a 10/15**).

Reduza-se a termo a penhora sobre os imóveis ofertados, na forma do art. 831 do CPC.

Tendo em vista a certidão do do Oficial de Justiça (**ev. 38 -** PRECATORIA 4) , nomeio, *ex officio*, como depositário do bem penhorado, o Sr. ADIVALDO APARECIDO NEVES.

Intime-se o advogado do executado da lavratura do termo de penhora, do prazo de trinta dias para oposição de embargos, a contar de sua intimação, e da constituição do Sr. ADIVALDO APARECIDO NEVES, CPF n. 928.671.548-04 como depositário do imóvel.

Instrua-se o mandado com cópias da certidão de ônus reais e desta decisão, devendo ainda o oficial do Registro de Imóveis competente ser intimado para que averbe a penhora reduzida a termo, independentemente do pagamento de custas ou outras despesas e para que faça prova a este Juízo do cumprimento da ordem, no prazo de cinco dias.

Intimem-se.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510002030461v3** e do código CRC **b35aa93c**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 8/12/2019, às 20:51:30

0023469-13.2017.4.02.5101 **510002030461 .V3**

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:
PETIÇÃO

Evento:
PETIÇÃO

Data:
06/07/2020 17:38:19

Usuário:
P1508034 - PAULO ROBERTO FERNANDES GONCALVES

Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101

Sequência Evento:
55

EXMO(A) SR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL),** através do Procurador que esta subscreve, vem, respeitosamente, em atenção ao despacho de fls. retro, requerer o que segue.

Conforme documentos acostados ao evento 38-PRECATORIA7, já há imóvel penhorado para garantia da presente execução fiscal.

Todavia, a referida penhora não foi registrada pelo Primeiro Oficial de registro de imóveis de São José do Rio Preto -SP em razão de o imóvel penhorado estar registrado no nome de Construções Metálicas Icec Ltda (fl. 13 do evento 38 - PRECATORIA7).

Ocorre que se trata da mesma empresa, conforme documento anexo, motivo pelo qual requer seja oficiado ao cartório supracitado para averbar a penhora realizada.

Após, requer seja realizado leilão do imóvel penhorado, informando desde já que não tem interesse na adjudicação.

Por oportuno, seguem anexas as consultas atualizadas dos créditos em cobrança.

Espera deferimento.

PAULO ROBERTO F. GONÇALVES
Procurador da Fazenda Nacional

Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 2

Tipo documento:
ANEXO

Evento:
PETIÇÃO

Data:
06/07/2020 17:38:19

Usuário:
P1508034 - PAULO ROBERTO FERNANDES GONCALVES

Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101

Sequência Evento:
55

SERPRO
03/07/2020

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Resumido

Inscrições Localizadas: 3 — Inscrições Selecionadas: 3

Parâmetro de Localização: 0700017900095

1º Devedor: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.
Tipo de Devedor: Principal — **CPF / CNPJ:** 04858299/0001-70
Grande Devedor: PRINCIPAL
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 18470 508107/2016-04
Nº Inscrição: 70 2 16 020339-35
Data Inscrição: 18/11/2016 — **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: SEGUNDA REGIAO — **Nº Único de Processo Judicial:** 00234691320174025101
Procuradoria Responsável: SEGUNDA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 515.008,76 (UFIR 483.985,29)
Valor Consolidado: R$ 916.870,09

2º Devedor: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.
Tipo de Devedor: Principal — **CPF / CNPJ:** 04858299/0001-70
Grande Devedor: PRINCIPAL
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 18470 508108/2016-41
Nº Inscrição: 70 2 16 020340-79
Data Inscrição: 18/11/2016 — **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: SEGUNDA REGIAO — **Nº Único de Processo Judicial:** 00234691320174025101
Procuradoria Responsável: SEGUNDA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 12.944,62 (UFIR 12.164,79)
Valor Consolidado: R$ 26.245,89

3º Devedor: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.
Tipo de Devedor: Principal — **CPF / CNPJ:** 04858299/0001-70
Grande Devedor: PRINCIPAL
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 18470 508106/2016-51
Nº Inscrição: 70 6 16 043718-45
Data Inscrição: 18/11/2016 — **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: SEGUNDA REGIAO — **Nº Único de Processo Judicial:** 00234691320174025101
Procuradoria Responsável: SEGUNDA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 390.537,02 (UFIR 367.011,57)
Valor Consolidado: R$ 695.273,05

Somatório das inscrições

Valor Inscrito: R$ 918.490,40 (UFIR 863.161,65)
Valor Consolidado: R$ 1.638.389,03

(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

FIM DO RELATÓRIO

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:
DESPACHO/DECISÃO

Evento:
DESPACHO/DECISÃO - INTERLOCUTÓRIA

Data:
07/07/2020 18:00:32

Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA

Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101

Sequência Evento:
56

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21)3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

EXECUTADO: DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA

DESPACHO/DECISÃO

Considerando que, por força do disposto no artigo 3º da **Resolução CNJ nº 313/2020**[1], no artigo 3º da **Resolução CNJ nº 314/2020**[2], nos artigos 1° e 2° da **Resolução nº TRF2-RSP-2020/00012**[3] e nos artigos 1° e 2° da **Resolução nº TRF2-RSP-2020/00017**[4], e, por fim, no artigo 1º da **Portaria nº JFRJ-PGD-2020/00020**[5], no escopo das medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), a Justiça Federal da 2a. Região está funcionando em regime de teletrabalho extraordinário, ora prorrogado por prazo indeterminado, com vedação à prática de atos presenciais, com a suspensão da distribuição ordinária das ordens judiciais, sendo que somente os mandados de natureza urgentíssima serão cumpridos até o dia 31 de julho de 2020, **aguarde-se o retorno da possibilidade de trabalho normal dos Oficiais de Justiça para a realização da diligência**.

Intimem-se as partes desta e para que digam se pretendem alguma outra diligência que possa ser realizada nestas condições. Se houver, venham conclusos. **Se não, fique suspenso o processo** (CPC, art. 313, inc. VI) até que venha algum pedido das partes ou seja possível reativá-lo, conforme acima.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510003204904v2** e do código CRC **9532b8f6**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 7/7/2020, às 18:0:32

---

1. Resolução CNJ n° 313/2020. Art. 3º Fica suspenso o atendimento presencial de partes, advogados e interessados,

que deverá ser realizado remotamente pelos meios tecnológicos disponíveis. § 1º Cada unidade judiciária deverá manter canal de atendimento remoto, a ser amplamente divulgado pelos tribunais. § 2º Não logrado atendimento na forma do parágrafo primeiro, os tribunais providenciarão meios para atender, presencialmente, advogados, públicos e privados, membros do Ministério Público e polícia judiciária, durante o expediente forense.
2. Resolução CNJ n° 314/2020. Art. 3º Os processos judiciais e administrativos em todos os graus de jurisdição, exceto aqueles em trâmite no Supremo Tribunal Federal e no âmbito da Justiça Eleitoral, que tramitem em meio eletrônico, terão os prazos processuais retomados, sem qualquer tipo de escalonamento, a partir do dia 4 de maio de 2020, sendo vedada a designação de atos presenciais. § 1º Os prazos processuais já iniciados serão retomados no estado em que se encontravam no momento da suspensão, sendo restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação (CPC, art. 221). § 2º Os atos processuais que eventualmente não puderem ser praticados pelo meio eletrônico ou virtual, por absoluta impossibilidade técnica ou prática a ser apontada por qualquer dos envolvidos no ato, devidamente justificada nos autos, deverão ser adiados e certificados pela serventia, após decisão fundamentada do magistrado. § 3º Os prazos processuais para apresentação de contestação, impugnação ao cumprimento de sentença, embargos à execução, defesas preliminares de natureza cível, trabalhista e criminal, inclusive quando praticados em audiência, e outros que exijam a coleta prévia de elementos de prova por parte dos advogados, defensores e procuradores juntamente às partes e assistidos, somente serão suspensos, se, durante a sua fluência, a parte informar ao juízo competente a impossibilidade de prática do ato, o prazo será considerado suspenso na data do protocolo da petição com essa informação.
3. Resolução nº TRF2-RSP-2020/00012. Art. 1°. O Tribunal e as Seções Judiciárias dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo funcionarão em regime de trabalho remoto até o dia 30 de abril de 2020. (...). Art. 2º. No período definido no art. 1º, que importa em suspensão do trabalho presencial de magistrados, servidores e estagiários, fica vedado o acesso aos prédios da Justiça Federal, salvo para a realização de serviços essenciais que não possam ser realizados por meio remoto e na hipótese do § 7º do art. 3º desta Resolução. (...) § 2º. Durante o período do plantão extraordinário, o trabalho presencial é excepcional, destinado à manutenção dos serviços essenciais, sendo imprescindível a prévia autorização da chefia imediata. (...)
4. Resolução nº TRF2-RSP-2020/00017. Art. 1º Prorrogar, por prazo indeterminado, os efeitos da Resolução nº TRF2-RSP-2020/00012, de 26 de março de 2020, que dispõe sobre medidas de prevenção ao contágio pelo Coronavírus, e da Resolução nº TRF2-RSP-2020/00016, de 22 de abril de 2020, que trata da realização de sessões de julgamento com o uso de ferramentas de videoconferência. § 1º O acesso aos prédios da Justiça Federal, na forma do art. 2º da Resolução nº TRF2-RSP-2020/00012, ficará vedado até ulterior deliberação, ressalvadas as hipóteses de serviços essenciais. § 2º Os prazos relativos aos processos judiciais e administrativos devem observar o que consta nas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça acerca da matéria. § 3º Os prazos dos processos que tramitam em meio físico continuam suspensos, na forma da Resolução nº 314, de 20 de abril de 2020, do CNJ, em vigor. (...). Art. 2º Instituir, em caráter experimental, até 19 de dezembro de 2020, e sem prejuízo do disposto no artigo 1º, o regime de trabalho remoto para o desempenho de todas as atividades administrativas e jurisdicionais do Tribunal e Seções Judiciárias dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, desde que sejam compatíveis com esse formato e possam ocorrer sem prejuízo dos serviços e sem redução de produtividade. §1º A retomada do trabalho presencial poderá ser determinada a qualquer tempo, especialmente no caso de baixa da produtividade ou incompatibilidade com normas do Conselho da Justiça Federal ou Conselho Nacional de Justiça, que venham a ser editadas. (...)
5. Portaria nº JFRJ-PGD-2020/00020. Art. 1º Fica prorrogada a suspensão da distribuição ordinária de ordens judiciais (mandados e ofícios) no âmbito da Seção Judiciária do Rio de Janeiro até o dia 31 de julho de 2020, observadas as disposições das Portarias nº JFRJ-PGD2020/00008, nº JFRJ-PGD-2020/00010, nº JFRJ-PGD-2020/00011, nº JFRJ-PGD2020/00016 e nº JFRJ-PGD-2020/00019, no que couber, para fins de distribuição e cumprimento de mandados e ofícios de natureza urgentíssima, que serão cumpridos, durante o período, preferencialmente, por meio eletrônico, na medida em que se visa a evitar exposição de Oficiais de Justiça, Advogados, Partes e demais destinatários de ordens judiciais ao contágio pelo Sars-CoV-2.

0023469-13.2017.4.02.5101 **510003204904 .V2**

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:
OFÍCIO/COMUNICAÇÃO

Evento:
JUNTADA - PEÇAS DIGITALIZADAS

Data:
09/07/2020 19:25:50

Usuário:
JRJ12495 - CLAUDIO MARCUS DE MELO

Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101

Sequência Evento:
60

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais
Código de rastreabilidade: 40320207297795
Nome original: 5001837-97.2020.4.03.6106.pdf
Data: 09/07/2020 12:00:27
Remetente:
SJSP
SJSP - São José do Rio Preto - 5ª Vara - Secretaria
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para anexar ao Processo 0023469-13.2017.4.02.5101.
Assunto: Encaminho o download referente à CP n.º 5001837-97.2020.4.03.6106, extraída dos autos n.º 0023469-13.2017.4.02.5101 RJ, em tramitação nesta Vara. Atenciosamente
Ivone Jacqueline Vargas Soares RF 3682

Justiça Federal da 3ª Região
PJe - Processo Judicial Eletrônico

09/07/2020

Número: **5001837-97.2020.4.03.6106**

Classe: **CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**
Órgão julgador: **5ª Vara Federal de São José do Rio Preto**
Última distribuição : **17/04/2020**
Valor da causa: **R$ 1.615.518,61**
Processo referência: **0023469-13.2017.4.02.5101**
Assuntos: **Atos executórios**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO (DEPRECANTE)	
6ª Subseção Judiciária de São José do Rio Preto/SP (DEPRECADO)	
UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL (PARTE AUTORA)	
ADIVALDO APARECIDO NEVES (PARTE RE)	
DISTON - MONTAGENS E CONSTRUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA (PARTE RE)	

Documentos

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
31107584	17/04/2020 09:40	Petição inicial	Petição inicial
31107586	17/04/2020 09:40	CPR 510002690748OK	Carta
31848395	07/05/2020 09:46	Despacho	Despacho
33426336	08/06/2020 10:54	Certidão	Certidão
33426338	08/06/2020 10:54	Proc. 5001837-97.2020.4.03.6106 - Mensagem Juízo Deprecante - 6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA	Documento Digitalizado

EM ANEXO....

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Carta Precatória
Código de rastreabilidade: 40220207016006
Nome original: CPR 510002690748OK.pdf
Data: 16/04/2020 12:30:13
Remetente:
Isabelle
SJRJ - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal
Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para conhecimento.
Assunto: CARTA PRECATÓRIA Nº 510002690748

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21)3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES
EXECUTADO: DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA

CARTA PRECATÓRIA Nº 510002690748

Juízo Deprecante: **Exmo. Sr. Juiz da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal - SJRJ**

Juízo Deprecado: **Exmo(a). Sr(a). Juiz Federal Distribuidor das Varas Federais de São José do Rio Preto - SJSP**

VALOR DA EXECUÇÃO: **R$ 1.615.518,61**, em 11/11/2019

BENS INDICADOS: **Imóvel localizado na Rodovia BR 153, nº 650, Badv Bassit/SP - CEP 15115-000 (matrícula nº 52.845, registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis de São José do Rio Preto)**

O DR. **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, MM. JUIZ FEDERAL DA 6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL**, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, **DEPRECA** a Vossa Excelência que se digne a mandar proceder ao seguinte:

- **PENHORA OU ARRESTO** do bem acima indicado, de propriedade do(a,s) Executado(a,s) **DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA 04858299/0001-70,** para garantia da execução, na forma dos arts. 10 e 11 da Lei n. 6.830/80, bem como para que nomeie Depositário, efetive a **AVALIAÇÃ**O do(s) bem(ns) penhorado(s) e também proceda à **INTIMAÇÃO** do(a,s) Executado(a,s) dessas diligências. Recaindo a penhora sobre imóvel, intime também o cônjuge do(a,s) Executado(a,s), se casado for(em), e intime o Oficial do Registro de Imóveis competente, ou quem fizer suas vezes, a quem se fará entrega da contrafé e cópia do termo ou auto de penhora, para que proceda ao registro (art.7º, inc. IV, e art.14, inc. I, da Lei nº 6.830/80) e encaminhe ao Juízo certidão de ônus reais atualizada com o registro da constrição; recaindo a penhora ou arresto em veículo, intime o Encarregado, ou quem fizer suas vezes, da Repartição competente para emissão do certificado de registro, a quem se fará entrega da contrafé e cópia do termo ou auto de penhora, para que proceda ao registro (art.7º, inc. IV, e art.14, inc. I, da Lei n. 6.830/80) e encaminhe ao Juízo ofício confirmando a realização da constrição; recaindo a penhora ou arresto em ações, debêntures, quota ou qualquer outro título, crédito ou direito societário nominativo, a entrega da contrafé far-se-á à Junta Comercial, Bolsa de Valores ou na Sociedade Comercial (art. 14, inc. III, da Lei n. 6.830/80), outrossim com ordem para que se encaminhe ao Juízo ofício confirmando o registro da constrição. Intime o(a) Depositário(a) a não abrir mão do depósito sem prévia autorização do Juízo, sob pena de responder pessoalmente pelo valor da avaliação do bem, e que, em caso de mudança de endereço, deverá comunicar o fato imediatamente ao

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Juízo. Cientifique o(a,s) Executado(a,s) de que tem o prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação da penhora, para opor embargos à execução, sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(a) Exequente. Desde logo autorizado o Sr. Oficial de Justiça a requisitar o auxílio de força policial, se necessário. Tudo de acordo com a decisão anexada.

Outrossim dando-lhe ciência de que o acesso à integra dos autos do processo eletrônico pode ser obtido por cadastramento do interessado na página da Internet: http://www.jfrj.jus.br/cadastro-visualizar-processo; bem assim de que o(s) valor(es) atualizado(s) da(s) dívida(s), bem como instruções para o parcelamento e o pagamento poderão ser obtidos diretamente junto ao(à) Exequente, sendo que, em se tratando de dívida cobrada pela Procuradoria da Fazenda Nacional, por acesso à página da Internet: www.pgfn.fazenda.gov.br. Havendo interesse no parcelamento ou pagamento do débito, o devedor deve dirigir-se diretamente ao Exequente para efetivá-lo(s) e deve também comunicar ao M. Juízo a realização do parcelamento ou pagamento, sob pena de prosseguimento da execução.

- **ALIENAR** judicialmente os bens constritos, caso não sejam oferecidos embargos ou, se apresentados, forem rejeitados.

- **INTIMAR a Exequente**, na pessoa de seu representante legal, com área de atuação nessa localidade, para providenciar, caso necessário, o pagamento de eventuais despesas porventura existentes para a realização das diligências deprecadas.

Anexos: Evs. 38 (PRECATORIA5), 41 (anexo2), 43.

DADA E PASSADA nesta cidade do Rio de Janeiro, em 06/04/2020. Eu, ISABELLE FARIAS ALBUQUERQUE PRATA, digitei e conferi. E eu, André Botelho Jucá, Diretor de Secretaria, reconferi.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510002690748v2** e do código CRC **ba59cd69**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 6/4/2020, às 16:0:22

0023469-13.2017.4.02.5101 **510002690748 .V2**

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360

36

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, recebi estes autos da Central de Mandados desta 6ª Subseção, com certidão retro.

São José do Rio Preto, 21 de março de 2019.

Ivone Jacqueline Vargas Soares
Técnico Judiciário
RF 3682

EXMO. SR. DR. JUIZ DA 5ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO / SP

Carta Precatória
Processo nº 0001967-46.2018.4.03.6106

ADIVALDO APARECIDO NEVES, brasileiro, casado, portador do CPF nº 928.6/1.548-04, residente na Rua Las Vegas, 155, condomínio Débora Cristina, São José do Rio Preto - CEP 15093-010, por seus advogados (**doc. 01**), tendo sido citado dos termos da ação executiva nº 0023469-13.2017.4.02.5101 em 07/03/2019, através da presente carta precatória, nos termos dos arts. 9º, inciso IV e 11º, inciso IV da Lei 6.830/80, vem indicar à penhora o seguinte bem imóvel, mais que suficiente à garantia dos débitos *sub judice*, que perfazem o montante de R$1.578.687,14, a saber:

- Imóvel localizado na Rodovia BR 153, nº 650, Bady Bassitt - SP, 15115-000, objeto da matrícula nº 52.845, registrada no 1º Oficial de Registro de Imóveis de São José do Rio Preto (cf. matrícula atualizada anexa - **doc. 02** e autorização anexa - **doc. 03**).

Diante disso, requer se digne V. Exa determinar a formalização da penhora, por meio de Termo lavrado nos autos e, ato contínuo, a intimação do executado via imprensa oficial, por meio de seus advogados (**art. 841, §1º, NCPC/2015 e art. 12 da Lei 6.830/80**), para que possa defender-se via embargos à execução nos termos do art. 16, inciso III, da Lei 6.830/80.

Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.

Requer-se, por fim, que todos os avisos, intimações e publicações sejam efetuados exclusivamente em nome dos advogados Luã Victor Lima Nascimento (OAB/SP 313.427) e Carlos Henrique Quesada (OAB/SP 382.693), com escritório na cidade de Mirassol/SP – Rodovia Euclides da Cunha (SP 320), Km 45 – Perímetro Urbano 12 – 15130-000, sob pena de nulidade (NCPC/2015, art. 272, §2º).

Termos em que, respeitosamente
Pede deferimento

São Paulo, 18:05

Luã Victor Lima Nascimento
OAB/SP 313.427

Letícia Botaro de Souza
OAB/SP 418.113

Direitos de propriedade do documento disponibilizado

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento de procuração, **ADNVALDO APARECIDO NEVES**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 328.671.548-04, residente na Rua Las Vegas, 155, condomínio Débora Cristina, São José do Rio Preto - CEP 15093-010, nomeiam e constituem seus bastantes procuradores os advogados Luã Victor Luna Nascimento, inscrito na OAB/SP 313.427, Letícia Botaro de Souza inscrita na OAB/SP 418.113 e Carlos Henrique Quesada, inscrito na OAB/SP 382.693, com escritório na cidade de Mirassol/SP – Rodovia Euclides da Cunha (SP 320), Km 45 – Perímetro Urbano 12 – 15130-000, para representar o outorgante em conjunto ou separadamente, independentemente de ordem de nomeação e com poderes da cláusula "*ad judicia et extra*", perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, onde necessária seja a apresentação de mandato, inclusive perante o Egrégio Supremo Tribunal Federal, todos os órgãos da Justiça, Repartições Públicas Federais, Estaduais ou Municipais, podendo, inclusive, transigir, substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes, firmar compromissos, receber e dar citação, receber e dar quitação, oferecer bens em garantia, levantar depósito judicial, desistir, nomear preposto, firmar acordos e compromissos, enfim, praticar todos os atos necessários à defesa dos direitos e interesses da outorgante.

São Paulo, 14 de março de 2019

ADNVALDO APARECIDO NEVES

1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IM
São José do Rio Preto
Estado
QUINCUAGÉSIMO DE SETA

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL -

MATRÍCULA 52.845 FICHA 001

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 26 DE JULHO DE 1990.

IMÓVEL:- Uma área de 27.727,03 M2, ou 2,77,27 ha,ou seja 1,15 alqueires, confrontando com Margarete Lote, com Walter Gonçalves de Assis, com o Espólio de Rui Lando Lotti, a finalmente com o Parque Industrial, encerrado na Fazenda Campo da Borboleta, com a denominação atgecial da Sítio 4 Irmãos, no distrito e município de Rio Preto. PROPRIETÁRIOS:- 1)-MARGARETE LOTE, RG.11.776.810-SP, e Sady Bassit, deste comarca de São José do Rio Preto, brasileira, professora, primeira, divorciada, residente e com 21 de abril, n/fer, na cidade de Indiavaí-MT; 2)-CLEUZA MARIA LOTTI, que também é conhecida por CREUSA MARIA LOTTI, RG.9.708.760-SP e CPF.002.652.268/44, brasileira, comerciária, divorciada, residente nesta cidade, a rua Martinho Gonçalves, nº 2.445; e MARIO GONÇALVES COLLETES, RG.6.301.189-SP, e CPF.476.919.648/20, brasileiro, divorciado, pecuarista, residente na cidade de Indiavaí-MT, na rua 21 de Abril, s/nº.; 3)-WANDERSANTO LOTTI, também conhecido por VALDIR SANTO LOTTI, RG.6.598.895-SP e CPF.889.121.328/49, brasileiro, divorciado, do comercio, residente a rua 21 de Abril s/nº., na cidade de Indiavaí-MT; 4)-O ESPÓLIO DE RUILANDO LOTTI, também conhecido por RUILINDO LOTTI, representado pelo arrolante, SUELI MADALENA RAMOS, RG.26.399.849-SP e CPF.055.562.978/35, brasileira, do lar, residente nesta cidade, na rua Otavio Pinto Cezar, nº.598, nos termos do Alvará Judicial expedido no processo nº.997/86, do 2º Ofício Cível local em data de 28.11.1989, assinado pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível Dr. Diavo Martins dos Santos Junior. REGISTRO ANTERIOR:- Matrícula nº.50.743 deste cartório. O referido é verdade e dou fé. A Oficial Maior

AV.001/52.845.- Sobre o imóvel objeto da matrícula supra, pesa uma Servidão de Passagem em favor da COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ S/A, conforme se vê da averbação 001 na matrícula nº 50.743-(procedência).- O referido é verdade e dou fé. São José do Rio Preto, 26 de Julho de 1.990. A Oficial Maior

R.002/52.845.- Conforme escritura pública de divisão amigável lavrada nas notas do 2º Tab. local em 13 de Junho de 1.990, no livro 467, fls. 82, CLEUZA MARIA LOTTI e MARIO GONÇALVES COLLETES, já qualificados, HOUVERAM o imóvel objeto desta matrícula, por DIVISÃO AMIGÁVEL, feita para EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO, pelo valor de Cr$140.774,00.- O referido é verdade e dou fé. São José do Rio Preto, 26 de Julho de 1.990. A Oficial Maior

AV.003/52.845.- Para-se a presente para constar que, o imóvel objeto desta matrícula acha-se cadastrado no INCRA sob o n. 000927 090566 1; área total 2,7 ha., mod. rural 10,0 ha., n. mod. rurais 0,07; mod. fiscal 16,0 ha., n. mod. fiscais 0,16; f. min. pats. 2,0 ha. e na Receita Federal sob o n. 4192943-8. São José do Rio Preto, 02 de JANEIRO de 2.003.- O OFICIAL,

R.004/52.845.- Por Carta de Sentença, expedida pelo Juízo de Direito da Primeira Vara Cível desta comarca, aos 23 de março de 2.001, aditada aos 11 de junho de 2.002, nos autos de divórcio consensual [proc. 130/86], requerido por CLEUZA MARIA LOTTI e MARIO GONÇALVES COLLETES (.....SEGUE NO VERSO.....)

11142-7-AA 555183

Página 000:0007

MATRÍCULA 52.845 | FICHA 001 | VERSO

(Já qualificados), consta que o imóvel objeto desta matrícula avaliado em R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), foi partilhado em favor de **CLEUZA MARIA LOTTI**, brasileira, do comércio, divorciada, portadora do RG. 9.708.760-SSP.SP, CPF. 202.655.288/44, residente e domiciliada à rua Martinho Gonçalves n. 2.455, nesta cidade. São José do Rio Preto, **02 de JANEIRO de 2.003.- O OFICIAL.**

R.005/52.845.- Por escritura pública lavrada no Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexo do Tabelionato de Notas do município de Rady Bassitt, desta comarca, aos 21 de maio de 2.002, no livro n. 197, fls. 357; a proprietária **CLEUZA MARIA LOTTI** (já qualificada), **VENDEU** o imóvel objeto desta matrícula a **DENKY FINANCE S/A**, com sede na cidade de Montevidéo, República Oriental do Uruguai, na Rua 25 de Mayo, 268, conforme 101, inscrita no registro único de contribuinte sob n. 2140:030013., pelo preço de R$ 15.000,00 (quinze mil reais). São José do Rio Preto, **02 de JANEIRO de 2.003.- O OFICIAL.**

AV.006/52.845. Requereu-se a presente para constar que, a proprietária **DENKY FINANCE S/A.**, constante no R.005 desta matrícula, acha-se inscrita no CNPJ/MF sob o nº05.404.846/0001-00, conforme cópia autenticada do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. São José do Rio Preto, 31 de Agosto de 2.005.O Oficial.

R.007/52.845. Por escritura pública lavrada nas notas do 4º Tabelião de notas de São Paulo, aos 29 de Julho de 2005, no livro 2858 as paginas 065 à 068, a proprietária **VENDEU** o imóvel objeto desta matrícula, à **ICBC CONSTRUÇÕES METÁLICAS LTDA**, com sede em Rady Bassitt, na Marginal da Rodovia BR 153 nº650, Distrito Industrial III, inscrita no CNPJ/MF sob o nº04.858.289/0001-47, pelo valor de R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).São José do Rio Preto, 31 de Agosto de 2.005.O Oficial.

AV.008/52.845:- Faz-se a presente para constar que o imóvel objeto da matrícula supra, passou à pertencer ao **PERÍMETRO URBANO** desta cidade, nos termos da Lei n.1617/02, expedida em 11 de Novembro de 2002, conforme certidão expedida pela Prefeitura Municipal de Rady Bassitt, sob n.247/05, datada de 07 de Novembro de 2005.- São José do Rio Preto, **16 de Dezembro de 2005.O Oficial.**

AV.009/52.845:- Faz-se a presente para constar que o imóvel objeto da matrícula (....SEGUE FICHA 002...)

Página 000(001)

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GE

MATRÍCULA 52.845 | FICHA 002

1º OFICIAL DE REGISTRO DE IM
São José do Rio Preto
Oficial
GUMERCINDO DE SETA

supra, acha-se Cadastrado na Prefeitura Municipal sob nº.013.078/01.- São José do Rio Preto, 16 de Dezembro de 2005.O Oficial,

AV.010/52.845:- Requereu-se a presente para constar que, a proprietária **ICEC CONSTRUÇÕES METÁLICAS LTDA.**, do imóvel objeto desta matrícula, teve sua razão social alterada para **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA.**; Conforma Alteração Contratual registrada na JUCESP sob nº 15.798/06-8 em 24/01/2006.- São José do Rio Preto, 31 de agosto de 2.006.- O Oficial,

AV.011/52.845:- O imóvel objeto desta matrícula, é benefiário de Servidão de Passagem conforme registro nº 015 da matrícula nº 64.610, São José do Rio Preto, 04 de Outubro de 2.006. O Oficial,

R.012/52.845:- Pela Cédula de Crédito Bancário nº 193046.01, emitida na Forma da Lei nº 10.931 de 02 de Agosto de 2004, em São Paulo, aos 17 de abril de 2007, Por **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA** (CA qualificada), **DED EM HIPOTECA CEDULAR DE 1º GRAU E SEM CONCORRÊNCIA DE TERCEIROS**. o imóvel objeto desta matrícula, ao **BANCO ABN AMRO REAL S/A**,com sede em São Paulo, à Avenida Paulista nº 1374, 3º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº33.056.408/0001-05 no valor de R$2.759.309,00 (dois milhões, setecentos e cinqüenta e nove mil, trezentos e nove reais), vencível aos 15 de maio de 2013; Forma de Pagamento:- Será pago em 64 parcelas, amortizado 60 meses e juros **TJLP + 3,80%** ao ANO e Remuneração do agente de 1,00% ao ano já incluído na taxa de juros e com as demais condições as constantes na referida cédula.- São José do Rio Preto, 07 de Maio de 2007. O Oficial,

R.013/52.845:- Pela Cédula de Crédito Bancário nº 235172.01, emitida na Forma da Lei nº 10.931 de 02 de Agosto de 2004, em São Paulo, aos 13 de fevereiro de 2007, por **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA** (CA qualificada), **DED EM HIPOTECA CEDULAR DE 2º GRAU E SEM CONCORRÊNCIA DE TERCEIROS**. o imóvel objeto desta matrícula, ao **BANCO ABN AMRO REAL S/A**, com sede em São Paulo, à Avenida Paulista nº 1374, 3º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 33.056.408/0001-05 no valor de R$2.267.072,00 (dois milhões, duzentos e sessenta e sete reais, e setenta e dois centavos), vencível aos 15 de fevereiro de 2014; Forma de Pagamento:- Será pago em 83 meses, através de 66 parcelas, vencível do primeiro mesmo em 15.03.2008 a vencimento principal em 15.02.2014 e Juros: TJLP + 3,30% ao ano e Remuneração do agente de 1,00% ao ano já incluído na taxa de juros e com as demais (...SEGUE NO VERSO...)

111-2-7 - AA 555184

Página 000000

MATRÍCULA 52.845 | FOLHA 002

Condições da constante na referida cédula... São José do Rio Preto, 12 de MARÇO de 2 008... O OFICIAL.

R.015/52.845:- Por escritura pública lavrada pelo 9º Tabelião de Notas da Comarca de São Paulo/SP, aos 05 de Julho de 2010, no livro 9128, às páginas 357, a proprietária CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, já qualificada, DEU EM HIPOTECA DE 3º GRAU o imóvel objeto da matrícula supra, ao BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, com sede em São Paulo-Capital, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, 2041 e 2235, Bloco A, Vila Olímpia, inscrito no CNPJ/MF. sob o nº 90.400.888/0001-42, pelo valor de R$40.000.000,00 (Quarenta Milhões de Reais), incluindo outro imóvel, com vencimento em 24/03/2015; e as demais condições as constantes do título.- São José do Rio Preto, 15 de Setembro 2.010.- O OFICIAL.

AV.015/52.845. Por escritura pública de Aditamento, lavrada nas notas do 9ºtabelião de notas de São Paulo/SP, aos 03 de dezembro de 2011, no livro 9638 feito as páginas 129, de comum acordo as partes contratantes de comum acordo resolveram aditar a cédula registrada sob o nº014 nesta matrícula, para deixar expresso as alterações dos juros para (dna CDI + 3,5% ao ano, do prazo para 1718 dias contados de 30 de novembro de 2011, e o vencimento prorrogado para 12 de agosto de 2016 e ratificaram as demais termos da mesma.São José do Rio Preto, 16 de Janeiro de 2.012.O oficial.

AV.016/52.845 - Processo nº 422.851 de 27/12/2013: Por certidão, expedida pelo Serviço de Distribuição Cível da Comarca de Mirassol-SP, em 28 de Novembro de 2013, consta que nos autos de Execução de Título Extrajudicial (Processo nº 0008513-31.2012.8.26.0358), distribuída ao Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Mirassol-SP, tendo como exequente BANCO DO BRASIL S/A, inscrito no CNPJ sob nº 00.000.000/4993-79, e como executada CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, já qualificada, consta que em 03 de Dezembro de 2013, foi ajuizada a presente execução, dando-se à causa o valor de R$ 34.821.435,30 (Trinta e quatro milhões, oitocentos e vinte e um mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e trinta centavos). São José do Rio Preto, 06 de Janeiro de 2.014. O Oficial.

AV.017/52.845 - Protocolo nº 435-658 de 21/08/2014: Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 5ª Vara Cível desta Comarca, em 21 de Agosto de 2014, nos autos de Execução Civil (Proc. nº 1007445-85.2014), movida pelo BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., inscrito no CNPJ/MF. sob nº 90.400.888/0001-42, contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA e outros (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de (...CONTINUA NA FICHA 03...)

Página 2(DOIS)

Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

R$ 129.970.303,00 (Cento e vinte e nove milhões, novecentos e setenta mil, trezentos e três reais), inclusive outros imóveis. São José do Rio Preto, 03 de Setembro de 2.014. O OFICIAL.

AV.018/52.845 - Protocolo nº 450.404 de 26/02/2015:- Por Mandado, expedido pelo Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Mirassol-SP, aos 25 de Fevereiro de 2015, nos Autos de Execução de Título Extrajudicial (Proc. n.º 0006513-33.2012.8.26.0350), movida por BANCO DO BRASIL S/A, contra CONSTRUÇÕES METALICAS ICBC LTDA e outros, cancela-se a AV.016 desta matrícula, nos termos do inciso I do Artigo 250 da Lei 6.015/73.- São José do Rio Preto, 09 de Março de 2.015. O OFICIAL,

AV.019/52.845 - Protocolo nº 460.893 de 09/09/2015:- Por mandado, expedido pela 5ª Vara Federal da Subseção Judiciária de São José do Rio Preto, em 19 de agosto de 2015, nos autos da Carta Precatória (Proc. nº 0004071-16.2015.403.6106), originária da 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro-RJ., expedida nos autos de Execução Fiscal (Proc. nº 0002152-95.2013.4.02.5101), movida pela FAZENDA NACIONAL, contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICBC LTDA (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 3,251,275.02 (três milhões, duzentos e cinquenta e três mil, duzentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos). São José do Rio Preto, 21 de setembro de 2.015. O OFICIAL,

AV.020/52.845 - Protocolo nº 469.717 de 04/02/2016:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara do Trabalho desta comarca, em 12 de fevereiro de 2016, nos autos de Execução Trabalhista (Proc. nº 1909.54.2013), movida por DANIEL TURTERA BODNARCK, CPF. 334.840 778-83; contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICBC LTDA (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 91.635,86 (noventa e um mil, seiscentos e noventa e cinco reais e oitenta e seis centavos). São José do Rio Preto, 15 de Fevereiro de 2.016.- O OFICIAL,

AV.021/52.845-Protocolo nº 476.914 de 12/07/2016:- Por Mandado, expedido pelo Juízo de Direito da 2ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto, aos 28 de junho de 2016, nos Autos de Execução Trabalhista (Proc. n.º 0001909-54.2010.5.15.0044 RTOrd), cancela-se a AV.020 desta matrícula, nos termos do inciso I do Artigo 250 da Lei 6.015/73.- São José do Rio Preto, 22 de Julho de 2.016.- O OFICIAL,

CONTINUA NO VERSO

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101, Evento 60, OFICIO/CI, Página 15

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 72, PRECATORIA1, Página 133

MATRÍCULA 52.845 | FICHA 003 | CNJ 21.142-7

AV.022/52.845-Protocolo nº 499.651 de 16/08/2017:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 3ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto, em 16 de agosto de 2017, nos autos da Execução Trabalhista (Processo nº 0001573-62.2012.5.15.0082), movida por ADILSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, inscrito no CPF/MF. sob nº 338.897.532-06, contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA já qualificada, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 3.772.763,63 (três milhões, setecentos e setenta e dois mil, setecentos e sessenta e três reais e sessenta e três centavos). São José do Rio Preto, 21 de Agosto de 2.017. O Oficial,

Página 00000007

CERTIFICO de acordo com o artigo § 1º da Lei nº 6.015 de 31/12/1973 que revendo os arquivos de cartório a seu cargo, deles verificou constar a matrícula nº 52845 do Livro 2 - Registro Geral - constante desta fotocópia, e que além dos registros contidos na referida matrícula, não consta nenhum outro registro de ônus ou transmissão, até o dia 20 imediatamente anterior à emissão desta. O referido é verdade e dá fé. São José do Rio Preto-SP, 25 de janeiro de 2019.

Quinemengo de Seta - Oficial
Maria Cecília de Seta Zinchiha - Substituta
Eli Francisco Borelly - Substituto
Olivia Eduardo de Paula - Substituta
Luiz Carlos Negrisoni - Escrevente Autorizado

Ao Oficial...: R$ 11,68
Ao Estado...: R$ 3,00
Ao IPESP...: R$ 2,36
Ao Reg. Civil: R$ 1,07
Ao Trib. Just: R$ 0,77
Ao Município: R$ 1,59
Ao Fis.Pub.: R$ 1,52
Total...: R$ 53,78

Pedido de certidão nº 498839

Controle: [redacted]
099275

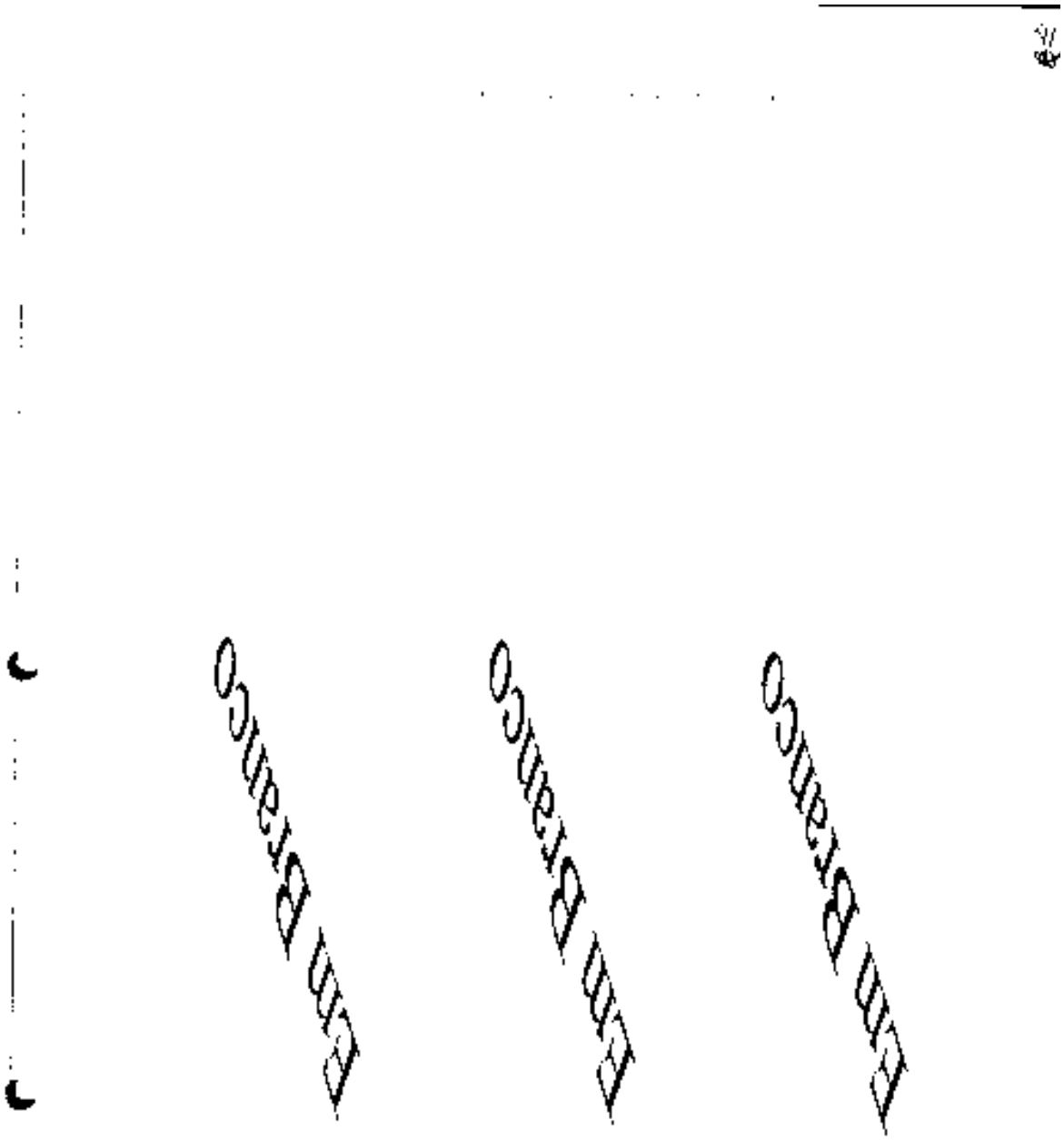
Pagina 001/001

Para verificar a autenticidade deste documento acesse o site do Tribunal de Justiça

https://selodigital.tjsp.jus.br

Selo Digital:
1114273CO000555186201910179Y

1114273CO000555186 - AA 555186



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE OFERECIMENTO DE BEM À PENHORA

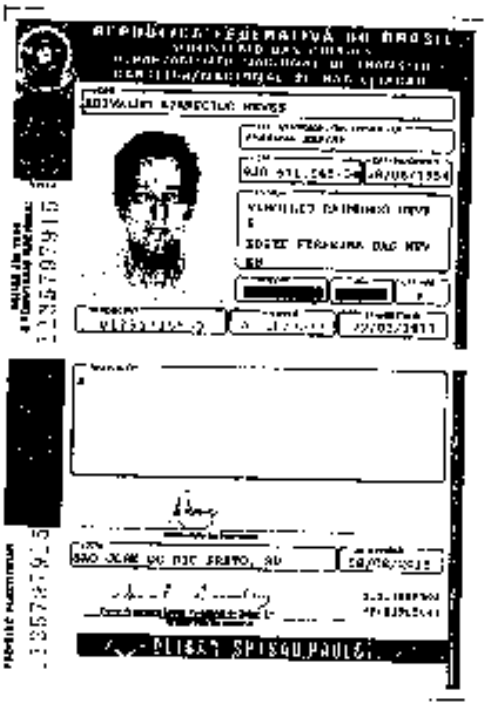
DISTON – MONTAGENS E CONSTRUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA., sociedade estabelecida na Rua Campo Grande, 1096 – Sala 61', Campo Grande, Rio de Janeiro/RJ – CEP 23.080-000, inscrita no CNPJ/MF nº 04.858.299/0001-79, por seu representante legal autoriza através do presente termo, o oferecimento do imóvel descrito abaixo, como garantia em execução fiscal em benefício de **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 928.671.548-04 residente na Rua Las Vegas, 155, condomínio Débora Cristina, São José do Rio Preto - CEP 15093-010:

- Imóvel localizado na Rodovia BR 153, nº 650, Bady Bassitt - SP, 15115-000 objeto da matrícula nº 52.845, registrada no 1º Oficial de Registro de Imóveis de São José do Rio Preto.

São Paulo, 14 de março de 2019.

DISTON – MONTAGENS E CONSTRUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA.

AT [illegible]



SERPRO
11/11/2019

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Resumido

Inscrições Localizadas: 3 — Inscrições Selecionadas: 3
Parâmetro de Localização: 0700017900095

1º Devedor: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.
Tipo de Devedor: Principal — **CPF / CNPJ:** 04858299/0001-70
Grande Devedor: PRINCIPAL
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 18470 508107/2016-04
Nº Inscrição: 70 2 16 020339-35
Data Inscrição: 18/11/2016 — **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: SEGUNDA REGIAO — **Nº Único de Processo Judicial:** 00234691320174025101
Procuradoria Responsável: SEGUNDA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 515.008,76 (UFIR 483.985,29)
Valor Consolidado: R$ 904.046,37

2º Devedor: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.
Tipo de Devedor: Principal — **CPF / CNPJ:** 04858299/0001-70
Grande Devedor: PRINCIPAL
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 18470 508108/2016-41
Nº Inscrição: 70 2 16 020340-79
Data Inscrição: 18/11/2016 — **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: SEGUNDA REGIAO — **Nº Único de Processo Judicial:** 00234691320174025101
Procuradoria Responsável: SEGUNDA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 12.944,62 (UFIR 12.164,79)
Valor Consolidado: R$ 25.923,56

3º Devedor: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.
Tipo de Devedor: Principal — **CPF / CNPJ:** 04858299/0001-70
Grande Devedor: PRINCIPAL
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 18470 508106/2016-51
Nº Inscrição: 70 6 16 043718-45
Data Inscrição: 18/11/2016 — **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: SEGUNDA REGIAO — **Nº Único de Processo Judicial:** 00234691320174025101
Procuradoria Responsável: SEGUNDA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 390.537,02 (UFIR 367.011,57)
Valor Consolidado: R$ 685.548,68

Somatório das inscrições

Valor Inscrito: R$ 918.490,40 (UFIR 863.161,65)
Valor Consolidado: R$ 1.615.518,61

(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

FIM DO RELATÓRIO

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21)3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES
EXECUTADO: DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA

DESPACHO/DECISÃO

Expeçam-se o mandado de penhora e demais atos para efetivação da constrição sobre o imóvel nomeado pela Executada e acveito pela Exequente para garantia da execução (**ev. 38 - PRECATORIA 5 - fls. 5 a 10/15**).

Reduza-se a termo a penhora sobre os imóveis ofertados, na forma do art. 831 do CPC.

Tendo em vista a certidão do do Oficial de Justiça (**ev. 38 -** PRECATORIA 4) , nomeio, *ex officio*, como depositário do bem penhorado, o Sr. ADIVALDO APARECIDO NEVES.

Intime-se o advogado do executado da lavratura do termo de penhora, do prazo de trinta dias para oposição de embargos, a contar de sua intimação, e da constituição do Sr. ADIVALDO APARECIDO NEVES, CPF n. 928.671.548-04 como depositário do imóvel.

Instrua-se o mandado com cópias da certidão de ônus reais e desta decisão, devendo ainda o oficial do Registro de Imóveis competente ser intimado para que averbe a penhora reduzida a termo, independentemente do pagamento de custas ou outras despesas e para que faça prova a este Juízo do cumprimento da ordem, no prazo de cinco dias.

Intimem-se.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510002030461v3** e do código CRC **b35aa93c**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 8/12/2019, às 20:51:30

0023469-13.2017.4.02.5101 **510002030461 .V3**

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 08/09/2020 13:28:56
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090813285614700000034641360
Número do documento: 20090813285614700000034641360

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) Nº 5001837-97.2020.4.03.6106 / 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto
DEPRECANTE: 6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

DEPRECADO: 6ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP

D E S P A C H O

Encaminhe-se e-mail ao MM. Juízo deprecante, com cópia desta decisão, solicitando esclarecimentos acerca do ato deprecado, eis que verifico contradição entre o primeiro e os demais parágrafos.

Não obstante isso, ante o disposto no art. 845, § 1º, do CPC e o atual momento em que o país atravessa (pandemia do covid-19) a penhora deve ser feita preferencialmente por termo nos autos.

Aguarde-se por 10 dias a resposta. No silêncio, devolva-se.

SãO JOSé DO RIO PRETO, 7 de maio de 2020.

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) Nº 5001837-97.2020.4.03.6106 / 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto
DEPRECANTE: 6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

DEPRECADO: 6ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP

C E R T I D Ã O D E J U N T A D A

SãO JOSé DO RIO PRETO, 8 de junho de 2020.

MARIA LUCIA PORTO SCAFF - EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

De: MARIA LUCIA PORTO SCAFF
Para: 06vfef@jfrj.jus.br
Data: 08/06/2020 10:48
Assunto: EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Anexos: PROCESSO_ 5001837-97.2020.4.03.6106 - CARTA PRECATÓRIA CÍVEL.Despacho ID 31848395.pdf; 5001837-97.2020.4.03.6106.pdf

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES e DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA

Por ordem do MM. Juiz Federal da 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto-SP, encaminho cópia do despacho ID 31848395, exarado na CP 5001837-97.2020.403.6106, para providências.

Atenciosamente,
Maria Lúcia Porto Scaff
RF 5274

Os documentos referentes à Carta Precatória 5001837-97.2020.4.03.6106 (nosso número) poderão ser visualizados através do link:
http://web.trf3.jus.br/anexos/download/S61A42AE5

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:
DESPACHO/DECISÃO

Evento:
DESPACHO/DECISÃO - DETERMINA INTIMAÇÃO

Data:
10/07/2020 16:43:01

Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA

Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101

Sequência Evento:
63

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21)3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

EXECUTADO: DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA

DESPACHO/DECISÃO

Evento 60 - À Secretaria para providenciar os esclarecimentos ao M. Juízo requerente, a saber:

> *i*) da lavratura do termo de penhora deverá ser intimado pessoalmente o executado, do prazo de trinta dias para oposição de embargos, a contar de sua intimação;
>
> *ii*) Oportunamente, deverá ser intimado o oficial do Registro de Imóveis competente para que averbe a penhora, independentemente do pagamento de custas ou outras despesas e para que faça prova a este Juízo do cumprimento da ordem, no prazo de cinco dias. Sendo a diligencia instruída com cópias do termo de penhora e desta decisão.

Quanto à situação da pandemia que o país atravessa, convém participar que, conforme **o artigo 3º, § 2º, da Resolução CNJ nº 314/2020**, "*os atos processuais que eventualmente não puderem ser praticados pelo meio eletrônico ou virtual, por absoluta impossibilidade técnica ou prática* (...), *deverão ser adiados e certificados pela serventia, após decisão fundamentada do magistrado*". Cabendo, assim, ao magistrado o juízo de conveniência da sua execução.

Oportunamente, mantenha-se o processo suspenso, conforme anteriormente determinado.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510003233567v6** e do código CRC **c31738f5**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 10/7/2020, às 16:43:0

0023469-13.2017.4.02.5101 **510003233567 .V6**

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) Nº 5001837-97.2020.4.03.6106 / 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto
DEPRECANTE: 6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

DEPRECADO: 6ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP

C E R T I D Ã O D E J U N T A D A

SãO JOSé DO RIO PRETO, 31 de julho de 2020.

SJRPRE - SECRETARIA VARA05 - SE05 - Devolução Carta Precatória

De: SJRPRE - SECRETARIA VARA05 - SE05
Para: 06vfef@jjrj.jus.br
Data: 09/07/2020 12:03
Assunto: Devolução Carta Precatória
Anexos: 5001837-97.2020.4.03.6106.pdf

Encaminho o download referente à CP n.º **5001837-97.2020.4.03.6106**, extraída dos autos n.º **0023469-13.2017.4.02.5101/RJ**, em tramitação nesta Vara.

Atenciosamente
Ivone Jacqueline Vargas Soares
RF 3682

Obs.: Informo que esta Carta Precatória foi enviada pelo Malote Digital, nesta data, e uma vez que o sistema do malote digital tem tido momentos de inconstâncias, resolvemos também enviar e-mail.

FAVOR CONFIRMAR O RECEBIMENTO DESTE EMAIL

Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 31/07/2020 14:50:42
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20073114504247500000032881570
Número do documento: 20073114504247500000032881570

Poder Judiciário Malote Digital

Impresso em: 09/07/2020 às 12:00

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade:	40320207297795
Documento:	5001837-97.2020.4.03.6106.pdf
Remetente:	SJSP - São José do Rio Preto - 5ª Vara - Secretaria (SJSP - São José do Rio Preto - 05ª Vara)
Destinatário:	SJRJ - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal (TRF2)
Data de Envio:	09/07/2020 11:59:38
Assunto:	Encaminho o download referente à CP n.º 5001837-97.2020.4.03.6106, extraída dos autos n.º 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, em tramitação nesta Vara. Atenciosamente Ivone Jacqueline Vargas Soares RF 3682

Imprimir

Assinado eletronicamente por: IVONE JACQUELINE VARGAS SOARES - 31/07/2020 14:50:42
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20073114504252100000032881571
Número do documento: 20073114504252100000032881571

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) Nº 5001837-97.2020.4.03.6106 / 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto
DEPRECANTE: 6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

DEPRECADO: 6ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP

C E R T I D Ã O D E J U N T A D A

SãO JOSé DO RIO PRETO, 8 de junho de 2020.

MARIA LUCIA PORTO SCAFF - EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

De: MARIA LUCIA PORTO SCAFF
Para: 06vfef@jfrj.jus.br
Data: 08/06/2020 10:48
Assunto: EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Anexos: PROCESSO_ 5001837-97.2020.4.03.6106 - CARTA PRECATÓRIA CÍVEL.Despacho ID 31848395.pdf; 5001837-97.2020.4.03.6106.pdf

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES e DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA

Por ordem do MM. Juiz Federal da 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto-SP, encaminho cópia do despacho ID 31848395, exarado na CP 5001837-97.2020.403.6106, para providências.

Atenciosamente,
Maria Lúcia Porto Scaff
RF 5274

Os documentos referentes à Carta Precatória 5001837-97.2020.4.03.6106 (nosso número) poderão ser visualizados através do link:
http://web.trf3.jus.br/anexos/download/S61A42AE5

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) Nº 5001837-97.2020.4.03.6106 / 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto
DEPRECANTE: 6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

DEPRECADO: 6ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP

D E S P A C H O

Encaminhe-se e-mail ao MM. Juízo deprecante, com cópia desta decisão, solicitando esclarecimentos acerca do ato deprecado, eis que verifico contradição entre o primeiro e os demais parágrafos.

Não obstante isso, ante o disposto no art. 845, § 1º, do CPC e o atual momento em que o país atravessa (pandemia do covid-19) a penhora deve ser feita preferencialmente por termo nos autos.

Aguarde-se por 10 dias a resposta. No silêncio, devolva-se.

SãO JOSé DO RIO PRETO, 7 de maio de 2020.

EM ANEXO....

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Carta Precatória
Código de rastreabilidade: 40220207016006
Nome original: CPR 510002690748OK.pdf
Data: 16/04/2020 12:30:13
Remetente:
Isabelle
SJRJ - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal
Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para conhecimento.
Assunto: CARTA PRECATÓRIA Nº 510002690748

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21)3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

EXECUTADO: DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA

CARTA PRECATÓRIA Nº 510002690748

Juízo Deprecante: **Exmo. Sr. Juiz da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal - SJRJ**

Juízo Deprecado: **Exmo(a). Sr(a). Juiz Federal Distribuidor das Varas Federais de São José do Rio Preto - SJSP**

VALOR DA EXECUÇÃO: **R$ 1.615.518,61**, em 11/11/2019

BENS INDICADOS: **Imóvel localizado na Rodovia BR 153, nº 650, Bady Bassit/SP - CEP 15115-000 (matrícula nº 52.845, registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis de São José do Rio Preto)**

O DR. **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, MM. JUIZ FEDERAL DA 6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL**, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, **DEPRECA** a Vossa Excelência que se digne a mandar proceder ao seguinte:

- PENHORA OU ARRESTO do bem acima indicado, de propriedade do(a,s) Executado(a,s) **DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA 04858299/0001-70,** para garantia da execução, na forma dos arts. 10 e 11 da Lei n. 6.830/80, bem como para que nomeie Depositário, efetive a **AVALIAÇÃO** do(s) bem(ns) penhorado(s) e também proceda à **INTIMAÇÃO** do(a,s) Executado(a,s) dessas diligências. Recaindo a penhora sobre imóvel, intime também o cônjuge do(a,s) Executado(a,s), se casado for(em), e intime o Oficial do Registro de Imóveis competente, ou quem fizer suas vezes, a quem se fará entrega da contrafé e cópia do termo ou auto de penhora, para que proceda ao registro (art.7º, inc. IV, e art.14, inc. I, da Lei nº 6.830/80) e encaminhe ao Juízo certidão de ônus reais atualizada com o registro da constrição; recaindo a penhora ou arresto em veículo, intime o Encarregado, ou quem fizer suas vezes, da Repartição competente para emissão do certificado de registro, a quem se fará entrega da contrafé e cópia do termo ou auto de penhora, para que proceda ao registro (art.7º, inc. IV, e art.14, inc. I, da Lei n. 6.830/80) e encaminhe ao Juízo ofício confirmando a realização da constrição; recaindo a penhora ou arresto em ações, debêntures, quota ou qualquer outro título, crédito ou direito societário nominativo, a entrega da contrafé far-se-á à Junta Comercial, Bolsa de Valores ou na Sociedade Comercial (art. 14, inc. III, da Lei n. 6.830/80), outrossim com ordem para que se encaminhe ao Juízo ofício confirmando o registro da constrição. Intime o(a) Depositário(a) a não abrir mão do depósito sem prévia autorização do Juízo, sob pena de responder pessoalmente pelo valor da avaliação do bem, e que, em caso de mudança de endereço, deverá comunicar o fato imediatamente ao

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Juízo. Cientifique o(a,s) Executado(a,s) de que tem o prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação da penhora, para opor embargos à execução, sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(a) Exequente. Desde logo autorizado o Sr. Oficial de Justiça a requisitar o auxílio de força policial, se necessário. Tudo de acordo com a decisão anexada.

Outrossim dando-lhe ciência de que o acesso à integra dos autos do processo eletrônico pode ser obtido por cadastramento do interessado na página da Internet: http://www.jfrj.jus.br/cadastro-visualizar-processo; bem assim de que o(s) valor(es) atualizado(s) da(s) dívida(s), bem como instruções para o parcelamento e o pagamento poderão ser obtidos diretamente junto ao(à) Exequente, sendo que, em se tratando de dívida cobrada pela Procuradoria da Fazenda Nacional, por acesso à página da Internet: www.pgfn.fazenda.gov.br. Havendo interesse no parcelamento ou pagamento do débito, o devedor deve dirigir-se diretamente ao Exequente para efetivá-lo(s) e deve também comunicar ao M. Juízo a realização do parcelamento ou pagamento, sob pena de prosseguimento da execução.

- **ALIENAR** judicialmente os bens constritos, caso não sejam oferecidos embargos ou, se apresentados, forem rejeitados.

- **INTIMAR a Exequente**, na pessoa de seu representante legal, com área de atuação nessa localidade, para providenciar, caso necessário, o pagamento de eventuais despesas porventura existentes para a realização das diligências deprecadas.

Anexos: Evs. 38 (PRECATORIA5), 41 (anexo2), 43.

DADA E PASSADA nesta cidade do Rio de Janeiro, em 06/04/2020. Eu, ISABELLE FARIAS ALBUQUERQUE PRATA, digitei e conferi. E eu, André Botelho Jucá, Diretor de Secretaria, reconferi.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510002690748v2** e do código CRC **ba59cd69**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 6/4/2020, às 16:0:22

0023469-13.2017.4.02.5101 **510002690748 .V2**

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

30

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, recebi estes autos da Central de Mandados desta 6ª Subseção, com certidão retro.

São José do Rio Preto, 21 de março de 2019.

Ivone Jacqueline Vargas Soares
Técnico Judiciário
RF 3682

31

EXMO. SR. DR. JUIZ DA 5ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO / SP

Junte-se. Procuração anexa. JFSP-FORUM S.J.RIO PRETO-SP1
anote-se. Solicite-se a devolução à CEHAB. 14/03/2019 15:42 h
Manifeste-se a Exequente, Prot. 2019.61060002924-1
no prazo de quinze dias. 0001967-46.2018.403.6106
Intime-se. [27616] [5a.V SJRPRETO]
SJRPrt, 18/03/2019. Juntada-JFSP 21/03/19
RF:_____ Rubrica: Raira

Carta Precatória
Processo n° 0001967-46.2018.4.03.6106

ADIVALDO APARECIDO NEVES, brasileiro, casado, portador do CPF nº 928.671.548-04, residente na Rua Las Vegas, 155, condomínio Débora Cristina, São José do Rio Preto - CEP 15093-010, por seus advogados (**doc. 01**), tendo sido citado dos termos da ação executiva nº 0023469-13.2017.4.02.5101 em 07/03/2019, através da presente carta precatória, nos termos dos arts. 9º, inciso IV e 11º, inciso IV da Lei 6.830/80, vem indicar à penhora o seguinte bem imóvel, mais que suficiente à garantia dos débitos *sub judice*, que perfazem o montante de R$1.578.687,14, a saber:

- Imóvel localizado na Rodovia BR 153, nº 650, Bady Bassitt - SP, 15115-000, objeto da matrícula nº 52.845, registrada no 1º Oficial de Registro de Imóveis de São José do Rio Preto (cf. matricula atualizada anexa - **doc. 02** e autorização anexa – **doc. 03**).

Diante disso, requer se digne V. Exa determinar a formalização da penhora, por meio de Termo lavrado nos autos e, ato contínuo, a intimação do executado via imprensa oficial, por meio de seus advogados (**art. 841, §1º, NCPC/2015 e art. 12 da Lei 6.830/80**), para que possa defender-se via embargos à execução, nos termos do art. 16, inciso III, da Lei 6.830/80.

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

32

Requer-se, por fim, que todos os avisos, intimações e publicações sejam efetuados exclusivamente em nome dos advogados Luã Victor Lima Nascimento (OAB/SP 313.427) e Carlos Henrique Quesada (OAB/SP 382.693), com escritório na cidade de Mirassol/SP – Rodovia Euclides da Cunha (SP 320), Km 45 – Perímetro Urbano 12 – 15130-000, sob pena de nulidade (NCPC/2015, art. 272, §2º).

Termos em que, respeitosamente,
Pede deferimento.

São Paulo, 18:05.

Luã Victor Lima Nascimento
OAB/SP 313.427

Letícia Botaro de Souza
OAB/SP 418.113

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento de procuração, **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 928.671.548-04, residente na Rua Las Vegas, 155, condomínio Débora Cristina, São José do Rio Preto - CEP 15093-010, nomeiam e constituem seus bastantes procuradores os advogados Luã Victor Lima Nascimento, inscrito na OAB/SP 313.427, Letícia Botaro de Souza, inscrita na OAB/SP 418.113 e Carlos Henrique Quesada, inscrito na OAB/SP 382.693, com escritório na cidade de Mirassol/SP – Rodovia Euclides da Cunha (SP 320), Km 45 – Perímetro Urbano 12 – 15130-000, para representar o outorgante em conjunto ou separadamente, independentemente de ordem de nomeação e com poderes da cláusula "*ad judicia et extra*", perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, onde necessária seja a apresentação de mandato, inclusive perante o Egrégio Supremo Tribunal Federal, todos os órgãos da Justiça, Repartições Públicas Federais, Estaduais ou Municipais, podendo, inclusive, transigir, substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes, firmar compromissos, receber e dar citação, receber e dar quitação, oferecer bens em garantia, levantar depósito judicial, desistir, nomear preposto, firmar acordos e compromissos, enfim, praticar todos os atos necessários à defesa dos direitos e interesses da outorgante.

São Paulo, 14 de março de 2019.

ADIVALDO APARECIDO NEVES

BT - 1426/6 - 1290016v1

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579
Num. 31107586 - Pág. 8

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 72, PRECATORIA1, Página 165

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL -

1.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
São José do Rio Preto
Oficial
GUMERCINDO DE SETA

MATRÍCULA 52.845 | FICHA 001

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 26 DE JULHO DE 1990.

IMOVEL:- Uma área de 27.727,03 ms2, ou 2,77,27 has,ou seja 1,15 alqueires, confrontando com Margarete Lote,- com Valter Gonçalves de Abreu, com o Espólio de Ruilando Lotti, e finalmente com o Parque Industrial, encravado na Fazenda Campo ou Borboleta, com a denominação especial de Sítio 4 Irmãos, no distrito e municipio de Bady Bassitt, desta comarca de São José do Rio Preto. PROPRIETARIOS:- 1)-MARGARETE LOTE, RG.11.776.810-SP, e CPF.037.782.118/70, brasileira, professora, primária, divorciada, residente e rua 21 de Abril, s/nº., na cidade de Indiavai-MT; 2)-CLEUZA MARIA LOTTI, que tambem é conhecida por CREUSA MARIA LOTTI, RG.9.788.760-SP e CPF.002.655.288/44, brasileira, comerciária, divorciada, residente nesta cidade, a rua Martinho Gonçalves, - nº.2.445; e MARIO GONÇALVES COLLETES, RG.6.381.189-SP, e CPF.476.919.648/20, brasileiro, divorciado, pecuarista, residente na cidade de Indiavai-MT, na rua 21 de Abril, s/nº.; 3)-VANDERSANTO LOTTI, tambem conhecido por WALDIR SANTO LOTTI, RG.6.590.895-SP e CPF.889.121.328/49, brasileiro, divorciado, do comércio, residente a rua 21 de Abril s/nº., na cidade de Indiavai-MT; 4)-O ESPOLIO DE RUILANDO LOTTI, tambem conhecido por RUILINDO LOTTI, representado pela arrolante, SUELI MADALENA RAMOS, RG.26.399.049-SP e CPF.055.562.978/35, brasileira, do lar, separada judicialmente, residente nesta cidade, na rua Otávio Pinto Cezar, nº.599, nos termos do Alvará Judicial expedido no processo nº.997/86, do 2º Oficio Cível local em data de 28.11.1989, assinado- pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível Dr. Diavo Martins dos Santos Junior. REGISTRO ANTERIOR:- Matricula nº.50.743 deste cartório. O referido é verdade e dou fé. A Oficial Maior

AV.001/52.845.- Sobre o imovel objeto da matricula supra, pesa uma Servidão de Passagem em favor da COMPA--- NHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ S/A, conforme se vê na Averbação 001 na matricula nº.50.743-(procedencia).- O - referido é verdade e dou fé. São José do Rio Preto, 26 de Julho de 1.990. A Oficial Maior

R.002/52.845.- Conforme escritura pública de divisão amigavel lavrada nas notas do 2º Tab. local em 13 de Julho de 1.990, no livro 462, fls. 82, CLEUZA MARIA LOTTI e MARIO GONÇALVES COLLETES, (já qualificados), HOUVERAM o imovel objeto desta matricula, por DIVISÃO AMIGAVEL, feita para EXTINÇÃO DE CONDOMINIO, pelo valor - de Cr$140.774,00.- O referido é verdade e dou fé. Sao Jose do Rio Preto, 26 de Julho de 1.990. A Oficial Maior

AV.003/52.845.- Faz-se a presente para constar que, o imóvel objeto desta matricula acha-se cadastrado no INCRA sob o n. 000027 098566 1; área total 2,7 há., mod. rural 40,0 há., n. mod. rurais 0,07; mod. fiscal 16,0 há., n. mod. fiscais 0,16; f. min. parc. 2,0 há. e na Receita Federal sob o n. 4192943-8. São José do Rio Preto, 02 de JANEIRO de 2.003.- O OFICIAL,

R.004/52.845.- Por Carta de Sentença, expedida pelo Juízo de Direito da Primeira Vara Cível desta comarca, aos 23 de março de 2.001, aditada aos 11 de junho de 2.002, nos autos de divórcio consensual (proc. 730/86), requerido por CLEUZA MARIA LOTTI e MARIO GONÇALVES COLLETES (.....SEGUE NO VERSO.....)

QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 72, PRECATORIA1, Página 166

MATRÍCULA 52.845 | FICHA 001 VERSO

(já qualificados), consta que o imóvel objeto desta matricula avaliado em R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), foi partilhado em favor de **CLEUZA MARIA LOTTI**, brasileira, do comércio, divorciada, portadora do RG. 9.708.760-ssp.sp, CPF. 002.655.288/44, residente e domiciliada a rua Martinho Gonçalves n. 2.455, nesta cidade. São José do Rio Preto, **02 de JANEIRO de 2.003.- O OFICIAL,**

R.005/52.845.- Por escritura pública lavrada no Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexo do Tabelionato de Notas do município de Bady Bassitt, desta comarca, aos 21 de maio de 2.001, no livro n. 197, fls. 357, a proprietária **CLEUZA MARIA LOTTI** (já qualificada), **VENDEU** o imóvel objeto desta matricula a **DEWAY FINANCE S/A**, com sede na cidade de Montevidéo, República Oriental do Uruguai, na Rua 25 de Mayo, 288, conjunto 101, inscrita no registro único de contribuinte sob n. 21401030013., pelo preço de R$ 15.000,00 (quinze mil reais). São José do Rio Preto, **02 de JANEIRO de 2.003.- O OFICIAL,**

AV.006/52.845. Requereu-se a presente para constar que, a proprietária **DEWAY FINANCE S/A**, constante no R.005 desta matricula, acha-se inscrita no CNPJ/MF sob o n°**05.404.846/0001-00**, conforme copia autenticada do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. São José do Rio Preto, **31 de Agosto de 2.005.O Oficial,**

R.007/52.845. Por escritura pública lavrada nas notas do 4°Tabelião de notas de São Paulo, aos 29 de Julho de 2005, no livro 2659 as paginas 065 à 068, a proprietária **VENDEU** o imóvel objeto desta matricula, à **ICEC CONSTRUÇÕES METÁLICAS LTDA**, com sede em Bady Bassitt, na Marginal da Rodovia BR 153 n°650, Distrito Industrial III, inscrita no CNPJ/MF sob o n°04.858.299/0001-70, pelo valor de **R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais)**.São José do Rio Preto, **31 de Agosto de 2.005.O Oficial,**

AV.008/52.845:- Faz-se a presente para constar que o imóvel objeto da matricula supra, passou à pertencer ao **PERÍMETRO URBANO** desta cidade, nos termos da Lei n.**1617/02**, expedida em 11 de Novembro de 2002, conforme certidão expedida pela Prefeitura Municipal de Bady Bassitt, sob n.**247/05**, datada de 01 de Novembro de 2005.- São José do Rio Preto, **16 de Dezembro de 2005.O Oficial,**

AV.009/52.845:- Faz-se a presente para constar que o imóvel objeto da matricula **(....SEGUE FICHA 002...)**

CÓPIA COLHIDA AUTOMATICAMENTE, RASURAS OU EDIÇÃO, INVALIDAM ESTE DOCUMENTO

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

supra, acha-se cadastrado na Prefeitura Municipal sob nº.013.078/01.- São José do Rio Preto, 16 de Dezembro de 2005.O Oficial,

AV.010/52.845:- Requereu-se a presente para constar que, a proprietária **ICEC CONSTRUÇÕES METÁLICAS LTDA**, do imóvel objeto desta matrícula, teve sua razão social alterada para **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**; conforme Alteração Contratual registrada na JUCESP sob nº **15.798/06-9** em 24/01/2006.- São José do Rio Preto, **31 de agosto de 2.006.- O Oficial,**

AV.011/52.845:- O imóvel objeto desta matrícula, é beneficiário de Servidão de Passagem conforme registro nº **015** da matrícula nº **64.610**. São José do Rio Preto, **04 de Outubro de 2.006**. O Oficial,

R.012/52.845:- Pela Cédula de Crédito Bancário nº **193046.01**, emitida na Forma da Lei nº **10.931** de 02 de Agosto de 2004, em São Paulo, aos 17 de abril de 2007, por **CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA** (Já qualificada), **DEU EM HIPOTECA CEDULAR DE 1º GRAU E SEM CONCORRÊNCIA DE TERCEIROS**, o imóvel objeto desta matricula, ao **BANCO ABN AMRO REAL S/A**,com sede em São Paulo, à Avenida Paulista nº 1374, 3º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº33.066.408/0001-15 no valor de **R$2.759.309,00 (dois milhões, setecentos e cinqüenta e nove mil, trezentos e nove reais)**, vencível aos **15 de maio de 2013**; **Forma de Pagamento**:- Será paga em **64** parcelas, amortização **60** meses e **Juros TJLP + 3,80%** ao ano e Remuneração do agente de **1,00%** ao ano já incluído na taxa de juros e com as demais condições as constante na referida cédula.- São José do Rio Preto, **07 de Maio de 2007. O Oficial.**

R.013/52.845:- Pela Cédula de Crédito Bancário nº **235172.01**, emitida na Forma da Lei nº **10.931** de 02 de Agosto de 2004, em São Paulo, aos 13 de fevereiro de 2007, por **CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA** (Já qualificada), **DEU EM HIPOTECA CEDULAR DE 2º GRAU E SEM CONCORRÊNCIA DE TERCEIROS**, o imóvel objeto desta matricula, ao **BANCO ABN AMRO REAL S/A**, com sede em São Paulo, à Avenida Paulista nº 1374, 3º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 33.066.408/0001-15 no valor de **R$2.267.072,00 (dois milhões, duzentos e sessenta e sete reais, e setenta e dois centavos)**, vencível aos **15 de fevereiro de 2014**; **Forma de Pagamento**:- Será paga em **63** meses, através de **66** parcelas, vencível do primeiro encargo em **15.05.2008** e vencimento principal em **15.12.2008** e o vencimento final em **15.02.2014** e **Juros: TJLP + 3,30%** ao ano e Remuneração do agente de **1,00%** ao ano já incluído na taxa de juros e com as demais (...SEGUE NO VERSO...)

Num. 31107586 - Pág. 10

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 72, PRECATORIA1, Página 167

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

condições as constante na referida cédula.- São José do Rio Preto, 12 de MARÇO de 2.008.- O OFICIAL,

R.014/52.845:- Por escritura pública lavrada pelo 9° Tabelião de Notas da comarca de São Paulo/SP, aos 06 de Julho de 2010, no livro 9128, às páginas 357, a proprietária **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**, (já qualificada), **DEU EM HIPOTECA DE 3° GRAU** o imóvel objeto da matrícula supra, ao **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**, com sede em São Paulo-Capital, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, 2041 e 2235, Bloco A, Vila Olímpia, inscrito no CNPJ/MF. sob o n° 90.400.888/0001-42, pelo valor de **R$40.000.000,00 (Quarenta Milhões de Reais)**, incluindo outro imóvel, com vencimento em **24/03/2015**; e as demais condições as constantes do título.- São José do Rio Preto, **15 de Setembro 2.010.- O OFICIAL,**

AV.015/52.845. Por escritura pública de Aditamento, lavrada nas notas do 9°Tabelião de notas de São Paulo/SP, aos 05 de dezembro de 21011, no livro 9638 feito as paginas 129, de comum acordo as partes contratantes de comum acordo resolveram aditar a cédula registrada sob o n°014 nesta matricula, para deixar expresso as alterações dos juros para taxa CDI + 3,5% ao ano, do prazo para 1718 dias contados de **30 de novembro de 2011**, e o vencimento prorrogado para **12 de agosto de 2016** e ratificaram os demais termos da mesma.São José do Rio Preto, **16 de Janeiro de 2.012.O Oficial,**

AV.016/52.845 - Protocolo n° 422.851 de 17/12/2013:- Por certidão, expedida pelo Serviço de Distribuição Cível da Comarca de Mirassol-SP, em 28 de Novembro de 2013, consta que nos autos de Execução de Título Extrajudicial (**Processo n° 0008513-33.2012.8.26.0358**), distribuída ao Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da comarca de Mirassol-SP, tendo como exequente **BANCO DO BRASIL S/A**, inscrito no CNPJ sob n° 00.000.000/4499-70, e como executada **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**, (já qualificada), consta que em 03 de Dezembro de 2012, foi ajuizada a presente execução, dando-se a causa o valor de **R$ 34.821.434,30 (Trinta e quatro milhões, oitocentos e vinte e um mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e trinta centavos)**. São José do Rio Preto, **06 de Janeiro de 2.014. O Oficial,**

AV.017/52.845 - Protocolo n° 435.658 de 21/08/2014:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 5ª Vara Cível desta comarca, em 21 de Agosto de 2014, nos autos de Execução Civil (**Proc. n° 1007445-85.2014**), movida pelo **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, inscrito no CNPJ/MF. sob n° 90.400.888/0001-42, contra **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA** e outros (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de (.....**CONTINUA NA FICHA 003**.....)

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 72, PRECATORIA1, Página 168

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

R$ 129.970.303,00 (Cento e vinte e nove milhões, novecentos e setenta mil, trezentos e três reais), inclusive outros imóveis. São José do Rio Preto, 03 de Setembro de 2.014. O OFICIAL,

---

AV.018/52.845 - Protocolo nº 450.404 de 26/02/2015:- Por Mandado, expedido pelo Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Mirassol-SP, aos 25 de Fevereiro de 2015, nos Autos de Execução de Título Extrajudicial **(Proc. n.º 0008513-33.2012.8.26.0358)**, movida por **BANCO DO BRASIL S/A**, contra **CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA** e outros, **cancela-se a AV.016** desta matrícula, nos termos do inciso I do Artigo 250 da Lei 6.015/73.- São José do Rio Preto, 09 de Março de 2.015. O OFICIAL,

---

AV.019/52.845 - Protocolo nº 460.893 de 09/09/2015:- Por mandado, expedido pela 5ª Vara Federal da Subseção Judiciária de São José do Rio Preto, em 19 de agosto de 2015, nos autos da Carta Precatória **(Proc. nº 0004071-16.2015.403.6106)**, originária do 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro-RJ., expedida nos autos de Execução Fiscal **(Proc. nº 0002152-95.2013.4.02.5101)**, movida pela **FAZENDA NACIONAL**, contra **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA** (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de R$ 3.253.275,82 (três milhões, duzentos e cinquenta e três mil, duzentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos). São José do Rio Preto, **21 de setembro de 2.015. O OFICIAL,**

AV.020/52.845 - Protocolo nº 468.717 de 04/02/2016:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 2ª Vara do Trabalho desta comarca, em 12 de fevereiro de 2016, nos autos de Execução Trabalhista **(Proc. nº 1909.54.2010)**, movida por **DANIEL TURTERA BODNARUK**, CPF. 334.840.778-83; contra **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA** (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de **R$ 91.695,86 (noventa e um mil, seiscentos e noventa e cinco reais e oitenta e seis centavos)**. São José do Rio Preto, **15 de Fevereiro de 2.016.- O OFICIAL,**

AV.021/52.845-Protocolo nº 476.914 de 12/07/2016:- Por Mandado, expedido pelo Juízo de Direito da 2ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto, aos 28 de junho de 2016, nos Autos de Execução Trabalhista **(Proc. n.º 0001909-54.2010.5.15.0044 RTOrd)**, **cancela-se a AV.020** desta matrícula, nos termos do inciso I do Artigo 250 da Lei 6.015/73.- São José do Rio Preto, **22 de Julho de 2.016.- O OFICIAL,**

(.....CONTINUA NO VERSO.....)

QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Num. 31107586 - Pág. 12

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 72, PRECATORIA1, Página 169

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

MATRÍCULA	FICHA	CNJ
52.845	003	11.142-7

AV.022/52.845-Protocolo nº 499.651 de 16/08/2017:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 3ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto, em 16 de agosto de 2017, nos autos de Execução Trabalhista (Processo nº 0001573-62.2012.5.15.0082), movida por ADILSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, inscrito no CPF/MF. sob nº 083.597.538-06, contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA (já qualificada) e outras, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 3.772.763,63 (três milhões, setecentos e setenta e dois mil, setecentos e sessenta e três reais e sessenta e três centavos). São José do Rio Preto, 21 de Agosto de 2.017. O Oficial, _____

QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

CERTIFICO de acordo com o artigo 19, § 1º da Lei nº 6.015 de 31/12/1973 que revendo os arquivos de cartório a seu cargo, deles verificou constar a matrícula **nº.:52845** do livro 2 - Registro Geral - constante desta fotocópia, e que além dos registros contidos na referida matrícula, não consta nenhum outro registro de ônus ou transmissão, até o dia útil imediatamente anterior a emissão desta. O referido é verdade e dá fé. **São José do Rio Preto-SP, 25 de janeiro de 2019.**

Gumercindo de Seta - Oficial
Maria Cecilia de Seta Buchdid - Substituta
Eli Francisco Borelli - Substituto
Clóvis Eduardo de Deus - Substituto
Luis Carlos Nogueira - Escrevente Autorizado

Ao Oficial...:	R$	31,68
Ao Estado....:	R$	9,00
Ao IPESP.....:	R$	6,16
Ao Reg. Civil:	R$	1,67
Ao Trib. Just:	R$	2,17
Ao Município.:	R$	1,58
Ao Min.Púb...:	R$	1,52
Total.....:	R$	53,78

Pedido de certidão nº: 498639

Controle: 690275

Página: 0007/0007

Para verificar a autenticidade do documento, acesse o site do Tribunal de Justiça:

https://selodigital.tjsp.jus.br

Selo Digital
1114273C3000000004101201Y

11142-7-555001-570000-0119 11142-7 - AA 555186

1º Oficial de Registro de Imóveis
Comarca de São José do Rio Preto - SP

QUALQUER ADULTERAÇÃO RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

Num. 31107586 - Pág. 14

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 72, PRECATORIA1, Página 171

QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO.

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

42

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE OFERECIMENTO DE BEM À PENHORA

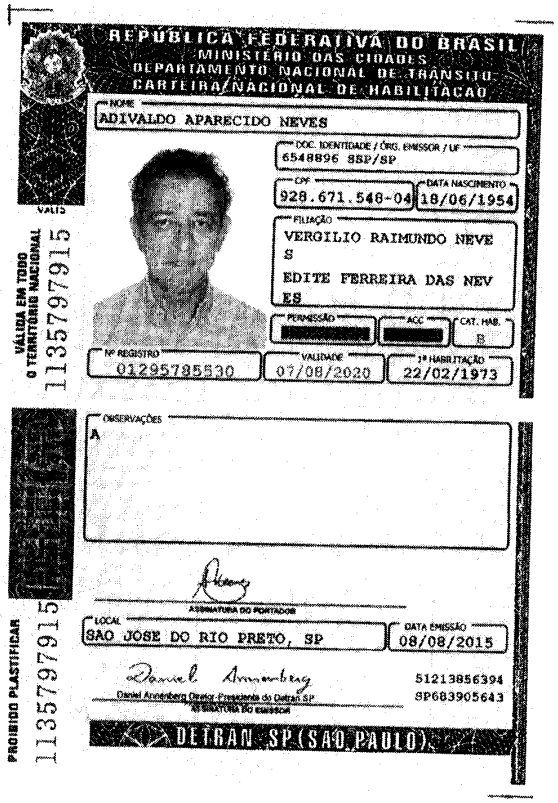
DISTON – MONTAGENS E CONSTRUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA., sociedade estabelecida na Rua Campo Grande, 1096 – Sala 611, Campo Grande, Rio de Janeiro/RJ – CEP 23.080-000, inscrita no CNPJ/MF nº 04.858.299/0001-70, por seu representante legal, autoriza através do presente termo, o oferecimento do imóvel descrito abaixo, como garantia em execução fiscal em benefício de **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 928.671.548-04, residente na Rua Las Vegas, 155, condomínio Débora Cristina, São José do Rio Preto - CEP 15093-010:

- Imóvel localizado na Rodovia BR 153, nº 650, Bady Bassitt - SP, 15115-000, objeto da matrícula nº 52.845, registrada no 1º Oficial de Registro de Imóveis de São José do Rio Preto.

São Paulo, 14 de março de 2019.

DISTON – MONTAGENS E CONSTRUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA.

BT - 1426/6 - 1290011v1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
ADIVALDO APARECIDO NEVES

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
6548896 SSP/SP

CPF
928.671.548-04

DATA NASCIMENTO
18/06/1954

FILIAÇÃO
VERGILIO RAIMUNDO NEVES
EDITE FERREIRA DAS NEVES

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
01295785530

VALIDADE
07/08/2020

1ª HABILITAÇÃO
22/02/1973

OBSERVAÇÕES
A

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
SAO JOSE DO RIO PRETO, SP

DATA EMISSÃO
08/08/2015

Daniel Annenberg Diretor-Presidente do Detran SP
ASSINATURA DO EMISSOR

51213856394
SP683905643

DETRAN SP (SAO PAULO)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
11357979 15

PROIBIDO PLASTIFICAR
11357979 15

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

Presidência da República
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integraç

00-2017/ 0 1 9 4 5 2 - 3 16 jan 2017 16:22
JUCERJA Guia: 102209368
3320783356-4 Atos: 106
CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA HASH:J170101945235

Matriz/da sede ou da filial (quando a sede for em outra UF)	CÓDIGO DA NATUREZA JURÍDICA	Nº DE MATRI AUXILIAR
33207833564	2062	

Cumprir a exigência no mesmo local da entrada. Junta - Calculado: 376,00 Pago: 376,00
DNRC - Calculado: 21,00 Pago: 21,00
ULT. ARQ.: SPE00032229010312016 705

DEFERIMENTO

Requerimento: 81700000018658
Emitida em 09/01/2017

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
Nire: 33.2.0783356-4
Protocolo: 00-2017/0194523 - 16/01/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/01/2017, E O REGISTRO SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO

00002997176
DATA: 17/01/2017

Bernardo F.S. Berwanger
SECRETÁRIO GERAL

A

DESCRIÇÃO DO ATO/EVENTO
ALTERAÇÃO
Alteracao de Dados e de Nome Empresarial
Consolidação de Contrato/Estatuto

RIO DE JANEIRO
09/01/2017

Representante Legal da Empresa/Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: ADIVALDO APARECIDO NEVES
Assinatura:
Telefone de contato: (11)32294767 comercial@heraiorp.com.br

2ª VIA DA JUNTA COMERCIAL

DECISÃO SINGULAR DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s)

SIM SIM

Processo em ordem. À decisão.

NÃO Data Responsável NÃO Data Responsável Data Responsável

DECISÃO SINGULAR

2ª Exigência 3ª Exigência 4ª Exigência 5ª Exigência

Processo em exigência (Vide despacho em folha anexa)
Processo deferido. Publique-se e
Processo indeferido.

17/01/2017
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

2ª Exigência 3ª Exigência 4ª Exigência 5ª Exigência

Processo em exigência (Vide despacho em folha anexa)
Processo deferido. Publique-se e
Processo indeferido.

Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA
Nome Novo: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
Nire: 33207833564
Protocolo: 0020170194523 - 16/01/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/01/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1ECA793029AB3E9BABD56CBDB4F3E251783FBA1B3D9AFB397903D21F5059ED27
Arquivamento: 00002997176 - 17/01/2017
Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

INSTRUMENTO PARTICULAR DE 13ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA.

NIRE: 33.207.833.564
CNPJ/MF nº 04.858.299/0001-70

Pelo presente instrumento particular, as partes a seguir qualificadas:

1) ICEPAR HOLDING PARTICIPAÇÕES LTDA, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Feliciano Salles Cunha, nº 2.241, bairro Jardim Aeroporto, CEP 15.035-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o nº 04.790.072/0001-30 e NIRE 35.216.776.421, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. **Adivaldo Aparecido Neves**, brasileiro, casado com regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.548.896 SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o nº 928.671.548-04, com escritório na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Feliciano Salles Cunha, nº 2.241, bairro Jardim Aeroporto, CEP 15.035 000;

2) ADIVALDO APARECIDO NEVES, brasileiro, casado com regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.548.896 SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o nº 928.671.548-04, com escritório na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Feliciano Salles Cunha, nº 2.241, bairro Jardim Aeroporto, CEP 15.035-000;

Sócios representando a totalidade do capital social de **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Brasil, 40.031, Campo Grande, CEP 23.095-701, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o nº. 04.858.299/0001-70 e na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro –

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA
Nome Novo: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
Nire: 33207833564
Protocolo: 0020170194523 - 16/01/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/01/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1ECA793029AB3E9BABD56CBDB4F3E251783FBA1B3D9AFB397903D21F5059ED27
Arquivamento: 00002997176 - 17/01/2017
Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

Num. 31107586 - Pág. 18

SERPRO
11/11/2019

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Resumido

Inscrições Localizadas: 3 Inscrições Selecionadas: 3
Parâmetro de Localização: 0700017900095

1º Devedor: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 04858299/0001-70
Grande Devedor: PRINCIPAL
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 18470 508107/2016-04
Nº Inscrição: 70 2 16 020339-35
Data Inscrição: 18/11/2016 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: SEGUNDA REGIAO **Nº Único de Processo Judicial:** 00234691320174025101
Procuradoria Responsável: SEGUNDA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 515.008,76 (UFIR 483.985,29)
Valor Consolidado: R$ 904.046,37

2º Devedor: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 04858299/0001-70
Grande Devedor: PRINCIPAL
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 18470 508108/2016-41
Nº Inscrição: 70 2 16 020340-79
Data Inscrição: 18/11/2016 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: SEGUNDA REGIAO **Nº Único de Processo Judicial:** 00234691320174025101
Procuradoria Responsável: SEGUNDA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 12.944,62 (UFIR 12.164,79)
Valor Consolidado: R$ 25.923,56

3º Devedor: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 04858299/0001-70
Grande Devedor: PRINCIPAL
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 18470 508106/2016-51
Nº Inscrição: 70 6 16 043718-45
Data Inscrição: 18/11/2016 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: SEGUNDA REGIAO **Nº Único de Processo Judicial:** 00234691320174025101
Procuradoria Responsável: SEGUNDA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 390.537,02 (UFIR 367.011,57)
Valor Consolidado: R$ 685.548,68

Somatório das inscrições

Valor Inscrito: R$ 918.490,40 (UFIR 863.161,65)
Valor Consolidado: R$ 1.615.518,61
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

FIM DO RELATÓRIO

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21)3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

EXECUTADO: DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA

DESPACHO/DECISÃO

Expeçam-se o mandado de penhora e demais atos para efetivação da constrição sobre o imóvel nomeado pela Executada e acveito pela Exequente para garantia da execução (**ev. 38 - PRECATORIA 5 - fls. 5 a 10/15**).

Reduza-se a termo a penhora sobre os imóveis ofertados, na forma do art. 831 do CPC.

Tendo em vista a certidão do do Oficial de Justiça (**ev. 38 -** PRECATORIA 4) , nomeio, *ex officio*, como depositário do bem penhorado, o Sr. ADIVALDO APARECIDO NEVES.

Intime-se o advogado do executado da lavratura do termo de penhora, do prazo de trinta dias para oposição de embargos, a contar de sua intimação, e da constituição do Sr. ADIVALDO APARECIDO NEVES, CPF n. 928.671.548-04 como depositário do imóvel.

Instrua-se o mandado com cópias da certidão de ônus reais e desta decisão, devendo ainda o oficial do Registro de Imóveis competente ser intimado para que averbe a penhora reduzida a termo, independentemente do pagamento de custas ou outras despesas e para que faça prova a este Juízo do cumprimento da ordem, no prazo de cinco dias.

Intimem-se.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510002030461v3** e do código CRC **b35aa93c**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 8/12/2019, às 20:51:30

0023469-13.2017.4.02.5101 **510002030461 .V3**

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/04/2020 09:38:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041709384737600000028312579
Número do documento: 20041709384737600000028312579

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 73

Evento:
INTIMACAO_ELETRONICA___EXPEDIDA_CERTIFICADA
Data:
09/02/2021 14:11:00
Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
73
Executado:
ADIVALDO APARECIDO NEVES
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
23/02/2021 00:00:00
Data Final:
01/03/2021 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
ELIAS FERREIRA DIOGO

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 74

Evento:
INTIMACAO_ELETRONICA___EXPEDIDA_CERTIFICADA
Data:
09/02/2021 14:11:01
Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
74
Executado:
IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
23/02/2021 00:00:00
Data Final:
01/03/2021 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
ELIAS FERREIRA DIOGO, THALES LEONARDO OLIVEIRA MARINO, IGOR SANTOS PIMENTEL

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 75

Evento:
INTIMACAO_ELETRONICA___EXPEDIDA_CERTIFICADA
Data:
09/02/2021 14:11:02
Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
75
Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
23/02/2021 00:00:00
Data Final:
01/03/2021 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
LETICIA CORDEIRO DE AQUINO BRIGOLINI

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 76

Evento:
INTIMACAO_ELETRONICA___CONFIRMADA___REFER__AOS_EVENTOS__73_74_E_75
Data:
19/02/2021 23:59:59
Usuário:
SECJF - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
76

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 77

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__75
Data:
01/03/2021 16:33:55
Usuário:
P1508034 - PAULO ROBERTO FERNANDES GONCALVES - PROCURADOR
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
77

EXMO(A) SR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL),** através do Procurador que esta subscreve, vem, respeitosamente, em atenção ao despacho de fls. retro, requerer o que segue.

Conforme documentos acostados ao evento 38-PRECATORIA7, já há imóvel penhorado para garantia da presente execução fiscal.

Todavia, a referida penhora não foi registrada pelo Primeiro Oficial de registro de imóveis de São José do Rio Preto -SP em razão de o imóvel penhorado estar registrado no nome de Construções Metálicas Icec Ltda (fl. 13 do evento 38 - PRECATORIA7).

Ocorre que se trata da mesma empresa, conforme documento anexo, motivo pelo qual requer seja oficiado ao cartório supracitado para averbar a penhora realizada.

Após, requer seja realizado leilão do imóvel penhorado, informando desde já que não tem interesse na adjudicação.

Por oportuno, seguem anexas as consultas

atualizadas dos créditos em cobrança.

Espera deferimento.

PAULO ROBERTO F. GONÇALVES
Procurador da Fazenda Nacional

SERPRO
01/03/2021

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Resumido

Inscrições Localizadas: 3 Inscrições Selecionadas: 3

Parâmetro de Localização: 0700017900095

1º Devedor: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 04858299/0001-70
Grande Devedor: PRINCIPAL
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 18470 508107/2016-04
Nº Inscrição: 70 2 16 020339-35
Data Inscrição: 18/11/2016 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: SEGUNDA REGIAO **Nº Único de Processo Judicial** 23469132017402 5101
Procuradoria Responsável: SEGUNDA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 515.008,76 (UFIR 483.985,29)
Valor Consolidado: R$ 923.359,20

2º Devedor: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 04858299/0001-70
Grande Devedor: PRINCIPAL
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 18470 508108/2016-41
Nº Inscrição: 70 2 16 020340-79
Data Inscrição: 18/11/2016 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: SEGUNDA REGIAO **Nº Único de Processo Judicial** 23469132017402 5101
Procuradoria Responsável: SEGUNDA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 12.944,62 (UFIR 12.164,79)
Valor Consolidado: R$ 26.408,98

3º Devedor: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 04858299/0001-70
Grande Devedor: PRINCIPAL
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 18470 508106/2016-51
Nº Inscrição: 70 6 16 043718-45
Data Inscrição: 18/11/2016 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: SEGUNDA REGIAO **Nº Único de Processo Judicial** 23469132017402 5101
Procuradoria Responsável: SEGUNDA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 390.537,02 (UFIR 367.011,57)
Valor Consolidado: R$ 700.193,82

Somatório das inscrições

Valor Inscrito: R$ 918.490,40 (UFIR 863.161,65)
Valor Consolidado: R$ 1.649.962,00

(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

FIM DO RELATÓRIO

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 78

Evento:
DECURSO_DE_PRAZO___REFER__AOS_EVENTOS__73_E_74
Data:
02/03/2021 04:17:14
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
78

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 79

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO
Data:
04/03/2021 15:57:14
Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
79

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 80

Evento:
DETERMINADA_A_INTIMACAO
Data:
05/03/2021 19:23:23
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
80

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

EXECUTADO: DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA

DESPACHO/DECISÃO

Com o intuito de evitar eventuais equívocos no processamento, retornem ao Exequente para informar, no bojo da sua petição, o(s) endereço(s) do(s) imóvel(is) sobre o(s) qual(is) pretende que recaia(m) a penhora e os demais atos executórios.

Nada vindo, mantenha-se suspensa a execução, conforme anteriormente determinado (Lei n. 6.830/80, art. 40).

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510004606233v2** e do código CRC **8cfdfcce**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 5/3/2021, às 19:23:23

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 81

Evento:
INTIMACAO_ELETRONICA___EXPEDIDA_CERTIFICADA___DESPACHO_DECISAO
Data:
05/03/2021 19:23:26
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
81
Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
Prazo:
10 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
17/03/2021 00:00:00
Data Final:
07/04/2021 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
PAULO ROBERTO FERNANDES GONCALVES

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 82

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__81
Data:
15/03/2021 23:59:59
Usuário:
SECJF - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
82

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 83

Evento:

JUNTADA_DE_CERTIDAO___SUSPENSAO_DO_PRAZO___MOTIVO__FERIADO_MUNICIPAL_EM_26_03

Data:
25/03/2021 12:58:02

Usuário:
T212086 - GLAUCIA GARCIA DE SOUZA - ADMINISTRADOR DO SISTEMA

Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

Sequência Evento:
83

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 84

Evento:

JUNTADA_DE_CERTIDAO___SUSPENSAO_DO_PRAZO___MOTIVO__FERIADO_MUNICIPAL_EM_27_03

Data:
27/03/2021 04:42:39

Usuário:
T212086 - GLAUCIA GARCIA DE SOUZA - ADMINISTRADOR DO SISTEMA

Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

Sequência Evento:
84

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 85

Evento:

JUNTADA_DE_CERTIDAO___SUSPENSAO_DO_PRAZO___MOTIVO__FERIADO_MUNICIPAL_EM_28_03

Data:
28/03/2021 04:08:21

Usuário:
T212086 - GLAUCIA GARCIA DE SOUZA - ADMINISTRADOR DO SISTEMA

Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

Sequência Evento:
85

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 86

Evento:

JUNTADA_DE_CERTIDAO___SUSPENSAO_DO_PRAZO___MOTIVO__FERIADO_MUNICIPAL_EM_29_03

Data:
28/03/2021 18:54:19

Usuário:
T212086 - GLAUCIA GARCIA DE SOUZA - ADMINISTRADOR DO SISTEMA

Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

Sequência Evento:
86

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 87

Evento:

JUNTADA_DE_CERTIDAO___SUSPENSAO_DO_PRAZO___MOTIVO__FERIADO_MUNICIPAL_EM_30_03

Data:
29/03/2021 06:18:31

Usuário:
T212086 - GLAUCIA GARCIA DE SOUZA - ADMINISTRADOR DO SISTEMA

Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

Sequência Evento:
87

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 88

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__81
Data:
31/03/2021 19:33:27
Usuário:
P1508034 - PAULO ROBERTO FERNANDES GONCALVES - PROCURADOR
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
88

EXMO(A) SR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A UNIÃO (FAZENDA NACIONAL), pelo Procurador que esta subscreve, vem, respeitosamente, expor e requerer o que segue.

A Fazenda Nacional foi intimada para informar o endereço do imóvel sobre o qual pretende que recaia a penhora, conforme despacho acostado ao evento 80.

Ocorre que já há penhora do imóvel situado na Rodovia BR153, n° 650, Bady Bassitt/SP, para garantia da presente execução fiscal, conforme auto de penhora acostado às fls. 8/10 do evento 38 - PRECATORIA7.

Todavia, a referida penhora não foi registrada pelo Primeiro Oficial de registro de imóveis de São José do Rio Preto -SP em razão de o imóvel penhorado estar registrado no nome de Construções Metálicas Icec Ltda (fl. 13 do evento 38 - PRECATORIA7).

Assim, por se tratar da mesma empresa, requer seja oficiado ao cartório supracitado para averbar a penhora realizada.

Após, requer seja realizado leilão do imóvel penhorado, informando desde já que não tem interesse na adjudicação.

Por oportuno, seguem anexas as consultas atualizadas dos créditos em cobrança.

Espera deferimento.

PAULO ROBERTO F. GONÇALVES
Procurador da Fazenda Nacional

SERPRO
31/03/2021

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Resumido

Inscrições Localizadas: 3 Inscrições Selecionadas: 3

Parâmetro de Localização: 234691320174025101

1º Devedor: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 04858299/0001-70
Grande Devedor: PRINCIPAL
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 18470 508107/2016-04
Nº Inscrição: 70 2 16 020339-35
Data Inscrição: 18/11/2016 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: SEGUNDA REGIAO **Nº Único de Processo Judicial** 234691320174025101
Procuradoria Responsável: SEGUNDA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 515.008,76 (UFIR 483.985,29)
Valor Consolidado: R$ 923.359,20

2º Devedor: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 04858299/0001-70
Grande Devedor: PRINCIPAL
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 18470 508108/2016-41
Nº Inscrição: 70 2 16 020340-79
Data Inscrição: 18/11/2016 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: SEGUNDA REGIAO **Nº Único de Processo Judicial** 234691320174025101
Procuradoria Responsável: SEGUNDA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 12.944,62 (UFIR 12.164,79)
Valor Consolidado: R$ 26.408,98

3º Devedor: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 04858299/0001-70
Grande Devedor: PRINCIPAL
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 18470 508106/2016-51
Nº Inscrição: 70 6 16 043718-45
Data Inscrição: 18/11/2016 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: SEGUNDA REGIAO **Nº Único de Processo Judicial** 234691320174025101
Procuradoria Responsável: SEGUNDA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 390.537,02 (UFIR 367.011,57)
Valor Consolidado: R$ 700.193,82

Somatório das inscrições

Valor Inscrito: R$ 918.490,40 (UFIR 863.161,65)
Valor Consolidado: R$ 1.649.962,00

(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

FIM DO RELATÓRIO

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 89

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO
Data:
08/04/2021 14:30:53
Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
89

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 90

Evento:
DETERMINADA_A_INTIMACAO
Data:
04/05/2021 12:48:13
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
90

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA

EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

DESPACHO/DECISÃO

Renove-se a diligência de averbação da Penhora colimada (fl. 13 do evento 38 - PRECATORIA7), esclarecendo ao cartório competente, se tratar da mesma empresa.

Acoste-se ao novo expediente, cópia daquele evento e da petição da Fazenda pública do evento 88, ao fim de maiores esclarecimentos.

Vinda a resposta, voltem-me conclusos.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510004806748v2** e do código CRC **7082a323**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 4/5/2021, às 12:48:13

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 91

Evento:
EXPEDICAO_DE_OFICIO___1_CARTA
Data:
05/07/2021 17:43:42
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
91

Poder Judiciário
Justiça Federal - Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

OFÍCIO Nº 510005494883

DESTINATÁRIO: PRIMEIRO OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP

ENDEREÇO: Rua Bernardino de Campos, 4054 - CEP 15.015-300

Sr.(a) Oficial(a),

Determino a Vossa Senhoria que proceda à averbação da Penhora que incidiu sobre o imóvel de matrícula nº 52.845 (sistema de penhora online - protocolo nº PH00276609), situado na Rodovia BR153, n° 650, Bady Bassitt/SP, esclarecendo que, apesar de o imóvel não se encontrar em nome da DISTON MONTAGENS E CONSTRUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA, mas sim em nome da CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA (IMP - Construções e Montagens LTDA, CNPJ 04.858.299/0001-70), conforme documento acostado aos autos (Nota de Devolução - protocolo nº 542.962), trata-se da mesma empresa.

Atenciosamente,

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, em 5/7/2021, às 17:43:41, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510005494883v6** e do código CRC **843f79b2**.

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 92

Evento:

JUNTADA_DE_CARTA_PELO_CORREIO___COMPROVANTE_DE_ENTREGA___REFER__AO_EVENTO_

Data:
19/07/2021 21:54:22

Usuário:
AR_DIGITAL - SISTEMA VPOST - CORREIOS - ADMINISTRADOR DO SISTEMA

Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

Sequência Evento:
92

Executado:
IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA

Prazo:
5 Dias

Status:
FECHADO

Data Inicial:
20/07/2021 00:00:00

Data Final:
26/07/2021 23:59:59

Procurador Citado/Intimado:
ELIAS FERREIRA DIOGO, THALES LEONARDO OLIVEIRA MARINO, IGOR SANTOS PIMENTEL

AVISO DE RECEBIMENTO

Digital

CDIP CURITIBA
09/07/2021
LOTE: 474

JUSTIÇA FEDERAL

AR
9912264032 - SEJUD/JFPR
Justiça Federal 1º Grau RJ
Correios

RJA

DESTINATÁRIO:

IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA
Rua Bernardino de Campos, 4054 -
Centro
15015-300 - São José do Rio Preto - SP

BH286515448AA

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ___/___/___ ___:___h (CAMPO OPCIONAL)

2ª ___/___/___ ___:___h

3ª ___/___/___ ___:___h

ATENÇÃO: após a 3ª tentativa, devolver objeto

MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO

1 Mudou-se	5 Recusado
2 Endereço Insuficiente	6 Não Procurado
3 Não Existe o Número	7 Ausente
4 Desconhecido	8 Falecido
9 Outros _____	

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

BH

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Centralizador Regional

RUBRICA E MATRÍCULA DO ENTREGADOR

Carteiro
Matrícula: 8106078
COD. CENTRO - S. JOSÉ RIO PRETO

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

00234691320174025101

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA 12/07/21

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR Paulo Motta

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE 32414401-5

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 93

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__92
Data:
27/07/2021 06:04:08
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
93

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 94

Evento:
PETICAO
Data:
11/08/2021 12:37:18
Usuário:
P1702463 - LETICIA CORDEIRO DE AQUINO BRIGOLINI - PROCURADOR
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
94

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 2ª REGIÃO/RJ

EXMO (A) SR (A) DR (A) JUIZ (A) FEDERAL COMPETENTE.

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)**, por sua Procuradora da Fazenda Nacional signatária, vem, nos autos do presente processo, cientificar-se da decisão retro e requerer nova vista, após o cumprimento/ resposta do mandado/ofício retro.

Termos em que

P. Deferimento

Petrópolis, data do protocolo.

LETÍCIA CORDEIRO DE AQUINO BRIGOLINI
Procuradora da Fazenda Nacional

Rua Paulo Barbosa, 32/4º Andar – Centro – Petrópolis – RJ – CEP 25.620-100
Telefone: PABX/FAX (24) 2246-1391
Internet: www.pgfn.gov.br – e-mail: psfn.rj.petropolis@pgfn.gov.br
(OBS.: o verso desta folha encontra-se em branco)

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 95

Evento:
JUNTADA_DE_PECAS_DIGITALIZADAS
Data:
18/08/2021 17:46:33
Usuário:
JRJ61916 - TARCISIO SILVA SOUTO JUNIOR - ESTAGIÁRIO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
95

PRIMEIRO OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP
Rua Bernardino de Campos, 4054 - Tel: (17) 3233-8797 - CEP 15.015-300
CNPJ: 51.857.332/0001-28
Gumercindo de Seta - Oficial

São José Do Rio Preto/SP, 11 de agosto de 2021

Ofício nº. E-00524/2021
Proc. 0023469132017402510

CÓPIA

Honrado Juíz

Tem o presente a finalidade de encaminhar a Vossa Excelência, o incluso instrumento judicial, devidamente cumprido por esta serventia imobiliária.

Apresento a Vossa Excelência os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

GUMERCINDO DE SETA
OFICIAL

A
Sua Excelência o Senhor
MM. Juíz de Direito da 6ª Vara Federal
AVENIDA VENEZUELA, 134 Bloco B 7º andar
RIO DE JANEIRO - RJ
CEP 20081-312

PRIMEIRO OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP
Rua Bernardino de Campos, 4054 - Tel: (17) 3233-8797 - CEP 15.015-300
CNPJ: 51.857.332/0001-28
Gumercindo de Seta - Oficial

São José Do Rio Preto/SP, 11 de agosto de 2021

Ofício nº. E-00524/2021
Proc. 00234691320174025l0

Honrado Juíz

Tem o presente a finalidade de encaminhar a Vossa Excelência, o incluso instrumento judicial, devidamente cumprido por esta serventia imobiliária.

Apresento a Vossa Excelência os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

GUMERCINDO DE SETA
OFICIAL

A
Sua Excelência o Senhor
MM. Juíz de Direito da 6ª Vara Federal
AVENIDA VENEZUELA, 134 Bloco B 7º andar
RIO DE JANEIRO - RJ
CEP 20081-312

Poder Judiciário
Justiça Federal - Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

OFÍCIO Nº 510005494883

DESTINATÁRIO: PRIMEIRO OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP

ENDEREÇO: Rua Bernardino de Campos, 4054 - CEP 15.015-300

Sr.(a) Oficial(a),

Determino a Vossa Senhoria que proceda à averbação da Penhora que incidiu sobre o imóvel de matrícula nº 52.845 (sistema de penhora online - protocolo nº PH00276609), situado na Rodovia BR153, n° 650, Bady Bassitt/SP, esclarecendo que, apesar de o imóvel não se encontrar em nome da DISTON MONTAGENS E CONSTRUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA, mas sim em nome da CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA (IMP - Construções e Montagens LTDA, CNPJ 04.858.299/0001-70), conforme documento acostado aos autos (Nota de Devolução - protocolo nº 542.962), trata-se da mesma empresa.

Atenciosamente,

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, em 5/7/2021, às 17:43:41, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510005494883v6** e do código CRC **843f79b2**.

1º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
Gumercindo de Seta
Oficial
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP.

Limite do texto

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO

6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
Av. Venezuela, 134 Bloco B, 7º andar
Saúde - Rio de Janeiro
20081-312 - Rio de Janeiro RJ

CDIP/CWB

PARA USO DO CORREIO

☐ Mudou-se	☐ Não Existe o Nº Indicado	☐ Informações Escritas pelo Porteiro ou Síndico	Reintegrado ao Serviço Postal em: / /
☐ Desconhecido	☐ Falecido		
☐ Recusado	☐ Ausente	☐ Outros	Responsável
☐ Endereço Insuficiente	☐ Não Procurado		

JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro

AR Digital

e-Carta
9912264032/2018-SE/RJ/PR
Justiça Federal 1º Grau RJ
Correios

053

BH286515448BR

Data de Postagem: 09/07/2021

IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA
Rua Bernardino de Campos, 4054
Centro
15015-300 - São José do Rio Preto SP

00234691320174025101

CDIP_CWB_JFR0308_e-Carta_11941_474_OS_466189.xml

PRIMEIRO OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP

Rua Bernardino de Campos, 4054 - Tel: (17) 3233-8797 - CEP 15.015-300
CNPJ: 51.857.332/0001-28
Gumercindo de Seta - Oficial

RECIBO OFICIAL

PROTOCOLO Nº: 584746

Apresentante: MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Outorgante: MINISTERIO DA FAZENDA
Outorgado: ADIVALDO APARECIDO NEVES
Título: TITULO JUDICIAL OFICIO

CERTIFICA que o presente título foi protocolado sob o número acima do Livro 1 (Protocolo do Registro de Imóveis), em 12/07/2021, tendo sido praticado os seguintes atos:

DESCRIÇÃO	DATA	COMENTÁRIO	BASE CÁLC.	COBRANÇA	EMOL.	CUSTAS	TOTAL	SELO DIGITAL
AV. 36 LV2 52845	06/08/2021	PENHORA	.....	ATO ISENTO	0,00	0,00	0,00	1114273E1000000048127221
CERTIDÃO LV2 52845	06/08/2021	.....	.....	ATO ISENTO	0,00	0,00	0,00	1114273C3000000048127421
.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	
.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	
.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	
.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	
.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	
.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	

RESUMO EMOLUMENTOS E CUSTAS

Emolumentos	R$	0,00
Ao Estado	R$	0,00
Ao SEFAZ	R$	0,00
Ao Registro Civil	R$	0,00
Ao Tribunal de Justiça	R$	0,00
Ao Município	R$	0,00
Ao Ministério Público	R$	0,00
TOTAL	R$	0,00
Valor Depositado.....	R$	0,00

RECEBI A IMPORTÂNCIA TOTAL ACIMA ESPECIFICADA, DEVENDO ESTE DOCUMENTO FAZER PARTE INTEGRANTE DO TÍTULO.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 06 de agosto de 2021

GUMERCINDO DE SETA - OFICIAL / MARIA CECILIA DE SETA BUCHDID -

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QRCode impresso ou acesse o endereço eletrônico:

https://selodigital.tjsp.jus.br
1114273910000000048127321G

PELO INTERESSADO

Recebi uma via da presente com o título devidamente formalizado.

Data: ____/____/____

Ass.: _____

Nome: _____

End.: _____

PRIMEIRO OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA
COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP
Rua Bernardino de Campos, 4054 - Tel: (17) 3233-8797 - CEP 15.015-300
CNPJ: 51.857.332/0001-28
Gumercindo de Seta - Oficial

NOTA DE DEVOLUÇÃO

Protocolo nº: 542.962 em 16/07/2019 - Os efeitos desta PRENOTAÇÃO cessarão automaticamente em **14/08/2019** ao final do dia.
Apresentante: RIVALDO VICENTE LINO
Outorgado: ADIVALDO APARECIDO NEVES
Outorgante: MINISTERIO DA FAZENDA
Natureza do Título: PENHORA ON LINE

O presente título é devolvido nesta data, para que seja(m) atendida(s) a(s) seguinte(s) exigência(s):

Trata-se o presente de Certidão de PENHORA (Sistema penhora online - protocolo nº **PH000276609**) - Processo de Execução Fiscal número de ordem **00019674820184036106** da 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto, que instrumenta penhora sobre 100,00% do imóvel objeto da matrícula nº.52.845 desta Serventia.

Da sua analise resultou não apto o seu ingresso ao fólio real, uma vez que o imóvel referido na Certidão de Penhora supra citada, não se encontra em nome da DISTON – MONTAGENS E CONSTRUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA, mas sim em nome da: Construções Metálicas ICEC Ltda.

São José Do Rio Preto/SP, 23 de Julho de 2019

GUMERCINDO DE SETA - OFICIAL

RECIBO

Declaro haver devolvido o valor de **R$ 0,00** juntamente com o título original, ficando retido o valor de **R$ 0,00**, referente a prenotação conforme notas explicativas item 4.2 da lei estadual 11.331/2002. Conforme item 4.1 da lei estadual 11.331/2002, caso o título prenotado seja reapresentado dentro do prazo de validade, o custo da prenotação será descontado do valor cobrado pelo ato praticado.
PRIMEIRO OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Protocolo nº: 542.962

PRIMEIRO OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP

Rua Bernardino de Campos, 4054 - Tel: (17) 3233-8797 - CEP 15.015-300

CNPJ: 51.857.332/0001-28

Gumercindo de Seta - Oficial

Data: 16/07/2019 Hora: 16:23:17

O título foi recebido e prenotado, assegurando a prioridade prevista no art. 186 da Lei nº 6.015, de 31 de Dezembro de 1973. O interessado deverá retornar nesta serventia dia **25/07/2019**, para se inteirar de eventuais exigências. Os efeitos desta **PRENOTAÇÃO** cessarão automaticamente em **14/08/2019** ao final do dia.

PROTOCOLO Nº 542.962

Tipo: PENHORA ON LINE
Apresentante: RIVALDO VICENTE LINO
Outorgado: ADIVALDO APARECIDO NEVES
Outorgante: MINISTERIO DA FAZENDA
Telefone:

Depósito : R$ 0,00

PENHORA ONLINE

Cod. Internet: 76064360

RETIRADA PREVISTA PARA:25/07/2019

Via Cartório
Atendente: VINICIUS ZANA VIANA

14/07/19 15:40 0,00 PS42962 PREV

PRIMEIRO OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP

Rua Bernardino de Campos, 4054 - Tel: (17) 3233-8797 - CEP 15.015-300

CNPJ: 51.857.332/0001-28

Gumercindo de Seta - Oficial

Data: 16/07/2019 Hora: 16:23:17

O título foi recebido e prenotado, assegurando a prioridade prevista no art. 186 da Lei nº 6.015, de 31 de Dezembro de 1973. O interessado deverá retornar nesta serventia dia **25/07/2019**, para se inteirar de eventuais exigências. Os efeitos desta **PRENOTAÇÃO** cessarão automaticamente em **14/08/2019** ao final do dia.

PROTOCOLO Nº 542.962

Tipo: PENHORA ON LINE
Apresentante: RIVALDO VICENTE LINO
Outorgado: ADIVALDO APARECIDO NEVES
Outorgante: MINISTERIO DA FAZENDA

Depósito : R$ 0,00

PENHORA ONLINE

Obs.:Protocolo com certidão retirar dois dias úteis após a data PREVISTA PARA RETIRADA.

RETIRADA PREVISTA PARA:25/07/2019

Atendente: VINICIUS ZANA VIANA

HORÁRIO DE ATENDIMENTO: de segunda à sexta das 09:00 às 16:00 h.

O TÍTULO ACOMPANHADO DO RESPECTIVO RECIBO DE CUSTAS, SOMENTE SERÁ ENTREGUE MEDIANTE APRESENTAÇÃO DO ORIGINAL DESTE PROTOCOLO. O DEPÓSITO NÃO CORRESPONDE AO VALOR FINAL DAS DESPESAS. O SALDO FINAL SERÁ QUITADO NA RETIRADA. NÃO FORNECEMOS INFORMAÇÕES POR TELEFONE; PARA ACOMPANHAMENTO DO PROTOCOLO ENTRAR NO SITE: https://www.registradores.org.br/servicos/actitulo/frmAcompanhamentoTitulo.aspx. - Senha / Código de verificação: 76064360

Estado: São Paulo

Tribunal: Tribunal Regional Federal da 3ªRegião

Comarca: SAO JOSE DO RIO PRETO

Foro: SAO JOSE DO RIO PRETO

Vara: 5ª VARA FEDERAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Escrivão/Diretor: RIVALDO VICENTE LINO

CERTIDÃO DE PENHORA

Certifico para fins de averbação da penhora da propriedade ou de direitos sobre o(s) imóvel(is) efetuada no processo como adiante se contém:

PROCESSO

NATUREZA DO PROCESSO: EXECUÇÃO FISCAL

Número de ordem: 00019674620184036106

Exequente(s)

MINISTERIO DA FAZENDA

CNPJ: 00.394.460/0216-53

1º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
Gumercindo de Seta
Oficial
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP.

Executado(a, os, as)

ADIVALDO APARECIDO NEVES

CPF: 928.671.548-04

DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA

CNPJ: 04.858.299/0001-70

Terceiro(s)

Valor da dívida: R$ 1.521.557,06

IMÓVEIS PENHORADOS

1:

Protocolo de Penhora Online: PH000276609

PRIMEIRO OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP.
OS ATOS PRATICADOS DO PRESENTE INSTRUMENTO ESTÃO RELACIONADOS NA CERTIDÃO TALÃO ANEXA.

Comarca: São José do Rio Preto

Endereço do Imóvel: Rodovia BR 153,No. 650

Bairro: Distrito Industrial

Município: Bady Bassitt

Estado: São Paulo

Número da Matrícula: 52845

Cartório de Registro de Imóveis: 1º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP

DADOS INFORMATIVOS:

TIPO DA CONSTRIÇÃO: PENHORA

Data do auto ou termo: 25/6/2019

Percentual penhorado (%): 100,00

Percentual do proprietário ou titular de direitos sobre o imóvel (Compromissário comprador, devedor fiduciante etc.): % 100,00

Nome do proprietário ou titular de direitos sobre o imóvel: DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA

O Proprietário ou titular de direitos sobre o imóvel é parte no processo? Sim

Nome do depositário: ADIVALDO APARECIDO NEVES

Eventual necessidade de intimação de cônjuge será analisada nos autos pelo Magistrado.

EMOLUMENTOS

Serão pagos a final ou no cancelamento ou quando da efetivação do registro da arrematação ou adjudicação do imóvel.

ADVOGADO/SOLICITANTE

Nome:

Telefone para contato:

E-mail:

Número OAB:

Estado OAB:

1º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
Gumercindo de Seta
Oficial
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP.

O referido é verdade e dou fé.

Data: 16/07/2019 14:25:16

Emitido por: DARCY ANTONIO FLORIM

PRIMEIRO OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP.
OS ATOS PRATICADOS DO PRESENTE INSTRUMENTO ESTÃO RELACIONADOS NA CERTIDÃO. TALÃO ANEXA.

1º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
Gumercindo de Seta
Oficial
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP.

Cargo:

Documento eletrônico produzido conforme disposto no artigo 837 do CPC, devendo para validade e acesso no Oficial de Registro de Imóveis ser transmitido e recepcionado em meio eletrônico no site http://www.oficioeletronico.com.br, cujo *download* comprova sua autoria e integridade.
Dados preenchidos em formulário eletrônico, dispensadas a qualificação completa das partes e a descrição completa do imóvel.

- LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL -

1.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
São José do Rio Preto
Oficial
GUMERCINDO DE SETA

MATRÍCULA 52.845 | FICHA 001

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 26 DE JULHO DE 1990.

IMOVEL:- Uma área de 27.727,03 m2, ou 2,77,27 has,ou seja 1,15 alqueires, confrontando com Margarete Lote,- com Valter Gonçalves de Abreu, com o Espólio de Ruilando Lotti, e finalmente com o Parque Industrial, encravado na Fazenda Campo ou Borboleta, com a denominação especial de Sítio 4 Irmãos, no distrito e municipio de Bady Bassitt, desta comarca de São José do Rio Preto. PROPRIETARIOS:- 1)-MARGARETE LOTE, RG.11.776.810-SP, e CPF.037.782.118/70, brasileira, professora, primária, divorciada, residente a rua 21 de Abril, s/nº., na cidade de Indiavai-MT; 2)-CLEUZA MARIA LOTTI, que também é conhecida por CREUSA MARIA LOTTI, RG.9.708.760-SP e CPF.002.655.288/44, brasileira, comerciaria, divorciada, residente nesta cidade, a rua Martinho Gonçalves, - nº.2.445; e MARIO GONÇALVES COLLETES, RG.6.381.189-SP, e CPF.476.919.648/20, brasileiro, divorciado, pecuarista, residente na cidade de Indiavai-MT, na rua 21 de Abril, s/nº.; 3)-VANDERSANTO LOTTI, também conhecido por WALDIR SANTO LOTTI, RG.6.590.895-SP e CPF.889.121.328/49, brasileiro, divorciado, do comércio, residente a rua 21 de Abril s/nº., na cidade de Indiavai-MT; 4)-O ESPOLIO DE RUILANDO LOTTI, também conhecido por RULINDO LOTTI, representado pela arrolante, SUELI MADALENA RAMOS, RG.26.399.049-SP e CPF.055.562.978/35, brasileira, do lar, separada judicialmente, residente nesta cidade, na rua Otávio Pinto Cezar, nº.599, nos termos do Alvará Judicial expedido no processo nº.997/86, do 2º Oficio Cível local em data de 28.11.1989, assinado- pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível Dr. Olavo Martins dos Santos Junior. REGISTRO ANTERIOR:- Matricula nº.50.743 deste cartório. O referido é verdade e dou fé. A Oficial Maior

---

AV.001/52.845.- Sobre o imovel objeto da matricula supra, pese uma Servidão de Passagem em favor da COMPA--- NHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ S/A, conforme se vê na Averbação 001 na matricula nº.50.743-(procedência).- O - referido é verdade e dou fé. São José do Rio Preto, 26 de Julho de 1.990. A Oficial Maior

---

R.002/52.845.- Conforme escritura pública de divisão amigavel lavrada nas notas do 2º Tab. local em 13 de Julho de 1.990, no livro 462, fls. 82, CLEUZA MARIA LOTTI e MARIO GONÇALVES COLLETES, (já qualificados), HOU-- VERAM o imovel objeto desta matricula, por DIVISÃO AMIGAVEL, feita para EXTINÇÃO DE CONDOMINIO, pelo valor - de Cr$140.774,00.- O referido é verdade e dou fé. São José do Rio Preto, 26 de Julho de 1.990. A Oficial Maior

---

AV.003/52.845.- Faz-se a presente para constar que, o imóvel objeto desta matricula acha-se cadastrado no INCRA sob o n. 000027 098566 1; área total 2,7 há., mod. rural 40,0 há., n. mod. rurais 0,07; mod. fiscal 16,0 há., n. mod. fiscais 0,16; f. min. parc. 2,0 há. e na Receita Federal sob o n. 4192943-8. São José do Rio Preto, 02 de JANEIRO de 2.003.- O OFICIAL,

---

R.004/52.845.- Por Carta de Sentença, expedida pelo Juízo de Direito da Primeira Vara Cível desta comarca, aos 23 de março de 2.001, aditada aos 11 de junho de 2.002, nos autos de divórcio consensual (proc. 730/86), requerido por CLEUZA MARIA LOTTI e MARIO GONÇALVES COLLETES (.....SEGUE NO VERSO.....)

"QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO"

11142-7-763001-778000-0521 11142-7-AA 774840
1º Oficial de Registro de Imóveis
Comarca de São José do Rio Preto - SP

MATRÍCULA 52.845 | FICHA 001 VERSO

(já qualificados), consta que o imóvel objeto desta matricula avaliado em R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), foi partilhado em favor de **CLEUZA MARIA LOTTI**, brasileira, do comércio, divorciada, portadora do RG. 9.708.760-ssp.sp, CPF. 002.655.288/44, residente e domiciliada a rua Martinho Gonçalves n. 2.455, nesta cidade. São José do Rio Preto, 02 de JANEIRO de 2.003.- O OFICIAL,

---

R.005/52.845.- Por escritura pública lavrada no Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexo do Tabelionato de Notas do município de Bady Bassitt, desta comarca, aos 21 de maio de 2.001, no livro n. 197, fls. 357, a proprietária **CLEUZA MARIA LOTTI** (já qualificada), **VENDEU** o imóvel objeto desta matricula a **DEWAY FINANCE S/A**, com sede na cidade de Montevidéo, República Oriental do Uruguai, na Rua 25 de Mayo, 288, conjunto 101, inscrita no registro único de contribuinte sob n. 21401030013., pelo preço de R$ 15.000,00 (quinze mil reais). São José do Rio Preto, 02 de JANEIRO de 2.003.- O OFICIAL,

---

AV.006/52.845. Requereu-se a presente para constar que, a proprietária **DEWAY FINANCE S/A**, constante no R.005 desta matricula, acha-se inscrita no CNPJ/MF sob o nº05.404.846/0001-00, conforme copia autenticada do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. São José do Rio Preto, 31 de Agosto de 2.005.O Oficial,

---

R.007/52.845. Por escritura pública lavrada nas notas do 4ºTabelião de notas de São Paulo, aos 29 de Julho, de 2005, no livro 2659 as paginas 065 à 068, a proprietária **VENDEU** o imóvel objeto desta matricula, à **ICEC CONSTRUÇÕES METÁLICAS LTDA**, com sede em Bady Bassitt, na Marginal da Rodovia BR 153 nº650, Distrito Industrial III, inscrita no CNPJ/MF sob o nº04.858.299/0001-70, pelo valor de R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).São José do Rio Preto, 31 de Agosto de 2.005.O Oficial,

---

AV.008/52.845:- Faz-se a presente para constar que o imóvel objeto da matricula supra, passou à pertencer ao **PERIMETRO URBANO** desta cidade, nos termos da Lei n.1617/02, expedida em 11 de Novembro de 2002, conforme certidão expedida pela Prefeitura Municipal de Bady Bassitt, sob n.247/05, datada de 01 de Novembro de 2005.- São José do Rio Preto, 16 de Dezembro de 2005.O Oficial,

---

AV.009/52.845:- Faz-se a presente para constar que o imóvel objeto da matricula (....SEGUE FICHA 002...)

"QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO"

supra, acha-se cadastrado na Prefeitura Municipal sob nº.013.078/01.- São José do Rio Preto, 16 de Dezembro de 2005.O Oficial,

AV.010/52.845:- Requereu-se a presente para constar que, a proprietária ICEC CONSTRUÇÕES METÁLICAS LTDA, do imóvel objeto desta matrícula, teve sua razão social alterada para CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA; conforme Alteração Contratual registrada na JUCESP sob nº 15.798/06-9 em 24/01/2006.- São José do Rio Preto, 31 de agosto de 2.006.- O Oficial,

AV.011/52.845:- O imóvel objeto desta matrícula, é beneficiário de Servidão de Passagem conforme registro nº 015 da matrícula nº 64.610. São José do Rio Preto, 04 de Outubro de 2.006. O Oficial,

R.012/52.845:- Pela Cédula de Crédito Bancário nº 193046.01, emitida na Forma da Lei nº 10.931 de 02 de Agosto de 2004, em São Paulo, aos 17 de abril de 2007, por CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA (Já qualificada), DEU EM HIPOTECA CEDULAR DE 1º GRAU E SEM CONCORRÊNCIA DE TERCEIROS, o imóvel objeto desta matricula, ao BANCO ABN AMRO REAL S/A, com sede em São Paulo, à Avenida Paulista nº 1374, 3º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº33.066.408/0001-15 no valor de R$2.759.309,00 (dois milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, trezentos e nove reais), vencível aos 15 de maio de 2013; Forma de Pagamento:- Será paga em 64 parcelas, amortização 60 meses e Juros TJLP + 3,80% ao ano e Remuneração do agente de 1,00% ao ano já incluído na taxa de juros e com as demais condições as constante na referida cédula.- São José do Rio Preto, 07 de Maio de 2007. O Oficial,

R.013/52.845:- Pela Cédula de Crédito Bancário nº 235172.01, emitida na Forma da Lei nº 10.931 de 02 de Agosto de 2004, em São Paulo, aos 13 de fevereiro de 2007, por CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA (Já qualificada), DEU EM HIPOTECA CEDULAR DE 2º GRAU E SEM CONCORRÊNCIA DE TERCEIROS, o imóvel objeto desta matricula, ao BANCO ABN AMRO REAL S/A, com sede em São Paulo, à Avenida Paulista nº 1374, 3º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 33.066.408/0001-15 no valor de R$2.267.072,00 (dois milhões, duzentos e sessenta e sete reais, e setenta e dois centavos), vencível aos 15 de fevereiro de 2014; Forma de Pagamento:- Será paga em 63 meses, através de 66 parcelas, vencível do primeiro encargo em 15.05.2008 e vencimento principal em 15.12.2008 e o vencimento final em 15.02.2014 e Juros: TJLP + 3,30% ao ano e Remuneração do agente de 1,00% ao ano já incluído na taxa de juros e com as demais (...SEGUE NO VERSO...)

"QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO"

11142-7-763001-778000-0521
11142-7 - AA 774841
1º Oficial de Registro de Imóveis
Comarca de São José do Rio Preto - SP

MATRÍCULA 52.845 | VERSO 002

condições as constante na referida cédula.- São José do Rio Preto, 12 de MARÇO de 2.008.- O OFICIAL,

R.014/52.845:- Por escritura pública lavrada pelo 9° Tabelião de Notas da comarca de São Paulo/SP, aos 06 de Julho de 2010, no livro 9128, às páginas 357, a proprietária CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, (já qualificada), DEU EM HIPOTECA DE 3° GRAU o imóvel objeto da matrícula supra, ao BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, com sede em São Paulo-Capital, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, 2041 e 2235, Bloco A, Vila Olímpia, inscrito no CNPJ/MF. sob o n° 90.400.888/0001-42, pelo valor de R$40.000.000,00 (Quarenta Milhões de Reais), incluindo outro imóvel, com vencimento em 24/03/2015; e as demais condições as constantes do título.- São José do Rio Preto, 15 de Setembro 2.010.- O OFICIAL,

AV.015/52.845. Por escritura pública de Aditamento, lavrada nas notas do 9°Tabelião de notas de São Paulo/SP, aos 05 de dezembro de 21011, no livro 9638 feito as paginas 129, de comum acordo as partes contratantes de comum acordo resolveram aditar a cédula registrada sob o n°014 nesta matricula, para deixar expresso as alterações dos juros para taxa CDI + 3,5% ao ano, do prazo para 1718 dias contados de 30 de novembro de 2011, e o vencimento prorrogado para 12 de agosto de 2016 e ratificaram os demais termos da mesma.São José do Rio Preto, 16 de Janeiro de 2.012.O Oficial,

AV.016/52.845 - Protocolo n° 422.851 de 17/12/2013:- Por certidão, expedida pelo Serviço de Distribuição Cível da Comarca de Mirassol-SP, em 28 de Novembro de 2013, consta que nos autos de Execução de Título Extrajudicial (Processo n° 0008513-33.2012.8.26.0358), distribuída ao Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da comarca de Mirassol-SP, tendo como exequente BANCO DO BRASIL S/A, inscrito no CNPJ sob n° 00.000.000/4499-70, e como executada CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, (já qualificada), consta que em 03 de Dezembro de 2012, foi ajuizada a presente execução, dando-se a causa o valor de R$ 34.821.434,30 (Trinta e quatro milhões, oitocentos e vinte e um mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e trinta centavos). São José do Rio Preto, 06 de Janeiro de 2.014. O Oficial,

AV.017/52.845 - Protocolo n° 435.658 de 21/08/2014:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 5ª Vara Cível desta comarca, em 21 de Agosto de 2014, nos autos de Execução Civil (Proc. n° 1007445-85.2014), movida pelo BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., inscrito no CNPJ/MF. sob n° 90.400.888/0001-42, contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA e outros (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de (.....CONTINUA NA FICHA 003.....)

'QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO'

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

1º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
São José do Rio Preto
Oficial
GUMERCINDO DE SETA

MATRÍCULA	FICHA	CNJ
52.845	003	11.142-7

R$ 129.970.303,00 (Cento e vinte e nove milhões, novecentos e setenta mil, trezentos e três reais), inclusive outros imóveis. São José do Rio Preto, 03 de Setembro de 2.014. O OFICIAL,

AV.018/52.845 - Protocolo nº 450.404 de 26/02/2015:- Por Mandado, expedido pelo Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Mirassol-SP, aos 25 de Fevereiro de 2015, nos Autos de Execução de Título Extrajudicial (Proc. n.º 0008513-33.2012.8.26.0358), movida por BANCO DO BRASIL S/A, contra CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA e outros, cancela-se a AV.016 desta matrícula, nos termos do inciso I do Artigo 250 da Lei 6.015/73.- São José do Rio Preto, 09 de Março de 2.015.- O OFICIAL,

AV.019/52.845 - Protocolo nº 460.893 de 09/09/2015:- Por mandado, expedido pela 5ª Vara Federal da Subseção Judiciária de São José do Rio Preto, em 19 de agosto de 2015, nos autos da Carta Precatória (Proc. nº 0004071-16.2015.403.6106), originária do 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro-RJ., expedida nos autos de Execução Fiscal (Proc. nº 0002152-95.2013.4.02.5101), movida pela FAZENDA NACIONAL, contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 3.253.275,82 (três milhões, duzentos e cinquenta e três mil, duzentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos). São José do Rio Preto, 21 de setembro de 2.015. O OFICIAL,

AV.020/52.845 - Protocolo nº 468.717 de 04/02/2016:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 2ª Vara do Trabalho desta comarca, em 12 de fevereiro de 2016, nos autos de Execução Trabalhista (Proc. nº 1909.54.2010), movida por DANIEL TURTERA BODNARUK, CPF. 334.840.778-83; contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 91.695,86 (noventa e um mil, seiscentos e noventa e cinco reais e oitenta e seis centavos). São José do Rio Preto, 15 de Fevereiro de 2.016.- O OFICIAL,

AV.021/52.845-Protocolo nº 476.914 de 12/07/2016:- Por Mandado, expedido pelo Juízo de Direito da 2ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto, aos 28 de junho de 2016, nos Autos de Execução Trabalhista (Proc. n.º 0001909-54.2010.5.15.0044 RTOrd), cancela-se a AV.020 desta matrícula, nos termos do inciso I do Artigo 250 da Lei 6.015/73.- São José do Rio Preto, 22 de Julho de 2.016.- O OFICIAL,

(.....CONTINUA NO VERSO.....)

"QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO"

11142-7-763201-778000-0521 11142-7-AA 774842
1º Oficial de Registro de Imóveis
Comarca de São José do Rio Preto - SP

MATRÍCULA	FICHA	CNJ
52:845	003	11.142-7

AV.022/52.845-Protocolo nº 499.651 de 16/08/2017:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 3ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto, em 16 de agosto de 2017, nos autos de Execução Trabalhista (Processo nº 0001573-62.2012.5.15.0082), movida por ADILSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, inscrito no CPF/MF. sob nº 083.597.538-06, contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA (já qualificada) e outras, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 3.772.763,63 (três milhões, setecentos e setenta e dois mil, setecentos e sessenta e três reais e sessenta e três centavos). São José do Rio Preto, 21 de Agosto de 2.017. O Oficial,

---

AV.023/52.845 - Protocolo nº 537.458 de 15/04/2019:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto, em 15 de abril de 2019, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 00032738420174036106), movida pelo MINISTÉRIO DA FAZENDA, CNPJ/MF. sob nº 00.394.460/0216-53, contra BSV - ADMINISTRADORA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA, CNPJ/MF. 08.597.610/0001-26, consta que pela decisão datada de 19 de Fevereiro de 2019, folhas 63, com base nos artigos 790 e 792 do CPC vigente, onde foi decretada a responsabilidade patrimonial pelo MM Juiz no processo, o imóvel objeto da presente matrícula, de propriedade da CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 6.409.200,06 (seis milhões, quatrocentos e nove mil, duzentos reais e seis centavos); tendo sido nomeado como depositário Adivaldo Aparecido Neves.- São José do Rio Preto, 15 de Maio de 2.019. O Oficial,

---

AV.024/52.845-Protocolo nº 539.875 de 27/05/2019:- Conforme escritura pública de sub-rogação de garantia hipotecária decorrente de cessão de crédito, lavrada pelo 2º Tabelião de Notas da cidade e comarca de São Paulo/SP, aos 19 de Março de 2019, no livro 2839, às fls.287/294, e re-ratificada pelo mesmo Tabelionato, aos 21 de Março de 2019, no livro 2840, às fls.221/229, consta que o credor BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A, (já qualificado), CEDEU o crédito referido no R-014 e na Av.015, objeto da presente matrícula, em favor de CHIMERA CAPITAL PARTINERS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF. sob nº 15.492.157/0001-59, com sede na cidade de São Paulo/SP, na Rua Joaquim Floriano, nº 1052, conjunto 112, Itaim Bibi, no valor de R$6.000.000,00 (seis milhões de reais).- São José do Rio Preto, 07 de Junho de 2.019. O Oficial,

---

AV.025/52.845-Protocolo nº 539.875 de 27/05/2019:- Conforme escritura pública de sub-rogação de garantia hipotecária decorrente de cessão de crédito, lavrada pelo 2º Tabelião de Notas da cidade e comarca de São Paulo/SP, aos 19 de Março de 2019, no livro 2839, às fls.287/294, e re-ratificada pelo mesmo Tabelionato, aos 21 de Março de 2019, no livro 2840, às fls.221/229, o credor/cedente BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A, (já qualificado), devidamente representado na forma da Lei, (.....CONTINUA NA FICHA 004.....)

QUALQUER ADULTERAÇÃO/RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

SUB-ROGOU em favor da cessionária CHIMERA CAPITAL PARTINERS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA (já qualificada), todos os direitos creditórios da hipoteca de 3° grau registrada sob n° 014 e averbada sob n° 015, desta matrícula. Em virtude, dessa sub-rogação, para efeitos de emolumentos, serão utilizados os valores atribuídos à época para a referida hipoteca e aditamento, o valor de R$44.054.970,28 (quarenta e quatro milhões, cinquenta e quatro mil, novecentos e setenta reais e vinte e oito centavos), ou seja R$22.027.485,14 (vinte e dois milhões, vinte e sete mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e quatorze centavos) para cada imóvel, sendo um pertencente a esta comarca e outro pertencente a comarca de Mirassol/SP, onde será averbada a sub-rogação aqui procedida, as demais condições as constantes do título, ficando uma de suas vias arquivada em Cartório. São José do Rio Preto, 07 de Junho de 2.019. O Oficial,

---

AV.026/52.845-Protocolo n° 546.498 de 12/09/2019:- Por certidão, expedida pelo 3° Ofício Judicial da comarca de Mirassol-SP, em 12 de Setembro de 2019, nos autos de Execução Civil (Proc. n° de ordem 1003579-05.2018.8.26.0358), movida pelo BANCO PAULISTA S.A, CNPJ/MF.62.820.817/0001-09, contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA (já qualificada) e outros, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$878.298,31 (oitocentos e setenta e oito mil, duzentos e noventa e oito reais e trinta e um centavos). São José do Rio Preto, 27 de Setembro de 2.019. O Oficial,

---

AV.27/52845 - Protocolo n° 551.350 de 02/12/2019 (selo digital: 1114273E100000018336519N):- Por instrumento judicial, expedido pela 5ª Vara Cível desta cidade e comarca de São José do Rio Preto-SP, em 31 de Outubro de 2019, nos autos de Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários (Processo n° de ordem 1007445-85.2014.8.26.0576), retifica-se o R.17 da presente matrícula para constar que, o exequente é a cessionária CHIMERA CAPITAL PARTNERS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ/MF.15.492.157/0001-59, e ratificaram os demais termos da mesma.- São José do Rio Preto, 12 de dezembro de 2.019. O Oficial,

---

AV.28/52845 - Protocolo n° 551.870 de 10/12/2019 (selo digital: 1114273E100000018408919I):- Por Comunicado da Central de Indisponibilidade protocolo n° 201911.2615.00992415-IA-710, extraído do Processo n° 50312754320194025101, e ordem do 5ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-RJ, em 26 de novembro de 2019, foi determinada a Indisponibilidade do imóvel objeto desta matrícula, pertencente a CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, CNPJ/MF. 04.858.299/0001-70 e outro, sendo que a referida indisponibilidade foi registrada no Livro de Registros de Indisponibilidades - LRI - sob n° 12.856.- São José do Rio Preto, 16 de dezembro de 2019.- O Oficial,

(...CONTINUA NO VERSO...)

"QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO"

MATRÍCULA 52.845 | FICHA 004 VERSO | CNS 11.142-7

AV.29/52845 - Protocolo nº 559.864 de 02/06/2020 (selo digital: 1114273E10000000309668200):- Por Comunicado da Central de Indisponibilidade protocolo nº 202005.1512.01148225-IA-300, extraído do Processo nº 00022066920125080114, e ordem da 1ª Vara do Trabalho de Parauapebas-PA, em 15 de maio de 2020, foi determinada a Indisponibilidade do imóvel objeto desta matrícula, pertencente a CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, (já qualificada) e outros, sendo que a referida indisponibilidade foi registrada no Livro de Registros de Indisponibilidades - LRI - sob nº 12.967.- São José do Rio Preto, 18 de junho de 2020.- O Oficial,

AV.30/52845 - Protocolo nº 562.054 de 16/07/2020 (selo digital: 1114273E10000000318507209):- Por certidão, expedida pela 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto-SP, em 15 de julho de 2020, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 50029462020184036106), movida por MINISTERIO DA FAZENDA, CNPJ/MF.00.394.460/0216-53, contra SANAAN - ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ/MF.07.721.773/0001-06, consta que pela decisão datada de 18 de março de 2020, folhas 59, com base nos artigos 790 e 792 do CPC vigente, onde foi decretada a responsabilidade patrimonial pelo MM Juiz no processo, o imóvel objeto da presente matrícula, de propriedade da CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 8.115.114,45 (oito milhões, cento e quinze mil, cento e quatorze reais e quarenta e cinco centavos).- São José do Rio Preto, 17 de julho de 2020.- O Oficial,

AV.31/52845 - Protocolo nº 564.948 de 04/09/2020 (selo digital: 1114273E10000000344458202):- Por certidão, expedida pela 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto-SP, em 10 de setembro de 2020, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 50013341320194.0361.06), movida por MINISTERIO DA FAZENDA, CNPJ/MF.00.394.460/0216-53, contra MCS - MONTAGENS, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ/MF.07.744.302/0001-13, consta que pela decisão datada de 19 de junho de 2019, folhas 19, com base nos artigos 790 e 792 do CPC vigente, onde foi decretada a responsabilidade patrimonial pelo MM Juiz no processo, o imóvel objeto da presente matrícula, de propriedade da CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 2.007.055,27 (dois milhões, sete mil e cinquenta e cinco reais e vinte e sete centavos).- São José do Rio Preto, 23 de setembro de 2020.- O Oficial,

AV.32/52845 - Protocolo nº 569.076 de 06/11/2020 (selo digital: 1114273E10000000399132215):- Por certidão, expedida pela 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto-SP, em 06 de novembro de 2020, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 50013341320194036106), movida por MINISTERIO DA FAZENDA, CNPJ/MF.00.394.460/0216-53, (.....CONTINUA NA FICHA 005.....)

QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

contra MCS - MONTAGENS, CONSTRUÇÕES E SERVIÇO LTDA, CNPJ/MF.07.744.302/0001-13, consta que pela decisão datada de 20 de outubro de 2020, folhas ID 40523250, com base nos artigos 790 e 792 do CPC vigente, onde foi decretada a responsabilidade patrimonial pelo MM Juiz no processo, o imóvel objeto da presente matrícula, de propriedade da CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 2.088.041,16 (dois milhões, oitenta e oito mil, quarenta e um reais e dezesseis centavos).- São José do Rio Preto, 29 de janeiro de 2021.- O Oficial,

---

AV.33/52845 - Protocolo nº 574.352 de 29/01/2021 (selo digital: 1114273310000000409099210):- Por certidão, expedida pelo 7º Ofício Cível de São José do Rio Preto-SP, em 29 de janeiro de 2021, nos autos de Execução Civil (Processo nº 1050795-84.2018.8.26.0576), movida por BANCO BRADESCO S.A., CNPJ/MF.60.746.948/0001-12, contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, (já qualificada) e outros, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 29.250.897,84 (vinte e nove milhões, duzentos e cinquenta mil, oitocentos e noventa e sete reais e oitenta e quatro centavos), incluindo outros imóveis.- São José do Rio Preto, 24 de fevereiro de 2021.- O Oficial,

---

AV.34/52845 - Protocolo nº 577.454 de 17/03/2021 (selo digital: 1114273E100000004221712IN):- Por certidão, expedida pela 1ª Vara da Fazenda Publica de São José do Rio Preto-SP, em 17 de março de 2021, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 1500349-54.2017.8.26.0576) movida pela SECRETARIA DA FAZENDA, CNPJ/MF.46.377.222/0001-29, contra CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA, (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 4.558.404,99 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e quatro reais e noventa e nove centavos).- São José do Rio Preto, 24 de março de 2021.- O Oficial,

---

AV.35/52845 - Protocolo nº 583.772 de 29/06/2021 (selo digital: 1114273E100000004641802IE):- Por certidão, expedida pela 5ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-RJ, em 28/06/2021, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 50312754320194025101), movida por MINISTERIO DA FAZENDA, CNPJ/MF.00.394.460/0216-53, contra CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA (já qualificada) e outro, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 4.817.848,41 (quatro milhões, oitocentos e dezessete mil, oitocentos e quarenta e oito reais e quarenta e um centavos).- São José do Rio Preto, 05 de julho de 2021.- O Oficial,

---

(.....CONTINUA NO VERSO.....)

"QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO"

MATRÍCULA 52.845 | FICHA 005 VERSO | CNS 11.142-7

AV.36/52845 - Protocolo nº 584.746 de 12/07/2021 (selo digital: 1114273E10000000481272218):- Por instrumento judicial, expedido pela 6ª Vara Federal do Rio de Janeiro-RJ, em 05 de julho de 2021, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 0023469-13.2017.4.02.5101), movida por MINISTERIO DA FAZENDA, CNPJ/MF.00.394.460/0216-53, contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, (já qualificado) e outro, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 1.521.557,06 (um milhão, quinhentos e vinte e um mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e seis centavos).- São José do Rio Preto, 06 de agosto de 2021.- O Oficial.

'QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO'

CERTIFICO de acordo com o artigo 19, § 1º da Lei nº 6.015 de 31/12/1973 que revendo nos arquivos de cartório a seu cargo, deles verificou constar a matrícula nº.:**52845** do livro 2 - Registro Geral - constante desta fotocópia, e que além dos registros contidos na referida matrícula, não consta nenhum outro registro de ônus ou transmissão, até o dia útil imediatamente anterior a emissão desta. O referido é verdade e dá fé. São José do Rio Preto-SP, 10 de agosto de 2021.

Gumercindo de Seta - Oficial
Maria Cecília de Seta Buchdid - Substituta
Eli Francisco Borelli - Substituto
Clóvis Eduardo de Deus - Substituto
Luis Carlos Nogueira - Escrevente Autorizado

ADVERTÊNCIA: Este documento contém dados pessoais que consistem "arquivo público", passível de conhecimento através da presente certidão, ficando o solicitante/requerente responsável civil e criminalmente por eventual uso indevido da informação, nos termos da Lei 13.708/2018 (LGPD) e Provimento CGJ 23/2020.

Ao Oficial...:	R$	34,73
Ao Estado....:	R$	9,87
Ao IPESP.....:	R$	6,76
Ao Reg. Civil:	R$	1,83
Ao Trib. Just:	R$	2,38
Ao Município.:	R$	1,74
Ao Min.Púb...:	R$	1,67
Total.....:	R$	58,98

Certidão de ato praticado protocolo nº: 584746

Controle: 933659

Página: 0011/0011

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QrCode impresso ou acesse o endereço eletrônico:

https://selodigital.tjsp.jus.br

Selo digital:
1114273C3000000481274216

11142-7-763001-778000-052t 11142-7 - AA 774845

1º Oficial de Registro de Imóveis
Comarca de São José do Rio Preto - SP

"QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO"

"QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO"

Em Branco

Em Branco

Em Branco

Gmail **Tarcisio Souto <tarcisiosoutojr@gmail.com>**

Processo nº0023469-13.2017.402.5101/RJ

1 mensagem

06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro <06vfef@jfrj.jus.br> 18 de agosto de 2021 15:55
Para: "tarcisiosoutojr@gmail.com" <tarcisiosoutojr@gmail.com>

De: penhorari@terra.com.br <penhorari@terra.com.br>
Enviado: quarta-feira, 18 de agosto de 2021 09:35
Para: 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
Assunto: Processo nº0023469-13.2017.402.5101/RJ

Ofício nºE-0524/2021

Bom dia,

MM. Juiz de Direito da 6ª Vara Federal da Comarca de Rio de Janeiro/RJ

Tem o presente a finalidade de encaminhar a V. Excelência, o instrumento judicial devidamente cumprido por esta serventia imobiliária.

Apresento a V. Excelência os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

Gumercindo de Seta

1º Oficial de Registro de Imóveis de SJRP

524-2021.pdf
17536K

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 96

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
18/08/2021 17:46:56
Usuário:
JRJ61916 - TARCISIO SILVA SOUTO JUNIOR - ESTAGIÁRIO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
96
Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
24/08/2021 00:00:00
Data Final:
30/08/2021 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
PAULO ROBERTO FERNANDES GONCALVES

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 97

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__96
Data:
23/08/2021 23:57:02
Usuário:
P6993720 - SÉRGIO GIOVANNI SOBRAL NUNES - PROCURADOR
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
97

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 98

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__96
Data:
23/08/2021 23:57:02
Usuário:
P6993720 - SÉRGIO GIOVANNI SOBRAL NUNES - PROCURADOR
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
98

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIVISÃO DE ASSUNTOS FISCAIS - DIAFI

EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ FEDERAL DA ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Exequente: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

A **União (Fazenda Nacional)**, nos autos do processo em epígrafe, por seu Procurador que esta subscreve, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, **requerer** seja designada data para venda judicial do bem penhorado nos presentes autos, nos termos do art. 23 da Lei 6.830/80. Quando da intimação da data designada para hasta pública, **requer** seja o executado cientificado de que:

a) a pendência de débitos não regularizados importa a inclusão no CADIN;
b) a União NÃO possui interesse na adjudicação do bem levado à leilão;
c) Ao devedor, faculta-se a substituição dos bens, com fulcro no artigo 15 da lei 6.830/80, com a devida anuência da exequente.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

SÉRGIO GIOVANNI SOBRAL NUNES
Procurador da Fazenda Nacional

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 99

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO
Data:
27/08/2021 13:59:59
Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
99

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 100

Evento:
DETERMINADA_A_INTIMACAO
Data:
30/08/2021 19:30:32
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
100

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

EXECUTADO: IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA

DESPACHO/DECISÃO

Expeça-se mandado de constatação e reavaliação do(s) bem(ns) penhorado(s).

Com o resultado da diligência, dê-se vista à Exeqüente, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para promover o que for de seu interesse, vindo conclusos a seguir.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510005932364v2** e do código CRC **38773671**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 30/8/2021, às 19:30:32

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 101

Evento:
ATO_ORDINATORIO_PRATICADO
Data:
15/10/2021 15:38:44
Usuário:
JRJ12495 - CLAUDIO MARCUS DE MELO - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
101

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES
EXECUTADO: IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA

ATO ORDINATÓRIO

DECISÃO DE EVENTO 100:

"Expeça-se mandado de constatação e reavaliação do(s) bem(ns) penhorado(s).

Com o resultado da diligência, dê-se vista à Exeqüente, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para promover o que for de seu interesse, vindo conclusos a seguir."

Documento eletrônico assinado por **CLAUDIO MARCUS DE MELO, Técnico Judiciário**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510006323200v2** e do código CRC **5ad967a9**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): CLAUDIO MARCUS DE MELO
Data e Hora: 15/10/2021, às 15:38:44

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 102

Evento:
EXPEDICAO_DE_CARTA_DE_ORDEM_PRECATORIA_ROGATORIA
Data:
14/12/2021 14:56:40
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
102

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES
EXECUTADO: IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA

CARTA PRECATÓRIA Nº 510006747722

Juízo Deprecante: **Exmo. Sr. Juiz da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal - SJRJ**

Juízo Deprecado: **Exmo(a). Sr(a). Juiz Federal Distribuidor das Varas Federais de São José do Rio Preto - SJSP**

BEM(S) PENHORADO(S) INDICADO(S) PARA CONSTATAÇÃO E REAVALIAÇÃO: Imóvel localizado na Rodovia BR 153, nº 650, Bady Bassit/SP - CEP 15115-000 (matrícula nº 52.845, registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis de São José do Rio Preto)

O(a) Dr(a). **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, MM. Juiz Federal da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal**, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, **DEPRECA** a Vossa Excelência que se digne a mandar proceder ao seguinte:

- **CONSTATAÇÃO**, certificando o estado em que se encontra(m) o(s) bem(ns) e à **REAVALIAÇÃO** do(s) bem (ns) penhorado(s), conforme auto de penhora e laudo de avaliação, cujas cópias seguem anexas e que são partes integrantes deste, bem como a **INTIMAÇÃO** do(a) executado(a) ADIVALDO APARECIDO NEVES (CPF nº 928.671.548-04), no endereço de **Rua Las Vegas, 155, Condomínio Débora Cristina, São José do Rio Preto/SP - CEP 15093-010.**

Outrossim dando-lhe ciência de que o acesso à integra dos autos do processo eletrônico pode ser obtido por cadastramento do interessado na página da Internet: http://www.jfrj.jus.br/cadastro-visualizar-processo; bem assim de que o(s) valor(es) atualizado(s) da(s) dívida(s), bem como instruções para o parcelamento e o pagamento poderão ser obtidos diretamente junto ao(à) Exequente, sendo que, em se tratando de dívida cobrada pela Procuradoria da Fazenda Nacional, por acesso à página da Internet: www.pgfn.fazenda.gov.br. Havendo interesse no parcelamento ou pagamento do débito, o devedor deve dirigir-se diretamente ao Exequente para efetivá-lo(s) e deve também comunicar ao M. Juízo a realização do parcelamento ou pagamento, sob pena de prosseguimento da execução.

- **INTIMAR** a Exequente, na pessoa de seu representante legal, com área de atuação nessa localidade, para providenciar, caso necessário, o pagamento de eventuais despesas porventura existentes para a realização das diligências deprecadas.

Anexos: Evs. 38 (PRECATORIA5, fls. 2, 3, 5-11, 13, PRECATORIA7, fls. 10, 11), 100.

DADA E PASSADA nesta cidade do Rio de Janeiro, em 14/12/2021. Eu, ISABELLE FARIAS ALBUQUERQUE PRATA, Técnico Judiciário, digitei e conferi. E eu, ANDRÉ BOTELHO JUCÁ, Diretor de Secretaria, reconferi.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de

dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510006747722v5** e do código CRC **cfaab9bc**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 14/12/2021, às 14:56:39

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 103

Evento:
JUNTADO_A_
Data:
15/02/2022 14:37:55
Usuário:
JRJ14664 - ISABELLE FARIAS ALBUQUERQUE PRATA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
103

Poder Judiciário Malote Digital

Impresso em: 15/02/2022 às 14:37

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade: 40220229765519
Documento: 0023469-13.2017.4.02.5101 1 cpr.pdf
Remetente: SJRJ - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal (Isabelle Farias Albuquerque Prata)
Destinatário: SJSP - São José do Rio Preto - Seção de Serviços Judiciais Auxiliares - SUAX (TRF3)
Data de Envio: 15/02/2022 14:35:49
Assunto: CARTA PRECATÓRIA N. 510006747722

Código de rastreabilidade: 40220229765520
Documento: 0023469-13.2017.4.02.5101 2.pdf
Remetente: SJRJ - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal (Isabelle Farias Albuquerque Prata)
Destinatário: SJSP - São José do Rio Preto - Seção de Serviços Judiciais Auxiliares - SUAX (TRF3)
Data de Envio: 15/02/2022 14:35:49
Assunto: CARTA PRECATÓRIA N. 510006747722

Código de rastreabilidade: 40220229765521
Documento: 0023469-13.2017.4.02.5101 3.pdf
Remetente: SJRJ - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal (Isabelle Farias Albuquerque Prata)
Destinatário: SJSP - São José do Rio Preto - Seção de Serviços Judiciais Auxiliares - SUAX (TRF3)
Data de Envio: 15/02/2022 14:35:49
Assunto: CARTA PRECATÓRIA N. 510006747722

Código de rastreabilidade: 40220229765522
Documento: 0023469-13.2017.4.02.5101 4.pdf
Remetente: SJRJ - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal (Isabelle Farias Albuquerque Prata)
Destinatário: SJSP - São José do Rio Preto - Seção de Serviços Judiciais Auxiliares - SUAX (TRF3)
Data de Envio: 15/02/2022 14:35:49
Assunto: CARTA PRECATÓRIA N. 510006747722

Imprimir

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 104

Evento:
JUNTADA_DE_PECAS_DIGITALIZADAS
Data:
10/03/2022 21:39:44
Usuário:
EU3 - ERICSSON ARAUJO DA SILVA - ESTAGIÁRIO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
104

Justiça Federal da 3ª Região
PJe - Processo Judicial Eletrônico

10/03/2022

Número: **5000546-91.2022.4.03.6106**

Classe: **CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**
Órgão julgador: **CECAP de São José do Rio Preto**
Última distribuição : **17/02/2022**
Valor da causa: **R$ 0,00**
Processo referência: **0023469-13.2017.4.02.5101/RJ**
Assuntos: **Intimação**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
6ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL RIO DE JANEIRO (DEPRECANTE)	
6ª Subseção Judiciária de São José do Rio Preto (DEPRECADO)	
UNIÃO FEDERAL (PARTE AUTORA)	
ADIVALDO APARECIDO NEVES (PARTE RE)	
DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA (PARTE RE)	

Documentos

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
245094321	09/03/2022 17:23	Certidão de devolução de mandado	Certidão de devolução de mandado
245094327	09/03/2022 17:23	ADIVALDO APARECIDO ALVES -AUTO CONSTATAÇAO E REAV MATR 52845 1 ORI	Diligência
243198005	17/02/2022 15:25	Encaminhamento	Encaminhamento
243040881	17/02/2022 13:13	Petição inicial	Petição inicial
243042208	17/02/2022 13:13	CP	Carta
243042209	17/02/2022 13:13	Documentos1	Outras peças
243042211	17/02/2022 13:13	Documentos2	Outras peças
243042212	17/02/2022 13:13	Documentos3	Outras peças

CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) Nº 5000546-91.2022.4.03.6106

RELATOR: CECAP de São José do Rio Preto

DEPRECANTE: 6ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL RIO DE JANEIRO

DEPRECADO: 6ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

OUTROS PARTICIPANTES: ADIVALDO APARECIDO NEVES - CPF 928.671.548-04

MANDADO ID 243198005

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, em cumprimento ao r. mandado anexo, no dia 21/02/2022, **CONSTATEI E REAVALIEI O IMÓVEL INDICADO**, **MATRICULA 52.845, 1 ORI** de São José do Rio Preto/SP (AUTO ANEXO) e, às 14h, diligenciei no **Condomínio Débora Cristina, Rua Las Vegas, 155, nesta,** onde não encontrei moradores, sendo informada pelos porteiros que a família viaja muito para São Paulo/SP.

Certifico, então, que em 24/02/2022, tendo em vista diligências anteriores, entrei em contato com Dr. Elias Ferreira Diogo. OAB 322.379 (fone: 17-99618-3139), o qual confirmou que o executado, **Sr. Adivaldo Aparecido Neves**, está residindo em São Paulo/SP, a trabalho, fornecendo o seguinte endereço onde poderia ser encontrado, **AV. ENGENHEIRO LUIZ CARLOS BERRINI, 1500, BROOKIN NOVO, SÃO PAULO/SP,** razão pela qual, **DEIXEI, POR ORA, DE EFETUAR A INTIMAÇÃO**.

Sendo assim, devolvo o presente mandado para as providências cabíveis e aguardo orientações de como proceder.

São José do Rio Preto, 09 de março de 2022.

Márcia Braz de Aquino Poloni

Oficiala de Justiça Avaliadora Federal-RF 7065

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

AUTO DE CONSTATAÇÃO E REAVALIAÇÃO DE BENS

SEÇÃO JUDICIÁRIA	VARA	SUBSEÇÃO	DATA
S. José do Rio Preto-São Paulo	CECAP-DEPRECANTE - 6ª VARA FEDERAL EF RIO DE JANEIRO	6ª	21/02/2022

MANDADO Nº.	PROCESSO Nº. CARTA PREC CÍVEL	OFICIAL DE JUSTIÇA FEDERAL
ID 243198005	**5000546-91.2022.4.03.6106**	**MÁRCIA BRAZ DE AQUINO POLONI**

ENDEREÇO DO BEM	CIDADE	UF
SÍTIO 4 IRMÃOS	BADY BASSIT-SP	SP

Em cumprimento ao mandado anexo, expedido pelo MM. Juiz Federal desta vara

A REQUERIMENTO DE : **UNIÃO FEDERAL-FAZENDA NACIONAL**
CONTRA: **ADIVALDO APARECIDO NEVES, CPF 928.671.548-04**
PARA O PAGAMENTO DA QUANTIA DE R$: **R$ N/C**

E aí, após as formalidades legais e de estilo, **CONSTATEI E REAVALIEI** o seguinte:

O IMÓVEL: ***"- Uma área de 27.727,03 Ms2, ou 2.77,27 has, ou seja, 1,15 alqueires,*** *confrontando com Margarete Lote, com Valter Gonçalves de Abreu, com o Espólio de Ruilando Lotti, e finalmente com o Parque Industrial, encravado na Fazenda Campo ou Borboleta, com a denominação especial de Sítio 4 irmãos, no distrito e município de Bady Bassitt, desta Comarca de São José do Rio Preto",* melhor descrito na **matrícula 52.845** do **1º Oficial de Registros** de Imóveis desta Comarca de São José do Rio Preto-SP, cadastrado na Prefeitura Municipal de Bady Bassitt sob no. 013.078/01.

Obs.1: Conforme Av. 008/52.845, o imóvel situa-se em perímetro urbano.

Obs. 2: Foram construídos dois galpões industriais, uma cobertura anexa ao galpão e um depósito de tintas com, aproximadamente, 4.340,00 m2 de área construída.

REAVALIAÇÃO TOTAL DOS BENS: R$14.000.000,00 (Quatorze milhões de reais);

Para constar lavrei o presente auto que lido e achado vai devidamente assinado por mim, OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL.

MÁRCIA BRAZ DE AQUINO POLONI
OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL

CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) Nº 5000546-91.2022.4.03.6106
RELATOR: CECAP de São José do Rio Preto
DEPRECANTE: 6ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL RIO DE JANEIRO
DEPRECADO: 6ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

OUTROS PARTICIPANTES: ADIVALDO APARECIDO NEVES - CPF 928.671.548-04

INTIMAÇÃO

ENDEREÇO PARA CUMPRIMENTO: Rua Las Vegas, 155, Condomínio Débora Cristina, São José do Rio Preto/SP - CEP 15093-010.

FINALIDADE: CONSTATAÇÃO, certificando o estado em que se encontra(m) o(s) bem(ns) e à REAVALIAÇÃO do(s) bem (ns) penhorado(s), conforme auto de penhora e laudo de avaliação, cujas cópias seguem anexas e que são partes integrantes deste, bem como a INTIMAÇÃO do(a) executado(a) ADIVALDO APARECIDO NEVES (CPF nº 928.671.548-04), no endereço acima.

ANEXOS: Carta Precatória.

SEDE DO JUÍZO: CECAP de São José do Rio Preto-SP

Rua dos Radialistas Riopretenses, 1000 - Chácara Municipal - São José do Rio Preto-SP

Expedi nos termos da Ordem de Serviço 01/2006, dos Meritíssimos Juízes Federais Distribuidores do Fórum de São José do Rio Preto

SãO JOSé DO RIO PRETO, 17 de fevereiro de 2022.

em anexo...

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Carta Precatória
Código de rastreabilidade: 40220229765519
Nome original: 0023469-13.2017.4.02.5101 1 cpr.pdf
Data: 15/02/2022 14:37:07
Remetente:
Isabelle
SJRJ - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal
Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para conhecimento.
Assunto: CARTA PRECATÓRIA N. 510006747722

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

EXECUTADO: IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA

CARTA PRECATÓRIA Nº 510006747722

Juízo Deprecante: **Exmo. Sr. Juiz da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal - SJRJ**

Juízo Deprecado: **Exmo(a). Sr(a). Juiz Federal Distribuidor das Varas Federais de São José do Rio Preto - SJSP**

BEM(S) PENHORADO(S) INDICADO(S) PARA CONSTATAÇÃO E REAVALIAÇÃO: Imóvel localizado na Rodovia BR 153, nº 650, Bady Bassit/SP - CEP 15115-000 (matrícula nº 52.845, registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis de São José do Rio Preto)

O(a) Dr(a). **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, MM. Juiz Federal da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal**, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, **DEPRECA** a Vossa Excelência que se digne a mandar proceder ao seguinte:

- **CONSTATAÇÃO**, certificando o estado em que se encontra(m) o(s) bem(ns) e à **REAVALIAÇÃO** do(s) bem (ns) penhorado(s), conforme auto de penhora e laudo de avaliação, cujas cópias seguem anexas e que são partes integrantes deste, bem como a **INTIMAÇÃO** do(a) executado(a) ADIVALDO APARECIDO NEVES (CPF nº 928.671.548-04), no endereço de **Rua Las Vegas, 155, Condomínio Débora Cristina, São José do Rio Preto/SP - CEP 15093-010.**

Outrossim dando-lhe ciência de que o acesso à integra dos autos do processo eletrônico pode ser obtido por cadastramento do interessado na página da Internet: http://www.jfrj.jus.br/cadastro-visualizar-processo; bem assim de que o(s) valor(es) atualizado(s) da(s) dívida(s), bem como instruções para o parcelamento e o pagamento poderão ser obtidos diretamente junto ao(à) Exequente, sendo que, em se

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/02/2022 13:12:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22021713124752600000236309831
Número do documento: 22021713124752600000236309831

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

tratando de dívida cobrada pela Procuradoria da Fazenda Nacional, por acesso à página da Internet: www.pgfn.fazenda.gov.br. Havendo interesse no parcelamento ou pagamento do débito, o devedor deve dirigir-se diretamente ao Exequente para efetivá-lo(s) e deve também comunicar ao M. Juízo a realização do parcelamento ou pagamento, sob pena de prosseguimento da execução.

- **INTIMAR** a Exequente, na pessoa de seu representante legal, com área de atuação nessa localidade, para providenciar, caso necessário, o pagamento de eventuais despesas porventura existentes para a realização das diligências deprecadas.

Anexos: Evs. 38 (PRECATORIA5, fls. 2, 3, 5-11, 13, PRECATORIA7, fls. 10, 11), 100.

DADA E PASSADA nesta cidade do Rio de Janeiro, em 14/12/2021. Eu, ISABELLE FARIAS ALBUQUERQUE PRATA, Técnico Judiciário, digitei e conferi. E eu, ANDRÉ BOTELHO JUCÁ, Diretor de Secretaria, reconferi.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510006747722v5** e do código CRC **cfaab9bc**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 14/12/2021, às 14:56:39

0023469-13.2017.4.02.5101 **510006747722 .V5**

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/02/2022 13:12:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22021713124752600000236309831
Número do documento: 22021713124752600000236309831

31

EXMO. SR. DR. JUIZ DA 5ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO / SP

Junte-se. Procuração anexa. Anote-se. Solicite-se a devolução à CEHAB. Manifeste-se a exequente no prazo de quinze dias. Intime-se. SJRPreto, 18/03/2019.

JFSP-FORUM S.J.RIO PRETO-SP
14/03/2019 15:42 h
Prot. 2019.61060002924-1
0001967-46.2018.403.6106
[27616] [5a.V. SJRPRETO]
Juntada-JFSP 21/03/19
RF:_____ Rubrica: Raiva

Carta Precatória
Processo n° 0001967-46.2018.4.03.6106

ADIVALDO APARECIDO NEVES, brasileiro, casado, portador do CPF nº 928.671.548-04, residente na Rua Las Vegas, 155, condomínio Débora Cristina, São José do Rio Preto - CEP 15093-010, por seus advogados (**doc. 01**), tendo sido citado dos termos da ação executiva nº 0023469-13.2017.4.02.5101 em 07/03/2019, através da presente carta precatória, nos termos dos arts. 9º, inciso IV e 11º, inciso IV da Lei 6.830/80, vem indicar à penhora o seguinte bem imóvel, mais que suficiente à garantia dos débitos *sub judice*, que perfazem o montante de R$1.578.687,14, a saber:

- Imóvel localizado na Rodovia BR 153, nº 650, Bady Bassitt - SP, 15115-000, objeto da matrícula nº 52.845, registrada no 1º Oficial de Registro de Imóveis de São José do Rio Preto (cf. matricula atualizada anexa - **doc. 02** e autorização anexa – **doc. 03**).

Diante disso, requer se digne V. Exa determinar a formalização da penhora, por meio de Termo lavrado nos autos e, ato contínuo, a intimação do executado via imprensa oficial, por meio de seus advogados (**art. 841, §1º, NCPC/2015 e art. 12 da Lei 6.830/80**), para que possa defender-se via embargos à execução, nos termos do art. 16, inciso III, da Lei 6.830/80.

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/02/2022 13:12:48
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22021713124785700000236309832
Número do documento: 22021713124785700000236309832

32

Requer-se, por fim, que todos os avisos, intimações e publicações sejam efetuados exclusivamente em nome dos advogados Luã Victor Lima Nascimento (OAB/SP 313.427) e Carlos Henrique Quesada (OAB/SP 382.693), com escritório na cidade de Mirassol/SP – Rodovia Euclides da Cunha (SP 320), Km 45 – Perímetro Urbano 12 – 15130-000, sob pena de nulidade (NCPC/2015, art. 272, §2º).

Termos em que, respeitosamente,
Pede deferimento.

São Paulo, 18:05.

Luã Victor Lima Nascimento
OAB/SP 313.427

Letícia Botaro de Souza
OAB/SP 418.113

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/02/2022 13:12:48
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22021713124785700000236309832
Número do documento: 22021713124785700000236309832

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/02/2022 13:12:48
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22021713124785700000236309832
Número do documento: 22021713124785700000236309832
Num. 243042209 - Pág. 3
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 104, PRECATORIA1, Página 13

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL -

1.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
São José do Rio Preto
Oficial
GUMERCINDO DE SETA

MATRÍCULA 52.845 | FICHA 001

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 26 DE JULHO DE 1990.

IMOVEL:- Uma área de 27.727,03 ms2, ou 2,77,27 has,ou seja 1,15 alqueires, confrontando com Margarete Lote,- com Valter Gonçalves de Abreu, com o Espólio de Ruilando Lotti, e finalmente com o Parque Industrial, encravado na Fazenda Campo ou Borboleta, com a denominação especial de Sítio 4 Irmãos, no distrito e municipio de Bady Bassitt, desta comarca de São José do Rio Preto. PROPRIETARIOS:- 1)-MARGARETE LOTE, RG.11.776.818-SP, e CPF.037.782.118/70, brasileira, professora, primária, divorciada, residente a rua 21 de Abril, s/nº., na cidade de Indiavai-MT; 2)-CLEUZA MARIA LOTTI, que também é conhecida por CREUSA MARIA LOTTI, RG.9.788.760-SP e CPF.002.655.288/44, brasileira, comerciária, divorciada, residente nesta cidade, a rua Martinho Gonçalves, - nº.2.445; e MARIO GONÇALVES COLLETES, RG.6.381.189-SP, e CPF.476.919.648/20, brasileiro, divorciado, pecuarista, residente na cidade de Indiavai-MT, na rua 21 de Abril, s/nº.; 3)-VANDERSANTO LOTTI, também conhecido por WALDIR SANTO LOTTI, RG.6.590.895-SP e CPF.889.121.328/49, brasileiro, divorciado, do comércio, residente a rua 21 de Abril s/nº., na cidade de Indiavai-MT; 4)-O ESPOLIO DE RUILANDO LOTTI, também conhecido por RULINDO LOTTI, representado pela arrolante, SUELI MADALENA RAMOS, RG.26.399.849-SP e CPF.055.562.978/35, brasileira, do lar, separada judicialmente, residente nesta cidade, na rua Otávio Pinto Cezar, nº.599, nos termos do Alvará Judicial expedido no processo nº.997/86, do 2º Oficio Cível local em data de 28.11.1989, assinado- pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível Dr. Olavo Martins dos Santos Junior. REGISTRO ANTERIOR:- Matricula nº.50.743 deste cartório. O referido é verdade e dou fé. A Oficial Maior

AV.001/52.845.- Sobre o imovel objeto da matricula supra, pesa uma Servidão de Passagem em favor da COMPA--- NHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ S/A, conforme se vê na Averbação 001 na matricula nº.50.743-(procedência).- O - referido é verdade e dou fé. São José do Rio Preto, 26 de Julho de 1.990. A Oficial Maior

R.002/52.845.- Conforme escritura pública de divisão amigavel lavrada nas notas do 2º Tab. local em 13 de Julho de 1.990, no livro 462, fls. 82, CLEUZA MARIA LOTTI e MARIO GONÇALVES COLLETES, (já qualificados), HOUVERAM o imovel objeto desta matricula, por DIVISÃO AMIGAVEL, feita para EXTINÇÃO DE CONDOMINIO, pelo valor - de Cr$140.774,00.- O referido é verdade a dou fé. São José do Rio Preto, 26 de Julho de 1.990. A Oficial Maior

AV.003/52.845.- Faz-se a presente para constar que, o imóvel objeto desta matricula acha-se cadastrado no INCRA sob o n. 000027 098566 1; área total 2,7 há., mod. rural 40,0 há., n. mod. rurais 0,07; mod. fiscal 16,0 há., n. mod. fiscais 0,16; f. min. parc. 2,0 há. e na Receita Federal sob o n. 4192943-8. São José do Rio Preto, 02 de JANEIRO de 2.003.- O OFICIAL,

R.004/52.845.- Por Carta de Sentença, expedida pelo Juízo de Direito da Primeira Vara Cível desta comarca, aos 23 de março de 2.001, aditada aos 11 de junho de 2.002, nos autos de divórcio consensual (proc. 730/86), requerido por CLEUZA MARIA LOTTI e MARIO GONÇALVES COLLETES (.....SEGUE NO VERSO.....)

QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

11142-7-555001-570000-0119 11142-7-AA 555183

1º Oficial de Registro de Imóveis
Comarca de São José do Rio Preto - SP

Página: 0001/0007

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/02/2022 13:12:48
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22021713124785700000236309832
Número do documento: 22021713124785700000236309832

(já qualificados), consta que o imóvel objeto desta matricula avaliado em R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), foi partilhado em favor de **CLEUZA MARIA LOTTI**, brasileira, do comércio, divorciada, portadora do RG. 9.708.760-ssp.sp, CPF. 002.655.288/44, residente e domiciliada a rua Martinho Gonçalves n. 2.455, nesta cidade. São José do Rio Preto, **02 de JANEIRO de 2.003.- O OFICIAL,**

R.005/52.845.- Por escritura pública lavrada no Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexo do Tabelionato de Notas do município de Bady Bassitt, desta comarca, aos 21 de maio de 2.001, no livro n. 197, fls. 357, a proprietária **CLEUZA MARIA LOTTI** (já qualificada), **VENDEU** o imóvel objeto desta matricula a **DEWAY FINANCE S/A**, com sede na cidade de Montevidéo, República Oriental do Uruguai, na Rua 25 de Mayo, 288, conjunto 101, inscrita no registro único de contribuinte sob n. 21401030013., pelo preço de R$ 15.000,00 (quinze mil reais). São José do Rio Preto, **02 de JANEIRO de 2.003.- O OFICIAL,**

AV.006/52.845. Requereu-se a presente para constar que, a proprietária **DEWAY FINANCE S/A**, constante no R.005 desta matricula, acha-se inscrita no CNPJ/MF sob o n°**05.404.846/0001-00**, conforme copia autenticada do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. São José do Rio Preto, **31 de Agosto de 2.005.O Oficial,**

R.007/52.845. Por escritura pública lavrada nas notas do 4°Tabelião de notas de São Paulo, aos 29 de Julho de 2005, no livro 2659 as paginas 065 à 068, a proprietária **VENDEU** o imóvel objeto desta matricula, à **ICEC CONSTRUÇÕES METÁLICAS LTDA**, com sede em Bady Bassitt, na Marginal da Rodovia BR 153 n°650, Distrito Industrial III, inscrita no CNPJ/MF sob o n°04.858.299/0001-78, pelo valor de **R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais)**.São José do Rio Preto, **31 de Agosto de 2.005.O Oficial,**

AV.008/52.845:- Faz-se a presente para constar que o imóvel objeto da matrícula supra, passou à pertencer ao **PERÍMETRO URBANO** desta cidade, nos termos da Lei n.**1617/02**, expedida em 11 de Novembro de 2002, conforme certidão expedida pela Prefeitura Municipal de Bady Bassitt, sob n.**247/05**, datada de 01 de Novembro de 2005.- São José do Rio Preto, **16 de Dezembro de 2005.O Oficial,**

AV.009/52.845:- Faz-se a presente para constar que o imóvel objeto da matricula **(....SEGUE FICHA 002...)**

Num. 243042209 - Pág. 4

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 104, PRECATORIA1, Página 14

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/02/2022 13:12:48
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22021713124785700000236309832
Número do documento: 22021713124785700000236309832

supra, acha-se cadastrado na Prefeitura Municipal sob nº.013.078/01.- São José do Rio Preto, 16 de Dezembro de 2005.O Oficial,

AV.010/52.845:- Requereu-se a presente para constar que, a proprietária **ICEC CONSTRUÇÕES METÁLICAS LTDA**, do imóvel objeto desta matrícula, teve sua razão social alterada para **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**; conforme Alteração Contratual registrada na JUCESP sob nº **15.798/06-9** em 24/01/2006.- São José do Rio Preto, **31 de agosto de 2.006.- O Oficial,**

AV.011/52.845:- O imóvel objeto desta matrícula, é beneficiário de Servidão de Passagem conforme registro nº **015** da matrícula nº **64.610**. São José do Rio Preto, **04 de Outubro de 2.006**. O Oficial,

R.012/52.845:- Pela Cédula de Crédito Bancário nº **193046.01**, emitida na Forma da Lei nº **10.931** de 02 de Agosto de 2004, em São Paulo, aos 17 de abril de 2007, por **CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA** (Já qualificada), **DEU EM HIPOTECA CEDULAR DE 1º GRAU E SEM CONCORRÊNCIA DE TERCEIROS**, o imóvel objeto desta matricula, ao **BANCO ABN AMRO REAL S/A**,com sede em São Paulo, à Avenida Paulista nº 1374, 3º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº33.066.408/0001-15 no valor de **R$2.759.309,00 (dois milhões, setecentos e cinqüenta e nove mil, trezentos e nove reais)**, vencível aos **15 de maio de 2013**; **Forma de Pagamento**:- Será paga em **64** parcelas, amortização 60 meses e **Juros TJLP + 3,80%** ao ano e Remuneração do agente de **1,00%** ao ano já incluído na taxa de juros e com as demais condições as constante na referida cédula.- São José do Rio Preto, **07 de Maio de 2007. O Oficial.**

R.013/52.845:- Pela Cédula de Crédito Bancário nº **235172.01**, emitida na Forma da Lei nº **10.931** de 02 de Agosto de 2004, em São Paulo, aos 13 de fevereiro de 2007, por **CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA** (Já qualificada), **DEU EM HIPOTECA CEDULAR DE 2º GRAU E SEM CONCORRÊNCIA DE TERCEIROS**, o imóvel objeto desta matricula, ao **BANCO ABN AMRO REAL S/A**, com sede em São Paulo, à Avenida Paulista nº 1374, 3º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 33.066.408/0001-15 no valor de **R$2.267.072,00 (dois milhões, duzentos e sessenta e sete reais, e setenta e dois centavos)**, vencível aos **15 de fevereiro de 2014**; **Forma de Pagamento**:- Será paga em 63 meses, através de 66 parcelas, vencível do primeiro encargo em 15.05.2008 e vencimento principal em 15.12.2008 e o vencimento final em 15.02.2014 e **Juros: TJLP + 3,30%** ao ano e Remuneração do agente de **1,00%** ao ano já incluído na taxa de juros e com as demais (...SEGUE NO VERSO...)

QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Num. 243042209 - Pág. 5
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 104, PRECATORIA1, Página 15

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/02/2022 13:12:48
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22021713124785700000236309832
Número do documento: 22021713124785700000236309832

condições as constante na referida cédula.- São José do Rio Preto, 12 de MARÇO de 2.008.- O OFICIAL,

R.014/52.845:- Por escritura pública lavrada pelo 9° Tabelião de Notas da comarca de São Paulo/SP, aos 06 de Julho de 2010, no livro 9128, às páginas 357, a proprietária **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**, (já qualificada), **DEU EM HIPOTECA DE 3° GRAU** o imóvel objeto da matrícula supra, ao **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**, com sede em São Paulo-Capital, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, 2041 e 2235, Bloco A, Vila Olímpia, inscrito no CNPJ/MF. sob o n° 90.400.888/0001-42, pelo valor de **R$40.000.000,00 (Quarenta Milhões de Reais)**, incluindo outro imóvel, com vencimento em **24/03/2015**; e as demais condições as constantes do título.- São José do Rio Preto, **15 de Setembro 2.010.- O OFICIAL,**

AV.015/52.845. Por escritura pública de Aditamento, lavrada nas notas do 9°Tabelião de notas de São Paulo/SP, aos 05 de dezembro de 21011, no livro 9638 feito as paginas 129, de comum acordo as partes contratantes de comum acordo resolveram aditar a cédula registrada sob o n°014 nesta matricula, para deixar expresso as alterações dos juros para taxa CDI + 3,5% ao ano, do prazo para 1718 dias contados de **30 de novembro de 2011**, e o vencimento prorrogado para **12 de agosto de 2016** e ratificaram os demais termos da mesma.São José do Rio Preto, **16 de Janeiro de 2.012.O Oficial,**

AV.016/52.845 - Protocolo n° 422.851 de 17/12/2013:- Por certidão, expedida pelo Serviço de Distribuição Cível da Comarca de Mirassol-SP, em 28 de Novembro de 2013, consta que nos autos de Execução de Título Extrajudicial (Processo n° 0008513-33.2012.8.26.0358), distribuída ao Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da comarca de Mirassol-SP, tendo como exequente **BANCO DO BRASIL S/A**, inscrito no CNPJ sob n° 00.000.000/4499-70, e como executada **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**, (já qualificada), consta que em 03 de Dezembro de 2012, foi ajuizada a presente execução, dando-se a causa o valor de **R$ 34.821.434,30 (Trinta e quatro milhões, oitocentos e vinte e um mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e trinta centavos)**. São José do Rio Preto, **06 de Janeiro de 2.014. O Oficial,**

AV.017/52.845 - Protocolo n° 435.658 de 21/08/2014:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 5ª Vara Cível desta comarca, em 21 de Agosto de 2014, nos autos de Execução Civil (**Proc. n° 1007445-85.2014**), movida pelo **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, inscrito no CNPJ/MF. sob n° 90.400.888/0001-42, contra **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA** e outros (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de (.....**CONTINUA NA FICHA 003**.....)

Num. 243042209 - Pág. 6
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 104, PRECATORIA1, Página 16

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/02/2022 13:12:48
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22021713124785700000236309832
Número do documento: 22021713124785700000236309832

R$ 129.970.303,00 (Cento e vinte e nove milhões, novecentos e setenta mil, trezentos e três reais), inclusive outros imóveis. São José do Rio Preto, 03 de Setembro de 2.014. O OFICIAL,

AV.018/52.845 - Protocolo nº 450.404 de 26/02/2015:- Por Mandado, expedido pelo Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Mirassol-SP, aos 25 de Fevereiro de 2015, nos Autos de Execução de Título Extrajudicial (Proc. n.º 0008513-33.2012.8.26.0358), movida por BANCO DO BRASIL S/A, contra CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA e outros, cancela-se a AV.016 desta matrícula, nos termos do inciso I do Artigo 250 da Lei 6.015/73.- São José do Rio Preto, 09 de Março de 2.015. O OFICIAL,

AV.019/52.845 - Protocolo nº 460.893 de 09/09/2015:- Por mandado, expedido pela 5ª Vara Federal da Subseção Judiciária de São José do Rio Preto, em 19 de agosto de 2015, nos autos da Carta Precatória (Proc. nº 0004071-16.2015.403.6106), originária do 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro-RJ., expedida nos autos de Execução Fiscal (Proc. nº 0002152-95.2013.4.02.5101), movida pela FAZENDA NACIONAL, contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 3.253.275,82 (três milhões, duzentos e cinquenta e três mil, duzentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos). São José do Rio Preto, 21 de setembro de 2.015. O OFICIAL,

AV.020/52.845 - Protocolo nº 468.717 de 04/02/2016:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 2ª Vara do Trabalho desta comarca, em 12 de fevereiro de 2016, nos autos de Execução Trabalhista (Proc. nº 1909.54.2010), movida por DANIEL TURTERA BODNARUK, CPF. 334.840.778-83; contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 91.695,86 (noventa e um mil, seiscentos e noventa e cinco reais e oitenta e seis centavos). São José do Rio Preto, 15 de Fevereiro de 2.016.- O OFICIAL,

AV.021/52.845-Protocolo nº 476.914 de 12/07/2016:- Por Mandado, expedido pelo Juízo de Direito da 2ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto, aos 28 de junho de 2016, nos Autos de Execução Trabalhista (Proc. n.º 0001909-54.2010.5.15.0044 RTOrd), cancela-se a AV.020 desta matrícula, nos termos do inciso I do Artigo 250 da Lei 6.015/73.- São José do Rio Preto, 22 de Julho de 2.016.- O OFICIAL,

(.....CONTINUA NO VERSO.....)

Num. 243042209 - Pág. 7

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 104, PRECATORIA1, Página 17

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/02/2022 13:12:48
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22021713124785700000236309832
Número do documento: 22021713124785700000236309832

MATRÍCULA	FICHA	CNJ
52.845	003	11.142-7

AV.022/52.845-Protocolo nº 499.651 de 16/08/2017:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 3ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto, em 16 de agosto de 2017, nos autos de Execução Trabalhista (Processo nº 0001573-62.2012.5.15.0082), movida por **ADILSON RODRIGUES DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF/MF. sob nº 083.597.538-06, contra **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA** (já qualificada) e outras, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 3.772.763,63 (três milhões, setecentos e setenta e dois mil, setecentos e sessenta e três reais e sessenta e três centavos). São José do Rio Preto, 21 de Agosto de 2.017. O Oficial,

ESTA OBRA É PROTEGIDA POR DIREITOS AUTORAIS. QUALQUER ALTERAÇÃO, REPRODUÇÃO, PARCIAL OU TOTAL, SEM AUTORIZAÇÃO PRÉVIA E EXPRESSA DO AUTOR, CONFIGURA VIOLAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS, NOS TERMOS DA LEI Nº 9.610/98.

CERTIFICO de acordo com o artigo 19, § 1° da Lei n° 6.015 de 31/12/1973 que revendo os arquivos de cartório a seu cargo, deles verificou constar a matrícula **nº.:52845** do livro 2 - Registro Geral - constante desta fotocópia, e que além dos registros contidos na referida matrícula, não consta nenhum outro registro de ônus ou transmissão, até o dia útil imediatamente anterior a emissão desta. O referido é verdade e dá fé. **São José do Rio Preto-SP, 25 de janeiro de 2019.**

Gumercindo de Seta - Oficial
Maria Cecilia de Seta Buchdid - Substituta
Eli Francisco Borelli - Substituto
Clóvis Eduardo de Deus - Substituto
Luis Carlos Nogueira - Escrevente Autorizado

Ao Oficial...:	R$	31,68
Ao Estado....:	R$	9,00
Ao IPESP.....:	R$	6,16
Ao Reg. Civil:	R$	1,67
Ao Trib. Just:	R$	2,17
Ao Município.:	R$	1,58
Ao Min.Púb...:	R$	1,52
Total.....:	R$	53,78

Pedido de certidão nº: 498639

Controle: 690275

Página: 0007/0007

Para verificar a autenticidade do documento, acesse o site do Tribunal de Justiça:

https://selodigital.tjsp.jus.br

Selo Digital
1114273C3000000004101201Y

11142-7-555001-570000-0119 11142-7 - AA 555186

1º Oficial de Registro de Imóveis
Comarca de São José do Rio Preto - SP

CERTIDÃO ADMINISTRAÇÃO, PESQUISA OU BUSCA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/02/2022 13:12:48
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22021713124785700000236309832
Número do documento: 22021713124785700000236309832
Num. 243042209 - Pág. 9
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 104, PRECATORIA1, Página 19

42

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE OFERECIMENTO DE BEM À PENHORA

DISTON – MONTAGENS E CONSTRUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA., sociedade estabelecida na Rua Campo Grande, 1096 – Sala 611, Campo Grande, Rio de Janeiro/RJ – CEP 23.080-000, inscrita no CNPJ/MF nº 04.858.299/0001-70, por seu representante legal, autoriza através do presente termo, o oferecimento do imóvel descrito abaixo, como garantia em execução fiscal em benefício de **ADIVALDO APARECIDO NEVES**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 928.671.548-04, residente na Rua Las Vegas, 155, condomínio Débora Cristina, São José do Rio Preto - CEP 15093-010:

- Imóvel localizado na Rodovia BR 153, nº 650, Bady Bassitt - SP, 15115-000, objeto da matrícula nº 52.845, registrada no 1º Oficial de Registro de Imóveis de São José do Rio Preto.

São Paulo, 14 de março de 2019.

DISTON – MONTAGENS E CONSTRUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA.

BT - 1426/6 - 1290011v1

e) modificação do contrato social;

f) incorporação, fusão e dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;

g) nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;

h) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial e auto-falência; e

i) destinação dos lucros apurados.

Parágrafo 1º - Todas as deliberações serão tomadas em reunião de sócios, a qual será dispensada quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria discutida. Dos trabalhos e deliberações será lavrada ata sintética, assinada pelos presentes, cuja cópia será apresentada à Junta Comercial para arquivamento e averbação.

Parágrafo 2º - As deliberações serão sempre tomadas pelos votos correspondentes, no mínimo, a ¾ do capital social, em todas as matérias referidas acima e nos demais casos previstos na lei ou no contrato.

Parágrafo 3º - Os sócios reunir-se-ão sempre que o interesse social assim exigir e ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre a orientação geral dos negócios sociais; apreciar as contas apresentadas pelos diretores; nomear os diretores, quando necessário, e fixar sua remuneração; deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; e decidir sobre a destinação de lucros apurados.

Parágrafo 4º - As reuniões poderão ser convocadas pelos sócios ou diretores, mediante carta registrada com aviso de recebimento, enviada aos endereços dos demais sócios indicados no preâmbulo, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência. As reuniões poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo-conferência ou quaisquer outros meios que os sócios decidam por bem utilizar.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Nome: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA
Nome Novo: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
NIRE: 332.0783356-4 Protocolo: 00-2017/019452-3 Data do protocolo: 16/01/2017
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 17/01/2017 SOB O NÚMERO 00002997176 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 6D8036295EEEC0361E8D51E37B16BE96FEE4F075C553FEF6079DCE2B7C345268
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela digital, informe o nº de protocolo. Pag.8/13

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/02/2022 13:12:48
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22021713124838000000236309834
Número do documento: 22021713124838000000236309834

Do Exercício Social, Lucros e Perdas

Cláusula 8ª - O ano fiscal coincidirá com o ano civil, e, anualmente, em 31 (trinta e um) de dezembro, proceder-se-á ao levantamento do balanço patrimonial da sociedade e demais demonstrações financeiras com observância às disposições legais e contábeis brasileiras, dispensadas as formalidades de publicação.

Parágrafo 1º - O exercício social poderá ter duração inferior a um ano, e deverá se iniciar no primeiro dia de cada período, encerrando-se no último. Neste passo, a sociedade poderá levantar demonstrações financeiras intermediárias e distribuir lucros apurados, observadas as limitações legais e, ainda, distribuir lucros com base nos lucros acumulados ou reservas constantes do último balanço patrimonial.

Parágrafo 2º - Salvo decisão dos quotistas representantes da maioria do capital social em contrário, os sócios participam nos lucros e nas perdas proporcionalmente a respectiva participação no capital social, respeitado, contudo, o limite de que trata o artigo 1.052 do Código Civil.

Da Cessão de Quotas

Cláusula 9ª - Os sócios não poderão ceder ou transferir suas quotas, a qualquer título, total ou parcialmente, a pessoas estranhas ao quadro social.

Cláusula 10ª – Não havendo interesse de nenhum dos sócios na compra das quotas do sócio retirante e/ou alienante, será dado ao mesmo o direito de dissidência, sendo os seus haveres apurados e pagos na forma da cláusula 12 abaixo.

Da Retirada de Sócios Dissidentes

Cláusula 11ª - Além dos casos previstos em lei, a Sociedade dissolver-se-á, a qualquer tempo, somente por vontade dos sócios representando ¾ (três quartos) do capital social.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Nome: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA
Nome Novo: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
NIRE: 332.0783356-4 Protocolo: 00-2017/019452-3 Data do protocolo: 16/01/2017
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 17/01/2017 SOB O NÚMERO 00002997176 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 6D8036295EEEC0361E8051E37B16BE96FEE4FD75C553FEF6079DCE2B7C345268
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/02/2022 13:12:48
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22021713124838000000236309834
Número do documento: 22021713124838000000236309834

57

Cláusula 12ª – O falecimento, a ausência ou a incapacidade permanente ou temporária dos sócios, acarretará em dissolução da Sociedade nos termos do Artigo 1.028 do Código Civil de 2002.

Da Resolução da Sociedade em Relação a Sócios e exclusão

Cláusula 13ª – O sócio que desejar se retirar da Sociedade deverá fazer a comunicação por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, informando a sua intenção de não continuar na sociedade. Os haveres do sócio retirante serão apurados e pagos na forma prevista na cláusula 12 acima.

Cláusula 14ª - Será expressamente admitida a exclusão de um sócio, por justa causa, sem prejuízo das demais formas de exclusão previstas na legislação específica, por deliberação dos sócios representando a maioria do capital social.

Parágrafo 1°: Caberá à reunião de sócios, especialmente convocada para este fim, deliberar sobre a caracterização da justa causa, fixando as condutas e/ou atos de inegável gravidade e periculosidade, os quais colocam em risco a continuidade da empresa e a consecução dos seus objetivos sociais.

Parágrafo 2°: Será dado ao sócio acusado, ciência da data, horário e local da reunião ou assembléia que deliberará pela sua exclusão, conferindo-o o direito de defesa e contraditório.

Parágrafo 3°: Os haveres do sócio excluído serão calculados e pagos na forma prevista na cláusula 12 acima.

Da Liquidação da Sociedade

Cláusula 15ª - A sociedade entrará em liquidação caso ocorra quaisquer das hipóteses previstas na legislação em vigor ou por decisão dos sócios que representem pelo menos três quartos do capital social, os quais deverão nomear o liquidante para a realização do ativo e passivo da sociedade nesse período.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Nome: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA
Nome Novo: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
NIRE: 332.0783356-4 Protocolo: 00-2017/019452-3 Data do protocolo: 16/01/2017
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 17/01/2017 SOB O NÚMERO 00002997176 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 6D8036295EEEC0361E8D51E37B16BE96FEE4FD75C553FEF6079DCE2B7C345268
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo. Pag-10/13

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/02/2022 13:12:48
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22021713124838000000236309834
Número do documento: 22021713124838000000236309834

13

Dos Casos Omissos

Cláusula 16ª - Os casos omissos no presente Contrato Social reger-se-ão pelas disposições da Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e, supletivamente, pelas normas da Sociedade Anônima.

Foro

Cláusula 17ª - Os sócios elegem o Foro da Comarca de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, para dirimir eventuais questões oriundas deste Contrato, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja."

E, por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e validade juntamente com as duas testemunhas abaixo para todos os fins e efeitos de direito.

Rio de Janeiro/RJ, 24 de Agosto de 2016.

Sócios:

DISTON – MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA.
Adivaldo Aparecido Neves

ADIVALDO APARECIDO NEVES

Testemunhas:

1.
Nome: Rubens Antonio A.Ribeiro
R.G.: 44.170.205-3 SSP/SP
CPF/MF:330.273.738-62

2.
Nome: Carlos Henrique Quesada
R.G.: 48.479.069-9 SSP/SP
CPF/MF: 419.152.478-02

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Nome: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA
Nome Novo: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
NIRE: 332.0783356-4 Protocolo: 00-2017/019452-3 Data do protocolo: 16/01/2017
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 17/01/2017 SOB O NÚMERO 00002997176 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 6D4036295EEEC0361E8D51E37B16BE96FEE4FD75C553FEF6079DCE2B7C345268
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela digital, informe o nº de protocolo. Pag.11/13

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/02/2022 13:12:48
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22021713124838000000236309834
Número do documento: 22021713124838000000236309834

PODER JUDICIÁRIO SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SAO PAULO
5 a. Vara Federal

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 58
5a VARA

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) M.M.(a) Juiz(a), Sr.(a) Dr.(a) DENIO SILVA THE CARDOSO.
S.J. do Rio Preto 10 de maio de 2019

SIMONE R C SCABELLO (5222)
Técn/Analist.Judiciário (RF)
Processo No. 0001967-46.2018.403.6106

59

PODER JUDICIÁRIO SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SAO PAULO
5 a. Vara Federal

Processo No. 0001967-46.2018.403.6106

Face a anuência da exequente (fl. 51) e tendo em vista o documento de fl. 42, expeça-se mandado de penhora e avaliação a recair sobre o bem ofertado a fl. 37/41, intimando-se o executado Adivaldo Aparecido Neves da constrição referida, do prazo para ajuizamento de Embargos e para ficar como depositário do bem constrito.

Após, proceda a devolução da presente com as homenagens de estilo.

São José do Rio Preto 15 de maio de 2019

DENIO SILVA THE CARDOSO
Juiz Federal

D A T A
Em data de 15 de maio de 2019
baixaram estes autos a Secretaria com o
r. despacho supra

Mandados

00019674620184036106

Fls 60

5ª VARA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
6ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA EM SÃO PAULO - FORUM FEDERAL DE S.JOSE DO RIO PRETO
RUA DOS RADIALISTAS RIOPRETENSES, 1000 - 1º ANDAR - BAIRRO: CHACARA MUNICIPAL - CIDADE: SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
CEP: 00015090 PABX: 0..17 3216-8800

Processo Nº 0001967-46.2018.403.6106

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, em cumprimento à determinação judicial, expedi o alvará/mandado/ofício Nº 0605.2019.00945.

16 de Maio de 2019.

ULISSES SEVERINO JUNIOR
TÉCNICO JUDICIÁRIO R.F.: 3799

Mandados

0001967462018403106

JUNTADO NOS AUTOS EM 02/08/19

0605.2019.00945

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
6ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA EM SÃO PAULO - FORUM FEDERAL DE S.JOSE DO RIO PRETO
RUA DOS RADIALISTAS RIOPRETENSES, 1000 - 1º ANDAR - BAIRRO: CHACARA MUNICIPAL - CIDADE: SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
CEP: 00015090 PABX: 0..17 3216-8800 EMAIL: SJRPRE-SE05-VARA05@TRF3.JUS.BR
HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 09:00 ÀS 19:00h

SECRETARIA da 5ª VARA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | MANDADO Nº **0605.2019.00945**

MANDADO DE PENHORA, AVALIAÇÃO E INTIMAÇÃO

EXECUÇÃO FISCAL Nº **0001967-46.2018.403.6106**
Processo Administrativo nº
Juízo Deprecante:

Carta Precatória nº
Certidão de Dívida Ativa nº
Valor da Dívida para efeito de penhora:
R$ 1.521.557,06 em **28/03/2018**

Exeqüente: **FAZENDA NACIONAL**
Executado: **CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA E OUTRO** CNPJ/CPF: **000.000.000-00**
Endereço: **RUA LAS VEGAS, 155 - COM DEBORA CRISTINA** -CEP:
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Observação: Segue cópia de fls. 31/32, 34/41 e 59. Dar cumprimento nos termos da decisão de fl. 59, que acompanha o presente.

O(A) DOUTOR(A) **DENIO SILVA THE CARDOSO**, JUIZ(A) FEDERAL DA 5ª VARA - EXECUÇÃO FISCAL - 6 SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA EM SÃO PAULO

M A N D A a qualquer Analista Judiciário - Executante de Mandados (Oficial de Justiça Avaliador) deste Juízo Federal, a quem este for apresentado que, em seu cumprimento, se dirija ao endereço supra ou a outro local e, sendo aí:

1. **PENHORE** bens de propriedade do(a) executado(a), tantos quantos bastem para a satisfação da dívida, do valor acima, mais acréscimos legais;
2. **INTIME** o(a) executado(a) bem como o cônjuge, se casado(a) for e se a penhora recair sobre bem imóvel;
3. **CIENTIFIQUE** o(a) executado(a) de que terá o prazo de 30 (trinta) dias para oferecer embargos, contados da intimação da penhora;
4. **PROVIDENCIE O REGISTRO** da penhora: no Cartório de Registro de Imóveis, se o bem for imóvel ou a ele equiparado; na Repartição competente, se for de outra natureza; na Junta Comercial; na Bolsa de Valores e na Sociedade Comercial, se forem ações, debêntures, partes beneficiárias, cotas ou qualquer outro título, crédito ou direito societário nominativo; no Detran, DAC e Capitania dos Portos, se forem veículos automotores, aeronaves ou embarcações bem como perante todos os demais órgãos onde o registro se faça necessário, conforme a natureza do bem.;
5. **NOMEIE DEPOSITÁRIO**, colhendo sua assinatura e seus dados pessoais, com endereço (comercial e residencial), RG, CPF, filiação, advertindo-o de que não poderá abrir mão do encargo, sem prévia autorização judicial, sob as penas da lei, e que deverá comunicar a este Juízo da localização dos bens penhorados ou qualquer alteração substancial de seu estado.
6. **AVALIE** o(s) bem(ns) penhorado(s).
   Fica autorizado o uso de câmera fotográfica pelo oficial de justiça.

C U M P R A - S E na forma e sob as penas da lei. / ficando o Analista Judiciário - Executante de Mandados (Oficial de Justiça Avaliador) autorizado, excepcionalmente, a proceder na forma do art. 212, § 2º, do Código de Processo Civil.

E X P E D I D O nesta cidade de **SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**, em **16 de Maio de 2019**.
Eu, ULISSES SEVERINO JUNIOR, RF 3799, Técnico Judiciário, digitei. E eu, RIVALDO VICENTE LINO, Diretor(a) de Secretaria , conferi e subscrevo, por ordem do(a) MM.(a) Juiz(a) Federal.

RIVALDO VICENTE LINO
Diretor(a) de Secretaria

Proc. No. 0001967-46.2018.403.6106 – 5ª. Vara
Mandado No. 0605.2019.00945

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que em cumprimento ao r. mandado no dia 25/06/2019 procedi à penhora e avaliação do bem indicado objeto da matrícula No. 52.845 do 1º. O.R.I. desta cidade. Após me dirigi à **Rua Las Vegas, 155,** e ali deixei de nomear depositário e intimar os executados da penhora feita em virtude de não ter encontrado o seu representante legal e coexecutado Sr. ADIVALDO APARECIDO NEVES, uma vez que o mesmo encontra-se na cidade de S. Paulo, sem data prevista para retorno conforme informações ali apuradas.

Certifico ainda que entrei em contato com o Dr. CARLOS FAVERI, Assessor da executada, o qual informou que o Sr. ADIVALDO APARECIDO NEVES, embora tenha residência nesta cidade passa a maior parte do tempo trabalhando **na cidade de SÃO PAULO, onde pode ser encontrado na AV. ENGENHEIRO LUIS CARLOS BERRINI, No. 1500, 3º. Andar. - Bairro BROOKLYN NOVO, seu atual endereço comercial. Informou ainda que o Sr. ADIVALDO estará nesta cidade a partir do dia 15/07/2019.**

Certifico ainda que no dia **26/06/2019 INTIMEI o CREDOR HIPOTECÁRIO BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A.,** na pessoa de sua representante legal Sra. DEBORA FERNANDA A. SOLER, Gerente de Atendimento.

Certifico ainda que **no dia 15/07/2019 às 15,30hs me dirigi à Rodovia Euclides Cunha, KM 455, município de Mirassol/SP** e ali **NOMEEI DEPOSITÁRIO** o Sr. ADIVALDO APARECIDO NEVES, o qual aceitou o encargo de fiel depositário, **INTIMEI** da penhora, da avaliação e do prazo para embargos os executados **CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA.** na pessoa de seu representante legal **Sr. Adivaldo Aparecido Neves, e INTIMEI** este como coexecutado, o qual após ter sido cientificado de todo o teor do mandado, exarou sua assinatura no Auto de Penhora e Depósito de Bens e recebeu a Contrafé que lhe ofereci.

Certifico ainda que no dia 16/07/2019 solicitei, via Sistema ARISP, a averbação da penhora efetuada, a qual não foi averbada conforme NOTA DE DEVOLUÇÃO anexa.

Assim, diante das informações obtidas devolvo o mandado no aguardo de novas determinações.

São José do Rio Preto, 25 de Julho de 2.019.

DARCY ANTONIO FLORIM
Oficial de Justiça Avaliador

63

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA

5ª VARA FEDERAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO

"AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO"

Aos 25 dias do mês de Junho de 2.019, na Rodovia BR 153, No. 650, Bady Bassit/SP, Estado de São Paulo, em cumprimento ao r. mandado anexo, expedido pelo MM. Juiz Federal da 5ª Vara desta 6ª Subseção Judiciária, nos autos do **PROCESSO N.º 0001967-46.2018.4036106,** que a **FAZENDA NACIONAL** move em face de **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA E OUTRO**, para o recebimento da quantia de R$1.521.557,06 (Hum milhão, quinhentos e vinte e um mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e seis centavos) em 28/03/2018, procedi à **PENHORA E AVALIAÇÃO** do seguinte bem indicado:

- Uma área de 27.727,03 ms2, ou 2.77,27 has, ou seja, 1,15 alqueires, confrontando com Margarete Lote, com Walter Gonçalves de Abreu, com o Espólio de Ruilando Lotti, e finalmente com o Parque Industrial, encravado na Fazenda Campo ou Borboleta, com a denominação especial de Sitio 4 Irmãos, distrito, município de Bady Bassit, desta Comarca de São José do Rio Preto, objeto da matricula N**o. 52.845 do 1º. ORI.**

OBS. 1 – Conforme AV.001/52845 - Sobre o imóvel objeto da matrícula supra, pesa uma Servidão de Passagem em favor da COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ.

OBS. 2 – Imóvel este pertencente à executada ICEC conforme **R.007/52.845** de 31/08/2005.

OBS. 3 – Conforme **AV.008/52845**, o imóvel objeto da matricula supra passou pertencer ao PERIMETRO URBANO da cidade de Bady Bassit, nos termos da lei No. 1617/02 de 11/11/02.

OBS. 4 – Conforme **AV.09/52845** O referido imóvel acha-se cadastrado na Prefeitura Municipal sob no. 013.078/01.

OBS. 5 - Conforme **AV.10/52.845**, a proprietária ICEC CONSTRUÇÕES METÁLICAS LTDA., teve sua razão social alterada para CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA. em 31/08/2006.

OBS. 6 – O imóvel objeto desta matrícula é beneficiário da Servidão de Passagem conforme **registro No. 015 da matricula No. 64.610 efetuado em 04/10/2006,** por onde se dá o acesso ao mesmo que dista aproximadamente 170,00ms da rodovia BR-153 e 600,00ms do novo trevo de acesso à cidade de Bady Bassit/SP.

OBS. 7- Sobre o referido imóvel encontra -se a construção de uma área construída de aproximadamente 4.344,72 ms2, ainda não averbada

64

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA

junto à matrícula do imóvel, de dois galpões para fins industriais, um depósito de tintas, uma cobertura anexa ao galpão, uma ponte rolante externa, duas pontes rolantes internas.

Os galpões tem piso de concreto e camada de seixo rolado, são circundados por uma mureta de blocos de concreto com aproximadamente 0,60m de altura, cujo fechamento até a cobertura é feito de telhas metálicas galvanizadas e de PVC translúcidas, e cobertura também de telhas metálicas galvanizadas e PVC translúcidas.

O imóvel encontra-se em regular estado de conservação.

AVALIAÇÃO DO IMÓVEL: R$ 15.900.000,00 (Quinze milhões e novecentos mil reais)

.

Bens estes do devedor para garantir a execução e em seguida depositei-o em mãos e poder do Sr. ADVALDO APARECIDO NEVES, brasileiro, casado, empresário, portador do RG No.6.548.896 SSP/SP e do CPF No. 928.671.548-04 domiciliado na Rua Las Vegas, 155, condomínio Débora Cristina, nesta cidade, o qual se sujeitou às penas da Lei. Vai o presente auto assinado por mim, Oficial de Justiça Avaliador. Depositário, Executado.

DARCY ANTONIO FLORIM
Oficial de Justiça Avaliador

DEPOSITÁRIO
Advaldo Aparecido Neves

FICA O EXECUTADO **INTIMADO DO PRAZO DE 30 DIAS PARA OFERECER EMBARGOS.**

EXECUTADO:-
CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA.

Debora Fernanda A. Soler
Gerente de Atendimento
621963

26/06/2019

16/07/2019 Receita Federal do Brasil

Fazenda
Ministério da Fazenda

[redacted]

65

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABE
04.858.299/0001-70 MATRIZ		11/01/2002

NOME EMPRESARIAL
DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
****

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
41.20-4-00 - Construção de edifícios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
25.11-0-00 - Fabricação de estruturas metálicas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R CAMPO GRANDE	1096	SALA 611

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO
23.080-000	CAMPO GRANDE	RIO DE JANEIRO

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
COMERCIAL@HERACORP.COM.BR	(11) 3283-3767 / (21) 4101-0676

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇ
ATIVA	17/01/2017

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/02/2022 13:12:48
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22021713124838000000236309834
Número do documento: 22021713124838000000236309834

66

PRIMEIRO OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP
Rua Bernardino de Campos, 4054 - Tel: (17) 3233-8797 - CEP 15.015-300
CNPJ: 51.857.332/0001-28
Gumercindo de Seta - Oficial

NOTA DE DEVOLUÇÃO

Protocolo nº: 542.962 em 16/07/2019 - Os efeitos desta **PRENOTAÇÃO** cessarão automaticamente em **14/08/2019** ao final do dia.
Apresentante: RIVALDO VICENTE LINO
Outorgado: ADIVALDO APARECIDO NEVES
Outorgante: MINISTERIO DA FAZENDA
Natureza do Título: PENHORA ON LINE

O presente título é devolvido nesta data, para que seja(m) atendida(s) a(s) seguinte(s) exigência(s):

Trata-se o presente de Certidão de PENHORA (Sistema penhora online - protocolo nº **PH000276609**) - Processo de Execução Fiscal número de ordem **00019674620184036106** da 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto, que instrumenta penhora sobre 100,00% do imóvel objeto da matrícula nº.52.845 desta Serventia.

Da sua analise resultou **não apto** o seu ingresso ao fólio real, uma vez que o imóvel referido na Certidão de Penhora supra citada, não se encontra em nome da DISTON – MONTAGENS E CONSTRUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA, mas sim em nome da: Construções Metálicas ICEC Ltda.

São José Do Rio Preto/SP, 23 de julho de 2019

ELI FRANCISCO BORELLI - SUBSTITUTO

RECIBO

Declaro haver devolvido o valor de **R$ 0,00** juntamente com o título original, ficando retido o valor de **R$ 0,00**, referente a prenotação conforme notas explicativas item 4.2 da lei estadual 11.331/2002. Conforme item 4.1 da lei estadual 11.331/2002, caso o título prenotado seja reapresentado dentro do prazo de validade, o custo da prenotação será descontado do valor cobrado pelo ato praticado.
PRIMEIRO OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/02/2022 13:12:48
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22021713124838000000236309834
Número do documento: 22021713124838000000236309834

67

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que não houve ajuizamento de embargos pelos executados neste Juízo.
São José do Rio Preto, 05 de setembro de 2019.

Simone Rodrigues Capristo Scabello
Analista Judiciário
RF 5222

68

PROCESSO..: 0001967-46.2018.403.6106 VARA: 5

Situacao..: BAIXA - DEVOLVIDO Em..: 27/09/2019

Guia: 104/2019

Impressa em Secretaria 27/09/2019 / Rotina: LC-BA / (AOA)

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

EXECUTADO: IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA

DESPACHO/DECISÃO

Expeça-se mandado de constatação e reavaliação do(s) bem(ns) penhorado(s).

Com o resultado da diligência, dê-se vista à Exeqüente, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para promover o que for de seu interesse, vindo conclusos a seguir.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510005932364v2** e do código CRC **38773671**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 30/8/2021, às 19:30:32

0023469-13.2017.4.02.5101 **510005932364 .V2**

Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 17/02/2022 13:12:47
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22021713124728500000236309835
Número do documento: 22021713124728500000236309835

Devolução de Carta Precatória nº 5000546-91.2022.4.03.6106 - ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro <06vfef@jfrj.jus.br>

Qui, 10/03/2022 17:20

Para: zambraia zambraia <zambraia2000@hotmail.com>

1 anexos (3 MB)

5000546-91.2022.4.03.6106.pdf;

De: CARLOS CESAR PEZARINI <CPEZARIN@trf3.jus.br>
Enviado: quinta-feira, 10 de março de 2022 16:33
Para: 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
Assunto: Devolução de Carta Precatória nº 5000546-91.2022.4.03.6106 - ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

Prezados, boa tarde.

Encaminho ARQUIVO PDF com os documentos da Carta Precatória/de Ordem distribuída a esta Central, com as diligências efetuadas.

Se por qualquer motivo for insuficiente ou incompleta a informação, estou à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Carlos César Pezarini
Analista Judiciário – RF 2986
Assistente da Central de Mandados de São José do Rio Preto
6ª Subseção Judiciária do Estado de São Paulo

-

FAVOR CONFIRMAR O RECEBIMENTO

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 105

Evento:
ATO_ORDINATORIO_PRATICADO
Data:
28/03/2022 10:44:59
Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
105

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA

EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

ATO ORDINATÓRIO

[...].

Com o resultado da diligência, dê-se vista à Exeqüente, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para promover o que for de seu interesse, vindo conclusos a seguir.

Documento eletrônico assinado por **ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA, Supervisor**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510007381854v2** e do código CRC **ba024989**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA
Data e Hora: 28/3/2022, às 10:44:58

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 106

Evento:
INTIMACAO_ELETRONICA___EXPEDIDA_CERTIFICADA___DESPACHO_DECISAO
Data:
28/03/2022 10:44:59
Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
106
Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
08/04/2022 00:00:00
Data Final:
19/04/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
LETICIA CORDEIRO DE AQUINO BRIGOLINI

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 107

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__106
Data:
07/04/2022 23:59:59
Usuário:
SECJF - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
107

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 108

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__106
Data:
21/04/2022 01:22:51
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
108

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 109

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO
Data:
26/04/2022 10:50:34
Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
109

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 110

Evento:
DECISAO_INTERLOCUTORIA
Data:
28/04/2022 13:09:34
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
110

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA

EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

DESPACHO/DECISÃO

Suspendo o processo (Lei n° 6.830/80, art. 40, *caput*).

Decorrido 1 (um) ano, sem manifestação do Exequente trazendo a localização do devedor ou de bens seus passíveis de penhora, os autos serão arquivados, sem baixa na distribuição (Lei n° 6.830/80, art. 40, § 2º), do que a Exequente também já fica ciente por meio desta.

Decorridos 5 (cinco) anos do arquivamento dos autos, dê-se vista ao Exequente (Lei n° 6.830/80, art. 40, §§ 4º e 5º), vindo os autos conclusos em seguida.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510007570996v2** e do código CRC **976e4f2c**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 28/4/2022, às 13:9:34

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 111

Evento:
INTIMACAO_ELETRONICA___EXPEDIDA_CERTIFICADA___DESPACHO_DECISAO
Data:
28/04/2022 13:09:35
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
111
Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
10/05/2022 00:00:00
Data Final:
23/05/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
LETICIA CORDEIRO DE AQUINO BRIGOLINI

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 112

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__111
Data:
08/05/2022 23:59:59
Usuário:
SECJF - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
112

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 113

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__111
Data:
19/05/2022 15:15:13
Usuário:
P1702463 - LETICIA CORDEIRO DE AQUINO BRIGOLINI - PROCURADOR
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
113

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PETRÓPOLIS/RJ

EXMO(A) SR(A) DR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 2ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PETRÓPOLIS/RJ.

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)**, por sua Procuradora da Fazenda Nacional signatária, vem, nos autos do processo em epígrafe, expor e requerer o que segue.

Em prosseguimento do feito, requer a designação de data para a alienação judicial do(s) bem (ns) constrito (s) nestes autos., com as intimações de estilo, inclusive do cônjuge, se for o caso.

Na oportunidade, indica para atuar neste feito o Sr. Leiloeiro Público **RENATO GUEDES ROCHA,** matrícula JUCERJA nº 211, com endereço na Rua Leite Ribeiro, 138, Bairro Fonseca, Niterói/RJ, CEP 24120-210, intimando-o para tal encargo.

Termos em que

P. Deferimento.

Petrópolis, 21 de fevereiro de 2018.

LETÍCIA CORDEIRO DE AQUINO BRIGOLINI
Procuradora da Fazenda Nacional

Rua Paulo Barbosa, 32/4º Andar – Centro – Petrópolis – RJ – CEP 25.620-100
Telefone: PABX/FAX (24) 2246-1391
Internet: www.pgfn.gov.br – e-mail: psfn.rj.petropolis@pgfn.gov.br
(OBS.: o verso desta folha encontra-se em branco)

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 114

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO
Data:
01/06/2022 11:05:18
Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
114

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 115

Evento:
DECISAO_INTERLOCUTORIA
Data:
29/06/2022 15:07:36
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
115

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA
EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

DESPACHO/DECISÃO

1 . **Autorizo a alienação do(s) bem(s) penhorado(s)**, para tal fim nomeando o Sr(a). FÁBIO MANOEL GUIMARÃES, Leiloeiro que designará as datas para as realizações dos leilões, ficando assim superada eventual nomeação de outro leiloeiro antes feita nestes autos.

2. Por se tratar de imóvel(is), requisite-se ao competente Ofício do Registro de Imóveis que encaminhe certidão de ônus reais atualizada;

3. Publique(m)-se o(s) edital(is) do(s) leilão(ões), com os requisitos do artigo 886 do Código de Processo Civil, com prazo(s) não superior(es) a trinta e não inferior(es) a dez dias antes da data determinada.

4. Afixe(m)-se o(s) edital(is) no átrio deste M. Juízo, em local visível.

5. Intimem-se pessoalmente do leilão o Procurador do(a) Exequente e o(a) Executado(a), com a advertência de que poderá remir o bem no prazo legal (STJ - Súmula n° 121). Tais intimações devem ocorrer até 10 (dez) dias antes do leilão.

6. Caso no primeiro leilão não haja lance superior ao da avaliação, realize-se o segundo leilão (STJ - Súmula n° 128), com as mesmas cautelas acima enumeradas, intimando-se os presentes ao primeiro leilão.

7. Em qualquer hipótese, deve ser recusado lance inferior à metade da avaliação.

8. No dia do leilão, deve o leiloeiro advertir a respeito dos artigos 892 e 895 do Código de Processo Civil.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510007960687v2** e do código CRC **5cb7de14**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 29/6/2022, às 15:7:36

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 116

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___DESPACHO_DECISAO
Data:
29/06/2022 15:07:37
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
116
Executado:
ADIVALDO APARECIDO NEVES
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
12/07/2022 00:00:00
Data Final:
18/07/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
ELIAS FERREIRA DIOGO

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 117

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___DESPACHO_DECISAO
Data:
29/06/2022 15:07:37
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
117
Executado:
IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
12/07/2022 00:00:00
Data Final:
18/07/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
ELIAS FERREIRA DIOGO, THALES LEONARDO OLIVEIRA MARINO, IGOR SANTOS PIMENTEL

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 118

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___DESPACHO_DECISAO
Data:
29/06/2022 15:07:37
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
118
Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
12/07/2022 00:00:00
Data Final:
18/07/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
LETICIA CORDEIRO DE AQUINO BRIGOLINI

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 119

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__118
Data:
09/07/2022 12:01:03
Usuário:
P1702463 - LETICIA CORDEIRO DE AQUINO BRIGOLINI - PROCURADOR
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
119

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 120

Evento:
CIENCIA_COM_RENUNCIA_AO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__118
Data:
09/07/2022 12:01:03
Usuário:
P1702463 - LETICIA CORDEIRO DE AQUINO BRIGOLINI - PROCURADOR
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
120

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 121

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AOS_EVENTOS__116_E_117
Data:
09/07/2022 23:59:59
Usuário:
SECJF - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
121

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 122

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AOS_EVENTOS__116_E_117
Data:
19/07/2022 01:17:50
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
122

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 123

Evento:
EXPEDICAO_DE_OFICIO
Data:
23/08/2022 15:29:21
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
123

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA
EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

OFÍCIO Nº 510008478989

DESTINATÁRIO: 1º Oficial de Registro de Imóveis - São José Do Rio Preto/SP

ENDEREÇO: R. Bernardino de Campos, 4054 - Vila Redentora, São José do Rio Preto - SP, 15015-300

EMAIL: juridicori@terra.com.br ; pori@terra.com.br

Senhor(a),

Em cumprimento da decisão exarada nos autos da EXECUÇÃO FISCAL n° 00234691320174025101, que o(a) UNIÃO - FAZENDA NACIONAL move em face de IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA e ADIVALDO APARECIDO NEVES, CPF/CNPJ n° 04858299000170 e 92867154804, **solicito a V. Sa. que, no prazo de 10 dia**s, encaminhe certidão de ônus reais atualizada do imóvel de matrícula 52.845, penhorado nos autos do processo em epígrafe.

O comprovante da operação deverá ser encaminhado a este M. Juízo **prioritariamente pelo sistema E-PROC** ou por e-mail (*06vfef@jfrj.jus.br*).

Atenciosamente,

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510008478989v2** e do código CRC **46ff4c51**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 23/8/2022, às 15:29:21

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 124

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_COMUNICACAO_ELETRONICA___EMAIL_ENVIADO
Data:
23/08/2022 16:02:50
Usuário:
JRJGH4 - GUSTAVO HENRIQUE SOUSA CAMPOS - ESTAGIÁRIO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
124

Justiça Federal da 2ª Região

Informações do Email Enviado

23/08/2022 16:02:50

De: 06vfef@jfrj.jus.br
Para: juridicori@terra.com.br; pori@terra.com.br
Assunto: JFRJ - 6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro - Processo 0023469-13.2017.4.02.5101

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

Senhor(a) Escrivão(ã),

Cumprimentando-o(a) cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar o OFÍCIO Nº 510008478989, expedido pela 6ª Vara Federal de Execução Fiscal, para ciência.

Solicito ACUSAR O RECEBIMENTO DO EXPEDIENTE através de e-mail resposta, com NOME, CARGO e MATRÍCULA do responsável pelo recebimento, para fins de lavratura da certidão de cumprimento nos moldes determinados pela Direção do Foro da Justiça Federal.

Na oportunidade, formulo os agradecimentos pelas providências adotadas.

Atenciosamente,

GUSTAVO CAMPOS
Estagiário
6ª Vara Federal de Execução Fiscal-RJ

[Email enviado pelo sistema eprocRJ da Justiça Federal da 2ª Região]

Anexos

Evento 38-PRECATORIA7.pdf
Evento 115-DESPADEC1.pdf
Evento 123-OFIC1.pdf

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 125

Evento:
JUNTADA_DE_PECAS_DIGITALIZADAS
Data:
24/08/2022 15:43:16
Usuário:
JRJVN8 - VIVIAN SANTIAGO DE LIMA STUM - ESTAGIÁRIO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
125

Gmail **Vivian Stum <vivianstumm@gmail.com>**

JFRJ - 6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro - Processo 0023469-13.2017.4.02.5101

1 mensagem

06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro <06vfef@jfrj.jus.br> 24 de agosto de 2022 12:13
Para: "vivianstumm@gmail.com" <vivianstumm@gmail.com>

De: 1º Oficial de Registro <pori@terra.com.br>
Enviado: quarta-feira, 24 de agosto de 2022 09:37
Para: 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
Assunto: Re: JFRJ - 6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro - Processo 0023469-13.2017.4.02.5101

Bom dia!

Ofício recebido.

Atenciosamente,

Levi Gomes Sagres – escrevente

Em Ter 23/08/22 16:02, 06vfef@jfrj.jus.br escreveu:

> EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
>
> Senhor(a) Escrivão(ã),
>
> Cumprimentando-o(a) cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar o OFÍCIO Nº 510008478989, expedido pela 6ª Vara Federal de Execução Fiscal, para ciência.
>
> Solicito ACUSAR O RECEBIMENTO DO EXPEDIENTE através de e-mail resposta, com NOME, CARGO e MATRÍCULA do responsável pelo recebimento, para fins de lavratura da certidão de cumprimento nos moldes determinados pela Direção do Foro da Justiça Federal.
>
> Na oportunidade, formulo os agradecimentos pelas providências adotadas.
>
> Atenciosamente,
>
> GUSTAVO CAMPOS

Estagiário
6ª Vara Federal de Execução Fiscal-RJ

[Email enviado pelo sistema eprocRJ da Justiça Federal da 2ª Região]

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 126

Evento:
JUNTADA_DE_PECAS_DIGITALIZADAS
Data:
26/08/2022 16:40:17
Usuário:
JRJ12495 - CLAUDIO MARCUS DE MELO - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
126

PRIMEIRO OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP
Rua Bernardino de Campos, 4054 - Tel: (17) 3233-8797 - CEP 15.015-300
CNPJ: 51.857.332/0001-28
Luis Henrique Montemor Fortes - Oficial Interino

São José Do Rio Preto/SP, 25 de agosto de 2022

Ofício nº. E-00407/2022-RR
Proc. 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

Honrado Juíz

Em atendimento a solicitação contida no **Ofício nº 510008478989,** datado de **23/08/2022** encaminho a Vossa Excelência, a(s) inclusa(s) certidão (ões) imobiliária(s), para os fins pertinentes.

Apresento a Vossa Excelência os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

RINALDO RODRIGUES
escrevente

A
Sua Excelência o Senhor
MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
MM. Juíz da 6ª Vara Federal do Rio de Janeiro
AVENIDA VENEZUELA, 134
RIO DE JANEIRO - RJ
20081-312

PRIMEIRO OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP
Rua Bernardino de Campos, 4054 - Tel: (17) 3233-8797 - CEP 15.015-300
CNPJ: 51.857.332/0001-28
Luis Henrique Montemor Fortes - Oficial Interino

São José Do Rio Preto/SP, 25 de agosto de 2022

Ofício nº. E-00407/2022-RR
Proc. 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

Honrado Juíz

Em atendimento a solicitação contida no **Ofício nº 510008478989,** datado de **23/08/2022** encaminho a Vossa Excelência, a(s) inclusa(s) certidão (ões) imobiliária(s), para os fins pertinentes.

Apresento a Vossa Excelência os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

RINALDO RODRIGUES
escrevente

A
Sua Excelência o Senhor
MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
MM. Juíz da 6ª Vara Federal do Rio de Janeiro
AVENIDA VENEZUELA, 134
RIO DE JANEIRO - RJ
20081-312

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL -

1.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
São José do Rio Preto
Oficial
GUMERCINDO DE SETA

MATRÍCULA 52.845 | FICHA 001

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 26 DE JULHO DE 1990.

IMOVEL:- Uma área de 27.727,03 ms2, ou 2.77,27 has,ou seja 1,15 alqueires, confrontando com Margareta Lote,- com Valter Gonçalves de Abreu, com o Espólio de Ruilando Lotti, e finalmente com o Parque Industrial, encravado na Fazenda Campo ou Borboleta, com a denominação especial de Sítio 4 Irmãos, no distrito e municipio de Bady Bassitt, desta comarca de São José do Rio Preto. PROPRIETARIOS:- 1)-MARGARETE LOTE, RG.11.776.810-SP, e CPF.037.782.118/70, brasileira, professora, primária, divorciada, residente a rua 21 de Abril, s/nº., na cidade de Indiavai-MT; 2)-CLEUZA MARIA LOTTI, que tambem é conhecida por CREUSA MARIA LOTTI, RG.9.708.760-SP e CPF.002.655.288/44, brasileira, comerciaria, divorciada, residente nesta cidade, a rua Martinho Gonçalves, - nº.2.445; e MARIO GONÇALVES COLLETES, RG.6.381.189-SP, e CPF.476.919.648/20, brasileiro, divorciado, pacuarista, residente na cidade de Indiavai-MT, na rua 21 de Abril, s/nº.; 3)-VANDERSANTO LOTTI, tambem conhecido por WALDIR SANTO LOTTI, RG.6.590.895-SP e CPF.889.121.328/49, brasileiro, divorciado, do comercio, residente a rua 21 de Abril s/nº., na cidade de Indiavai-MT; 4)-O ESPOLIO DE RUILANDO LOTTI, tambem conhecido por RULINDO LOTTI, representado pela arrolante, SUELI MADALENA RAMOS, RG.26.399.049-SP e CPF.055.562.978/35, brasileira, do lar, separada judicialmente, residente nesta cidade, na rua Otávio Pinto Cezar, nº.599, nos termos do Alvará Judicial expedido no processo nº.997/86, do 2º Oficio Cível local em data de 28.11.1989, assinado- pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível Dr. Olavo Martins dos Santos Junior. REGISTRO ANTERIOR:- Matricula nº.50.743 deste cartório. O referido é verdade e dou fé. A Oficial Maior

AV.001/52.845.- Sobre o imovel objeto da matricula supra, pesa uma Servidão de Passagem em favor da COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ S/A, conforme se vê na Averbação 001 na matricula nº.50.743-(procedencia).- O - referido é verdade e dou fé. São José do Rio Preto, 26 de Julho de 1.990. A Oficial Maior

R.002/52.845.- Conforme escritura pública de divisão amigavel lavrada nas notas do 2º Tab. local em 13 de Julho de 1.990, no livro 462, fls. 82, CLEUZA MARIA LOTTI e MARIO GONÇALVES COLLETES, (já qualificados), HOUVERAM o imovel objeto desta matricula, por DIVISÃO AMIGAVEL, feita para EXTINÇÃO DE CONDOMINIO, pelo valor - de Cr$140.774,00.- O referido é verdade e dou fé. São José do Rio Preto, 26 de Julho de 1.990. A Oficial Maior

AV.003/52.845.- Faz-se a presente para constar que, o imóvel objeto desta matricula acha-se cadastrado no INCRA sob o n. 000027 098566 1; área total 2,7 há., mod. rural 40,0 há., n. mod. rurais 0,07; mod. fiscal 16,0 há., n. mod. fiscais 0,16; f. min. parc. 2,0 há. e na Receita Federal sob o n. 4192943-8. São José do Rio Preto, 02 de JANEIRO de 2.003.- O OFICIAL,

R.004/52.845.- Por Carta de Sentença, expedida pelo Juízo de Direito da Primeira Vara Cível desta comarca, aos 23 de março de 2.001, aditada aos 11 de junho de 2.002, nos autos de divórcio consensual (proc. 730/86), requerido por CLEUZA MARIA LOTTI e MARIO GONÇALVES COLLETES (.....SEGUE NO VERSO.....)

"QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO"

11142-7-853001-868000-0622 11142-7-AA 861587 1º Oficial de Registro de Imóveis Comarca de São José do Rio Preto - SP

MATRÍCULA 52.845 | FICHA 001 VERSO

(já qualificados), consta que o imóvel objeto desta matricula avaliado em R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), foi partilhado em favor de **CLEUZA MARIA LOTTI**, brasileira, do comércio, divorciada, portadora do RG. 9.708.760-ssp.sp, CPF. 002.655.288/44, residente e domiciliada a rua Martinho Gonçalves n. 2.455, nesta cidade. São José do Rio Preto, **02 de JANEIRO de 2.003.- O OFICIAL,**

R.005/52.845.- Por escritura pública lavrada no Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexo do Tabelionato de Notas do município de Bady Bassitt, desta comarca, aos 21 de maio de 2.001, no livro n. 197, fls. 357, a proprietária **CLEUZA MARIA LOTTI** (já qualificada), **VENDEU** o imóvel objeto desta matricula a **DEWAY FINANCE S/A**, com sede na cidade de Montevidéo, República Oriental do Uruguai, na Rua 25 de Mayo, 288, conjunto 101, inscrita no registro único de contribuinte sob n. 21401030013., pelo preço de R$ 15.000,00 (quinze mil reais). São José do Rio Preto, **02 de JANEIRO de 2.003.- O OFICIAL,**

AV.006/52.845. Requereu-se a presente para constar que, a proprietária **DEWAY FINANCE S/A**, constante no R.005 desta matricula, acha-se inscrita no CNPJ/MF sob o n°**05.404.846/0001-00**, conforme copia autenticada do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. São José do Rio Preto, **31 de Agosto de 2.005.O Oficial,**

R.007/52.845.Por escritura pública lavrada nas notas do 4°Tabelião de notas de São Paulo, aos 29 de Julho de 2005, no livro 2659 as paginas 065 à 068, a proprietária **VENDEU** o imóvel objeto desta matricula, à **ICEC CONSTRUÇÕES METÁLICAS LTDA**, com sede em Bady Bassitt, na Marginal da Rodovia BR 153 n°650, Distrito Industrial III, inscrita no CNPJ/MF sob o n°04.858.299/0001-70, pelo valor de **R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais)**.São José do Rio Preto, **31 de Agosto de 2.005.O Oficial,**

AV.008/52.845:- Faz-se a presente para constar que o imóvel objeto da matricula supra, passou à pertencer ao **PERÍMETRO URBANO** desta cidade, nos termos da Lei n.**1617/02**, expedida em 11 de Novembro de 2002, conforme certidão expedida pela Prefeitura Municipal de Bady Bassitt, sob n.**247/05**, datada de 01 de Novembro de 2005.- São José do Rio Preto, **16 de Dezembro de 2005.O Oficial,**

AV.009/52.845:- Faz-se a presente para constar que o imóvel objeto da matricula (....SEGUE FICHA 002...)

QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL

1.º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
São José do Rio Preto
Oficial
GUMERCINDO DE SETA

MATRÍCULA 52.845 | FICHA 002

supra, acha-se cadastrado na Prefeitura Municipal sob nº.013.078/01.- São José do Rio Preto, 16 de Dezembro de 2005.O Oficial,

AV.010/52.845:- Requereu-se a presente para constar que, a proprietária ICEC CONSTRUÇÕES METÁLICAS LTDA, do imóvel objeto desta matrícula, teve sua razão social alterada para CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA; conforme Alteração Contratual registrada na JUCESP sob nº 15.798/06-9 em 24/01/2006.- São José do Rio Preto, 31 de agosto de 2.006.- O Oficial,

AV.011/52.845:- O imóvel objeto desta matrícula, é beneficiário de Servidão de Passagem conforme registro nº 015 da matrícula nº 64.610. São José do Rio Preto, 04 de Outubro de 2.006. O Oficial,

R.012/52.845:- Pela Cédula de Crédito Bancário nº 193046.01, emitida na Forma da Lei nº 10.931 de 02 de Agosto de 2004, em São Paulo, aos 17 de abril de 2007, por CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA (Já qualificada), DEU EM HIPOTECA CEDULAR DE 1º GRAU E SEM CONCORRÊNCIA DE TERCEIROS, o imóvel objeto desta matricula, ao BANCO ABN AMRO REAL S/A,com sede em São Paulo, à Avenida Paulista nº 1374, 3º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº33.066.408/0001-15 no valor de R$2.759.309,00 (dois milhões, setecentos e cinqüenta e nove mil, trezentos e nove reais), vencível aos 15 de maio de 2013; Forma de Pagamento:- Será paga em 64 parcelas, amortização 60 meses e Juros TJLP + 3,80% ao ano e Remuneração do agente de 1,00% ao ano já incluído na taxa de juros e com as demais condições as constante na referida cédula.- São José do Rio Preto, 07 de Maio de 2007. O Oficial,

R.013/52.845:- Pela Cédula de Crédito Bancário nº 235172.01; emitida na Forma da Lei nº 10.931 de 02 de Agosto de 2004, em São Paulo, aos 13 de Fevereiro de 2007, por CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA (Já qualificada), DEU EM HIPOTECA CEDULAR DE 2º GRAU E SEM CONCORRÊNCIA DE TERCEIROS, o imóvel objeto desta matricula, ao BANCO ABN AMRO REAL S/A, com sede em São Paulo, à Avenida Paulista nº 1374, 3º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 33.066.408/0001-15 no valor de R$2.267.072,00 (dois milhões, duzentos e sessenta e sete reais, e setenta e dois centavos), vencível aos 15 de fevereiro de 2014; Forma de Pagamento:- Será paga em 63 meses, através de 66 parcelas, vencível do primeiro encargo em 15.05.2008 e vencimento principal em 15.12.2008 e o vencimento final em 15.02.2014 e Juros: TJLP + 3,30% ao ano e Remuneração do agente de 1,00% ao ano já incluído na taxa de juros e com as demais (...SEGUE NO VERSO...)

"QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO"

11142-7-853001-868000-0622 11142-7-AA 861588 1º Oficial de Registro de Imóveis Comarca de São José do Rio Preto - SP

MATRÍCULA 52.845 | VERSO 002

condições as constante na referida cédula.- São José do Rio Preto, 12 de MARÇO de 2.008.- O OFICIAL,

R.014/52.845:- Por escritura pública lavrada pelo 9° Tabelião de Notas da comarca de São Paulo/SP, aos 06 de Julho de 2010, no livro 9128, às páginas 357, a proprietária CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, (já qualificada), DEU EM HIPOTECA DE 3° GRAU o imóvel objeto da matrícula supra, ao BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, com sede em São Paulo-Capital, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, 2041 e 2235, Bloco A, Vila Olímpia, inscrito no CNPJ/MF. sob o n° 90.400.888/0001-42, pelo valor de R$40.000.000,00 (Quarenta Milhões de Reais), incluindo outro imóvel, com vencimento em 24/03/2015; e as demais condições as constantes do título.- São José do Rio Preto, 15 de Setembro 2.010.- O OFICIAL,

AV.015/52.845. Por escritura pública de Aditamento, lavrada nas notas do 9°Tabelião de notas de São Paulo/SP, aos 05 de dezembro de 21011, no livro 9638 feito as paginas 129, de comum acordo as partes contratantes de comum acordo resolveram aditar a cédula registrada sob o n°014 nesta matricula, para deixar expresso as alterações dos juros para taxa CDI + 3,5% ao ano, do prazo para 1718 dias contados de 30 de novembro de 2011, e o vencimento prorrogado para 12 de agosto de 2016 e ratificaram os demais termos da mesma.São José do Rio Preto, 16 de Janeiro de 2.012.O Oficial,

AV.016/52.845 - Protocolo n° 422.851 de 17/12/2013:- Por certidão, expedida pelo Serviço de Distribuição Cível da Comarca de Mirassol-SP, em 28 de Novembro de 2013, consta que nos autos de Execução de Título Extrajudicial (Processo n° 0008513-33.2012.8.26.0358), distribuída ao Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da comarca de Mirassol-SP, tendo como exequente BANCO DO BRASIL S/A, inscrito no CNPJ sob n° 00.000.000/4499-70, e como executada CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, (já qualificada), consta que em 03 de Dezembro de 2012, foi ajuizada a presente execução, dando-se a causa o valor de R$ 34.821.434,30 (Trinta e quatro milhões, oitocentos e vinte e um mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e trinta centavos). São José do Rio Preto, 06 de Janeiro de 2.014. O Oficial,

AV.017/52.845 - Protocolo n° 435.658 de 21/08/2014:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 5ª Vara Cível desta comarca, em 21 de Agosto de 2014, nos autos de Execução Civil (Proc. n° 1007445-85.2014), movida pelo BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., inscrito no CNPJ/MF. sob n° 90.400.888/0001-42, contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA e outros (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de (.....CONTINUA NA FICHA 003.....)

"QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO"

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

1º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
São José do Rio Preto
Oficial
GUMERCINDO DE SETA

MATRÍCULA	FICHA	CNJ
52.845	003	11.142-7

R$ 129.970.303,00 (Cento e vinte e nove milhões, novecentos e setenta mil, trezentos e três reais), inclusive outros imóveis. São José do Rio Preto, 03 de Setembro de 2.014. O OFICIAL,

---

AV.018/52.845 - Protocolo nº 450.404 de 26/02/2015:- Por Mandado, expedido pelo Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Mirassol-SP, aos 25 de Fevereiro de 2015, nos Autos de Execução de Título Extrajudicial (Proc. n.º 0008513-33.2012.8.26.0358), movida por BANCO DO BRASIL S/A, contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA e outros, cancela-se a AV.016 desta matrícula, nos termos do inciso I do Artigo 250 da Lei 6.015/73.- São José do Rio Preto, 09 de Março de 2.015. O OFICIAL,

---

AV.019/52.845 - Protocolo nº 460.893 de 09/09/2015:- Por mandado, expedido pela 5ª Vara Federal da Subseção Judiciária de São José do Rio Preto, em 19 de agosto de 2015, nos autos da Carta Precatória (Proc. nº 0004071-16.2015.403.6106), originária do 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro-RJ., expedida nos autos de Execução Fiscal (Proc. nº 0002152-95.2013.4.02.5101), movida pela FAZENDA NACIONAL, contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 3.253.275,82 (três milhões, duzentos e cinquenta e três mil, duzentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos). São José do Rio Preto, 21 de setembro de 2.015. O OFICIAL,

---

AV.020/52.845 - Protocolo nº 468.717 de 04/02/2016:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 2ª Vara do Trabalho desta comarca, em 12 de fevereiro de 2016, nos autos de Execução Trabalhista (Proc. nº 1909.54.2010), movida por DANIEL TURTERA BODNARUK, CPF. 334.840.778-83; contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 91.695,86 (noventa e um mil, seiscentos e noventa e cinco reais e oitenta e seis centavos). São José do Rio Preto, 15 de Fevereiro de 2.016.- O OFICIAL,

---

AV.021/52.845-Protocolo nº 476.914 de 12/07/2016:- Por Mandado, expedido pelo Juízo de Direito da 2ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto, aos 28 de junho de 2016, nos Autos de Execução Trabalhista (Proc. n.º 0001909-54.2010.5.15.0044 RTOrd), cancela-se a AV.020 desta matrícula, nos termos do inciso I do Artigo 250 da Lei 6.015/73.- São José do Rio Preto, 22 de Julho de 2.016.- O OFICIAL,

---

(.....CONTINUA NO VERSO.....)

"QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO"

11142-7-853001-868000-0622 11142-7-AA 861589
1º Oficial de Registro de Imóveis
Comarca de São José do Rio Preto - SP

MATRÍCULA	FICHA	CNJ
52.845	003	11.142-7

AV.022/52.845-Protocolo nº 499.651 de 16/08/2017:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 3ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto, em 16 de agosto de 2017, nos autos de Execução Trabalhista (Processo nº 0001573-62.2012.5.15.0082), movida por ADILSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, inscrito no CPF/MF. sob nº 083.597.538-06, contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA (já qualificada) e outras, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 3.772.763,63 (três milhões, setecentos e setenta e dois mil, setecentos e sessenta e três reais e sessenta e três centavos). São José do Rio Preto, 21 de Agosto de 2.017. O Oficial,

AV.023/52.845 - Protocolo nº 537.458 de 15/04/2019:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto, em 15 de abril de 2019, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 00032738420174036106), movida pelo MINISTÉRIO DA FAZENDA, CNPJ/MF, sob nº 00.394.460/0216-53, contra BSV - ADMINISTRADORA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA, CNPJ/MF. 08.597.610/0001-26, consta que pela decisão datada de 19 de Fevereiro de 2019, folhas 63, com base nos artigos 790 e 792 do CPC vigente, onde foi decretada a responsabilidade patrimonial pelo MM Juiz no processo, o imóvel objeto da presente matrícula, de propriedade da CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 6.409.200,06 (seis milhões, quatrocentos e nove mil, duzentos reais e seis centavos); tendo sido nomeado como depositário Adivaldo Aparecido Neves.- São José do Rio Preto, 15 de Maio de 2.019. O Oficial,

AV.024/52.845-Protocolo nº 539.875 de 27/05/2019:- Conforme escritura pública de sub-rogação de garantia hipotecária decorrente de cessão de crédito, lavrada pelo 2º Tabelião de Notas da cidade e comarca de São Paulo/SP, aos 19 de Março de 2019, no livro 2839, às fls.287/294, e re-ratificada pelo mesmo Tabelionato, aos 21 de Março de 2019, no livro 2840, às fls.221/229, consta que o credor BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A, (já qualificado), CEDEU o crédito referido no R-014 e na Av.015, objeto da presente matrícula, em favor de CHIMERA CAPITAL PARTINERS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF. sob nº 15.492.157/0001-59, com sede na cidade de São Paulo/SP, na Rua Joaquim Floriano, nº 1052, conjunto 112, Itaim Bibi, no valor de R$6.000.000,00 (seis milhões de reais).- São José do Rio Preto, 07 de Junho de 2.019. O Oficial,

AV.025/52.845-Protocolo nº 539.875 de 27/05/2019:- Conforme escritura pública de sub-rogação de garantia hipotecária decorrente de cessão de crédito, lavrada pelo 2º Tabelião de Notas da cidade e comarca de São Paulo/SP, aos 19 de Março de 2019, no livro 2839, às fls.287/294, e re-ratificada pelo mesmo Tabelionato, aos 21 de Março de 2019, no livro 2840, às fls.221/229, o credor/cedente BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A, (já qualificado), devidamente representado na forma da Lei, (.....CONTINUA NA FICHA 004.....)

"QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO"

SUB-ROGOU em favor da cessionária CHIMERA CAPITAL PARTINERS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA (já qualificada), todos os direitos creditórios da hipoteca de 3° grau registrada sob n° 014 e averbada sob n° 015, desta matrícula. Em virtude, dessa sub-rogação, para efeitos de emolumentos, serão utilizados os valores atribuídos à época para a referida hipoteca e aditamento, o valor de R$44.054.970,28 (quarenta e quatro milhões, cinquenta e quatro mil, novecentos e setenta reais e vinte e oito centavos), ou seja R$22.027.485,14 (vinte e dois milhões, vinte e sete mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e quatorze centavos) para cada imóvel, sendo um pertencente a esta comarca e outro pertencente a comarca de Mirassol/SP, onde será averbada a sub-rogação aqui procedida, as demais condições as constantes do título, ficando uma de suas vias arquivada em Cartório. São José do Rio Preto, 07 de Junho de 2.019. O Oficial,

---

AV.026/52.845-Protocolo n° 546.498 de 12/09/2019:- Por certidão, expedida pelo 3° Ofício Judicial da comarca de Mirassol-SP, em 12 de Setembro de 2019, nos autos de Execução Civil (Proc. n° de ordem 1003579-05.2018.8.26.0358), movida pelo BANCO PAULISTA S.A, CNPJ/MF.62.820.817/0001-09, contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA (já qualificada) e outros, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$878.298,31 (oitocentos e setenta e oito mil, duzentos e noventa e oito reais e trinta e um centavos). São José do Rio Preto, 27 de Setembro de 2.019. O Oficial,

---

AV.27/52845 - Protocolo n° 551.350 de 02/12/2019 (selo digital: 1114273E100000001833651 9N):- Por instrumento judicial, expedido pela 5ª Vara Cível desta cidade e comarca de São José do Rio Preto-SP, em 31 de Outubro de 2019, nos autos de Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários (Processo n° de ordem 1007445-85.2014.8.26.0576), retifica-se o R.17 da presente matrícula para constar que, o exequente é a cessionária CHIMERA CAPITAL PARTNERS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ/MF.15.492.157/0001-59, e ratificaram os demais termos da mesma.- São José do Rio Preto, 12 de dezembro de 2.019. O Oficial,

---

AV.28/52845 - Protocolo n° 551.870 de 10/12/2019 (selo digital: 1114273E100000001840891911):- Por Comunicado da Central de Indisponibilidade protocolo n° 201911.2615.00992415-IA-710, extraído do Processo n° 50312754320194025101, e ordem do 5ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-RJ, em 26 de novembro de 2019, foi determinada a Indisponibilidade do imóvel objeto desta matrícula, pertencente a CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, CNPJ/MF. 04.858.299/0001-70 e outro, sendo que a referida indisponibilidade foi registrada no Livro de Registros de Indisponibilidades - LRI - sob n° 12.856.- São José do Rio Preto, 16 de dezembro de 2019.- O Oficial,

(...CONTINUA NO VERSO...)

"QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO"

MATRÍCULA 52.845 | FICHA 004 VERSO | CNS 11.142-7

AV.29/52845 - Protocolo nº 559.864 de 02/06/2020 (selo digital: 1114273E10000000309668200):- Por Comunicado da Central de Indisponibilidade protocolo nº 202005.1512.01148225-IA-300, extraído do Processo nº 00022066920125080114, e ordem da 1ª Vara do Trabalho de Parauapebas-PA, em 15 de maio de 2020, foi determinada a Indisponibilidade do imóvel objeto desta matrícula, pertencente a CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, (já qualificada) e outros, sendo que a referida indisponibilidade foi registrada no Livro de Registros de Indisponibilidades - LRI - sob nº 12.967.- São José do Rio Preto, 18 de junho de 2020.- O Oficial,

AV.30/52845 - Protocolo nº 562.054 de 16/07/2020 (selo digital: 1114273E10000000318507209):- Por certidão, expedida pela 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto-SP, em 15 de julho de 2020, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 50029462020184036106), movida por MINISTERIO DA FAZENDA, CNPJ/MF.00.394.460/0216-53, contra SANAAN - ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ/MF.07.721.773/0001-06, consta que pela decisão datada de 18 de março de 2020, folhas 59, com base nos artigos 790 e 792 do CPC vigente, onde foi decretada a responsabilidade patrimonial pelo MM Juiz no processo, o imóvel objeto da presente matrícula, de propriedade da CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 8.115.114,45 (oito milhões, cento e quinze mil, cento e quatorze reais e quarenta e cinco centavos).- São José do Rio Preto, 17 de julho de 2020.- O Oficial,

AV.31/52845 - Protocolo nº 564.948 de 04/09/2020 (selo digital: 1114273E10000000344458202):- Por certidão, expedida pela 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto-SP, em 10 de setembro de 2020, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 50013341320194.0361.06), movida por MINISTERIO DA FAZENDA, CNPJ/MF.00.394.460/0216-53, contra MCS - MONTAGENS, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ/MF.07.744.302/0001-13, consta que pela decisão datada de 19 de junho de 2019, folhas 19, com base nos artigos 790 e 792 do CPC vigente, onde foi decretada a responsabilidade patrimonial pelo MM Juiz no processo, o imóvel objeto da presente matrícula, de propriedade da CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 2.007.055,27 (dois milhões, sete mil e cinquenta e cinco reais e vinte e sete centavos).- São José do Rio Preto, 23 de setembro de 2020.- O Oficial,

AV.32/52845 - Protocolo nº 569.076 de 06/11/2020 (selo digital: 1114273E10000000399132215):- Por certidão, expedida pela 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto-SP, em 06 de novembro de 2020, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 50013341320194036106), movida por MINISTERIO DA FAZENDA, CNPJ/MF.00.394.460/0216-53, (.....CONTINUA NA FICHA 005.....)

"QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO"

contra MCS - MONTAGENS, CONSTRUÇÕES E SERVIÇO LTDA, CNPJ/MF.07.744.302/0001-13, consta que pela decisão datada de 20 de outubro de 2020, folhas ID 40523250, com base nos artigos 790 e 792 do CPC vigente, onde foi decretada a responsabilidade patrimonial pelo MM Juiz no processo, o imóvel objeto da presente matrícula, de propriedade da CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 2.088.041,16 (dois milhões, oitenta e oito mil, quarenta e um reais e dezesseis centavos).- São José do Rio Preto, 29 de janeiro de 2021.- O Oficial,

AV.33/52845 - Protocolo nº 574.352 de 29/01/2021 (selo digital: 1114273310000000409099210):- Por certidão, expedida pelo 7º Ofício Cível de São José do Rio Preto-SP, em 29 de janeiro de 2021, nos autos de Execução Civil (Processo nº 1050795-84.2018.8.26.0576), movida por BANCO BRADESCO S.A., CNPJ/MF.60.746.948/0001-12, contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, (já qualificada) e outros, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 29.250.897,84 (vinte e nove milhões, duzentos e cinquenta mil, oitocentos e noventa e sete reais e oitenta e quatro centavos), incluindo outros imóveis.- São José do Rio Preto, 24 de fevereiro de 2021.- O Oficial,

AV.34/52845 - Protocolo nº 577.454 de 17/03/2021 (selo digital: 1114273E100000004221712IN):- Por certidão, expedida pela 1ª Vara da Fazenda Publica de São José do Rio Preto-SP, em 17 de março de 2021, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 1500349-54.2017.8.26.0576) movida pela SECRETARIA DA FAZENDA, CNPJ/MF.46.377.222/0001-29, contra CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA, (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 4.558.404,99 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e quatro reais e noventa e nove centavos).- São José do Rio Preto, 24 de março de 2021.- O Oficial,

AV.35/52845 - Protocolo nº 583.772 de 29/06/2021 (selo digital: 1114273E100000004641802IE):- Por certidão, expedida pela 5ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-RJ, em 28/06/2021, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 50312754320194025101), movida por MINISTERIO DA FAZENDA, CNPJ/MF.00.394.460/0216-53, contra CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA (já qualificada) e outro, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 4.817.848,41 (quatro milhões, oitocentos e dezessete mil, oitocentos e quarenta e oito reais e quarenta e um centavos).- São José do Rio Preto, 05 de julho de 2021.- O Oficial,

(.....CONTINUA NO VERSO.....)

"QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO"

MATRÍCULA 52.845 | FICHA 005 VERSO | CNS 11.142-7

AV.36/52845 - Protocolo nº 584.746 de 12/07/2021 (selo digital: 1114273E10000000481272218):- Por instrumento judicial, expedido pela 6ª Vara Federal do Rio de Janeiro-RJ, em 05 de julho de 2021, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 0023469-13.2017.4.02.5101), movida por MINISTERIO DA FAZENDA, CNPJ/MF.00.394.460/0216-53, contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, (já qualificado) e outro, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 1.521.557,06 (um milhão, quinhentos e vinte e um mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e seis centavos).- São José do Rio Preto, 06 de agosto de 2021.- O Oficial.

AV.37/52845 - Protocolo nº 589.782 de 15/09/2021 (selo digital: 1114273E1000000050290221F):- Por certidão, expedida pela 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto-SP, em 14 de setembro de 2021, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 50013359520194036106), movida por MINISTERIO DA FAZENDA, CNPJ/MF.00.394.460/0001-41, contra MTRAN - COMERCIAL E LOCAÇÃO LTDA, CNPJ/MF.01.603.040/0001-90, consta que pela decisão datada de 31 de março de 2020, folhas ID 30448964, com base nos artigos 790 e 792 do CPC vigente, onde foi decretada a responsabilidade patrimonial pelo MM Juiz no processo, o imóvel objeto da presente matrícula, de propriedade da CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, (já qualificada), foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 1.430.561,57 (um milhão, quatrocentos e trinta mil, quinhentos e sessenta e um reais e cinquenta e sete centavos).- São José do Rio Preto 21 de setembro de 2021.- O Oficial.

AV.38/52845 - Protocolo nº 589.783 de 15/09/2021 (selo digital: 1114273E1000000050289921U):- Por certidão, expedida pela 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto-SP, em 14 de setembro de 2021, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 50032230220194036106), movida por MINISTERIO DA FAZENDA, CNPJ/MF.00.394.460/0001-41, contra MTRAN - COMERCIAL E LOCAÇÃO LTDA, CNPJ/MF.01.603.040/0001-90, consta que pela decisão datada de 26 de outubro de 2020, folhas ID 40838925, com base nos artigos 790 e 792 do CPC vigente, onde foi decretada a responsabilidade patrimonial pelo MM Juiz no processo, o imóvel objeto da presente matrícula, de propriedade da CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, (já qualificada), foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 3.132.012,84 (três milhões, cento e trinta e dois mil e doze reais e oitenta e quatro centavos).- São José do Rio Preto 21 de setembro de 2021.- O Oficial.

AV.39/52845 - Protocolo nº 600.402 de 11/02/2022 (selo digital: 1114273E10000000572934228):- Por certidão, expedida pela 5ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-RJ, em 11 de fevereiro de 2022, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 50946354920194025101), (.....CONTINUA NA FICHA 006.....)

"QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO"

movida por MINISTÉRIO DA FAZENDA, CNPJ/MF.00.394.460/0216-53, contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA (já qualificada)s, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 3.297.211,82 (três milhões, duzentos e noventa e sete mil, duzentos e onze reais e oitenta e dois centavos).- São José do Rio Preto, 21 de fevereiro de 2022.- O oficial.

AV.40/52845 - Protocolo nº 612.890 de 01/08/2022 (selo digital: 1114273E100000006507982211):- Por certidão, expedida pela 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto-SP, em 01 de agosto de 2022, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 50039164920204036106), movida por FAZENDA NACIONAL, CNPJ/MF.00.394.460/0471-05, contra RW - INCORPORAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS SOCIEDADES, NEGÓCIOS E EMPREENDIMENTOS LTD, CNPJ/MF.04.962.891/0001-18, consta que pela decisão datada de 18 de fevereiro de 2022, folhas ID 243412512, com base nos artigos 790 e 792 do CPC vigente, onde foi decretada a responsabilidade patrimonial pelo MM Juiz no processo, o imóvel objeto da presente matrícula, de propriedade da CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, (já qualificada), foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 5.000.798,17 (cinco milhões, setecentos e noventa e oito reais e dezessete centavos).- São José do Rio Preto, 03 de agosto de 2022.- O oficial.

'QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO'

11142-7-853001-868000-0622 11142-7-AA 861592 1º Oficial de Registro de Imóveis Comarca de São José do Rio Preto - SP

CERTIFICO de acordo com o artigo 19, § 1º da Lei nº 6.015 de 31/12/1973 e artigo 19 § 11º da MPV 1.085 DE 27/12/2021, que revendo nos arquivos de cartório a seu cargo, deles verificou constar a matrícula **nº.:52845** do livro 2 - Registro Geral - constante desta fotocópia, e que além dos registros contidos na referida matrícula, não consta nenhum outro registro de ônus ou transmissão, até o dia útil imediatamente anterior a emissão desta. O referido é verdade e dá fé. **Consta,entretanto,título(s)prenotado(s)sob o(s)protocolo(s):CANCELAMENTO DE INDISP. AGUARDANDOPAGAMENTO de09/11/2021 protocolo(s)593604-CANCELAMENTO DE INDISP. AGUARDANDO PAGAMENTO de 28/06/2022 protocolo(s): 610183. São José do Rio Preto-SP, 25 de agosto de 2022.**

Rinaldo Rodrigues - Escrevente

ADVERTÊNCIA: Estedocumento contém dadospessoais queconsistem "arquivo público", passível de conhecimento através da presente certidão, ficando o solicitante/requerente responsável civil e criminalmente por eventual uso indevido da informação, nos termos da Lei 13.708/2018 (LGPD) e Provimento CGJ 23/2020.

Ao Oficial...:	R$	0,00
Ao Estado....:	R$	0,00
Ao IPESP.....:	R$	0,00
Ao Reg. Civil:	R$	0,00
Ao Trib. Just:	R$	0,00
Ao Município.:	R$	0,00
Ao Min.Púb...:	R$	0,00
Total.....:	R$	0,00

Pedido de certidão nº: 577486

Controle: 1046314

Página: 0012/0012

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QrCode impresso ou acesse o endereço eletrônico:

https://selodigital.tjsp.jus.br

Selo digital:
1114273C300000006621062 2A

"QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO"

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 127

Evento:
JUNTADA_DE_PECAS_DIGITALIZADAS
Data:
31/08/2022 10:39:25
Usuário:
EU3 - ERICSSON ARAUJO DA SILVA - ESTAGIÁRIO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
127

OFICIO 510008478989 - EXEC FISCAL 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro <06vfef@jfrj.jus.br>

Ter, 30/08/2022 16:07

Para: zambraia zambraia <zambraia2000@hotmail.com>

1 anexos (2 MB)

412.2022.pdf;

De: 1º Oficial de Registro de Imóveis de São José do Rio Preto - SP <certidaori@terra.com.br>
Enviado: segunda-feira, 29 de agosto de 2022 16:23
Para: 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
Assunto: OFICIO 510008478989 - EXEC FISCAL 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

Boa tarde!

segue anexo, resposta ao OFICIO 510008478989 - EXEC FISCAL 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

qualquer dúvida, estou à disposição.

Luiz Gomes S. Junior - escrevente

PRIMEIRO OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
LUÍS HENRIQUE MONTEMOR FORTES - OFICIAL INTERINO
Rua Bernardino de Campos, 4054 - Tel. (17) 3233-8797
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP

PRIMEIRO OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP
Rua Bernardino de Campos, 4054 - Tel: (17) 3233-8797 - CEP 15.015-300
CNPJ: 51.857.332/0001-28
Luis Henrique Montemor Fortes - Oficial Interino

São José Do Rio Preto/SP, 29 de agosto de 2022

Ofício nº. E-00412/2022 - Ljr

Honrado Juiz

Em atendimento a solicitação contida no **Ofício nº. 510008478989 (Exec. Fiscal 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ)** datado de **23 de agosto de 2.022**, encaminho a Vossa Excelência, a(s) inclusa(s) certidão(ões) imobiliária(s), para os fins pertinentes.

Apresento a Vossa Excelência os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

LUIZ GOMES DA SILVA JUNIOR
Escrevente

A
Sua Excelência o Senhor
MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Juiz 6ª Vara Federal
Av. Venezuela, 134 - Bloco B - 7º andar
RIO DE JANEIRO - RJ
CEP 20081-312

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL -

1.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
São José do Rio Preto
Oficial
GUMERCINDO DE SETA

MATRÍCULA 52.845 | FICHA 001

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 26 DE JULHO DE 1990.

IMOVEL:- Uma área de 27.727,03 ms2, ou 2.77,27 has,ou seja 1,15 alqueires, confrontando com Margarete Lote,- com Valter Gonçalves de Abreu, com o Espólio de Ruilando Lotti, e finalmente com o Parque Industrial, encravado na Fazenda Campo ou Borboleta, com a denominação especial de Sítio 4 Irmãos, no distrito e município de Bady Bassitt, desta comarca de São José do Rio Preto. PROPRIETARIOS:- 1)-MARGARETE LOTE, RG.11.776.810-SP, e CPF.037.782.118/70, brasileira, professora, primária, divorciada, residente a rua 21 de Abril, s/nº., na cidade de Indiavai-MT; 2)-CLEUZA MARIA LOTTI, que também é conhecida por CREUSA MARIA LOTTI, RG.9.708.760-SP e CPF.002.655.288/44, brasileira, comerciária, divorciada, residente nesta cidade, a rua Martinho Gonçalves, - nº.2.445; e MARIO GONCALVES COLLETES, RG.6.381.189-SP, e CPF.476.919.648/20, brasileiro, divorciado, pecuarista, residente na cidade de Indiavai-MT, na rua 21 de Abril, s/nº.; 3)-VANDERSANTO LOTTI, também conhecido por WALDIR SANTO LOTTI, RG.6.590.895-SP e CPF.889.121.328/49, brasileiro, divorciado, do comércio, residente a rua 21 de Abril s/nº., na cidade de Indiavai-MT; 4)-O ESPOLIO DE RUILANDO LOTTI, também conhecido por RUILINDO LOTTI, representado pela arrolante, SUELI MADALENA RAMOS, RG.26.399.049-SP e CPF.055.562.978/35, brasileira, do lar, separada judicialmente, residente nesta cidade, na rua Otávio Pinto Cezar, nº.599, nos termos do Alvará Judicial expedido no processo nº.997/86, do 2º Ofício Cível local em data de 28.11.1989, assinado pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível Dr. Olavo Martins dos Santos Junior. REGISTRO ANTERIOR:- Matrícula nº.50.743 deste cartório. O referido é verdade e dou fé. A Oficial Maior

AV.001/52.845.- Sobre o imóvel objeto da matrícula supra, pesa uma Servidão de Passagem em favor da COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ S/A, conforme se vê na Averbação 001 na matrícula nº.50.743-(procedência).- O referido é verdade e dou fé. São José do Rio Preto, 26 de Julho de 1.990. A Oficial Maior

R.002/52.845.- Conforme escritura pública de divisão amigavel lavrada nas notas do 2º Tab. local em 13 de Julho de 1.990, no livro 462, fls. 82, CLEUZA MARIA LOTTI e MARIO GONÇALVES COLLETES, (já qualificados), HOUVERAM o imovel objeto desta matrícula, por DIVISÃO AMIGAVEL, feita para EXTINÇÃO DE CONDOMINIO, pelo valor de Cr$140.774,00.- O referido é verdade e dou fé. Sao Jose do Rio Preto, 26 de Julho de 1.990. A Oficial Maior

AV.003/52.845.- Faz-se a presente para constar que, o imóvel objeto desta matricula acha-se cadastrado no INCRA sob o n. 000027 098566 1; área total 2,7 há., mod. rural 40,0 há., n. mod. rurais 0,07; mod. fiscal 16,0 há., n. mod. fiscais 0,16; f. min. parc. 2,0 há. e na Receita Federal sob o n. 4192943-8. São José do Rio Preto, 02 de JANEIRO de 2.003.- O OFICIAL;

R.004/52.845.- Por Carta de Sentença, expedida pelo Juízo de Direito da Primeira Vara Cível desta comarca, aos 23 de março de 2.001, aditada aos 11 de junho de 2.002, nos autos de divórcio consensual (proc. 730/86), requerido por CLEUZA MARIA LOTTI e MARIO GONÇALVES COLLETES (.....SEGUE NO VERSO.....)

"QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO"

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 127, OFIC2, Página 2

MATRÍCULA 52.845 | FICHA 001 VERSO

(já qualificados), consta que o imóvel objeto desta matricula avaliado em R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), foi partilhado em favor de **CLEUZA MARIA LOTTI**, brasileira, do comércio, divorciada, portadora do RG. 9.708.760-ssp.sp, CPF. 002.655.288/44, residente e domiciliada a rua Martinho Gonçalves n. 2.455, nesta cidade. São José do Rio Preto, **02 de JANEIRO de 2.003.- O OFICIAL,**

R.005/52.845.- Por escritura pública lavrada no Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexo do Tabelionato de Notas do município de Bady Bassitt, desta comarca, aos 21 de maio de 2.001, no livro n. 197, fls. 357, a proprietária **CLEUZA MARIA LOTTI** (já qualificada), **VENDEU** o imóvel objeto desta matricula a **DEWAY FINANCE S/A**, com sede na cidade de Montevidéo, República Oriental do Uruguai, na Rua 25 de Mayo, 288, conjunto 101, inscrita no registro único de contribuinte sob n. 21401030013., pelo preço de R$ 15.000,00 (quinze mil reais). São José do Rio Preto, **02 de JANEIRO de 2.003.- O OFICIAL,**

AV.006/52.845. Requereu-se a presente para constar que, a proprietária **DEWAY FINANCE S/A**, constante no **R.005** desta matricula, acha-se inscrita no CNPJ/MF sob o **nº05.404.846/0001-00**, conforme copia autenticada do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. São José do Rio Preto, **31 de Agosto de 2.005.O Oficial,**

R.007/52.845.Por escritura pública lavrada nas notas do 4ºTabelião de notas de São Paulo, aos 29 de Julho de 2005, no livro 2659 as paginas 065 à 068, a proprietária **VENDEU** o imóvel objeto desta matricula, à **ICEC CONSTRUÇÕES METÁLICAS LTDA**, com sede em Bady Bassitt, na Marginal da Rodovia BR 153 nº650, Distrito Industrial III, inscrita no CNPJ/MF sob o nº04.858.299/0001-70, pelo valor de **R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais)**.São José do Rio Preto, **31 de Agosto de 2.005.O Oficial,**

AV.008/52.845:- Faz-se a presente para constar que o imóvel objeto da matrícula supra, passou à pertencer ao **PERÍMETRO URBANO** desta cidade, nos termos da Lei n.**1617/02**, expedida em 11 de Novembro de 2002, conforme certidão expedida pela Prefeitura Municipal de Bady Bassitt, sob n.**247/05**, datada de 01 de Novembro de 2005.- São José do Rio Preto, **16 de Dezembro de 2005.O Oficial,**

AV.009/52.845:- Faz-se a presente para constar que o imóvel objeto da matricula **(....SEGUE FICHA 002...)**

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 127, OFIC2, Página 3
"QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMEN

supra, acha-se cadastrado na Prefeitura Municipal sob nº.013.078/01.- São José do Rio Preto, 16 de Dezembro de 2005.O Oficial,

AV.010/52.845:- Requereu-se a presente para constar que, a proprietária ICEC CONSTRUÇÕES METÁLICAS LTDA, do imóvel objeto desta matrícula, teve sua razão social alterada para CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA; conforme Alteração Contratual registrada na JUCESP sob nº 15.798/06-9 em 24/01/2006.- São José do Rio Preto, 31 de agosto de 2.006.- O Oficial,

AV.011/52.845:- O imóvel objeto desta matrícula, é beneficiário de Servidão de Passagem conforme registro nº 015 da matrícula nº 64.610. São José do Rio Preto, 04 de Outubro de 2.006. O Oficial,

R.012/52.845:- Pela Cédula de Crédito Bancário nº 193046.01, emitida na Forma da Lei nº 10.931 de 02 de Agosto de 2004, em São Paulo, aos 17 de abril de 2007, por CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA (Já qualificada), DEU EM HIPOTEÇA CEDULAR DE 1º GRAU E SEM CONCORRÊNCIA DE TERCEIROS, o imóvel objeto desta matricula, ao BANCO ABN AMRO REAL S/A,com sede em São Paulo, à Avenida Paulista nº 1374, 3º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº33.066.408/0001-15 no valor de R$2.759.309,00 (dois milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, trezentos e nove reais), vencível aos 15 de maio de 2013; Forma de Pagamento:- Será paga em 64 parcelas, amortização 60 meses e Juros TJLP + 3,80% ao ano e Remuneração do agente de 1,00% ao ano já incluído na taxa de juros e com as demais condições as constante na referida cédula.- São José do Rio Preto, 07 de Maio de 2007. O Oficial,

R.013/52.845:- Pela Cédula de Crédito Bancário nº 235172.01, emitida na Forma da Lei nº 10.931 de 02 de Agosto de 2004, em São Paulo, aos 13 de fevereiro de 2007, por CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA (Já qualificada), DEU EM HIPOTEÇA CEDULAR DE 2º GRAU E SEM CONCORRÊNCIA DE TERCEIROS, o imóvel objeto desta matrícula, ao BANCO ABN AMRO REAL S/A, com sede em São Paulo, à Avenida Paulista nº 1374, 3º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 33.066.408/0001-15 no valor de R$2.267.072,00 (dois milhões, duzentos e sessenta e sete reais, e setenta e dois centavos), vencível aos 15 de fevereiro de 2014; Forma de Pagamento:- Será paga em 63 meses, através de 66 parcelas, vencível do primeiro encargo em 15.05.2008 e vencimento principal em 15.12.2008 e o vencimento final em 15.02.2014 e Juros: TJLP + 3,30% ao ano e Remuneração do agente de 1,00% ao ano já incluído na taxa de juros e com as demais (...SEGUE NO VERSO...)

"QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO"

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 127, OFIC2, Página 4

condições as constante na referida cédula.- São José do Rio Preto, 12 de MARÇO de 2.008.- O OFICIAL.

R.014/52.845:- Por escritura pública lavrada pelo 9° Tabelião de Notas da comarca de São Paulo/SP, aos 06 de Julho de 2010, no livro 9128, às páginas 357, a proprietária CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, (já qualificada), DEU EM HIPOTECA DE 3° GRAU o imóvel objeto da matrícula supra, ao BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, com sede em São Paulo-Capital, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, 2041 e 2235, Bloco A, Vila Olímpia, inscrito no CNPJ/MF. sob o n° 90.400.888/0001-42, pelo valor de R$40.000.000,00 (Quarenta Milhões de Reais), incluindo outro imóvel, com vencimento em 24/03/2015; e as demais condições as constantes do título.- São José do Rio Preto, 15 de Setembro 2.010.- O OFICIAL,

AV.015/52.845. Por escritura pública de Aditamento, lavrada nas notas do 9°Tabelião de notas de São Paulo/SP, aos 05 de dezembro de 21011, no livro 9638 feito as paginas 129, de comum acordo as partes contratantes de comum acordo resolveram aditar a cédula registrada sob o n°014 nesta matricula, para deixar expresso as alterações dos juros para taxa CDI + 3,5% ao ano, do prazo para 1718 dias contados de 30 de novembro de 2011, e o vencimento prorrogado para 12 de agosto de 2016 e ratificaram os demais termos da mesma.São José do Rio Preto, 16 de Janeiro de 2.012.O Oficial,

AV.016/52.845 - Protocolo n° 422.851 de 17/12/2013:- Por certidão, expedida pelo Serviço de Distribuição Cível da Comarca de Mirassol-SP, em 28 de Novembro de 2013, consta que nos autos de Execução de Título Extrajudicial (Processo n° 0008513-33.2012.8.26.0358), distribuída ao Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da comarca de Mirassol-SP, tendo como exequente BANCO DO BRASIL S/A, inscrito no CNPJ sob n° 00.000.000/4499-70, e como executada CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, (já qualificada), consta que em 03 de Dezembro de 2012, foi ajuizada a presente execução, dando-se a causa o valor de R$ 34.821.434,30 (Trinta e quatro milhões, oitocentos e vinte e um mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e trinta centavos). São José do Rio Preto, 06 de Janeiro de 2.014. O Oficial,

AV.017/52.845 - Protocolo n° 435.658 de 21/08/2014:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 5ª Vara Cível desta comarca, em 21 de Agosto de 2014, nos autos de Execução Civil (Proc. n° 1007445-85.2014), movida pelo BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., inscrito no CNPJ/MF. sob n° 90.400.888/0001-42, contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA e outros (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de (.....CONTINUA NA FICHA 003.....)

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 127, OFIC2, Página 5
'QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMEN

R$ 129.970.303,00 (Cento e vinte e nove milhões, novecentos e setenta mil, trezentos e três reais), inclusive outros imóveis. São José do Rio Preto, 03 de Setembro de 2.014. O OFICIAL,

AV.018/52.845 - Protocolo nº 450.404 de 26/02/2015:- Por Mandado, expedido pelo Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Mirassol-SP, aos 25 de Fevereiro de 2015, nos Autos de Execução de Título Extrajudicial (Proc. n.º 0008513-33.2012.8.26.0358), movida por BANCO DO BRASIL S/A, contra CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA e outros, cancela-se a AV.016 desta matrícula, nos termos do inciso I do Artigo 250 da Lei 6.015/73.- São José do Rio Preto, 09 de Março de 2.015. O OFICIAL,

AV.019/52.845 - Protocolo nº 460.893 de 09/09/2015:- Por mandado, expedido pela 5ª Vara Federal da Subseção Judiciária de São José do Rio Preto, em 19 de agosto de 2015, nos autos da Carta Precatória (Proc. nº 0004071-16.2015.403.6106), originária do 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro-RJ., expedida nos autos de Execução Fiscal (Proc. nº 0002152-95.2013.4.02.5101), movida pela FAZENDA NACIONAL, contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 3.253.275,82 (três milhões, duzentos e cinquenta e três mil, duzentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos). São José do Rio Preto, 21 de setembro de 2.015. O OFICIAL,

AV.020/52.845 - Protocolo nº 468.717 de 04/02/2016:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 2ª Vara do Trabalho desta comarca, em 12 de fevereiro de 2016, nos autos de Execução Trabalhista (Proc. nº 1909.54.2010), movida por DANIEL TURTERA BODNARUK, CPF. 334.840.778-83; contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 91.695,86 (noventa e um mil, seiscentos e noventa e cinco reais e oitenta e seis centavos). São José do Rio Preto, 15 de Fevereiro de 2.016.- O OFICIAL,

AV.021/52.845-Protocolo nº 476.914 de 12/07/2016:- Por Mandado, expedido pelo Juízo de Direito da 2ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto, aos 28 de Junho de 2016, nos Autos de Execução Trabalhista (Proc. n.º 0001909-54.2010.5.15.0044 RTOrd), cancela-se a AV.020 desta matrícula, nos termos do inciso I do Artigo 250 da Lei 6.015/73.- São José do Rio Preto, 22 de Julho de 2.016.- O OFICIAL,

(.....CONTINUA NO VERSO.....)

"QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO"

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 127, OFIC2, Página 6

MATRÍCULA	FICHA	CNJ
52.845	003	11.142-7

AV.022/52.845-Protocolo nº 499.651 de 16/08/2017:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 3ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto, em 16 de agosto de 2017, nos autos de Execução Trabalhista (Processo nº 0001573-62.2012.5.15.0082), movida por ADILSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, inscrito no CPF/MF. sob nº 083.597.538-06, contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA (já qualificada) e outras, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 3.772.763,63 (três milhões, setecentos e setenta e dois mil, setecentos e sessenta e três reais e sessenta e três centavos). São José do Rio Preto, 21 de Agosto de 2.017. O Oficial,

---

AV.023/52.845 - Protocolo nº 537.458 de 15/04/2019:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto, em 15 de abril de 2019, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 00032738420174036106), movida pelo MINISTÉRIO DA FAZENDA, CNPJ/MF. sob nº 00.394.460/0216-53, contra BSV - ADMINISTRADORA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA, CNPJ/MF. 08.597.610/0001-26, consta que pela decisão datada de 19 de Fevereiro de 2019, folhas 63, com base nos artigos 790 e 792 do CPC vigente, onde foi decretada a responsabilidade patrimonial pelo MM Juiz no processo, o imóvel objeto da presente matrícula, de propriedade da CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 6.409.200,06 (seis milhões, quatrocentos e nove mil, duzentos reais e seis centavos); tendo sido nomeado como depositário Adivaldo Aparecido Neves.- São José do Rio Preto, 15 de Maio de 2.019. O Oficial,

---

AV.024/52.845-Protocolo nº 539.875 de 27/05/2019:- Conforme escritura pública de sub-rogação de garantia hipotecária decorrente de cessão de crédito, lavrada pelo 2º Tabelião de Notas da cidade e comarca de São Paulo/SP, aos 19 de Março de 2019, no livro 2839, às fls.287/294, e re-ratificada pelo mesmo Tabelionato, aos 21 de Março de 2019, no livro 2840, às fls.221/229, consta que o credor BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A, (já qualificado), CEDEU o crédito referido no R-014 e na Av.015, objeto da presente matrícula, em favor de CHIMERA CAPITAL PARTINERS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF. sob nº 15.492.157/0001-59, com sede na cidade de São Paulo/SP, na Rua Joaquim Floriano, nº 1052, conjunto 112, Itaim Bibi, no valor de R$6.000.000,00 (seis milhões de reais).- São José do Rio Preto, 07 de Junho de 2.019. O Oficial,

---

AV.025/52.845-Protocolo nº 539.875 de 27/05/2019:- Conforme escritura pública de sub-rogação de garantia hipotecária decorrente de cessão de crédito, lavrada pelo 2º Tabelião de Notas da cidade e comarca de São Paulo/SP, aos 19 de Março de 2019, no livro 2839, às fls.287/294, e re-ratificada pelo mesmo Tabelionato, aos 21 de Março de 2019, no livro 2840, às fls.221/229, o credor/cedente BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A, (já qualificado), devidamente representado na forma da Lei, (.....CONTINUA NA FICHA 004.....)

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 127, OFIC2, Página 7
"QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMEN

SUB-ROGOU em favor da cessionária **CHIMERA CAPITAL PARTNERS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA** (já qualificada), todos os direitos creditórios da hipoteca de 3° grau registrada sob n° 014 e averbada sob n° 015, desta matrícula. Em virtude, dessa sub-rogação, para efeitos de emolumentos, serão utilizados os valores atribuídos à época para a referida hipoteca e aditamento, o valor de R$44.054.970,28 (quarenta e quatro milhões, cinquenta e quatro mil, novecentos e setenta reais e vinte e oito centavos), ou seja R$22.027.485,14 (vinte e dois milhões, vinte e sete mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e quatorze centavos) para cada imóvel, sendo um pertencente a esta comarca e outro pertencente a comarca de Mirassol/SP, onde será averbada a sub-rogação aqui procedida, as demais condições as constantes do título, ficando uma de suas vias arquivada em Cartório. São José do Rio Preto, 07 de Junho de 2.019. O Oficial,

---

AV.026/52.845-Protocolo n° 546.498 de 12/09/2019:- Por certidão, expedida pelo 3° Ofício Judicial da comarca de Mirassol-SP, em 12 de Setembro de 2019, nos autos de Execução Cível (Proc. n° de ordem 1003579-05.2018.8.26.0358), movida pelo **BANCO PAULISTA S.A**, CNPJ/MF.62.820.817/0001-09, contra **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA** (já qualificada) e outros, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$878.298,31 (oitocentos e setenta e oito mil, duzentos e noventa e oito reais e trinta e um centavos). São José do Rio Preto, 27 de Setembro de 2.019. O Oficial,

---

AV.27/52845 - Protocolo n° 551.350 de 02/12/2019 (selo digital: 1114273E100000001833651 9N):- Por instrumento judicial, expedido pela 5ª Vara Cível desta cidade e comarca de São José do Rio Preto-SP, em 31 de Outubro de 2019, nos autos de Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários (Processo n° de ordem 1007445-85.2014.8.26.0576), retifica-se o R.17 da presente matrícula para constar que, o exequente é a cessionária **CHIMERA CAPITAL PARTNERS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA**, CNPJ/MF.15.492.157/0001-59, e ratificaram os demais termos da mesma.- São José do Rio Preto, 12 de dezembro de 2.019. O Oficial,

---

AV.28/52845 - Protocolo n° 551.870 de 10/12/2019 (selo digital: 1114273E100000001840891 9I):- Por Comunicado da Central de Indisponibilidade protocolo n° 201911.2615.00992415-IA-710, extraído do Processo n° 50312754320194025101, e ordem do 5ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-RJ, em 26 de novembro de 2019, foi determinada a Indisponibilidade do imóvel objeto desta matrícula, pertencente a **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**, CNPJ/MF. 04.858.299/0001-70 e outro, sendo que a referida indisponibilidade foi registrada no Livro de Registros de Indisponibilidades - LRI - sob n° 12.856.- São José do Rio Preto, 16 de dezembro de 2019.- O Oficial,

(...CONTINUA NO VERSO...)

'QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO'

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 127, OFIC2, Página 8

AV.29/52845 - Protocolo nº 559.864 de 02/06/2020 (selo digital: 1114273E10000000309668200):- Por Comunicado da Central de Indisponibilidade protocolo nº 202005.1512.01148225-IA-300, extraído do Processo nº 00022066920125080114, e ordem da 1ª Vara do Trabalho de Parauapebas-PA, em 15 de maio de 2020, foi determinada a **Indisponibilidade** do imóvel objeto desta matrícula, pertencente a CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, (já qualificada) e outros, sendo que a referida indisponibilidade foi registrada no Livro de Registros de Indisponibilidades - LRI - sob nº 12.967.- São José do Rio Preto, 18 de junho de 2020.- O Oficial.

AV.30/52845 - Protocolo nº 562.054 de 16/07/2020 (selo digital: 1114273E10000000318507209):- Por certidão, expedida pela 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto-SP, em 15 de julho de 2020, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 50029462020184036106), movida por MINISTERIO DA FAZENDA, CNPJ/MF.00.394.460/0216-53, contra SANAAN - ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ/MF.07.721.773/0001-06, consta que pela decisão datada de 18 de março de 2020, folhas 59, com base nos artigos 790 e 792 do CPC vigente, onde foi decretada a responsabilidade patrimonial pelo MM Juiz no processo, o imóvel objeto da presente matrícula, de propriedade da CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 8.115.114,45 (oito milhões, cento e quinze mil, cento e quatorze reais e quarenta e cinco centavos).- São José do Rio Preto, 17 de julho de 2020.- O Oficial,

---

AV.31/52845 - Protocolo nº 564.948 de 04/09/2020 (selo digital: 1114273E10000000344458202):- Por certidão, expedida pela 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto-SP, em 10 de setembro de 2020, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 50013341320194.0361.06), movida por MINISTERIO DA FAZENDA, CNPJ/MF.00.394.460/0216-53, contra MCS - MONTAGENS, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ/MF.07.744.302/0001-13, consta que pela decisão datada de 19 de junho de 2019, folhas 19, com base nos artigos 790 e 792 do CPC vigente, onde foi decretada a responsabilidade patrimonial pelo MM Juiz no processo, o imóvel objeto da presente matrícula, de propriedade da CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 2.007.055,27 (dois milhões, sete mil e cinquenta e cinco reais e vinte e sete centavos).- São José do Rio Preto, 23 de setembro de 2020.- O Oficial.

AV.32/52845 - Protocolo nº 569.076 de 06/11/2020 (selo digital: 1114273E10000000399132215):- Por certidão, expedida pela 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto-SP, em 06 de novembro de 2020, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 50013341320194036106), movida por MINISTERIO DA FAZENDA, CNPJ/MF.00.394.460/0216-53, (.....CONTINUA NA FICHA 005.....)

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 127, OFIC2, Página 9
"QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMEN

contra MCS - MONTAGENS, CONSTRUÇÕES E SERVIÇO LTDA, CNPJ/MF.07.744.302/0001-13, consta que pela decisão datada de 20 de outubro de 2020, folhas ID 40523250, com base nos artigos 790 e 792 do CPC vigente, onde foi decretada a responsabilidade patrimonial pelo MM Juiz no processo, o imóvel objeto da presente matrícula, de propriedade da CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 2.088.041,16 (dois milhões, oitenta e oito mil, quarenta e um reais e dezesseis centavos).- São José do Rio Preto, 29 de janeiro de 2021.- O oficial,

---

AV.33/52845 - Protocolo nº 574.352 de 29/01/2021 (selo digital: 1114273310000000409099210):- Por certidão, expedida pelo 7º Ofício Cível de São José do Rio Preto-SP, em 29 de janeiro de 2021, nos autos de Execução Civil (Processo nº 1050795-84.2018.8.26.0576), movida por BANCO BRADESCO S.A., CNPJ/MF.60.746.948/0001-12, contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, (já qualificada) e outros, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 29.250.897,84 (vinte e nove milhões, duzentos e cinquenta mil, oitocentos e noventa e sete reais e oitenta e quatro centavos), incluindo outros imóveis.- São José do Rio Preto, 24 de fevereiro de 2021.- O Oficial,

---

AV.34/52845 - Protocolo nº 577.454 de 17/03/2021 (selo digital: 1114273E100000004221712IN):- Por certidão, expedida pela 1ª Vara da Fazenda Publica de São José do Rio Preto-SP, em 17 de março de 2021, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 1500349-54.2017.8.26.0576) movida pela SECRETARIA DA FAZENDA, CNPJ/MF.46.377.222/0001-29, contra CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA, (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 4.558.404,99 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e quatro reais e noventa e nove centavos).- São José do Rio Preto, 24 de março de 2021.- O Oficial,

---

AV.35/52845 - Protocolo nº 583.772 de 29/06/2021 (selo digital: 1114273E100000004641802IE):- Por certidão, expedida pela 5ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-RJ, em 28/06/2021, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 50312754320194025101), movida por MINISTERIO DA FAZENDA, CNPJ/MF.00.394.460/0216-53, contra CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA (já qualificada) e outro, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 4.817.848,41 (quatro milhões, oitocentos e dezessete mil, oitocentos e quarenta e oito reais e quarenta e um centavos).- São José do Rio Preto, 05 de julho de 2021.- O Oficial,

---

(.....CONTINUA NO VERSO.....)

QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 127, OFIC2, Página 10

AV.36/52845 - Protocolo nº 584.746 de 12/07/2021 (selo digital: 1114273E100000004812722l8):- Por instrumento judicial, expedido pela 6ª Vara Federal do Rio de Janeiro-RJ, em 05 de julho de 2021, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 0023469-13.2017.4.02.5101), movida por MINISTERIO DA FAZENDA, CNPJ/MF.00.394.460/0216-53, contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, (já qualificado) e outro, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 1.521.557,06 (um milhão, quinhentos e vinte e um mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e seis centavos).- São José do Rio Preto, 06 de agosto de 2021.- O Oficial.

AV.37/52845 - Protocolo nº 589.782 de 15/09/2021 (selo digital: 1114273E1000000050290221F):- Por certidão, expedida pela 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto-SP, em 14 de setembro de 2021, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 50013359520194036106), movida por MINISTERIO DA FAZENDA, CNPJ/MF.00.394.460/0001-41, contra MTRAN - COMERCIAL E LOCAÇÃO LTDA, CNPJ/MF.01.603.040/0001-90, consta que pela decisão datada de 31 de março de 2020, folhas ID 30448964, com base nos artigos 790 e 792 do CPC vigente, onde foi decretada a responsabilidade patrimonial pelo MM Juiz no processo, o imóvel objeto da presente matrícula, de propriedade da CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, (já qualificada), foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 1.430.561,57 (um milhão, quatrocentos e trinta mil, quinhentos e sessenta e um reais e cinquenta e sete centavos).- São José do Rio Preto 21 de setembro de 2021.- O Oficial.

AV.38/52845 - Protocolo nº 589.783 de 15/09/2021 (selo digital: 1114273E1000000050289921U):- Por certidão, expedida pela 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto-SP, em 14 de setembro de 2021, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 50032230220194036106), movida por MINISTERIO DA FAZENDA, CNPJ/MF.00.394.460/0001-41, contra MTRAN - COMERCIAL E LOCAÇÃO LTDA, CNPJ/MF.01.603.040/0001-90, consta que pela decisão datada de 26 de outubro de 2020, folhas ID 40838925, com base nos artigos 790 e 792 do CPC vigente, onde foi decretada a responsabilidade patrimonial pelo MM Juiz no processo, o imóvel objeto da presente matrícula, de propriedade da CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, (já qualificada), foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 3.132.012,84 (três milhões, cento e trinta e dois mil e doze reais e oitenta e quatro centavos).- São José do Rio Preto 21 de setembro de 2021.- O Oficial.

AV.39/52845 - Protocolo nº 600.402 de 11/02/2022 (selo digital: 1114273E1000000057293422S):- Por certidão, expedida pela 5ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-RJ, em 11 de fevereiro de 2022, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 50946354920194025101), (.....CONTINUA NA FICHA 006.....)

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 127, OFIC2, Página 11
"QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMEN

movida por MINISTÉRIO DA FAZENDA, CNPJ/MF.00.394.460/0216-53, contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA (já qualificada)s, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 3.297.211,82 (três milhões, duzentos e noventa e sete mil, duzentos e onze reais e oitenta e dois centavos).- São José do Rio Preto, 21 de fevereiro de 2022.- O oficial.

AV.40/52845 - Protocolo nº 612.890 de 01/08/2022 (selo digital: 1114273E1000000065079822N).- Por certidão, expedida pela 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto-SP, em 01 de agosto de 2022, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 50039164920204036106), movida por FAZENDA NACIONAL, CNPJ/MF.00.394.460/0471-05, contra RW - INCORPORAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS SOCIEDADES, NEGÓCIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ/MF.04.962.891/0001-18, consta que pela decisão datada de 18 de fevereiro de 2022, folhas ID 243412512, com base nos artigos 790 e 792 do CPC vigente, onde foi decretada a responsabilidade patrimonial pelo MM Juiz no processo, o imóvel objeto da presente matrícula, de propriedade da CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, (já qualificada), foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 5.000.798,17 (cinco milhões, setecentos e noventa e oito reais e dezessete centavos).- São José do Rio Preto, 03 de agosto de 2022.- O oficial.

QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO.

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 127, OFIC2, Página 12

CERTIFICO de acordo com o artigo 19, § 1º da Lei nº 6.015 de 31/12/1973 e artigo 19 § 11º da MPV 1.085 DE 27/12/2021, que revendo nos arquivos de cartório a seu cargo, deles verificou constar a matrícula **nº.: 52845** do livro 2 - Registro Geral - constante desta fotocópia, e que além dos registros contidos na referida matrícula, não consta nenhum outro registro de ônus ou transmissão, até o dia útil imediatamente anterior a emissão desta. O referido é verdade e dá fé. **Consta, entretanto, título(s) prenotado(s) sob o(s) protocolo(s): CANCELAMENTO DE INDISP. AGUARDANDO PAGAMENTO de 09/11/2021 protocolo(s): 593604 - CANCELAMENTO DE INDISP, AGUARDANDO PAGAMENTO de 28/06/2022 protocolo(s): 610183. São José do Rio Preto-SP, 29 de agosto de 2022.**

Luiz Gomes da Silva Junior
Escrevente

ADVERTÊNCIA: Este documento contém dados pessoais que consistem "arquivo público", passível de conhecimento através da presente certidão, **ficando o solicitante/requerente responsável civil e criminalmente por eventual uso indevido da informação**, nos termos da Lei 13.708/2018 (LGPD) e Provimento CGJ 23/2020.

Ao Oficial.:	R$	0,00
Ao Estado...:	R$	0,00
Ao IPESP.....:	R$	0,00
Ao Reg. Civil:	R$	0,00
Ao Trib. Just:	R$	0,00
Ao Município.:	R$	0,00
Ao Min.Púb...:	R$	0,00
Total.....:	R$	0,00

Pedido de certidão nº: 577591

Controle: 1046767

Página: 0012/0012

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QrCode impresso ou acesse o endereço eletrônico:

https://selodigital.tjsp.jus.br

Selo digital:
1114273C3000000066293722P

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 127, OFIC2, Página 13

'QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMEN

OFÍCIO: 0521/2022

412

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA

EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

OFÍCIO Nº 510008478989

DESTINATÁRIO: 1º Oficial de Registro de Imóveis - São José Do Rio Preto/SP

ENDEREÇO: R. Bernardino de Campos, 4054 - Vila Redentora, São José do Rio Preto - SP, 15015-300

EMAIL: juridicori@terra.com.br ; pori@terra.com.br

Senhor(a),

Em cumprimento da decisão exarada nos autos da EXECUÇÃO FISCAL nº 00234691320174025101, que o(a) UNIÃO - FAZENDA NACIONAL move em face de IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA e ADIVALDO APARECIDO NEVES, CPF/CNPJ nº 04858299000170 e 92867154804, **solicito a V. Sa. que, no prazo de 10 dias**, encaminhe certidão de ônus reais atualizada do imóvel de matrícula 52.845, penhorado nos autos do processo em epígrafe.

O comprovante da operação deverá ser encaminhado a este M. Juízo **prioritariamente pelo sistema E-PROC** ou por e-mail (*06vfef@jfrj.jus.br*).

Atenciosamente,

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal,** na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510008478989v2** e do código CRC **46ff4c51.**

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 23/8/2022, às 15:29:21

Ofício: 00521/2022

Enc: JFRJ - 6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro - Processo 0023469-13.2017.4.02.5101

De: juridicori@terra.com.br

Para:
Judicialri<judicialri@terra.com.br>

Data: Qui 25/08/22 10:44

Anexos: anexoEmailEproc_1661281369-Evento 38-PRECATORIA7.pdf (551 KB); anexoEmailEproc_1661281369-Evento 115-DESPADEC1.pdf (37 KB); anexoEmailEproc_1661281370-Evento 123-OFIC1.pdf (41 KB);

PRIMEIRO OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS Rua
Bernardino de Campos nº 4054 -
Fone 3233-8797 CEP 15015-300 - São José do Rio Preto - SP

------- Mensagem encaminhada -------
De: <06vfef@jfrj.jus.br>
Para: <juridicori@terra.com.br>, <pori@terra.com.br>
Assunto: JFRJ - 6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro - Processo 0023469-13.2017.4.02.5101
Data: Ter 23/08/22 16:02

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

Senhor(a) Escrivão(ã),

Cumprimentando-o(a) cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar o OFÍCIO Nº 510008478989, expedido pela 6ª Vara Federal de Execução Fiscal, para ciência.

Solicito ACUSAR O RECEBIMENTO DO EXPEDIENTE através de e-mail resposta, com NOME, CARGO e MATRÍCULA do responsável pelo recebimento, para fins de lavratura da certidão de cumprimento nos moldes determinados pela Direção do Foro da Justiça Federal.

Na oportunidade, formulo os agradecimentos pelas providências adotadas.

Atenciosamente,

GUSTAVO CAMPOS
Estagiário
6ª Vara Federal de Execução Fiscal-RJ

[Email enviado pelo sistema eprocRJ da Justiça Federal da 2ª Região]

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA
EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

DESPACHO/DECISÃO

1 . **Autorizo a alienação do(s) bem(s) penhorado(s)**, para tal fim nomeando o Sr(a). FÁBIO MANOEL GUIMARÃES, Leiloeiro que designará as datas para as realizações dos leilões, ficando assim superada eventual nomeação de outro leiloeiro antes feita nestes autos.

2. Por se tratar de imóvel(is), requisite-se ao competente Ofício do Registro de Imóveis que encaminhe certidão de ônus reais atualizada;

3. Publique(m)-se o(s) edital(is) do(s) leilão(ões), com os requisitos do artigo 886 do Código de Processo Civil, com prazo(s) não superior(es) a trinta e não inferior(es) a dez dias antes da data determinada.

4. Afixe(m)-se o(s) edital(is) no átrio deste M. Juízo, em local visível.

5. Intimem-se pessoalmente do leilão o Procurador do(a) Exequente e o(a) Executado(a), com a advertência de que poderá remir o bem no prazo legal (STJ - Súmula n° 121). Tais intimações devem ocorrer até 10 (dez) dias antes do leilão.

6. Caso no primeiro leilão não haja lance superior ao da avaliação, realize-se o segundo leilão (STJ - Súmula n° 128), com as mesmas cautelas acima enumeradas, intimando-se os presentes ao primeiro leilão.

7. Em qualquer hipótese, deve ser recusado lance inferior à metade da avaliação.

8. No dia do leilão, deve o leiloeiro advertir a respeito dos artigos 892 e 895 do Código de Processo Civil.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510007960687v2** e do código CRC **5cb7de14.**

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 29/6/2022, às 15:7:36

---

e) modificação do contrato social;

f) incorporação, fusão e dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;

g) nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;

h) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial e auto-falência; e

i) destinação dos lucros apurados.

Parágrafo 1º - Todas as deliberações serão tomadas em reunião de sócios, a qual será dispensada quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria discutida. Dos trabalhos e deliberações será lavrada ata sintética, assinada pelos presentes, cuja cópia será apresentada à Junta Comercial para arquivamento e averbação.

Parágrafo 2º - As deliberações serão sempre tomadas pelos votos correspondentes, no mínimo, a ¾ do capital social, em todas as matérias referidas acima e nos demais casos previstos na lei ou no contrato.

Parágrafo 3º - Os sócios reunir-se-ão sempre que o interesse social assim exigir e ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre a orientação geral dos negócios sociais; apreciar as contas apresentadas pelos diretores; nomear os diretores, quando necessário, e fixar sua remuneração; deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; e decidir sobre a destinação de lucros apurados.

Parágrafo 4º - As reuniões poderão ser convocadas pelos sócios ou diretores, mediante carta registrada com aviso de recebimento, enviada aos endereços dos demais sócios indicados no preâmbulo, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência. As reuniões poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo-conferência ou quaisquer outros meios que os sócios decidam por bem utilizar.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Nome: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA
Nome Novo: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
NIRE: 3320783564 Protocolo: 00-2017/019452-3 Data do protocolo: 16/01/2017
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 17/01/2017 SOB O NÚMERO 00002997176 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 6D8036295EEEC0361E8D51E37816BE96FBE4FD75C553FE56079D2E2R7C345268
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag.8/13

Do Exercício Social, Lucros e Perdas

Cláusula 8ª - O ano fiscal coincidirá com o ano civil, e, anualmente, em 31 (trinta e um) de dezembro, proceder-se-á ao levantamento do balanço patrimonial da sociedade e demais demonstrações financeiras com observância às disposições legais e contábeis brasileiras, dispensadas as formalidades de publicação.

Parágrafo 1° - O exercício social poderá ter duração inferior a um ano, e deverá se iniciar no primeiro dia de cada período, encerrando-se no último. Neste passo, a sociedade poderá levantar demonstrações financeiras intermediárias e distribuir lucros apurados, observadas as limitações legais e, ainda, distribuir lucros com base nos lucros acumulados ou reservas constantes do último balanço patrimonial.

Parágrafo 2° - Salvo decisão dos quotistas representantes da maioria do capital social em contrário, os sócios participam nos lucros e nas perdas proporcionalmente a respectiva participação no capital social, respeitado, contudo, o limite de que trata o artigo 1.052 do Código Civil.

Da Cessão de Quotas

Cláusula 9ª - Os sócios não poderão ceder ou transferir suas quotas, a qualquer título, total ou parcialmente, a pessoas estranhas ao quadro social.

Cláusula 10ª – Não havendo interesse de nenhum dos sócios na compra das quotas do sócio retirante e/ou alienante, será dado ao mesmo o direito de dissidência, sendo os seus haveres apurados e pagos na forma da cláusula 12 abaixo.

Da Retirada de Sócios Dissidentes

Cláusula 11ª - Além dos casos previstos em lei, a Sociedade dissolver-se-á, a qualquer tempo, somente por vontade dos sócios representando ¾ (três quartos) do capital social.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Nome: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA
Nome Novo: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
NIRE: 332.0783356-4 Protocolo: 00-2017/019452-3 Data do protocolo: 16/01/2017
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 17/01/2017 SOB O NÚMERO 00002997176 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 6D8036295EEEC0361E8B51E37B16BE96FEE4FD75C553FEF6079DCE2B7C34426b
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo. Pag.9/13

57

Cláusula 12ª – O falecimento, a ausência ou a incapacidade permanente ou temporária dos sócios, acarretará em dissolução da Sociedade nos termos do Artigo 1.028 do Código Civil de 2002.

Da Resolução da Sociedade em Relação a Sócios e exclusão

Cláusula 13ª – O sócio que desejar se retirar da Sociedade deverá fazer a comunicação por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, informando a sua intenção de não continuar na sociedade. Os haveres do sócio retirante serão apurados e pagos na forma prevista na cláusula 12 acima.

Cláusula 14ª - Será expressamente admitida a exclusão de um sócio, por justa causa, sem prejuízo das demais formas de exclusão previstas na legislação específica, por deliberação dos sócios representando a maioria do capital social.

Parágrafo 1°: Caberá à reunião de sócios, especialmente convocada para este fim, deliberar sobre a caracterização da justa causa, fixando as condutas e/ou atos de inegável gravidade e periculosidade, os quais colocam em risco a continuidade da empresa e a consecução dos seus objetivos sociais.

Parágrafo 2°: Será dado ao sócio acusado, ciência da data, horário e local da reunião ou assembléia que deliberará pela sua exclusão, conferindo-o o direito de defesa e contraditório.

Parágrafo 3°: Os haveres do sócio excluído serão calculados e pagos na forma prevista na cláusula 12 acima.

Da Liquidação da Sociedade

Cláusula 15ª - A sociedade entrará em liquidação caso ocorra quaisquer das hipóteses previstas na legislação em vigor ou por decisão dos sócios que representem pelo menos três quartos do capital social, os quais deverão nomear o liquidante para a realização do ativo e passivo da sociedade nesse período.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Nome: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA
Nome Novo: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
NIRE: 332.0783356-4 Protocolo: 00-2017/019452-3 Data do protocolo: 16/01/2017
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 17/01/2017 SOB O NÚMERO 00003997176 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 6D8036295E8EC0361E8D51E37B16BE96FEE4FD75C553FEF6079DCE2B7C345268
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

13

Dos Casos Omissos

Cláusula 16ª - Os casos omissos no presente Contrato Social reger-se-ão pelas disposições da Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e, supletivamente, pelas normas da Sociedade Anônima.

Foro

Cláusula 17ª - Os sócios elegem o Foro da Comarca de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, para dirimir eventuais questões oriundas deste Contrato, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja."

E, por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e validade juntamente com as duas testemunhas abaixo para todos os fins e efeitos de direito.

Rio de Janeiro/RJ, 24 de Agosto de 2016.

Sócios:

DISTON – MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA.
Adivaldo Aparecido Neves

ADIVALDO APARECIDO NEVES

Testemunhas:

1. _____
Nome: Rubens Antonio A.Ribeiro
R.G.: 44.170.205-3 SSP/SP
CPF/MF:330.273.738-62

2. _____
Nome: Carlos Henrique Quesada
R.G.: 48.479.069-9 SSP/SP
CPF/MF: 419.152.478-02

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Nome: CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA
Nome Novo: DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
NIRE: 332.0783356-4 Protocolo: 00-2017/019452-3 Data do protocolo: 16/01/2017
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 17/01/2017 SOB O NÚMERO 00002997176 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 6D4036295EEEC0361E8D51E37B16BEV6FEE4FD75C553FEF6079DCE2B7C345268
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela digital, informe o nº de protocolo. Pag:11/13

PODER JUDICIÁRIO SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SAO PAULO
5 a. Vara Federal

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 58
5ª VARA

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) M.M.(a) Juiz(a), Sr.(a) Dr.(a) DENIO SILVA THE CARDOSO.
S.J. do Rio Preto 10 de maio de 2019

SIMONE R C SCABELLO (5222)
Técn/Analist.Judiciário (RF)
Processo No. 0001967-46.2018.403.6106

59

Processo No. 0001967-46.2018.403.6106

Face a anuência da exequente (fl. 51) e tendo em vista o documento de fl. 42, expeça-se mandado de penhora e avaliação a recair sobre o bem ofertado a fl. 37/41, intimando-se o executado Adivaldo Aparecido Neves da constrição referida, do prazo para ajuizamento de Embargos e para ficar como depositário do bem constrito.

Após, proceda a devolução da presente com as homenagens de estilo.

São José do Rio Preto 15 de maio de 2019

DENIO SILVA THE CARDOSO
Juiz Federal

D A T A
Em data de 15 de maio de 2019
baixaram estes autos a Secretaria com o
r. despacho supra

Mandados

00019674620184036106

Fls 60

5ª VARA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
6ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA EM SÃO PAULO - FORUM FEDERAL DE S.JOSE DO RIO PRETO
RUA DOS RADIALISTAS RIOPRETENSES, 1000 - 1º ANDAR - BAIRRO: CHACARA MUNICIPAL - CIDADE: SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
CEP: 00015090 PABX: 0..17 3216-8800

Processo Nº 0001967-46.2018.403.6106

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, em cumprimento à determinação judicial, expedi o alvará/mandado/ofício Nº 0605.2019.00945.

16 de Maio de 2019.

ULISSES SEVERINO JUNIOR
TÉCNICO JUDICIÁRIO R.F.: 3799

Mandados

JUNTADO NOS AUTOS EM 02/08/19

00019674620184036106

0605.2019.00945

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
6ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA EM SÃO PAULO - FORUM FEDERAL DE S.JOSE DO RIO PRETO
RUA DOS RADIALISTAS RIOPRETENSES, 1000 - 1º ANDAR - BAIRRO: CHACARA MUNICIPAL - CIDADE: SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
CEP: 00015090 PABX: 0..17 3216-8800 EMAIL: SJRPRE-SE05-VARA05@TRF3.JUS.BR
HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 09:00 ÀS 19:00h

SECRETARIA da 5ª VARA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | MANDADO Nº **0605.2019.00945**

MANDADO DE PENHORA, AVALIAÇÃO E INTIMAÇÃO

EXECUÇÃO FISCAL Nº **0001967-46.2018.403.6106**
Processo Administrativo nº
Juízo Deprecante:

Carta Precatória nº
Certidão de Dívida Ativa nº
Valor da Dívida para efeito de penhora:
R$ 1.521.557,06 em **28/03/2018**

Exeqüente: **FAZENDA NACIONAL**
Executado: **CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA E OUTRO** CNPJ/CPF: **000.000.000-00**
Endereço: **RUA LAS VEGAS, 155 - COM DEBORA CRISTINA** -CEP:
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Observação: Segue cópia de fls. 31/32, 34/41 e 59. Dar cumprimento nos termos da decisão de fl. 59, que acompanha o presente.

O(A) DOUTOR(A) **DENIO SILVA THE CARDOSO**, JUIZ(A) FEDERAL DA 5ª VARA - EXECUÇÃO FISCAL - 6 SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA EM SÃO PAULO

M A N D A a qualquer Analista Judiciário - Executante de Mandados (Oficial de Justiça Avaliador) deste Juízo Federal, a quem este for apresentado que, em seu cumprimento, se dirija ao endereço supra ou a outro local e, sendo aí:

1. **PENHORE** bens de propriedade do(a) executado(a), tantos quantos bastem para a satisfação da dívida, do valor acima, mais acréscimos legais;
2. **INTIME** o(a) executado(a) bem como o cônjuge, se casado(a) for e se a penhora recair sobre bem imóvel;
3. **CIENTIFIQUE** o(a) executado(a) de que terá o prazo de 30 (trinta) dias para oferecer embargos, contados da intimação da penhora;
4. **PROVIDENCIE O REGISTRO** da penhora: no Cartório de Registro de Imóveis, se o bem for imóvel ou a ele equiparado; na Repartição competente, se for de outra natureza; na Junta Comercial; na Bolsa de Valores e na Sociedade Comercial, se forem ações, debêntures, partes beneficiárias, cotas ou qualquer outro título, crédito ou direito societário nominativo; no Detran, DAC e Capitania dos Portos, se forem veículos automotores, aeronaves ou embarcações bem como perante todos os demais órgãos onde o registro se faça necessário, conforme a natureza do bem.;
5. **NOMEIE DEPOSITÁRIO**, colhendo sua assinatura e seus dados pessoais, com endereço (comercial e residencial), RG, CPF, filiação, advertindo-o de que não poderá abrir mão do encargo, sem prévia autorização judicial, sob as penas da lei, e que deverá comunicar a este Juízo da localização dos bens penhorados ou qualquer alteração substancial de seu estado.
6. **AVALIE** o(s) bem(ns) penhorado(s).
   Fica autorizado o uso de câmera fotográfica pelo oficial de justiça.

C U M P R A - S E na forma e sob as penas da lei. / ficando o Analista Judiciário - Executante de Mandados (Oficial de Justiça Avaliador) autorizado, excepcionalmente, a proceder na forma do art. 212, § 2º, do Código de Processo Civil.

E X P E D I D O nesta cidade de **SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**, em **16 de Maio de 2019.**
Eu, ULISSES SEVERINO JUNIOR, RF 3799, Técnico Judiciário, digitei. E eu, RIVALDO VICENTE LINO, Diretor(a) de Secretaria , conferi e subscrevo, por ordem do(a) MM.(a) Juiz(a) Federal.

RIVALDO VICENTE LINO
Diretor(a) de Secretaria

Proc. No. 0001967-46.2018.403.6106 – 5ª. Vara
Mandado No. 0605.2019.00945

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que em cumprimento ao r. mandado no dia 25/06/2019 procedi à penhora e avaliação do bem indicado objeto da matrícula No. 52.845 do 1°. O.R.I. desta cidade. Após me dirigi à **Rua Las Vegas, 155,** e ali deixei de nomear depositário e intimar os executados da penhora feita em virtude de não ter encontrado o seu representante legal e coexecutado Sr. ADIVALDO APARECIDO NEVES, uma vez que o mesmo encontra-se na cidade de S. Paulo, sem data prevista para retorno conforme informações ali apuradas.

Certifico ainda que entrei em contato com o Dr. CARLOS FAVERI, Assessor da executada, o qual informou que o Sr. ADIVALDO APARECIDO NEVES, embora tenha residência nesta cidade passa a maior parte do tempo trabalhando **na cidade de SÃO PAULO, onde pode ser encontrado na AV. ENGENHEIRO LUIS CARLOS BERRINI, No. 1500, 3°. Andar. - Bairro BROOKLYN NOVO, seu atual endereço comercial. Informou ainda que o Sr. ADIVALDO estará nesta cidade a partir do dia 15/07/2019.**

Certifico ainda que no dia **26/06/2019 INTIMEI o CREDOR HIPOTECÁRIO BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A.,** na pessoa de sua representante legal Sra. DEBORA FERNANDA A. SOLER, Gerente de Atendimento.

Certifico ainda que **no dia 15/07/2019 às 15,30hs me dirigi à Rodovia Euclides Cunha, KM 455, município de Mirassol/SP** e ali **NOMEEI DEPOSITÁRIO** o Sr. ADIVALDO APARECIDO NEVES, o qual aceitou o encargo de fiel depositário, **INTIMEI** da penhora, da avaliação e do prazo para embargos os executados **CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA.** na pessoa de seu representante legal **Sr. Adivaldo Aparecido Neves, e INTIMEI** este como coexecutado, o qual após ter sido cientificado de todo o teor do mandado, exarou sua assinatura no Auto de Penhora e Depósito de Bens e recebeu a Contrafé que lhe ofereci.

Certifico ainda que no dia 16/07/2019 solicitei, via Sistema ARISP, a averbação da penhora efetuada, a qual não foi averbada conforme NOTA DE DEVOLUÇÃO anexa.

Assim, diante das informações obtidas devolvo o mandado no aguardo de novas determinações.

São José do Rio Preto, 25 de Julho de 2.019.

DARCY ANTONIO FLORIM
Oficial de Justiça Avaliador

63

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA

5ª VARA FEDERAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO

"AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO"

Aos 25 dias do mês de Junho de 2.019, na Rodovia BR 153. No. 650, Bady Bassit/SP, Estado de São Paulo, em cumprimento ao r. mandado anexo, expedido pelo MM. Juiz Federal da 5ª Vara desta 6ª Subseção Judiciária. nos autos do **PROCESSO N.º 0001967-46.2018.4036106,** que a **FAZENDA NACIONAL** move em face de **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA E OUTRO,** para o recebimento da quantia de R$1.521.557,06 (Hum milhão. quinhentos e vinte e um mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e seis centavos) em 28/03/2018, procedi à **PENHORA E AVALIAÇÃO** do seguinte bem indicado:

- Uma área de 27.727,03 ms2, ou 2.77,27 has, ou seja, 1,15 alqueires, confrontando com Margarete Lote, com Walter Gonçalves de Abreu. com o Espólio de Ruilando Lotti, e finalmente com o Parque Industrial. encravado na Fazenda Campo ou Borboleta, com a denominação especial de Sitio 4 Irmãos, distrito, município de Bady Bassit, desta Comarca de São José do Rio Preto, objeto da matricula No. **52.845 do 1º. ORI.**

OBS. 1 – Conforme AV.001/52845 - Sobre o imóvel objeto da matrícula supra, pesa uma Servidão de Passagem em favor da COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ.

OBS. 2 – Imóvel este pertencente à executada ICEC conforme **R.007/52.845** de 31/08/2005.

OBS. 3 – Conforme **AV.008/52845**, o imóvel objeto da matricula supra passou pertencer ao PERIMETRO URBANO da cidade de Bady Bassit, nos termos da lei No. 1617/02 de 11/11/02.

OBS. 4 – Conforme **AV.09/52845** O referido imóvel acha-se cadastrado na Prefeitura Municipal sob no. 013.078/01.

OBS. 5 - Conforme **AV.10/52.845,** a proprietária ICEC CONSTRUÇÕES METÁLICAS LTDA., teve sua razão social alterada para CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA. em 31/08/2006.

OBS. 6 – O imóvel objeto desta matrícula é beneficiário da Servidão de Passagem conforme **registro No. 015 da matricula No. 64.610 efetuado em 04/10/2006,** por onde se dá o acesso ao mesmo que dista aproximadamente 170,00ms da rodovia BR-153 e 600,00ms do novo trevo de acesso à cidade de Bady Bassit/SP.

OBS. 7- Sobre o referido imóvel encontra -se a construção de uma área construída de aproximadamente 4.344,72 ms2, ainda não averbada

64

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA

junto à matrícula do imóvel, de dois galpões para fins industriais, um depósito de tintas, uma cobertura anexa ao galpão, uma ponte rolante externa, duas pontes rolantes internas.

Os galpões tem piso de concreto e camada de seixo rolado, são circundados por uma mureta de blocos de concreto com aproximadamente 0,60m de altura, cujo fechamento até a cobertura é feito de telhas metálicas galvanizadas e de PVC translúcidas, e cobertura também de telhas metálicas galvanizadas e PVC translúcidas.

O imóvel encontra-se em regular estado de conservação.

AVALIAÇÃO DO IMÓVEL: R$ 15.900.000,00 (Quinze milhões e novecentos mil reais)

.

Bens estes do devedor para garantir a execução e em seguida depositei-o em mãos e poder do Sr. ADVALDO APARECIDO NEVES, brasileiro, casado, empresário, portador do RG No.6.548.896 SSP/SP e do CPF No. 928.671.548-04 domiciliado na Rua Las Vegas, 155, condomínio Débora Cristina, nesta cidade, o qual se sujeitou às penas da Lei. Vai o presente auto assinado por mim, Oficial de Justiça Avaliador, Depositário, Executado.

DARCY ANTONIO FLORIM
Oficial de Justiça Avaliador

DEPOSITÁRIO
Advaldo Aparecido Neves

FICA O EXECUTADO **INTIMADO DO PRAZO DE 30 DIAS PARA OFERECER EMBARGOS.**

EXECUTADO:-
CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA.

Debora Fernanda A. Soler
Gerente de Atendimento
621963

26/06/2015

Fazenda
Ministério da Fazenda

[redacted]

66

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABE
04.858.299/0001-70 MATRIZ		11/01/200

NOME EMPRESARIAL
DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
****

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
41.20-4-00 - Construção de edifícios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
25.11-0-00 - Fabricação de estruturas metálicas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R CAMPO GRANDE	1096	SALA 611

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO
23.080-000	CAMPO GRANDE	RIO DE JANEIRO

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
COMERCIAL@HERACORP.COM.BR	(11) 3283-3767 / (21) 4101-0676

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇ
ATIVA	17/01/2017

PRIMEIRO OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP
Rua Bernardino de Campos, 4054 - Tel: (17) 3233-8797 - CEP 15.015-300
CNPJ: 51.857.332/0001-28
Gumercindo de Seta - Oficial

NOTA DE DEVOLUÇÃO

Protocolo nº: 542.962 em 16/07/2019 - Os efeitos desta **PRENOTAÇÃO** cessarão automaticamente em **14/08/2019** ao final do dia.
Apresentante: RIVALDO VICENTE LINO
Outorgado: ADIVALDO APARECIDO NEVES
Outorgante: MINISTERIO DA FAZENDA
Natureza do Título: PENHORA ON LINE

O presente título é devolvido nesta data, para que seja(m) atendida(s) a(s) seguinte(s) exigência(s):

Trata-se o presente de Certidão de PENHORA (Sistema penhora online - protocolo nº **PH000276609**) - Processo de Execução Fiscal número de ordem **00019674620184036106** da 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto, que instrumenta penhora sobre 100,00% do imóvel objeto da matrícula nº.52.845 desta Serventia.

Da sua analise resultou **não apto** o seu ingresso ao fólio real, uma vez que o imóvel referido na Certidão de Penhora supra citada, não se encontra em nome da DISTON - MONTAGENS E CONSTRUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA, mas sim em nome da: Construções Metálicas ICEC Ltda.

São José Do Rio Preto/SP, 23 de julho de 2019

ELI FRANCISCO BORELLI - SUBSTITUTO

RECIBO

Declaro haver devolvido o valor de **R$ 0,00** juntamente com o título original, ficando retido o valor de **R$ 0,00**, referente a prenotação conforme notas explicativas item 4.2 da lei estadual 11.331/2002. Conforme item 4.1 da lei estadual 11.331/2002, caso o título prenotado seja reapresentado dentro do prazo de validade, o custo da prenotação será descontado do valor cobrado pelo ato praticado.
PRIMEIRO OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

67

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que não houve ajuizamento de embargos pelos executados neste Juízo.
São José do Rio Preto, 05 de setembro de 2019.

Simone Rodrigues Capristo Scabello
Analista Judiciário
RF 5222

68

PROCESSO..: 0001967-46.2018.403.6106 VARA: 5

Situacao..: BAIXA - DEVOLVIDO Em..: 27/09/2019

Guia: 104/2019

Impressa em Secretaria 27/09/2019 / Rotina: LC-BA / (AOA)



PRIMEIRO OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP
Rua Bernardino de Campos, 4054 - Tel: (17) 3233-8797 - CEP 15.015-300
CNPJ: 51.857.332/0001-28
Luis Henrique Montemor Fortes - Oficial Interino

Data: 29/08/22 Hora: 12:37:14

PROTOCOLO DE CERTIDÃO Nº 577.591

Solicitante: SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Telefone: 32187664
Tipo de certidão: 1 L2 Nº 52845 /
Observação: OFICIO 510008478989

Constam em contraditório: L2 52845, Protocolo nº 593604 / L2 52845, Protocolo nº 610183 /

DEPÓSITO PRÉVIO: R$ 0,00

RETIRADA EM: 05/09/2022

Atendente: LUIZ GOMES DA SILVA JUNIOR
Declaro ter conferido o número de matrícula/transcrição, ou proprietário, ou identificações do imóvel a ser pesquisado e estar ciente de que não haverá substituição desta certidão.

Via cartório

SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

29/08/22 12:37 0.00 577591 PREV

PRIMEIRO OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP
Rua Bernardino de Campos, 4054 - Tel: (17) 3233-8797 - CEP 15.015-300
CNPJ: 51.857.332/0001-28
Luis Henrique Montemor Fortes - Oficial Interino

Data: 29/08/22 Hora: 12:37:14

PROTOCOLO DE CERTIDÃO Nº 577.591

Solicitante: SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Telefone: 32187664
Tipo de certidão: 1 L2 Nº 52845 /
Observação: OFICIO 510008478989

DEPÓSITO PRÉVIO: R$ 0,00

RETIRADA EM: 05/09/2022

Atendente: LUIZ GOMES DA SILVA JUNIOR

29/08/22 12:37 0.00 577591 PREV

HORÁRIO DE ATENDIMENTO: de segunda à sexta das 09:00 às 16:00 h..

DEVIDO AO CONTROLE DOS SELOS É DE SUMA IMPORTÂNCIA A CONFERÊNCIA PELO SOLICITANTE NO MOMENTO DA RETIRADA DA(S) CERTIDÃO(ÕES) SE A(S) MESMA(S) REFERE(M)-SE AO PEDIDO EFETUADO. A CERTIDÃO ACOMPANHADA DO RESPECTIVO RECIBO DE CUSTAS, SOMENTE SERÁ ENTREGUE MEDIANTE APRESENTAÇÃO DO ORIGINAL DESTE PROTOCOLO. O DEPÓSITO NÃO CORRESPONDE AO VALOR FINAL DAS DESPESAS. O SALDO FINAL SERÁ QUITADO NA RETIRADA. NÃO FORNECEMOS INFORMAÇÕES POR TELEFONE. QUANDO SOLICITADO O DEPÓSITO DE COMPLEMENTO, AO EFETUAR PIX VERIFICAR SE O MESMO É REFERENTE A ESTA SERVENTIA.

CHAVES PIX DESTA SERVENTIA: CNPJ 51.857.332/0001-28 ou E-MAIL: pagamento.ri@terra.com.br

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 128

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO
Data:
31/08/2022 13:49:26
Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
128

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 129

Evento:
DETERMINADA_A_INTIMACAO
Data:
07/11/2022 14:28:11
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
129

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA

EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

DESPACHO/DECISÃO

Evento 113 - Revejo a r. Decisão de evento 115, tão somente para nomear o Sr. RENATO GUEDES ROCHA, matrícula JUCERJA nº 211, com endereço na Rua Leite Ribeiro, 138, Bairro Fonseca, Niterói/RJ, CEP 24120-210, como Leiloeiro do M. Juízo.

Intime-se-o, por mandado, para ciência da presente, para como para que sugira data futura para a realização das praças.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510008864795v2** e do código CRC **39e56ce1**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 7/11/2022, às 14:28:11

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 130

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
07/11/2022 14:28:12
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
130
Executado:
ADIVALDO APARECIDO NEVES
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
18/11/2022 00:00:00
Data Final:
25/11/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
ELIAS FERREIRA DIOGO

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 131

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
07/11/2022 14:28:12
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
131
Executado:
IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
18/11/2022 00:00:00
Data Final:
25/11/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
ELIAS FERREIRA DIOGO, THALES LEONARDO OLIVEIRA MARINO, IGOR SANTOS PIMENTEL

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 132

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
07/11/2022 14:28:13
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
132
Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
09/11/2022 00:00:00
Data Final:
16/11/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
LETICIA CORDEIRO DE AQUINO BRIGOLINI

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 133

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__132
Data:
08/11/2022 22:44:23
Usuário:
P154244 - JOSE PAULO MEIRA FILHO - PROCURADOR
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
133

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 134

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__132
Data:
08/11/2022 22:44:23
Usuário:
P154244 - JOSE PAULO MEIRA FILHO - PROCURADOR
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
134

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Rio de Janeiro

EXMº. SR. DR. JUIZ DA ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Processo nº.

A **FAZENDA NACIONAL**, representada por seu Procurador infra-assinado, nos autos do processo em epígrafe, vem, perante V. Exª., manifestar ciência da r. decisão retro.

Nestes termos,
Pede juntada.

José Paulo Meira Filho
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 135

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AOS_EVENTOS__130_E_131
Data:
17/11/2022 23:59:59
Usuário:
SECJF - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
135

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 136

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AOS_EVENTOS__130_E_131
Data:
26/11/2022 01:04:34
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
136

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 137

Evento:
EXPEDICAO_DE_MANDADO___RJNITSECMA
Data:
25/01/2023 17:47:23
Usuário:
JRJ10758 - ANDRE BOTELHO JUCA - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
137

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA

EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

MANDADO Nº 510009496478

MANDADO DE INTIMAÇÃO

DESTINATÁRIO: **RENATO GUEDES ROCHA**

ENDEREÇO: **Rua Leite Ribeiro, 138, Fonseca, Niterói/RJ - 24120210 (Residencial)**

O M. JUIZ FEDERAL DA SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO, NA FORMA DA LEI E NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES,

MANDA ao Analista Judiciário - Executante de Mandados desta Seção Judiciária que, em cumprimento ao presente mandado, indo devidamente assinado, extraído dos autos do processo em referência, dirija-se ao endereço acima indicado e, sendo aí, proceda à **INTIMAÇÃO** de RENATO GUEDES ROCHA, para ciência de sua nomeação como Leiloeiro do Juízo, bem como para que sugira data futura para a realização das praças. Tudo em conformidade com a r. decisão em anexo.

EXPEDIDO por ordem da M. Juiz Dr. ROSANGELA LUCIA MARTINS, no Município do Rio de Janeiro, em 25/01/2023, por RICARDO CORNI ALVES (Servidor(a) Secretaria). **Fica autorizado o cumprimento eletrônico**

OBSERVAÇÕES:

1) As empresas públicas ou privadas são obrigadas a realizar e manter cadastro no sistema de processo judicial (eProc) para efeito de recebimento de citações e intimações, conforme o artigo 246, § 1º, do Código de Processo Civil. Para tal cadastramento devem seguir as instruções contidas no link: ***https://www.jfrj.jus.br/conteudo/cadastro-no-sistema-e-proc/cadastro-de-representante-legal.***

2) É dever da parte citanda confirmar o recebimento da citação eletrônica (ou por meio eletrônico), no prazo de até 3 (três) dias úteis, sob pena de cometer ato atentatório à dignidade da Justiça, passível de multa de até 5% (cinco por cento) do valor da causa, conforme artigo 246, §§ 1º-A e 1º-C, do Código de Processo Civil.

3) Qualquer alteração de endereço ou meio de contato deverá ser comunicada ao Juízo, nos termos do artigo 77, inciso V, do Código de Processo Civil.

4) De acordo com a Portaria n. 2011/00048, de 17/08/2011, do Tribunal Regional Federal – TRF/2ª Região, "***o horário de atendimento ao público externo é das 12h às 17h***". O atendimento também poderá ser obtido remotamente pelo **Balcão Virtual**, através da plataforma *Zoom*, pelo link **https://jfrj-jus-br.zoom.us/j/8525290936**, ou pelo QR Code (apontar a câmera do *smartphone*) a seguir:

BALCÃO VIRTUAL

5) A **íntegra dos autos do processo eletrônico** pode ser obtida por acesso à internet no sítio: ***https://www.jfrj.jus.br****/consultas-e-servicos/orientacoes-de-consulta-e-proc/consulta-publica-no-e-proc,* no link: "*Consulta Processual Pública e-Proc*", nesta utilizando o nº do processo: 00234691320174025101 e a chave do processo: 705721485618, ou pelo link ***https://eproc.jfrj.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=processo_consulta_publica***, ou, ainda, pelo QR Code (apontar a câmera do *smartphone*) a seguir:

CONSULTA PROCESSUAL

SUPORTE TÉCNICO EPROC: (21) 3952-5373

6) O valor atualizado da dívida e as instruções para parcelamento e pagamento devem ser obtidos diretamente junto ao Exequente. Após pagar ou negociar perante a Exequente o devedor deverá comunicar ao M. Juízo, sob pena de prosseguimento da execução.

6.1) **No caso de dívida cobrada pela Procuradoria da Fazenda Nacional**, o devedor deverá acessar o Portal REGULARIZE, pela internet, no endereço: ***regularize.pgfn.gov.br***. No REGULARIZE é possível pagar, negociar ou pedir a revisão da dívida, caso não concorde com a cobrança. Em havendo dúvidas poderá encaminhar mensagem para: ***atendimentoresidualunico.rj.prfn2regiao@pgfn.gov.br*** ;

6.2) **No caso de dívida cobrada pela pela Procuradoria Regional Federal** (p. ex.: ANTT, ANVISA, ANS, INMETRO, IBAMA etc.), recomenda-se encaminhar email para PRF2 - Atendimento Núcleo de Cobrança **prf2atendimentonucob@agu.gov.br** a fim de apurar o valor atualizado e solicitar a emissão da guia de pagamento. Se houver interesse no parcelamento da dívida, recomenda-se o envio de mensagem para **prf2.parcelamentonucob@agu.gov.br**;

6.3) **Se o débito for relativo ao FGTS**, recomenda-se o acesso ao site "Conectividade Social ICP", da Caixa Econômica Federal - CEF: *https://www.caixa.gov.br/empresa/conectividade-social/paginas/default.aspx/* com a finalidade de apurar o valor atualizado e providenciar a quitação ou parcelamento da dívida.

7) No caso de não concordar com a cobrança da dívida e pretender discuti-la judicialmente o interessado deverá constituir Advogado ou Defensor Público, nos termos do artigo 103 do Código de Processo Civil.**Caso não tenha condições financeiras de contratar um Advogado** entre em contato com a Defensoria Pública da União (DPU), na Rua Uruguaiana, 174, Centro, Rio de Janeiro/RJ, telefone: (21) 99210-4294 / 2460-5000/5060/5061/5073, entre 8h30min e 14h30min, de segunda a sexta-feira, em dias úteis; ou pelo email: *dpu.rj@dpu.gov.br / cac.rj@dpu.def.br*,

8) A garantia da dívida pode ser feita por depósito judicial, com abertura de conta judicial na Caixa Econômica Federal - CEF, agência 4117, operação 635; email: ag4117rj01@caixa.gov.br; endereço: Av. Venezuela, 134, térreo. Centro; *https://www.jfrj.jus.br/consultas-e-servicos/calculos-e-valores/depositos-judiciais.* **Para outras formas de garantia da dívida** deverá buscar a orientação de Advogado ou Defensor Público.

Documento eletrônico assinado por **ANDRE BOTELHO JUCA, Diretor de Secretaria** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510009496478v2** e do código CRC **a9db4f72**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): ANDRE BOTELHO JUCA
Data e Hora: 25/1/2023, às 17:47:23

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 138

Evento:

RECEBIDO_O_MANDADO_PARA_CUMPRIMENTO_PELO_OFICIAL_DE_JUSTICA___REFER__AO_EVEN

Data:
30/01/2023 15:13:51

Usuário:
JRJ18419 - CRISTIANE MARIA CORREIA DA SILVA - DIRETOR DE SECRETARIA

Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

Sequência Evento:
138

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 139

Evento:
JUNTADA_DE_MANDADO_CUMPRIDO___REFER__AO_EVENTO__137
Data:
13/02/2023 18:49:46
Usuário:
JRJ12708 - LUIS GUSTAVO BRITO DO AMARAL - OFICIAL DE JUSTIÇA
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
139

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
Central de Mandados - Niterói

Niterói/RJ,

CLASSE/AUTOS: EXECUÇÃO FISCAL - 0023469-13.2017.402.5101

REQUERENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

REQUERIDO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

CERTIDÃO POSITIVA

Certifico e dou fé que, nesta data, em cumprimento ao referido mandado retro, me dirigi ao local indicado e PROCEDI A INTIMAÇÃO do Sr. Renato Guedes Rocha que após tomar conhecimento do inteiro teor d mandado, recebeu a contrafé e exarou o seu ciente.

13/02/2023

LUIS GUSTAVO BRITO DO AMARAL

Assinatura Eletrônica TRF 2ª Região

Documento eletrônico assinado por **LUIS GUSTAVO BRITO DO AMARAL (JRJ12708)** em 13/02/2023 18:49:38 na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, menu "Consulta Autenticidade de Documentos", mediante o preenchimento do código verificador **C823099E5A1R65** e, se solicitado, do código CRC **30755B77**.

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA
EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

Ciente.
13/02/23

MANDADO Nº 510009496478

MANDADO DE INTIMAÇÃO

DESTINATÁRIO: **RENATO GUEDES ROCHA**

ENDEREÇO: **Rua Leite Ribeiro, 138, Fonseca, Niterói/RJ - 24120210 (Residencial)**

O M. JUIZ FEDERAL DA SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO, NA FORMA DA LEI E NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES,

MANDA ao Analista Judiciário - Executante de Mandados desta Seção Judiciária que, em cumprimento ao presente mandado, indo devidamente assinado, extraído dos autos do processo em referência, dirija-se ao endereço acima indicado e, sendo aí, proceda à **INTIMAÇÃO** de RENATO GUEDES ROCHA, para ciência de sua nomeação como Leiloeiro do Juízo, bem como para que sugira data futura para a realização das praças. Tudo em conformidade com a r. decisão em anexo.

EXPEDIDO por ordem da M. Juiz Dr. ROSANGELA LUCIA MARTINS, no Município do Rio de Janeiro, em 25/01/2023, por RICARDO CORNI ALVES (Servidor(a) Secretaria). **Fica autorizado o cumprimento eletrônico**

OBSERVAÇÕES:

1) As empresas públicas ou privadas são obrigadas a ***realizar e manter cadastro no sistema de processo judicial (eProc) para efeito de*** recebimento de citações e intimações, conforme o artigo 246, § 1º, do Código de Processo Civil. Para tal cadastramento devem seguir as instruções contidas no link: ***https://www.jfrj.jus.br/conteudo/cadastro-no-sistema-e-proc/cadastro-de-representante-legal.***

2) É dever da parte citanda confirmar o recebimento da citação eletrônica **(ou por meio eletrônico), no prazo de até 3 (três) dias úteis**, sob pena de cometer ato atentatório à dignidade da Justiça, passível de multa de até 5% (cinco por cento) do valor da causa, conforme artigo 246, §§ 1º-A e 1º-C, do Código de Processo Civil.

3) Qualquer alteração de endereço ou meio de contato deverá ser comunicada ao Juízo, nos termos do artigo 77, inciso V, do Código de Processo Civil.

4) De acordo com a Portaria n. 2011/00048, de 17/08/2011, do Tribunal Regional Federal – TRF/2ª Região, **" *o horário de atendimento ao público externo é das 12h às 17h*"**. O atendimento também poderá ser obtido remotamente pelo **Balcão Virtual**, através da plataforma *Zoom*, pelo link **https://jfrj-jus-br.zoom.us/j/8525290936**, ou pelo QR Code (apontar a câmera do *smartphone*) a seguir:

00234691320174025101
Região: 01

823099

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 140

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO
Data:
14/02/2023 12:31:27
Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
140

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 141

Evento:
DETERMINADA_A_INTIMACAO
Data:
15/02/2023 16:17:26
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
141

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA

EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

DESPACHO/DECISÃO

Renove-se a diligência do evento 137.1.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510009668420v2** e do código CRC **4bb467cf**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 15/2/2023, às 16:17:26

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 142

Evento:
EXPEDICAO_DE_MANDADO___RJNITSECMA
Data:
20/04/2023 16:49:43
Usuário:
JRJ10758 - ANDRE BOTELHO JUCA - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
142

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA

EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

MANDADO Nº 510010123275

MANDADO DE INTIMAÇÃO

DESTINATÁRIO: **RENATO GUEDES ROCHA**

ENDEREÇO: **RUA LEITE RIBEIRO, 138, CASA, FONSECA, Niterói/RJ - 24120210 (Residencial)**

O M. JUIZ FEDERAL DA SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO, NA FORMA DA LEI E NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES,

MANDA ao Analista Judiciário - Executante de Mandados desta Seção Judiciária que, em cumprimento ao presente mandado, indo devidamente assinado, extraído dos autos do processo em referência, dirija-se ao endereço acima indicado e, sendo aí, proceda à **INTIMAÇÃO** de RENATO GUEDES ROCHA, para ciência de sua nomeação como Leiloeiro do Juízo, **BEM COMO PARA QUE SUGIRA DATA FUTURA PARA A REALIZAÇÃO DAS PRAÇAS.** Tudo em conformidade com a r. decisão em anexo.

EXPEDIDO por ordem da M. Juiz Dr. MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, no Município do Rio de Janeiro, em 17/04/2023, por ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA (Servidor(a) Secretaria). **Fica autorizado o cumprimento eletrônico**

OBSERVAÇÕES:

1) As empresas públicas ou privadas são obrigadas a realizar e manter cadastro no sistema de processo judicial (eProc) para efeito de recebimento de citações e intimações, conforme o artigo 246, § 1º, do Código de Processo Civil. Para tal cadastramento devem seguir as instruções contidas no link: ***https://www.jfrj.jus.br/conteudo/cadastro-no-sistema-e-proc/cadastro-de-representante-legal.***

2) É dever da parte citanda confirmar o recebimento da citação eletrônica (ou por meio eletrônico), no prazo de até 3 (três) dias úteis, sob pena de cometer ato atentatório à dignidade da Justiça, passível de multa de até 5% (cinco por cento) do valor da causa, conforme artigo 246, §§ 1º-A e 1º-C, do Código de Processo Civil.

3) Qualquer alteração de endereço ou meio de contato deverá ser comunicada ao Juízo, nos termos do artigo 77, inciso V, do Código de Processo Civil.

4) De acordo com a Portaria n. 2011/00048, de 17/08/2011, do Tribunal Regional Federal – TRF/2ª Região, "***o horário de atendimento ao público externo é das 12h às 17h***". O atendimento também poderá ser obtido remotamente pelo **Balcão Virtual**, através da plataforma *Zoom*, pelo link **https://jfrj-jus-br.zoom.us/j/8525290936**, ou pelo QR Code (apontar a câmera do *smartphone*) a seguir:

BALCÃO VIRTUAL

5) A **íntegra dos autos do processo eletrônico** pode ser obtida por acesso à internet no sítio: ***https://www.jfrj.jus.br****/consultas-e-servicos/orientacoes-de-consulta-e-proc/consulta-publica-no-e-proc,* no link: "*Consulta Processual Pública e-Proc*", nesta utilizando o nº do processo: 00234691320174025101 e a chave do processo: 705721485618, ou pelo link ***https://eproc.jfrj.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=processo_consulta_publica***, ou, ainda, pelo QR Code (apontar a câmera do *smartphone*) a seguir:

CONSULTA PROCESSUAL

SUPORTE TÉCNICO EPROC: (21) 3952-5373

6) O valor atualizado da dívida e as instruções para parcelamento e pagamento devem ser obtidos diretamente junto ao Exequente. Após pagar ou negociar perante a Exequente o devedor deverá comunicar ao M. Juízo, sob pena de prosseguimento da execução.

6.1) **No caso de dívida cobrada pela Procuradoria da Fazenda Nacional**, o devedor deverá acessar o Portal REGULARIZE, pela internet, no endereço: ***regularize.pgfn.gov.br***. No REGULARIZE é possível pagar, negociar ou pedir a revisão da dívida, caso não concorde com a cobrança. Em havendo dúvidas poderá encaminhar mensagem para: ***atendimentoresidualunico.rj.prfn2regiao@pgfn.gov.br*** ;

6.2) **No caso de dívida cobrada pela Procuradoria Regional Federal** (p. ex.: ANTT, ANVISA, ANS, INMETRO, IBAMA etc.), recomenda-se encaminhar email para **Divisão de Cobrança Judicial 2 pgf.dcjud2@agu.gov.br** a fim de apurar o valor atualizado e solicitar a emissão da guia de pagamento. Se houver interesse no parcelamento da dívida, recomenda-se o envio de mensagem para **prf2.parcelamentonucob@agu.gov.br**;

6.3) **Se o débito for relativo ao FGTS**, recomenda-se o acesso ao site "Conectividade Social ICP", da Caixa Econômica Federal - CEF: *https://www.caixa.gov.br/empresa/conectividade-social/paginas/default.aspx/* com a finalidade de apurar o valor atualizado e providenciar a quitação ou parcelamento da dívida.

7) No caso de não concordar com a cobrança da dívida e pretender discuti-la judicialmente o interessado deverá constituir Advogado ou Defensor Público, nos termos do artigo 103 do Código de Processo Civil.**Caso não tenha condições financeiras de contratar um Advogado** entre em contato com a Defensoria Pública da União (DPU), na Rua Uruguaiana, 174, Centro, Rio de Janeiro/RJ, telefone: (21) 99210-4294 / 2460-5000/5060/5061/5073, entre 8h30min e 14h30min, de segunda a sexta-feira, em dias úteis; ou pelo email: *dpu.rj@dpu.gov.br / cac.rj@dpu.def.br*,

8) A garantia da dívida pode ser feita por depósito judicial, com abertura de conta judicial na Caixa Econômica Federal - CEF, agência 4117, operação 635; email: ag4117rj01@caixa.gov.br; endereço: Av. Venezuela, 134, térreo. Centro; *https://www.jfrj.jus.br/consultas-e-servicos/calculos-e-valores/depositos-judiciais.* **Para outras formas de garantia da dívida** deverá buscar a orientação de Advogado ou Defensor Público.

Documento eletrônico assinado por **ANDRE BOTELHO JUCA, Diretor de Secretaria** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510010123275v2** e do código CRC **1c42c10a**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): ANDRE BOTELHO JUCA
Data e Hora: 20/4/2023, às 16:49:43

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 144

Evento:

CANCELADA_A_MOVIMENTACAO_PROCESSUAL_____RECEBIDO_O_MANDADO_PARA_CUMPRIMEN

Data:
24/04/2023 20:16:49

Usuário:
JRJ18419 - CRISTIANE MARIA CORREIA DA SILVA - DIRETOR DE SECRETARIA

Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

Sequência Evento:
144

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 145

Evento:

RECEBIDO_O_MANDADO_PARA_CUMPRIMENTO_PELO_OFICIAL_DE_JUSTICA___REFER__AO_EVEN

Data:
24/04/2023 20:27:14

Usuário:
JRJ18419 - CRISTIANE MARIA CORREIA DA SILVA - DIRETOR DE SECRETARIA

Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

Sequência Evento:
145

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 146

Evento:
JUNTADA_DE_MANDADO_CUMPRIDO___REFER__AO_EVENTO__142
Data:
26/04/2023 10:44:28
Usuário:
JRJ12708 - LUIS GUSTAVO BRITO DO AMARAL - OFICIAL DE JUSTIÇA
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
146
Interessado:
RENATO GUEDES ROCHA
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
27/04/2023 00:00:00
Data Final:
04/05/2023 23:59:59

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
Central de Mandados - Niterói

Niterói/RJ,

CLASSE/AUTOS: EXECUÇÃO FISCAL - 0023469-13.2017.402.5101

REQUERENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

REQUERIDO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

CERTIDÃO POSITIVA

Certifico e dou fé que, nesta data, em cumprimento ao referido mandado retro, me dirigi ao local indicado e PROCEDI A INTIMAÇÃO DE RENATO GUEDES ROCHA que após tomar conhecimento do inteiro t do mandado, recebeu a contrafé e exarou o seu ciente.

26/04/2023

LUIS GUSTAVO BRITO DO AMARAL

Assinatura Eletrônica TRF 2ª Região

Documento eletrônico assinado por **LUIS GUSTAVO BRITO DO AMARAL (JRJ12708)** em 26/04/2023 10:44:22 na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, menu "Consulta Autenticidade de Documentos", mediante o preenchimento do código verificador **C875805E5A1R00** e, se solicitado, do código CRC **F05C64AB**.

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA
EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

26/04/23
Ciente.
Renato Guedes Leiloeiro.

MANDADO Nº 510010123275

MANDADO DE INTIMAÇÃO

DESTINATÁRIO: **RENATO GUEDES ROCHA**

ENDEREÇO: **RUA LEITE RIBEIRO, 138, CASA, FONSECA, Niterói/RJ - 24120210 (Residencial)**

O M. JUIZ FEDERAL DA SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO, NA FORMA DA LEI E NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES,

MANDA ao Analista Judiciário - Executante de Mandados desta Seção Judiciária que, em cumprimento ao presente mandado, indo devidamente assinado, extraído dos autos do processo em referência, dirija-se ao endereço acima indicado e, sendo aí, proceda à **INTIMAÇÃO** de RENATO GUEDES ROCHA, para ciência de sua nomeação como Leiloeiro do Juízo, **BEM COMO PARA QUE SUGIRA DATA FUTURA PARA A REALIZAÇÃO DAS PRAÇAS.** Tudo em conformidade com a r. decisão em anexo.

EXPEDIDO por ordem da M. Juiz Dr. MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, no Município do Rio de Janeiro, em 17/04/2023, por ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA (Servidor(a) Secretaria). **Fica autorizado o cumprimento eletrônico**

OBSERVAÇÕES:

1) As empresas públicas ou privadas são obrigadas a realizar e manter cadastro no sistema de processo judicial (eProc) para efeito de recebimento de citações e intimações, conforme o artigo 246, § 1º, do Código de Processo Civil. Para tal cadastramento devem seguir as instruções contidas no link: ***https://www.jfrj.jus.br/conteudo/cadastro-no-sistema-e-proc/cadastro-de-representante-legal.***

2) É dever da parte citanda confirmar o recebimento da citação eletrônica (ou por meio eletrônico), no prazo de até 3 (três) dias úteis, sob pena de cometer ato atentatório à dignidade da Justiça, passível de multa de até 5% (cinco por cento) do valor da causa, conforme artigo 246, §§ 1º-A e 1º-C, do Código de Processo Civil.

3) Qualquer alteração de endereço ou meio de contato deverá ser comunicada ao Juízo, nos termos do artigo 77, inciso V, do Código de Processo Civil.

4) De acordo com a Portaria n. 2011/00048, de 17/08/2011, do Tribunal Regional Federal – TRF/2ª Região, " ***o horário de atendimento ao público externo é das 12h às 17h***". O atendimento também poderá ser obtido remotamente pelo **Balcão Virtual**, através da plataforma *Zoom*, pelo link **https://jfrj-jus-br.zoom.us/j/8525290936**, ou pelo QR Code (apontar a câmera do *smartphone*) a seguir:

00234691320174025101
Região: 01

875805

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 147

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__146
Data:
05/05/2023 01:03:53
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
147

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 148

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO
Data:
09/05/2023 11:10:08
Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
148

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 149

Evento:
DETERMINADA_A_INTIMACAO
Data:
24/05/2023 08:54:06
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
149

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA

EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

DESPACHO/DECISÃO

Renove-se a diligência.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510010461738v2** e do código CRC **4c5f4f05**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 24/5/2023, às 8:54:6

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 150

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_COMUNICACAO_ELETRONICA___EMAIL_ENVIADO
Data:
24/05/2023 13:33:57
Usuário:
JRJ12495 - CLAUDIO MARCUS DE MELO - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
150

Justiça Federal da 2ª Região

Informações do Email Enviado

24/05/2023 13:33:56

De: 06vfef@jfrj.jus.br
Para: juridico3@leiloesjudiciais.com.br
Assunto: JFRJ - 6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro - Processo 0023469-13.2017.4.02.5101

Senhor Leiloeiro,

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar cópia da decisão exarada nos autos do processo em epígrafe, para ciência e cumprimento.

[Email enviado pelo sistema eprocRJ da Justiça Federal da 2ª Região]

Anexos

Evento 129-DESPADEC1.pdf
Evento 137-MAND1.pdf
Evento 142-MAND1.pdf
Evento 146-CERT2.pdf
Evento 146-CERT1.pdf
Evento 139-CERT2.pdf
Evento 139-CERT1.pdf

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 151

Evento:
PETICAO
Data:
10/07/2023 16:41:00
Usuário:
PERRJ397427 - FABIO MANOEL GUIMARAES - PERITO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
151

FÁBIO MANOEL GUIMARÃES

LEILOEIRO OFICIAL | JUCERJA Nº 136 | JUCEMG Nº 1209/2021 | JUCIS/DF Nº 109/2021 | JUCEES Nº 079/2021

JUSTIÇA FEDERAL
6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
ILMO(A) SENHOR(A) DIRETOR(A) DE SECRETARIA

PROCESSO:	**0023469-13.2017.4.02.5101 – ExFis**
EXEQUENTE:	**UNIÃO – FAZENDA NACIONAL**
EXECUTADO:	**ADIVALDO APARECIDO NEVES e IMP CONSTRUÇÕES E MONTAGENS LTDA**

FÁBIO MANOEL GUIMARÃES, Leiloeiro Oficial, devidamente inscrito na JUCERJA sob o nº 136, com endereço profissional impresso no rodapé desta, vêm mui respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, apresentar:

SUGESTÃO DE DATAS para a realização de leilão, somente na modalidade **ELETRÔNICA,** conforme segue:

1ºLEILÃO: 10 de outubro de 2023, com encerramento às 14:00 horas
2ºLEILÃO: 24 de outubro de 2023, com encerramento às 14:00 horas

Informo que os leilões serão realizados exclusivamente através do site www.fabioleiloes.com.br.

Comunico que ficarei encarregado da confecção dos editais, porém, a publicação dos mesmos está a cargo desta R. Serventia.

FÁBIO MANOEL GUIMARÃES

LEILOEIRO OFICIAL | JUCERJA Nº 136 | JUCEMG Nº 1209/2021 | JUCIS/DF Nº 109/2021 | JUCEES Nº 079/2021

Não havendo lances no leilão, com base nos princípios da celeridade e economia processual, e ainda, visando aproveitar os atos já empregados na divulgação do leilão, o(s) bem(ns) penhorado(s) serão automaticamente incluídos em venda direta por **60 (sessenta) dias corridos**. Obs.: A venda direta será fechada em ciclos de 15 dias cada. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, até o prazo final. Tudo em conformidade com o artigo 880 do CPC c/c art. 375 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional do TRF da 4ª Região, aprovada pelo Provimento nº 62, de 13/06/2017. **Procedimento a ser realizado pelo(a) leiloeiro(a), caso não haja discordância do Juízo.**

OBSERVAÇÃO: Visando não tumultuar o andamento do processo, este(a) Leiloeiro(a) informa que juntará nos autos o resultado das duas datas ao final do 2º leilão.

No caso de o(s) leilão(ões) restar(em) negativo(s) e, sendo aceito por este D. Juízo a realização de Venda Direta, conforme disposto acima, este(a) Leiloeiro(a) Oficial, solicita, caso seja possível, que tal disposição conste no edital de leilão.

Possuindo as partes, advogado constituído nos autos, com base na inteligência do Artigo 889 do CPC, pede este(a) Leiloeiro(a) Oficial, respeitosamente, que esta D. Vara realize a intimação eletrônica dos advogados, vejamos:

> **Art. 889**. Serão cientificados da alienação judicial, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência: I - o executado, ***por meio de seu advogado*** ou, se não tiver procurador constituído nos autos, por carta registrada, mandado, edital ou outro meio idôneo; ***(grifo nosso)***

FÁBIO MANOEL GUIMARÃES

LEILOEIRO OFICIAL | JUCERJA Nº 136 | JUCEMG Nº 1209/2021 | JUCIS/DF Nº 109/2021 | JUCEES Nº 079/2021

Não sendo esse o entendimento desta D. Vara, este(a) Leiloeiro(a) Oficial fica desde já à disposição para proceder com as intimações da forma como for determinado, bastando ser intimado(a) para tal.

Peço ainda, que caso este D. Juízo utilize de sistema eletrônico para protocolo de documentos, que tal profissional seja habilitado no presente processo, inclusive para proceder a juntada dos documentos relativos a hasta.

Em caso de dúvidas e/ou maiores esclarecimentos, disponibilizo os meios de contato pelo F. 0800-730-4050 e/ou e-mail juridico3@leiloesjudiciais.com.br.

Sendo o que tinha para o momento, renovo votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,
Em, 10 de julho de 2023.



FÁBIO MANOEL GUIMARÃES
Leiloeiro Oficial

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 152

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO
Data:
01/08/2023 14:37:01
Usuário:
JRJ12495 - CLAUDIO MARCUS DE MELO - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
152

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 153

Evento:
DETERMINADA_A_INTIMACAO
Data:
07/08/2023 15:48:45
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
153

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA

EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

DESPACHO/DECISÃO

Complementando os termos da r. Decisão antecedente, designo as datas de **10 de outubro de 2023, com encerramento às 14:00 horas**, para a realização da 1ª Praça, e de **24 de outubro de 2023, com encerramento às 14:00 horas,** para a realização da 2ª Praça do Leilão Judicial anteriormente deferido.

Cumpram-se os demais atos já determinados pela referida decisão e, não havendo mais pedido nos autos pendente de apreciação, fique suspenso o processo no aguardo das praças ou até que venha algum pedido das partes.

Intimem-se.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510011043540v2** e do código CRC **b5fec67b**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 7/8/2023, às 15:48:45

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 154

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
07/08/2023 15:48:46
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
154
Executado:
ADIVALDO APARECIDO NEVES
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
18/08/2023 00:00:00
Data Final:
24/08/2023 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
ELIAS FERREIRA DIOGO

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 155

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
07/08/2023 15:48:46
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
155
Executado:
IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
18/08/2023 00:00:00
Data Final:
24/08/2023 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
ELIAS FERREIRA DIOGO, THALES LEONARDO OLIVEIRA MARINO, IGOR SANTOS PIMENTEL

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 156

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
07/08/2023 15:48:46
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
156
Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
10/08/2023 00:00:00
Data Final:
17/08/2023 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
JOSE PAULO MEIRA FILHO

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 157

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
08/08/2023 12:41:50
Usuário:
JRJ12495 - CLAUDIO MARCUS DE MELO - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
157
Perito:
FABIO MANOEL GUIMARAES
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
18/08/2023 00:00:00
Data Final:
24/08/2023 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
FABIO MANOEL GUIMARAES

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 158

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__156
Data:
09/08/2023 00:39:07
Usuário:
P154244 - JOSE PAULO MEIRA FILHO - PROCURADOR
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
158

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 159

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__156
Data:
09/08/2023 00:39:07
Usuário:
P154244 - JOSE PAULO MEIRA FILHO - PROCURADOR
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
159

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Rio de Janeiro

EXMº. SR. DR. JUIZ DA ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Processo nº.

A **FAZENDA NACIONAL**, representada por seu Procurador infra-assinado, nos autos do processo em epígrafe, vem, perante V. Exª., manifestar ciência da r. decisão retro.

Nestes termos,
Pede juntada.

José Paulo Meira Filho
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 160

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__157
Data:
17/08/2023 15:58:10
Usuário:
PERRJ397427 - FABIO MANOEL GUIMARAES - PERITO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
160

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 161

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__157
Data:
17/08/2023 15:58:10
Usuário:
PERRJ397427 - FABIO MANOEL GUIMARAES - PERITO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
161

FÁBIO MANOEL GUIMARÃES

LEILOEIRO OFICIAL | JUCERJA Nº 136 | JUCEMG Nº 1209/2021 | JUCIS/DF Nº 109/2021 | JUCEES Nº 079/2021

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO
ILMO(A) SENHOR(A) DIRETOR(A) DE SECRETARIA

PROCESSO: **0023469-13.2017.4.02.5101 – ExFis**

EXEQUENTE: **UNIÃO – FAZENDA NACIONAL**

EXECUTADO: **IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA e outro**

FÁBIO MANOEL GUIMARÃES, Leiloeiro Oficial, devidamente inscrito na JUCERJA sob o nº 136, com endereço profissional impresso no rodapé desta, vêm mui respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, apresentar:

SUGESTÃO DE DATAS para a realização de leilão, somente na modalidade **ELETRÔNICA,** conforme segue:

1ºLEILÃO: 10 de outubro de 2023, com encerramento às 14:00 horas
2ºLEILÃO: 24 de outubro de 2023, com encerramento às 14:00 horas

Informo que os leilões serão realizados exclusivamente através do site www.fabioleiloes.com.br.

Comunico que ficarei encarregado da confecção dos editais, porém, a publicação dos mesmos está a cargo desta R. Serventia.

Não havendo lances no leilão, com base nos princípios da celeridade e economia processual, e ainda, visando aproveitar os atos já empregados na divulgação do leilão, o(s) bem(ns) penhorado(s) serão automaticamente incluídos em venda direta por **60 (sessenta) dias corridos**. Obs.: A venda direta será fechada em ciclos de 15 dias cada. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, até o

prazo final. Tudo em conformidade com o artigo 880 do CPC c/c art. 375 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional do TRF da 4ª Região, aprovada pelo Provimento nº 62, de 13/06/2017. **Procedimento a ser realizado pelo(a) leiloeiro(a), caso não haja discordância do Juízo.**

OBSERVAÇÃO: Visando não tumultuar o andamento do processo, este(a) Leiloeiro(a) informa que juntará nos autos o resultado das duas datas ao final do 2º leilão.

No caso de o(s) leilão(ões) restar(em) negativo(s) e, sendo aceito por este D. Juízo a realização de Venda Direta, conforme disposto acima, este(a) Leiloeiro(a) Oficial, solicita, caso seja possível, que tal disposição conste no edital de leilão.

Possuindo as partes, advogado constituído nos autos, com base na inteligência do Artigo 889 do CPC, pede este(a) Leiloeiro(a) Oficial, respeitosamente, que esta D. Vara realize a intimação eletrônica dos advogados, vejamos:

> **Art. 889**. Serão cientificados da alienação judicial, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência: I – o executado, ***por meio de seu advogado*** ou, se não tiver procurador constituído nos autos, por carta registrada, mandado, edital ou outro meio idôneo; ***(grifo nosso)***

Não sendo esse o entendimento desta D. Vara, este(a) Leiloeiro(a) Oficial fica desde já à disposição para proceder com as intimações da forma como for determinado, bastando ser intimado(a) para tal.

Peço ainda, que caso este D. Juízo utilize de sistema eletrônico para protocolo de documentos, que tal profissional seja habilitado no presente processo, inclusive para proceder a juntada dos documentos relativos a hasta.

FÁBIO MANOEL GUIMARÃES

LEILOEIRO OFICIAL | JUCERJA Nº 136 | JUCEMG Nº 1209/2021 | JUCIS/DF Nº 109/2021 | JUCEES Nº 079/2021

Em caso de dúvidas e/ou maiores esclarecimentos, disponibilizo os meios de contato pelo F. 0800-730-4050 e/ou e-mail contato@fabioleiloes.com.br.

Sendo o que tinha para o momento, renovo votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,
Em, 17 de agosto de 2023.



FÁBIO MANOEL GUIMARÃES
Leiloeiro Oficial

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 162

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AOS_EVENTOS__154_E_155
Data:
17/08/2023 23:59:59
Usuário:
SECJF - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
162

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 163

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AOS_EVENTOS__154_E_155
Data:
25/08/2023 03:02:44
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
163

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 164

Evento:

ALTERADA_A_PARTE___EXCLUSAO___SITUACAO_DA_PARTE_RENATO_GUEDES_ROCHA___EXCLU

Data:
29/08/2023 12:46:39

Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)

Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

Sequência Evento:
164

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 165

Evento:
PROCESSO_SUSPENSO_OU_SOBRESTADO_POR_DECISAO_JUDICIAL
Data:
06/09/2023 12:38:48
Usuário:
JRJ12495 - CLAUDIO MARCUS DE MELO - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
165

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 166

Evento:
PETICAO
Data:
20/09/2023 16:03:39
Usuário:
PERRJ397427 - FABIO MANOEL GUIMARAES - PERITO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
166

FÁBIO MANOEL GUIMARÃES

LEILOEIRO OFICIAL | JUCERJA Nº 136 | JUCEMG Nº 1209/2021 | JUCIS/DF Nº 109/2021 | JUCEES Nº 079/2021

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO – RIO DE JANEIRO

PROCESSO:	**0023469-13.2017.4.02.5101 – EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE:	**UNIÃO – FAZENDA NACIONAL**
EXECUTADOS:	**ADIVALDO APARECIDO NEVES e IMP – CONSTRUÇÕES E MONTAGENS LTDA**

FÁBIO MANOEL GUIMARÃES, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCERJA nº 136, vem com o devido respeito e acatamento perante Vossa Excelência, manifestar-se nos seguintes termos.

Este Leiloeiro Oficial foi nomeado para a realização de leilão judicial a ser efetuado na modalidade eletrônica através do sítio: **www.fabioleiloes.com.br,** designado para os dias **10/10 e 24/10/2023** e, para tanto, além do apregoamento dos bens na data designada, também realiza atos de preparação do leilão respectivo, incluindo o edital de leilão.

O edital de leilão, foi elaborado de acordo com o despacho proferido por Vossa Excelência, porém, incluindo algumas informações com base no CPC, visando sempre a efetividade do leilão e solução processual.

Abaixo as informações incluídas no edital e que pedimos respeitosamente a devida homologação, ou ainda, caso não seja esse o entendimento de Vossa Excelência, que este Leiloeiro Oficial seja devidamente intimado para a retificação do edital, vejamos:

1. PAGAMENTO DE FORMA PARCELADA:

Em caso de imóveis e veículos, o pagamento poderá ser parcelado em primeiro leilão por valor não inferior ao da avaliação e, em segundo leilão, pelo maior

lance, desde que não considerado vil, conforme art. 895, I e II, do CPC, nas seguintes condições: **I – Imóveis:** O arrematante deverá pagar 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses; **II – Veículos:** O arrematante deverá pagar 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 6 (seis) meses; **III – Imóveis e veículos:** As prestações são mensais e sucessivas, no valor mínimo de R$ 1.000,00 cada; **IV – Imóveis e veículos:** Ao valor de cada parcela, será acrescido o índice de correção monetária do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo; **V – Caução para imóveis:** Será garantida a integralização do lance por hipoteca judicial sobre o próprio bem imóvel, através de hipoteca na matrícula, no momento do registro da carta de arrematação; **VI – Caução para veículos:** Será garantida através de caução idônea (exemplo de caução idônea: Seguro garantia, fiança bancária, imóvel em nome do arrematante ou de terceiro, com valor declarado igual ou superior a 03 (três) vezes o valor da arrematação), caução esta condicionada à aceitação e homologação pelo juízo. Não sendo apresentado caução idônea, ou, não sendo a caução apresentada aceita pelo juízo, a expedição da Carta de Arrematação e posse do veículo somente ocorrerá após comprovação da quitação de todos os valores da arrematação. **ATRASO NO PAGAMENTO DA PARCELA:** No caso de atraso ou não pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, autorizando o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos do processo em que se deu a arrematação. Em qualquer caso, será imposta a perda dos valores já pagos em favor do exequente e Leiloeiro, voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos. **OBS.: Sobre direito de preferência – lances à vista sempre terão preferência, bastando igualar-se ao último lance ofertado, o que não interfere na continuidade da disputa.**

2. VENDA DIRETA:

Restando negativo o leilão, fica desde já autorizada a venda direta, observando-se as regras gerais e específicas já fixadas para o 2º leilão, inclusive os preços mínimos. O prazo da venda direta é 60 (sessenta) dias, sendo fechada em ciclos de 15 dias cada. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, até o prazo final. Tudo em conformidade com o artigo 880 do CPC c/c art. 375 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional do TRF da 4ª Região, aprovada pelo Provimento

nº 62, de 13/06/2017.

3. INTIMAÇÃO DAS PARTES

Aproveitando o ensejo, para ciência de Vossa Excelência, este Leiloeiro Oficial informa, que as intimações do leilão foram realizadas seguindo estritamente o contido no Artigo 889 do CPC.

Assim, é a presente, para comprovar as pessoas que tiveram intimações expedidas visando dar ciência das datas do leilão a ser realizado, vejamos:

DESTINATÁRIO	QUALIFICAÇÃO NOS AUTOS
BANCO SANTANDER S.A	**Credor Hipotecário**
CHIMERA CAPITAL PARTINERS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA	**Cessionário da Hipoteca**
ADIVALDO APARECIDO NEVES	**Executado**
IMP – CONSTRUÇÕES E MONTAGENS LTDA	**Executado**

Ainda, possuindo as partes, advogado constituído nos autos, com base na inteligência do Artigo 889 do CPC, pede este Leiloeiro Oficial, respeitosamente, que esta D. Vara realize a intimação eletrônica dos advogados, vejamos:

> *Art. 889. Serão cientificados da alienação judicial, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência: I – o executado,* ***por meio de seu advogado*** *ou, se não tiver procurador constituído nos autos, por carta registrada, mandado, edital ou outro meio idôneo; (grifo nosso)*

FÁBIO MANOEL GUIMARÃES

LEILOEIRO OFICIAL | JUCERJA Nº 136 | JUCEMG Nº 1209/2021 | JUCIS/DF Nº 109/2021 | JUCEES Nº 079/2021

Portanto, sirvo-me desta para REQUERER a juntada do edital de leilão, objetivando o cumprimento dos requisitos para o prosseguimento da realização do leilão.

Sendo o que tinha para o momento, renovo votos de elevada estima e consideração.

Termos em que,
Pede deferimento.

Respeitosamente,

Em, 19 de setembro de 2023.



FÁBIO MANOEL GUIMARÃES
Leiloeiro Oficial

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL
Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7° andar - Saúde - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20081-312
Tel.: (21) 3218-7664 / Fax: (21) 3218-7662 - email: 06vfef@jfrj.jus.br - Site: www.jfrj.jus.br

EDITAL DE LEILÃO ELETRÔNICO

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO ELETRÔNICO E DE INTIMAÇÃO, COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, EXPEDIDO NOS AUTOS DA EXECUÇÃO FISCAL N° 0023469-13.2017.4.02.5101, PROMOVIDA POR UNIÃO – FAZENDA NACIONAL (CNPJ: 00.394.460/0216-53) EM FACE DE ADIVALDO APARECIDO NEVES (CPF: 928.671.548-04) e IMP – CONSTRUÇÕES E MONTAGENS LTDA (CNPJ: 04.858.299/0001-70), NA FORMA ABAIXO:

O DOUTOR MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, JUIZ FEDERAL TITULAR DA SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO, FAZ SABER a todos quantos este virem ou dele tiverem conhecimento e a quem interessar possa, especialmente ao(s) Executado(s) **ADIVALDO APARECIDO NEVES e IMP – CONSTRUÇÕES E MONTAGENS LTDA**, que, por meio do presente EDITAL de LEILÃO E INTIMAÇÃO ficam cientes de que o(s) bem(ns) abaixo descrito(s) e avaliado(s), que serve(m) de garantia na ação de execução em epígrafe, serão alienados em 1° e 2° leilões, eletrônicos, conforme o disposto na Lei n° 6.830/1980 (Lei de Execuções Fiscais), na Lei n° 13.105/2015 (Código de Processo Civil), na Resolução CNJ n° 236/2016 e nas condições seguintes.

Modalidade eletrônica. Quem pretender arrematar deverá, mediante cadastramento prévio de pelo menos 24 horas antes do leilão, ofertar lances pela internet, através do sítio *www.fabioleiloes.com.br*.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL
Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7° andar - Saúde - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20081-312
Tel.: (21) 3218-7664 / Fax: (21) 3218-7662 - email: 06vfef@jfrj.jus.br - Site: www.jfrj.jus.br

Ficam desde já cientes os interessados de que os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de insucesso do mesmo, por qualquer ocorrência, tais como, na conexão de internet, no funcionamento do computador, na incompatibilidade de software ou quaisquer outras ocorrências, posto que, a internet e o site do leiloeiro são apenas facilitadores de oferta. Desse modo, ao participar eletronicamente, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação posterior a respeito.

Cadastramento para o leilão eletrônico. O usuário interessado em participar do leilão eletrônico deverá se cadastrar previamente no sítio respectivo, no prazo máximo de 24h antes do leilão, ressalvada a competência do Juízo da execução para decidir sobre eventuais impedimentos. O cadastramento será gratuito e constituirá requisito indispensável para a participação na alienação judicial eletrônica, responsabilizando-se o usuário, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento. O cadastramento implicará na aceitação da integralidade das disposições da Resolução CNJ nº 236/2016, assim como das demais condições estipuladas neste edital[1].

O primeiro leilão será realizado no dia **10 de outubro de 2023, com encerramento às 14:00 horas**, no sítio *www.fabioleiloes.com.br*, quando o(s) bem(ns) será(ão) apregoado(s), eletronicamente, captado(s) o(s) lance(s) e vendido(s) a quem oferecer quantia(s) superior(es) à(s) avaliação(ões).

O segundo leilão será realizado no dia **24 de outubro de 2023, com encerramento às 14:00 horas**, no site *www.fabioleiloes.com.br*, quando o(s) bem(ns) será(ão)

[1] Resolução CNJ nº 236/2016 , arts. 12 e 13.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL
Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7° andar - Saúde - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20081-312
Tel.: (21) 3218-7664 / Fax: (21) 3218-7662 - email: 06vfef@jfrj.jus.br - Site: www.jfrj.jus.br

captado(s) o(s) lance(s) e vendido(s) a quem mais ofertar, não se aceitando, porém, preço vil, assim entendido o inferior à metade da avaliação[2].

No caso de algum dia designado para a realização da Hasta Pública ser feriado ou não tiver expediente forense, o mesmo realizar-se-á no próximo dia útil subsequente, independentemente de nova publicação do edital.

REPASSE: Os bens que não receberem qualquer lance até o horário previsto para o encerramento do Segundo Leilão, serão apregoados, novamente em "repasse", por um período adicional de 01 (uma) hora, 15 minutos após o término do pregão de todos os lotes que compuserem o leilão. Durante a hora adicional (repasse) observar-se-ão, para realização de lances, as mesmas regras estipuladas para o Segundo Leilão.

LEILOEIRO. O leilão será presidido pelo Leiloeiro Público FÁBIO MANOEL GUIMARÃES, inscrito na JUCERJA sob o nº 136, ou seu preposto (telefone: 0800-707-9339 – sítio: *www.fabioleiloes.com.br*), o(s) qual(is), conforme o previsto no artigo 887, § 2°, do Código de Processo Civil/2015, está(ão) autorizado(s) a divulgar fotografias do(s) bem(ns) penhorado(s) nos sítios *www.leiloesjudiciais.com.br* e *www.fabioleiloes.com.br*, sem prejuízo de outras formas de publicidade que venham a ser adotadas pelo Leiloeiro, tendentes a mais ampla publicidade da alienação.

DESCRIÇÃO(ÕES), AVALIAÇÃO(ÕES), LOCALIZAÇÃO(ÕES) E ÔNUS DO(S) BEM(NS):

[2] CPC, art. 891, § único.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL
Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7° andar - Saúde - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20081-312
Tel.: (21) 3218-7664 / Fax: (21) 3218-7662 - email: 06vfef@jfrj.jus.br - Site: www.jfrj.jus.br

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS): Uma área de 27.727,03 m², ou 2.77,27 hectares, ou seja, 1,15 alqueires, confrontando com Margarete Lote, com Valter Gonçalves de Abreu, com o Espólio de Ruilando Lotti, e finalmente com o Parque Industrial, encravado na Fazenda Campo ou Borboleta, com a denominação especial de Sítio 4 Irmãos, no distrito e município de Bady Bassit, da Comarca de São José de Rio Preto/SP. Encontra-se em perímetro urbano. **Benfeitorias:** Foram construídos dois galpões industriais, uma cobertura anexa ao galpão, um depósito de tintas, uma cobertura anexa ao galpão, uma ponte rolante externa, duas pontes rolantes internas, com aproximadamente 4.344,72 m² de área construída, não averbada junto a matrícula. Os galpões têm piso de concreto e camada de seixo rolado, são circundados por uma marreta de blocos de concreto com aproximadamente 0,60 m de altura, cujo fechamento até a cobertura é feito de telhas metálicas galvanizadas e de PVC translúcidas, e cobertura também de telhas metálicas galvanizadas e PVC translúcidas, em regular estado de conservação. Obs.: O imóvel é beneficiário de servidão de passagem, conforme Registro n° 015 da Matrícula n° 64.610. Imóvel com Inscrição Municipal n° 013.078/01 e matriculado sob o n° 52.845 no 1º Ofício de Registro de Imóveis de São José do Rio Preto/SP.

(RE)AVALIAÇÃO: R$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), em 21 de fevereiro de 2022.

LANCE MÍNIMO 2º LEILÃO: R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais).

"No caso de determinação judicial, os bens poderão ser reavaliados ou sua avaliação atualizada, até a data do leilão, podendo sofrer alteração em seus valores, os quais serão informados pelo Leiloeiro Oficial no ato do leilão".

LOCALIZAÇÃO DO(S) BEM(NS): Rodovia BR 153, nº 650, Bady Bassit/SP

DEPOSITÁRIO: ADVALDO APARECIDO NEVES, Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1.500, Brooklin Novo, São Paulo/SP.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL
Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7° andar - Saúde - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20081-312
Tel.: (21) 3218-7664 / Fax: (21) 3218-7662 - email: 06vfef@jfrj.jus.br - Site: www.jfrj.jus.br

ÔNUS: Ajuizamento da Ação n° 0008513-33.2012.8.26.0358, em trâmite na 3ª Vara Cível de Mirassol/SP; Penhora nos autos n° 1007445-85.2014.8.26.0576, em favor de Chimera Capital Partiners Consultoria Empresarial Ltda, em trâmite na 5ª Vara Cível de São José do Rio Preto/SP; Penhora nos autos n° 0002152-95.2013.4.02.5101, em favor da Fazenda Nacional, em trâmite na 3ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro/RJ; Penhora nos autos n° 0001573-62.2012.5.15.0082, em favor de Adilson Rodrigues de Oliveira, em trâmite na 3ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto/SP; Penhora nos autos n° 0003273-84.2017.4.03.6106, em favor do Ministério da Fazenda em trâmite na 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto/SP; Hipoteca em favor do Banco Santander S.A, subrrogado em favor da cessionária Chimera Capital Partiners Consultoria Empresarial Ltda; Penhora nos autos n° 1003579-05.2018.8.26.0358, em favor do Banco Paulista S.A, em trâmite no 3º Ofício Judicial de Mirassol/SP; Indisponibilidade nos autos n° 0002206-69.2012.5.08.0114, em trâmite na 1ª Vara do Trabalho de Parauapebas/PA; Penhora nos autos n° 5002946-20.2018.4.03.6106, em favor do Ministério da Fazenda, em trâmite na 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto/SP; Penhora nos autos n° 5001334-13.2019.4.03.6106, em favor do Ministério da Fazenda, em trâmite na 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto/SP; Penhora nos autos n° 1050795-84.2018.8.26.0576, em favor do Banco Bradesco S.A, em trâmite no 7º Ofício Cível de São José do Rio Preto/SP; Penhora nos autos n° 1500349-54.2017.8.26.0576, em favor da Secretaria da Fazenda, em trâmite na 1ª Vara da Fazenda Pública de São José do Rio Preto/SP; Indisponibilidade e Penhora nos autos nº 5031275-43.2019.4.02.5101, em favor do Ministério da Fazenda, em trâmite na 5ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro/RJ; Penhora nos autos n° 5001335-95.2019.4.03.6106, em favor do Ministério da Fazenda, em trâmite na 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto/SP; Penhora nos autos n° 5003223-02.2019.4.03.6106, em favor do Ministério da Fazenda, em trâmite na 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto/SP; Penhora

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL
Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7° andar - Saúde - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20081-312
Tel.: (21) 3218-7664 / Fax: (21) 3218-7662 - email: 06vfef@jfrj.jus.br - Site: www.jfrj.jus.br

nos autos n° 5094635-49.2019.4.02.5101, em favor do Ministério da Fazenda, em trâmite na 5ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro/RJ; Penhora nos autos n° 5003916-49.2020.4.03.6106, em favor da Fazenda Nacional, em trâmite na 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto/SP; Indisponibilidade nos autos n° 5031275-43.2019.4.02.5101, em trâmite na 5ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro/RJ; Distribuição da Ação n° 1093935-44.2018.8.26.0100, em trâmite na 43ª Vara Cível de São Paulo/SP. Outros eventuais constantes na Matrícula Imobiliária.
VALOR DA DÍVIDA: R$ 1.649.962,00 (um milhão, seiscentos e quarenta e nove mil, novecentos e sessenta e dois reais), em 31 de março de 2021.

INFORMAÇÕES SOBRE O(S) BEM(NS). O(s) bem(ns) oferecido(s) é(são) o(s) que consta(m) descrito(s) neste edital, publicado no Diário Eletrônico e disponível na Secretaria da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal, na Avenida Venezuela n° 134, bloco B, 7° andar, Saúde, Rio de Janeiro, RJ. Qualquer alteração ou adaptação estará sujeita à confirmação por edital. O(s) bem(ns) será(ão) vendido(s) no estado em que se encontra(rem). Poderá haver a exclusão de bens do leilão a qualquer tempo e independentemente de prévia comunicação. Informações complementares podem ser obtidas no sítio da Justiça Federal (*www.jfrj.jus.br*), no caminho: "Consultas" → "Leilões Judiciais", por contato com o Leiloeiro Público (tel.: 0800-707-9339 – *www.leiloesjudiciais.com.br*), na sede do Juízo, sito na Av. Venezuela nº 134, Bloco B, 7º Andar, Saúde, Rio de Janeiro/RJ (entre 09:00 e 17:00 horas), ou, ainda, por correio eletrônico dirigido à Secretaria do Juízo (06vef@jfrj.jus.br).

DÍVIDAS DO(S) BEM(NS). No caso de veículos automotores (automóveis, motocicletas, embarcações, aeronaves e similares), os impostos sobre a propriedade da coisa não serão transferidos ao arrematante, sub-rogando-se sobre o preço da arrematação, conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL
Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7° andar - Saúde - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20081-312
Tel.: (21) 3218-7664 / Fax: (21) 3218-7662 - email: 06vfef@jfrj.jus.br - Site: www.jfrj.jus.br

Nacional. Também não serão transferidas ao arrematante as dívidas referentes a multas pendentes, da responsabilidade pessoal do proprietário anterior. O arrematante arcará, porém, com as despesas de transferência, inclusive de natureza tributária e fica ciente de que além de possíveis ônus perante o DETRAN, poderá haver outras restrições Judiciais originárias de outras Varas que poderão ocasionar a demora no registro da Carta de Arrematação. Fica desde já ciente o arrematante que é responsável pela verificação de todos e quaisquer ônus que recaiam sobre o veículo, pois pode haver novas inclusões após a confecção do edital de leilão e sua realização. E isso pode ocasionar demora para liberar a documentação do veículo. Os impedimentos para registro do veículo devem ser informados no processo para as devidas providências. Quanto aos demais bens móveis, todas as dívidas e ônus não serão transferidos ao arrematante. No caso de bens imóveis, as dívidas pendentes relativas a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse da coisa e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, como o IPTU e taxas municipais, ou as contribuições de melhoria, não serão transferidos aos arrematantes, sub-rogando-se sobre o preço da arrematação, conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional. Também não será transferido ao arrematante eventual ônus relativo à hipoteca sobre o bem imóvel, conforme artigo 1.499, inciso VI, do Código Civil. Por outro lado, ficarão a cargo do arrematante: as eventuais despesas de condomínio e outras obrigações civis referentes ao imóvel, tais como foro e laudêmio etc.; as despesas cartorárias de transferência e desmembramento, bem como o Imposto de Transferência de Bens Imóveis – ITBI; os débitos de INSS constituídos em razão da construção ou reforma do bem, de obras concluídas ou em andamento, desde que devidamente averbados do Registro de Imóveis competente; as eventuais despesas relativas à restrição imposta por zoneamento ou uso do solo, inclusive aquelas decorrentes da Legislação Ambiental; as demais despesas referentes a alvarás,

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL
Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7° andar - Saúde - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20081-312
Tel.: (21) 3218-7664 / Fax: (21) 3218-7662 - email: 06vfef@jfrj.jus.br - Site: www.jfrj.jus.br

certidões, escrituras e registros, incluindo débitos relativos à regularização da denominação do logradouro e numeração predial junto aos órgãos competentes, conforme o caso.

VISTORIA(S) DO(S) BEM(NS). A localização dos bens para visitação é a declarada neste edital. Antes dos dias marcados para o leilão, os interessados terão o direito de visitação dos bens nos locais em que se encontram. A visitação livre pode dar-se de segunda-feira a sexta-feira, das 9:00 horas às 17:00 horas. Se o Executado ou Depositário impedir(em) a visitação ao bem, o interessado deve peticionar ao M. Juízo requerendo ordem para a visitação acompanhado por Oficial de Justiça; pedidos estes que serão atendidos na medida das possibilidades da Justiça.

INTIMAÇÕES. Intimados pessoalmente do leilão o Procurador do(a) Exequente e o(a) Executado(a), este com a advertência de que poderá remir o bem no prazo legal (STJ – súmula n° 121). Caso o(a/s) Executado(a/s) não haja(m) sido encontrado(a/s) para intimação(ões) pessoal(is), bem como para os efeitos do artigo 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no artigo 826 do Código de Processo Civil. Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no § 1º do art. 903 do CPC será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil), fica(m) devidamente intimado(a)(s) pela publicação deste edital no Diário Eletrônico da Justiça Federal e afixação no local de costume. Outrossim, o(s) credor(es) hipotecário(s), usufrutuário(s) ou senhorio(s) direito(s), que não intimados pessoalmente, fica(m) intimado(a)(s) do leilão pela publicação do presente Edital.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL
Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7° andar - Saúde - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20081-312
Tel.: (21) 3218-7664 / Fax: (21) 3218-7662 - email: 06vfef@jfrj.jus.br - Site: www.jfrj.jus.br

QUEM PODE ARREMATAR. Todas as pessoas físicas capazes e as pessoas jurídicas regularmente constituídas podem participar do leilão. A identificação das pessoas físicas será feita através de documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério de Fazenda. As pessoas jurídicas serão representadas por quem os estatutos indicarem, devendo portar comprovante de CNPJ e cópia do referido Ato Estatutário. Todos poderão fazer-se representar por procurador com poderes específicos. Para participação no leilão eletrônico é imprescindível o prévio cadastramento no site respectivo, conforme o item "**Cadastramento para o leilão eletrônico**" deste edital. **Não poderão arrematar**[3]: os incapazes; os tutores, os curadores, os testamenteiros, os administradores ou os liquidantes, quanto aos bens confiados à sua guarda e à sua responsabilidade; os mandatários, quanto aos bens de cuja administração ou alienação estejam encarregados; o Juiz do feito e os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública nele atuantes, o Diretor de Secretaria, o Depositário, o Avaliador e o Oficial de Justiça, além daqueles que forem responsáveis pela administração dos bens leiloados; os servidores públicos em geral, quanto aos bens ou aos direitos da pessoa jurídica a que servirem ou que estejam sob sua administração direta ou indireta; o leiloeiro e seus prepostos; e os advogados de qualquer das partes.

FORMAS E CONDIÇÕES DA ARREMATAÇÃO E PAGAMENTOS.

A arrematação poderá ser feita com relação a um bem, isto é, de forma individualizada.

[3] CPC, art. 890.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL
Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7° andar - Saúde - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20081-312
Tel.: (21) 3218-7664 / Fax: (21) 3218-7662 - email: 06vfef@jfrj.jus.br - Site: www.jfrj.jus.br

A alienação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, conforme artigo 892 do Código de Processo Civil.

Em caso de imóveis e veículos, o pagamento poderá ser parcelado em primeiro leilão por valor não inferior ao da avaliação e, em segundo leilão, pelo maior lance, desde que não considerado vil, conforme art. 895, I e II, do CPC, nas seguintes condições: **I – Imóveis:** O arrematante deverá pagar 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses; **II – Veículos:** O arrematante deverá pagar 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 6 (seis) meses; **III – Imóveis e veículos:** As prestações são mensais e sucessivas, no valor mínimo de R$ 1.000,00 cada; **IV – Imóveis e veículos:** Ao valor de cada parcela, será acrescido o índice de correção monetária do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo; **V – Caução para imóveis:** Será garantida a integralização do lance por hipoteca judicial sobre o próprio bem imóvel, através de hipoteca na matrícula, no momento do registro da carta de arrematação; **VI – Caução para veículos:** Será garantida através de caução idônea (exemplo de caução idônea: Seguro garantia, fiança bancária, imóvel em nome do arrematante ou de terceiro, com valor declarado igual ou superior a 03 (três) vezes o valor da arrematação), caução esta condicionada à aceitação e homologação pelo juízo. Não sendo apresentado caução idônea, ou, não sendo a caução apresentada aceita pelo juízo, a expedição da Carta de Arrematação e posse do veículo somente ocorrerá após comprovação da quitação de todos os valores da arrematação. **ATRASO NO PAGAMENTO DA PARCELA:** No caso de atraso ou não pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, autorizando o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos do processo em que se deu a arrematação. Em qualquer caso, será imposta a perda dos valores já pagos em favor do exequente e Leiloeiro, voltando os bens a novo leilão, do

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL
Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7° andar - Saúde - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20081-312
Tel.: (21) 3218-7664 / Fax: (21) 3218-7662 - email: 06vfef@jfrj.jus.br - Site: www.jfrj.jus.br

qual não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos. **OBS.: Sobre direito de preferência – lances à vista sempre terão preferência, bastando igualar-se ao último lance ofertado, o que não interfere na continuidade da disputa.**

Observação: O valor mínimo da avaliação do bem para que o parcelamento seja autorizado, deverá ser de **R$ 20.000,00** (vinte mil reais).

Em qualquer modalidade, os arrematantes deverão confirmar os lances e recolher a(s) quantia(s) respectiva(s) na data designada para a realização do leilão, para fins de lavratura do termo próprio, bem como depositar o valor total da arrematação à disposição do Juízo, via depósito judicial, no prazo de 24 horas a partir do encerramento do leilão.

É vedada a desistência da arrematação e o valor será pago diretamente ao leiloeiro, na ocasião do leilão, que deverá recebê-lo e depositá-lo, dentro de 24 (vinte e horas), ou no primeiro dia útil subsequente com expediente bancário, na Caixa Econômica Federal, à ordem do Juízo, em conta vinculada ao processo, sob pena de perda da caução em favor do exequente, voltando os bens a nova praça ou leilão, dos quais não será admitida a participação do arrematante, conforme artigo 897, do Código de Processo Civil.

Salvo nos casos de nulidades previstas em lei, em nenhuma hipótese serão aceitas desistências dos arrematantes/adjudicantes, reclamações posteriores sobre os bens ou alegações de desconhecimento das cláusulas deste Edital, para se eximirem das obrigações devidas, inclusive aquelas de ordem criminal previstas no artigo 358 do Código Penal Brasileiro ("*Art. 358 - Impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça,*

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL
Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7° andar - Saúde - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20081-312
Tel.: (21) 3218-7664 / Fax: (21) 3218-7662 - email: 06vfef@jfrj.jus.br - Site: www.jfrj.jus.br

fraude ou oferecimento de vantagem: Pena - detenção, de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência").

A comissão do leiloeiro será paga mediante recibo em 03 (três) vias, uma das quais será anexada aos autos de execução.

Caso o arrematante vencedor não efetue o pagamento no prazo determinado, será convocado o segundo colocado na disputa para formalizar a arrematação.

Fica o Leiloeiro autorizado a requisitar dos licitantes referências bancárias, idoneidade financeira e demonstrar inexistência de restrição em registro de cadastro de proteção ao crédito.

ACRÉSCIMOS AO VALOR DO LANCE. Além do valor ofertado, o arrematante arcará com o pagamento dos seguintes acréscimos, calculados sobre o valor do lance: comissão do leiloeiro de 5% (cinco por cento). Caso incida o ICMS, seu recolhimento será de responsabilidade do arrematante, se contribuinte do imposto, ou do leiloeiro, caso o arrematante não seja contribuinte. Não será devida comissão ao leiloeiro nas hipóteses de anulada a arrematação ou de negativo o resultado do leilão. Anulada a arrematação, o leiloeiro devolverá ao arrematante o valor recebido a título de comissão em até 10 (dez) dias de quando comunicado pelo Juízo.

PAGAMENTO OU PARCELAMENTO DO DÉBITO. Em caso de remição, pagamento ou parcelamento do débito no período dos 10 (dez) dias úteis que antecedem ao leilão, a parte executada deverá pagar 2% (dois por cento) sobre o

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL
Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7° andar - Saúde - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20081-312
Tel.: (21) 3218-7664 / Fax: (21) 3218-7662 - email: 06vfef@jfrj.jus.br - Site: www.jfrj.jus.br

valor atribuído ao(s) bem(ns) na avaliação/reavaliação, a título de ressarcimento das despesas do leiloeiro, limitado ao valor máximo de R$ 10.000,00 (dez mil reais).

DEPÓSITO PROVISÓRIO DOS BENS ARREMATADOS. Confirmado o pagamento integral do(s) valor(es) devido(s), o arrematante poderá solicitar posse provisória do(s) bem(ns) arrematado(s). O pedido será apreciado pelo Juiz e a posse terá caráter de depósito, obrigando-se o arrematante a conservar o bem e apresentá-lo caso seja solicitado, sob as penas da lei. O depósito cessará automaticamente com a expedição da Carta de Arrematação que confirme a propriedade do arrematante.

TRANSPORTE E POSSE DEFINITIVA DOS BENS PENHORADOS. O Juízo garantirá que o arrematante tome posse do(s) bem(ns) leiloado(s), que arcará com as despesas e os custos relativos para sua(s) desmontagem, remoção, transporte e transferência[4].

O arrematante declara estar ciente de que, além de possíveis ônus perante o DETRAN, poderá haver outras restrições judiciais originárias de outras Varas, que poderão causar morosidade na transferência do bem perante o DETRAN. Fica desde já ciente o arrematante que é responsável pela verificação de todos e quaisquer ônus que recaiam sobre o veículo, pois poderá ocorrer novas inclusões após a confecção do edital de leilão e sua realização. Os impedimentos para registro do veículo, devem ser informados via petição ao Exmo. Juiz que preside o processo, para que oficie as Varas e o Detran para as devidas baixas. O modelo de petição poderá ser obtida junto a equipe do leiloeiro.

4 Resolução CNJ nº 236/2016, artigo 29

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL
Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7° andar - Saúde - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20081-312
Tel.: (21) 3218-7664 / Fax: (21) 3218-7662 - email: 06vfef@jfrj.jus.br - Site: www.jfrj.jus.br

VENDA DIRETA: Restando negativo o leilão, fica desde já autorizada a venda direta, observando-se as regras gerais e específicas já fixadas para o leilão, inclusive os preços mínimos. O prazo da venda direta é 60 (sessenta) dias, sendo fechada em ciclos de 15 dias cada. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, até o prazo final. Tudo em conformidade com o artigo 880 do CPC c/c art. 375 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional do TRF da 4ª Região, aprovada pelo Provimento nº 62, de 13/06/2017.

O Leiloeiro, por ocasião do leilão, fica desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente edital, o qual se presume seja de conhecimento de todos os interessados.

O Leiloeiro Público Oficial não se enquadra na condição de fornecedor, intermediário, ou comerciante, sendo mero mandatário, ficando assim, eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolso, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro. Este edital está em conformidade com a resolução nº 236 de 13/07/2016 do CNJ.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do(s) executado(s) e de terceiros interessados, os quais não poderão, no futuro, alegar ignorância a respeito, é expedido o presente Edital, na forma do artigo 886 do Código de Processo Civil, que será publicado no Diário Eletrônico da Justiça Federal e afixado no local de costume. Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, em 19 de setembro de 2023. Eu, André Botelho Jucá, Diretor de Secretaria da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal, o fiz digitar e subscrevo. Assinado ainda pelo MM. Dr. Juiz Federal Titular, MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL
Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7° andar - Saúde - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20081-312
Tel.: (21) 3218-7664 / Fax: (21) 3218-7662 - email: 06vfef@jfrj.jus.br - Site: www.jfrj.jus.br

ASSINATURA ELETRÔNICA

MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA

Juiz Federal Titular

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 167

Evento:
PETICAO
Data:
20/09/2023 16:04:23
Usuário:
PERRJ397427 - FABIO MANOEL GUIMARAES - PERITO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
167

FÁBIO MANOEL GUIMARÃES

LEILOEIRO OFICIAL | JUCERJA Nº 136 | JUCEMG Nº 1209/2021 | JUCIS/DF Nº 109/2021 | JUCEES Nº 079/2021

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO – RIO DE JANEIRO

LEILÃO DESIGNADO

Autos nº 0023469-13.2017.4.02.5101 – EXECUÇÃO FISCAL

FÁBIO MANOEL GUIMARÃES, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCERJA nº 136, devidamente nomeado nestes autos para a realização da Hasta Pública do(s) bem(ns) penhorado(s) a ser realizada nos dias **10/10 e 24/10/2023**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, **requerer a juntada da matrícula imobiliária atualizada do imóvel penhorado.**

Sendo o que tinha para o momento, aproveito a oportunidade para manifestar votos de elevada estima e respeito.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Em, 20 de setembro de 2023.



FÁBIO MANOEL GUIMARÃES
Leiloeiro Oficial

www.fabioleiloes.com.br | contato@fabioleiloes.com.br
fabio@fabioleiloes.com.br | 0800-707-9339

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 167, PET1, Página 2

CNM: 111427.2.0052845-06

Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis

Visualização da Matrícula

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL

1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
São José do Rio Preto

Oficial
GUMERCINDO DE SETA

MATRÍCULA 52.845 | FICHA 001

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 26 DE JULHO DE 1990.

IMOVEL:- Uma área de 27.727,03 ms2, ou 2,77,27 has,ou seja 1,15 alqueires, confrontando com Margarete Lote,- com Valter Gonçalves de Abreu, com o Espólio de Ruilando Lotti, e finalmente com o Parque Industrial, encravado na Fazenda Campo ou Borboleta, com a denominação especial de Sítio 4 Irmãos, no distrito e municipio de Bady Bassitt, desta comarca de São José do Rio Preto. PROPRIETARIOS:- 1)-MARGARETE LOTE, RG.11.776.810-SP, e CPF.037.782.118/70, brasileira, professora, primária, divorciada, residente a rua 21 de Abril, s/nº., na cidade de Indiavai-MT; 2)-CLEUZA MARIA LOTTI, que tambem é conhecida por CREUSA MARIA LOTTI, RG.9.708.760-SP e CPF.002.655.288/44, brasileira, comerciaria, divorciada, residente nesta cidade, a rua Martinho Gonçalves, - nº.2.445; e MARIO GONÇALVES COLLETES, RG.6.381.189-SP, e CPF.476.919.648/20, brasileiro, divorciado, pecuarista, residente na cidade de Indiavai-MT, na rua 21 de Abril, s/nº.; 3)-VANDERSANTO LOTTI, também conhecido por WALDIR SANTO LOTTI, RG.6.590.895-SP e CPF.889.121.328/49, brasileiro, divorciado, do comercio, residente a rua 21 de Abril s/nº., na cidade de Indiavai-MT; 4)-O ESPOLIO DE RUILANDO LOTTI, também conhecido por RULINDO LOTTI, representado pela arrolante, SUELI MADALENA RAMOS, RG.26.399.049-SP e CPF.055.562.978/35, brasileira, do lar, separada judicialmente, residente nesta cidade, na rua Otávio Pinto Cezar, nº.599, nos termos do Alvará Judicial expedido no processo nº.997/86, do 2º Oficio Cível local em data de 28.11.1989, assinado- pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível Dr. Olavo Martins dos Santos Junior. REGISTRO ANTERIOR:- Matricula nº.50.743 deste cartório. O referido é verdade e dou fé. A Oficial Maior

AV.001/52.845.- Sobre o imovel objeto da matricula supra, pesa uma Servidão de Passagem em favor da COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ S/A, conforme se vê na Averbação 001 na matricula nº.50.743-(procedencia).- O - referido é verdade e dou fé. São José do Rio Preto, 26 de Julho de 1.990. A Oficial Maior

R.002/52.845.- Conforme escritura pública de divisão amigavel lavrada nas notas do 2º Tab. local em 13 de Julho de 1.990, no livro 462, fls. 82, CLEUZA MARIA LOTTI e MARIO GONÇALVES COLLETES, (já qualificados), HOUVERAM o imovel objeto desta matricula, por DIVISÃO AMIGAVEL, feita para EXTINÇÃO DE CONDOMINIO, pelo valor - de Cr$140.774,00.- O referido é verdade e dou fé. São Jose do Rio Preto, 26 de Julho de 1.990. A Oficial Maior

AV.003/52.845.- Faz-se a presente para constar que, o imóvel objeto desta matricula acha-se cadastrado no INCRA sob o n. 000027 098566 1; área total 2,7 há., mod. rural 40,0 há., n. mod. rurais 0,07; mod. fiscal 16,0 há., n. mod. fiscais 0,16; f. min. parc. 2,0 há. e na Receita Federal sob o n. 4192943-8. São José do Rio Preto, 02 de JANEIRO de 2.003.- O OFICIAL,

R.004/52.845.- Por Carta de Sentença, expedida pelo Juízo de Direito da Primeira Vara Cível desta comarca, aos 23 de março de 2.001, aditada aos 11 de junho de 2.002, nos autos de divórcio consensual (proc. 730/86), requerido por CLEUZA MARIA LOTTI e MARIO GONÇALVES COLLETES (.....SEGUE NO VERSO.....)

PARA SIMPLES CONSULTA NÃO VALE COMO CERTIDÃO

SOLICITADO POR: AD ANGUSTA - CPF/CNPJ: ***.583.210-** DATA: 16/09/2023 10:52:04 - VALOR: R$ 20,84

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 167, PET1, Página 3

CNM: 111427.2.0052845-06

Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis

Visualização de Matrícula

MATRÍCULA 52.845 | FICHA 001 VERSO

(já qualificados), consta que o imóvel objeto desta matricula avaliado em R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), foi partilhado em favor de **CLEUZA MARIA LOTTI**, brasileira, do comércio, divorciada, portadora do RG. 9.708.760-ssp.sp, CPF. 002.655.288/44, residente e domiciliada a rua Martinho Gonçalves n. 2.455, nesta cidade. São José do Rio Preto, **02 de JANEIRO de 2.003.- O OFICIAL**,

---

R.005/52.845.- Por escritura pública lavrada no Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexo do Tabelionato de Notas do município de Bady Bassitt, desta comarca, aos 21 de maio de 2.001, no livro n. 197, fls. 357, a proprietária **CLEUZA MARIA LOTTI** (já qualificada), **VENDEU** o imóvel objeto desta matricula a **DEWAY FINANCE S/A**, com sede na cidade de Montevidéo, República Oriental do Uruguai, na Rua 25 de Mayo, 288, conjunto 101, inscrita no registro único de contribuinte sob n. 21401030013., pelo preço de R$ 15.000,00 (quinze mil reais). São José do Rio Preto, **02 de JANEIRO de 2.003.- O OFICIAL**,

---

AV.006/52.845. Requereu-se a presente para constar que, a proprietária **DEWAY FINANCE S/A**, constante no **R.005** desta matricula, acha-se inscrita no CNPJ/MF sob o n°**05.404.846/0001-00**, conforme copia autenticada do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. São José do Rio Preto, **31 de Agosto de 2.005.O Oficial**,

---

R.007/52.845.Por escritura pública lavrada nas notas do 4°Tabelião de notas de São Paulo, aos 29 de Julho de 2005, no livro 2659 as paginas 065 à 068, a proprietária **VENDEU** o imóvel objeto desta matricula, à **ICEC CONSTRUÇÕES METÁLICAS LTDA**, com sede em Bady Bassitt, na Marginal da Rodovia BR 153 n°650, Distrito Industrial III, inscrita no CNPJ/MF sob o n°04.858.299/0001-70, pelo valor de **R$25.000**,00 **(vinte e cinco mil reais)**.São José do Rio Preto, **31 de Agosto de 2.005.O Oficial**,

---

AV.008/52.845:- Faz-se a presente para constar que o imóvel objeto da matrícula supra, passou à pertencer ao **PERÍMETRO URBANO** desta cidade, nos termos da Lei n.**1617/02**, expedida em 11 de Novembro de 2002, conforme certidão expedida pela Prefeitura Municipal de Bady Bassitt, sob n.**247/05**, datada de 01 de Novembro de 2005.- São José do Rio Preto, **16 de Dezembro de 2005.O Oficial**,

---

AV.009/52.845:- Faz-se a presente para constar que o imóvel objeto da matricula (....SEGUE FICHA 002...)

PARA SIMPLES CONSULTA NÃO VALE COMO CERTIDÃO

Disponibilização sujeita aos termos de uso (www.registradores.org.br)

SOLICITADO POR: AD ANGUSTA - CPF/CNPJ: ***.583.210-** DATA: 16/09/2023 10:52:04 - VALOR: R$ 20,84

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 167, PET1, Página 4

Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis
CNM: 111427.2.0052845-06
1º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
Visualização de Matrícula
São José do Rio Preto
Oficial
GUMERCINDO DE SETA

supra, acha-se cadastrado na Prefeitura Municipal sob nº.013.078/01.- São José do Rio Preto, 16 de Dezembro de 2005.O Oficial,

---

AV.010/52.845:- Requereu-se a presente para constar que, a proprietária ICEC CONSTRUÇÕES METÁLICAS LTDA, do imóvel objeto desta matrícula, teve sua razão social alterada para CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA; conforme Alteração Contratual registrada na JUCESP sob nº 15.798/06-9 em 24/01/2006.- São José do Rio Preto, 31 de agosto de 2.006.- O Oficial,

---

AV.011/52.845:- O imóvel objeto desta matrícula, é beneficiário de Servidão de Passagem conforme registro nº 015 da matrícula nº 64.610. São José do Rio Preto, 04 de Outubro de 2.006. O Oficial,

---

R.012/52.845:- Pela Cédula de Crédito Bancário nº 193046.01, emitida na Forma da Lei nº 10.931 de 02 de Agosto de 2004, em São Paulo, aos 17 de abril de 2007, por CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA (Já qualificada), DEU EM HIPOTECA CEDULAR DE 1º GRAU E SEM CONCORRÊNCIA DE TERCEIROS, o imóvel objeto desta matricula, ao BANCO ABN AMRO REAL S/A,com sede em São Paulo, à Avenida Paulista nº 1374, 3º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº33.066.408/0001-15 no valor de R$2.759.309,00 (dois milhões, setecentos e cinqüenta e nove mil, trezentos e nove reais), vencível aos 15 de maio de 2013; Forma de Pagamento:- Será paga em 64 parcelas, amortização 60 meses e Juros TJLP + 3,80% ao ano e Remuneração do agente de 1,00% ao ano já incluído na taxa de juros e com as demais condições as constante na referida cédula.- São José do Rio Preto, 07 de Maio de 2007. O Oficial,

---

R.013/52.845:- Pela Cédula de Crédito Bancário nº 235172.01, emitida na Forma da Lei nº 10.931 de 02 de Agosto de 2004, em São Paulo, aos 13 de fevereiro de 2007, por CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA (Já qualificada), DEU EM HIPOTECA CEDULAR DE 2º GRAU E SEM CONCORRÊNCIA DE TERCEIROS, o imóvel objeto desta matricula, ao BANCO ABN AMRO REAL S/A, com sede em São Paulo, à Avenida Paulista nº 1374, 3º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 33.066.408/0001-15 no valor de R$2.267.072,00 (dois milhões, duzentos e sessenta e sete reais, e setenta e dois centavos), vencível aos 15 de fevereiro de 2014; Forma de Pagamento:- Será paga em 63 meses, através de 66 parcelas, vencível do primeiro encargo em 15.05.2008 e vencimento principal em 15.12.2008 e o vencimento final em 15.02.2014 e Juros: TJLP + 3,30% ao ano e Remuneração do agente de 1,00% ao ano já incluído na taxa de juros e com as demais (...SEGUE NO VERSO...)

PARA SIMPLES CONSULTA
NÃO VALE COMO CERTIDÃO
www.registradores.org.br
SOLICITADO POR: AD ANGUSTA - CPF/CNPJ: ***.583.210-** DATA: 16/09/2023 10:52:04 - VALOR: R$ 20,84

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 167, PET1, Página 5

condições as constante na referida cédula.- São José do Rio Preto, 12 de MARÇO de 2.008.- O OFICIAL,

R.014/52.845:- Por escritura pública lavrada pelo 9° Tabelião de Notas da comarca de São Paulo/SP, aos 06 de Julho de 2010, no livro 9128, às páginas 357, a proprietária **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**, (já qualificada), **DEU EM HIPOTECA DE 3° GRAU** o imóvel objeto da matrícula supra, ao **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**, com sede em São Paulo-Capital, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, 2041 e 2235, Bloco A, Vila Olímpia, inscrito no CNPJ/MF. sob o n° 90.400.888/0001-42, pelo valor de R$40.000.000,00 **(Quarenta Milhões de Reais)**, incluindo outro imóvel, com vencimento em **24/03/2015**; e as demais condições as constantes do título.- São José do Rio Preto, **15 de Setembro 2.010.- O OFICIAL,**

AV.015/52.845. Por escritura pública de Aditamento, lavrada nas notas do 9°Tabelião de notas de São Paulo/SP, aos 05 de dezembro de 21011, no livro 9638 feito as paginas 129, de comum acordo as partes contratantes de comum acordo resolveram aditar a cédula registrada sob o n°014 nesta matricula, para deixar expresso as alterações dos juros para taxa CDI + 3,5% ao ano, do prazo para 1718 dias contados de 30 de novembro de 2011, e o vencimento prorrogado para 12 de agosto de 2016 e ratificaram os demais termos da mesma.São José do Rio Preto, 16 de Janeiro de 2.012.O Oficial,

AV.016/52.845 - Protocolo n° 422.851 de 17/12/2013:- Por certidão, expedida pelo Serviço de Distribuição Cível da Comarca de Mirassol-SP, em 28 de Novembro de 2013, consta que nos autos de Execução de Título Extrajudicial (**Processo n° 0008513-33.2012.8.26.0358**), distribuída ao Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da comarca de Mirassol-SP, tendo como exequente **BANCO DO BRASIL S/A**, inscrito no CNPJ sob n° 00.000.000/4499-70, e como executada **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**, (já qualificada), consta que em 03 de Dezembro de 2012, foi ajuizada a presente execução, dando-se a causa o valor de R$ 34.821.434,30 **(Trinta e quatro milhões, oitocentos e vinte e um mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e trinta centavos)**. São José do Rio Preto, 06 de Janeiro de 2.014. O Oficial,

AV.017/52.845 - Protocolo n° 435.658 de 21/08/2014:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 5ª Vara Cível desta comarca, em 21 de Agosto de 2014, nos autos de Execução Civil (Proc. n° 1007445-85.2014), movida pelo **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, inscrito no CNPJ/MF. sob n° 90.400.888/0001-42, contra **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA** e outros (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de (.....CONTINUA NA FICHA 003.....)

PARA SIMPLES CONSULTA NÃO VALE COMO CERTIDÃO

Visualização disponibilizada em www.registradores.org.br

SOLICITADO POR: AD ANGUSTA - CPF/CNPJ: ***.583.210-** DATA: 16/09/2023 10:52:04 - VALOR: R$ 20,84

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 167, PET1, Página 6

Visualização de Matrícula

R$ 129.970.303,00 (Cento e vinte e nove milhões, novecentos e setenta mil, trezentos e três reais), inclusive outros imóveis. São José do Rio Preto, 03 de Setembro de 2.014. O OFICIAL,

---

AV.018/52.845 - Protocolo nº 450.404 de 26/02/2015:- Por Mandado, expedido pelo Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Mirassol-SP, aos 25 de Fevereiro de 2015, nos Autos de Execução de Título Extrajudicial (Proc. n.º 0008513-33.2012.8.26.0358), movida por BANCO DO BRASIL S/A, contra CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA e outros, cancela-se a AV.016 desta matrícula, nos termos do inciso I do Artigo 250 da Lei 6.015/73.- São José do Rio Preto, 09 de Março de 2.015. O OFICIAL,

---

AV.019/52.845 - Protocolo nº 460.893 de 09/09/2015:- Por mandado, expedido pela 5ª Vara Federal da Subseção Judiciária de São José do Rio Preto, em 19 de agosto de 2015, nos autos da Carta Precatória (Proc. nº 0004071-16.2015.403.6106), originária do 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro-RJ., expedida nos autos de Execução Fiscal (Proc. nº 0002152-95.2013.4.02.5101), movida pela FAZENDA NACIONAL, contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 3.253.275,82 (três milhões, duzentos e cinquenta e três mil, duzentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos). São José do Rio Preto, 21 de setembro de 2.015. O OFICIAL,

---

AV.020/52.845 - Protocolo nº 468.717 de 04/02/2016:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 2ª Vara do Trabalho desta comarca, em 12 de fevereiro de 2016, nos autos de Execução Trabalhista (Proc. nº 1909.54.2010), movida por DANIEL TURTERA BODNARUK, CPF. 334.840.778-83; contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 91.695,86 (noventa e um mil, seiscentos e noventa e cinco reais e oitenta e seis centavos). São José do Rio Preto, 15 de Fevereiro de 2.016.- O OFICIAL,

---

AV.021/52.845-Protocolo nº 476.914 de 12/07/2016:- Por Mandado, expedido pelo Juízo de Direito da 2ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto, aos 28 de junho de 2016, nos Autos de Execução Trabalhista (Proc. n.º 0001909-54.2010.5.15.0044 RTOrd), cancela-se a AV.020 desta matrícula, nos termos do inciso I do Artigo 250 da Lei 6.015/73.- São José do Rio Preto, 22 de Julho de 2.016.- O OFICIAL,

---

(.....CONTINUA NO VERSO.....)

PARA SIMPLES CONSULTA
NÃO VALE COMO CERTIDÃO

SOLICITADO POR: AD ANGUSTA - CPF/CNPJ: ***.583.210-** DATA: 16/09/2023 10:52:04 - VALOR: R$ 20,84

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 167, PET1, Página 7

Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis

Visualização de Matrícula

MATRÍCULA	FICHA	CNJ
52.845	003	11.142-7

AV.022/52.845-Protocolo nº 499.651 de 16/08/2017:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 3ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto, em 16 de agosto de 2017, nos autos de Execução Trabalhista (Processo nº 0001573-62.2012.5.15.0082), movida por **ADILSON RODRIGUES DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF/MF. sob nº 083.597.538-06, contra **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA** (já qualificada) e outras, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de **R$ 3.772.763,63 (três milhões, setecentos e setenta e dois mil, setecentos e sessenta e três reais e sessenta e três centavos)**. São José do Rio Preto, **21 de Agosto de 2.017. O Oficial,**

AV.023/52.845 - Protocolo nº 537.458 de 15/04/2019:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto, em 15 de abril de 2019, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 00032738420174036106), movida pelo **MINISTÉRIO DA FAZENDA**, CNPJ/MF. sob nº 00.394.460/0216-53, contra **BSV - ADMINISTRADORA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA**, CNPJ/MF. 08.597.610/0001-26, consta que pela decisão datada de 19 de Fevereiro de 2019, folhas 63, com base nos artigos 790 e 792 do CPC vigente, onde foi decretada a responsabilidade patrimonial pelo MM Juiz no processo, o imóvel objeto da presente matrícula, de propriedade da **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**, foi penhorado para garantia da execução no valor de **R$ 6.409.200,06 (seis milhões, quatrocentos e nove mil, duzentos reais e seis centavos)**; tendo sido nomeado como depositário Adivaldo Aparecido Neves.- São José do Rio Preto, **15 de Maio de 2.019.** O Oficial,

---

AV.024/52.845-Protocolo nº 539.875 de 27/05/2019:- Conforme escritura pública de sub-rogação de garantia hipotecária decorrente de cessão de crédito, lavrada pelo 2º Tabelião de Notas da cidade e comarca de São Paulo/SP, aos 19 de Março de 2019, no livro 2839, às fls.287/294, e re-ratificada pelo mesmo Tabelionato, aos 21 de Março de 2019, no livro 2840, às fls.221/229, consta que o credor **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A**, (já qualificado), **CEDEU** o crédito referido no **R-014** e na **Av.015**, objeto da presente matrícula, em favor de **CHIMERA CAPITAL PARTINERS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA**, inscrita no CNPJ/MF. sob nº 15.492.157/0001-59, com sede na cidade de São Paulo/SP, na Rua Joaquim Floriano, nº 1052, conjunto 112, Itaim Bibi, no valor de **R$6.000.000,00 (seis milhões de reais)**.- São José do Rio Preto, **07 de Junho de 2.019.** O Oficial,

---

AV.025/52.845-Protocolo nº 539.875 de 27/05/2019:- Conforme escritura pública de sub-rogação de garantia hipotecária decorrente de cessão de crédito, lavrada pelo 2º Tabelião de Notas da cidade e comarca de São Paulo/SP, aos 19 de Março de 2019, no livro 2839, às fls.287/294, e re-ratificada pelo mesmo Tabelionato, aos 21 de Março de 2019, no livro 2840, às fls.221/229, o credor/cedente **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A**, (já qualificado), devidamente representado na forma da Lei, (.....**CONTINUA NA FICHA 004**.....)

PARA SIMPLES CONSULTA NÃO VALE COMO CERTIDÃO

SOLICITADO POR: AD ANGUSTA - CPF/CNPJ: ***.583.210-** DATA: 16/09/2023 10:52:04 - VALOR: R$ 20,84

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 167, PET1, Página 8

SUB-ROGOU em favor da cessionária **CHIMERA CAPITAL PARTINERS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA** (já qualificada), todos os direitos creditórios da hipoteca de 3° grau registrada sob n° 014 e averbada sob n° 015, desta matrícula. Em virtude, dessa sub-rogação, para efeitos de emolumentos, serão utilizados os valores atribuídos à época para a referida hipoteca e aditamento, o valor de R$44.054.970,28 (quarenta e quatro milhões, cinquenta e quatro mil, novecentos e setenta reais e vinte e oito centavos), ou seja **R$22.027.485,14 (vinte e dois milhões, vinte e sete mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e quatorze centavos) para cada imóvel**, sendo um pertencente a esta comarca e outro pertencente a comarca de Mirassol/SP, onde será averbada a sub-rogação aqui procedida, as demais condições as constantes do título, ficando uma de suas vias arquivada em Cartório. São José do Rio Preto, 07 de Junho de 2.019. O Oficial,

---

AV.026/52.845-Protocolo n° 546.498 de 12/09/2019:- Por certidão, expedida pelo 3° Ofício Judicial da comarca de Mirassol-SP, em 12 de Setembro de 2019, nos autos de Execução Civil (**Proc. n° de ordem 1003579-05.2018.8.26.0358**), movida pelo **BANCO PAULISTA S.A**, CNPJ/MF.62.820.817/0001-09, contra **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA** (já qualificada) e outros, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de **R$878.298,31 (oitocentos e setenta e oito mil, duzentos e noventa e oito reais e trinta e um centavos)**. São José do Rio Preto, 27 de Setembro de 2.019. O Oficial,

---

AV.27/52845 - Protocolo n° 551.350 de 02/12/2019 (selo digital: 1114273E100000018336519N):- Por instrumento judicial, expedido pela 5ª Vara Cível desta cidade e comarca de São José do Rio Preto-SP, em 31 de Outubro de 2019, nos autos de Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários (Processo n° de ordem 1007445-85.2014.8.26.0576), retifica-se o R.17 da presente matrícula para constar que, o exequente é a cessionária **CHIMERA CAPITAL PARTNERS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA**, CNPJ/MF.15.492.157/0001-59, e ratificaram os demais termos da mesma.- São José do Rio Preto, 12 de dezembro de 2.019. O Oficial,

---

AV.28/52845 - Protocolo n° 551.870 de 10/12/2019 (selo digital: 1114273E100000018408919I):- Por Comunicado da Central de Indisponibilidade protocolo n° 201911.2615.00992415-IA-710, extraído do Processo n° 50312754320194025101, e ordem do 5ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-RJ, em 26 de novembro de 2019, foi determinada a **Indisponibilidade** do imóvel objeto desta matrícula, pertencente a **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**, CNPJ/MF. 04.858.299/0001-70 e outro, sendo que a referida indisponibilidade foi registrada no Livro de Registros de Indisponibilidades - LRI - sob n° 12.856.- São José do Rio Preto, 16 de dezembro de 2019.- O Oficial,

(...CONTINUA NO VERSO...)

PARA SIMPLES CONSULTA NÃO VALE COMO CERTIDÃO

SOLICITADO POR: AD ANGUSTA - CPF/CNPJ: ***.583.210-** DATA: 16/09/2023 10:52:04 - VALOR: R$ 20,84

CNM: 111427.2.0052845-06

Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis

Visualização de Matrícula

MATRÍCULA 52.845 | FICHA 004 VERSO | CNS 11.142-7

AV.29/52845 - Protocolo nº 559.864 de 02/06/2020 (selo digital: 1114273E1000000309668200):- Por Comunicado da Central de Indisponibilidade protocolo nº 202005.1512.01148225-IA-300, extraído do Processo nº 00022066920125080114, e ordem da 1ª Vara do Trabalho de Parauapebas-PA, em 15 de maio de 2020, foi determinada a **Indisponibilidade** do imóvel objeto desta matrícula, pertencente a **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**, (já qualificada) e outros, sendo que a referida indisponibilidade foi registrada no Livro de Registros de Indisponibilidades - LRI - sob nº 12.967.- São José do Rio Preto, 18 de junho de 2020.- O Oficial,

---

AV.30/52845 - Protocolo nº 562.054 de 16/07/2020 (selo digital: 1114273E1000000031850720 9):- Por certidão, expedida pela 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto-SP, em 15 de julho de 2020, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 50029462020184036106), movida por **MINISTERIO DA FAZENDA**, CNPJ/MF.00.394.460/0216-53, contra **SANAAN - ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA**, CNPJ/MF.07.721.773/0001-06, consta que pela decisão datada de 18 de março de 2020, folhas 59, com base nos artigos 790 e 792 do CPC vigente, onde foi decretada a responsabilidade patrimonial pelo MM Juiz no processo, o imóvel objeto da presente matrícula, de propriedade da **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 8.115.114,45 (oito milhões, cento e quinze mil, cento e quatorze reais e quarenta e cinco centavos).- São José do Rio Preto, 17 de julho de 2020.- O Oficial,

---

AV.31/52845 - Protocolo nº 564.948 de 04/09/2020 (selo digital: 1114273E1000000034445820 2):- Por certidão, expedida pela 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto-SP, em 10 de setembro de 2020, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 50013341320194.0361.06), movida por **MINISTERIO DA FAZENDA**, CNPJ/MF.00.394.460/0216-53, contra **MCS - MONTAGENS, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ/MF.07.744.302/0001-13, consta que pela decisão datada de 19 de junho de 2019, folhas 19, com base nos artigos 790 e 792 do CPC vigente, onde foi decretada a responsabilidade patrimonial pelo MM Juiz no processo, o imóvel objeto da presente matrícula, de propriedade da **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 2.007.055,27 (dois milhões, sete mil e cinquenta e cinco reais e vinte e sete centavos).- São José do Rio Preto, 23 de setembro de 2020.- O Oficial,

---

AV.32/52845 - Protocolo nº 569.076 de 06/11/2020 (selo digital: 1114273E1000000039913221 5):- Por certidão, expedida pela 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto-SP, em 06 de novembro de 2020, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 50013341320194036106), movida por **MINISTERIO DA FAZENDA**, CNPJ/MF.00.394.460/0216-53, (.....CONTINUA NA FICHA 005.....)

PARA SIMPLES CONSULTA NÃO VALE COMO CERTIDÃO

SOLICITADO POR: AD ANGUSTA - CPF/CNPJ: ***.583.210-** DATA: 16/09/2023 10:52:04 - VALOR: R$ 20,84

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 167, PET1, Página 10

Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis

Visualização de Matrícula

contra MCS - MONTAGENS, CONSTRUÇÕES E SERVIÇO LTDA, CNPJ/MF.07.744.302/0001-13, consta que pela decisão datada de 20 de outubro de 2020, folhas ID 40523250, com base nos artigos 790 e 792 do CPC vigente, onde foi decretada a responsabilidade patrimonial pelo MM Juiz no processo, o imóvel objeto da presente matrícula, de propriedade da CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 2.088.041,16 (dois milhões, oitenta e oito mil, quarenta e um reais e dezesseis centavos).- São José do Rio Preto, 29 de janeiro de 2021.- O Oficial,

---

AV.33/52845 - Protocolo nº 574.352 de 29/01/2021 (selo digital: 1114273310000000409092100):- Por certidão, expedida pelo 7º Ofício Cível de São José do Rio Preto-SP, em 29 de janeiro de 2021, nos autos de Execução Civil (Processo nº 1050795-84.2018.8.26.0576), movida por BANCO BRADESCO S.A., CNPJ/MF.60.746.948/0001-12, contra CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, (já qualificada) e outros, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 29.250.897,84 (vinte e nove milhões, duzentos e cinquenta mil, oitocentos e noventa e sete reais e oitenta e quatro centavos), incluindo outros imóveis.- São José do Rio Preto, 24 de fevereiro de 2021.- O Oficial,

---

AV.34/52845 - Protocolo nº 577.454 de 17/03/2021 (selo digital: 1114273E100000004221712IN):- Por certidão, expedida pela 1ª Vara da Fazenda Publica de São José do Rio Preto-SP, em 17 de março de 2021, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 1500349-54.2017.8.26.0576) movida pela SECRETARIA DA FAZENDA, CNPJ/MF.46.377.222/0001-29, contra CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA, (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 4.558.404,99 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e quatro reais e noventa e nove centavos).- São José do Rio Preto, 24 de março de 2021.- O Oficial,

---

AV.35/52845 - Protocolo nº 583.772 de 29/06/2021 (selo digital: 1114273E1000000046418021E):- Por certidão, expedida pela 5ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-RJ, em 28/06/2021, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 50312754320194025101), movida por MINISTERIO DA FAZENDA, CNPJ/MF.00.394.460/0216-53, contra CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA (já qualificada) e outro, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 4.817.848,41 (quatro milhões, oitocentos e dezessete mil, oitocentos e quarenta e oito reais e quarenta e um centavos).- São José do Rio Preto, 05 de julho de 2021.- O Oficial,

---

(.....CONTINUA NO VERSO.....)

PARA SIMPLES CONSULTA NÃO VALE COMO CERTIDÃO

Visualização disponibilizada em www.ridigital.org.br

SOLICITADO POR: AD ANGUSTA - CPF/CNPJ: ***.583.210-** DATA: 16/09/2023 10:52:04 - VALOR: R$ 20,84

CNM: 111427.2.0052845-06

Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis

Visualização de Matrícula

MATRÍCULA 52.845 | FICHA 005 VERSO | CNS 11.142-7

AV.36/52845 - Protocolo nº 584.746 de 12/07/2021 (selo digital: 1114273E10000000481272218):- Por instrumento judicial, expedido pela 6ª Vara Federal do Rio de Janeiro-RJ, em 05 de julho de 2021, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 0023469-13.2017.4.02.5101), movida por **MINISTERIO DA FAZENDA**, CNPJ/MF.00.394.460/0216-53, contra **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**, (já qualificado) e outro, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 1.521.557,06 (um milhão, quinhentos e vinte e um mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e seis centavos).- São José do Rio Preto, 06 de agosto de 2021.- O Oficial.

AV.37/52845 - Protocolo nº 589.782 de 15/09/2021 (selo digital: 1114273E1000000050290221F):- Por certidão, expedida pela 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto-SP, em 14 de setembro de 2021, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 50013359520194036106), movida por **MINISTERIO DA FAZENDA**, CNPJ/MF.00.394.460/0001-41, contra **MTRAN - COMERCIAL E LOCAÇÃO LTDA**, CNPJ/MF.01.603.040/0001-90, consta que pela decisão datada de 31 de março de 2020, folhas ID 30448964, com base nos artigos 790 e 792 do CPC vigente, onde foi decretada a responsabilidade patrimonial pelo MM Juiz no processo, o imóvel objeto da presente matrícula, de propriedade da **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**, (já qualificada), foi penhorado para garantia da execução no valor de **R$ 1.430.561,57 (um milhão, quatrocentos e trinta mil, quinhentos e sessenta e um reais e cinquenta e sete centavos)**.- São José do Rio Preto 21 de setembro de 2021.- O Oficial.

AV.38/52845 - Protocolo nº 589.783 de 15/09/2021 (selo digital: 1114273E1000000050289921U):- Por certidão, expedida pela 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto-SP, em 14 de setembro de 2021, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 50032230220194036106), movida por **MINISTERIO DA FAZENDA**, CNPJ/MF.00.394.460/0001-41, contra **MTRAN - COMERCIAL E LOCAÇÃO LTDA**, CNPJ/MF.01.603.040/0001-90, consta que pela decisão datada de 26 de outubro de 2020, folhas ID 40838925, com base nos artigos 790 e 792 do CPC vigente, onde foi decretada a responsabilidade patrimonial pelo MM Juiz no processo, o imóvel objeto da presente matrícula, de propriedade da **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**, (já qualificada), foi penhorado para garantia da execução no valor de **R$ 3.132.012,84 (três milhões, cento e trinta e dois mil e doze reais e oitenta e quatro centavos)**.- São José do Rio Preto 21 de setembro de 2021.- O Oficial.

AV.39/52845 - Protocolo nº 600.402 de 11/02/2022 (selo digital: 1114273E1000000057293422S):- Por certidão, expedida pela 5ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-RJ, em 11 de fevereiro de 2022, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 50946354920194025101), (.....CONTINUA NA FICHA 006.....)

PARA SIMPLES CONSULTA NÃO VALE COMO CERTIDÃO

SOLICITADO POR: AD ANGUSTA - CPF/CNPJ: ***.583.210-** DATA: 16/09/2023 10:52:04 - VALOR: R$ 20,84

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 167, PET1, Página 12

Visualização de Matrícula

movida por **MINISTÉRIO DA FAZENDA**, CNPJ/MF.00.394.460/0216-53, contra **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA** (já qualificada)s, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de **R$ 3.297.211,82 (três milhões, duzentos e noventa e sete mil, duzentos e onze reais e oitenta e dois centavos)**.- São José do Rio Preto, 21 de fevereiro de 2022.- O Oficial.

AV.40/52845 - Protocolo nº 612.890 de 01/08/2022 (selo digital: 1114273E100000006507982 2N):- Por certidão, expedida pela 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto-SP, em 01 de agosto de 2022, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 50039164920204036106), movida por **FAZENDA NACIONAL**, CNPJ/MF.00.394.460/0471-05, contra **RW - INCORPORAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS SOCIEDADES, NEGÓCIOS E EMPREENDIMENTOS LTD**, CNPJ/MF.04.962.891/0001-18, consta que pela decisão datada de 18 de fevereiro de 2022, folhas ID 243412512, com base nos artigos 790 e 792 do CPC vigente, onde foi decretada a responsabilidade patrimonial pelo MM Juiz no processo, o imóvel objeto da presente matrícula, de propriedade da **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**, (já qualificada), foi penhorado para garantia da execução no valor de R$ 5.000.798,17 (cinco milhões, setecentos e noventa e oito reais e dezessete centavos).- São José do Rio Preto, 03 de agosto de 2022.- O Oficial.

AV.41/52845 - Protocolo nº 617.393 de 30/09/2022 (selo digital: 1114273310000000 68251922B):- Por Comunicado da Central de Indisponibilidade protocolo nº 202206.2815.02218370-TA-400, extraído do Processo nº 50312754320194095101, por ordem da 5ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-RJ, em 28 de junho de 2022, cancela-se a indisponibilidade referida na **Averbação nº 28**, objeto desta matrícula, nos termos do inciso I do artigo 250, da Lei dos Registros Públicos.- São José do Rio Preto, 17 de outubro de 2022.- O Oficial.

AV.42/52845 - Protocolo nº 620.378 de 16/11/2022 (selo digital: 1114273310000000702371224):-Por certidão, expedida aos 20 de outubro de 2022, consta que foi distribuída, no dia 10/09/2018 e admitida em juízo, a Ação de Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização, sob o nº 1093935-44.2018.8.26.0100, à 43ª Vara Cível do Foro Central Cível de São Paulo/SP, movida por **ITAÚ UNIBANCO S/A**, CNPJ/MF.60.701.190/0001-04, contra **DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA**, (já qualificada), dando-se a causa o valor de R$ 30.247.755,09 (trinta milhões, duzentos e quarenta e sete mil, setecentos e cinqüenta e cinco reais e nove centavos); de acordo com o Artigo 828 do CPC. São José do Rio Preto, 01 de dezembro de 2022.- O Oficial.

PARA SIMPLES CONSULTA
NÃO VALE COMO CERTIDÃO

SOLICITADO POR: AD ANGUSTA - CPF/CNPJ: ***.583.210-** DATA: 16/09/2023 10:52:04 - VALOR: R$ 20,84

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 168

Evento:
EXPEDICAO_DE_EDITAL___LEILAO
Data:
26/09/2023 16:45:04
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
168

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA
EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

EDITAL Nº 510011470903

EDITAL DE LEILÃO ELETRÔNICO

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO ELETRÔNICO E DE INTIMAÇÃO, COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, EXPEDIDO NOS AUTOS DA EXECUÇÃO FISCAL N° 0023469-13.2017.4.02.5101, PROMOVIDA POR UNIÃO – FAZENDA NACIONAL (CNPJ: 00.394.460/0216-53) EM FACE DE ADIVALDO APARECIDO NEVES (CPF: 928.671.548-04) e IMP – CONSTRUÇÕES E MONTAGENS LTDA (CNPJ: 04.858.299/0001-70), NA FORMA ABAIXO:

O DOUTOR MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, JUIZ FEDERAL TITULAR DA SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO, FAZ SABER a todos quantos este virem ou dele tiverem conhecimento e a quem interessar possa, especialmente ao(s) Executado(s) IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA e ADIVALDO APARECIDO NEVES, que, por meio do presente EDITAL de LEILÃO E INTIMAÇÃO ficam cientes de que o(s) bem(ns) abaixo descrito(s) e avaliado(s), que serve(m) de garantia na ação de execução em epígrafe, serão alienados em 1° e 2° leilões, eletrônicos, conforme o disposto na Lei n° 6.830/1980 (Lei de Execuções Fiscais), na Lei n° 13.105/2015 (Código de Processo Civil), na Resolução CNJ n° 236/2016 e nas condições seguintes.

Modalidade eletrônica. Quem pretender arrematar deverá, mediante cadastramento prévio de pelo menos 24 horas antes do leilão, ofertar lances pela internet, através do sítio ***www.fabioleiloes.com.br***.

Ficam desde já cientes os interessados de que os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de insucesso do mesmo, por qualquer ocorrência, tais como, na conexão de internet, no funcionamento do computador, na incompatibilidade de software ou quaisquer outras ocorrências, posto que, a internet e o site do leiloeiro são apenas facilitadores de oferta. Desse modo, ao participar eletronicamente, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação posterior a respeito.

Cadastramento para o leilão eletrônico. O usuário interessado em participar do leilão eletrônico deverá se cadastrar previamente no sítio respectivo, no prazo máximo de 24h antes do leilão, ressalvada a competência do Juízo da execução para decidir sobre eventuais impedimentos. O cadastramento será gratuito e constituirá requisito indispensável para a participação na alienação judicial eletrônica, responsabilizando-se o usuário, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento. O cadastramento implicará na aceitação da integralidade das disposições da Resolução CNJ nº 236/2016, assim como das demais condições estipuladas neste edital[1].

O primeiro leilão será realizado no dia **10 de outubro de 2023, com encerramento às 14:00 horas**, no sítio ***www.fabioleiloes.com.br***, quando o(s) bem(ns) será(ão) apregoado(s), eletronicamente, captado(s) o(s) lance(s) e vendido(s) a quem oferecer quantia(s) superior(es) à(s) avaliação(ões).

O segundo leilão será realizado no dia **24 de outubro de 2023, com encerramento às 14:00 horas**, no site ***www.fabioleiloes.com.br***, quando o(s) bem(ns) será(ão) captado(s) o(s) lance(s) e vendido(s) a quem mais ofertar,

não se aceitando, porém, preço vil, assim entendido o inferior à metade da avaliação.[2]

No caso de algum dia designado para a realização da Hasta Pública ser feriado ou não tiver expediente forense, o mesmo realizar-se-á no próximo dia útil subsequente, independentemente de nova publicação do edital.

REPASSE: Os bens que não receberem qualquer lance até o horário previsto para o encerramento do Segundo Leilão, serão apregoados, novamente em "repasse", por um período adicional de 01 (uma) hora, 15 minutos após o término do pregão de todos os lotes que compuserem o leilão. Durante a hora adicional (repasse) observar-se-ão, para realização de lances, as mesmas regras estipuladas para o Segundo Leilão.

LEILOEIRO. O leilão será presidido pelo Leiloeiro Público FÁBIO MANOEL GUIMARÃES, inscrito na JUCERJA sob o nº 136, ou seu preposto (telefone: 0800-707-9339 – sítio: ***www.fabioleiloes.com.br***), o(s) qual(is), conforme o previsto no artigo 887, § 2°, do Código de Processo Civil/2015, está(ão) autorizado(s) a divulgar fotografias do(s) bem(ns) penhorado(s) nos sítios ***www.leiloesjudiciais.com.br*** e ***www.fabioleiloes.com.br***, sem prejuízo de outras formas de publicidade que venham a ser adotadas pelo Leiloeiro, tendentes a mais ampla publicidade da alienação.

DESCRIÇÃO(ÕES), AVALIAÇÃO(ÕES), LOCALIZAÇÃO(ÕES) E ÔNUS DO(S) BEM(NS):

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS): Uma área de 27.727,03 m², ou 2.77,27 hectares, ou seja, 1,15 alqueires, confrontando com Margarete Lote, com Valter Gonçalves de Abreu, com o Espólio de Ruilando Lotti, e finalmente com o Parque Industrial, encravado na Fazenda Campo ou Borboleta, com a denominação especial de Sítio 4 Irmãos, no distrito e município de Bady Bassit, da Comarca de São José de Rio Preto/SP. Encontra-se em perímetro urbano. **Benfeitorias:** Foram construídos dois galpões industriais, uma cobertura anexa ao galpão, um depósito de tintas, uma cobertura anexa ao galpão, uma ponte rolante externa, duas pontes rolantes internas, com aproximadamente 4.344,72 m² de área construída, não averbada junto a matrícula. Os galpões têm piso de concreto e camada de seixo rolado, são circundados por uma marreta de blocos de concreto com aproximadamente 0,60 m de altura, cujo fechamento até a cobertura é feito de telhas metálicas galvanizadas e de PVC translúcidas, e cobertura também de telhas metálicas galvanizadas e PVC translúcidas, em regular estado de conservação. Obs.: O imóvel é beneficiário de servidão de passagem, conforme Registro n° 015 da Matrícula n° 64.610. Imóvel com Inscrição Municipal n° 013.078/01 e matriculado sob o n° 52.845 no 1º Ofício de Registro de Imóveis de São José do Rio Preto/SP.

(RE)AVALIAÇÃO: R$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), em 21 de fevereiro de 2022.

LANCE MÍNIMO 2º LEILÃO: R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais).

"No caso de determinação judicial, os bens poderão ser reavaliados ou sua avaliação atualizada, até a data do leilão, podendo sofrer alteração em seus valores, os quais serão informados pelo Leiloeiro Oficial no ato do leilão".

LOCALIZAÇÃO DO(S) BEM(NS): Rodovia BR 153, nº 650, Bady Bassit/SP

DEPOSITÁRIO: ADVALDO APARECIDO NEVES, Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1.500, Brooklin Novo, São Paulo/SP.

ÔNUS: Hipotecas em favor do Banco Abn Amro Real S/A; Ajuizamento da Ação n° 0008513-33.2012.8.26.0358, em trâmite na 3ª Vara Cível de Mirassol/SP; Penhora nos autos n° 1007445-85.2014.8.26.0576, em favor de Chimera Capital Partiners Consultoria Empresarial Ltda, em trâmite na 5ª Vara Cível de São José do Rio Preto/SP; Penhora nos autos n° 0002152-95.2013.4.02.5101, em favor da Fazenda Nacional, em trâmite na 3ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro/RJ; Penhora nos autos n° 0001573-62.2012.5.15.0082, em favor de Adilson Rodrigues de Oliveira, em trâmite na 3ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto/SP; Penhora nos autos n° 0003273-84.2017.4.03.6106, em favor do Ministério da Fazenda em trâmite na 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto/SP; Hipoteca em favor do Banco Santander S.A, subrrogado em favor da cessionária Chimera Capital Partiners Consultoria Empresarial Ltda; Penhora nos autos n° 1003579-05.2018.8.26.0358, em favor do Banco Paulista S.A, em trâmite no 3º Ofício Judicial de Mirassol/SP; Indisponibilidade nos autos n° 0002206-69.2012.5.08.0114, em trâmite na 1ª Vara do Trabalho de Parauapebas/PA; Penhora nos autos n° 5002946-20.2018.4.03.6106, em favor do Ministério da Fazenda, em trâmite na 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto/SP; Penhora nos autos n° 5001334-13.2019.4.03.6106, em favor do Ministério da Fazenda, em trâmite na 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto/SP; Penhora nos autos n° 1050795-84.2018.8.26.0576, em favor do Banco Bradesco S.A, em trâmite no 7º Ofício Cível de São José do Rio Preto/SP; Penhora nos autos n° 1500349-54.2017.8.26.0576, em favor da Secretaria da Fazenda, em trâmite na 1ª Vara da Fazenda Pública de São José do Rio Preto/SP; Indisponibilidade e Penhora nos autos nº 5031275-43.2019.4.02.5101, em favor do Ministério da Fazenda, em trâmite na 5ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro/RJ; Penhora nos autos n° 5001335-95.2019.4.03.6106, em favor do Ministério da Fazenda, em trâmite na 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto/SP; Penhora nos autos n° 5003223-02.2019.4.03.6106, em favor do Ministério da Fazenda, em trâmite na 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto/SP; Penhora nos autos n° 5094635-49.2019.4.02.5101, em favor do Ministério da Fazenda, em trâmite na 5ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro/RJ; Penhora nos autos

n° 5003916-49.2020.4.03.6106, em favor da Fazenda Nacional, em trâmite na 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto/SP; Indisponibilidade nos autos n° 5031275-43.2019.4.02.5101, em trâmite na 5ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro/RJ; Distribuição da Ação n° 1093935-44.2018.8.26.0100, em trâmite na 43ª Vara Cível de São Paulo/SP. Outros eventuais constantes na Matrícula Imobiliária.

VALOR DA DÍVIDA: R$ 1.649.962,00 (um milhão, seiscentos e quarenta e nove mil, novecentos e sessenta e dois reais), em 31 de março de 2021.

INFORMAÇÕES SOBRE O(S) BEM(NS). O(s) bem(ns) oferecido(s) é(são) o(s) que consta(m) descrito(s) neste edital, publicado no Diário Eletrônico e disponível na Secretaria da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal, na Avenida Venezuela n° 134, bloco B, 7° andar, Saúde, Rio de Janeiro, RJ. Qualquer alteração ou adaptação estará sujeita à confirmação por edital. O(s) bem(ns) será(ão) vendido(s) no estado em que se encontra(rem). Poderá haver a exclusão de bens do leilão a qualquer tempo e independentemente de prévia comunicação. Informações complementares podem ser obtidas no sítio da Justiça Federal (*www.jfrj.jus.br*), no caminho: "Consultas" → "Leilões Judiciais", por contato com o Leiloeiro Público (tel.: 0800-707-9339 – *www.leiloesjudiciais.com.br*), na sede do Juízo, sito na Av. Venezuela nº 134, Bloco B, 7º Andar, Saúde, Rio de Janeiro/RJ (entre 09:00 e 17:00 horas), ou, ainda, por correio eletrônico dirigido à Secretaria do Juízo (06vef@jfrj.jus.br).

DÍVIDAS DO(S) BEM(NS). No caso de veículos automotores (automóveis, motocicletas, embarcações, aeronaves e similares), os impostos sobre a propriedade da coisa não serão transferidos ao arrematante, sub-rogando-se sobre o preço da arrematação, conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional. Também não serão transferidas ao arrematante as dívidas referentes a multas pendentes, da responsabilidade pessoal do proprietário anterior. O arrematante arcará, porém, com as despesas de transferência, inclusive de natureza tributária e fica ciente de que além de possíveis ônus perante o DETRAN, poderá haver outras restrições Judiciais originárias de outras Varas que poderão ocasionar a demora no registro da Carta de Arrematação. Fica desde já ciente o arrematante que é responsável pela verificação de todos e quaisquer ônus que recaiam sobre o veículo, pois pode haver novas inclusões após a confecção do edital de leilão e sua realização. E isso pode ocasionar demora para liberar a documentação do veículo. Os impedimentos para registro do veículo devem ser informados no processo para as devidas providências. Quanto aos demais bens móveis, todas as dívidas e ônus não serão transferidos ao arrematante. No caso de bens imóveis, as dívidas pendentes relativas a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse da coisa e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, como o IPTU e taxas municipais, ou as contribuições de melhoria, não serão transferidos aos arrematantes, sub-rogando-se sobre o preço da arrematação, conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional. Também não será transferido ao arrematante eventual ônus relativo à hipoteca sobre o bem imóvel, conforme artigo 1.499, inciso VI, do Código Civil. Por outro lado, ficarão a cargo do arrematante: as eventuais despesas de condomínio e outras obrigações civis referentes ao imóvel, tais como foro e laudêmio etc.; as despesas cartorárias de transferência e desmembramento, bem como o Imposto de Transferência de Bens Imóveis – ITBI; os débitos de INSS constituídos em razão da construção ou reforma do bem, de obras concluídas ou em andamento, desde que devidamente averbados do Registro de Imóveis competente; as eventuais despesas relativas à restrição imposta por zoneamento ou uso do solo, inclusive aquelas decorrentes da Legislação Ambiental; as demais despesas referentes a alvarás, certidões, escrituras e registros, incluindo débitos relativos à regularização da denominação do logradouro e numeração predial junto aos órgãos competentes, conforme o caso.

VISTORIA(S) DO(S) BEM(NS). A localização dos bens para visitação é a declarada neste edital. Antes dos dias marcados para o leilão, os interessados terão o direito de visitação dos bens nos locais em que se encontram. A visitação livre pode dar-se de segunda-feira a sexta-feira, das 9:00 horas às 17:00 horas. Se o Executado ou Depositário impedir(em) a visitação ao bem, o interessado deve peticionar ao M. Juízo requerendo ordem para a visitação acompanhado por Oficial de Justiça; pedidos estes que serão atendidos na medida das possibilidades da Justiça.

INTIMAÇÕES. Intimados pessoalmente do leilão o Procurador do(a) Exequente e o(a) Executado(a), este com a advertência de que poderá remir o bem no prazo legal (STJ – súmula n° 121). Caso o(a/s) Executado(a/s) não haja(m) sido encontrado(a/s) para intimação(ões) pessoal(is), bem como para os efeitos do artigo 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no artigo 826 do Código de Processo Civil. Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos exprop riatórios contidas no § 1º do art. 903 do CPC será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil), fica(m) devidamente intimado(a)(s) pela publicação deste edital no Diário Eletrônico da Justiça Federal e afixação no local de costume. Outrossim, o(s) credor(es) hipotecário(s), usufrutuário(s) ou senhorio(s) direito(s), que não intimados pessoalmente, fica(m) intimado(a)(s) do leilão pela publicação do presente Edital.

QUEM PODE ARREMATAR. Todas as pessoas físicas capazes e as pessoas jurídicas regularmente constituídas podem participar do leilão. A identificação das pessoas físicas será feita através de documento de identidade e do

Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério de Fazenda. As pessoas jurídicas serão representadas por quem os estatutos indicarem, devendo portar comprovante de CNPJ e cópia do referido Ato Estatutário. Todos poderão fazer-se representar por procurador com poderes específicos. Para participação no leilão eletrônico é imprescindível o prévio cadastramento no site respectivo, conforme o item "**Cadastramento para o leilão eletrônico**" deste edital. **Não poderão arrematar**[3]: os incapazes; os tutores, os curadores, os testamenteiros, os administradores ou os liquidantes, quanto aos bens confiados à sua guarda e à sua responsabilidade; os mandatários, quanto aos bens de cuja administração ou alienação estejam encarregados; o Juiz do feito e os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública nele atuantes, o Diretor de Secretaria, o Depositário, o Avaliador e o Oficial de Justiça, além daqueles que forem responsáveis pela administração dos bens leiloados; os servidores públicos em geral, quanto aos bens ou aos direitos da pessoa jurídica a que servirem ou que estejam sob sua administração direta ou indireta; o leiloeiro e seus prepostos; e os advogados de qualquer das partes.

FORMAS E CONDIÇÕES DA ARREMATAÇÃO E PAGAMENTOS.

A arrematação poderá ser feita com relação a um bem, isto é, de forma individualizada.

A alienação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, conforme artigo 892 do Código de Processo Civil.

Em caso de imóveis e veículos, o pagamento poderá ser parcelado em primeiro leilão por valor não inferior ao da avaliação e, em segundo leilão, pelo maior lance, desde que não considerado vil, conforme art. 895, I e II, do CPC, nas seguintes condições: **I – Imóveis:** O arrematante deverá pagar 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses; **II – Veículos:** O arrematante deverá pagar 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 6 (seis) meses; **III – Imóveis e veículos:** As prestações são mensais e sucessivas, no valor mínimo de R$ 1.000,00 cada; **IV – Imóveis e veículos:** Ao valor de cada parcela, será acrescido o índice de correção monetária do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo; **V – Caução para imóveis:** Será garantida a integralização do lance por hipoteca judicial sobre o próprio bem imóvel, através de hipoteca na matrícula, no momento do registro da carta de arrematação; **VI – Caução para veículos:** Será garantida através de caução idônea (exemplo de caução idônea: Seguro garantia, fiança bancária, imóvel em nome do arrematante ou de terceiro, com valor declarado igual ou superior a 03 (três) vezes o valor da arrematação), caução esta condicionada à aceitação e homologação pelo juízo. Não sendo apresentado caução idônea, ou, não sendo a caução apresentada aceita pelo juízo, a expedição da Carta de Arrematação e posse do veículo somente ocorrerá após comprovação da quitação de todos os valores da arrematação. **ATRASO NO PAGAMENTO DA PARCELA:** No caso de atraso ou não pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, autorizando o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos do processo em que se deu a arrematação. Em qualquer caso, será imposta a perda dos valores já pagos em favor do exequente e Leiloeiro, voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos. **OBS.: Sobre direito de preferência – lances à vista sempre terão preferência, bastando igualar-se ao último lance ofertado, o que não interfere na continuidade da disputa.**

Observação: O valor mínimo da avaliação do bem para que o parcelamento seja autorizado, deverá ser de **R$ 20.000,00** (vinte mil reais).

Em qualquer modalidade, os arrematantes deverão confirmar os lances e recolher a(s) quantia(s) respectiva(s) na data designada para a realização do leilão, para fins de lavratura do termo próprio, bem como depositar o valor total da arrematação à disposição do Juízo, via depósito judicial, no prazo de 24 horas a partir do encerramento do leilão.

É vedada a desistência da arrematação e o valor será pago diretamente ao leiloeiro, na ocasião do leilão, que deverá recebê-lo e depositá-lo, dentro de 24 (vinte e horas), ou no primeiro dia útil subsequente com expediente bancário, na Caixa Econômica Federal, à ordem do Juízo, em conta vinculada ao processo, sob pena de perda da caução em favor do exequente, voltando os bens a nova praça ou leilão, dos quais não será admitida a participação do arrematante, conforme artigo 897, do Código de Processo Civil.

Salvo nos casos de nulidades previstas em lei, em nenhuma hipótese serão aceitas desistências dos arrematantes/adjudicantes, reclamações posteriores sobre os bens ou alegações de desconhecimento das cláusulas deste Edital, para se eximirem das obrigações devidas, inclusive aquelas de ordem criminal previstas no artigo 358 do Código Penal Brasileiro ("*Art. 358 - Impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem: Pena - detenção, de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência*").

A comissão do leiloeiro será paga mediante recibo em 03 (três) vias, uma das quais será anexada aos autos de execução.

Caso o arrematante vencedor não efetue o pagamento no prazo determinado, será convocado o segundo colocado

na disputa para formalizar a arrematação.

Fica o Leiloeiro autorizado a requisitar dos licitantes referências bancárias, idoneidade financeira e demonstrar inexistência de restrição em registro de cadastro de proteção ao crédito.

ACRÉSCIMOS AO VALOR DO LANCE. Além do valor ofertado, o arrematante arcará com o pagamento dos seguintes acréscimos, calculados sobre o valor do lance: comissão do leiloeiro de 5% (cinco por cento). Caso incida o ICMS, seu recolhimento será de responsabilidade do arrematante, se contribuinte do imposto, ou do leiloeiro, caso o arrematante não seja contribuinte. Não será devida comissão ao leiloeiro nas hipóteses de anulada a arrematação ou de negativo o resultado do leilão. Anulada a arrematação, o leiloeiro devolverá ao arrematante o valor recebido a título de comissão em até 10 (dez) dias de quando comunicado pelo Juízo.

PAGAMENTO OU PARCELAMENTO DO DÉBITO. Em caso de remição, pagamento ou parcelamento do débito no período dos 10 (dez) dias úteis que antecedem ao leilão, a parte executada deverá pagar 2% (dois por cento) sobre o valor atribuído ao(s) bem(ns) na avaliação/reavaliação, a título de ressarcimento das despesas do leiloeiro, limitado ao valor máximo de R$ 10.000,00 (dez mil reais).

DEPÓSITO PROVISÓRIO DOS BENS ARREMATADOS. Confirmado o pagamento integral do(s) valor(es) devido(s), o arrematante poderá solicitar posse provisória do(s) bem(ns) arrematado(s). O pedido será apreciado pelo Juiz e a posse terá caráter de depósito, obrigando-se o arrematante a conservar o bem e apresentá-lo caso seja solicitado, sob as penas da lei. O depósito cessará automaticamente com a expedição da Carta de Arrematação que confirme a propriedade do arrematante.

TRANSPORTE E POSSE DEFINITIVA DOS BENS PENHORADOS. O Juízo garantirá que o arrematante tome posse do(s) bem(ns) leiloado(s), que arcará com as despesas e os custos relativos para sua(s) desmontagem, remoção, transporte e transferência[4].

O arrematante declara estar ciente de que, além de possíveis ônus perante o DETRAN, poderá haver outras restrições judiciais originárias de outras Varas, que poderão causar morosidade na transferência do bem perante o DETRAN. Fica desde já ciente o arrematante que é responsável pela verificação de todos e quaisquer ônus que recaiam sobre o veículo, pois poderá ocorrer novas inclusões após a confecção do edital de leilão e sua realização. Os impedimentos para registro do veículo, devem ser informados via petição ao Exmo. Juiz que preside o processo, para que oficie as Varas e o Detran para as devidas baixas. O modelo de petição poderá ser obtida junto a equipe do leiloeiro.

VENDA DIRETA: Restando negativo o leilão, fica desde já autorizada a venda direta, observando-se as regras gerais e específicas já fixadas para o leilão, inclusive os preços mínimos. O prazo da venda direta é 60 (sessenta) dias, sendo fechada em ciclos de 15 dias cada. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, até o prazo final. Tudo em conformidade com o artigo 880 do CPC c/c art. 375 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional do TRF da 4ª Região, aprovada pelo Provimento nº 62, de 13/06/2017.

O Leiloeiro, por ocasião do leilão, fica desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente edital, o qual se presume seja de conhecimento de todos os interessados.

O Leiloeiro Público Oficial não se enquadra na condição de fornecedor, intermediário, ou comerciante, sendo mero mandatário, ficando assim, eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolso, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro. Este edital está em conformidade com a resolução nº 236 de 13/07/2016 do CNJ.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do(s) executado(s) e de terceiros interessados, os quais não poderão, no futuro, alegar ignorância a respeito, é expedido o presente Edital, na forma do artigo 886 do Código de Processo Civil, que será publicado no Diário Eletrônico da Justiça Federal e afixado no local de costume. Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, em 19 de setembro de 2023. Eu, André Botelho Jucá, Diretor de Secretaria da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal, o fiz digitar e subscrevo. Assinado ainda pelo **MM. Dr. Juiz Federal Titular, MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA.**

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510011470903v2** e do código CRC **5c841c48**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 26/9/2023, às 16:45:3

---

1. Resolução CNJ nº 236/2016 , arts. 12 e 13.
2. CPC, art. 891, § único.
3. CPC, art. 890.
4. Resolução CNJ nº 236/2016, artigo 29

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 169

Evento:

ATO_ORDINATORIO_PRATICADO_–_DOCUMENTO_ENCAMINHADO_A_DISPONIBILIZACAO_NO_DIAR

Data:
26/09/2023 17:15:41

Usuário:
JRJ12495 - CLAUDIO MARCUS DE MELO - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)

Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

Sequência Evento:
169

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA
EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

EDITAL Nº 510011470903

EDITAL DE LEILÃO ELETRÔNICO

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO ELETRÔNICO E DE INTIMAÇÃO, COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, EXPEDIDO NOS AUTOS DA EXECUÇÃO FISCAL N° 0023469-13.2017.4.02.5101, PROMOVIDA POR UNIÃO – FAZENDA NACIONAL (CNPJ: 00.394.460/0216-53) EM FACE DE ADIVALDO APARECIDO NEVES (CPF: 928.671.548-04) e IMP – CONSTRUÇÕES E MONTAGENS LTDA (CNPJ: 04.858.299/0001-70), NA FORMA ABAIXO:

O DOUTOR MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, JUIZ FEDERAL TITULAR DA SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO, FAZ SABER a todos quantos este virem ou dele tiverem conhecimento e a quem interessar possa, especialmente ao(s) Executado(s) IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA e ADIVALDO APARECIDO NEVES, que, por meio do presente EDITAL de LEILÃO E INTIMAÇÃO ficam cientes de que o(s) bem(ns) abaixo descrito(s) e avaliado(s), que serve(m) de garantia na ação de execução em epígrafe, serão alienados em 1° e 2° leilões, eletrônicos, conforme o disposto na Lei n° 6.830/1980 (Lei de Execuções Fiscais), na Lei n° 13.105/2015 (Código de Processo Civil), na Resolução CNJ n° 236/2016 e nas condições seguintes.

Modalidade eletrônica. Quem pretender arrematar deverá, mediante cadastramento prévio de pelo menos 24 horas antes do leilão, ofertar lances pela internet, através do sítio ***www.fabioleiloes.com.br***.

Ficam desde já cientes os interessados de que os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de insucesso do mesmo, por qualquer ocorrência, tais como, na conexão de internet, no funcionamento do computador, na incompatibilidade de software ou quaisquer outras ocorrências, posto que, a internet e o site do leiloeiro são apenas facilitadores de oferta. Desse modo, ao participar eletronicamente, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação posterior a respeito.

Cadastramento para o leilão eletrônico. O usuário interessado em participar do leilão eletrônico deverá se cadastrar previamente no sítio respectivo, no prazo máximo de 24h antes do leilão, ressalvada a competência do Juízo da execução para decidir sobre eventuais impedimentos. O cadastramento será gratuito e constituirá requisito indispensável para a participação na alienação judicial eletrônica, responsabilizando-se o usuário, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento. O cadastramento implicará na aceitação da integralidade das disposições da Resolução CNJ nº 236/2016, assim como das demais condições estipuladas neste edital[1].

O primeiro leilão será realizado no dia **10 de outubro de 2023, com encerramento às 14:00 horas**, no sítio ***www.fabioleiloes.com.br***, quando o(s) bem(ns) será(ão) apregoado(s), eletronicamente, captado(s) o(s) lance(s) e vendido(s) a quem oferecer quantia(s) superior(es) à(s) avaliação(ões).

O segundo leilão será realizado no dia **24 de outubro de 2023, com encerramento às 14:00 horas**, no site ***www.fabioleiloes.com.br***, quando o(s) bem(ns) será(ão) captado(s) o(s) lance(s) e vendido(s) a quem mais ofertar,

não se aceitando, porém, preço vil, assim entendido o inferior à metade da avaliação.[2]

No caso de algum dia designado para a realização da Hasta Pública ser feriado ou não tiver expediente forense, o mesmo realizar-se-á no próximo dia útil subsequente, independentemente de nova publicação do edital.

REPASSE: Os bens que não receberem qualquer lance até o horário previsto para o encerramento do Segundo Leilão, serão apregoados, novamente em "repasse", por um período adicional de 01 (uma) hora, 15 minutos após o término do pregão de todos os lotes que compuserem o leilão. Durante a hora adicional (repasse) observar-se-ão, para realização de lances, as mesmas regras estipuladas para o Segundo Leilão.

LEILOEIRO. O leilão será presidido pelo Leiloeiro Público FÁBIO MANOEL GUIMARÃES, inscrito na JUCERJA sob o nº 136, ou seu preposto (telefone: 0800-707-9339 – sítio: ***www.fabioleiloes.com.br***), o(s) qual(is), conforme o previsto no artigo 887, § 2°, do Código de Processo Civil/2015, está(ão) autorizado(s) a divulgar fotografias do(s) bem(ns) penhorado(s) nos sítios ***www.leiloesjudiciais.com.br*** e ***www.fabioleiloes.com.br***, sem prejuízo de outras formas de publicidade que venham a ser adotadas pelo Leiloeiro, tendentes a mais ampla publicidade da alienação.

DESCRIÇÃO(ÕES), AVALIAÇÃO(ÕES), LOCALIZAÇÃO(ÕES) E ÔNUS DO(S) BEM(NS):

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS): Uma área de 27.727,03 m², ou 2.77,27 hectares, ou seja, 1,15 alqueires, confrontando com Margarete Lote, com Valter Gonçalves de Abreu, com o Espólio de Ruilando Lotti, e finalmente com o Parque Industrial, encravado na Fazenda Campo ou Borboleta, com a denominação especial de Sítio 4 Irmãos, no distrito e município de Bady Bassit, da Comarca de São José de Rio Preto/SP. Encontra-se em perímetro urbano. **Benfeitorias:** Foram construídos dois galpões industriais, uma cobertura anexa ao galpão, um depósito de tintas, uma cobertura anexa ao galpão, uma ponte rolante externa, duas pontes rolantes internas, com aproximadamente 4.344,72 m² de área construída, não averbada junto a matrícula. Os galpões têm piso de concreto e camada de seixo rolado, são circundados por uma marreta de blocos de concreto com aproximadamente 0,60 m de altura, cujo fechamento até a cobertura é feito de telhas metálicas galvanizadas e de PVC translúcidas, e cobertura também de telhas metálicas galvanizadas e PVC translúcidas, em regular estado de conservação. Obs.: O imóvel é beneficiário de servidão de passagem, conforme Registro n° 015 da Matrícula n° 64.610. Imóvel com Inscrição Municipal n° 013.078/01 e matriculado sob o n° 52.845 no 1º Ofício de Registro de Imóveis de São José do Rio Preto/SP.

(RE)AVALIAÇÃO: R$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), em 21 de fevereiro de 2022.

LANCE MÍNIMO 2º LEILÃO: R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais).

"No caso de determinação judicial, os bens poderão ser reavaliados ou sua avaliação atualizada, até a data do leilão, podendo sofrer alteração em seus valores, os quais serão informados pelo Leiloeiro Oficial no ato do leilão".

LOCALIZAÇÃO DO(S) BEM(NS): Rodovia BR 153, nº 650, Bady Bassit/SP

DEPOSITÁRIO: ADVALDO APARECIDO NEVES, Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1.500, Brooklin Novo, São Paulo/SP.

ÔNUS: Hipotecas em favor do Banco Abn Amro Real S/A; Ajuizamento da Ação n° 0008513-33.2012.8.26.0358, em trâmite na 3ª Vara Cível de Mirassol/SP; Penhora nos autos n° 1007445-85.2014.8.26.0576, em favor de Chimera Capital Partiners Consultoria Empresarial Ltda, em trâmite na 5ª Vara Cível de São José do Rio Preto/SP; Penhora nos autos n° 0002152-95.2013.4.02.5101, em favor da Fazenda Nacional, em trâmite na 3ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro/RJ; Penhora nos autos n° 0001573-62.2012.5.15.0082, em favor de Adilson Rodrigues de Oliveira, em trâmite na 3ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto/SP; Penhora nos autos n° 0003273-84.2017.4.03.6106, em favor do Ministério da Fazenda em trâmite na 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto/SP; Hipoteca em favor do Banco Santander S.A, subrrogado em favor da cessionária Chimera Capital Partiners Consultoria Empresarial Ltda; Penhora nos autos n° 1003579-05.2018.8.26.0358, em favor do Banco Paulista S.A, em trâmite no 3º Ofício Judicial de Mirassol/SP; Indisponibilidade nos autos n° 0002206-69.2012.5.08.0114, em trâmite na 1ª Vara do Trabalho de Parauapebas/PA; Penhora nos autos n° 5002946-20.2018.4.03.6106, em favor do Ministério da Fazenda, em trâmite na 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto/SP; Penhora nos autos n° 5001334-13.2019.4.03.6106, em favor do Ministério da Fazenda, em trâmite na 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto/SP; Penhora nos autos n° 1050795-84.2018.8.26.0576, em favor do Banco Bradesco S.A, em trâmite no 7º Ofício Cível de São José do Rio Preto/SP; Penhora nos autos n° 1500349-54.2017.8.26.0576, em favor da Secretaria da Fazenda, em trâmite na 1ª Vara da Fazenda Pública de São José do Rio Preto/SP; Indisponibilidade e Penhora nos autos nº 5031275-43.2019.4.02.5101, em favor do Ministério da Fazenda, em trâmite na 5ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro/RJ; Penhora nos autos n° 5001335-95.2019.4.03.6106, em favor do Ministério da Fazenda, em trâmite na 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto/SP; Penhora nos autos n° 5003223-02.2019.4.03.6106, em favor do Ministério da Fazenda, em trâmite na 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto/SP; Penhora nos autos n° 5094635-49.2019.4.02.5101, em favor do Ministério da Fazenda, em trâmite na 5ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro/RJ; Penhora nos autos

n° 5003916-49.2020.4.03.6106, em favor da Fazenda Nacional, em trâmite na 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto/SP; Indisponibilidade nos autos n° 5031275-43.2019.4.02.5101, em trâmite na 5ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro/RJ; Distribuição da Ação n° 1093935-44.2018.8.26.0100, em trâmite na 43ª Vara Cível de São Paulo/SP. Outros eventuais constantes na Matrícula Imobiliária.

VALOR DA DÍVIDA: R$ 1.649.962,00 (um milhão, seiscentos e quarenta e nove mil, novecentos e sessenta e dois reais), em 31 de março de 2021.

INFORMAÇÕES SOBRE O(S) BEM(NS). O(s) bem(ns) oferecido(s) é(são) o(s) que consta(m) descrito(s) neste edital, publicado no Diário Eletrônico e disponível na Secretaria da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal, na Avenida Venezuela n° 134, bloco B, 7° andar, Saúde, Rio de Janeiro, RJ. Qualquer alteração ou adaptação estará sujeita à confirmação por edital. O(s) bem(ns) será(ão) vendido(s) no estado em que se encontra(rem). Poderá haver a exclusão de bens do leilão a qualquer tempo e independentemente de prévia comunicação. Informações complementares podem ser obtidas no sítio da Justiça Federal (*www.jfrj.jus.br*), no caminho: "Consultas" → "Leilões Judiciais", por contato com o Leiloeiro Público (tel.: 0800-707-9339 – *www.leiloesjudiciais.com.br*), na sede do Juízo, sito na Av. Venezuela nº 134, Bloco B, 7º Andar, Saúde, Rio de Janeiro/RJ (entre 09:00 e 17:00 horas), ou, ainda, por correio eletrônico dirigido à Secretaria do Juízo (06vef@jfrj.jus.br).

DÍVIDAS DO(S) BEM(NS). No caso de veículos automotores (automóveis, motocicletas, embarcações, aeronaves e similares), os impostos sobre a propriedade da coisa não serão transferidos ao arrematante, sub-rogando-se sobre o preço da arrematação, conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional. Também não serão transferidas ao arrematante as dívidas referentes a multas pendentes, da responsabilidade pessoal do proprietário anterior. O arrematante arcará, porém, com as despesas de transferência, inclusive de natureza tributária e fica ciente de que além de possíveis ônus perante o DETRAN, poderá haver outras restrições Judiciais originárias de outras Varas que poderão ocasionar a demora no registro da Carta de Arrematação. Fica desde já ciente o arrematante que é responsável pela verificação de todos e quaisquer ônus que recaiam sobre o veículo, pois pode haver novas inclusões após a confecção do edital de leilão e sua realização. E isso pode ocasionar demora para liberar a documentação do veículo. Os impedimentos para registro do veículo devem ser informados no processo para as devidas providências. Quanto aos demais bens móveis, todas as dívidas e ônus não serão transferidos ao arrematante. No caso de bens imóveis, as dívidas pendentes relativas a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse da coisa e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, como o IPTU e taxas municipais, ou as contribuições de melhoria, não serão transferidos aos arrematantes, sub-rogando-se sobre o preço da arrematação, conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional. Também não será transferido ao arrematante eventual ônus relativo à hipoteca sobre o bem imóvel, conforme artigo 1.499, inciso VI, do Código Civil. Por outro lado, ficarão a cargo do arrematante: as eventuais despesas de condomínio e outras obrigações civis referentes ao imóvel, tais como foro e laudêmio etc.; as despesas cartorárias de transferência e desmembramento, bem como o Imposto de Transferência de Bens Imóveis – ITBI; os débitos de INSS constituídos em razão da construção ou reforma do bem, de obras concluídas ou em andamento, desde que devidamente averbados do Registro de Imóveis competente; as eventuais despesas relativas à restrição imposta por zoneamento ou uso do solo, inclusive aquelas decorrentes da Legislação Ambiental; as demais despesas referentes a alvarás, certidões, escrituras e registros, incluindo débitos relativos à regularização da denominação do logradouro e numeração predial junto aos órgãos competentes, conforme o caso.

VISTORIA(S) DO(S) BEM(NS). A localização dos bens para visitação é a declarada neste edital. Antes dos dias marcados para o leilão, os interessados terão o direito de visitação dos bens nos locais em que se encontram. A visitação livre pode dar-se de segunda-feira a sexta-feira, das 9:00 horas às 17:00 horas. Se o Executado ou Depositário impedir(em) a visitação ao bem, o interessado deve peticionar ao M. Juízo requerendo ordem para a visitação acompanhado por Oficial de Justiça; pedidos estes que serão atendidos na medida das possibilidades da Justiça.

INTIMAÇÕES. Intimados pessoalmente do leilão o Procurador do(a) Exequente e o(a) Executado(a), este com a advertência de que poderá remir o bem no prazo legal (STJ – súmula n° 121). Caso o(a/s) Executado(a/s) não haja(m) sido encontrado(a/s) para intimação(ões) pessoal(is), bem como para os efeitos do artigo 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no artigo 826 do Código de Processo Civil. Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos exprop riatórios contidas no § 1º do art. 903 do CPC será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil), fica(m) devidamente intimado(a)(s) pela publicação deste edital no Diário Eletrônico da Justiça Federal e afixação no local de costume. Outrossim, o(s) credor(es) hipotecário(s), usufrutuário(s) ou senhorio(s) direito(s), que não intimados pessoalmente, fica(m) intimado(a)(s) do leilão pela publicação do presente Edital.

QUEM PODE ARREMATAR. Todas as pessoas físicas capazes e as pessoas jurídicas regularmente constituídas podem participar do leilão. A identificação das pessoas físicas será feita através de documento de identidade e do

Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério de Fazenda. As pessoas jurídicas serão representadas por quem os estatutos indicarem, devendo portar comprovante de CNPJ e cópia do referido Ato Estatutário. Todos poderão fazer-se representar por procurador com poderes específicos. Para participação no leilão eletrônico é imprescindível o prévio cadastramento no site respectivo, conforme o item "**Cadastramento para o leilão eletrônico**" deste edital. **Não poderão arrematar**[3]: os incapazes; os tutores, os curadores, os testamenteiros, os administradores ou os liquidantes, quanto aos bens confiados à sua guarda e à sua responsabilidade; os mandatários, quanto aos bens de cuja administração ou alienação estejam encarregados; o Juiz do feito e os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública nele atuantes, o Diretor de Secretaria, o Depositário, o Avaliador e o Oficial de Justiça, além daqueles que forem responsáveis pela administração dos bens leiloados; os servidores públicos em geral, quanto aos bens ou aos direitos da pessoa jurídica a que servirem ou que estejam sob sua administração direta ou indireta; o leiloeiro e seus prepostos; e os advogados de qualquer das partes.

FORMAS E CONDIÇÕES DA ARREMATAÇÃO E PAGAMENTOS.

A arrematação poderá ser feita com relação a um bem, isto é, de forma individualizada.

A alienação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, conforme artigo 892 do Código de Processo Civil.

Em caso de imóveis e veículos, o pagamento poderá ser parcelado em primeiro leilão por valor não inferior ao da avaliação e, em segundo leilão, pelo maior lance, desde que não considerado vil, conforme art. 895, I e II, do CPC, nas seguintes condições: **I – Imóveis:** O arrematante deverá pagar 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses; **II – Veículos:** O arrematante deverá pagar 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 6 (seis) meses; **III – Imóveis e veículos:** As prestações são mensais e sucessivas, no valor mínimo de R$ 1.000,00 cada; **IV – Imóveis e veículos:** Ao valor de cada parcela, será acrescido o índice de correção monetária do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo; **V – Caução para imóveis:** Será garantida a integralização do lance por hipoteca judicial sobre o próprio bem imóvel, através de hipoteca na matrícula, no momento do registro da carta de arrematação; **VI – Caução para veículos:** Será garantida através de caução idônea (exemplo de caução idônea: Seguro garantia, fiança bancária, imóvel em nome do arrematante ou de terceiro, com valor declarado igual ou superior a 03 (três) vezes o valor da arrematação), caução esta condicionada à aceitação e homologação pelo juízo. Não sendo apresentado caução idônea, ou, não sendo a caução apresentada aceita pelo juízo, a expedição da Carta de Arrematação e posse do veículo somente ocorrerá após comprovação da quitação de todos os valores da arrematação. **ATRASO NO PAGAMENTO DA PARCELA:** No caso de atraso ou não pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, autorizando o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos do processo em que se deu a arrematação. Em qualquer caso, será imposta a perda dos valores já pagos em favor do exequente e Leiloeiro, voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos. **OBS.: Sobre direito de preferência – lances à vista sempre terão preferência, bastando igualar-se ao último lance ofertado, o que não interfere na continuidade da disputa.**

Observação: O valor mínimo da avaliação do bem para que o parcelamento seja autorizado, deverá ser de **R$ 20.000,00** (vinte mil reais).

Em qualquer modalidade, os arrematantes deverão confirmar os lances e recolher a(s) quantia(s) respectiva(s) na data designada para a realização do leilão, para fins de lavratura do termo próprio, bem como depositar o valor total da arrematação à disposição do Juízo, via depósito judicial, no prazo de 24 horas a partir do encerramento do leilão.

É vedada a desistência da arrematação e o valor será pago diretamente ao leiloeiro, na ocasião do leilão, que deverá recebê-lo e depositá-lo, dentro de 24 (vinte e horas), ou no primeiro dia útil subsequente com expediente bancário, na Caixa Econômica Federal, à ordem do Juízo, em conta vinculada ao processo, sob pena de perda da caução em favor do exequente, voltando os bens a nova praça ou leilão, dos quais não será admitida a participação do arrematante, conforme artigo 897, do Código de Processo Civil.

Salvo nos casos de nulidades previstas em lei, em nenhuma hipótese serão aceitas desistências dos arrematantes/adjudicantes, reclamações posteriores sobre os bens ou alegações de desconhecimento das cláusulas deste Edital, para se eximirem das obrigações devidas, inclusive aquelas de ordem criminal previstas no artigo 358 do Código Penal Brasileiro ("*Art. 358 - Impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem: Pena - detenção, de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência*").

A comissão do leiloeiro será paga mediante recibo em 03 (três) vias, uma das quais será anexada aos autos de execução.

Caso o arrematante vencedor não efetue o pagamento no prazo determinado, será convocado o segundo colocado

na disputa para formalizar a arrematação.

Fica o Leiloeiro autorizado a requisitar dos licitantes referências bancárias, idoneidade financeira e demonstrar inexistência de restrição em registro de cadastro de proteção ao crédito.

ACRÉSCIMOS AO VALOR DO LANCE. Além do valor ofertado, o arrematante arcará com o pagamento dos seguintes acréscimos, calculados sobre o valor do lance: comissão do leiloeiro de 5% (cinco por cento). Caso incida o ICMS, seu recolhimento será de responsabilidade do arrematante, se contribuinte do imposto, ou do leiloeiro, caso o arrematante não seja contribuinte. Não será devida comissão ao leiloeiro nas hipóteses de anulada a arrematação ou de negativo o resultado do leilão. Anulada a arrematação, o leiloeiro devolverá ao arrematante o valor recebido a título de comissão em até 10 (dez) dias de quando comunicado pelo Juízo.

PAGAMENTO OU PARCELAMENTO DO DÉBITO. Em caso de remição, pagamento ou parcelamento do débito no período dos 10 (dez) dias úteis que antecedem ao leilão, a parte executada deverá pagar 2% (dois por cento) sobre o valor atribuído ao(s) bem(ns) na avaliação/reavaliação, a título de ressarcimento das despesas do leiloeiro, limitado ao valor máximo de R$ 10.000,00 (dez mil reais).

DEPÓSITO PROVISÓRIO DOS BENS ARREMATADOS. Confirmado o pagamento integral do(s) valor(es) devido(s), o arrematante poderá solicitar posse provisória do(s) bem(ns) arrematado(s). O pedido será apreciado pelo Juiz e a posse terá caráter de depósito, obrigando-se o arrematante a conservar o bem e apresentá-lo caso seja solicitado, sob as penas da lei. O depósito cessará automaticamente com a expedição da Carta de Arrematação que confirme a propriedade do arrematante.

TRANSPORTE E POSSE DEFINITIVA DOS BENS PENHORADOS. O Juízo garantirá que o arrematante tome posse do(s) bem(ns) leiloado(s), que arcará com as despesas e os custos relativos para sua(s) desmontagem, remoção, transporte e transferência[4].

O arrematante declara estar ciente de que, além de possíveis ônus perante o DETRAN, poderá haver outras restrições judiciais originárias de outras Varas, que poderão causar morosidade na transferência do bem perante o DETRAN. Fica desde já ciente o arrematante que é responsável pela verificação de todos e quaisquer ônus que recaiam sobre o veículo, pois poderá ocorrer novas inclusões após a confecção do edital de leilão e sua realização. Os impedimentos para registro do veículo, devem ser informados via petição ao Exmo. Juiz que preside o processo, para que oficie as Varas e o Detran para as devidas baixas. O modelo de petição poderá ser obtida junto a equipe do leiloeiro.

VENDA DIRETA: Restando negativo o leilão, fica desde já autorizada a venda direta, observando-se as regras gerais e específicas já fixadas para o leilão, inclusive os preços mínimos. O prazo da venda direta é 60 (sessenta) dias, sendo fechada em ciclos de 15 dias cada. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, até o prazo final. Tudo em conformidade com o artigo 880 do CPC c/c art. 375 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional do TRF da 4ª Região, aprovada pelo Provimento nº 62, de 13/06/2017.

O Leiloeiro, por ocasião do leilão, fica desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente edital, o qual se presume seja de conhecimento de todos os interessados.

O Leiloeiro Público Oficial não se enquadra na condição de fornecedor, intermediário, ou comerciante, sendo mero mandatário, ficando assim, eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolso, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro. Este edital está em conformidade com a resolução nº 236 de 13/07/2016 do CNJ.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do(s) executado(s) e de terceiros interessados, os quais não poderão, no futuro, alegar ignorância a respeito, é expedido o presente Edital, na forma do artigo 886 do Código de Processo Civil, que será publicado no Diário Eletrônico da Justiça Federal e afixado no local de costume. Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, em 19 de setembro de 2023. Eu, André Botelho Jucá, Diretor de Secretaria da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal, o fiz digitar e subscrevo. Assinado ainda pelo **MM. Dr. Juiz Federal Titular, MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA.**

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510011470903v2** e do código CRC **5c841c48**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 26/9/2023, às 16:45:3

---

1. Resolução CNJ nº 236/2016 , arts. 12 e 13.
2. CPC, art. 891, § único.
3. CPC, art. 890.
4. Resolução CNJ nº 236/2016, artigo 29

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 170

Evento:

DISPONIBILIZADO_NO_DIARIO_ELETRONICO___EDITAL___NO_DIA_27_09_2023
<B>PRAZO_DO_

Data:
27/09/2023 02:00:05

Usuário:
SECDE - SISTEMA DE DIÁRIO ELETRÔNICO - SISTEMA EPROC

Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

Sequência Evento:
170

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 171

Evento:

DISPONIBILIZADO_NO_DIARIO_ELETRONICO___EDITAL___NO_DIA_27_09_2023
<B>PRAZO_DO_

Data:
27/09/2023 02:00:05

Usuário:
SECDE - SISTEMA DE DIÁRIO ELETRÔNICO - SISTEMA EPROC

Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

Sequência Evento:
171

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 172

Evento:
PETICAO
Data:
02/10/2023 11:08:38
Usuário:
PERRJ397427 - FABIO MANOEL GUIMARAES - PERITO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
172

FÁBIO MANOEL GUIMARÃES

LEILOEIRO OFICIAL

JUCERJA Nº 136 | JUCEMG Nº 1209/2021 | JUCIS/DF Nº 109/2021 | JUCEES Nº 079/2021

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO – RIO DE JANEIRO

PROCESSO:	**0023649-13.2017.4.02.5101 – EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE:	**UNIÃO – FAZENDA NACIONAL**
EXECUTADOS:	**ADIVALDO APARECIDO NEVES e IMP – CONSTRUÇÕES E MONTAGENS LTDA**

FÁBIO MANOEL GUIMARÃES, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCERJA nº 136, vem com o devido respeito e acatamento perante Vossa Excelência, manifestar-se nos seguintes termos.

1. BREVE SÍNTESE

Este Leiloeiro Oficial foi nomeado para a realização de leilão judicial a ser efetuado na modalidade eletrônica através do sítio: **www.fabioleiloes.com.br,** designado para os dias **10/10 e 24/10/2023** e, para tanto, realiza atos de preparação do leilão respectivo, incluindo o edital de leilão e também a intimação das partes e terceiros interessados, seguindo estritamente o Artigo 889 do CPC.

2. DAS PESSOAS COM INTIMAÇÕES EXPEDIDAS

Sendo assim, conforme informado no Evento 166, é a presente, para comprovar as pessoas que tiveram intimações expedidas via carta registrada com aviso de recebimento, visando dar ciência das datas do leilão a ser realizado, vejamos:

FÁBIO MANOEL GUIMARÃES

LEILOEIRO OFICIAL

JUCERJA Nº 136 | JUCEMG Nº 1209/2021 | JUCIS/DF Nº 109/2021 | JUCEES Nº 079/2021

DESTINATÁRIO	QUALIFICAÇÃO NOS AUTOS	CÓDIGO DE RASTREIO CORREIOS
ADIVALDO APARECIDO NEVES	**Executado**	MW006092549BR MW006092552BR MW006092566BR
IMP CONSTRUÇÕES E MONTAGENS LTDA	**Executado**	MW006092570BR
BANCO SANTANDER S.A	**Credor Hipotecário**	MW006092583BR
CHIMERA CAPITAL PARTINERS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA	**Credor Hipotecário**	MW006092597BR

3. DA CONCLUSÃO

Por fim, cumprindo o ato de informar as pessoas que tiveram intimações devidamente expedidas para ciência do leilão, renovo votos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

Em, 02 de outubro de 2023.



FÁBIO MANOEL GUIMARÃES

Leiloeiro Oficial

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 173

Evento:
LEVANTAMENTO_DA_SUSPENSAO_OU_DESSOBRESTAMENTO
Data:
11/10/2023 06:15:12
Usuário:
SECFCP - USUÁRIO ROTINA FECHAMENTO CONTROLE PRAZO -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
173

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 174

Evento:
JUNTADA_DE_PECAS_DIGITALIZADAS
Data:
11/10/2023 15:11:15
Usuário:
JRJOW2 - RODOLFO WHALLACE LOURO LIMA - ESTAGIÁRIO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
174

Resposta Ofício - Nº do Processo 00234691320174025101 - ID 127507363815

06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro <06vfef@jfrj.jus.br>

Qua, 11/10/2023 15:41

Para:rodolfo.crf@hotmail.com <rodolfo.crf@hotmail.com>

2 anexos (92 KB)

127507363815_00234691320174025101_FABIOLEILOES_contato@fabioleiloes.com.br; 06vfef@jfrj.jus.br_SBK.pdf; image001.jpg;

De: Resposta de Oficios <respostaoficios@santander.com.br>
Enviado: quarta-feira, 11 de outubro de 2023 09:54
Para: contato@fabioleiloes.com.br; 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
Cc: oficios.formais@sbkbs.com.br
Assunto: Resposta Ofício - Nº do Processo 00234691320174025101 - ID 127507363815

Prezados.

Primeiramente salienta que esta instituição tem como premissa colaborar com os órgãos públicos e com o poder judiciário, em todas suas esferas, no que for necessário, cumprindo todas as determinações emanadas dos mesmos, dentro da absoluta legalidade.

Em atenção a solicitação demandada por este órgão, segue anexo a resposta deste ofício.
Atenciosamente,

Equipe Gerência de Ofícios – Santander

O QUE A GENTE PODE
FAZER POR VOCÊ HOJE?

Santander

Gerência de Ofícios

Manufatura

VPE Meios, Tecnologia e Operações

Rua Amador Bueno, 474 Casa 01 Blobo B - T - 113

Telefone:(11) 3012 7020

gerenciaoficios@santander.com.br

Essa mensagem e seus anexos podem conter informações confidenciais e/ou legalmente protegidas, inclusive por sigilo bancário, sigilo profissional ou lei de proteção de dados pessoais. O seu uso é exclusivo para seu(s) destinatário(s) ou pessoas expressamente autorizadas a recebê-la. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor avise imediatamente ao remetente respondendo o e-mail e, em seguida, apague a mensagem e seus anexos. É proibido o uso, a divulgação ou a disponibilização de tais informações a terceiros.

O descumprimento das orientações expostas sujeitará o responsável às penalidades civis e criminais cabíveis.

This e-mail and its attachments may contain confidential and/or legally protected information, including banking secrecy, professional secrecy or Personal Data Privacy Laws. It is intended solely for the use of the individual or entity to whom they are addressed. Please notify the sender immediately by email if you have received this message by mistake and delete this email and its

attachments from your system. The use, disclosure or sharing of such information to third parties is prohibited.

Non-compliance with the exposed turns the responsible liable to civil and criminal penalties.

Santander

ACSN

127507363815

São Paulo, 09 de Outubro de 2023

RESPONSÁVEL PELO EXPEDIENTE
RESPONSAVEL PELO EXPEDIENTE
6 VFEF DO RIO DE JANEIRO
AV. COLOMBO - 11101 - COMPL.: PARQUE INDUSTRIAL BANDEIRANTES
RIO DE JANEIRO - RJ
CEP: 87070000

Nº DO OFÍCIO: 0
Nº PROCESSO: 00234691320174025101
E-MAIL PROCESSO DIGITAL: CONTATO@FABIOLEILOES.COM

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., inscrito no CNPJ/MF nº 90.400.888/0001-42, com sede na Avenida Juscelino Kubitschek, 2235 e 2241, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04543-011, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atendimento ao ofício em referência, expor o quanto segue.

Em cumprimento a determinação judicial exarada, vimos pelo presente solicitar a esse D. Juízo, a gentileza de nos encaminhar a cópia da matricula completa e atualizada sob o nº **52.845**, tendo em vista que se faz necessário o envio da mesma para que assim possamos realizar as pertinentes verificações em nossos sistemas.

Sendo o que se oferecia no momento, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

BANCO SANTANDER
Gerência de Ofícios

Fabiana Rigoni

Assinatura
Vivian Rodrigues da Silva

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 175

Evento:
JUNTADA_DE_CERTIDAO_–_FINALIZADO_O_PRAZO_DO_EDITAL
Data:
14/10/2023 03:00:03
Usuário:
SECJF - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
175

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 176

Evento:
PETICAO
Data:
26/10/2023 12:53:15
Usuário:
PERRJ397427 - FABIO MANOEL GUIMARAES - PERITO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
176

FÁBIO MANOEL GUIMARÃES

LEILOEIRO OFICIAL
JUCERJA Nº 136 | JUCEMG Nº 1209/2021 | JUCIS/DF Nº 109/2021 | JUCEES Nº 079/2021

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DA 6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

ATA NEGATIVA DE 1º E 2º LEILÃO

Processo: 0023469-13.2017.4.02.5101

Exequente: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL (CNPJ: 00.394.460/0216-53).

Executado: ADIVALDO APARECIDO NEVES (CPF: 928.671.548-04) E IMP ? CONSTRUÇÕES E MONTAGENS LTDA (CNPJ: 04.858.299/0001-70).

Lote n.º 001

Fábio Manoel Guimarães, Leiloeiro Oficial, com registro na **JUCERJA Nº 136,** nomeado nos presentes autos, vem informar que conforme edital de leilão publicado, foi encerrado o **PRIMEIRO E SEGUNDO LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO**, realizado no site **www.fabioleiloes.com.br**, e certifico resultado negativo.

Cumpre esclarecer, que este Leiloeiro Oficial não poupou esforços para promover a venda do bem, realizando ampla divulgação a fim de alcançar interessados na compra, conforme pode ser visto na tela abaixo:

RELATÓRIO DE DIVULGAÇÃO		
MÍDIAS IMPRESSAS		
JORNAL		
MÍDIA	**ITENS/LOTES**	**DATA**
DIÁRIO DA REGIÃO (São José do Rio Preto)	QUADRO (2x4) Lote 01	07/10/23
O GLOBO (Rio de Janeiro)	QUADRO (1x5) Lote 02 Junto com Rio de Janeiro/RJ 19/10/2023	09/10/23
MÍDIAS AUDITIVAS E/OU AUDIOVISUAL		
VEÍCULOS	**INSERÇÕES/HORAS**	**DATA**

FÁBIO MANOEL GUIMARÃES

LEILOEIRO OFICIAL

JUCERJA Nº 136 | JUCEMG Nº 1209/2021 | JUCIS/DF Nº 109/2021 | JUCEES Nº 079/2021

CBN SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	12 INSERÇÕES (04/DIA) 14h às 17h OBS: Falar apenas do lote 01	11, 12 e 13/10/23
MÍDIAS DIGITAIS		
MÍDIAS	**ITENS/LOTES**	**DATA**
FACEBOOK E INSTAGRAM (LEILÕES JUDICIAIS NO BRASIL)	Post patrocinado Lote 01 (São José dos Campos, Bady Bassit, Campinas e São Paulo)	11/10/23
FACEBOOK E INSTAGRAM (LEILÕES JUDICIAIS NO BRASIL)	Post patrocinado Lotes 02 ao 14 (Rio de Janeiro e São José do Vale do Rio Preto)	11/10/23
FACEBOOK E INSTAGRAM (LEILOEIRO)	Post	11/10/23
SERVIÇO ESPECIALIZADO EM GOOGLE	LOTE 01 + CIDADES: São José dos Campos, Bady Bassit, Campinas e São Paulo	17 A 22/10/2023
DIVULGAÇÃO BANNER VIRTUAL	SITE LEILOEIRO – Lote 01	11 A 24/10/2023
DIVULGAÇÃO BANNER VIRTUAL	SITE LEILÕES JUDICIAIS NO BRASIL - Lote 01	11 A 24/10/2023
WHATSAPP MARKETING	ENVIADO PARA 104 PARTICIPANTES DOS GRUPOS VALE PARAÍBA SP, NOROESTE SP, CAMPINAS/SP E SÃO PAULO/SP	06/10/2023 + LEILOEIRO
WHATSAPP MARKETING	ENVIADO PARA 57 PARTICIPANTES DO GRUPO RIO DE JANEIRO	06/10/2023 + LEILOEIRO
ANÚNCIOS EM PLATAFORMAS ONLINE		
ZAPIMOVEIS.COM.BR E VIVAREAL.COM.BR	Lote 01	09/10 À 24/10/2023
MÍDIAS ESPECÍFICAS		
MÍDIA	**ITENS/LOTES**	**DATA**

FÁBIO MANOEL GUIMARÃES

LEILOEIRO OFICIAL

JUCERJA Nº 136 | JUCEMG Nº 1209/2021 | JUCIS/DF Nº 109/2021 | JUCEES Nº 079/2021

FOTOS	Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 07, 11, 12 e 14	24/10/23
PROSPECÇÃO DE CLIENTES	XX CONTATOS VIA E-MAILS E XX CONTATOS POR MEIO DE LIGAÇÕES / WHATSAPP	**
PUBLICAÇÃO DO EDITAL		
JORNAL	**DATA PUBLICAÇÃO**	
**	**	
Informações e disponibilidade para lances pelo site do leiloeiro pela internet (fabioleiloes.com.br), além de atendimento personalizado via telefone (0800-707-9272) de segunda a sexta-feira (das 8h00 às 19h00).		

Por fim, este Leiloeiro Oficial informa que o bem ficará disponível em **Venda Direta** no site, conforme previsto no edital de leilão.

Em, 24 de outubro de 2023.



PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 177

Evento:

JUNTADA_DE_CERTIDAO_–_FINALIZADO_O_PRAZO_DE_CITACAO_INTIMACAO_PREVISTO_EM_EDIT

Data:
28/10/2023 03:00:06

Usuário:
SECJF - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

Sequência Evento:
177

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 178

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO
Data:
31/10/2023 10:52:45
Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
178

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 179

Evento:
PETICAO
Data:
29/12/2023 08:15:30
Usuário:
PERRJ397427 - FABIO MANOEL GUIMARAES - PERITO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
179

FÁBIO MANOEL GUIMARÃES

LEILOEIRO OFICIAL

JUCERJA Nº 136 | JUCEMG Nº 1209/2021 | JUCIS/DF Nº 109/2021 | JUCEES Nº 079/2021

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

ATA NEGATIVA DE VENDA DIRETA
4º CICLO

Processo: 0023469-13.2017.4.02.5101

Exequente: UNIÃO – FAZENDA NACIONAL (CNPJ: 00.394.460/0216-53).

Executado: ADIVALDO APARECIDO NEVES (CPF: 928.671.548-04) E IMP - CONSTRUÇÕES E MONTAGENS LTDA (CNPJ: 04.858.299/0001-70).

Lote n.º 001

Na data de hoje, 27 de dezembro de 2023, conforme determinado, **Fábio Manoel Guimarães**, Leiloeiro Oficial, com registro na **JUCERJA Nº 136**, encerrei o 4º e último ciclo da venda direta, realizada no site **www.fabioleiloes.com.br**, e certifico que houve resultado negativo.

Cumpre esclarecer, que este Leiloeiro Oficial não poupou esforços para promover a venda do bem, realizando ampla divulgação a fim de alcançar interessados na compra, conforme pode ser visto na tela abaixo:

RELATÓRIO DE DIVULGAÇÃO	
MÍDIAS IMPRESSAS	
JORNAIS	
MÍDIA	**ITENS/LOTES**
DIÁRIO DA REGIÃO (São José do Rio Preto)	QUADRO (2x4) Lote 01
MÍDIAS AUDITIVAS E/OU AUDIOVISUAL	
VEÍCULOS	**INSERÇÕES/HORAS**

FÁBIO MANOEL GUIMARÃES

LEILOEIRO OFICIAL

JUCERJA Nº 136 | JUCEMG Nº 1209/2021 | JUCIS/DF Nº 109/2021 | JUCEES Nº 079/2021

CBN SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	**10 INSERÇÕES (05/DIA)** **14h às 17h** **OBS: Falar apenas do lote 01**
MÍDIAS DIGITAIS	
MÍDIAS	**ITENS/LOTES**
FACEBOOK E INSTAGRAM (LEILÕES JUDICIAIS NO BRASIL)	Post patrocinado Lote 01 (São José dos Campos, Bady Bassit, Campinas e São Paulo)
FACEBOOK E INSTAGRAM	Post
WHATSAPP MARKETING	ENVIADO PARA 100 PARTICIPANTES DOS GRUPOS VALE PARAÍBA SP, NOROESTE SP, CAMPINAS/SP E SÃO PAULO/SP
SERVIÇO ESPECIALIZADO EM GOOGLE	REDE DISPLAY GOOGLE Lote 01
DIVULGAÇÃO BANNER VIRTUAL	SITE LEILOEIRO
	SITE LEILÕES JUDICIAIS NO BRASIL
ANÚNCIOS EM PLATAFORMAS ONLINE	
IMOVELWEB.COM.BR	Lote 01
MÍDIAS ESPECÍFICAS	
MÍDIA	**ITENS/LOTES**
FOTOS	Lotes 01, 02, 05, 07 e 14

www.fabioleiloes.com.br | contato@fabioleiloes.com.br
fabio@fabioleiloes.com.br | 0800-707-9339

FÁBIO MANOEL GUIMARÃES

LEILOEIRO OFICIAL

JUCERJA Nº 136 | JUCEMG Nº 1209/2021 | JUCIS/DF Nº 109/2021 | JUCEES Nº 079/2021

PROSPECÇÃO DE CLIENTES	30 CONTATOS VIA E-MAILS E 291 CONTATOS POR MEIO DE LIGAÇÕES / WHATSAPP
Informações e disponibilidade para lances pelo site do leiloeiro pela internet (www.fabioleiloes.com.br), além de atendimento personalizado via telefone (0800-707-9272) de segunda a sexta-feira (das 8h00 às 19h00).	

Em, 27 de dezembro de 2023.



FÁBIO MANOEL GUIMARÃES
Leiloeiro Oficial

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 180

Evento:
DETERMINADA_A_INTIMACAO
Data:
06/01/2024 17:47:51
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
180

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA

EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

DESPACHO/DECISÃO

Intime-se a parte Exequente para se manifestar conclusivamente acerca do interesse em **venda direta** pelo meio apresentado no evento 176, PET1, nos termos do art. 879 do CPC.

Prazo: 15 (quinze) dias.

Nada sendo requerido, venham conclusos para nova designação de leilão.

Caso contrário, venham conclusos para apreciação do pedido de **venda direta**.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510011817058v2** e do código CRC **3accef61**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 6/1/2024, às 17:47:51

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 181

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___DESPACHO_DECISAO
Data:
06/01/2024 17:47:58
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
181
Executado:
ADIVALDO APARECIDO NEVES
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
23/01/2024 00:00:00
Data Final:
29/01/2024 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
ELIAS FERREIRA DIOGO

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 182

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___DESPACHO_DECISAO
Data:
06/01/2024 17:48:04
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
182
Executado:
IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
23/01/2024 00:00:00
Data Final:
29/01/2024 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
ELIAS FERREIRA DIOGO, THALES LEONARDO OLIVEIRA MARINO, IGOR SANTOS PIMENTEL

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 183

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___DESPACHO_DECISAO
Data:
06/01/2024 17:48:11
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
183
Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
Prazo:
15 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
23/01/2024 00:00:00
Data Final:
15/02/2024 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
JOSE PAULO MEIRA FILHO

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 184

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AOS_EVENTOS__181_182_E_183
Data:
16/01/2024 23:59:59
Usuário:
SECJF - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
184

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 185

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__183
Data:
18/01/2024 19:38:03
Usuário:
P1656631 - RACHEL NEVES SOARES PAOLUCCI - PROCURADOR
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
185

Processo n. 0023469-13.2017.402.5101

MM. Juiz,

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL),** por intermédio de sua procuradora ao final assinada, nos autos epigrafados, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, tendo em vista o decurso temporal, requerer a reavaliação do imóvel penhorado (evento 72).

Nestes termos,
Pede deferimento.

Rio de Janeiro-RJ, 19 de janeiro de 2024.

Rachel Neves Soares Paolucci
Procuradora da Fazenda Nacional

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 186

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AOS_EVENTOS__181_E_182
Data:
30/01/2024 01:13:16
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
186

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 187

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO
Data:
01/03/2024 13:42:03
Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
187

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 188

Evento:
DETERMINADA_A_INTIMACAO
Data:
01/03/2024 16:45:20
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
188

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA

EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

DESPACHO/DECISÃO

Expeça-se mandado de constatação e reavaliação do(s) bem(ns) penhorado(s).

Com o resultado da diligência, dê-se vista à Exequente, pelo prazo de 05 (cinco) dias, vindo conclusos a seguir.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510012624895v2** e do código CRC **b9def1ff**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 1/3/2024, às 16:45:19

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 189

Evento:
EXPEDICAO_DE_CARTA_DE_ORDEM_PRECATORIA_ROGATORIA
Data:
14/03/2024 18:50:02
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
189

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA
EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

CARTA PRECATÓRIA Nº 510012741237

Juízo Deprecante: **Exmo. Sr. Juiz da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal - SJRJ**

Juízo Deprecado: **Exmo(a). Sr(a). Juiz Federal Distribuidor da Seção Judiciária de São Paulo/SP**

CHAVE DO PROCESSO: 705721485618

O(a) Dr(a). **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, MM. Juiz Federal da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal**, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, **DEPRECA** a Vossa Excelência que se digne a mandar proceder ao seguinte:

- **AVALIAR** **a** *área de 27.727,03 m² confrontando com Margarete Lote, com Walter Gonçalves de Abreu, com o Espólio de Ruilando Loitti e finalmente com o Parque Industrial, encravado na Fazenda Campo ou Borboleta, com a denominação especial de Sítio 4 irmãos, distrito, município de Bady Bassit, desta Comarca de São José do Rio Preto, objeto da matrícula n. 52.845 do 1° ORI,* ***situado à*** **Rodovia BR153, n. 650, Bady Bassit/SP, Estado de São Paulo.**

Anexos: Evs. 38.7 (fl. 10/11) e 188.

DADA E PASSADA nesta cidade do Rio de Janeiro, em 26/10/2023. Eu, ALEXANDRE MOTTA, Técnico Judiciário, digitei e conferi. E eu, ANDRÉ BOTELHO JUCÁ, Diretor de Secretaria, reconferi.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510012741237v4** e do código CRC **3470ae05**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 14/3/2024, às 18:50:2

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 190

Evento:
PROCESSO_SUSPENSO_OU_SOBRESTADO_POR_DECISAO_JUDICIAL
Data:
15/03/2024 13:05:08
Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
190

Poder Judiciário

Malote Digital

Impresso em: 15/03/2024 ?s 13:04

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade: 402202412701580
Documento: ANEXO1.pdf
Remetente: SJRJ - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal (Francisco Rocca Camanho)
Destinatário: SJSP - Seção de Distribuição e Protocolo - Execuções Fiscais - SUDP (TRF3)
Data de Envio: 15/03/2024 13:03:57
Assunto: Rodovia BR153, n. 650, Bady Bassit/SP, Estado de São Paulo

Código de rastreabilidade: 402202412701579
Documento: ANEXO.pdf
Remetente: SJRJ - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal (Francisco Rocca Camanho)
Destinatário: SJSP - Seção de Distribuição e Protocolo - Execuções Fiscais - SUDP (TRF3)
Data de Envio: 15/03/2024 13:03:57
Assunto: Rodovia BR153, n. 650, Bady Bassit/SP, Estado de São Paulo

Código de rastreabilidade: 402202412701581
Documento: CARTA PRECATÓRIA Nº 510012741237.pdf
Remetente: SJRJ - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal (Francisco Rocca Camanho)
Destinatário: SJSP - Seção de Distribuição e Protocolo - Execuções Fiscais - SUDP (TRF3)
Data de Envio: 15/03/2024 13:03:57
Assunto: Rodovia BR153, n. 650, Bady Bassit/SP, Estado de São Paulo

Imprimir

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 191

Evento:
JUNTADA_DE_PECAS_DIGITALIZADAS
Data:
17/04/2024 12:26:05
Usuário:
JRJOW2 - RODOLFO WHALLACE LOURO LIMA - ESTAGIÁRIO
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
191

Justiça Federal da 3ª Região - 1º grau
PJe - Processo Judicial Eletrônico

12/04/2024

Número: **5000920-39.2024.4.03.6106**

Classe: **CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**
Órgão julgador: **CECAP de São José do Rio Preto**
Última distribuição : **18/03/2024**
Valor da causa: **R$ 0,00**
Processo referência: **0023469-13.2017.4.02.5101/RJ**
Assuntos: **Intimação**
Nível de Sigilo: **0 (Público)**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO (DEPRECANTE)	
6ª Subseção Judiciária de São José do Rio Preto (DEPRECADO)	

Outros participantes	
DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA (PARTE RE)	
UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL (PARTE AUTORA)	

Documentos

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
321664515	12/04/2024 17:17	Diligência	Diligência
321664520	12/04/2024 17:17	AUTO DE CONSTATAÇÃO E AVALIAÇÃO2	Diligência
321664524	12/04/2024 17:17	Matrícula no. 52.845 do 1o. CRI de São José do Rio Preto-SP	Informação
321664530	12/04/2024 17:17	Pesquisa Webservice (3)	Informação
318705400	20/03/2024 13:08	Encaminhamento	Encaminhamento
318315642	18/03/2024 16:59	Petição inicial	Petição inicial
318315647	18/03/2024 16:59	ANEXO	Outras peças
318315648	18/03/2024 16:59	ANEXO1	Outras peças

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

Nº /

Certifico e dou fé, que em cumprimento ao r. **Mandado de Avaliação** e à **Carta Precatória** expedida no autos, diligenciei ao Cartório do 1º Oficial de Registros de Imóveis desta Comarca de São José do Rio Preto-SP, e posteriormente ao imóvel localizado na **Avenida Marginal da Rodovia- BR-153, no.650- fundos**(matrícula no. 52.845 do 1º. ORI local) Distrito Industrial III, na cidade Bady Bassitt-SP, onde constatei que a executada DISTON – MONTAGENS E CONSTRUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA (**IMP – CONSTRUÇÕES E MONTAGENS LTDA – CNPJ no. 04.858.299/0001-70**) encerrou suas atividades no local há cerca de 05 anos, pois segundo informações dos seguranças da Portaria do imóvel, a administração da empresa foi transferida para a sede do grupo empresarial do qual a executada faz parte, localizado na **Rodovia Euclides da Cunha, Km 455, no município de Mirassol-SP**; certifico ainda, que entrei em contato com o advogado do grupo empresarial, Dr. Elias, e o mesmo informou que o prédio situado no endereço da **Avenida Marginal da Rodovia- BR-153, no.650- fundos**(matrícula no. 52.845 do 1º. ORI local), serve atualmente como depósito de bens e materiais de propriedade das empresas do grupo comercial, agendando a data de **09/04/2024 às 16:00 horas**, para que o funcionário **Nathan Sabatine,** acompanhasse a diligência e liberasse a entrada do imóvel. No dia e hora marcados, compareci ao endereço do imóvel supra, acompanhado dos Oficiais Darcy Antonio Florim e Alessandro Donizete Luiz, e procedi à **CONSTATAÇÃO, e posteriormente à AVALIAÇÃO** imóvel objeto da matrícula no. 52.845 do Cartório do 1º. Oficial de Registros de Imóveis desta Comarca de São José do Rio Preto-SP, conforme **Auto** anexo. Nada Mais.

São José do Rio Preto, 12 de abril de 2024.

AUTO DE CONSTATAÇÃO E AVALIAÇÃO DE BENS

Aos 09 (nove) dias do mês de abril (04) do ano de 2.024, na Avenida Marginal da Rodovia BR 153, Km 75, prédio no. 650 -**FUNDOS**, no Distrito Industrial III, no **município de Bady Bassit - SP**, em cumprimento ao **MANDADO DE CONSTATAÇÃO E AVALIAÇÃO** anexo, expedido nos autos da **CARTA PRECATÓRIA CÍVEL registrada sob no. 5000920-39.2024.4.03.6106** na CECAP DA JUSTIÇA FEDERAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-SP, oriunda dos Autos da AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL - Processo número **0023469-13.2017.4.02.5101/RJ , com trâmite na 6ª. Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-RJ** movida pela **UNIÃO FEDERAL-FAZENDA NACIONAL** contra: **DISTON – MONTAGENS E CONSTRUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA (IMP – CONSTRUÇÕES E MONTAGENS LTDA – CNPJ no. 04.858.299/0001-70);** após as formalidades legais, diligenciei ao endereço indicado, acompanhado pelos Oficiais **Darcy Antonio Florim** e **Alessandro Donizete Luiz**, bem como pelo Sr. **Nathan Sabatine** (funcionário do Grupo Empresarial supra) e procedi à **Constatação, e posteriormente à Avaliação** do imóvel penhorado, conforme segue:

"Uma área de 27.727,03 m2 ou 2.77,27 has, ou 1,15 alqueires, confrontando com Margarete Lote, com Valter Gonçalves de Abreu, com o Espólio de Ruilando Lotti e, finalmente, com o Parque Industrial, encravado na Fazenda Campo ou Borboleta, com a denominação especial de Sítio Quatro Irmãos, no distrito e município de Bady Bassitt, desta comarca de São José do Rio Preto, objeto da matrícula número 52.845 do 1º. ORI local, cadastrado na Prefeitura Municipal de Bady Bassitt sob número 013.078/01

Este documento foi gerado pelo usuário 070.***.***-24 em 12/04/2024 17:21:29
Número do documento: 24041217173031200000310790034
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24041217173031200000310790034
Assinado eletronicamente por: LUIS CARLOS DA SILVEIRA - 12/04/2024 17:17:30

de propriedade de CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA, CNPJ 04.858.299/0001-70 (atualmente denominada IMP- CONSTRUÇÕES E MONTAGENS LTDA)".

Observações:

a – sobre o imóvel pesa uma servidão de passagem em favor da Companhia Paulista de Força e Luz S/A (av. 001/52.845);

b – o imóvel é beneficiário de Servidão de Passagem, conforme registro número 015 da matrícula número 64.610 do 1º. ORI local (av. 011/52.845);

c – a proprietária deu o imóvel em hipoteca cedular de 1º. grau e sem concorrência de terceiros ao BANCO ABN AMRO REAL S/A (R. 012/52.845);

d - a proprietária deu o imóvel em hipoteca cedular de 2º. grau e sem concorrência de terceiros ao BANCO ABN AMRO REAL S/A (R. 013/52.845);

e - a proprietária deu o imóvel em hipoteca de 3º. grau ao BANCO SANTANDER (BRASIL) (R. 014/52.845); consta da AV. 024/52.845 que o credor, banco SANTANDER (BRASIL) S.A cedeu o crédito referido no R-014 e AV. 015 a CHIMERA CAPITAL PARTINERS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob número 15.492.157/0001-59, com sede na cidade de São Paulo/SP, na rua Joaquim Floriano, 1052, conjunto 112, ITAIM BIBI; consta da AV. 025/52.845 que o BANCO SANTANDER (BRASIL)

Este documento foi gerado pelo usuário 070.***.***-24 em 12/04/2024 17:21:29
Número do documento: 24041217173031200000310790034
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24041217173031200000310790034
Assinado eletronicamente por: LUIS CARLOS DA SILVEIRA - 12/04/2024 17:17:30

S.A ***sub-rogou*** *em favor da cessionária CHIMERA CAPITAL PARTINERS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA todos os direitos creditórios da hipoteca de 3º. grau registrada sob número 014 e averbada sob número 015 da matrícula 52.845;*

f – Na área supra descrita existem dois GALPÕES INDUSTRIAIS e um DEPÓSITO (ESTOQUE DE TINTAS) não averbados na respectiva matrícula.

O GALPÃO INDUSTRIAL número 01 é composto pelo salão de grande dimensão, mais instalações de sanitários com quatro divisões de boxes, com área construída de 2.143,62 m2.

O GALPÃO INDUSTRIAL número 02 é composto pelo salão de grande dimensão, com pé-direito máximo de 11,50 metros, mais uma cobertura anexa de pé-direito baixo, com uma área construída de 2.020,37 m2 (galpão) e 91,00 m2 (cobertura anexa).

O DEPÓSITO – ESTOQUE DE TINTAS é composto por 3 (três) divisões (depósitos), divididas por paredes corta-fogo, com pé-direito médio em aproximadamente 4,00 metros, com área construída de 191,79 m2.

Esclareço que levei em conta as construções na avaliação do bem.

Avalio o imóvel penhorado, cujas construções necessitam de manutenção e reformas, mantendo o valor total do imóvel (terreno +

Este documento foi gerado pelo usuário 070.***.***-24 em 12/04/2024 17:21:29
Número do documento: 24041217173031200000310790034
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24041217173031200000310790034
Assinado eletronicamente por: LUIS CARLOS DA SILVEIRA - 12/04/2024 17:17:30

construções) em **R$18.176.000,00 (dezoito milhões, cento e setenta e seis mil reais)**.

Nada mais. Do que, para constar, lavrei o presente auto que depois de lido vai devidamente assinado.

LUIS CARLOS DA SILVEIRA

OFICIAL DE JUSTIÇA FEDERAL

Este documento foi gerado pelo usuário 070.***.***-24 em 12/04/2024 17:21:29
Número do documento: 24041217173031200000310790034
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24041217173031200000310790034
Assinado eletronicamente por: LUIS CARLOS DA SILVEIRA - 12/04/2024 17:17:30

Para verificar a autenticidade, acesse https://registradores.onr.org.br/validacao.aspx e digite o hash 665ab873-98e8-425b-a24b-cb79978831b9

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL -

1.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVE
São José do Rio Preto
Oficial
GUMERCINDO DE SETA

MATRÍCULA 52.845 | FICHA 001

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 26 DE JULHO DE 1990.

IMOVEL:- Uma área de 27.727,03 ms2, ou 2.77,27 has,ou seja 1,15 alqueires, confrontando com Margarete Lote,- com Valter Gonçalves de Abreu, com o Espólio de Ruilando Lotti, e finalmente com o Parque Industrial, encravado na Fazenda Campo ou Borboleta, com a denominação especial de Sítio 4 Irmãos, no distrito e municipio de Bady Bassitt, desta comarca de São José do Rio Preto. PROPRIETARIOS:- 1)-MARGARETE LOTE, RG.11.776.810-SP, e CPF.037.782.118/70, brasileira, professora, primária, divorciada, residente a rua 21 de Abril, s/nº., na cidade de Indiavai-MT; 2)-CLEUZA MARIA LOTTI, que também é conhecida por CREUSA MARIA LOTTI, RG.9.708.760-SP e CPF.002.655.288/44, brasileira, comerciária, divorciada, residente nesta cidade, a rua Martinho Gonçalves, - nº.2.445; e MARIO GONÇALVES COLLETES, RG.6.381.189-SP, e CPF.476.919.648/20, brasileiro, divorciado, pecuarista, residente na cidade de Indiavai-MT, na rua 21 de Abril, s/nº.; 3)-VANDERSANTO LOTTI, também conhecido por WALDIR SANTO LOTTI, RG.6.590.895-SP e CPF.889.121.328/49, brasileiro, divorciado, do comércio, residente a rua 21 de Abril s/nº., na cidade de Indiavai-MT; 4)-O ESPOLIO DE RUILANDO LOTTI, também conhecido por RULINDO LOTTI, representado pela arrolante, SUELI MADALENA RAMOS, RG.26.399.049-SP e CPF.055.562.978/35, brasileira, do lar, separada judicialmente, residente nesta cidade, na rua Otávio Pinto Cezar, nº.599, nos termos do Alvará Judicial expedido no processo nº.997/86, do 2º Oficio Cível local em data de 28.11.1989, assinado- pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível Dr. Olavo Martins dos Santos Junior. REGISTRO ANTERIOR:- Matricula nº.50.743 deste cartório. O referido é verdade e dou fé. A Oficial Maior

AV.001/52.845.- Sobre o imovel objeto da matricula supra, pesa uma Servidão de Passagem em favor da COMPA--- NHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ S/A, conforme se vê na Averbação 001 na matricula nº.50.743-(procedência).- O - referido é verdade e dou fé. São José do Rio Preto, 26 de Julho de 1.990. A Oficial Maior

R.002/52.845.- Conforme escritura pública de divisão amigavel lavrada nas notas do 2º Tab. local em 13 de Julho de 1.990, no livro 462, fls. 82, CLEUZA MARIA LOTTI e MARIO GONÇALVES COLLETES, (já qualificados), HOU-- VERAM o imovel objeto desta matricula, por DIVISÃO AMIGAVEL, feita para EXTINÇÃO DE CONDOMINIO, pelo valor - de Cr$140.774,00.- O referido é verdade e dou fé. São José do Rio Preto, 26 de Julho de 1.990. A Oficial Maior

AV.003/52.845.- Faz-se a presente para constar que, **o imóvel objeto desta matricula acha-se cadastrado no INCRA sob o n. 000027 098566 1; área total 2,7 há., mod. rural 40,0 há., n. mod. rurais 0,07; mod. fiscal 16,0 há., n. mod. fiscais 0,16; f. min. parc. 2,0 há. e na Receita Federal sob o n. 4192943-8. São José do Rio Preto, 02 de JANEIRO de 2.003.- O OFICIAL,**

R.004/52.845.- Por Carta de Sentença, expedida pelo Juízo de Direito da Primeira Vara Cível desta comarca, aos 23 de março de 2.001, aditada aos 11 de junho de 2.002, **nos autos de divórcio consensual (proc. 730/86)**, requerido por **CLEUZA MARIA LOTTI e MARIO GONÇALVES COLLETES** (.....SEGUE NO VERSO.....)

Este documento foi gerado pelo usuário 070.***.***-24 em 12/04/2024 17:21:30
Número do documento: 24041217173084500000310790588
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24041217173084500000310790588
Assinado eletronicamente por: LUIS CARLOS DA SILVEIRA - 12/04/2024 17:17:31
Num. 321664524 - Pág. 1
Esse documento foi assinado digitalmente por SIDIMAR FERREIRA - 10/04/2024 10:11 PROTOCOLO: SPH24040045296D-52845
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 191, PRECATORIA1, Página 7
www.registradores.onr.org.br
Serviço de Acesso Eletrônico Compartilhado
saec

Para verificar a autenticidade, acesse https://registradores.onr.org.br/validacao.aspx e digite o hash 665ab873-98e8-425b-a24b-cb79978831b9

MATRÍCULA 52.845 | FICHA 001 VERSO

(já qualificados), consta que o imóvel objeto desta matricula avaliado em R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), foi partilhado em favor de **CLEUZA MARIA LOTTI**, brasileira, do comércio, divorciada, portadora do RG. 9.708.760-ssp.sp, CPF. 002.655.288/44, residente e domiciliada a rua Martinho Gonçalves n. 2.455, nesta cidade. São José do Rio Preto, **02 de JANEIRO de 2.003.- O OFICIAL,**

R.005/52.845.- Por escritura pública lavrada no Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexo do Tabelionato de Notas do município de Bady Bassitt, desta comarca, aos 21 de maio de 2.001, no livro n. 197, fls. 357, a proprietária **CLEUZA MARIA LOTTI** (já qualificada), **VENDEU** o imóvel objeto desta matricula a **DEWAY FINANCE S/A**, com sede na cidade de Montevidéo, República Oriental do Uruguai, na Rua 25 de Mayo, 288, conjunto 101, inscrita no registro único de contribuinte sob n. 21401030013., pelo preço de R$ 15.000,00 (quinze mil reais). São José do Rio Preto, **02 de JANEIRO de 2.003.- O OFICIAL,**

AV.006/52.845. Requereu-se a presente para constar que, a proprietária **DEWAY FINANCE S/A**, constante no **R.005** desta matricula, acha-se inscrita no CNPJ/MF sob o n°**05.404.846/0001-00**, conforme copia autenticada do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. São José do Rio Preto, **31 de Agosto de 2.005.O Oficial,**

R.007/52.845. Por escritura pública lavrada nas notas do 4°Tabelião de notas de São Paulo, aos 29 de Julho de 2005, no livro 2659 as paginas 065 à 068, a proprietária **VENDEU** o imóvel objeto desta matricula, à **ICEC CONSTRUÇÕES METÁLICAS LTDA**, com sede em Bady Bassitt, na Marginal da Rodovia BR 153 n°650, Distrito Industrial III, inscrita no CNPJ/MF sob o n°04.858.299/0001-70, pelo valor de **R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais)**.São José do Rio Preto, **31 de Agosto de 2.005.O Oficial,**

AV.008/52.845:- Faz-se a presente para constar que o imóvel objeto da matrícula supra, passou à pertencer ao **PERÍMETRO URBANO** desta cidade, nos termos da Lei n.**1617/02**, expedida em 11 de Novembro de 2002, conforme certidão expedida pela Prefeitura Municipal de Bady Bassitt, sob n.**247/05**, datada de 01 de Novembro de 2005.- São José do Rio Preto, **16 de Dezembro de 2005.O Oficial,**

AV.009/52.845:- Faz-se a presente para constar que o imóvel objeto da matricula **(....SEGUE FICHA 002...)**

Este documento foi gerado pelo usuário 070.*** ***-24 em 12/04/2024 17:21:30
Número do documento: 24041217173084500000310790588
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24041217173084500000310790588
Assinado eletronicamente por: LUIS CARLOS DA SILVEIRA - 12/04/2024 17:17:31
Num. 321664524 - Pág. 2
Esse documento foi assinado digitalmente por SIDIMAR FERREIRA - 10/04/2024 10:11 PROTOCOLO: SPH24040045296D-52845
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 191, PRECATORIA1, Página 8
saec Serviço de Atendimento Eletrônico Compartilhado
www.registradores.onr.org.br
Cópia emitida pelo SREI

Para verificar a autenticidade, acesse https://registradores.onr.org.br/validacao.aspx e digite o hash 665ab873-98e8-425b-a24b-cb79978831b9

supra, acha-se cadastrado na Prefeitura Municipal sob nº.**013.078/01.-** São José do Rio Preto, **16 de Dezembro de 2005.O Oficial,**

AV.010/52.845:- Requereu-se a presente para constar que, a proprietária **ICEC CONSTRUÇÕES METÁLICAS LTDA**, do imóvel objeto desta matrícula, teve sua razão social alterada para **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**; conforme Alteração Contratual registrada na JUCESP sob nº **15.798/06-9** em 24/01/2006.- São José do Rio Preto, **31 de agosto de 2.006.- O Oficial,**

AV.011/52.845:- O imóvel objeto desta matrícula, é beneficiário de Servidão de Passagem conforme registro nº **015** da matrícula nº **64.610.** São José do Rio Preto, **04 de Outubro de 2.006.** O Oficial,

---

R.012/52.845:- Pela Cédula de Crédito Bancário nº **193046.01**, emitida na Forma da Lei nº **10.931** de 02 de Agosto de 2004, em São Paulo, aos 17 de abril de 2007, por **CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA** (Já qualificada), **DEU EM HIPOTECA CEDULAR DE 1º GRAU E SEM CONCORRÊNCIA DE TERCEIROS**, o imóvel objeto desta matricula, ao **BANCO ABN AMRO REAL S/A**,com sede em São Paulo, à Avenida Paulista nº 1374, 3º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº33.066.408/0001-15 no valor de **R$2.759.309,00 (dois milhões, setecentos e cinqüenta e nove mil, trezentos e nove reais)**, vencível aos **15 de maio de 2013; Forma de Pagamento**:- Será paga em **64** parcelas, amortização **60** meses e **Juros TJLP + 3,80%** ao ano e Remuneração do agente de **1,00%** ao ano já incluído na taxa de juros e com as demais condições as constante na referida cédula.- São José do Rio Preto, **07 de Maio de 2007. O Oficial,**

R.013/52.845:- Pela Cédula de Crédito Bancário nº **235172.01**, emitida na Forma da Lei nº **10.931** de 02 de Agosto de 2004, em São Paulo, aos 13 de fevereiro de 2007, por **CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA** (Já qualificada), **DEU EM HIPOTECA CEDULAR DE 2º GRAU E SEM CONCORRÊNCIA DE TERCEIROS**, o imóvel objeto desta matricula, ao **BANCO ABN AMRO REAL S/A**, com sede em São Paulo, à Avenida Paulista nº 1374, 3º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 33.066.408/0001-15 no valor de **R$2.267.072,00 (dois milhões, duzentos e sessenta e sete reais, e setenta e dois centavos)**, vencível aos **15 de fevereiro de 2014; Forma de Pagamento**:- Será paga em **63** meses, através de **66** parcelas, vencível do primeiro encargo em **15.05.2008** e vencimento principal em **15.12.2008** e o vencimento final em **15.02.2014** e **Juros: TJLP + 3,30%** ao ano e Remuneração do agente de **1,00%** ao ano já incluído na taxa de juros e com as demais **(...SEGUE NO VERSO...)**

Esse documento foi assinado digitalmente por SIDIMAR FERREIRA - 10/04/2024 10:11 PROTOCOLO: SPH24040045296D-52845

Este documento foi gerado pelo usuário 070.*** ***-24 em 12/04/2024 17:21:30
Número do documento: 24041217173084500000310790588
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24041217173084500000310790588
Assinado eletronicamente por: LUIS CARLOS DA SILVEIRA - 12/04/2024 17:17:31

Num. 321664524 - Pág. 3

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 191, PRECATORIA1, Página 9

saec Serviço de Atendimento Eletrônico Compartilhado
www.registradores.onr.org.br
Cartório emitido pelo SREI

Para verificar a autenticidade, acesse https://registradores.onr.org.br/validacao.aspx e digite o hash 665ab873-98e8-425b-a24b-cb79978831b9

condições as constante na referida cédula.- São José do Rio Preto, 12 de MARÇO de 2.008.- O OFICIAL,

R.014/52.845:- Por escritura pública lavrada pelo 9° Tabelião de Notas da comarca de São Paulo/SP, aos 06 de Julho de 2010, no livro 9128, às páginas 357, a proprietária **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**, (já qualificada), **DEU EM HIPOTECA DE 3° GRAU** o imóvel objeto da matrícula supra, ao **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**, com sede em São Paulo-Capital, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, 2041 e 2235, Bloco A, Vila Olímpia, inscrito no CNPJ/MF. sob o n° 90.400.888/0001-42, pelo valor de **R$40.000.000,00 (Quarenta Milhões de Reais)**, incluindo outro imóvel, com vencimento em **24/03/2015**; e as demais condições as constantes do título.- São José do Rio Preto, **15 de Setembro 2.010.- O OFICIAL,**

AV.015/52.845. Por escritura pública de Aditamento, lavrada nas notas do 9°Tabelião de notas de São Paulo/SP, aos 05 de dezembro de 21011, no livro 9638 feito as paginas 129, de comum acordo as partes contratantes de comum acordo resolveram aditar a cédula registrada sob o n°**014** nesta matricula, para deixar expresso as alterações dos juros para taxa **CDI + 3,5%** ao ano, do prazo para **1718** dias contados de **30 de novembro de 2011**, e o vencimento prorrogado para **12 de agosto de 2016** e ratificaram os demais termos da mesma.São José do Rio Preto, **16 de Janeiro de 2.012.O Oficial,**

AV.016/52.845 - Protocolo n° 422.851 de 17/12/2013:- Por certidão, expedida pelo Serviço de Distribuição Cível da Comarca de Mirassol-SP, em 28 de Novembro de 2013, consta que nos autos de Execução de Título Extrajudicial **(Processo n° 0008513-33.2012.8.26.0358)**, distribuída ao Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da comarca de Mirassol-SP, tendo como exequente **BANCO DO BRASIL S/A**, inscrito no CNPJ sob n° 00.000.000/4499-70, e como executada **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**, (já qualificada), consta que em 03 de Dezembro de 2012, foi ajuizada a presente execução, dando-se a causa o valor de **R$ 34.821.434,30 (Trinta e quatro milhões, oitocentos e vinte e um mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e trinta centavos)**. São José do Rio Preto, **06 de Janeiro de 2.014. O Oficial,**

AV.017/52.845 - Protocolo n° 435.658 de 21/08/2014:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 5ª Vara Cível desta comarca, em 21 de Agosto de 2014, nos autos de Execução Civil **(Proc. n° 1007445-85.2014)**, movida pelo **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, inscrito no CNPJ/MF. sob n° 90.400.888/0001-42, contra **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA** e outros (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi penhorado para garantia da execução no valor de **(.....CONTINUA NA FICHA 003.....)**

Este documento foi gerado pelo usuário 070.*** ***-24 em 12/04/2024 17:21:30
Número do documento: 24041217173084500000310790588
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24041217173084500000310790588
Assinado eletronicamente por: LUIS CARLOS DA SILVEIRA - 12/04/2024 17:17:31
Num. 321664524 - Pág. 4

Esse documento foi assinado digitalmente por SIDIMAR FERREIRA - 10/04/2024 10:11 PROTOCOLO: SPH24040045296D-52845

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 191, PRECATORIA1, Página 10

saec Serviço de Atendimento Eletrônico Compartilhado
www.registradores.onr.org.br
Certidão emitida pelo SREI

Para verificar a autenticidade, acesse https://registradores.onr.org.br/validacao.aspx e digite o hash 665ab873-98e8-425b-a24b-cb79978831b9

R$ 129.970.303,00 (Cento e vinte e nove milhões, novecentos e setenta mil, trezentos e três reais), inclusive outros imóveis. São José do Rio Preto, **03 de Setembro de 2.014. O OFICIAL,**

AV.018/52.845 - Protocolo nº 450.404 de 26/02/2015:- Por Mandado, expedido pelo Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Mirassol-SP, aos 25 de Fevereiro de 2015, nos Autos de Execução de Título Extrajudicial **(Proc. n.º 0008513-33.2012.8.26.0358)**, movida por **BANCO DO BRASIL S/A**, contra **CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA** e outros, **cancela-se** a **AV.016** desta matrícula, nos termos do inciso I do Artigo 250 da Lei 6.015/73.- São José do Rio Preto, **09 de Março de 2.015. O OFICIAL,**

AV.019/52.845 - Protocolo nº 460.893 de 09/09/2015:- Por mandado, expedido pela 5ª Vara Federal da Subseção Judiciária de São José do Rio Preto, em 19 de agosto de 2015, nos autos da Carta Precatória **(Proc. nº 0004071-16.2015.403.6106)**, originária do 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro-RJ., expedida nos autos de Execução Fiscal **(Proc. nº 0002152-95.2013.4.02.5101)**, movida pela **FAZENDA NACIONAL**, contra **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA** (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de R$ 3.253.275,82 (três milhões, duzentos e cinquenta e três mil, duzentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos). São José do Rio Preto, **21 de setembro de 2.015. O OFICIAL,**

AV.020/52.845 - Protocolo nº 468.717 de 04/02/2016:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 2ª Vara do Trabalho desta comarca, em 12 de fevereiro de 2016, nos autos de Execução Trabalhista **(Proc. nº 1909.54.2010)**, movida por **DANIEL TURTERA BODNARUK**, CPF. 334.840.778-83; contra **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA** (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de **R$ 91.695,86 (noventa e um mil, seiscentos e noventa e cinco reais e oitenta e seis centavos)**. São José do Rio Preto, **15 de Fevereiro de 2.016.- O OFICIAL,**

AV.021/52.845-Protocolo nº 476.914 de 12/07/2016:- Por Mandado, expedido pelo Juízo de Direito da 2ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto, aos 28 de junho de 2016, nos Autos de Execução Trabalhista **(Proc. n.º 0001909-54.2010.5.15.0044 RTOrd)**, **cancela-se** a **AV.020** desta matrícula, nos termos do inciso I do Artigo 250 da Lei 6.015/73.- São José do Rio Preto, **22 de Julho de 2.016.- O OFICIAL,**

(.....CONTINUA NO VERSO.....)

Este documento foi gerado pelo usuário 070.*** ***-24 em 12/04/2024 17:21:30
Número do documento: 24041217173084500000310790588
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24041217173084500000310790588
Assinado eletronicamente por: LUIS CARLOS DA SILVEIRA - 12/04/2024 17:17:31
Num. 321664524 - Pág. 5
Esse documento foi assinado digitalmente por SIDIMAR FERREIRA - 10/04/2024 10:11 PROTOCOLO: SPH24040045296D-52845
Certidão emitida pelo SREI
www.registradores.onr.org.br
Sistema de Atendimento Eletrônico Compartilhado
saec onr
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 191, PRECATORIA1, Página 11

Para verificar a autenticidade, acesse https://registradores.onr.org.br/validacao.aspx e digite o hash 665ab873-98e8-425b-a24b-cb7997883 1b9

MATRÍCULA	FICHA	CNJ
52.845	003	11.142-7

Código Nacional de Matrícula 111427.2.0052845-06

AV.022/52.845-Protocolo nº 499.651 de 16/08/2017:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 3ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto, em 16 de agosto de 2017, nos autos de Execução Trabalhista **(Processo nº 0001573-62.2012.5.15.0082)**, movida por **ADILSON RODRIGUES DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF/MF. sob nº 083.597.538-06, contra **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA** (já qualificada) e outras, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de **R$ 3.772.763,63 (três milhões, setecentos e setenta e dois mil, setecentos e sessenta e três reais e sessenta e três centavos)**. São José do Rio Preto, **21 de Agosto de 2.017. O Oficial,**

AV.023/52.845 - Protocolo nº 537.458 de 15/04/2019:- Por certidão, expedida pelo Juízo de Direito da 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto, em 15 de abril de 2019, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 00032738420174036106), movida pelo **MINISTÉRIO DA FAZENDA**, CNPJ/MF. sob nº 00.394.460/0216-53, contra **BSV - ADMINISTRADORA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA**, CNPJ/MF. 08.597.610/0001-26, consta que pela decisão datada de 19 de Fevereiro de 2019, folhas 63, com base nos artigos 790 e 792 do CPC vigente, onde foi decretada a responsabilidade patrimonial pelo MM Juiz no processo, o imóvel objeto da presente matrícula, de propriedade da **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de **R$ 6.409.200,06 (seis milhões, quatrocentos e nove mil, duzentos reais e seis centavos)**; tendo sido nomeado como depositário Adivaldo Aparecido Neves.- São José do Rio Preto, **15 de Maio de 2.019. O Oficial,**

AV.024/52.845-Protocolo nº 539.875 de 27/05/2019:- Conforme escritura pública de sub-rogação de garantia hipotecária decorrente de cessão de crédito, lavrada pelo 2° Tabelião de Notas da cidade e comarca de São Paulo/SP, aos 19 de Março de 2019, no livro 2839, às fls.287/294, e re-ratificada pelo mesmo Tabelionato, aos 21 de Março de 2019, no livro 2840, às fls.221/229, consta que o credor **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A**, (já qualificado), **CEDEU** o crédito referido no **R-014** e na **Av.015**, objeto da presente matrícula, em favor de **CHIMERA CAPITAL PARTINERS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA**, inscrita no CNPJ/MF. sob nº 15.492.157/0001-59, com sede na cidade de São Paulo/SP, na Rua Joaquim Floriano, nº 1052, conjunto 112, Itaim Bibi, no valor de **R$6.000.000,00 (seis milhões de reais)**.- São José do Rio Preto, **07 de Junho de 2.019. O Oficial,**

AV.025/52.845-Protocolo nº 539.875 de 27/05/2019:- Conforme escritura pública de sub-rogação de garantia hipotecária decorrente de cessão de crédito, lavrada pelo 2° Tabelião de Notas da cidade e comarca de São Paulo/SP, aos 19 de Março de 2019, no livro 2839, às fls.287/294, e re-ratificada pelo mesmo Tabelionato, aos 21 de Março de 2019, no livro 2840, às fls.221/229, o credor/cedente **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A**, (já qualificado), devidamente representado na forma da Lei, **(.....CONTINUA NA FICHA 004.....)**

Esse documento foi assinado digitalmente por SIDIMAR FERREIRA - 10/04/2024 10:11 PROTOCOLO: SPH24040045296D-52845

Este documento foi gerado pelo usuário 070.*** ***-24 em 12/04/2024 17:21:30
Número do documento: 24041217173084500000310790588
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24041217173084500000310790588
Assinado eletronicamente por: LUIS CARLOS DA SILVEIRA - 12/04/2024 17:17:31

Num. 321664524 - Pág. 6

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 191, PRECATORIA1, Página 12

saec onr Serviço de Atendimento Eletrônico Compartilhado www.registradores.onr.org.br Certidão emitida pelo SREI

Para verificar a autenticidade, acesse https://registradores.onr.org.br/validacao.aspx e digite o hash 665ab873-98e8-425b-a24b-cb79978831b9

SUB-ROGOU em favor da cessionária **CHIMERA CAPITAL PARTINERS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA** (já qualificada), todos os direitos creditórios da hipoteca de 3° grau registrada sob n° 014 e averbada sob n° 015, desta matrícula. Em virtude, dessa sub-rogação, para efeitos de emolumentos, serão utilizados os valores atribuídos à época para a referida hipoteca e aditamento, o valor de R$44.054.970,28 (quarenta e quatro milhões, cinquenta e quatro mil, novecentos e setenta reais e vinte e oito centavos), ou seja **R$22.027.485,14 (vinte e dois milhões, vinte e sete mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e quatorze centavos) para cada imóvel**, sendo um pertencente a esta comarca e outro pertencente a comarca de Mirassol/SP, onde será averbada a sub-rogação aqui procedida, as demais condições as constantes do título, ficando uma de suas vias arquivada em Cartório. São José do Rio Preto, **07 de Junho de 2.019. O Oficial,**

AV.026/52.845-Protocolo n° 546.498 de 12/09/2019:- Por certidão, expedida pelo 3° Ofício Judicial da comarca de Mirassol-SP, em 12 de Setembro de 2019, nos autos de Execução Civil **(Proc. n° de ordem 1003579-05.2018.8.26.0358)**, movida pelo **BANCO PAULISTA S.A**, CNPJ/MF.62.820.817/0001-09, contra **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA** (já qualificada) e outros, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de **R$878.298,31 (oitocentos e setenta e oito mil, duzentos e noventa e oito reais e trinta e um centavos).** São José do Rio Preto, **27 de Setembro de 2.019. O Oficial,**

AV.27/52845 - Protocolo n° 551.350 de 02/12/2019 (selo digital: 1114273E100000001833651 9N):- Por instrumento judicial, expedido pela 5ª Vara Cível desta cidade e comarca de São José do Rio Preto-SP, em 31 de Outubro de 2019, nos autos de Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários **(Processo n° de ordem 1007445-85.2014.8.26.0576)**, retifica-se o **R.17** da presente matrícula para constar que, o exequente é a cessionária **CHIMERA CAPITAL PARTNERS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA**, CNPJ/MF 15.492.157/0001-59, e ratificaram os demais termos da mesma.- São José do Rio Preto, **12 de dezembro de 2.019. O Oficial,**

AV.28/52845 - Protocolo n° 551.870 de 10/12/2019 (selo digital: 1114273E100000001840891 9I):- Por Comunicado da Central de Indisponibilidade protocolo n° 201911.2615.00992415-IA-710, extraído do Processo n° 50312754320194025101, e ordem do 5ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-RJ, em 26 de novembro de 2019, foi determinada a **Indisponibilidade** do imóvel objeto desta matrícula, pertencente a **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**, CNPJ/MF. 04.858.299/0001-70 e outro, sendo que a referida indisponibilidade foi registrada no Livro de Registros de Indisponibilidades - LRI - sob n° **12.856**.- São José do Rio Preto, **16 de dezembro de 2019**.- **O Oficial,**

(...CONTINUA NO VERSO...)

Este documento foi gerado pelo usuário 070.***.***-24 em 12/04/2024 17:21:30
Número do documento: 24041217173084500000310790588
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24041217173084500000310790588
Assinado eletronicamente por: LUIS CARLOS DA SILVEIRA - 12/04/2024 17:17:31
Num. 321664524 - Pág. 7

Esse documento foi assinado digitalmente por SIDIMAR FERREIRA - 10/04/2024 10:11 PROTOCOLO: SPH24040045296D-52845

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 191, PRECATORIA1, Página 13

Para verificar a autenticidade, acesse https://registradores.onr.org.br/validacao.aspx e digite o hash 665ab873-98e8-425b-a24b-cb7997883 1b9

MATRÍCULA	FICHA	CNS
52.845	004 VERSO	11.142-7

Código Nacional de Matrícula 111427.2.0052845-06

AV.29/52845 - Protocolo nº 559.864 de 02/06/2020 (selo digital: 1114273E10000000309668200):- Por Comunicado da Central de Indisponibilidade protocolo nº 202005.1512.01148225-IA-300, extraído do Processo nº 00022066920125080114, e ordem da 1ª Vara do Trabalho de Parauapebas-PA, em 15 de maio de 2020, foi determinada a **Indisponibilidade** do imóvel objeto desta matrícula, pertencente a **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**, (já qualificada) e outros, sendo que a referida indisponibilidade foi registrada no Livro de Registros de Indisponibilidades - LRI - sob nº **12.967**.- São José do Rio Preto, **18 de junho de 2020**.- **O Oficial,**

AV.30/52845 - Protocolo nº 562.054 de 16/07/2020 (selo digital: 1114273E10000000318507209):- Por certidão, expedida pela 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto-SP, em 15 de julho de 2020, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 50029462020184036106), movida por **MINISTERIO DA FAZENDA**, CNPJ/MF.00.394.460/0216-53, contra **SANAAN - ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA**, CNPJ/MF.07.721.773/0001-06, consta que pela decisão datada de 18 de março de 2020, folhas 59, com base nos artigos 790 e 792 do CPC vigente, onde foi decretada a responsabilidade patrimonial pelo MM Juiz no processo, o imóvel objeto da presente matrícula, de propriedade da **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de **R$ 8.115.114,45 (oito milhões, cento e quinze mil, cento e quatorze reais e quarenta e cinco centavos)**.- São José do Rio Preto, **17 de julho de 2020**.- **O Oficial,**

AV.31/52845 - Protocolo nº 564.948 de 04/09/2020 (selo digital: 1114273E10000000344458202):- Por certidão, expedida pela 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto-SP, em 10 de setembro de 2020, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 50013341320194.0361.06), movida por **MINISTERIO DA FAZENDA**, CNPJ/MF.00.394.460/0216-53, contra **MCS - MONTAGENS, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ/MF.07.744.302/0001-13, consta que pela decisão datada de 19 de junho de 2019, folhas 19, com base nos artigos 790 e 792 do CPC vigente, onde foi decretada a responsabilidade patrimonial pelo MM Juiz no processo, o imóvel objeto da presente matrícula, de propriedade da **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de **R$ 2.007.055,27 (dois milhões, sete mil e cinquenta e cinco reais e vinte e sete centavos)**.- São José do Rio Preto, **23 de setembro de 2020**.- **O Oficial,**

AV.32/52845 - Protocolo nº 569.076 de 06/11/2020 (selo digital: 1114273E10000000399132215):- Por certidão, expedida pela 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto-SP, em 06 de novembro de 2020, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 50013341320194036106), movida por **MINISTERIO DA FAZENDA**, CNPJ/MF.00.394.460/0216-53, (.....CONTINUA NA FICHA 005.....)

Este documento foi gerado pelo usuário 070.*** ***-24 em 12/04/2024 17:21:30
Número do documento: 24041217173084500000310790588
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24041217173084500000310790588
Assinado eletronicamente por: LUIS CARLOS DA SILVEIRA - 12/04/2024 17:17:31
Num. 321664524 - Pág. 8
Esse documento foi assinado digitalmente por SIDIMAR FERREIRA - 10/04/2024 10:11 PROTOCOLO: SPH24040045296D-52845
Certidão emitida pelo SREI
www.registradores.onr.org.br
Serviço de Atendimento Eletrônico Compartilhado
saec onr
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 191, PRECATORIA1, Página 14

Para verificar a autenticidade, acesse https://registradores.onr.org.br/validacao.aspx e digite o hash 665ab873-98e8-425b-a24b-cb79978831b9

contra **MCS - MONTAGENS, CONSTRUÇÕES E SERVIÇO LTDA**, CNPJ/MF.07.744.302/0001-13, consta que pela decisão datada de 20 de outubro de 2020, folhas ID 40523250, com base nos artigos 790 e 792 do CPC vigente, onde foi decretada a responsabilidade patrimonial pelo MM Juiz no processo, o imóvel objeto da presente matrícula, de propriedade da **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de **R$ 2.088.041,16 (dois milhões, oitenta e oito mil, quarenta e um reais e dezesseis centavos)**.- São José do Rio Preto, **29 de janeiro de 2021**.- O Oficial,

---

AV.33/52845 - Protocolo nº 574.352 de 29/01/2021 (selo digital: 1114273310000000409099210):- Por certidão, expedida pelo 7º Oficio Cível de São José do Rio Preto-SP, em 29 de janeiro de 2021, nos autos de Execução Civil (Processo nº 1050795-84.2018.8.26.0576), movida por **BANCO BRADESCO S.A.**, CNPJ/MF.60.746.948/0001-12, contra **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**, (já qualificada) e outros, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de **R$ 29.250.897,84 (vinte e nove milhões, duzentos e cinquenta mil, oitocentos e noventa e sete reais e oitenta e quatro centavos), incluindo outros imóveis**.- São José do Rio Preto, **24 de fevereiro de 2021**.- O Oficial,

---

AV.34/52845 - Protocolo nº 577.454 de 17/03/2021 (selo digital: 1114273E1000000042217121N):- Por certidão, expedida pela 1ª Vara da Fazenda Publica de São José do Rio Preto-SP, em 17 de março de 2021, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 1500349-54.2017.8.26.0576), movida pela **SECRETARIA DA FAZENDA**, CNPJ/MF.46.377.222/0001-29, contra **CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA**, (já qualificada), consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de **R$ 4.558.404,99 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e quatro reais e noventa e nove centavos)**.- São José do Rio Preto, **24 de março de 2021**.- O Oficial,

---

AV.35/52845 - Protocolo nº 583.772 de 29/06/2021 (selo digital: 1114273E1000000046418021E):- Por certidão, expedida pela 5ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-RJ, em 28/06/2021, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 50312754320194025101), movida por **MINISTERIO DA FAZENDA**, CNPJ/MF.00.394.460/0216-53, contra **CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA** (já qualificada) e outro, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de **R$ 4.817.848,41 (quatro milhões, oitocentos e dezessete mil, oitocentos e quarenta e oito reais e quarenta e um centavos)**.- São José do Rio Preto, **05 de julho de 2021**.- O Oficial,

---

(.....CONTINUA NO VERSO.....)

Este documento foi gerado pelo usuário 070.*** ***-24 em 12/04/2024 17:21:30
Número do documento: 24041217173084500000310790588
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24041217173084500000310790588
Assinado eletronicamente por: LUIS CARLOS DA SILVEIRA - 12/04/2024 17:17:31
Num. 321664524 - Pág. 9

Esse documento foi assinado digitalmente por SIDIMAR FERREIRA - 10/04/2024 10:11 PROTOCOLO: SPH24040045296D-52845

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 191, PRECATORIA1, Página 15

Para verificar a autenticidade, acesse https://registradores.onr.org.br/validacao.aspx e digite o hash 665ab873-98e8-425b-a24b-cb7997883 1b9

MATRÍCULA 52.845 | FICHA 005 VERSO | CNS 11.142-7

Código Nacional de Matrícula 111427.2.0052845-06

AV.36/52845 - Protocolo nº 584.746 de 12/07/2021 (selo digital: 1114273E10000000481272218):- Por instrumento judicial, expedido pela 6ª Vara Federal do Rio de Janeiro-RJ, em 05 de julho de 2021, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 0023469-13.2017.4.02.5101), movida por **MINISTERIO DA FAZENDA**, CNPJ/MF.00.394.460/0216-53, contra **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**, (já qualificado) e outro, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de R$ 1.521.557,06 (um milhão, quinhentos e vinte e um mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e seis centavos).- São José do Rio Preto, 06 de agosto de 2021.- O Oficial.

AV.37/52845 - Protocolo nº 589.782 de 15/09/2021 (selo digital: 1114273E1000000050290221F):- Por certidão, expedida pela 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto-SP, em 14 de setembro de 2021, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 50013359520194036106), movida por **MINISTERIO DA FAZENDA**, CNPJ/MF.00.394.460/0001-41, contra **MTRAN - COMERCIAL E LOCAÇÃO LTDA**, CNPJ/MF.01.603.040/0001-90, consta que pela decisão datada de 31 de março de 2020, folhas ID 30448964, com base nos artigos 790 e 792 do CPC vigente, onde foi decretada a responsabilidade patrimonial pelo MM Juiz no processo, o imóvel objeto da presente matrícula, de propriedade da **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**, (já qualificada), foi **penhorado** para garantia da execução no valor de **R$ 1.430.561,57 (um milhão, quatrocentos e trinta mil, quinhentos e sessenta e um reais e cinquenta e sete centavos)**.- São José do Rio Preto 21 de setembro de 2021.- O Oficial.

AV.38/52845 - Protocolo nº 589.783 de 15/09/2021 (selo digital: 1114273E1000000050289921U):- Por certidão, expedida pela 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto-SP, em 14 de setembro de 2021, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 50032230220194036106), movida por **MINISTERIO DA FAZENDA**, CNPJ/MF.00.394.460/0001-41, contra **MTRAN - COMERCIAL E LOCAÇÃO LTDA**, CNPJ/MF.01.603.040/0001-90, consta que pela decisão datada de 26 de outubro de 2020, folhas ID 40838925, com base nos artigos 790 e 792 do CPC vigente, onde foi decretada a responsabilidade patrimonial pelo MM Juiz no processo, o imóvel objeto da presente matrícula, de propriedade da **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**, (já qualificada), foi **penhorado** para garantia da execução no valor de **R$ 3.132.012,84 (três milhões, cento e trinta e dois mil e doze reais e oitenta e quatro centavos)**.- São José do Rio Preto 21 de setembro de 2021.- O Oficial.

AV.39/52845 - Protocolo nº 600.402 de 11/02/2022 (selo digital: 1114273E10000000572934223):- Por certidão, expedida pela 5ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-RJ, em 11 de fevereiro de 2022, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 50946354920194025101), (.....CONTINUA NA FICHA 006.....)

Este documento foi gerado pelo usuário 070.*** ***-24 em 12/04/2024 17:21:30
Número do documento: 24041217173084500000310790588
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24041217173084500000310790588
Assinado eletronicamente por: LUIS CARLOS DA SILVEIRA - 12/04/2024 17:17:31
Num. 321664524 - Pág. 10
Esse documento foi assinado digitalmente por SIDIMAR FERREIRA - 10/04/2024 10:11 PROTOCOLO: SPH24040045296D-52845
Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 191, PRECATORIA1, Página 16
saec onr Serviço de Atendimento Eletrônico Compartilhado www.registradores.onr.org.br Ofício emitido pelo SREI

Para verificar a autenticidade, acesse https://registradores.onr.org.br/validacao.aspx e digite o hash 665ab873-98e8-425b-a24b-cb79978831b9

movida por **MINISTÉRIO DA FAZENDA**, CNPJ/MF.00.394.460/0216-53, contra **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA** (já qualificada)s, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de **R$ 3.297.211,82 (três milhões, duzentos e noventa e sete mil, duzentos e onze reais e oitenta e dois centavos).-** São José do Rio Preto, **21 de fevereiro de 2022.- O Oficial.**

AV.40/52845 - Protocolo nº 612.890 de 01/08/2022 (selo digital: 1114273E10000000650798 22N):- Por certidão, expedida pela 5ª Vara Federal de São José do Rio Preto-SP, em 01 de agosto de 2022, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 50039164920204036106), movida por **FAZENDA NACIONAL**, CNPJ/MF.00.394.460/0471-05, contra **RW - INCORPORAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS SOCIEDADES, NEGÓCIOS E EMPREENDIMENTOS LTD**, CNPJ/MF.04.962.891/0001-18, consta que pela decisão datada de 18 de fevereiro de 2022, folhas ID 243412512, com base nos artigos 790 e 792 do CPC vigente, onde foi decretada a responsabilidade patrimonial pelo MM Juiz no processo, o imóvel objeto da presente matrícula, de propriedade da **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**, (já qualificada), foi **penhorado** para garantia da execução no valor de **R$ 5.000.798,17 (cinco milhões, setecentos e noventa e oito reais e dezessete centavos).-** São José do Rio Preto, **03 de agosto de 2022.- O Oficial.**

AV.41/52845 - Protocolo nº 617.393 de 30/09/2022 (selo digital: 1114273310000000682519 22B):- Por Comunicado da Central de Indisponibilidade protocolo nº 202206.2815.02218370-TA-400, extraído do Processo nº 50312754320194095101, por ordem da 5ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-RJ, em 28 de junho de 2022, **cancela-se** a indisponibilidade referida na **Averbação nº 28**, objeto desta matrícula, nos termos do inciso I do artigo 250, da Lei dos Registros Públicos.- São José do Rio Preto, **17 de outubro de 2022.- O Oficial.**

AV.42/52845 - Protocolo nº 620.378 de 16/11/2022 (selo digital: 1114273310000000702371224):-Por certidão, expedida aos 20 de outubro de 2022, consta que foi **distribuída**, no dia 10/09/2018 e admitida em juízo, a Ação de Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização, sob o nº 1093935-44.2018.8.26.0100, à 43ª Vara Cível do Foro Central Cível de São Paulo/SP, movida por **ITAÚ UNIBANCO S/A**, CNPJ/MF.60.701.190/0001-04, contra **DISTON MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA**, (já qualificada), dando-se a causa o valor de **R$ 30.247.755,09 (trinta milhões, duzentos e quarenta e sete mil, setecentos e cinqüenta e cinco reais e nove centavos);** de acordo com o Artigo 828 do CPC. São José do Rio Preto, **01 de dezembro de 2022.- O Oficial.**

(...CONTINUA NO VERSO...)

Este documento foi gerado pelo usuário 070.***.***-24 em 12/04/2024 17:21:30
Número do documento: 24041217173084500000310790588
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24041217173084500000310790588
Assinado eletronicamente por: LUIS CARLOS DA SILVEIRA - 12/04/2024 17:17:31
Num. 321664524 - Pág. 11

Esse documento foi assinado digitalmente por SIDIMAR FERREIRA - 10/04/2024 10:11 PROTOCOLO: SPH24040045296D-52845

Certidão emitida pelo SREI
www.registradores.onr.org.br
saec Serviço de Atendimento Eletrônico Compartilhado

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 191, PRECATORIA1, Página 17

Para verificar a autenticidade, acesse https://registradores.onr.org.br/validacao.aspx e digite o hash 665ab873-98e8-425b-a24b-cb79978831b9

AV.43/52845 - Protocolo nº 647.470 de 19/12/2023 (selo digital: 1114273310000000884631 24F):- Por certidão, expedida pela 2º Oficio Judicial de Mirassol-SP, em 19 de dezembro de 2023, nos autos de Execução Civil (Processo nº 00055843220098260358), movida por **MARIA CRISTINA PEREIRA DALUL**, CPF/MF.025.895.618-65, contra **MTRAN COMERCIAL E LOCACAO LTDA**, (já qualificada) e outros, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de **R$ 1.166.663,10 (um milhão, cento e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e três reais e dez centavos)**.- São José do Rio Preto, **05 de janeiro de 2024**.- O **Oficial**.

AV.44/52845 - Protocolo nº 649.671 de 22/01/2024 (selo digital: 1114273J100000008944662 47):- Por certidão, expedida pela 6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-RJ, em 22/01/2024, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 50276292020224025101), movida por **MINISTERIO DA FAZENDA**, CNPJ/MF.00.394.460/0216-53, contra **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**, (já qualificada), consta que **1% do imóvel** objeto da presente matrícula, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de **R$ 621.695,88 (seiscentos e vinte e um mil, seiscentos e noventa e cinco reais e oitenta e oito centavos)**.- São José do Rio Preto, **29 de janeiro de 2024**.- O **Oficial**.

AV.45/52845 - Protocolo nº 651.535 de 19/02/2024 (selo digital: 1114273J100000009081452 4U):- Por instrumento judicial, expedida pela 8ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-RJ, em 19 de fevereiro de 2024, nos autos de Execução Fiscal (Processo nº 5044843-24.2022.4.02.5101), movida por **UNIÃO FEDERAL**, contra **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA**, (já qualificada) e outro, consta que o imóvel objeto da presente matrícula, foi **penhorado** para garantia da execução no valor de **R$ 1.451.471,30 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e setenta e um reais e trinta centavos)**.- São José do Rio Preto, **26 de fevereiro de 2024**.- O **Oficial**.

Este documento foi gerado pelo usuário 070.*** ***-24 em 12/04/2024 17:21:30
Número do documento: 24041217173084500000310790588
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24041217173084500000310790588
Assinado eletronicamente por: LUIS CARLOS DA SILVEIRA - 12/04/2024 17:17:31

Esse documento foi assinado digitalmente por SIDIMAR FERREIRA - 10/04/2024 10:11 PROTOCOLO: SPH24040045296D-52845

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 191, PRECATORIA1, Página 18

saec Serviço de Atendimento Eletrônico Compartilhado
Certidão emitida pelo SREI
www.registradores.onr.org.br

Para verificar a autenticidade, acesse https://registradores.onr.org.br/validacao.aspx e digite o hash 665ab873-98e8-425b-a24b-cb79978831b9

CERTIFICO de acordo com o artigo 19, § 1º da Lei nº 6.015 de 31/12/1973 e artigo 19 § 11º da MPV 1.085 DE 27/12/2021, que revendo nos arquivos de cartório a seu cargo, deles verificou constar a matrícula **nº.:52845** do livro 2 - Registro Geral - constante desta fotocópia, e que além dos registros contidos na referida matrícula, não consta nenhum outro registro de ônus ou transmissão, até o dia útil imediatamente anterior a emissão desta. O referido é verdade e dá fé. **Consta,entretanto, titulo(s) prenotado(s) sob o(s) protocolo(s) 593604-CANCELAMENTO DE INDISP. AGUARDANDO PAGAMENTO de 09/11/2021. São José do Rio Preto-SP, 10 de abril de 2024.**

_____

Sidimar Ferreira - Escrevente

ADVERTÊNCIA: Este documento contém dados pessoais que consistem "arquivo público", passível de conhecimento através da presente certidão, **ficando o solicitante/requerente responsável civil e criminalmente por eventual uso indevido da informação**, nos termos da Lei 13.709/2018 (LGPD) e Provimento CGJ 23/2020.

```
Ao Oficial...: R$    0,00
Ao Estado....: R$    0,00
Ao IPESP.....: R$    0,00
Ao Reg. Civil: R$    0,00
Ao Trib. Just: R$    0,00
Ao Município.: R$    0,00
Ao Min.Púb...: R$    0,00
Total........: R$    0,00
```

Pedido de certidão nº: 605553

Controle: 1219073

Página: 0013/0013

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QrCode impresso ou acesse o endereço eletrônico:

https://selodigital.tjsp.jus.br

Selo digital:

1114273C3000000093020124J

Certidão emitida pelo SREI www.registradores.onr.org.br Serviço de Atendimento Eletrônico Compartilhado saec .onr

Este documento foi gerado pelo usuário 070.***.***-24 em 12/04/2024 17:21:30
Número do documento: 24041217173084500000310790588
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24041217173084500000310790588
Assinado eletronicamente por: LUIS CARLOS DA SILVEIRA - 12/04/2024 17:17:31

Esse documento foi assinado digitalmente por SIDIMAR FERREIRA - 10/04/2024 10:11 PROTOCOLO: SPH24040045296D-52845

Processo 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ, Evento 191, PRECATORIA1, Página 19

Num. 321664524 - Pág. 13

Em Branco

Em Branco

Em Branco

saec Serviço de Atendimento Eletrônico Compartilhado
Certidão emitida pelo SREI www.registradores.onr.org.br .:.onr

Esse documento foi assinado digitalmente por SIDIMAR FERREIRA - 10/04/2024 10:11 PROTOCOLO: SPH24040045296D-52845

Para verificar a autenticidade, acesse https://registradores.onr.org.br/validacao.aspx e digite o hash 665ab873-98e8-425b-a24b-cb7997883 1b9

Este documento foi gerado pelo usuário 070.***.***-24 em 12/04/2024 17:21:30
Número do documento: 24041217173084500000310790588
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24041217173084500000310790588
Assinado eletronicamente por: LUIS CARLOS DA SILVEIRA - 12/04/2024 17:17:31

Dados da Receita

Consultar Dados da Receita Federal: Consulta

Consultar Dados

⚠ As consultas são realizadas numa base de dados disponibilizada pelo Conselho da Justiça Federal, que é sincronizada uma vez por mês com a base da Receita Federal.

Informe o CPF, CNPJ ou nome que deseja consultar.

04858299000170 Consultar

Empresa

Dados Cadastrais

Razão Social:	IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA
Nome Fantasia:	
Data de Abertura:	11/01/2002
Matriz/Filial:	MATRIZ
Natureza Jurídica:	206-2 - Sociedade Empresária Limitada
CNPJ:	04.858.299/0001-70
CNAE:	4120400
Situação Cadastral:	ATIVA
Data Situação:	17/01/2017

Endereço

Logradouro:	CAMPO GRANDE
Nº:	1096
Complemento:	SALA 611
Bairro:	CAMPO GRANDE
Município:	6001
CEP:	23080-000
UF:	RJ
E-mail:	CONTROLADORIA_FISCAL@ICEC.COM.BR
Telefone:	(17) 3243-8244
Fax:	()

Responsável

Dados Cadastrais

Nome:	ADIVALDO APARECIDO NEVES
Qualificação:	

CPF:	928.671.548-04
Ind. Sócio:	NÃO

Endereço

Logradouro:	AVENIDA FELICIANO SALES CUNHA
Nº:	2241
Complemento:	
Bairro:	DISTRITO INDUSTRIAL
Município:	SAO JOSE DO RIO PRETO
CEP:	15035000
UF:	RJ
E-mail:	

Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Av. Paulista, 1842 - Cep: 01310-936 - SP - © 2010

Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) Nº 5000920-39.2024.4.03.6106
RELATOR: CECAP de São José do Rio Preto
DEPRECANTE: 6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO
DEPRECADO: 6ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

OUTROS PARTICIPANTES: DISTON - MONTAGENS E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA - CNPJ 04.858.299/0001-70

AVALIAÇÃO

ENDEREÇO PARA CUMPRIMENTO: Rodovia BR153, nº 650, Bady Bassit/SP,

FINALIDADE: AVALIAR a área de 27.727,03 m² confrontando com Margarete Lote, com Walter Gonçalves de Abreu, com o Espólio de Ruilando Loitti e finalmente com o Parque Industrial, encravado na Fazenda Campo ou Borboleta, com a denominação especial de Sítio 4 irmãos, distrito, município de Bady Bassit, desta Comarca de São José do Rio Preto, objeto da matrícula n. 52.845 do 1° ORI, situado à Rodovia BR153, nº 650, Bady Bassit/SP, nos termos constantes da CARTA PRECATÓRIA ANEXA:

ANEXOS: Evs. 38.7 (fl. 10/11) e 188.

SEDE DO JUÍZO: CECAP de São José do Rio Preto-SP

Rua dos Radialistas Riopretenses, 1000 - Chácara Municipal - São José do Rio Preto-SP

Expedi nos termos da Ordem de Serviço 01/2006, dos Meritíssimos Juízes Federais Distribuidores do Fórum de São José do Rio Preto

SãO JOSé DO RIO PRETO, 20 de março de 2024.

Este documento foi gerado pelo usuário 070.***.***-24 em 12/04/2024 17:21:31
Número do documento: 24032013085846100000307929247
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24032013085846100000307929247
Assinado eletronicamente por: CARLOS CESAR PEZARINI - 20/03/2024 13:08:58

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais
Código de rastreabilidade: 402202412701581
Nome original: CARTA PRECATÓRIA Nº 510012741237.pdf
Data: 15/03/2024 15:15:07
Remetente:
SJSP - Seção de Distribuição e Protocolo - Execuções Fiscais - SUDP
SJSP - Seção de Distribuição e Protocolo - Execuções Fiscais - SUDP
TRF3
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para conhecimento.
Assunto: Aqui por engano. Encaminho 3 arquivos. Parte 1

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA

EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

CARTA PRECATÓRIA Nº 510012741237

Juízo Deprecante: **Exmo. Sr. Juiz da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal - SJRJ**

Juízo Deprecado: **Exmo(a). Sr(a). Juiz Federal Distribuidor da Seção Judiciária de São Paulo/SP**

CHAVE DO PROCESSO: 705721485618

O(a) Dr(a). **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, MM. Juiz Federal da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal**, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, **DEPRECA** a Vossa Excelência que se digne a mandar proceder ao seguinte:

- **AVALIAR** **a** *área de 27.727,03 m² confrontando com Margarete Lote, com Walter Gonçalves de Abreu, com o Espólio de Ruilando Loitti e finalmente com o Parque Industrial, encravado na Fazenda Campo ou Borboleta, com a denominação especial de Sítio 4 irmãos, distrito, município de Bady Bassit, desta Comarca de São José do Rio Preto, objeto da matrícula n. 52.845 do 1° ORI,* ***situado à*** **Rodovia BR153, n. 650, Bady Bassit/SP, Estado de São Paulo.**

Anexos: Evs. 38.7 (fl. 10/11) e 188.

DADA E PASSADA nesta cidade do Rio de Janeiro, em 26/10/2023. Eu, ALEXANDRE MOTTA, Técnico Judiciário, digitei e conferi. E eu, ANDRÉ BOTELHO JUCÁ, Diretor de Secretaria, reconferi.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510012741237v4** e do código CRC **3470ae05**.

Este documento foi gerado pelo usuário 070.***.***-24 em 12/04/2024 17:21:32
Número do documento: 24031816592787200000307545731
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24031816592787200000307545731
Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 18/03/2024 16:59:27

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 14/3/2024, às 18:50:2

0023469-13.2017.4.02.5101 **510012741237 .V4**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais
Código de rastreabilidade: 402202412701579
Nome original: ANEXO.pdf
Data: 15/03/2024 15:19:27
Remetente:
SJSP - Seção de Distribuição e Protocolo - Execuções Fiscais - SUDP
SJSP - Seção de Distribuição e Protocolo - Execuções Fiscais - SUDP
TRF3
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para conhecimento.
Assunto: Aqui por engano. Encaminho parte 3 de 3.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA

5ª VARA FEDERAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO

"AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO"

Aos 25 dias do mês de Junho de 2.019, na Rodovia BR 153, No. 650, Bady Bassit/SP, Estado de São Paulo, em cumprimento ao r. mandado anexo, expedido pelo MM. Juiz Federal da 5ª Vara desta 6ª Subseção Judiciária, nos autos do **PROCESSO N.º 0001967-46.2018.4036106,** que a **FAZENDA NACIONAL** move em face de **CONSTRUÇÕES METÁLICAS ICEC LTDA E OUTRO**, para o recebimento da quantia de R$1.521.557,06 (Hum milhão, quinhentos e vinte e um mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e seis centavos) em 28/03/2018, procedi à **PENHORA E AVALIAÇÃO** do seguinte bem indicado:

- Uma área de 27.727,03 ms2, ou 2.77,27 has, ou seja, 1,15 alqueires, confrontando com Margarete Lote, com Walter Gonçalves de Abreu, com o Espólio de Ruilando Lotti, e finalmente com o Parque Industrial, encravado na Fazenda Campo ou Borboleta, com a denominação especial de Sitio 4 Irmãos, distrito, município de Bady Bassit, desta Comarca de São José do Rio Preto, objeto da matricula N**o. 52.845 do 1º. ORI.**

OBS. 1 – Conforme AV.001/52845 - Sobre o imóvel objeto da matrícula supra, pesa uma Servidão de Passagem em favor da COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ.

OBS. 2 – Imóvel este pertencente à executada ICEC conforme **R.007/52.845** de 31/08/2005.

OBS. 3 – Conforme **AV.008/52845**, o imóvel objeto da matricula supra passou pertencer ao PERIMETRO URBANO da cidade de Bady Bassit, nos termos da lei No. 1617/02 de 11/11/02.

OBS. 4 – Conforme **AV.09/52845** O referido imóvel acha-se cadastrado na Prefeitura Municipal sob no. 013.078/01.

OBS. 5 - Conforme **AV.10/52.845**, a proprietária ICEC CONSTRUÇÕES METÁLICAS LTDA., teve sua razão social alterada para CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA. em 31/08/2006.

OBS. 6 – O imóvel objeto desta matrícula é beneficiário da Servidão de Passagem conforme **registro No. 015 da matricula No. 64.610 efetuado em 04/10/2006,** por onde se dá o acesso ao mesmo que dista aproximadamente 170,00ms da rodovia BR-153 e 600,00ms do novo trevo de acesso à cidade de Bady Bassit/SP.

OBS. 7- Sobre o referido imóvel encontra -se a construção de uma área construída de aproximadamente 4.344,72 ms2, ainda não averbada

Este documento foi gerado pelo usuário 070.***.***-24 em 12/04/2024 17:21:33
Número do documento: 24031816592777400000307547236
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24031816592777400000307547236
Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 18/03/2024 16:59:27

junto à matrícula do imóvel, de dois galpões para fins industriais, um depósito de tintas, uma cobertura anexa ao galpão, uma ponte rolante externa, duas pontes rolantes internas.

Os galpões tem piso de concreto e camada de seixo rolado, são circundados por uma mureta de blocos de concreto com aproximadamente 0,60m de altura, cujo fechamento até a cobertura é feito de telhas metálicas galvanizadas e de PVC translúcidas, e cobertura também de telhas metálicas galvanizadas e PVC translúcidas.

O imóvel encontra-se em regular estado de conservação.

AVALIAÇÃO DO IMÓVEL: R$ 15.900.000,00 (Quinze milhões e novecentos mil reais)

.

Bens estes do devedor para garantir a execução e em seguida depositei-o em mãos e poder do Sr. ADVALDO APARECIDO NEVES, brasileiro, casado, empresário, portador do RG No.6.548.896 SSP/SP e do CPF No. 928.671.548-04 domiciliado na Rua Las Vegas, 155, condomínio Débora Cristina, nesta cidade, o qual se sujeitou às penas da Lei. Vai o presente auto assinado por mim, Oficial de Justiça Avaliador, Depositário, Executado.

DARCY ANTONIO FLORIM
Oficial de Justiça Avaliador

DEPOSITÁRIO
Advaldo Aparecido Neves

FICA O EXECUTADO **INTIMADO DO PRAZO DE 30 DIAS PARA OFERECER EMBARGOS.**

EXECUTADO:-
CONSTRUÇÕES METALICAS ICEC LTDA.

Debora Fernanda A. Soler
Gerente de Atendimento
621963

26/06/2019

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais
Código de rastreabilidade: 402202412701580
Nome original: ANEXO1.pdf
Data: 15/03/2024 15:16:21
Remetente:
SJSP - Seção de Distribuição e Protocolo - Execuções Fiscais - SUDP
SJSP - Seção de Distribuição e Protocolo - Execuções Fiscais - SUDP
TRF3
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para conhecimento.
Assunto: Aqui por engano. Encaminho parte 2 de 3.

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:
OUTROS

Evento:
DISTRIBUIÇÃO-SORTEIO AUTOMÁTICO

Data:
24/04/2017 15:51:00

Usuário:
SECJF - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO

Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101

Sequência Evento:
1

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região

EXMO. SR. DR. JUIZ DA SEÇÃO JUDICIÁRIA - RIO DE JANEIRO

A **União (Fazenda Nacional),** 00.394.460/0216-53, pelo Procurador da Fazenda Nacional que esta subscreve, com fundamento na Lei 6.830/80, vem propor EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA, contra o(s) contribuinte(s):

Nome: **CONSTRUCOES METALICAS ICEC LTDA.**
CNPJ: **04.858.299/0001-70**
End: **RUA CAMPO GRANDE, 1096, SALA 611, CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO, RJ, 23080-000**

EXECUÇÃO FISCAL DA DÍVIDA ATIVA

Consubstanciada na(s) seguinte(s) certidão(ões) de Inscrição em Dívida Ativa, que integra(m) a presente petição inicial:

Processo Administrativo	Inscrição	Valor Atualizado
18470508106201651	7061604371845	R$ 611.932,45
18470508107201604	7021602033935	R$ 806.967,21
18470508108201641	7021602034079	R$ 23.483,50

Para tanto, requer-se na forma do art. 8 da Lei 6.830/80, e art. 172 parágrafo 2, do Código de Processo Civil :

1. A citação da(o) Executada(o), pelo correio, com Aviso de Recepção(AR), para pagar, no prazo legal, as dívidas inscritas, devidamente atualizadas, acrescidas de juros, encargos previstos no Decreto-Lei n. 1.025/69, alterado pelo Decreto-Lei n. 1.645/78, custas e despesas processuais, ou nomear bens livres e desembaraçados para garantir a execução em consonância que a legislação em vigor, sob pena de lhe serem penhorados ou arrestados tantos bens quanto bastem a plena execução da dívida;

2. Não paga a dívida ou não garantida a execução, a expedição de mandado de penhora e avaliação a recair sobre tantos bens quantos bastem à garantia integral da dívida, inclusive imóveis, nesse caso procedendo-se à intimação do cônjuge e à notificação do cartório de registro competente.

Dá-se à causa o valor atualizado de R$ 1.442.383,16 (***um milhão e quatrocentos e quarenta e dois mil e trezentos e oitenta e três reais e dezesseis centavos***), consoante o disposto no art. 6, parágrafo 4, Lei de Execuções Fiscais, que corresponde ao(s) valor(es) consolidado(s) da(s) dívida(s).

Pede deferimento,

Rio de Janeiro, 06 de Março de 2017

VINICIUS BRANDAO DE QUEIROZ
Procurador(a) da Fazenda Nacional

Siape - 1286791

Nº do agrupamento de inscrições

700017900095

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 06/03/2017 09:51:55 (Processo 0023469-13.2017.4.02.5101)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARCIA HELENA SCHUCK MAGALHAES VAZ
Documento No: 77073350-1-0-1-1-11304 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc.jfrj.jus.br/

Este documento foi gerado pelo usuário 070.***.***-24 em 12/04/2024 17:21:33
Número do documento: 24031816592796000000307547237
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24031816592796000000307547237
Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 18/03/2024 16:59:28

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:
DESPACHO/DECISÃO

Evento:
DETERMINADA A INTIMAÇÃO

Data:
01/03/2024 16:45:20

Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA

Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101

Sequência Evento:
188

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA
EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

DESPACHO/DECISÃO

Expeça-se mandado de constatação e reavaliação do(s) bem(ns) penhorado(s).

Com o resultado da diligência, dê-se vista à Exequente, pelo prazo de 05 (cinco) dias, vindo conclusos a seguir.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510012624895v2** e do código CRC **b9def1ff**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 1/3/2024, às 16:45:19

0023469-13.2017.4.02.5101 **510012624895 .V2**

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:
CARTA PRECATÓRIA

Evento:
EXPEDIÇÃO DE CARTA DE ORDEM/PRECATÓRIA/ROGATÓRIA

Data:
14/03/2024 18:50:02

Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA

Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101

Sequência Evento:
189

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA
EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

CARTA PRECATÓRIA Nº 510012741237

Juízo Deprecante: **Exmo. Sr. Juiz da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal - SJRJ**

Juízo Deprecado: **Exmo(a). Sr(a). Juiz Federal Distribuidor da Seção Judiciária de São Paulo/SP**

CHAVE DO PROCESSO: 705721485618

O(a) Dr(a). **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, MM. Juiz Federal da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal**, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, **DEPRECA** a Vossa Excelência que se digne a mandar proceder ao seguinte:

- **AVALIAR** **a** *área de 27.727,03 m² confrontando com Margarete Lote, com Walter Gonçalves de Abreu, com o Espólio de Ruilando Loitti e finalmente com o Parque Industrial, encravado na Fazenda Campo ou Borboleta, com a denominação especial de Sítio 4 irmãos, distrito, município de Bady Bassit, desta Comarca de São José do Rio Preto, objeto da matrícula n. 52.845 do 1° ORI,* ***situado à*** **Rodovia BR153, n. 650, Bady Bassit/SP, Estado de São Paulo.**

Anexos: Evs. 38.7 (fl. 10/11) e 188.

DADA E PASSADA nesta cidade do Rio de Janeiro, em 26/10/2023. Eu, ALEXANDRE MOTTA, Técnico Judiciário, digitei e conferi. E eu, ANDRÉ BOTELHO JUCÁ, Diretor de Secretaria, reconferi.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510012741237v4** e do código CRC **3470ae05**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 14/3/2024, às 18:50:2

Este documento foi gerado pelo usuário 070.***.***-24 em 12/04/2024 17:21:33
Número do documento: 24031816592796000000307547237
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24031816592796000000307547237
Assinado eletronicamente por: NELSON MARIANO - 18/03/2024 16:59:28

Enc: Devolução de Carta Precatória nº 5000920-39.2024.4.03.6106 - ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro <06vfef@jfrj.jus.br>

Sex, 12/04/2024 18:28

Para:rodolfo.crf@hotmail.com <rodolfo.crf@hotmail.com>

1 anexos (2 MB)

5000920-39.2024.4.03.6106-1712953293913-117624-processo.pdf;

Prezado,

com os cordiais cumprimentos,

Atenciosamente,

ANDRÉ JUCÁ
Diretor de Secretaria
6ª Vara Federal de Execução Fiscal-RJ

Antes de imprimir pense em
seu compromisso com o **Meio Ambiente**

De: CARLOS CESAR PEZARINI <CPEZARIN@trf3.jus.br>
Enviado: sexta-feira, 12 de abril de 2024 17:24
Para: 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
Assunto: Devolução de Carta Precatória nº 5000920-39.2024.4.03.6106 - ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

Prezados, boa tarde.

Encaminho arquivo da Carta de Ordem/Precatória distribuída a esta Central, no formato PDF, com as diligências efetuadas nesta Subseção.

Se por qualquer motivo for insuficiente a informação, estou à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Carlos César Pezarini
Analista Judiciário – RF 2986
Assistente da Central de Mandados de São José do Rio Preto
6ª Subseção Judiciária do Estado de São Paulo

FAVOR CONFIRMAR O RECEBIMENTO

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 192

Evento:
LEVANTAMENTO_DA_SUSPENSAO_OU_DESSOBRESTAMENTO
Data:
12/09/2024 06:15:10
Usuário:
SECFCP - USUÁRIO ROTINA FECHAMENTO CONTROLE PRAZO -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
192

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 193

Evento:
ATO_ORDINATORIO_PRATICADO
Data:
18/09/2024 18:01:56
Usuário:
JRJ11615 - CARLA COSTA POPPE - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
193

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0023469-13.2017.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: IMP - CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA
EXECUTADO: ADIVALDO APARECIDO NEVES

ATO ORDINATÓRIO

Decisão de evento 188

[...].

Com o resultado da diligência, dê-se vista à Exequente, pelo prazo de 05 (cinco) dias, vindo conclusos a seguir.

Documento eletrônico assinado por **CARLA COSTA POPPE, Técnica Judiciária**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510014340710v2** e do código CRC **ab793d14**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): CARLA COSTA POPPE
Data e Hora: 18/9/2024, às 18:1:56

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 194

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
18/09/2024 18:01:56
Usuário:
JRJ11615 - CARLA COSTA POPPE - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
194
Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
01/10/2024 00:00:00
Data Final:
07/10/2024 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
RACHEL NEVES SOARES PAOLUCCI

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 195

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__194
Data:
28/09/2024 23:59:59
Usuário:
SECJF - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
195

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 196

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__194
Data:
04/10/2024 14:57:37
Usuário:
P1571293 - MARCOS PANDOLFO FIUZA DE MELO - PROCURADOR
Processo:
0023469-13.2017.4.02.5101/RJ
Sequência Evento:
196

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NO RIO DE JANEIRO
DIVISÃO DE ASSUNTOS FISCAIS – DIAFI
UNIDADE VIRTUAL DE ESTRATÉGIAS DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

EXMO(A) SR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL),** por seu Procurador que esta subscreve, informa que **não tem interesse na adjudicação do(s) bem(ns) imóvel(is) penhorado(s).**

Assim, requer-se, com fundamento no art. 879, I, do CPC, que seja **autorizada a alienação do(s) bem(ns) imóvel(is) penhorado(s) e avaliado(s) no presente feito, por intermédio de corretor ou leiloeiro credenciado, no Comprei**[1]. Os critérios para alienação judicial são determinados pelas Leis nº 13.105, de 2015 (CPC) e nº 8.212, de 1991, em especial:

Prazo	360 (trezentos e sessenta) dias
Publicidade	Divulgação da oferta do bem no Comprei (comprei.pgfn.gov.br). Nos anúncios constarão a descrição física (estado em que se encontra, localização, quantidade, qualidade etc) e jurídica (identificação do número do processo judicial, dados de registro e ônus ou gravames) do bem ofertado, bem como demais esclarecimentos que se fizerem necessários.
Preço	O valor mínimo de propostas no Comprei é de 50% do valor da última avaliação judicial (art. 891, parágrafo único, do CPC), salvo se existir coproprietário cuja quota-parte seja igual ou superior a este piso, quando o valor mínimo é elevado a 75% do valor da avaliação. O bem deve permanecer anunciado por no mínimo 30 (trinta) dias para que uma proposta efetive a alienação,

[1] comprei.pgfn.gov.br